



# JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA



**Fema**

Fundação Educacional  
Machado de Assis



## ORGANIZAÇÃO

### COMISSÃO ORGANIZADORA DO EVENTO

*Prof.ª Dr.ª Bianca Tams Diehl*  
Coordenadora do Curso de Direito

*Prof.ª Me. Anderson Pinceta*  
Coordenador do Curso de Ciências  
Contábeis, do curso de Administração e de  
Gestão de Recursos Humanos

*Prof. Me. Denise Felber*  
Coordenadora do Curso Tecnológico em  
Gestão da Tecnologia da Informação

*Prof. Me. Paulo Mix*  
Coordenador do Curso de Enfermagem

### COORDENAÇÃO GERAL DO EVENTO

*Prof.ª Dra. Mariel da Silva Haubert*  
Coordenadora do Núcleo de Pesquisa, Pós-  
Graduação e Extensão - NPPGE

*Prof. Adm. Antonio Roberto Lausmann*  
*Ternes*  
Diretor Geral das Faculdades Integradas  
Machado de Assis

### ORGANIZAÇÃO DOS ANAIS

*Prof.ª Dra. Mariel da Silva Haubert*

### EDITORAÇÃO DOS ANAIS

*Prof.ª Dra. Mariel da Silva Haubert*

### REVISÃO

*Prof.ª Dra. Mariel da Silva Haubert*

### CAPA

*Eliane Rodrigues*

### EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

*Assessoria de Imprensa da FEMA*

### APOIO TÉCNICO

*Franciele Seger*

*Victor Kmieczik*

J532 Jornada Interdisciplinar de Pesquisa das Faculdades Machado de Assis (11., 2021): Santa Rosa/RS). Anais da XI Jornada Interdisciplinar de Pesquisa das Faculdades Machado de Assis, Santa Rosa, RS, Brasil.

ISBN: 2177-1103

1. Pesquisa Científica. 2. Artigos Científicos. 3. Resumos Expandidos. I. Faculdades Integradas Machado de Assis.

CDU: 001.8

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>PROGRAMAÇÃO DO EVENTO.....</b>	<b>14</b>
A IMPORTÂNCIA DA LIDERANÇA NO DESENVOLVIMENTO DA CULTURA DE UMA ORGANIZAÇÃO.....	23
<i>Edson Flores de Campos</i>	
A IMPORTÂNCIA DA REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA POLÍTICA BRASILEIRA.....	38
<i>Milena Alberti</i> <i>Franciele Seger</i>	
AS DIFERENÇAS SALARIAIS ENTRE HOMENS E MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO E A POSSIBILIDADE DE COIBIR ATOS DE DESIGUALDADES NA ESFERA TRABALHISTA.....	50
<i>Emily Amanda Bruxel Pinceta</i> <i>Diogo Tibulo</i>	
ASPECTOS DOS VULNERÁVEIS EM OTELO.....	80
<i>Victor Matheus Kmieczyk Soares</i> <i>Bianca Tams Diehl</i> <i>Mariel da Silva Haubert</i>	
LIDERANÇA FEMININA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA INTEGRATIVA EM PERIÓDICOS NACIONAIS.....	98
<i>Patrícia da Rosa Portela Cé</i>	
O DIREITO SUCESSÓRIO DA CONCUBINA SOBRE A HERANÇA DO CÔNJUGE.....	114
<i>Clóvis Vagner Antunes Hansel</i> <i>Liana Fávero</i> <i>Suélen Eduarda de Azevedo Cardoso</i> <i>Vinício Seibt</i> <i>Roberto Pozzebon</i>	
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES: A EFICÁCIA SOCIAL DAS MEDIDAS PROTETIVAS SOB O VIÉS DA LEI N. 11.340/06.....	125
<i>Milena Alberti</i> <i>Bianca Tams Diehl</i>	

DESVENDANDO ASPECTOS PSICOLÓGICOS ACERCA DA ALIENAÇÃO PARENTAL.....	141
<i>Arno Butner</i>	
<i>Joelson Backes</i>	
<i>Juliane Colpo</i>	
O ENTENDIMENTO DE ADOLESCENTES DA REDE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA/RS ACERCA DA EDUCAÇÃO SEXUAL E SEUS CONCEITOS: SEXUALIDADE, GRAVIDEZ E ABUSO SEXUAL.....	153
<i>Russinara Taisa Lippert da Silva Richter</i>	
<i>Flávia Michelle Pereira Albuquerque</i>	
PROGRAMA JUSTIÇA INCLUSIVA (JINC): A TRANSFORMADORA PARCERIA INTERINSTITUCIONAL QUE ASSOCIA A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A TRATAMENTO ESPECIALIZADO PARA SEGURADOS DEPENDENTES QUÍMICOS.....	171
<i>Claudia Fernanda Veiga de Mendonça</i>	
<i>Eugélio Luis Muller</i>	
<i>Karin Cristine Lautenschleger</i>	
<i>Luciano Augusto de Oliveira Paz</i>	
RESPONSABILIDADE POR ABANDONO AFETIVO EM RAZÃO DA ORIENTAÇÃO SEXUAL.....	189
<i>Pietro von Borowski</i>	
<i>Maiara Elchik da Silva</i>	
<i>Bianca Tams Diehl</i>	
SAÚDE MENTAL NO PÓS-COVID-19.....	205
<i>Andressa Karine Schons</i>	
<i>Cláudia Terezinha Müller</i>	
<i>Andressa Fátima May</i>	
<i>Flávia Michelle Pereira Albuquerque</i>	
A INFLUÊNCIA DO CLIMA ORGANIZACIONAL NO COMPROMETIMENTO DA EQUIPE DE UM ESCRITÓRIO CONTÁBIL .....	222
<i>Camila Rodrigues da Silva</i>	
<i>Marlise Inês Graff</i>	
<i>Janice Walter</i>	
<i>Marcos Rogério Rodrigues</i>	
<i>Adelino Pedro Wisniewsk</i>	

A PERCEPÇÃO DOS EMPRESÁRIOS SOBRE A BUROCRATIZAÇÃO DOS  
PROCESSOS DE LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS.....239

*Grazieli Cristina Schmitz Miotti*

*Vanessa Daiane Lipke*

*Janice Walter*

*Marcos Rogério Rodrigues*

*Adelino Pedro Wisniewsk*

ESTUDO DO MERCADO DE AÇÕES E SUA COMPARAÇÃO COM  
INVESTIMENTO EM RENDA FIXA.....256

*Mairon Alex Hendges*

*Marcos Rogério Rodrigues*

*Janice Walter*

*Adelino Pedro Wisniewski*

O COMPLIANCE NA GESTÃO DE INFORMAÇÕES EM CONJUNTO A LGPD E  
COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA ALINHAR PROCESSOS  
CORPORATIVOS E BOAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA  
CORPORATIVA.....277

*Daniel Augusto Strieder Hubner*

*Suzany Foliatti Martins*

*Fabiana Schreiner*

A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR NO RIO GRANDE DO SUL: ANÁLISE NA  
EFETIVIDADE DOS DIREITOS DOS CONSUMIDORES COM BASE EM  
DADOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADO DO RIO GRANDE DO  
SUL.....289

*Milena Alberti*

*João Francisco Vaz Kaiper Cruz*

*Roberto Laux Junior*

ROTATIVIDADE DE PESSOAL NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL: A  
PROBLEMÁTICA DO DISSENSO GERACIONAL NO AMBIENTE DE  
TRABALHO.....300

*Daniel Augusto Strieder Hübner*

*Suzany Foliatti Martins*

*Mariane Soder*

*Mônica Stormowski*

*Diogo Motta Tibulo*



LOS OBEREÑOS Y LAS PRÁCTICAS DE CONSUMO SUSTENTABLE.....	312
<i>María Florencia Baldi</i>	
<i>Yamila Mariel Gamez Rodriguez</i>	
<i>Ivanna Gisela Lunkvist</i>	
<i>Yesica Mariana Sedoff</i>	
A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O DIREITO DIGITAL.....	325
<i>Carolina Friderichs Barili</i>	
<i>Milton Luiz Wittmann</i>	
<i>Rosane Maria Seibert</i>	
PLANO DE MARKETING: AÇÕES PROPOSTAS PARA BENEFICIAR EMPRESA DO RAMO DO AGRONEGÓCIO, SITUADA NO MUNICÍPIO DE TRÊS DE MAIO – RS.....	341
<i>Fernanda Gabriela Almeida</i>	
<i>Nicoli Maria Kirch</i>	
<i>Raquel Stefanski</i>	
<i>Viviane Graziele Pedó</i>	
<i>Jesildo Moura de Lima</i>	
CONTRIBUIÇÃO DO PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE NA TOMADA DE DECISÕES ESTRATÉGICAS EM INDÚSTRIA MOVELEIRA.....	360
<i>Monica Stormowski</i>	
<i>Adelino Pedro Wisniewski</i>	
<i>Anderson Pinceta</i>	
<i>Janice Walter</i>	
<i>Marcos Rogério Rodrigues</i>	
CRIPTOMOEDAS: UMA VISÃO GERAL.....	377
<i>Daniel Augusto Strieder Hübner</i>	
<i>Michel Weyh</i>	
<i>Bruna Gabrieli Rodrigues</i>	
<i>Darlan Abegg</i>	
<i>Natália Scharb</i>	
GESTÃO POR PROPÓSITO E CAPITALISMO CONSCIENTE: O QUE SÃO E QUAIS AS VANTAGENS DE SUA IMPLEMENTAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES? .....	395
<i>Evandro kieffer Moreira</i>	
<i>Adriane Reginaldo Espíndola</i>	
<i>Berenice Beatriz Rossner Wbatuba</i>	

ANÁLISE DE DADOS E INFORMAÇÕES E ELABORAÇÃO DE PROPOSIÇÕES NOS ASPECTOS TÉCNICOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS DE UMA PROPRIEDADE DE 75 HECTARES, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE HORIZONTINA, NO ANO SAFRA 2019/2020.....412

*Guilherme Marusak Tura*

*Darlan Fronza*

*Gean Carlos Desconsi*

*Ivar José Kreutz*

ANÁLISE PRINCÍPIOLÓGICA E JURISPRUDENCIAL SOBRE O PARCELAMENTO CLANDESTINO OU IRREGULAR DE ÁREAS URBANAS E A RESPONSABILIDADE PELA REPARAÇÃO DE EVENTUAIS DANOS SOCIOAMBIENTAIS DECORRENTES DESTA ATIVIDADE ECONÔMICA.....436

*Magda Helena Fernandes Medina Pereira*

*Raquel Luciene Sawitzki Callegaro*

GESTÃO DA INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE: CONCEITOS E ESTRATÉGIAS PARA O DIFERENCIAL COMPETITIVO.....452

*Adriane Reginaldo Espíndola*

*Ana Rita Callegaro*

*Evandro Kieffer Moreira*

*Rosane Seibert*

MARKETING DIGITAL: UMA REVISÃO TEÓRICA.....463

*Danieli Hermes Rodrigues*

*Milton Luiz Wittmann*

*Vilmar Antônio Boff*

*Ana Rita Callegaro*

UM ESTUDO SOBRE O OLHAR DA TEORIA DA LIDERANÇA EM RELAÇÃO AO RECRUTAMENTO DE NOVOS GESTORES EM UMA COOPERATIVA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA REGIÃO DO RS.....476

*Camila Gabriele Câmara*

*Jane Mello*

CAPITAL SOCIAL, LIDERANÇA E CONFIANÇA: UM ENSAIO TEÓRICO.....490

*Patrícia da Rosa Portela Cé*

*Milton Luiz Wittmann*



OBRIGAÇÕES DOS FIADORES: DAS INSTITUTAS À CONTEMPORANEIDADE.....	502
<i>Daniara Specht Lemos da Silva</i>	
<i>Renata Lukrafka Kowalczyk</i>	
<i>Camila Fernanda Perchim Mensch</i>	
<i>Adriano Nedel dos Santos</i>	
PLANEJAMENTO DE COMPRAS DE FINAL DE ANO PELO CONSUMIDOR DE VAREJO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO INHACORÁ – RS.....	520
<i>Viviane Grazielle Pedó</i>	
<i>Nicoli Maria Kirch</i>	
<i>Aline Tainara Heis</i>	
<i>Jesildo Moura de Lima</i>	
O PROFISSIONAL DO DIREITO COMO PROTAGONISTA DA PROMOÇÃO DE SOLUÇÕES PACIFICADORAS DE CONFLITOS ATRAVÉS DAS TÉCNICAS SISTEMÁTICAS.....	539
<i>Magda Helena Fernandes Medina Pereira</i>	
<i>Franciele Seger</i>	
OPERAÇÕES DE DAY TRADER EM CFDS NA BOLSA DE VALORES UTILIZANDO A ANÁLISE TÉCNICA.....	557
<i>Diogo Felipe Dierings</i>	
<i>Lauri Aloisio Heckler</i>	
<i>João Antonio Cervi</i>	
A UTILIZAÇÃO DAS FERRAMENTAS DE MARKETING NO PROCESSO DE FIDELIZAÇÃO DE CLIENTES.....	573
<i>Fernanda Thaís Buss</i>	
<i>Denise Felber Chaves</i>	
DESAFIOS EDUCACIONAIS DO SÉCULO XXI COM FOCO NO ENSINO SUPERIOR.....	606
<i>Mariel da Silva Haubert</i>	
<i>Nedisson Luis Gessi</i>	
<i>Denise de Almeida Machado</i>	
<i>Juliane Colpo</i>	
<i>Antonio Roberto Lausmann Ternes</i>	

LINGUAGEM JURÍDICA NO PROCESSO.....	620
<i>Gabriela Nascimento de Oliveira</i>	
<i>Bruna Tais Mallmann</i>	
<i>Karina Maria Parahyba</i>	
<i>Mariel da Silva Haubert</i>	
MULHERES E A POBREZA MENSTRUAL: A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE ABSORVENTES COMO PRESSUPOSTO DE EFICÁCIA DA DIGNIDADE HUMANA.....	632
<i>Milena Alberti</i>	
<i>Bianca Tams Diehl</i>	
OS MUTANTES E AS MINORIAS SOCIAIS: OS INIMIGOS DA VIDA FICTÍCIA E DA VIDA REAL.....	644
<i>Pietro Von Borowski</i>	
<i>Wesley Blaynner da Silva Lima</i>	
<i>Bianca Tams Diehl</i>	
OS IMPACTOS DO COVID-19 NA SAÚDE MENTAL DE ADOLESCENTES: ESTUDO DE CASO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA-RS.....	662
<i>Kelly Meinerz Gonçalves</i>	
<i>Karla Flaviane Grams</i>	
<i>Antônia de Oliveira</i>	

## APRESENTAÇÃO

**A XI Jornada Interdisciplinar de Pesquisa das Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA**, realizada nos dias 11 e 12 de novembro de 2021, consolida-se na articulação permanente entre docentes e discentes da Instituição. O intuito é fomentar debates e pesquisas que contribuam à análise dos desafios contemporâneos, criando um fórum integrado para apresentação de trabalhos ligados ao ensino, à pesquisa e à extensão, em âmbito internacional.

As Faculdades Integradas Machado de Assis, por meio do Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão – NPPGE, têm por objetivo precípuo, no evento, divulgar a produção científica dos acadêmicos de graduação, de pós-graduação e de docentes desta Instituição de Ensino Superior, bem como de outras participantes externas, constituindo um importante espaço de divulgação dos resultados de produções técnico-científicas que fortaleçam a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

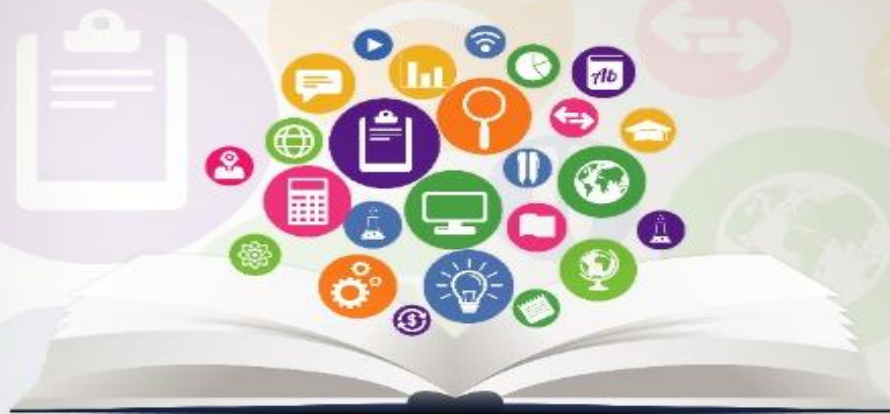
Ao enfatizar a diversidade de temáticas, interdisciplinar e transdisciplinarmente, destaca-se na comunidade educacional e pública. Assim, considera-se que o objetivo de criar espaço para o debate acerca da temática, é alcançado com êxito. Efetivando a participação de investigadores das Ciências Sociais e Aplicadas, das Ciências Humanas e da Saúde das Faculdades Integradas Machado de Assis e de outros setores educacionais e comunitários, dezessete salas temáticas são empreendidas, comportando as apresentações e os debates mediados pelo corpo docente da comunidade acadêmica participante, de diferentes áreas do saber.

**A XI Jornada Interdisciplinar de Pesquisa – FEMA** também encerra, com suas apresentações científicas, a XXIII Mostra de Trabalhos Científicos de Administração e de Ciências Contábeis; a XX Jornada e Mostra de Estudos Jurídicos e Sociais de Iniciação Científica do Curso de Direito; a XV Mostra de Trabalhos Científicos de Gestão de Recursos Humanos e de Gestão da

Tecnologia da Informação; bem como a II Jornada de Iniciação Científica e Mostra de Estudos na Área da Saúde.

A Coordenação do **Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão – NPPGE** e a Direção Geral das **Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA** sentem-se gratificadas e agradecidas em relação ao empenho demonstrado pelos coordenadores de Curso, pelos professores mediadores das salas de debate e dos participantes, apresentadores e ouvintes, docentes e discentes, da **XI Jornada Interdisciplinar de Pesquisa**. Deseja-se, portanto, uma excelente leitura desta mostra de trabalhos científico-acadêmicos dispostas nos Anais do Evento.

Mariel da Silva Haubert  
Prof.<sup>a</sup> Dra. das Faculdades Integradas Machado de Assis  
Coordenadora do Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão – NPPGE/FEMA



# JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA

11 e 12 de Novembro de 2021 às 19h30

ON-LINE

ISBN: 2177 - 1103

Submissão de trabalhos: Até 25 de outubro

Inscrições: Até 08 de novembro

Programação dos Eventos Integrados: 11 e 12 de novembro

Programação da XI Jornada Interd. de Pesquisa: 12 de novembro

## Eventos Integrados:

- XXIII Mostra de Trabalhos Científicos de Administração e de Ciências Contábeis;
- XX Jornada e Mostra de Estudos Jurídicos e Sociais de Iniciação Científica do Curso de Direito;
- XX Mostra de Trabalhos Científicos e Tecnológicos de Gestão da Tecnologia da Informação e de Gestão de Recursos Humanos;
- II Jornada de Iniciação Científica e Mostra de Estudos na Área da Saúde.



## PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

A programação tem o intuito de organizar os diferentes Grupos de Apresentação e de Debate inseridos na XI Jornada Interdisciplinar de Pesquisa FEMA, de forma a otimizar e adequar a participação de todos convidados e ingressantes no acontecimento:

XIX MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE ADMINISTRAÇÃO		
XIX MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS		
XIX JORNADA E MOSTRA DE ESTUDOS JURÍDICOS E SOCIAIS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE DIREITO		
II JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E MOSTRA DE ESTUDOS NA ÁREA DA SAÚDE		
TRABALHOS APROVADOS PARA APRESENTAÇÃO NA XI JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA FEMA		
DIA 12.11.21 – Sala Temática 1		
LINK DE ACESSO: <a href="https://us.bbcollab.com/guest/d4e81f1761f2491d8b36e8a7689bf73e">https://us.bbcollab.com/guest/d4e81f1761f2491d8b36e8a7689bf73e</a>		
INÍCIO DOS TRABALHOS: 19h20min		
Membros da Banca: Me. DIOGO MOTTA TIBULO Me. FRANCIELE SEGER Me. JONAS BORDIM		
Assessores Acadêmicos: Victor Soares / Adriana Carina Nass Marmitt / Mirian Muller de Quadros		
HORÁRIO	TÍTULO	AUTORES
19h45min	A IMPORTÂNCIA DA LIDERANÇA NO DESENVOLVIMENTO DA CULTURA DE UMA ORGANIZAÇÃO	Edson Flores de Campos
20h10min	A IMPORTÂNCIA DA REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA POLÍTICA BRASILEIRA	Milena Alberti Franciele Seger
20h35min	AS DIFERENÇAS SALARIAIS ENTRE HOMENS E MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO E A POSSIBILIDADE DE COIBIR ATOS DE DESIGUALDADES NA ESFERA TRABALHISTA	Emily Amanda Bruxel Pinceta Diogo Motta Tibulo
21h	<b>INTERVALO</b>	
21h15min	ASPECTOS DOS VULNERÁVEIS EM OTELO	Victor Matheus Kniecziak Soares Bianca Tams Diehl Mariel da Silva Haubert
21h40min	LIDERANÇA FEMININA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA INTEGRATIVA EM PERIÓDICOS NACIONAIS	Patrícia da Rosa Portela Cé
22h	O DIREITO SUCESSÓRIO DA CONCUBINA SOBRE A HERANÇA DO CÔNJUGE	Clovis Vagner Antunes Hansel Vinício Ismael Seibt Liliana Favero Suelen Eduarda Cardoso



		Roberto Pozzebon
<b>XIX MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE ADMINISTRAÇÃO</b>		
<b>XIX MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS</b>		
<b>XIX JORNADA E MOSTRA DE ESTUDOS JURÍDICOS E SOCIAIS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE DIREITO</b>		
<b>II JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E MOSTRA DE ESTUDOS NA ÁREA DA SAÚDE</b>		
<b>TRABALHOS APROVADOS PARA APRESENTAÇÃO NA XI JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA FEMA</b>		
DIA 12.11.21 – Sala Temática 2		
LINK DE ACESSO: <a href="https://us.bbcollab.com/guest/0ef7705e38d54513ba70a1ad15e1ee75">https://us.bbcollab.com/guest/0ef7705e38d54513ba70a1ad15e1ee75</a>		
INÍCIO DOS TRABALHOS: 19h20min		
Membros da Banca: Dra. BIANCA TAMS DIEHL Me. JULIANE COLPO Me. JEREMYAS MACHADO SILVA		
Assessores Acadêmicos: Pietro Von Borowski / Júlia Vier Ramos / Nauara Raíza Dinarte / Cassandra F. da Rosa		
HORÁRIO	TÍTULO	AUTORES
19h45min	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES: A EFICÁCIA SOCIAL DAS MEDIDAS PROTETIVAS SOB O VIÉS DA LEI N. 11.340/06.	Milena Alberti Bianca Tams Diehl
20h10min	DESVENDANDO ASPECTOS PSICOLÓGICOS ACERCA DA ALIENAÇÃO PARENTAL	<i>Arno Daniel Butner</i> <i>Joelson Régis Backes</i> <i>Juliane Colpo</i>
20h35min	O ENTENDIMENTO DE ADOLESCENTES DA REDE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA/RS ACERCA DA EDUCAÇÃO SEXUAL E SEUS CONCEITOS: SEXUALIDADE, GRAVIDEZ E ABUSO SEXUAL	Russinara Richter Flávia Michelle Pereira Albuquerque
21h	<b>INTERVALO</b>	
21h15min	PROGRAMA DE JUSTIÇA INCLUSIVA (JINC): A TRANSFORMADORA PARCERIA INTERINSTITUCIONAL QUE ASSOCIA A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A TRATAMENTO ESPECIALIZADO PARA SEGURADOS DEPENDENTES QUÍMICOS	Cláudia Fernanda Veiga de Mendonça Eugélio Luis Muller Karin Cristine Lautenschleger Luciano Augusto de Oliveira Paz
21h40min	RESPONSABILIDADE POR ABANDONO AFETIVO EM RAZÃO DA ORIENTAÇÃO SEXUAL	Pietro Von Borowski Maiara Elchik Bianca Tams Diehl
22h	SAÚDE MENTAL NO PÓS-COVID-19	Cláudia Terezinha Muller Flávia Michelle Pereira Albuquerque Andressa Fátima May Andressa karine Schons
<b>XIX MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE ADMINISTRAÇÃO</b>		

<b>XIX MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS</b>
<b>XIX JORNADA E MOSTRA DE ESTUDOS JURÍDICOS E SOCIAIS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE DIREITO</b>
<b>II JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E MOSTRA DE ESTUDOS NA ÁREA DA SAÚDE</b>
<b>TRABALHOS APROVADOS PARA APRESENTAÇÃO NA XI JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA FEMA</b>
<b>DIA 12.11.21 – Sala Temática 3</b>
<b>LINK DE ACESSO: <a href="https://us.bbcollab.com/guest/51f38ba6bcea426eb467a1b77b8f3143">https://us.bbcollab.com/guest/51f38ba6bcea426eb467a1b77b8f3143</a></b>
<b>INÍCIO DOS TRABALHOS: 19h20min</b>

**Membros da Banca:** Me. ROSMERI RADKE  
Esp. LUIGI LAZZARETTI  
Esp. ADELINO PEDRO WISNIEWSKI

**Assessores Acadêmicos:** Helena Melgarejo dos Santos / Charles da Rosa Lino / Denian Fabrício Reichert

<b>HORÁRIO</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>AUTORES</b>
19h45min	A INFLUÊNCIA DO CLIMA ORGANIZACIONAL NO COMPROMETIMENTO DA EQUIPE DE UM ESCRITÓRIO CONTÁBIL	<i>Camila Rodrigues da Silva</i> <i>Marlise Inês Graff</i> <i>Janice Walter</i> Marcos Rogério Rodrigues Adelino Pedro Wisniewski
20h10min	A PERCEPÇÃO DOS EMPRESÁRIOS SOBRE A BUROCRATIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS	Grazieli Cristina Schimitz Miotti Vanessa Daiane Lipke <i>Janice Walter</i> Marcos Rogério Rodrigues Adelino Pedro Wisniewski
20h35min	ESTUDO DO MERCADO DE AÇÕES E SUA COMPARAÇÃO COM INVESTIMENTO EM RENDA FIXA	Mairon Alex Hendges Marcos Rogério Rodrigues <i>Janice Walter</i> Adelino Pedro Wisniewski
21h	<b>INTERVALO</b>	
21h15min	O COMPLIANCE NA GESTÃO DE INFORMAÇÕES EM CONJUNTO A LGPD E COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA ALINHAR PROCESSOS CORPORATIVOS E BOAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVAS	Daniel Augusto Strieder Hübner Suzany Foliatti Martins Fabiana Schreiner
21h40min	A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR NO RIO GRANDE DO SUL: ANÁLISE NA EFETIVIDADE DOS DIREITOS DOS CONSUMIDORES COM BASE EM DADOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	Milena Alberti João Francisco Vaz Kaiper Cruz Roberto Laux Junior
22h	ROTATIVIDADE DE PESSOAL NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL: A PROBLEMÁTICA DO	Daniel Augusto Strieder Hübner Suzany Foliatti Martins

	DISSENSO GERACIONAL NO AMBIENTE DE TRABALHO.	Mariane Soder Mônica Stormowski Diogo Motta Tibulo
<b>XIX MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE ADMINISTRAÇÃO</b>		
<b>XIX MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS</b>		
<b>XIX JORNADA E MOSTRA DE ESTUDOS JURÍDICOS E SOCIAIS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE DIREITO</b>		
<b>II JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E MOSTRA DE ESTUDOS NA ÁREA DA SAÚDE</b>		
<b>TRABALHOS APROVADOS PARA APRESENTAÇÃO NA XI JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA FEMA</b>		
DIA 12.11.21 – Sala Temática 4		
LINK DE ACESSO: <a href="https://us.bbcollab.com/guest/f451fe94f6744b0a98545ca18d1a4156">https://us.bbcollab.com/guest/f451fe94f6744b0a98545ca18d1a4156</a>		
INÍCIO DOS TRABALHOS: 19h20min		
<p>Membros da Banca: Me. ADRIANO NEDEL DOS SANTOS Me. DÉLCIO HAUBERT Esp. GILSON BRAZ DO AMARAL</p> <p>Assessores Acadêmicos: Mônica Stormowski / Edgar Didomenico / Elaine Inês Henz Braun / Nátaly Hana Lüdtke</p>		
<b>HORÁRIO</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>AUTORES</b>
19h45min	LOS OBEREÑOS Y LAS PRÁCTICAS DE CONSUMO SUSTENTABLE	María Florencia Baldi Yamila Mariel Gamez Rodriguez Ivanna Gisela Lunkvist Yesica Mariana Sedoff
20h10min	A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O DIREITO DIGITAL	<i>Carolina Friderichs Barili</i> Milton Luiz Wittmann Rosane Maria Seibert
20h35min	PLANO DE MARKETING: AÇÕES PROPOSTAS PARA BENEFICIAR EMPRESA DO RAMO DO AGRONEGÓCIO, SITUADA NO MUNICÍPIO DE TRÊS DE MAIO – RS	Fernanda Gabriela Almeida Viviane Grazielle Pedó Raquel Stefanski Nicolí Maria kirch Jesildo Moura de Lima
21h	<b>INTERVALO</b>	
21h15min	CONTRIBUIÇÃO DO PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE NA TOMADA DE DECISÕES ESTRATÉGICAS EM INDÚSTRIA MOVELEIRA	Monica Stormowski Adelino Pedro Wisniewski Anderson Pinceta <i>Janice Walter</i> Marcos Rogério Rodrigues
21h40min	CRIPTOMOEDAS – UMA VISÃO GERAL	Daniel Augusto Strieder Hübner Michel Weyh Bruna Gabrieli Rodrigues Darlan Abegg Natália Scharb

22h	GESTÃO POR PROPÓSITO E CAPITALISMO CONSCIENTE: O QUE SÃO E QUAIS AS VANTAGENS DE SUA IMPLEMENTAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES?	Evandro Kieffer Moreira Adriane Reginaldo Espíndola Berenice Beatriz Rossner Wbatuba
<b>XIX MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE ADMINISTRAÇÃO</b>		
<b>XIX MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS</b>		
<b>XIX JORNADA E MOSTRA DE ESTUDOS JURÍDICOS E SOCIAIS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE DIREITO</b>		
<b>II JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E MOSTRA DE ESTUDOS NA ÁREA DA SAÚDE</b>		
<b>TRABALHOS APROVADOS PARA APRESENTAÇÃO NA XI JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA FEMA</b>		
DIA 12.11.21 – Sala Temática 5 LINK DE ACESSO: <a href="https://us.bbcollab.com/guest/2328d91aaefc4ddf9ebe398703a5f339">https://us.bbcollab.com/guest/2328d91aaefc4ddf9ebe398703a5f339</a> INÍCIO DOS TRABALHOS: 19h20min		
Membros da Banca: Dr. MARIO PUHL Me. MARILEI KOVATLI Me. LAURI ALOISIO HECKLER		
Assessores Acadêmicos: Isadora Bittencourt / Gabriela Dias Guterres / Simone Inês Henz / Allana da Silva Trevisan		
<b>HORÁRIO</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>AUTORES</b>
19h45min	ANÁLISE DE DADOS E INFORMAÇÕES E ELABORAÇÃO DE PROPOSIÇÕES NOS ASPECTOS TÉCNICOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS DE UMA PROPRIEDADE DE 75 HECTARES, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE HORIZONTINA, NA ANO SAFRA 2019/2020	<i>Guilherme Marusak Tura</i> Darlan Fronza Gean Carlos Desconsi Ivar José Kreutz
20h10min	ANÁLISE PRINCIPALÓGICA E JURISPRUDENCIAL SOBRE O PARCELAMENTO CLANDESTINO OU IRREGULAR DE ÁREAS URBANAS E A RESPONSABILIDADE PELA REPARAÇÃO DE EVENTUAIS DANOS SOCIOAMBIENTAIS DECORRENTES DESTA ATIVIDADE ACONÔMICA	Magda Helena Fernandes Medina Pereira Raquel Luciene Sawitzki Callegaro
20h35min	GESTÃO DA INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE: CONCEITOS E ESTRATÉGIAS PARA O DIFERENCIAL COMPETITIVO	Adriane Reginaldo Espíndola Ana Rita Callegaro Evandro Kieffer Moreira Rosane Seibert
21h	<b>INTERVALO</b>	
21h15min	MARKETING DIGITAL: UMA REVISÃO TEÓRICA	Danieli Hermes Rodrigues Milton Luiz Wittmann Vilmar Antônio Boff Ana Rita Callegaro

21h40min	UM ESTUDO SOBRE O OLHAR DA TEORIA DA LIDERANÇA EM RELAÇÃO AO RECRUTAMENTO DE NOVOS GESTORES EM UMA COOPERATIVA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA REGIÃO DO RS	Camila Gabriele Câmara Jane Mello
<b>XIX MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE ADMINISTRAÇÃO</b>		
<b>XIX MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS</b>		
<b>XIX JORNADA E MOSTRA DE ESTUDOS JURÍDICOS E SOCIAIS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE DIREITO</b>		
<b>II JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E MOSTRA DE ESTUDOS NA ÁREA DA SAÚDE</b>		
<b>TRABALHOS APROVADOS PARA APRESENTAÇÃO NA XI JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA FEMA</b>		
DIA 12.11.21 – Sala Temática 6		
LINK DE ACESSO: <a href="https://us.bbcollab.com/guest/d79e49ebc670409ca4e0f09d66412f8d">https://us.bbcollab.com/guest/d79e49ebc670409ca4e0f09d66412f8d</a>		
INÍCIO DOS TRABALHOS: 19h20min		
Membros da Banca: Dra. LETÍCIA PETERSEN Me. ROBERTO POZZEBON Me. RAQUEL CALLEGARO		
Assessores Acadêmicos: Guilherme Scarantti Saling / Raquel Cristina Luconi / Renata L. Kowalczuk		
<b>HORÁRIO</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>AUTORES</b>
19h45min	CAPITAL SOCIAL, LIDERANÇA E CONFIANÇA: UM ENSAIO TEÓRICO	<i>Patrícia da Rosa Portela Cé</i> Milton Luiz Wittmann
20h10min	OBRIGAÇÕES DOS FIADORES: DAS INSTITUTAS À CONTEMPORANEIDADE	Daniara Specht Lemos da Silva Renata Lukrafka Kowalczuk Camila Fernanda Perchim Mensch Adriano Nedel dos Santos
21h35min	PLANEJAMENTO DE COMPRAS DE FINAL DE ANO PELO CONSUMIDOR DE VAREJO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO INHACORÁ - RS	Viviane Grazielle Pedó Nicolí Maria Kirch Aline Tainara Heis Jesildo Moura de Lima
21h	<b>INTERVALO</b>	
21h15min	O PROFISSIONAL DO DIREITO COMO PROTAGONISTA DA PROMOÇÃO DE SOLUÇÕES PACIFICADORAS DE CONFLITOS ATRAVÉS DAS TÉCNICAS SISTEMÁTICAS	Magda Helena Fernandes Medina Pereira Franciele Seger
21h40min	OPERAÇÕES DE DAY TRADER EM CFDS NA BOLSA DE VALORES UTILIZANDO A ANÁLISE TÉCNICA	Diogo Felipe Dierings Lauri Aloisio Heckler João Antonio Cervi
22h	A UTILIZAÇÃO DAS FERRAMENTAS DE MARKETING NO PROCESSO DE FIDELIZAÇÃO DE CLIENTES	Fernanda Thaís Buss Denise Felber Chaves
<b>XIX MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE ADMINISTRAÇÃO</b>		
<b>XIX MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS</b>		

<b>XIX JORNADA E MOSTRA DE ESTUDOS JURÍDICOS E SOCIAIS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE DIREITO</b>		
<b>II JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E MOSTRA DE ESTUDOS NA ÁREA DA SAÚDE</b>		
<b>TRABALHOS APROVADOS PARA APRESENTAÇÃO NA XI JORNADA INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA FEM</b>		
DIA 12.11.21 – Sala Temática 7		
LINK DE ACESSO: <a href="https://us.bbcollab.com/guest/e44b268e3fc946658018a98eba1cc3a7">https://us.bbcollab.com/guest/e44b268e3fc946658018a98eba1cc3a7</a>		
INÍCIO DOS TRABALHOS: 19h20min		
Membros da Banca: Me. PAULO MIX Dra. GABRIELE SCHEK Me. EDENILSON FREITAS RODRIGUES Dra. DENISE DE ALMEIDA MACHADO		
Assessores Acadêmicos: Yuri Giovan Lussani / Andressa Da ronch / Jéssica Z. Buchele		
<b>HORÁRIO</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>AUTORES</b>
19h45min	DESAFIOS EDUCACIONAIS DO SÉCULO XXI COM FOCO NO ENSINO SUPERIOR	Mariel da Silva Haubert Nedisson Luis Gessi Denise de Almeida Machado Juliane Colpo Antonio Roberto Lausmann Ternes
20h10min	LINGUAGEM JURÍDICA NO PROCESSO	Gabriela Nascimento de Oliveira Bruna Tais Mallmann Karina Maria Parahyba Mariel da Silva Haubert
20h35min	MULHERES E A POBREZA MENSTRUAL: A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE ABSORVENTES COMO PRESSUPOSTO DE EFICÁCIA DA DIGNIDADE HUMANA	Milena Alberti Bianca Tams Diehl
21h	<b>INTERVALO</b>	
21h15min	OS MUTANTES E AS MINORIAS SOCIAIS: OS INIMIGOS DA VIDA FICTÍCIA E DA VIDA REAL.	Pietro Von Borowski Wesley Blaynner da Silva Lima Bianca Tams Diehl
21h40min	OS IMPACTOS DO COVID-19 NA SAÚDE MENTAL DE ADOLESCENTES: ESTUDO DE CASO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA-RS	Kelly Meinerz Gonçalves Karla Flaviane Grams Antônia de Oliveira





**Jornada Interdisciplinar de Pesquisa**

**11 e 12 de nov. 2021**

**ANAIIS**



## Jornada Interdisciplinar de Pesquisa

11 e 12 de nov. 2021

ARTIGOS CIENTÍFICOS  
APROVADOS PARA OS ANAIS  
DA JORNADA

## **A IMPORTÂNCIA DA LIDERANÇA NO DESENVOLVIMENTO DA CULTURA DE UMA ORGANIZAÇÃO**

Edson Flores de Campos <sup>1</sup>

### **RESUMO**

Nas últimas décadas, as organizações buscam estratégias para manterem-se em um mercado altamente competitivo. Para isto, as empresas estão revisitando ou aprimorando a sua cultura. A filosofia define cultura como sendo o conjunto de manifestações humanas que contrastam com a natureza ou o comportamento natural. Cultura é um conjunto de conhecimento teóricos e práticos que se aprende e se transmite aos contemporâneos e aos que virão. Neste sentido, o objetivo do artigo é apresentar uma revisão teórica sobre o que é e como a cultura organizacional influencia e conseqüentemente impacta no desenvolvimento da liderança dentro das organizações. Entendendo o conceito de cultura organizacional, através de seus valores e crenças, vê-se como afeta ou incentiva o desenvolvimento de líderes e a partir daí impactam do desempenho da organização.

Palavras-Chave: Cultura Organizacional – Liderança - Organizações.

### **INTRODUÇÃO**

O cenário econômico e a dinâmica do mercado, provocam a realização de estudos para buscar formas de análise para melhor entender as organizações e as relações delas com as partes interessadas.

Neste caminho, nos últimos anos, surgiram estudos em novos campos da administração, como a importância da gestão de pessoas, análise e desenvolvimento de lideranças e introdução, dentro do ambiente organizacional, do conceito de cultura. Um tema que, a cada dia ganha mais estudos especializados e assim mostrando que há interesse dos empresários em aprofundarem-se no assunto, pois entendem que as lideranças dentro das organizações possuem um papel de extrema importância a partir do entendimento e absorção da cultura interna da empresa.

Os estudos iniciais sobre o tema focaram a cultura organizacional dentro das empresas familiares, pois praticamente todas as organizações iniciaram suas atividades desta forma. Com o passar dos anos os estudos foram

ampliados, buscando mostrar o quanto a liderança e a cultura organizacional estão ligadas. Acredita-se que a cultura organizacional é um dos pilares do desenvolvimento de lideranças.

Neste cenário de mudanças o líder é o principal condutor da organização nos processos de adaptação ao novo momento, transformando ameaças e incertezas do mercado em oportunidades de negócios (ARRUDA; CHRISÓSTOMO; RIOS, 2010). Neste contexto, os estudos sobre o tema da liderança organizacional ganham importância, tornando-se nas últimas décadas, uma área do conhecimento com vasta quantidade de pesquisas no meio acadêmico (ALATORRE, 2013).

O desenvolvimento teórico desta pesquisa se divide em três partes que contemplam os assuntos principais abordados: a primeira trata do conceito isolado de cultura; a segunda parte trata do entendimento e compreensão dos estudos sobre cultura organizacional; e a terceira e última parte relaciona a cultura organizacional e liderança.

## 1 CULTURA

Cultura significa cultivar e vem do latim *colere*. Trata-se do processo ou estado do desenvolvimento social de um grupo, povo ou nação, que resulta do aprimoramento de seus valores, instituições, desenvolvimento intelectual, criações, civilização, progresso, hábitos, gostos, modos e sobrevivência, símbolos, crenças materiais e normas de comportamento que regulam a ação humana individual e coletiva tal como se desenvolvem em uma sociedade ou grupo específico, e que se manifestam em praticamente todos os aspectos da vida.

O significado da palavra cultura, normalmente está relacionada aos comportamentos, tradições e conhecimentos de um determinado grupo social, incluindo a língua/idioma, as comidas típicas, as religiões, a música, a dança, o modo de se vestir, e outras coisas que diferem uma pessoa ou nação das demais. Mas mais do que uma simples palavra, a expressão cultura vai além

disso, mergulhando em um emaranhado de conceitos, regras e valores sociais individuais ou coletivos (KOTTER; HESKETT, 1994).

Para Motta e Caldas (1997, p. 27), a cultura “fornece um referencial que permite aos atores das um sentido ao mundo em que vivem e às suas próprias ações”. É importante ressaltar que o processo de racionalização do mundo, que permite a produção de sentido, realiza-se sobre a esfera sociocultural de cada sociedade, na qual as características tradicionais atuam como fatores limitadores do domínio da racionalidade formal (OLIVEIRA; MACHADO DA SILVA, 2001).

Do ponto de vista das ciências sociais, conforme a formulação de Tylor (2005), a cultura é um conjunto de ideias, comportamentos, símbolos e práticas sociais artificiais aprendidos de geração em geração por meio da vida em sociedade. De acordo com Ralph Linton (1967) “[...] como termo geral, cultura significa a herança social e total da Humanidade; como termo específico, uma cultura significa determinada variante da herança social. Assim, cultura, como um todo, compõe-se de grande número de culturas, cada uma das quais é característica de certo grupo de indivíduos.” (LINTON, 1967, p. 34). Enquanto a definição de Tylor é muito genérica, podendo causar confusão quando se propõe uma reflexão mais aprofundada do que é cultura, outras definições são mais restritivas.

Para a filosofia, cultura é um conjunto de manifestações humanas que contrastam com a natureza ou comportamento natural. Por sua vez, em biologia uma cultura é uma criação específica de organismos para determinados fins (por exemplo: estudo de modo de vida bacterianos, estudos microecológicos etc.).

Na rotina das sociedades civilizadas a cultura costuma ser associada à aquisição de conhecimentos e práticas de vida reconhecidos como melhores, superiores, ou seja, erudição; este sentido normalmente se associa ao que pode ser também descrito como “alta cultura”. Dentro do contexto da filosofia, a cultura é um conjunto de respostas para melhor satisfazer as necessidades e os desejos humanos. Cultura é informação para o conhecimento, isto é, um conjunto de conhecimentos teóricos e práticos que se aprende e transmite aos contemporâneos e aos que virão.



A antropologia compreende cultura com a totalidade de padrões aprendidos e desenvolvidos pelo ser humano. Segundo a definição de Edward Burnett Tylor, sob a etnologia, a cultura seria “o complexo que inclui conhecimento, crenças, arte, moral, leis, costumes e outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade”. Portanto, corresponde, neste último sentido, às formas de organização de um povo, seus costumes e tradições transmitidas de geração para geração que, a partir de uma vivência e tradição comum, se apresentam como a identidade desse povo.

## **2 CULTURA NAS ORGANIZAÇÕES**

O termo Cultura Organizacional é originário da antropologia e foi introduzido na discussão acadêmica das organizações por Pettigrew (1979) e de imediato despertou a atenção e o interesse de profissionais e estudiosos na área de negócios, que passaram a estimular a discussão no sentido de melhor entender a importância desse tema para as organizações. Segundo Pettigrew, a cultura organizacional consiste em: “[...] um sistema de significados pública e coletivamente aceitos para um dado grupo, em certo período de tempo.” (PETTIGREW, 1979, p.574).

Ainda de acordo com Pettigrew (1979), os símbolos, a linguagem, a ideologia, as crenças, os ritos e os mitos constituem os elementos expressivos da cultura organizacional. No entanto o autor enfatiza que os símbolos, isto é, os “[...] objetos, atos, relacionamentos ou formas linguísticas que apresentam multiplicidade de significados e que evocam emoções e estimulam o indivíduo para ação.” (PETTIGREW, 1979, p. 574). Assumem papel de destaque entre as manifestações culturais, por serem referências por si só, enquanto os demais elementos nada mais são do que outras formas de simbolismo.

Há alguns anos, o número de pesquisas sobre o tema “cultura organizacional” aumentou consideravelmente. Pesquisas estas, conduzidas sob os mais diversos enfoques teórico-metodológicos. Linda Smircich (1983) categorizou as pesquisas realizadas até aquele momento, o que permitiu



sistematizar o conhecimento produzido na área. A autora distingue duas linhas de pesquisa: a primeira enfoca a cultura como uma variável. Como algo que a organização tem; a segunda linha concebe a cultura como a raiz da própria organização, algo que a organização é.

Na primeira linha de estudo, é possível dividir aqueles que definem a cultura como uma variável independente, externa à organização (a cultura da sociedade em que está inserida a organização e que é trazida para dentro desta por seus membros) e aqueles que definem a cultura como uma variável interna (as organizações produzem bens, serviços e produtos culturais como lendas, ritos e símbolos).

O sucesso das empresas japonesas levou muitos pesquisadores americanos a estudarem as diferenças culturais entre os dois países e sua influência sobre o contexto organizacional. Exemplos desta linha de pesquisa são os trabalhos de Inzerelli e Rosen (1983) e Jaeger (1983) que estudam como o controle organizacional varia em razão de fatores culturais, comparando as organizações japonesas com empresas americanas e inglesas. Por outro lado, as pesquisas realizadas utilizando como ponto de partida a premissa da cultura como variável interna, procuram enfatizar a importância dos fatores culturais para a definição de estratégias organizacionais. A cultura, concebida como um conjunto de valores e crenças compartilhados pelos membros de uma organização deve ser consistente com outras variáveis organizacionais como a estrutura, tecnologia o estilo de liderança. Da consistência destes vários fatores depende o sucesso da organização.

A segunda linha de pesquisa identificada por Smircich, procura ir além da visão instrumental da organização derivada da metáfora da máquina, da visão adaptativa derivada da metáfora do organismo, para pensar a organização como forma expressiva de manifestação da consciência humana. Esta linha deriva o seu conceito de cultura da antropologia, absorvendo a ideia de cultura como um recurso epistemológico que permite focar o estudo das organizações como um fenômeno social, como a metáfora do organismo, segundo a qual a autora embasa a visão sistêmica das organizações (SMIRCICH, 1983).

A organização, independentemente do seu ramo de atividade ou negócio, possui uma cultura que evidencia seu ambiente e as relações sociais. O conceito de cultura organizacional configura-se por meio de normas, crenças, valores e padrões centrais que estruturam a dinâmica organizacional (BARBOSA, 1996; FREITAS, 1991; SOUZA, 1978). Daft esclarece que “[...] a cultura de uma organização geralmente começa com seu fundador ou um líder pioneiro que articula e implanta ideias e valores particulares como visão, uma filosofia ou uma estratégia comercial”. (DAFT, 1999, p. 244).

Entretanto, para Tavares (2002), a cultura se constrói a partir da trajetória evolutiva do homem, podendo ser aplicada no âmbito das corporações, em vista que é um subsistema interligado com um sistema mais abrangente. Já de acordo com Marras (2011) a cultura organizacional é o modelo de pressupostos básicos que um grupo assimilou na medida em que resolveu os seus problemas de adaptação externa e integração interna e que, por ter sido suficientemente eficaz, foi considerado válido e repassado (ensinado) aos demais (novos) membros como a maneira correta de perceber, pensar e sentir em relação àqueles problemas. Schein, define cultura organizacional como sendo:

Padrão de pressupostos básico – criados descobertos e desenvolvidos por um determinado grupo que aprende a lidar com seus problemas de adaptação externa e integração interna- que têm funcionado suficientemente bem para ser considerado válido, e assim, ser ensinado aos novos membros como modo correto de perceber, pensar e sentir em relação àqueles problemas. (SCHEIN, 1988, p.9).

Schein (1988, p.2) esclarece ainda, que os padrões culturais são criados e comunicado pelos líderes, os quais seu principal desempenho é criar, gerir e até eliminar uma cultura, se necessário. O autor destaca ainda que existem três níveis de cultura que são: Os artefatos, que estão visíveis na cultura; as crenças e valores expostos: São as estratégias e os objetivos e metas compartilhados por um grupo; as suposições básicas: São os sentimentos que alguém assume como se fossem verdadeiros (SCHEIN, 1988). Ainda de acordo com Shein,

A cultura organizacional é conjunto de pressupostos básicos que um grupo inventou, descobriu ou desenvolveu para poder lidar com os problemas de adaptação externa e integração interna, os quais funcionam bem o suficiente para serem considerados válidos e ensinados a novos membros como a forma correta de perceber, pensar e sentir. (SCHEIN, 2009, p.3).

Compreendemos que a cultura do ponto de vista antropológico, possibilita a integração das pessoas em um grupo, além da manutenção dos costumes um povo, uma sociedade e uma nação.

Nesse sentido, surge a seguinte indagação: Por que devemos compreender a cultura particular das organizações? Segundo Chu (2010), o interesse pelo estudo da cultura organizacional teve início após a Segunda Grande Guerra e foi influenciado pelo declínio da produção americana e pelo sucesso das organizações japonesas.

A cultura japonesa é fortemente pautada no espírito de equipe e nos princípios de disciplina e ética. Esta combinação possibilitou a construção de organizações coesas, nas quais os mesmos objetivos eram compartilhados entre os membros, diferentemente da cultura individualista presente nos países ocidentais.

Outros fatores que geraram interesse no tema, foram a necessidade de resposta aos problemas práticos identificados no ambiente gerencial e a busca de um “contra-ataque” a problemas de desintegração (Chu, 2010).

Para Robbins, “A cultura organizacional se refere à maneira pela qual os funcionários percebem as características da cultura da empresa, e não ao fato de eles gostarem ou não delas.” (ROBBINS, 2005, p. 376).

Com base nas definições de cultura organizacional citadas, percebemos que o conceito que define de maneira apropriada as organizações na condição de sistema coletivo é aquele que as compreende como sistemas socialmente instituídos, construídos, compartilhados e apoiados pelos seus membros – resultando de um padrão de integração que revela algo estável, profundamente enraizado (Schein, 2009).

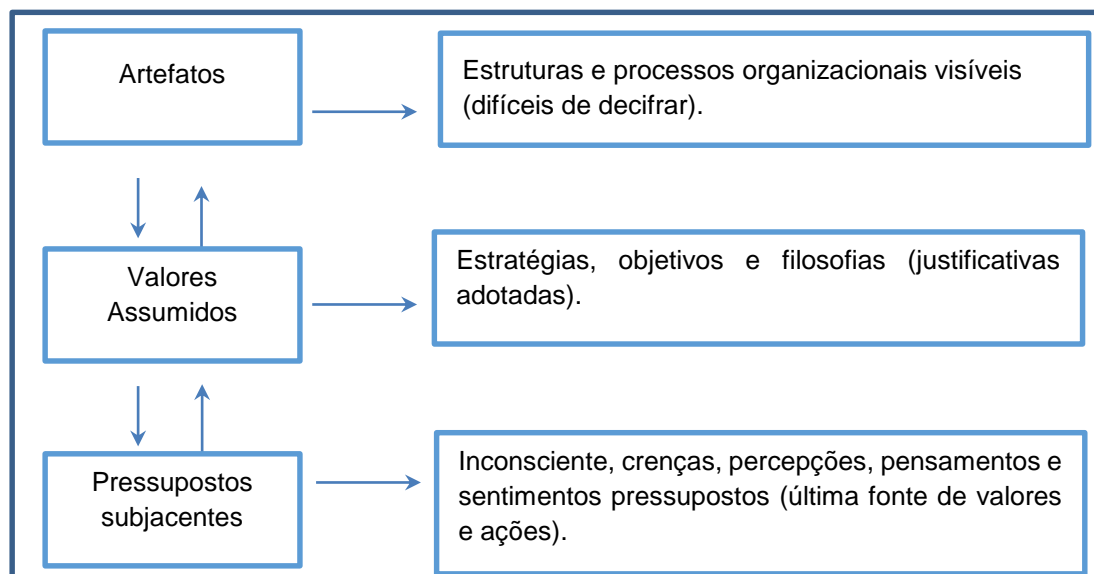
## 2.1 NÍVEIS DA CULTURA ORGANIZACIONAL

Schein (2009) destaca que um dos principais erros é tentar simplificar a cultura organizacional como apenas a direcionadora do comportamento das pessoas. A cultura organizacional envolve muito mais do que isso, seus múltiplos aspectos podem ser divididos em visíveis e invisíveis.

A cultura organizacional se manifesta em três níveis: artefatos, valores assumidos e pressupostos subjacentes (Schein, 2009), conforme exposto na Figura 1 a seguir.

Vale destacar que há interações e influências contínuas entre os níveis, uma vez que a cultura é um processo dinâmico e interativo.

Figura 1: Níveis de Cultura.



Fonte: Adaptado de Schein, 2009, p 21.

O nível dos artefatos é o mais fácil de ser observado, pois é o que você vê, ouve e percebe ao seu redor. Artefatos são características visíveis da cultura organizacional, como a arquitetura as vestimentas, o *layout*, os mitos e as histórias.

Um exemplo de artefato é a composição do mobiliário de um setor. A cadeira do chefe, na maioria das vezes, é diferente (mais confortável e pomposa)

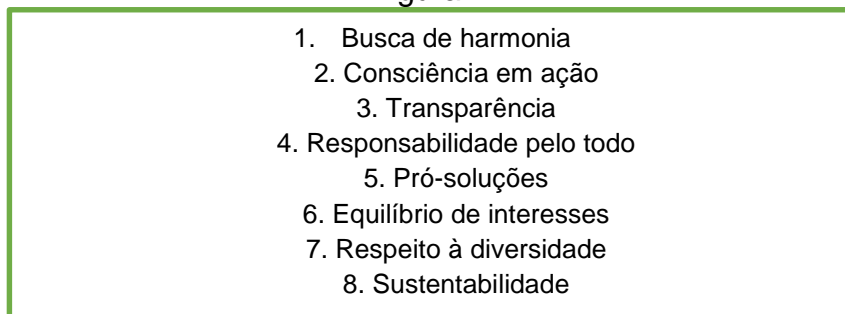
em comparação com as cadeiras dos demais funcionários. Ela é um artefato indicador de que a pessoa que a ocupa assume uma posição de comando.

Os valores assumidos são o conjunto de normas e valores compartilhado que sustentam a cultura direcionando o comportamento da organização e de seus funcionários (Pasetto; Mesadri, 2012). Representam as convicções dominantes, as crenças básicas, ou seja, aquilo em que a maioria das pessoas da organização acredita.

Geralmente, grandes empresas expõem sua missão, sua visão e seus valores publicamente.

Veja o exemplo a seguir em que são apresentados os valores/princípios do Sesc-RS:

Figura 2

- 
1. Busca de harmonia
  2. Consciência em ação
  3. Transparência
  4. Responsabilidade pelo todo
  5. Pró-soluções
  6. Equilíbrio de interesses
  7. Respeito à diversidade
  8. Sustentabilidade

Fonte: SESC-RS, 2021.

Os valores do Sesc-RS refletem o que a empresa busca expressar no desenvolvimento de seus produtos, serviços e processos. Por meio desses valores, compreendemos que suas atividades externalizam a preocupação com o cliente, os colaboradores, a sociedade, o meio ambiente e a unidade.

No nível dos pressupostos básicos, estão contidos os elementos tidos como verdade na organização, ou seja, os pressupostos inquestionáveis e as certezas tácitas profundas. Outro elemento importante para cultura organizacional é o papel do fundador da moldagem dos padrões culturais (SCHEIN, 2009; FLEURY, 1996).

De acordo com Ferreira et al. (2006, p. 4), “Os valores e as concepções organizacionais do fundador são como âncoras que apoiam toda a estrutura

organizacional”. Estudos empíricos confirmam que os fundadores exercem uma forte influência sobre a cultura organizacional, uma vez que trazem consigo um conjunto de pressupostos, valores, perspectivas e artefatos que são repassados para outros atores organizacionais. Em algumas organizações, principalmente os familiares, a morte de um fundador pode gerar grande ruptura e perda de identidade (Lourenço; Ferreira, 2012).

### 3 LIDERANÇA

Para Robbins (1999), a liderança é a capacidade de influenciar um grupo em direção à realização de objetivos. A fonte desta influencia pode ser formal, como a fornecida pela posição gerencial em uma organização. Senge define liderança como “a capacidade de uma comunidade humana – pessoas vivendo e trabalhando juntas para criar novas realidades.” (SENGE, 1996, p. 45).

Liderança é a capacidade pessoa de unir e influenciar pessoas para a realização de objetivos, sendo muito importante na administração de projetos, porque a autoridade formal tem limitações (MAXIMIANO, 2002). Chiavenatto (2005) escreve que dois fenômenos que invadem as organizações:

De um lado os executivos estão abandonando suas tradicionais funções administrativas de planejar, organizar, dirigir e controlar para adotar uma postura de liderança renovadora no sentido de dinamizar a organização por meio de uma nova maneira de lidar com as pessoas. (CHIAVENATTO, 2005, p. 5).

Kuazaqui define liderança como sendo o conjunto complexo de relacionamentos interagentes, cada qual com sua relação de hierarquia e influencias cognitivas (KUAZAQUI, 2006, p. 03). Assim, a liderança está mais relacionada a lidar com desafios, e o gerenciamento pode ser relacionado a lidar com a complexidade organizacional (Stefano, 2008). Dentre as mais diversas definições de liderança, talvez a mais sucinta seja a de Stoner e Freeman onde definem o conceito como: “O processo de dirigir e influenciar as atividades



relacionadas às tarefas dos membros de um grupo.” (STONER; FREEMAN, 2009, p. 344). Para Chiavenatto (2006):

A liderança é necessária em todos os tipos de organização humana, seja na empresa, seja em cada um de seus departamentos. Ela é essencial em todas as funções da administração: o administrador precisa conhecer a natureza humana e saber conduzir as pessoas, isto é, liderar. (CHIAVENATTO, 2006, p. 18-19).

Eich (2013) escreve que:

Um líder é qualquer um que pode tomar decisões - formais ou informais -, avançar nos objetivos estratégicos da organização, contribuir vigorosamente para o desempenho institucional e tratar as pessoas de modo justo, honesto e solidário. A Liderança verdadeira vai bem além dessa definição padrão. Os líderes verdadeiros criam condições propícias para que os outros liderem também. (Eich, 2013, p. 25).

Para Eich, “[...] a liderança real e verdadeira é um modo de vida que pode fazer – e faz- a diferença nos resultados corporativos (tanto em tempos de economia forte quanto fraca), em ambientes competitivos e em face de desafios pessoais e externos ou internos.” (EICH, 2013, p. 54).

Chiavenatto destaca que “[...] no fundo, a liderança é um processo contínuo de escolha que permite ao grupo caminhar em direção a sua meta, apesar de todas as perturbações internas e externas.” (CHIAVENATTO, 2006, p. 185).

#### **4 CULTURA ORGANIZACIONAL E LIDERANÇA**

O desenvolvimento da cultura organizacional associa-se, assim, ao processo de maturação de uma organização e pode ser dividido em três etapas: nascimento e crescimento, meia-idade e idade madura e declínio (SCHEIN, 1984). A etapa do nascimento e crescimento envolve um período inicial, em que as empresa se encontram sob o domínio do fundador ou da família, que demarcam competências e funcionam como fonte de identidade, mantendo a

organização unida, integrada e comprometida com seus ideais. Em um segundo momento ocorre a sucessão, momento em que os sucessores são observados para se verificar se eles preservarão ou não os valores culturais, já que o objetivo continua sendo a manutenção da cultura identificada com os pressupostos do fundador, o que limita as possibilidades de mudanças culturais.

A fase da meia-idade corresponde ao desenvolvimento de novos produtos, expansão geográfica, aquisições e fusões por parte da organização, o que acarreta a criação de novas subculturas e o surgimento da oportunidade de se gerenciar a mudança cultural. Já na etapa da idade madura e declínio, a organização é caracterizada pela estabilização interna dos relacionamentos e pela falta de motivação de sua equipe para a mudança, o que gera um impasse entre a necessidade de transformação e a própria destruição.

A cultura organizacional envolve a base comportamental, ou seja, os padrões comportamentais das pessoas que fazem parte da equipe dentro da empresa em todos os níveis. As crenças e valores de uma organização podem interferir no desempenho profissional da força de trabalho. Dentro de uma empresa existem regulamentos, hierarquia, estratégias, missão, valores do seu fundador. Por outro lado, o emocional dos colaboradores, mexe com o cognitivo, que pode levar à criatividade (essência da inovação).

Segundo Peter Drucker (1999), “A meta é tornar produtivos as forças e o conhecimento específicos de cada pessoa na organização”. E para que isso aconteça, é necessário possuir bons líderes que estimulem os desempenhos afetivos e o cognitivo, o que pode levar a empresa a desenvolver conhecimentos que, se bem direcionados e cultivados por meio de treinamentos e trabalho em equipe, utilizem estratégias que auxiliem a atingir os objetivos da organização e cumprir sua missão social e econômica.

Ressalta-se que a cultura e liderança estão profundamente ligadas e não podem ser compreendidas separadamente, pois exatamente o talento único de um líder e sua habilidade de trabalhar com a cultura. Robbins (2005), esclarece que a cultura representa uma percepção comum mantida pelos membros da organização. Já sobre a visão de Otávio & Amboni (2007) a cultura abrange um

conjunto de características do ambiente de trabalho, compreendidas pelos colaboradores, constituindo-se numa das forças importantes que influenciam em sua conduta. Compreende, além dos padrões formais, o conjunto de regras não escritas que modificam as atitudes dos indivíduos na organização, ou seja, o autor diz que. O processo de mudança é muito difícil, exigindo cuidado e tempo. Ainda de acordo com os autores, para alcançar uma modificação duradoura, não se tenta transformar pessoas, mas as restrições organizacionais que atuam sobre elas. Os pressupostos que compõem a cultura da organização são as normas, os valores e o poder, sendo atributo essencial à organização.

Shein (2009) destaca que a criação da cultura organizacional é uma das principais funções da liderança de uma organização e que é resultante do aprendizado pela experiência comum de um grupo, existindo várias culturas diferentes em uma mesma organização. Para Sacamoto (2000), a chave do sucesso para o alto desempenho das organizações está na congruência entre os elementos da organização, principalmente entre a estratégia, a estrutura, as pessoas e sua própria cultura. Russo (2005) destaca que a liderança é o processo de condução das ações influenciando o comportamento e a mentalidade de outras pessoas e consequentemente alterando o meio.

Existe uma vasta literatura sobre a liderança e o perfil do líder. O que se procura são competências nestes líderes, que unifiquem o técnico e o social, prevalecendo a necessidade de averiguar: discursos não condizentes com as práticas organizacionais, habilidades requeridas diferentes das esperadas e análise para promoção de pessoas. Conforme Silvers, “[...] esta participação deve levar em conta, as regras, as competências e as ambições, bem como a crença comum de igualdade e liberdade ilusória tendo em vista a diferença fundamental que separa estas pessoas dos deuses, ou seja, sua finitude e moralidade.” (SILVERS, 1994, p. 155).

## CONCLUSÃO

Através da pesquisa bibliográfica e de sua análise, conclui-se que a cultura afeta diretamente o desenvolvimento de lideranças e conseqüentemente o desempenho da organização. Verifica-se ainda, que mesmo que a cultura de uma empresa tenha sido desenhada desde sua fundação, a manutenção desta depende de como o líder vai influenciar e interagir com a equipe. A importância de uma liderança preparada e comprometida com a base cultural da empresa fará com que a equipe se identifique com as crenças e valores institucionais e organizacionais. O objetivo de um líder dentro da organização é a formação de novas lideranças. Da mesma forma, a cultura organizacional é o pilar para a manutenção e crescimento de uma organização.

Identificou-se ainda, que a pesquisa pode ser aprofundada e interagindo com os estilos de lideranças e como estas afetam o desenvolvimento, disseminação e a manutenção de uma cultura organizacional.

## REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. **Gerenciando com as Pessoas: transformando o executivo em um excelente gestor de pessoas**. 1. ed. Elsevier, 2005.

DALONGORO, Roberto C. As relações entre a cultura organizacional e os estilos de liderança em uma concessionária autorizada de veículos na cidade de Uruguaiana/RS. **Revista Gestão Estratégica de Organizações**. Santo Ângelo. v. 02. n. 1. 2014. Disponível em: <<http://srvapp2s.santoangelo.uri.br/seer/index.php/gesto/article/view/1343>>. Acesso em: 08 jun. 2021.

DONOFRIO, Ana Paula. **Liderança e Cultura Organizacional** – Uma relação de valor. *Negócios em Projeção*. v. 08, n 1, p. 116-126. 2017.

EICH, Ritch K. **Líderes não Dão Ordens**. 1. ed. Rio de Janeiro, Thomas Nelson Brasil, 2013.

PEREZ, Francisco C.; COBRA, Marcos. **Cultura Organizacional e Gestão Estratégica: a cultura como recurso estratégico**. 2. ed. São Paulo, Atlas, 2017.

REIS, Patricia N. C.; MELO, Fernanda A. O.; PAINS, Jandiara C.; DINIZ, Célio G.; LIMA, HYDER M. A. **O Impacto da Liderança na Construção da Cultura**

**Organizacional: um Estudo de Caso Entre Alunos de uma IES Privada.**  
SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão de Tecnologia, 9. ed. 2012,  
Faculdades Dom Bosco, Resende-RJ.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento Organizacional.** 11. ed. São Paulo,  
Pearson Prentice Hall, 2005.

SOMENZARI, Marcel S.; RAMOS, Aimeé Costa de C.; NETO, Mário S. **Estilos de Liderança e Cultura Organizacional:** estudo comparativo de uma organização pública versus uma empresa privada. Revista Espacios, v. 38, n 53, p. 22. 2017.

SOUZA, Patricia da Silva S. **Cultura e Clima Organizacional:** compreendendo a essência das organizações. 1. ed. Curitiba, Saberes, 2014.

## **A IMPORTÂNCIA DA REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA POLÍTICA BRASILEIRA**

Milena Alberti<sup>1</sup>  
Franciele Seger<sup>2</sup>

### **RESUMO**

O tema deste artigo trata sobre a importância da representatividade feminina na política brasileira. Como delimitação temática, será estudado o percentual de representatividade das mulheres no Congresso Nacional e nas Assembleias legislativas dos entes da federação, com base nas eleições de 2018. Nesse sentido, considerando que a grande maioria de ocupantes de cargos eletivos é do sexo masculino, o problema de pesquisa recai no seguinte questionamento: por que a mulher é minoria nos cargos eletivos? O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar a importância da representatividade da mulher na política. A pesquisa foi construída em dois capítulos. No primeiro, serão analisados os aspectos históricos e jurídicos referentes aos direitos fundamentais das mulheres, em especial os políticos. No segundo capítulo serão estudados dados referentes à representatividade das mulheres no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas estaduais, com base em dados fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral. A metodologia adotada para a realização da pesquisa caracteriza-se como teórico-empírica, de cunho explicativo, natureza quantitativa e qualitativa no tratamento dos dados bibliográficos e documentais. O método de abordagem é hipotético-dedutivo. Ao final, foi possível concluir que as mulheres brasileiras não têm alto número de representatividade na política por acreditarem que não possuem espaço nela. Embora a sociedade ainda esteja vinculada a conceitos patriarcais, a criação de legislações que estimulem as candidaturas femininas configura a cedência de um lugar historicamente negado, e ainda, uma conquista a mais para o sexo feminino que tanto lutou – e luta - para obter espaço e respeito.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do 10º semestre do curso de Direito das Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA. E-mail: milenaalberti27@gmail.com

<sup>2</sup> Mestre em Direito pelo Programa de Pós- Graduação Stricto Sensu em Direito Doutorado e Mestrado, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI, campus Santo Ângelo, Turma 2017, com Bolsa da CAPES. Graduada em Direito pela Fundação Educacional Machado de Assis - FEMA. Advogada inscrita na OAB/RS sob o nº 98.179. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Atividades Complementares (NUPAC) da Fundação Educacional Machado de Assis - FEMA. Coordenadora da Curso de Especialização em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho da Fundação Educacional Machado de Assis - FEMA. Docente das disciplinas de Introdução ao Estudo do Direito, Direito Constitucional II e Direito Administrativo I, no curso de Direito da Fundação Educacional Machado de Assis - FEMA. Conselheira Suplente do COMUDICAS - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa Rosa/RS. Participou como voluntária do Projeto Rondon no ano de 2011, uma lição de vida e cidadania, na Operação Oiapoque, na cidade de Pedra Branca do Amapari/AP. E-mail: franciele@fema.com.br.



Palavras-chave: Mulher – Representatividade – Política.

## INTRODUÇÃO

O tema deste artigo trata sobre a importância da representatividade feminina na política brasileira. Como delimitação temática, será estudado o percentual de representatividade das mulheres no Congresso Nacional e nas Assembleias legislativas dos entes da federação, com base nas eleições de 2018. Nesse sentido, considerando que a grande maioria de ocupantes de cargos eletivos é do sexo masculino, o problema de pesquisa recai no seguinte questionamento: por que a mulher é minoria nos cargos eletivos? O questionamento sugere duas hipóteses, que pautarão a análise do artigo, quais sejam: a) as mulheres não tem um alto número de representatividade no ordenamento jurídico brasileiro por não se interessarem em pleitos eleitorais; b) as mulheres não têm um alto número de representação na política por acharem que seu lugar não é na política. O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar e demonstrar a importância da representatividade feminina na política.

A justificativa da pesquisa se dá pela atualidade do tema, principalmente nas vésperas de um ano eleitoral. As mulheres, apesar de terem os direitos políticos assegurados de forma plena pela Constituição Federal de 1988, ainda não ocupam muitas cadeiras no âmbito político, o que prejudica a coletividade na busca pela igualdade material. Assim, a pesquisa é relevante e necessária, pois tem por intuito demonstrar que “lugar de mulher é onde ela quiser”, inclusive na política.

O estudo foi construído em dois capítulos, que coincidem com os objetivos específicos de pesquisa. Assim, em um primeiro momento serão analisados os direitos fundamentais das mulheres, em especial os direitos políticos. Em um segundo momento será analisada a representatividade com base em números, para ao final, demonstrar os motivos pelos quais a representatividade feminina é importante.

## **1 ASPECTOS HISTÓRICOS REFERENTES AOS DIREITOS POLÍTICOS DAS MULHERES**

Olhando para a história, é possível constatar que foi necessária uma grande luta para as mulheres adquirirem a capacidade eleitoral. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, o primeiro estado onde o direito ao voto feminino foi no Rio Grande do Norte, em 1927. O estado também foi o pioneiro ao eleger Alzira Açoriano, em 1929, para o mandato de prefeita na cidade de Lages (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2013).

O direito ao voto foi adquirido de forma plena no Brasil após os pleitos da primeira onda do feminismo, tornando-se possível em 1932, com o sancionamento do Código Eleitoral, durante o governo de Getúlio Vargas.

Nesse sentido, a redação do art. 109 da Constituição de 1934 era o seguinte: “[...] o alistamento e o voto são obrigatório para os homens, e para as mulheres, quando estas exerçam função pública remunerada sob as sanções e salvas as exceções que a lei determinar. (BRASIL, 1934).”

A Constituição de 1937 omitiu as disposições referentes à obrigatoriedade do voto prevista na Constituição de 1934. Entretanto, a questão do voto feminino foi disciplinada pelo Decreto-Lei n.º 7.586/45. O artigo 4º da referida lei estabelecia que era obrigatório o voto para os brasileiros de ambos os sexos. A Constituição de 1946, por sua vez, trouxe em seus artigos 131 e 133, respectivamente:

Art. 131. São eleitores os brasileiros maiores de dezoito anos que se alistarem na forma da lei.

[...]

Art. 133. O alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros de ambos os sexos, salvo as exceções previstas em lei. (BRASIL, 1946).

O período ditatorial, posteriormente, foi um período de baixa representatividade feminina, politicamente falando, mas foi um grande momento de reivindicações feministas no sentido de igualdade.

Após isso, em 05 de outubro de 1988, foi promulgada a Constituição Federal de 1988, que consolidou a igualdade e trouxe uma série de direitos fundamentais, sendo eles: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos e um capítulo respectivo sobre os partidos políticos (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, é importante salientar o art. 14 do referido diploma, que inicia o capítulo dos direitos políticos e traz que a soberania popular é exercida pelo voto direto, secreto, universal e periódico, com valor igual para todos. A redação do dispositivo é a seguinte:

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:  
I - plebiscito;  
II - referendo;  
III - iniciativa popular. [...] (BRASIL, 1988).

Assim, o art. 14 consolidou o voto com valor igual para todos, seja homem, seja mulher. Também trouxe em seu §3º um rol de condições de elegibilidade aplicáveis a homens e a mulheres. Por fim, a Constituição de 1988 consolidou o voto secreto universal e periódico como cláusula pétrea, referindo que não poderão ser objeto de deliberação os projetos de emenda que visem a abolir os direitos fundamentais – dentre eles a igualdade de todos perante a lei – e o voto direto, secreto, universal e periódico.

Outro ponto significativo após a promulgação da constituição federal de 1988 foi a aprovação da Lei de Cotas por gênero. A lei n.º 12.034/2009 revogou a antiga redação do §3º do art. 10º na Lei n.º 9.504/97 - Lei das eleições, para estabelecer no § 3º o número de vagas resultante das regras previstas no artigo 10º do dispositivo, sendo que cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo (BRASIL, 2009). Trata-se da cota de gênero na política.

A legislação citada também representa uma evolução na representatividade feminina na política. Nesse sentido, fazendo um comparativo com o século XX, ocorreu uma grande evolução, no sentido legal, dos direitos

políticos das mulheres, sendo o voto feminino e a capacidade de ser votada uma conquista. Entretanto, apesar de toda a legislação inclusiva vigente, as mulheres ainda não possuem grande representatividade no Congresso, o que prejudica toda a coletividade no alcance da igualdade.

## **2 A IMPORTANCIA DA REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA POLÍTICA: DADOS RELEVANTES**

No Brasil, basta uma sucinta análise para verificar que há uma grande deficiência na representatividade das mulheres. Segundo as estatísticas fornecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral, no ano de 2018, as mulheres representavam aproximadamente 52,54% do eleitorado Brasileiro, ou seja, a maioria numérica do eleitorado nacional (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2018).

Entretanto, embora o eleitorado feminino fosse maioria numérica, não foi possível constatar reflexos significativos no tocante à representatividade feminina na política no ano de 2018. No referido ano, foram eleitos 513 deputados federais, entretanto, apenas 77 destes eram mulheres, ou seja, da composição da Câmara dos Deputados, apenas 15% são mulheres.

Realizada uma análise por ente da federação, foi possível constatar que apenas o Distrito Federal elegeu mais mulheres do que homens. Dos oito deputados eleitos, 5 eram mulheres, sendo o percentual de mulheres eleitas equivalente à 62,5%. O Acre também apresentou bons números, sendo que 50% dos candidatos eleitos eram do sexo feminino.

Nos demais Estados, por outro lado, os números são alarmantes. Os Estados do Amazonas, Maranhão e Sergipe não elegeram nenhuma candidata do sexo feminino para o mandato de deputada federal. Os outros Estados contaram com números medianos ou baixos, sem avanços significativos na representação feminina na casa legislativa.

De igual modo ocorre no Senado Federal. Dos 81 membros eleitos, apenas 12 deles são do sexo feminino, o que equivale à 14,82% de

representatividade. Fazendo a soma de todos os membros do Congresso Nacional, as representantes das mulheres são, aproximadamente, 14,98% dos membros, o que representa um número significativo, se comparado com anos anteriores, mas que ainda pode melhorar muito.

Nas Assembleias Legislativas dos Estados da federação, a baixa representatividade feminina não é diferente. Apenas dois entes da federação tem representatividade feminina superior à 25%. Isso representa que, apesar de serem maioria eleitoral, as mulheres não votam em si próprias, por ainda acreditarem que lugar de mulher não é na política. Nesse sentido, no entendimento de Tainah Simões Sales e Hanna Rayssa Batista Veras:

As mulheres foram impedidas de votar e serem votadas durante séculos, com papéis considerados inatos à condição de ser mulher, como ser mãe e ficar apenas no lar. Bem como, existiu a naturalização da ideia da inferioridade feminina. Quando finalmente tiveram acesso à uma participação formal, encontraram o domínio de um grupo já predominante na estrutura do Estado. Os homens sempre tiveram vantagem à participação política, ao trabalho e aos postos de poder, não sendo suficiente para eliminar as barreiras históricas e culturais sobre às mulheres a mera proibição de discriminação em um modelo jurídico. É necessário que seja levado em conta todo o histórico de privação de direitos de grupos minoritários para um sistema jurídico realmente efetivo. (SALES; VERAS, 2020, p. 6).

As autoras, ainda, apontam dados trazidos pelo Senado Federal, informando que no ano de 2014 foi realizada uma pesquisa na qual 62% das mulheres responderam que se acreditassem que poderiam vencer uma eleição, se candidatariam (SALES; VERAS, 2020). Tais dados demonstram que, apesar de muitas mulheres manifestarem interesse em se candidatar ao pleito eleitoral, ainda há um distanciamento entre as mulheres e a política.

Mas por quais motivos esses dados são relevantes? Muito se falou, até o presente momento, sobre a deficiência da representatividade feminina na política, mas até então, não foi falado por qual motivo tal representatividade é importante. “Pela ótica da democracia de gênero, a eleição de mulheres é importantíssima pois implica em acessar um espaço historicamente negado e ainda de difícil êxito e permanência.” (LOLATTO, 2019, p. 175). O argumento

trazido por Simone Lolatto evidencia uma das justificativas para busca da mulher por representatividade.

Por muitos anos, foi negado à mulher o espaço na política, não só no tocante à capacidade eleitoral passiva – ser votada – mas também na capacidade eleitoral ativa, uma vez que as mulheres apenas conquistaram o direito ao voto em âmbito nacional em 1932. Portanto, o preenchimento de vagas no Congresso por representantes do sexo feminino representa uma conquista, em relação à uma história de lugares e espaços não concedidos, que hoje podem ser ocupados.

Mas muito mais além do que uma conquista em relação à histórica, a ocupação das casas legislativas por mulheres representa um mecanismo de dar voz àquelas mulheres que não têm, levando à pleito reivindicações próprias de indivíduos do sexo feminino.

Um exemplo disso consiste na aprovação da Lei n.º 14.164/2021, que instituiu a semana escolar de debate sobre a violência contra as mulheres. O projeto, proposto pela bancada feminina, tornou-se lei em junho de 2021 e altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra as mulheres nos currículos da educação básica, além de instituir a semana escolar de combate à violência contra a mulher (BRASIL, 2021).

Outro exemplo consiste no Projeto de Lei n.º 4.968/19, que recentemente se tornou a Lei n.º 14.214/2021, que institui o programa de proteção e promoção da saúde menstrual. O Projeto de Lei foi de iniciativa da deputada federal Marília Arraes, do Partido dos Trabalhadores de Pernambuco (SENADO FEDERAL, 2019).

Pelo exposto, nesses dois exemplos fica clara a importância da participação das mulheres na política. No primeiro, a bancada feminina propôs um projeto que visa a conscientização sobre um tipo de violência que ocorre contra as mulheres tão somente pela condição de mulher. No segundo, foi colocada em pauta pela primeira vez a promoção e proteção da saúde menstrual,



que não consiste em algo supérfluo, mas sim uma questão de dignidade das mulheres brasileiras.

Assim, resta demonstrada a importância da participação das mulheres na política, não só como eleitoras, mas como titulares de mandato eletivos, para votar e representar outras mulheres que necessitam de espaço, voz, e que têm muitas reivindicações.

A representatividade feminina na política consiste não só na ocupação de um espaço anteriormente negado, mas também em dar espaço e voz a mulheres que ainda não o tem, dar visibilidade a questões que são únicas da condição de mulher, promovendo a igualdade material e a dignidade humana.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, é possível verificar que muito se evoluiu no tocante à participação feminina na política, entretanto, muito precisa ser melhorado. A baixa representatividade feminina no Congresso e nas Assembleias Legislativas consiste em um grave problema, pois inviabiliza o exercício da democracia de forma plena e dificulta a visibilidade das mulheres.

A participação feminina na política também simboliza a ocupação de um espaço historicamente negado, além de ser um mecanismo de promoção da igualdade. Porém, muitas mulheres não se empenham ou se encorajam em lançar candidaturas pelo simples fato de não acreditar que podem ser eleitas, como foi apresentado ao longo do artigo.

Assim, tendo em vista que o problema de pesquisa consiste em analisar por quais motivos as mulheres são minoria nos cargos eletivos, com base nos apontamentos realizados é possível refutar a primeira hipótese desenvolvida e acolher a segunda. As mulheres brasileiras não têm alto número de representatividade na política por acreditarem que não possuem espaço nela, e não por não se interessarem em pleitos eleitorais.

Para impulsionar as candidaturas femininas, surgiu a Lei n.º 12.034/2009, que institui um sistema de cotas. A criação de tal legislação caracteriza um

grande meio de alcance da efetiva democracia e torna possível a visualização de um novo cenário, pois estabelece a participação política de forma menos desigual, uma vez que ainda se está longe de falar em igualdade material.

A passos lentos, é possível verifica a mudança. Embora a sociedade ainda esteja vinculada a conceitos patriarcais, a criação de legislações que estimulem as candidaturas femininas configura a cedência de um espaço historicamente negado, e ainda, uma conquista a mais para o sexo feminino que tanto lutou – e luta – para obter espaço e respeito.

A representatividade feminina na política é um meio para dar voz àquelas que não têm. Com políticas públicas de integração e a mudanças de padrões socialmente construídos e estimulados, é possível o alcance da democracia representativa estabelecida na Constituição, bem como a construção de uma sociedade livre, justa e igualitária.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n.º 12.034, de 29 de setembro de 2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, 29 de setembro de 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12034.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12034.htm)>. Acesso em: 22 out. 2021.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, 05 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 22 out. 2021.

BRASIL. Constituição de 1934. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 16 de Julho de 1934. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)>. Acesso em: 22 out. 2021.

BRASIL. Constituição Federal de 1946. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1946. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm)>. Acesso em: 22 out. 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Infográficos Deputados Eleitos**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/DeputadosEleitos/index.html>>. Acesso em: 22 out. 2021.

ESTADO DO ACRE. Lista de deputados 15ª legislatura. **Assembleia Legislativa do Estado do Acre**. Disponível em: <<https://sapl.al.ac.leg.br/parlamentar/>>. Acesso em: 22 out. 2021.

ESTADO DO AMAPÁ. VII Legislatura (2019/2023). **Assembleia Legislativa do Estado do Amapá**. Disponível em: <[http://www.al.ap.gov.br/pagina.php?pg=exibir\\_legislatura](http://www.al.ap.gov.br/pagina.php?pg=exibir_legislatura)>. Acesso em: 22 out. 2021.

ESTADO DO AMAZONAS. Deputados. **Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas**. Disponível em: <<http://al.am.leg.br/deputados/>>. Acesso em: 22 out. 2021.

ESTADO DA BAHIA. Deputados Estaduais. **Assembleia Legislativa do Estado da Bahia**. Disponível em: <<https://www.al.ba.gov.br/deputados>>. Acesso em: 22 out. 2021.

ESTADO DO CEARÁ. Deputados: nomes e histórico. **Assembleia Legislativa do Estado do Ceará**. Disponível em: <<https://www.al.ce.gov.br/index.php/deputados/nomes-e-historico>>. Acesso em: 22 out. 2021.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Conheça os deputados. **Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo**. Disponível em: <<https://www.al.es.gov.br/Deputado/Lista>>. Acesso em: 22 out. 2021.

ESTADO DE GOIÁS. Deputados em exercício. **Assembleia Legislativa do Estado de Goiás**. Disponível em: <<https://portal.al.go.leg.br/legado/deputado/>>. Acesso em: 22 out. 2021.

ESTADO DO MARANHÃO. Parlamentares. **Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão**. Disponível em: <[http://sapl.al.ma.leg.br:8080/sapl/consultas/parlamentar/parlamentar\\_index\\_html](http://sapl.al.ma.leg.br:8080/sapl/consultas/parlamentar/parlamentar_index_html)>. Acesso em: 27 out. 2021.

ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL. Partidos, bancadas e blocos. **Assembleia legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul**. Disponível em: <<https://www.al.ms.gov.br/Partidos/Lista>>. Acesso em: 22 out. 2021.

ESTADO DO MATO GROSSO. Deputados. **Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso**. Disponível em: <<https://www.al.mt.gov.br/parlamento/deputados>>. Acesso em: 22 out. 2021.

ESTADO DE MINAS GERAIS. Conheça os deputados. **Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais**. Disponível em: <[https://www.almg.gov.br/deputados/conheca\\_deputados/index.html](https://www.almg.gov.br/deputados/conheca_deputados/index.html)>. Acesso em: 22 out. 2021.

ESTADO DO PARÁ. Representantes do povo. **Assembleia Legislativa do Estado do Pará.** Disponível em: <<https://www.alepa.pa.gov.br/deputados.asp>>. Acesso em: 22 out. 2021.

ESTADO DA PARAÍBA. Parlamentares. **Assembleia Legislativa do estado da Paraíba.** Disponível em: <<http://www.al.pb.leg.br/deputados>>. Acesso em: 22 out. 2021.

ESTADO DE PERNAMBUCO. Parlamentares. **Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.** Disponível em: <<https://www.alepe.pe.gov.br/parlamentares/>>. Acesso em: 22 out. 2021.

ESTADO DO PIAUÍ. Parlamentares. **Assembleia Legislativa do Estado do Piauí.** Disponível em: <<https://sapl.al.pi.leg.br/parlamentar/?idMenu=66>>. Acesso em: 27 out. 2021.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Deputados atual legislatura. **Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte.** Acesso em: 27 out. 2021.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Lista de Deputados da 55ª legislatura. **Assembleia legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.** Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/deputados/ListadeDeputados.aspx>>. Acesso em: 22 out. 2021.

ESTADO DE RONDÔNIA. Parlamentares. **Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.** Disponível em: <<https://www.al.ro.leg.br/institucional/parlamentares-2>>. Acesso em: 27 out. 2021.

ESTADO DE RORAIMA. Deputados estaduais. **Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.** Disponível em: <<https://al.rr.leg.br/deputados-estaduais-2019>>. Acesso em: 27 out. 2021.

ESTADO DE SANTA CATARINA. Deputados. **Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.** Disponível em: <<http://www.alesc.sc.gov.br/todos-deputados>>. Acesso em: 22 out. 2021.

ESTADO DO SERGIPE. Deputados. **Assembleia Legislativa do Estado do Sergipe.** Disponível em: <<https://al.se.leg.br/parlamentares/deputados/>>. Acesso em: 27 out. 2021.

ESTADO DE SÃO PAULO. Lista de Deputados. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.** Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/deputado/lista/>>. Acesso em: 22 out. 2021.

ESTADO DO TOCANTINS. Parlamentares. **Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**. Disponível em: <<https://al.to.leg.br/perfil>>. Acesso em: 27 out. 2021.

LOLATTO, Simone. Aspectos culturais que dificultam a participação as mulheres na política eleitoral e sua relação com as esferas público-privada. *In*: Representação Feminina na Política: informações selecionadas. **Tribunal Superior Eleitoral**. Brasília, 2018.

SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei nº 4968, de 2019**. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/149605>>. Acesso em: 22 out. 2021.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Há 80 anos Mulheres Conquistaram o Direito de Votar e ser Votadas**. Brasília, 2013. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Marco/ha-80-anos-mulheres-conquistaram-o-direito-de-votar-e-ser-votadas>>. Acesso em: 22 out. 2021.

## **AS DIFERENÇAS SALARIAIS ENTRE HOMENS E MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO E A POSSIBILIDADE DE COIBIR ATOS DE DESIGUALDADES NA ESFERA TRABALHISTA**

Emily Amanda Bruxel Pinceta<sup>1</sup>  
Diogo Tibulo<sup>2</sup>

### **RESUMO**

O tema desta pesquisa recaiu sobre as diferenças abismais entre homens e mulheres no mercado de trabalho e a real eficácia da legislação trabalhista criada com o intuito de coibir atos de desigualdades na esfera laboral. A delimitação temática volta-se para uma análise sobre o possível efeito adverso das normas trabalhistas, que, por se basearem na divisão sexual do trabalho e, no intuito de proteger as mulheres, acabam as deixando mais desprotegidas, uma vez que terminam por gerar mais discriminação. A inquietação que move a pesquisadora busca responder: Em que medida a legislação trabalhista brasileira oferece efetiva proteção ao mercado de trabalho da mulher? Diante disso, o principal objetivo é estudar as possibilidades oferecidas pela legislação trabalhista brasileira para coibir desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho brasileiro, apontando, ainda, se há efetividade no resultado pretendido ou se a experiência diária tem demonstrado o efeito antagônico da norma. A pesquisa é relevante porque é preciso analisar os efeitos que as normas trazem em sua literalidade, uma vez que a criação de leis por si só não gera o efeito esperado, pois, muito embora a igualdade de gênero esteja prevista na Constituição Federal e nos tratados internacionais firmados pelo Brasil, a realidade não é essa, já que as estatísticas mostram disparidades entre os gêneros. Diante disso, o estudo demonstra relevante na medida que é possível identificar se as medidas legislativas até então tomadas para reduzir as desigualdades estão efetivamente formando uma sociedade justa e igual para todas as pessoas ou apenas gerando ainda mais preconceito. Para a realização deste estudo será empregada a natureza teórica empírica, optando pela compreensão das informações em meio a fatores variáveis. A pesquisa foi realizada através da análise de doutrinas a respeito do tema.

Palavras-chave: Desigualdade de Gênero – Diferenças Salariais - Mercado de Trabalho – Efeito Adverso da Norma.

### **INTRODUÇÃO**

---

<sup>1</sup> Pós-graduanda em Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho das Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA. emilyamandapin@hotmail.com.

<sup>2</sup> Especialista, Mestre Diogo Motta Tibulo. Orientador. Professor do Curso de Direito. Faculdades Integradas Machado de Assis - FEMA. dmt79@hotmail.com.



O tema deste trabalho trata sobre as diferenças gritantes entre homens e mulheres no mercado de trabalho e a real eficácia da legislação trabalhista criada com o intuito de proteger o mercado de trabalho da mulher. A delimitação volta-se para análise do possível impacto adverso das normas trabalhistas criadas com esta finalidade, que apesar de possuírem um fim nobre, terminam por revelar, no mais das vezes, um quadro mais acentuado de desigualdades, afastando a mulher ainda mais do mercado de trabalho.

A pergunta orientadora da presente pesquisa recai sobre: Em que medida a legislação trabalhista brasileira, que protege o mercado de trabalho da mulher, coíbe ou acentua desigualdades entre homens e mulheres?

A partir desta inquietação o principal objetivo é estudar sobre a possibilidade ou não de haver impacto antagônico oferecido pela legislação trabalhista no tocante ao tema em questão.

Nesse sentido os objetivos específicos são: a) Estudar a desigualdade histórica entre homens e mulheres, especialmente em relação ao mercado de trabalho, analisando o desenvolvimento do Direito do Trabalho em relação ao princípio da igualdade; b) Analisar se as legislações criadas para coibir desigualdades de gênero presentes no mercado de trabalho brasileiro estão tendo resultado positivo ou gerando efeito adverso.

Embora a igualdade de gênero esteja prevista no artigo 5º da Constituição Federal e nos tratados internacionais firmados pelo Brasil, a realidade não é essa. As estatísticas, apuradas pelo IBGE mostram a disparidade na remuneração, principalmente nos cargos de chefia e assessoramento. Apesar do longo caminho percorrido, com diversas políticas públicas já implementadas tanto pela iniciativa pública quanto privada ainda existem casos de discriminação contra as mulheres referente à remuneração.

Verificada a existência de diferenças salariais presente na sociedade é necessário medidas para coibir as práticas reiteradas. A inquietação principal é: Em que medida a legislação trabalhista brasileira oferece efetiva proteção ao mercado de trabalho da mulher, não produzindo o efeito avesso da norma.

Os esforços empenhados na realização da pesquisa visam testar a hipótese de pesquisa, consistente na apuração da validade da afirmação: A legislação trabalhista brasileira tem oferecido possibilidades para coibir as desigualdades salariais no mercado de trabalho brasileiro na medida que preveem a igualdade entre homens e mulheres, ou as normas protecionistas têm acentuado diferenças.

Para a realização deste trabalho será empregada a natureza teórica empírica, optando-se pela compreensão das informações em meio a fatores variáveis. Através desta técnica de estudo é possível visualizar os pontos positivos e eventuais falhas na implementação de normativas, concomitante com a técnica empírica em dados documentais e bibliográficos.

Através desta técnica de estudo é possível visualizar os pontos positivos e eventuais falhas na implementação de normativas, concomitante com a técnica empírica em dados documentais e bibliográficos. Serão utilizadas fontes secundárias extraídas a partir de análise e organização por meio de livros, dissertações, artigos, jurisprudências, leis, entre outros. Busca analisar as informações por ordem de entendimento.

É necessário utilizar os dados bibliográficos de acordo com os objetivos específicos, para fins explicativos. É certo que a presente pesquisa não esgota a temática, mas se destina a compilação bibliográfica que auxilia no registro histórico normativo para analisar as diferenças entre os gêneros e o real efeito das normas protecionistas.

A pesquisa será realizada em dois momentos. No primeiro momento será estudado a desigualdade histórica entre homens e mulheres no mercado de trabalho, analisando dados estatísticos em relação à igualdade de gênero no direito do trabalho brasileiro.

Num segundo momento, far-se-á a análise de possível impacto infausto das normas criados com o fim de reduzir desigualdades, que apesar de transmitirem um conceito/ de proteção e igualdade podem, a depender do cenário, provocar o aumento das desigualdades e dificulta o acesso das mulheres no mercado de trabalho brasileiro.

## 1 DESIGUALDADES DE GÊNERO E MERCADO DE TRABALHO

Para discussão a respeito do tema deste projeto é essencial estudar sobre a história das desigualdades sociais entre homens e mulheres e as diferenças salariais. É necessário compreender os desafios encontrados na busca na igualdade de gênero principalmente no mercado de trabalho. A partir dessa pesquisa, é possível identificar o marco histórico das desigualdades. Onde tudo começou? Quando a mulher ingressou no mercado de trabalho? Quais as dificuldades encontradas ao longo da história.

A partir desse estudo histórico, a análise será feita nas pesquisas apresentadas pelo IBGE na atualidade para identificar as diferenças salariais no mercado de trabalho para proporcionar o debate acadêmico e buscar soluções para diminuí-las.

### 1.1 AS DESIGUALDADES SOCIAIS ENTRE HOMENS E MULHERES NA HISTÓRIA E AS DIFERENÇAS SALARIAIS

Para análise das desigualdades é necessário o estudo sobre o ingresso da mulher no mercado do trabalho.

A partir da migração das pessoas que residiam na zona rural para as cidades, a força laborativa da mulher apresentou mais protagonismo no mercado de trabalho brasileiro. As principais características marcantes para essa mudança foram o acesso das mulheres às escolas e o controle de fertilidade.

Tal relação se deve ao fato das características determinantes desse indicador, como expansão na educação, redução da fertilidade, aumento nas atividades de colarinho branco e migração para áreas urbanas, serem fruto de melhoras nos níveis de desenvolvimento. (GASPARINI E MARCHIONNI, 2015, apud PEREIRA, 2017, p. 13).

A partir da industrialização, as mulheres começaram a desenvolver um papel dentro das indústrias, fazendo os serviços denominados de “menor importância”, aquele cujos homens não gostavam ou não queriam realizar, geralmente associado aos afazeres domésticos.

No âmbito internacional, com a ocorrência da I e II Guerra Mundial, as mulheres assumiram os postos de trabalho para garantir o sustento da família. Diante disso, algumas delas buscaram ingressar na escola básica e no ensino superior com o objetivo de se aperfeiçoar para incorporar um posto de trabalho. Apesar de muito preconceito, a passos lentos, as mulheres foram ganhando espaço no mercado de trabalho. Conforme destaca MELLO; NOVAIS:

A mulher de classe média vai chegando com muito esforço à universidade, vencendo a oposição dos pais, às vezes até do noivo ou do “namorado firme”. O preconceito contra sua presença nas escolas mais importantes, de direito, medicina ou engenharia, ainda era muito grande. Natural, portanto, que se dirigisse predominante às faculdades de filosofia, com o objetivo de ingressar no professorado de ginásio, do curso clássico ou científico, uma ocupação, aliás, já transformada em feminina. Mas a maioria das moças de classe média continuava professora primária, uma “segunda mãe” do “segundo lar”, a escola. (MELLO; NOVAIS, 2006, p. 596 apud PÁTARO E MEZZAMO, 2014, p.43).

Com essas mudanças, as mulheres que estavam almejando o seu ingresso no mercado de trabalho, incentivavam a classe feminina, por meio de movimentos para propagar a independência e incentivar a participação ativa na sociedade. As mobilizações eram realizadas através dos veículos de comunicações, como por exemplo, jornais, revistas, panfletos, etc., a fim de proporcionar informações sobre o acesso à escola e ao ensino superior.

O século XIX não via com bons olhos mulheres envolvidas em ações políticas, revoltas e guerras. Além disso, eram também excluídas do processo de criação cultural, de efetiva participação na sociedade e à educação superior. Várias mulheres fundaram jornais com o objetivo de levar informação às leitoras, contando muitas vezes com campanhas visando à educação da mulher. (FREITAS, 2017, p. 11).

Nas instituições de ensino, o curso de Magistério era o nível superior mais procurado pelo sexo feminino, uma vez que remetia a extensão da criação do papel de mãe. Essa associação dificultou a remuneração do pagamento das professoras, porém, ao mesmo tempo, fez com que a classe reivindicasse as condições de trabalho e sua remuneração mobilizando grupos de professores.

A frequente identificação do exercício do magistério com um sacerdócio ajudou a difundir a ideia de que a “boa professora” não se preocupa com o pagamento, pois está concentrada na formação dos alunos. Esse foi um dos fatores que contribuíram para a queda no nível salarial da profissão ao longo do tempo. A significativa diminuição dos ganhos dos docentes, no correr dos anos 1960 e 1970, gerou a necessidade de se trabalhar em mais de um turno, ao mesmo tempo que fez crescer a luta por melhores condições de trabalho e de salários, levando à institucionalização dos sindicatos e a uma maior mobilização da categoria. (MATOS; BORELI, 2013, p. 285 apud FREITAS, 2017, p. 11).

Ao longo da história, percebe-se que as questões de gênero são baseadas nas relações sociais e nas diferenças salariais tornando-se uma relação de poder (SCOTT, 1995 apud FILHO, 2004).

Outro ponto relevante foi a percepção de que o trabalho realizado, muitas vezes, em dupla jornada mostrou-se, em alguns momentos, desvalorizado. No momento em que o trabalho doméstico não-remunerado é tratado inferior ao trabalho em empresas, ou “fora de casa”, o trabalho da mulher passa a ser desvalorizado e tratado como de menor importância.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão decorrente das relações sociais de sexo, e tem como características dois princípios norteadores: o da separação e o da hierarquia. O princípio da separação explica a existência de trabalhos de homens e de mulheres. Tal separação imputa aos homens o trabalho produtivo (com conseqüente dispensa do trabalho doméstico) e atribui o trabalho doméstico às mulheres. Já o princípio da hierarquia conceitua que o trabalho produtivo (por excelência realizado pelos homens) possui maior valor social do que o trabalho doméstico, que é relegado ao status de um “não trabalho”: O “valor” do trabalho (não entendido como meramente econômico) é um problema que atravessa as relações sociais de sexo, pois induz a uma hierarquia, e hierarquia é relação social. (HIRATA; KERGOAT, 2003, p. 123).

No ano de 1932, a carteira de trabalho foi estabelecida como documento de identificação do trabalhador e da sua respectiva profissão. Com o objetivo de comprovar a relação de trabalho havida entre as partes, ela foi utilizada como instrumento de registro da relação de emprego bem como os acordos estipulados entre empregado e empregador, como por exemplo, jornada de trabalho, função, salário, etc., fazendo prova da relação existente entre as partes.

Com o mesmo objetivo, as empresas precisaram dispor de livros

especiais para efetuar os registros de empregados para os casos de fiscalização e auditoria a fim de verificar se estavam de acordo com a leis.

No dia 21 de março de 1932, foi instituída a carteira profissional para os trabalhadores com mais de 16 anos, na indústria ou no comércio, sem distinção de sexo<sup>18</sup>. Era criado um documento de identificação do trabalhador à sua profissão e, ao mesmo tempo, era pré-constituída a prova em favor do operário da existência da relação de emprego e suas condições contratuais. Já o decreto sobre a organização sindical, dispôs que somente poderiam ser sindicalizados os empregados portadores de carteira profissional. Como complemento, todos os empregadores foram obrigados a manter livros especiais para que os fiscais, em suas visitas periódicas, pudessem vigiar sobre o cumprimento das leis sociais. (BIAVASCH, 2017, p. 248)

Outras conquistas significativas foram os direitos adquiridos através do princípio norteador da não discriminação, implementado no Decreto nº 21.417-A, que regulou os limites do trabalho da mulher, que garantiu a igualdade salarial sem distinção de sexo, a proibição de trabalho em minas em serviços com atividades consideradas insalubres e perigosas.

O decreto assegurou a proteção do trabalho da gestante, proibindo o trabalho desde quatro semanas até um mês após o parto. Vedou a despedida das grávidas pelo seu estado, sem justa causa.

No dia 17 de maio de 1932, o decreto 21.417-A regulou o trabalho da mulher na indústria e no comércio. Forte no princípio da não discriminação, esse decreto assegurou salário igual a trabalho de igual valor, sem distinção de sexo; proibiu às mulheres trabalho em subterrâneos, mineração em subsolo, pedreiras e obras de construção pública ou particular e em serviços perigosos e insalubres; protegeu a maternidade, proibindo o trabalho da gestante desde quatro semanas antes até quatro após o parto, obrigando os estabelecimentos com pelo menos 30 mulheres com mais de 16 anos, a terem local apropriado para guarda e vigilância dos filhos em período de amamentação; proibiu a despedida das grávidas pelo simples fato da gravidez, sem outro motivo que justificasse, regra bastante avançada em relação à própria CLT que, inscrita nas Constituições modernas do século XX, correspondera a importante conquista das mulheres na luta por direitos. (BIAVASCH, 2017, p. 248).

No Brasil, com as mudanças políticas e sociais bem como com a expansão da economia, cada vez mais as mulheres ganharam espaço para ingressar e permanecer nas atividades econômicas. Nota-se que a partir de 1950



a participação da mulher no mercado de trabalho, apesar das barreiras impostas, demonstrou-se positiva com um aumento de 22,3% em quarenta anos entre as décadas de 1980 até 2010 relativo ao período 1950 a 1970 que aumentou somente 5,2%, conforme estatísticas apuradas pelo IBGE (LEONE, 2017, p. 16).

Entre o período de 1990 a 2010, houve o crescimento econômico em razão da ampliação do emprego e da renda, outros fatores que auxiliaram nesse cenário foram a inflação, a valorização da moeda e as oportunidades de empregos começaram a surgir (BALTA, 2014 *apud* LEONE p. 18). Outro ponto que acentuou a curva foi a ampliação do trabalho doméstico assalariado, em consequência disso, esse trabalho formal ajudou a melhorar os índices.

Apesar do recorrente desemprego feminino, o crescimento econômico permitiu a ampliação da presença feminina de forma significativa no trabalho assalariado, formado pelos empregados de estabelecimento e pelo serviço doméstico remunerado. O aumento do emprego formal em estabelecimento foi maior no caso das mulheres e essa maior formalização das ocupações femininas ocorreu, inclusive, no emprego doméstico. Nos estabelecimentos, o emprego sem carteira de trabalho cresceu bem menos que o emprego formal, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou pelo Estatuto dos Servidores Públicos. (LEONE 2017, p. 19).

Um estudo realizado entre os anos de 2005 e 2015, analisou os grupos de anos de estudo, e revelou que a desigualdade entre os sexos com pessoas menos escolarizadas reduziu quatro pontos percentuais no rendimento-hora.

Por outro lado, no grupo de pessoas mais escolarizadas as estatísticas mostraram um aumento nos números, seis por cento de desigualdade.

A desigualdade de rendimentos entre homens e mulheres, segundo os grupos de anos de estudo, reduziu entre os anos de 2005 e 2015, assim como a distância entre os rendimentos dos menos escolarizados (até 4 anos de estudo) e aqueles com 12 anos ou mais de estudo. No caso do gap de rendimento, segundo o sexo, em 2005, o rendimento-hora das mulheres com até 4 anos de estudo era equivalente a 86,0% do rendimento-hora dos homens com essa escolaridade. Em 2015, essa relação, segundo o sexo, no grupo dos menos escolarizados era de quase 90%. No grupo dos mais escolarizados, a desigualdade do rendimento-hora entre mulheres e homens passou de 62,5% para 68,5%. Além da redução das disparidades de rendimento segundo o sexo, reduziu também o gap de rendimento entre os mais escolarizados em relação os menos instruídos. Em 2015, o rendimento-hora das pessoas com 12 anos ou mais de estudo era mais

de quatro vezes o rendimento-hora da população ocupada com até 4 anos de estudo (R\$ 35,11 e R\$ 8,20, respectivamente). (IBGE, 2016, p.79).

Outro fator analisado e que influência das desigualdades salariais é o nível de escolaridade dos trabalhadores. A pesquisa realizada no ano de 2013 baseou-se na distribuição de emprego formal de acordo com o grau de instrução, conforme se observa na Ilustração 1:

### Ilustração 1: Distribuição de emprego formal conforme o grau de instrução

**Tabela 13 - Distribuição do emprego formal conforme grau de instrução e razão entre rendimentos médios-hora de homens (RMH) e de mulheres (RMM) e tempo médio no emprego Brasil, 2013**

Grau de instrução	Homem	Mulher	% Mulheres	RMH/RMM	Tempo médio no emprego	
					Homem	Mulher
Fundamental incompleto (inclui analfabetos)	17,2	8,3	26,6	39,3	5,4	6,2
Fundamental completo. Médio incompleto	22,2	14,9	33,4	35,5	4,1	4,3
Médio completo. Superior incompleto	47,4	51,3	44,8	35,9	3,9	4,1
Superior completo	13,3	25,5	58,9	55,5	7,5	7,8
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>42,8</b>	<b>14,8</b>	<b>4,7</b>	<b>5,2</b>

Fonte: LEONE, 2017, p. 34

A partir da análise de dados é possível verificar que o nível de escolaridade masculino é superior ao feminino bem como as diferenças se destacam nas ocupações onde são exigidas os o nível fundamental e médio. Tais diferenças são perceptíveis quando se trata de nível superior mesmo quando há predominância da presença feminina.

A comparação dos rendimentos médios de homens e mulheres, considerando o nível de escolaridade, evidencia, em primeiro lugar, que, qualquer que seja o nível de escolaridade, os rendimentos médios masculinos são sempre superiores aos femininos; e, em segundo lugar, que, no nível superior de escolaridade, as diferenças de rendimento são ainda maiores que nas ocupações que exigem apenas o nível fundamental ou médio de escolaridade, mesmo quando a presença feminina é predominante exatamente nas ocupações que exigem nível superior de escolaridade. No nível superior de escolaridade, o rendimento médio dos homens em 2013 superava em 69% o rendimento médio das mulheres. (LEONE, 2017, p. 35).

Nesse contexto, é possível observar uma melhora na taxa de participação

da mulher no mercado de trabalho. No entanto, as pesquisas apontam a permanência das diferenças salariais nos dias de hoje, como podemos verificar na próxima seção.

## 1.2 AS DESIGUALDADES DE GÊNERO E AS DIFERENÇAS: O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NA ATUALIDADE

A partir da análise histórica a percepção do caminho construído em relação as desigualdades salariais é possível verificar que as mudanças são muito recentes.

Para estudar as desigualdades nos dias de hoje, é necessário analisar, através das estatísticas, a igualdade de gênero valendo-se de vários fatores. Para esse estudo, foi utilizado os dados do IBGE, nos quais mostram os indicadores analisados a partir dos temas: deficiência, domicílios, educação, famílias, população, rendimento, trabalho e migração, no período de 2000 e 2010.

O estudo ora divulgado, que teve sua primeira edição publicada em 2018, soma-se aos trabalhos no âmbito do Sistema Nacional de Informações de Gênero - SNIG. Lançado em 2014, o SNIG apresentou, por meio de publicação impressa e sistema web, indicadores a análises com enfoque de gênero nos temas Deficiência; Domicílios; Educação; Famílias; População; Rendimento; Trabalho; e Migração, a partir dos dados dos censos demográficos de 2000 e 2010. (IBGE apud NETO, p. 4, 2021).

As pesquisas são realizadas pelo IBGE, desde a década de 1970, e têm como objetivo a confecção de relatórios sociais, a fim de apurar as desigualdades em diversos aspectos, inclusive, no mercado de trabalho. Busca-se analisar e discutir a qualidade de vida das pessoas bem como o acesso a oportunidades e aos direitos.

A sistematização de indicadores sociais que retratam a sociedade brasileira e subsidiam a formulação de políticas públicas é agenda permanente de trabalho do IBGE desde a década de 1970, tendo como base a produção de relatórios sociais, cujo eixo estruturador são as persistentes desigualdades sociais evidenciadas nos mais distintos

aspectos da vida da população. Essa trajetória se pauta pela análise e discussão da qualidade de vida das pessoas, da realização de direitos, da equalização de oportunidades e da universalização da cidadania. (IBGE, p. 1, 2021).

Para rastrear essas deficiências e computar esses indicadores foi utilizado um Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero – CMIG. Tais indicadores, são utilizados para análise da igualdade de gênero com o objetivo de empoderar mulheres e meninas para um desenvolvimento em busca de diminuir as desigualdades.

Esse trabalho mostra não somente a transversalidade e a multidimensionalidade que abarca o estudo das desigualdades de gênero, como também a importância de tornar o alcance da efetiva igualdade de gênero e empoderamento de mulheres e meninas uma meta a ser alcançada em diversas frentes para um desenvolvimento sustentável sem deixar ninguém para trás. (IBGE, p. 2, 2021).

Embora as estatísticas demonstrem que as mulheres estudam mais ainda possuem menores rendimentos, a análise dos resultados do censo demográfico realizada no ano de 2010 confeccionada pelo IBGE, demonstra que no presente ano foram entrevistadas cinquenta milhões de famílias, que tinham como critérios para definir a pessoa responsável pela família e que seria reconhecida como tal, o percentual foi de 37,3%.

Das 50,0 milhões de famílias (únicas e conviventes principais) que residiam em domicílios particulares em 2010, 37,3% tinham a mulher como responsável. O critério para definir a pessoa responsável pela família é de que seja aquela pessoa que era reconhecida como tal pelos demais membros da unidade doméstica. Este indicador se eleva ligeiramente a 39,3% para famílias em áreas urbanas e diminuiu consideravelmente (24,8%) para famílias em áreas rurais. Do total de famílias com responsável de cor ou raça preta ou parda, 38,7% tinham a mulher nesta condição. (IBGE, 2014).

Outro indicador auferido foi a contribuição das mulheres no rendimento familiar, que analisou o rendimento monetário familiar total. Foi percebido que no ano de 2010 o rendimento familiar em relação às mulheres foi, em média, 40,9% enquanto para os homens chegou a 59,1%. Logo, é possível perceber que a

renda dos membros do sexo masculino é superior em comparação com as mulheres.

O indicador utilizado para analisar a contribuição do rendimento monetário das mulheres foi a média do percentual do rendimento monetário das mulheres, de 10 anos ou mais de idade, em relação ao rendimento monetário familiar total. No Brasil, este indicador foi 40,9%, enquanto para os homens a média da contribuição foi 59,1%, em 2010. Para as mulheres residentes em áreas rurais, a contribuição monetária no rendimento familiar total foi ligeiramente maior (42,4%) em comparação àquelas residentes em áreas urbanas (40,7%). E enquanto no Nordeste o valor chegou a 46,8%, no Centro-Oeste foi o mais baixo entre as regiões, de 37,8%. (IBGE, 2014).

Entre os anos de 2000 e 2010 a taxa de atividades entre mulheres permaneceu estável (64,5 e 64,8%, respectivamente). Esse indicador apresenta as pessoas que estão trabalhando ou procurando trabalho. A taxa de atividade mostra a proporção da população em idade ativa (idade de 16 anos ou mais) que se encontra trabalhando ou procurando trabalho. Entre 2000 e 2010 esta taxa se manteve estável (de 64,5% em 2000 para 64,8% em 2010) (IBGE, 2014)

No entanto, a taxa de formalização, mostrou-se abaixo em comparação com os homens. A taxa em relação às mulheres passou em 2000 de 51,3% para 57,9% no ano de 2010, ou seja, 6,6 pontos percentuais. Ao passo que, no mesmo período, o crescimento para os homens de 9,2 pontos percentuais, visto que no ano 2000 a taxa de formalização era de 50,0% e em 2010 chegou a 59,2%;

A taxa de formalização no Brasil (proporção, entre os ocupados, das pessoas com carteira de trabalho assinada, militares, funcionários públicos e os trabalhadores por conta própria e empregadores que contribuem para a previdência social) passou de 50,5% em 2000 para 58,6% em 2010. Entretanto, o crescimento da formalização entre as mulheres (de 51,3% para 57,9%) foi inferior ao observado para os homens (de 50,0% para 59,2%), tendência que se reproduz em todos os grupos de idade e de cor ou raça. (IBGE, 2014).

Em relação as diferenças de rendimento entre os gêneros, no ano de 2010, os homens ganhavam em média R\$ 1.587,00 por outro lado as mulheres

ganhavam R\$1.073,00 ou seja, 67,7% do rendimento masculino. Tal panorama não era uniforme no país. A pesquisa revelou que a desigualdade é menor nas cidades mais populosas.

Além da valorização do salário mínimo, houve aumento real do rendimento médio de todas as fontes na comparação entre 2010 e 2000. As mulheres tiveram o maior aumento relativo (12,0% frente a 7,9% dos homens), e a maior variação ocorreu na região Centro-Oeste (22,1%). O crescimento do rendimento feminino reduziu um pouco as disparidades entre os sexos, mas não foi uniforme em todo o país. Em 2010, o rendimento médio era de R\$ 1.587 para os homens e R\$ 1.074 entre as mulheres (67,7% do rendimento masculino). Nas cidades com mais de 500 mil habitantes, a desigualdade de rendimento entre mulheres e homens é menor comparativamente às cidades menos populosas. (IBGE, 2014).

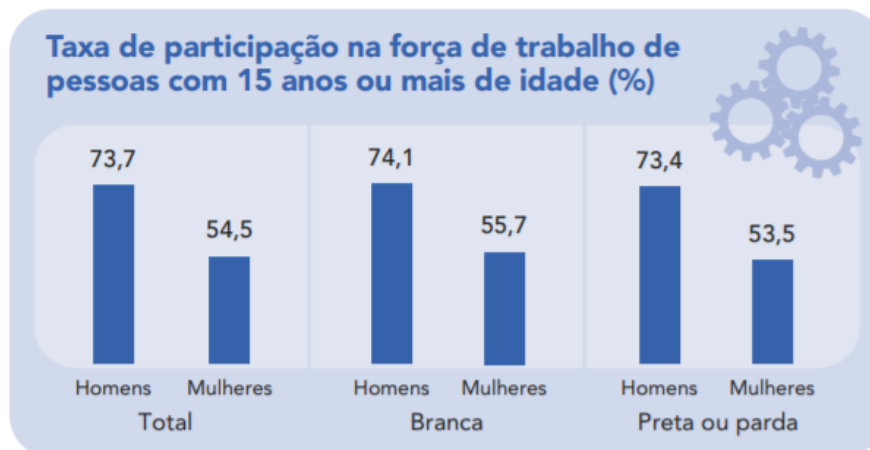
A pesquisa realizada durante 10 anos demonstra que a desigualdade salarial ainda era presente no mercado de trabalho no período de 2000 e 2010, porém, positivamente houve melhora nos índices atenuando as desigualdades.

Após analisar o período compreendido entre 2000 e 2010, é importante avaliar as pesquisas atuais, ou seja, àquelas realizadas no ano de 2021, a fim de verificar se os indicadores aplicados no presente indicam uma melhora nos índices de desigualdade no mercado de trabalho.

O primeiro indicador utilizado foi a apuração da taxa de participação na força de trabalho entre homens e mulheres. Com o objetivo de estimar a parcela da população com idade para trabalho, àqueles que estão procurando trabalho e disponíveis para trabalhar. Nesse sentido, a taxa de participação das mulheres com 15 anos ou mais de idade foi de 54,5%, por outro lado em relação aos homens chegou à 73,7%. A diferença nos percentuais chegou a 19,2 pontos. (IBGE, p. 8, 2021), conforme demonstra a Ilustração 1:



Ilustração 2: Taxa de participação na força de trabalho de pessoas com 15 anos ou mais de idade

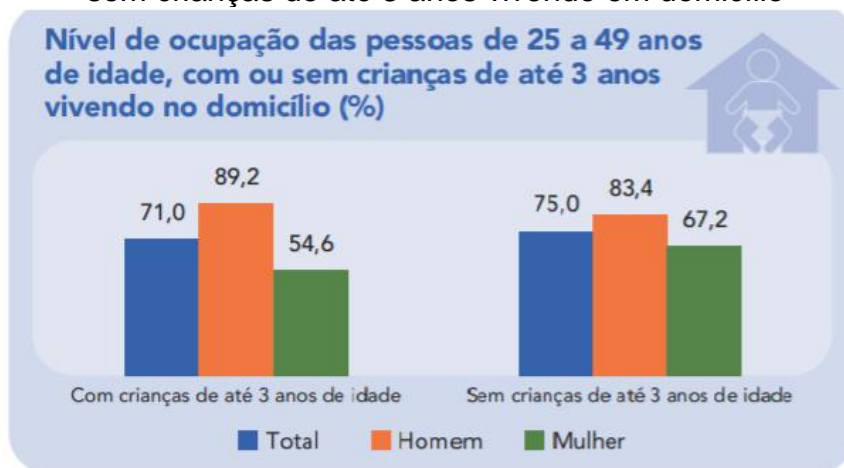


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

Segundo as pesquisas e os indicadores apontados (CMIG 15) mostra que a presença de crianças com até três anos de idade vivendo em domicílio de pessoas de 25 a 49 anos de idade, é um fator determinante para a ocupação das mulheres no mercado de trabalho.

Os indicadores mostram que o nível da população em idade de trabalhar com crianças de até três anos de idade em domicílio em relação à mulher é de 54,6% enquanto em relação aos homens é de 89,2%. Por outro lado, a população sem crianças de até três anos de idade no mesmo cenário, os índices chegam 67,2% para as mulheres e 83,4% para homens. Como é possível visualizar através dos gráficos elaborados pelo IBGE, conforme Ilustração 2:

Ilustração 3: Nível de ocupação das pessoas de 25 a 49 anos de idade, com ou sem crianças de até 3 anos vivendo em domicílio



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

Através desses índices é possível visualizar as desigualdades existentes na sociedade e quais as medidas cabíveis para diminuí-las buscando a igualdade entre gêneros e o acesso ao mercado de trabalho. Diante disso, busca-se avaliar o que o ordenamento jurídico assegura para que os direitos sejam exercidos de forma justa e igual.

## 2 DESIGUALDADE DE GENERO, DIFERENÇAS SALARIAIS E NORMAS EQUALIZADORAS

A busca pela igualdade de oportunidades no mercado de trabalho é pauta de discussão há muito tempo. Ao longo da história a humanidade buscou o labor para satisfazer suas necessidades. Com as conquistas no mercado de trabalho, as legislações vieram oportunizar a igualdade entre gênero, raça, religião, refutando qualquer tipo de discriminação.

A presente seção tem por objetivo identificar como a legislação brasileira e os tratados internacionais recepcionados pelo Brasil tratam as desigualdades sociais. Em seguida, será realizada uma análise sobre a efetividade ou não das referidas normas, analisando o possível impacto adverso destas no mercado de trabalho.

## 2.1 A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA PARA COIBIR AS DESIGUALDADES DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO

A busca pela igualdade de oportunidades no mercado de trabalho é pauta de discussão há muito tempo. Ao longo da história a humanidade buscou o labor para satisfazer suas necessidades. Com as conquistas no mercado de trabalho, as legislações vieram oportunizar a igualdade entre gênero, raça, religião, refutando qualquer tipo de discriminação.

A OIT, em seu artigo 1º, Aprovada na 42ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho (Genebra — 1958), trata a respeito da discriminação em matéria de emprego e ocupação define discriminação:

Art. 1 — 1. Para os fins da presente convenção o termo “discriminação” compreende:

a) toda distinção, exclusão ou preferência fundada na raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social, que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidade ou de tratamento em matéria de emprego ou profissão;

b) qualquer outra distinção, exclusão ou preferência que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidades ou tratamento em matéria de emprego ou profissão que poderá ser especificada pelo Membro interessado depois de consultadas as organizações representativas de empregadores e trabalhadores, quando estas existam, e outros organismos adequados.

2. As distinções, exclusões ou preferências fundadas em qualificações exigidas para um determinado emprego não são consideradas como discriminação.

3. Para os fins da presente convenção as palavras ‘emprego’ e ‘profissão’ incluem o acesso à formação profissional, ao emprego e às diferentes profissões, bem como às condições de emprego. (OIT, 1958).

Além disso, o Decreto nº 4.377 de 2002 promulgou a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, com o objetivo de respeitar as convenções internacionais e garantir igualdade de direitos e deveres para exercer todos os direitos sociais, culturais e civis.

RELEMBRANDO que a discriminação contra a mulher viola os princípios da igualdade de direitos e do respeito da dignidade humana, dificulta a participação da mulher, nas mesmas condições que o homem, na vida política, social, econômica e cultural de seu país, constitui um obstáculo ao aumento do bem-estar da sociedade e da

família e dificulta o pleno desenvolvimento das potencialidades da mulher para prestar serviço a seu país e à humanidade. (BRASIL, 2002).

Ainda a Constituição Federal de 1988, elenca em seus artigos a igualdade entre homens e mulheres, assegurando de forma justa o ingresso, a permanência e a proteção das mulheres no mercado de trabalho.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

[...]

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;

XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil. (BRASIL, 1988).

Para garantir a proibição de práticas discriminatórias nas relações de trabalho, a Lei nº 9.029/95 assegurou a proibição de qualquer prática discriminatória para ingresso e manutenção nas relações de trabalho inclusive proibindo a exigência de atestados de gravidez. Ainda, prevê que o ato discriminatório cometido pode incorrer em crimes e responsabilidade civil de dano extrapatrimonial

Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências.

Art. 1º É proibida a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso à relação de trabalho, ou de sua manutenção, por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar, deficiência, reabilitação profissional, idade, entre outros, ressalvadas, nesse caso, as hipóteses de proteção à criança e ao adolescente previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

[...]

Art. 2º Constituem crime as seguintes práticas discriminatórias:

I - a exigência de teste, exame, perícia, laudo, atestado, declaração ou qualquer outro procedimento relativo à esterilização ou a estado de gravidez;

[...]

Art. 4º O rompimento da relação de trabalho por ato discriminatório, nos moldes desta Lei, além do direito à reparação pelo dano moral, faculta ao empregado optar entre. (BRASIL, 1995).

A Convenção nº 103 da OIT adotou o entendimento de que as mulheres que laboravam teriam direito à licença de maternidade, obrigatoriamente após o parto, não podendo ser inferior a seis semanas. Em seu artigo V determinou que caso a mulher amamentar poderá interromper seu trabalho para fazê-lo, bem como determinou a estabilidade no período da licença.

[...]

Artigo III

[...]

2. A duração dessa licença será de doze semanas, no mínimo; uma parte dessa licença será tirada, obrigatoriamente depois do parto.

[...]

Artigo V

1. Se a mulher amamentar seu filho, será autorizada a interromper seu trabalho com esta finalidade durante um ou vários períodos cuja duração será fixada pela legislação nacional. (BRASIL, 2019).

A Convenção nº 127 da OIT estabeleceu o peso máximo das cargas que podem ser transportadas por um só trabalhador, diferenciando o peso pelo gênero no qual estabeleceu o peso inferior às mulheres.

"Para os fins de aplicação da presente Convenção:

a) a expressão "transporte manual de cargas" designa todo transporte no qual o peso da carga é suportado inteiramente por um só trabalhador; ela compreende o levantamento e a deposição da carga;

b) a expressão transporte manual regular de carga designa toda atividade consagrada de maneira contínua ou essencial ao transporte manual de cargas ou que inclua normalmente, mesmo de forma descontínua, o transporte manual de cargas;

c) a expressão trabalhador jovem designa todo trabalhador com idade inferior a dezoito anos.

[...]

1. A designação de mulheres e de trabalhadores jovens para o transporte manual de cargas outras que as leve, deverá ser limitada.

2. Quando mulheres e trabalhadores jovens forem designados para o transporte normal de cargas, o peso máximo destas cargas deverá ser nitidamente inferior àquele admitido para os homens. (BRASIL, 2019).

Outra proteção concedida através da Convenção nº 136 da OIT, em seu artigo 11 estabeleceu que no estado de gravidez, comprovado por atestado médico bem como as trabalhadoras lactantes não deverão laborar no ambiente com exposição ao benzeno ou similares.

#### Artigo 11

1. As mulheres em estado de gravidez, atestado por médico, e as mães em período de amamentação não deverão ser empregadas em trabalhos que acarretem exposição ao benzeno ou produtos contendo benzeno.

2. Os menores de dezoito anos não poderão prestar serviço em trabalhos que acarretem exposição ao benzeno ou a produtos contendo benzeno; entretanto, essa proibição poderá não se aplicar a menos que receberem instrução ou treinamento e que estiverem sob controle técnico ou médico, adequado. (BRASIL, 2019).

A Lei nº 9.799 de 1999, inseriu na CLT regras sobre o acesso da mulher no mercado de trabalho. Essa normativa vedou a publicação de anúncios, a recusa de emprego no qual haja referência de preferência por sexo, cor, situação familiar, etc., determinando que as empresas não considerem sexo, idade ou cor como fator determinante para fins de remuneração ou ascensão profissional.

Para as mulheres, é proibido exigir exame de qualquer natureza para comprovação de gravidez seja para admissão, seja para permanência no emprego. Ainda é vedado adotar critérios para ingresso em empresas públicas ou particulares em razão do sexo, cor, estado de gravidez etc.

Art. 373-A. Ressalvadas as disposições legais destinadas a corrigir as distorções que afetam o acesso da mulher ao mercado de trabalho e certas especificidades estabelecidas nos acordos trabalhistas, é vedado:

I - publicar ou fazer publicar anúncio de emprego no qual haja referência ao sexo, à idade, à cor ou situação familiar, salvo quando a natureza da atividade a ser exercida, pública e notoriamente, assim o exigir;

II - recusar emprego, promoção ou motivar a dispensa do trabalho em razão de sexo, idade, cor, situação familiar ou estado de gravidez, salvo quando a natureza da atividade seja notória e publicamente incompatível;

III - considerar o sexo, a idade, a cor ou situação familiar como variável determinante para fins de remuneração, formação profissional e oportunidades de ascensão profissional;

IV - exigir atestado ou exame, de qualquer natureza, para comprovação de esterilidade ou gravidez, na admissão ou permanência no emprego;



V - impedir o acesso ou adotar critérios subjetivos para deferimento de inscrição ou aprovação em concursos, em empresas privadas, em razão de sexo, idade, cor, situação familiar ou estado de gravidez;

VI - proceder o empregador ou preposto a revistas íntimas nas empregadas ou funcionárias.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não obsta a adoção de medidas temporárias que visem ao estabelecimento das políticas de igualdade entre homens e mulheres, em particular as que se destinam a corrigir as distorções que afetam a formação profissional, o acesso ao emprego e as condições gerais de trabalho da mulher. (BRASIL, 1943).

Desse modo, é possível verificar que embora as convenções e as leis protejam as mulheres das discriminações, através das pesquisas é possível notar que há um longo caminho a ser percorrido.

O Projeto de Lei nº 88/2015 que aguarda votação na Câmara dos Deputados, tem por objetivo acrescentar na legislação uma multa imposta ao empregador que considerar o sexo idade, a cor ou situação familiar como fator determinante para fins de remuneração, formação ou oportunidades profissionais conforme dispõe o artigo 373 -A da CLT. A proposta do Projeto de Lei nº 88/2015 dispõe:

Acrescenta § 3º ao art. 401 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dispor sobre a multa pela infração ao disposto no inciso III do art. 373-A, que proíbe considerar o sexo, a idade, a cor ou situação familiar como variável determinante para fins de remuneração, formação profissional e oportunidades de ascensão profissional. (BRASIL, 2015).

A intenção do citado projeto é propor uma forma de punição, a fim de não deixar impune a empresa por discriminar, mesmo de forma oculta e indiretamente, em razão acima expostas, assegurando o contraditório e a ampla defesa da empresa. Ainda, prevê a punição e mecanismos de fiscalização contra a desigualdade salarial entre homens e mulheres.

Em relação à constitucionalidade, o projeto não apresenta qualquer obstáculo, de modo que está plenamente de acordo com os dispositivos da Constituição Federal que promovem a dignidade da pessoa humana

Desta forma, este Projeto procura extinguir no país as diferenças salariais entre homens e mulheres que ocupam o mesmo cargo, fato este que pode ser

observado nas pesquisas de censo realizadas ao longo dos anos e demonstrada na presente pesquisa. No entanto, na próxima seção, analisaremos o impacto adverso da norma na esfera trabalhista.

## 2.2 O IMPACTO ADVERSO DA LEGISLAÇÃO PROTECIONISTA DO MERCADO DE TRABALHO DA MULHER

Para entender o impacto antagônico da norma é necessário analisar os tipos de igualdade entre homens e mulheres. Tal garantia é prevista na Constituição Federal, no Título II onde se trata dos Direitos e Garantias Fundamentais<sup>1</sup>, bem como assegura incentivos específicos para a mulher no mercado de trabalho<sup>2</sup>

No entanto, verifica-se que a licença à maternidade<sup>3</sup> tem o prazo de cento e vinte dias, por outro lado, a licença à paternidade é concedida no prazo de cinco dias<sup>4</sup>.

Ainda, importante destacar que o artigo 10 da ADCT<sup>5</sup> concede a estabilidade da gestante em até cinco meses após o parto. No entanto, cabe analisar que os mesmos direitos não são estendidos para aos homens. No momento em que é concedido o benefício somente a mulher, em termos econômicos, ela se torna um colaborador com o custo mais alto para os

---

<sup>1</sup> Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; (BRASIL, 1988)

<sup>2</sup>Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;

<sup>3</sup> Art. 7º [...]XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

<sup>4</sup> Art. 7º [...]XIX - licença-paternidade, nos termos fixados em lei;

<sup>5</sup> Art. 10. Até que seja promulgada a lei complementar a que se refere o art. 7º, I, da Constituição: [...]

II - fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa:[...]

b) da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

empregadores, se em comparação ao homem, afetando consideravelmente o mercado de trabalho de ambos.

Com as alterações legislativas advindas da Lei nº 8.213/1991<sup>1</sup> que ampliaram o benefício previdenciário da licença à maternidade à adotante, guardião e ainda cônjuge ou companheiro no caso de morte da genitora se constata que o benefício é da criança e não um benefício somente em razão da figura materna.

A partir da análise de estudos é possível verificar que ocorre uma diferença salarial inclusive entre mulheres, podendo ser dividida entre as mulheres que são mães e aquelas que não tem filhos. Àquelas que não tiveram filhos possuem um salário mais alto, uma vez que trabalham mais, enquanto as mães, recebem remuneração mais baixa, por exemplo, em razão da interrupção na carreira, redução da jornada de trabalho dentre outros, que aumentam a desigualdade.

A literatura mais recente mostra que, em diversos países, a diferença salarial entre homens e mulheres se deve, pelo menos em parte, à «diferença salarial na maternidade», definida como a diferença salarial entre mulheres que são mães e mulheres que não são mães. O presente relatório demonstra que as mulheres que são mães parecem sofrer uma penalização em termos salariais, enquanto os homens que são pais parecem ser recompensados com um prêmio salarial. A nossa estimativa quanto à penalização pela maternidade varia desde 1 por cento ou menos na África do Sul, no Canadá e na Mongólia até 30 por cento na Turquia.

O facto das mulheres que são mães auferirem salários mais baixos pode estar relacionado com uma série de fatores, nomeadamente interrupções na carreira ou redução do horário de trabalho, trabalhar em empregos mais favoráveis à família e com uma remuneração mais baixa; ou devido a decisões estereotipadas em termos de contratação e de promoção ao nível da empresa que penalizam as carreiras das mães. (OIT, 2019).

Esses direitos que protegem apenas as mulheres, mas que na verdade não se direcionam apenas a elas, mas sim aos filhos (podendo os cuidadores ser pai e mãe), ou seja dos companheiros, em termos econômicos oneram a

---

<sup>1</sup> Art. 71-A. Ao segurado ou segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança é devido salário-maternidade pelo período de 120 (cento e vinte) dias.

contratação de colaboradoras do sexo feminino, ainda que a legislação não esteja protegendo especificamente a mulher.

Por exemplo, se há duas pessoas para o cargo uma do sexo masculino e outra do sexo feminino, em idade reprodutiva, o empregador preferirá contratar o homem, afinal não tem probabilidade de engravidar e, no Brasil, a licença a paternidade é menor, não acompanhará os filhos nas consultas, ou seja, a mulher torna-se, ainda que indiretamente, mais dispendiosa para o empregador.

Com a reforma trabalhista, muito se discutiu sobre o artigo 394<sup>1</sup> da CLT, visto que a mulher em estado gravídico através de atestado médico poderá interromper o contrato de trabalho. A grande preocupação paira sobre a livre opção de a mulher decidir com o médico particular se é conveniente suspender o contrato de trabalho.

No momento em que é concedido esse direito a ela, é possível verificar que embora o médico tenha condições de verificar as condições da gestante, ele não tem conhecimento técnico para auferir se o meio ambiente de trabalho é insalubre ou se acarreta risco à gravidez, sendo o mais recomendado um especialista, perito na área de medicina e segurança do trabalho realizar a perícia e verificar se as condições para a manutenção ou não da gestante no ambiente do trabalho.

Outro problema encontrado no dispositivo é que quando a funcionária grávida e seu médico, em conjunto, verificam que o ambiente não é propício para a gestação, a mulher por muitas vezes acaba sendo taxada de preguiçosa, má funcionária, ou ainda um exemplo a não ser seguido.

Ainda, àquelas que tem receio de perder o emprego, após o período da estabilidade, arriscam a vida do nascituro em um ambiente insalubre e continuam trabalhando, essa atitude pode gerar consequências tanto para saúde da mãe quanto para a saúde do bebê.

---

<sup>1</sup> Art. 394 - Mediante atestado médico, à mulher grávida é facultado romper o compromisso resultante de qualquer contrato de trabalho, desde que este seja prejudicial à gestação. (BRASIL, 1943).

As medidas para atenuar as desigualdades e diferenças salariais acabam por muitas vezes aumentando as desigualdades, quando se é concedido direitos a um tipo de trabalhador de certa forma acaba por afastar a igualdade que tanto é almejada.

Um exemplo oriundo da América Latina é o Chile que através da Lei nº 20.545 de 2011<sup>1</sup> regulamenta as licenças concedidas em razão do nascimento ou adoção de filhos dispõe sobre a proteção à maternidade, à paternidade e à vida familiar.

Em seus dispositivos permite a concessão de licença à paternidade no prazo de cinco dias, aplicando-se aos pais adotantes. Caso a mãe morrer no parto ou no período de sua licença o pai poderá usufruir ou, ainda, aquele que exercer a guarda.

O pai faz jus à licença-paternidade de cinco dias, também um direito irrenunciável, que pode ser utilizada a partir do momento do parto, de forma contínua, excluindo-se o descanso semanal, ou ser distribuída no decorrer do primeiro mês a partir do nascimento da criança. A licença-paternidade também se aplica ao pai que se encontra em processo de adoção. Neste caso, é contada a partir da notificação da guarda judicial ou da adoção da criança. Se a mãe morrer no parto ou durante o período de licença posterior a este, o que restar da licença poderá ser usufruído pelo pai ou por quem tiver a guarda da criança. (MELO, 2019).

Outro benefício que a lei confere a qualquer um dos pais, conforme a escolha da mãe, é a licença ao pai, pelo número de semanas que a mãe recomendar. O pai receberá um benefício corresponde as semanas usufruídas na licença no valor de sua remuneração, devendo ser comunicado tanto o empregador do pai quanto da mãe da recém-nascido.

Se pai e mãe forem empregados, qualquer um deles, conforme escolha da mãe, poderá usufruir da licença pós-natal parental, a partir da sétima semana desta, pelo número de semanas que a mãe indicar. As semanas utilizadas pelo pai deverão estar no período final da licença e darão a ele direito a um benefício equivalente à sua remuneração de

---

<sup>1</sup> CHILE. Ley 20545, de 17 de outubro de 2011. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Disponível em: <<https://www.ilo.org/dyn/natlex/docs/ELECTRONIC/89227/102397/F2124137515/CHL89227.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2020.

referência. Para que o pai faça uso da licença pós-natal parental, ele deverá avisar a seu empregador com antecedência mínima de dez dias, devendo uma cópia dessa comunicação ser enviada, no mesmo prazo, ao empregador da mãe. (MELO, 2019, p.34).

A lei dispõe que a mãe pode optar por voltar ao posto de trabalho por tempo parcial após o término da licença-maternidade. Tal escolha deverá ser comunicada no prazo de trinta dias, caso não ocorra tal comunicação ela deverá gozar da licença pós-natal parental conforme estipulado.

A mãe pode optar por voltar ao trabalho, por tempo parcial (meio expediente), após o término da licença-maternidade. Neste caso, a licença pós natal parental será de dezoito semanas, e ela receberá 50% do benefício e 50% do salário fixo, sem prejuízo de outras remunerações de caráter variável a que tenha direito. Para exercer essa opção, a trabalhadora deverá avisar formalmente ao empregador com antecedência mínima de trinta dias. Se não houver esse aviso, ela terá que usufruir as doze semanas de licença pós-natal parental como inicialmente previsto. (MELO, 2019, p.34).

Outrossim, terá direito à licença pós-natal parental aquele que tenha adotado a criança ou adolescente, ou quem tenha conquistado a guarda judicialmente. No caso de a criança ter idade inferior à seis meses, o adotante poderá usufruir a licença por doze semanas.

Também fará jus à licença pós-natal parental a trabalhadora ou o trabalhador que tenha adotado criança ou adolescente ou tenha obtido judicialmente sua guarda. Se a criança tiver menos de seis meses de idade, o adotante terá direito também a licença e benefício por doze semanas (MELLO, 2019, p. 35). Embora, em um primeiro momento, pareça que a mulher tenha benefícios e facilitadores no mercado de trabalho isso acaba dificultando o ingresso ou sua reintegração.

O empenho para conceder direitos somente às mulheres com o objetivo de diminuir desigualdades acaba gerando o efeito adverso. Através da análise dos dados quanto mais concedo benefícios somente para um grupo específico, mais desigualdades ocorrem no mercado de trabalho.

Algumas medidas para coibir as desigualdades principalmente em relação à maternidade é dividir as tarefas desempenhadas com dupla jornada pela



mulher entre as pessoas que residem na mesma casa, bem como os cuidados com as crianças. Uma vez que esses cuidados com a casa e filhos, por muitas vezes, recai somente sobre a mulher, dificultando às suas escolhas de trabalho.

Outra solução seria o fornecimento de serviços públicos e privados para cuidar dos filhos e flexibilização de jornada de trabalho para ambos os sexos a fim de promover a reintegração da mulher no mercado de trabalho após o período de licença à maternidade.

O que pode ser feito para reduzir a diferença salarial na maternidade? Em muitos casos, uma partilha mais equitativa das obrigações familiares entre homens e mulheres, assim como a existência de serviços adequados de cuidados na infância e de idosos, faria com que as mulheres tomassem decisões diferentes em relação às suas escolhas em termos de profissão e trabalho. Por outras palavras, algumas escolhas ou expectativas das mulheres podem ser o resultado de estereótipos e desequilíbrios persistentes com base no sexo quanto à prestação de cuidados não remunerados e às responsabilidades familiares, e também podem ser afetadas pela falta de serviços públicos adequados em áreas como os cuidados na infância ou de políticas de empresa adequadas no que diz respeito à flexibilização dos horários de trabalho. A falta de programas de apoio ao regresso das mulheres ao trabalho após o nascimento dos filhos também contribui para a penalização salarial que estas enfrentam quando retomam o trabalho depois de um prolongado período de ausência do mercado de trabalho. Embora todos os trabalhadores enfrentem esta penalização salarial, esta parece ser maior para as mulheres. O reforço do direito dos homens à licença parental também ajudaria a reequilibrar a percepção dos empregadores - tanto mulheres como homens - das trabalhadoras por conta de outrem enquanto mães. (OIT, 2019).

Também, outra medida cabível para atenuar as desigualdades, é a concessão de uma licença à paternidade com prazo maior para os homens, como por exemplo é utilizado no Chile, em que o homem pode usufruir de parte da licença parental para cuidar dos filhos.

Tais medidas visam coibir as desigualdades efetivas, conceder direitos a um determinado grupo de pessoas não quer dizer que terão igualdade, é necessário analisar e estudar quais consequências as normas efetivamente proporcionarão, para ter a cautela de não causar o impacto avesso do pretendido.

## CONCLUSÃO

A presente pesquisa foi norteada pela temática sobre as diferenças entre homens e mulheres no mercado de trabalho e a real eficácia da legislação trabalhista criada com o intuito de proteger o mercado de trabalho da mulher. A delimitação temática volta-se para análise do possível impacto adverso das normas trabalhistas criadas com esta finalidade, que apesar de possuírem um fim nobre, terminam por revelar, no mais das vezes, um quadro mais acentuado de desigualdades, afastando a mulher ainda mais do mercado de trabalho.

Em um primeiro momento a pesquisa se destina ao estudo das desigualdades de gênero entre homens e mulheres ao longo da história bem como as diferenças salariais. Dessa construção histórica é possível constatar o caminho percorrido e que diferenças ainda estão presentes na atualidade através dos dados colhidos no censo do IBGE do ano de 2021.

Em um segundo momento, foi abordada a legislação brasileira e as formas de coibir as desigualdades de gênero no mercado de trabalho. A partir dessa análise, foi possível percorrer as principais normas que buscam reduzir as desigualdades, como por exemplo as convenções internacionais que foram recepcionadas pelo Brasil ao longo dos anos e implementados no ordenamento jurídico.

A partir do conjunto de normas foi realizada uma análise sobre o impacto adverso da norma, no qual foi possível apurar que na medida em que são concedidos direitos somente a um grupo específico possível verificar uma dificuldade na contratação ou reingresso no mercado de trabalho, pois, ela se torna cara para o empregador.

O artigo trouxe como exemplo, o caso da licença-maternidade onde é possível verificar o flagrante impacto adverso da norma, no qual é possível observar que as mulheres possuem uma licença muito maior do que os homens tornando-se mais cara para o mercado de trabalho. Além disso, houve a comparação com as normas do Chile onde existe a licença parental, onde homens e mulheres optam por quem irá usufruir da licença, medida essa que

tende a diminuir as desigualdades com a distribuições de tarefas domésticas com outros membros da família para tentar reequilibrar dos empresários nos momentos de contratação e reingresso.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> . Acesso em: 23 maio 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Decreto nº 10.088 de 2019**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. 05 NOV. 2019. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D10088.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10088.htm)>. Acesso em: 14 set. 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Projeto do Senado Federal Lei nº 88/2015**. Brasília. DF. 05. Mar. 2015. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4205316&ts=1593921077969&disposition=inline>>. Acesso em: 20 mai. 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Decreto nº 4.377 de 2002**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. 03 SET.2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4377.htm#:~:text=DECRET O%20N%C2%BA%204.377%2C%20DE%2013,20%20de%20mar%C3%A7o%20de%201984.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4377.htm#:~:text=DECRET O%20N%C2%BA%204.377%2C%20DE%2013,20%20de%20mar%C3%A7o%20de%201984.)> . Acesso em 23 mai. 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Lei nº 9.029 de 1995**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. 13 abr. 1995. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9029.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9029.htm)>. Acesso em: 10 set. 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Decreto-Lei nº 5.452 de 1943**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, RJ. 01 MAI. 1943. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm)>. Acesso em 20 set. 2021.

BIAVASCHI, Magda Barros. Os direitos das trabalhadoras domésticas e as dificuldades de implementação no brasil: contradições e tensões sociais. in leone, Eugência Troncoso; KREIN, José Dari; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. **Mundo do trabalho das Mulheres: ampliar direitos e promover a igualdade**. Campinas – SP. IE. Cesis, p. 13-37 2017. Disponível em: <

[https://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2017/12/Mundo-trabalho-mulheres-web.livro\\_-1.pdf](https://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2017/12/Mundo-trabalho-mulheres-web.livro_-1.pdf) >. Acesso em 21 mai. 2021.

CHILE. **Ley 20545, de 17 de outubro de 2011. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile.** Disponível em:  
<<https://www.ilo.org/dyn/natlex/docs/ELECTRONIC/89227/102397/F2124137515/CHL89227.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2020.

FILHO, Amílcar Torrão. **Uma Questão de Gênero:** onde o masculino e o feminino se cruzam. 2004. Scielo. Campinas-SP, Brasil p. 127 – 152. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cpa/n24/n24a07.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2021.

FREITAS, Isabella Medeiros de. **Análise Da Desigualdade De Gênero nas Condições De Trabalho No Brasil:** conquistas e desafios - 2004 A 2015. 2018, 67. Monografia de Final de Curso. Universidade Federal do Rio de Janeiro Instituto de Economia. Disponível em: <<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/4704/1/Monografia%20Isabella%20Medeiros%20-%20vers%C3%A3o%20ajustada.pdf>>. Acesso em: 18 mai. 2021.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniéle. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MANUANI, Margaret; HIRATA, Helena. **As Novas Fronteiras da Desigualdade:** homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Editora SENAC - São Paulo, 2003. P. 110 – 123. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4287468/mod\\_resource/content/1/HIRATA%2C%20Helena%3B%20KERGOART%2C%20Dani%C3%A8le.%20A%20divis%C3%A3o%20secual%20do%20trabalho%20revisitada.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4287468/mod_resource/content/1/HIRATA%2C%20Helena%3B%20KERGOART%2C%20Dani%C3%A8le.%20A%20divis%C3%A3o%20secual%20do%20trabalho%20revisitada.pdf)>. Acesso em: 20 maio 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia Brasileiro. IBGE. **Estatísticas de Gênero Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil – Versão Informativo.** 2. ed. Rio de Janeiro; IBGE. 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia Brasileiro. IBGE. **Estatísticas de Gênero Indicadores Sociais das mulheres no Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro; IBGE. 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia Brasileiro. IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2016

Instituto Brasileiro de Geografia Brasileiro. IBGE. **Estatísticas de Gênero Mostram como as Mulheres vêm Ganhando Espaço na Realidade Socioeconômica do País, 2014.** Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias->

censo?busca=1&id=1&idnoticia=2747&t=estatisticas-genero-mostram-como-mulheres-vem-ganhando-espaco-realidade-socioeconomica-pais&view=noticia>. Acesso em: 08 set. 2021.

LEONE, Eugenia Troncoso. Os impactos do crescimento econômico com inclusão social na participação das mulheres no mercado de trabalho. In: LEONE, Eugênia Troncoso; KREIN, José Dari; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. **Mundo do Trabalho das Mulheres: ampliar direitos e promover a igualdade.** Campinas – SP. IE. Cesit, p. 13-37 2017. Disponível em: <[https://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2017/12/Mundo-trabalho-mulheres-web.livro\\_-1.pdf](https://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2017/12/Mundo-trabalho-mulheres-web.livro_-1.pdf)>. Acesso em: 21 maio 2021.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MELO, Cláudia Virgínia Brito de. **Proteção à Maternidade e Licença Parental no Mundo.** Câmara dos Deputados. Estudo Técnico, 2019

MELLO, Ana Claudia Collaço de; JULINO, Dilma Beatriz Rocha; COLLAÇO, Gabriel Henrique; CASAGRANDE, Jacir Leonir. **Metodologia da Pesquisa: livro didático – 3 ded. Ver. E atual. – Palhoça: UnisulVirtual, 2006.**

OIT. **Discriminação em Matéria de Emprego e Ocupação, 1958.** Disponível em <[https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS\\_235325/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_235325/lang--pt/index.htm)>. Acesso em 20 mai. 2021.

OIT. **Relatório Global sobre os Salários 2018/19:** O que está por trás da diferença salarial entre homens e mulheres. Bureau Internacional do Trabalho – Genebra: OIT, 2019.

PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira; MEZZOMO, Frank Antonio. **Mulheres e Relações de Gênero: o jornal como fonte e recurso pedagógico.** Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder. Campo Mourão, 2014. Disponível em: <<http://www.fecilcam.br/culturaepoder/wp-content/uploads/2014/02/Livro.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2021.

PEREIRA, Isabela Salgado Silva. **Diferenciais de Gênero no Mercado de Trabalho Brasileiro: uma análise regional.** 2017, 61. Monografia de Final de Curso. Pontífica Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Isabela\\_Salgado\\_Silva\\_Pereira.pdf](http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Isabela_Salgado_Silva_Pereira.pdf)>. Acesso em: 17 maio 2021.

WOIDA, Luana Maia; OLIVEIRA, Beatriz Bendito de. **O Fenômeno Glass Ceiling e o Acesso à Informação: estudo sobre as barreiras invisíveis impostas às mulheres no trabalho.** Belém Jan/Jun. 2018. Complexitas - Rev. Fil. Tem. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/complexitas/article/view/6636>>. Acesso em: 20 maio 2020.



## ASPECTOS DOS VULNERÁVEIS EM *OTELO*

Victor Matheus Kmiecziuk Soares<sup>1</sup>  
Bianca Tams Diehl<sup>2</sup>  
Mariel da Silva Haubert<sup>3</sup>

### RESUMO

O tema deste artigo trata da peça teatral *Otelo, o Mouro de Veneza*, de William Shakespeare, estudando seus personagens como exemplos de imagens que retratam a condição social de grupos vulneráveis. A delimitação temática deste estudo focaliza o conteúdo dessa obra, a fim de perceber em dois de seus personagens, Otelo e Desdêmona, figuras representativas de características de grupos vulneráveis. A geração de dados será por documentação indireta, uma vez que para pesquisa se utilizará o próprio texto poético e a doutrina. Questiona-se em que medida a peça teatral *Otelo* oferece imagens marcantes que revelam, por meio das características peculiares da literatura, observações relevantes quanto à condição social de alguns grupos vulneráveis no país. O objetivo geral é analisar os pressupostos teóricos da literatura referente à temática, a fim de responder à pergunta de pesquisa. Justifica-se esta investigação pela importância das reflexões atinentes à correta identificação dos problemas enfrentados por determinados grupos no contexto de sua socialização e no exercício pleno de seus direitos. A metodologia caracteriza-se como teórica de cunho qualitativo e com fins explicativos. O método de abordagem para a análise e a interpretação das informações é dedutivo, já os de procedimento secundário são histórico e comparativo. As principais conclusões dizem respeito à possibilidade de vislumbrar na peça significativas contribuições para a temática dos vulneráveis, sobretudo em relação à figura do estrangeiro e da mulher. A contribuição do trabalho é na reflexão sobre a importância da aproximação entre Direito e literatura, bem como na identificação de grupos que se encontram em situações sociais precárias. A repercussão esperada é a de que o meio acadêmico tome conhecimento.

Palavras-chave: Otelo – Desdêmona – Vulneráveis.

---

<sup>1</sup>Acadêmico do Curso de Direito – 10º Semestre Faculdades Integradas Machado de Assis. victorkmiecziuk@hotmail.com

<sup>2</sup>Doutora em Educação nas Ciências pela UNIJUÍ. Mestre em Direito pela URI/SAN. Professora do Curso de Direito e Coordenadora do Grupo de Pesquisa Tutela Constitucional dos Direitos dos Vulneráveis do Curso de Direito das Faculdades Integradas Machado de Assis. E-mail: direitofema1@gmail.com

<sup>3</sup>Doutora em Educação nas Ciências pela UNIJUÍ. Mestre em Educação nas Ciências pela UNIJUÍ. Orientadora. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão – NPPGE. Coordenadora do Projeto de Pesquisa Práticas de Produção Textual: o escrever e o significar em um contexto acadêmico. Professora do Curso de Direito das Faculdades Integradas Machadode Assis. mariel@fema.com.br



## INTRODUÇÃO

O tema deste artigo trata da peça teatral *Otelo*, estudando seus personagens como exemplos de imagens que retratam a condição social de grupos vulneráveis. A delimitação temática focaliza o conteúdo da peça teatral *Otelo, o Mouro de Veneza*, de William Shakespeare, a fim de perceber em dois de seus personagens, Otelo e Desdêmona, figuras representativas de características de grupos vulneráveis. A geração de dados será por documentação indireta, uma vez que para pesquisa se utilizará do próprio texto poético e da doutrina. O problema questiona em que medida a peça teatral *Otelo* oferece imagens marcantes que revelam, por meio das características peculiares da literatura, observações relevantes quanto à condição social de alguns grupos vulneráveis. A hipótese provável pressupõe que a referida peça apresenta imagens e paralelos interessantes para a caracterização e compreensão de grupos vulneráveis.

O objetivo geral consiste em analisar o enredo da peça e compreender seu significado no que toca a apresentação de imagens e contextos da realidade de personagens específicos a fim de entender em que medida a peça teatral *Otelo* oferece imagens marcantes que revelam, por meio das características peculiares da literatura, observações relevantes quanto à condição social de alguns grupos vulneráveis no país. Os específicos são: a) Estudar a teoria e a crítica acerca da obra, buscando o seu sentido; b) Pesquisar as relações existentes entre o enredo e as realidades sociais atinentes ao tema.

A visualização de aspectos dos vulneráveis em personagens tão densamente construídos proporciona um acervo simbólico útil para a interpretação da realidade desses grupos na sociedade. A viabilidade do estudo dá-se pela disponibilidade dos dados da pesquisa, bem como pela concretude dos métodos utilizados. Além disso, é coerente pesquisar o tema na contemporaneidade, já que as questões de exclusão social e opressão de grupos por suas características específicas permanecem sendo vivenciadas no país e no mundo de modo geral. Por fim, espera-se que a pesquisa contribua na

reflexão sobre a importância da aproximação entre Direito e literatura, bem como na identificação de grupos que se encontram em situações sociais precárias.

A metodologia caracteriza-se como teórica de cunho qualitativo e com fins explicativos. O método de abordagem para a análise e a interpretação das informações é dedutivo, já os de procedimento secundário são histórico e comparativo.

Para a melhor organização do artigo apresentam-se quatro seções: a primeira expõe um breve resumo do enredo da peça, a segunda passa a estabelecer as relações entre o enredo e a condição de vulnerabilidade dos personagens, a terceira trata em específico de Otelo e a quarta de Desdêmona.

## 1 BREVES NOTAS SOBRE O ENREDO

As notas biográficas de William Shakespeare serão, aqui, bastante resumidas. De modo geral, as informações sobre sua vida são precárias<sup>1</sup>, não havendo muitos documentos que atestem com detalhes a sua trajetória pessoal. Para os fins aqui expostos, basta saber que Shakespeare nasceu em 1564, em Stratford-upon-Avon, no interior da Inglaterra, de família de classe média, com seu pai trabalhando como luveiro, e desenvolveu sua carreira de dramaturgo e poeta em Londres (LEÃO, 2017).

Sobre *Otelo*, tem-se que a peça foi escrita por volta de 1603 ou 1604, sendo a segunda das quatro grandes tragédias (HELIODORA, 2017). Seu enredo provém, como muitos de Shakespeare, de outra obra, sendo esta trama em particular inspirada em uma *novella* de Giovanni Battista Giraldi, *Cinthio*. Esse esqueleto da história proveniente dessa coletânea popular é, no entanto, imensamente ampliado em profundidade.

A peça inicia com uma cena de diálogo entre Iago, alferes de Otelo, um importante general de Veneza, e Rodrigo, nobre veneziano e pretendente de

---

<sup>1</sup> Os fatos do começo da vida de Shakespeare são tão incertos que surgiram ao longo do tempo teorias sobre a verdadeira autoria das peças a ele atribuídas, como comenta Sarah Ebner (2001) ao tratar da sua relação com Christopher Marlowe, que poderia ser o dramaturgo por trás do bardo.

Desdêmona. Descobre o leitor, ou espectador, que Otelo escolheu para o cargo de tenente de seu exército o jovem e inexperiente Cássio, dotado de um grande conhecimento técnico, mas de pouca vivência no campo de batalha. Iago se mostra desde o início extremamente ressentido com Otelo por ter sido relegado ao cargo inferior de alferes, tendo em vista que é mais velho e mais experiente que Cássio, de modo que, segundo ele, o critério da antiguidade para a distribuição das funções foi ferido. Daí já se denota sua frustração com aquilo que parece ser um novo sistema de organização militar e social, no qual existe a “[...] promoção por cartas e amizades,/ e não, como antes, por antiguidade,/ com o segundo herdando do primeiro.” (SHAKESPEARE, 2017, p. 350).

Iago passa então a nutrir uma personalidade dissimulada, servindo Otelo com presteza na aparência, mas escondendo suas reais intenções de vingança e desenvolvendo aos poucos um plano. Essa estratégia passa pelo recente casamento de Otelo com uma moça rica de Veneza chamada Desdêmona. A relação dos dois é vista com estranheza pela sociedade veneziana, o que obriga o casamento a ser realizado em segredo (SHAKESPEARE, 2017). Nesse verdadeiro conflito de dois mundos que é a união dos dois está um ponto determinante para o sentido da tragédia, como se abordará em detalhes mais adiante.

Por ter sido sigilosa a celebração do casamento, nem mesmo o pai da moça, Brabantio, sabe a respeito da união da filha. O plano de Iago, de início, é, com isso, levar a ele o conhecimento, dando a entender que Desdêmona teria sido de algum modo raptada e obrigada a casar, pois nada explica que tenha ela de fato desejado isso de livre vontade, ainda mais considerando que possuía muitos outros pretendentes mais adequados. O modo que Iago conta a Brabantio sobre o casamento é revelador da imagem que Otelo possui em Veneza e indica a sua condição de estranho naquele meio:

Foi roubado, senhor; vista o casaco.  
Seu coração partiu, sua alma foi-se;  
Neste momento um bode velho e preto  
Cobre a sua ovelhinha; venha logo.  
Vá despertar com o sino os que dormiam,

Senão o demo vai fazê-lo avô.

[...]

Terá sua filha coberta por um garanhão da Barbária; terá netos que relincham, terá corcéis porprimos e ginetes por consanguíneos. (SHAKESPEARE, 2017, p. 352-353).

Brabantio crê que Desdêmona foi enfeitiçada e confronta Otelo, exigindo que seja ele julgado pelo roubo de sua filha:

Ladrão, onde escondeste a minha filha?  
Sendo danado, tu a encarceraste;  
Pois eu pergunto a tudo o que é sensível  
(Não sendo presa por grilhões de mágica)  
Se uma jovem feliz, suave e bela  
É tão infensa às bodas que fugiu  
À corte dos mais ricos entre os nossos  
Haveria jamais (pra ser chacota)  
De fugir da tutela pro negrume  
De um peito como o teu, que só traz susto?  
Julgue o mundo se não fica bem claro  
Que nela usaste sórdidas magias  
E violaste a sua juventude  
Com drogas que enfraquecem a vontade  
É o provável e exijo julgamento. (SHAKESPEARE, 2017, p. 359)

Otelo então é julgado e a própria Desdêmona desmente a história do rapto, garantindo que o motivo do casamento foi de fato o amor entre os dois. Brabantio talvez plante a primeira semente da discórdia na mente de Otelo ao dizer melancolicamente para que ele tome cuidado, pois ela “[...] pode enganá-lo, se enganou a mim.” (SHAKESPEARE, 2017, p. 372). O casal viaja ao Chipre para que Otelo assuma o comando deste lugar, acompanhado de Cássio e Iago. O plano deste último se modifica, tendo em vista que sua tentativa de romper o casamento não funcionou. Como se sente traído tanto por Otelo quanto por Cássio, Iago desenvolve um jeito de vingar-se dos dois.

Sua estratégia é convencer aos poucos Otelo de que Desdêmona está o traindo com Cássio, já que tem a impressão que o mouro é bastante influenciável e pode ser manipulado por alguém que julga honesto. Iago sabe que Otelo presenteou Desdêmona com um antigo lenço que pertenceu à sua mãe e que possui para ele um grande valor sentimental. Ocorre que a esposa de Iago,

Emília, é aia de Desdêmona, de forma que ele convence a moça a pegar o lenço e o coloca nos aposentos de Cássio, para que este seja visto usando-o, o que seria uma prova da infidelidade de Desdêmona e do pouco sentimento que nutre por Otelo ao desprezar dessa forma o seu presente (SHAKESPEARE, 2017).

Iago rodeia Otelo de mentiras e se esquia da responsabilidade sobre elas por meio de insinuações e meias palavras. Oferece ainda outra pretensa prova do adultério. Cássio possui um envolvimento fugaz com uma cortesã. Iago, sabendo disso, entabula com ele uma conversa aberta e vulgar sobre essa dama, pedindo que Otelo ouça escondido o que eles dizem. O alferes conduz o diálogo de tal modo que o nome da cortesã não é pronunciado, dando a entender, aos ouvidos de Otelo, que eles só poderiam estar falando de Desdêmona, descrita por Cássio como apenas uma aventura sexual desimportante. Esses dois fatores, o lenço e a conversa ouvida, aliados a um sentimento de paranoia habilmente desenvolvido em Otelo por Cássio, despertam a fúria do mouro, que mata Desdêmona. Emília, chegando tarde demais no quarto de sua ama, conta a Otelo que a traição era absurda, tendo em vista que ela mesma havia roubado o lenço a mando de Iago (SHAKESPEARE, 2017).

Otelo, diante da comprovação de seu ato de covardia e injustiça, se suicida, deixando cair seu corpo sobre o de Desdêmona em seu leito. A peça encerra com a prisão de Iago, que ainda assassina Emília por tê-lo delatado, e com a promoção de Cássio a governante do Chipre (SHAKESPEARE, 2017).

## 2 PLANO GERAL E ADVERTÊNCIA

Na comovente cena da morte de Desdêmona por Otelo, Shakespeare põe em terrível conflito esses dois curiosos arquétipos em forma de personagem, cercados por uma reveladora simbologia e levados a esse extremo pela mão de um terceiro. Iago, a quem Bloom comparou ao Satã de Blake<sup>1</sup>, habilmente

---

<sup>1</sup> Harold Bloom (1998) desenvolve em seu *Shakespeare: the invention of the human* a ideia de que William Blake teria se inspirado em Iago para a construção de seu personagem Satã em *Paraíso Perdido*.

comandou a ação da peça para vingar-se de seu infortúnio de ter sido preterido. Seu plano, que foi se alterando ao longo do encadeamento dos fatos, conduziu o casal, no desfecho da tragédia, à vingança vazia e à morte inevitável.

O sufocamento de Desdêmona, no entanto, mais do que um capricho de um destino trágico, é uma crueldade do honrado Otelo. E foi justamente a defesa desta mesma honra<sup>1</sup>, aliada a um profundo conflito interno de identidade, que ocasionou a corrupção de seu juízo pela perversa tentação de seu alferes, sibilando em seu ouvido, qual um anjo ressentido, tramas tão absurdas e vulgares que lhe pareciam impossíveis de terem sido inventadas apenas como ato egoísta de revanche. A retidão de Otelo, como bem observa Bárbara Heliodora (2017), a sua integridade, o impedem de enxergar a vileza nos outros e o fazem crer nos discursos que lhe aparentam ser verdade.

Mas a morte dos dois, como dito, reflete o confronto final de dois mundos distintos encarnados na pele escura do mouro guerreiro e na pureza de sua jovem noiva veneziana. O contraste dessas realidades tão diferentes percorre toda a construção do drama e é uma chave importante de compreensão dos sentidos desenvolvidos pelo poeta inglês. Otelo é um forasteiro em Veneza, apesar de importante líder militar, responsável pela conquista de territórios na expansão da cidade. Além disso, é, como ele mesmo diz, um homem de pouca cultura e de modos grosseiros, pouco afeito à pompa e ao luxo da requintada Veneza. Desdêmona, por outro lado, é uma dama da alta sociedade, de família importante, bela, letrada e cheia de pretendentes de sua classe. Seu brevíssimo casamento<sup>2</sup>, resultante de um envolvimento igualmente curto na casa do pai da moça, é, dessa forma, a união de duas vidas incompatíveis de tão díspares. Explica-se a repentina paixão dos dois, no dizer de Otelo, pelo fascínio que sua vida errante causou em Desdêmona e pela compaixão que suas histórias fantásticas lhe causaram:

---

<sup>1</sup> Inevitável lembrar da tese utilizada nos tribunais brasileiros da legítima defesa da honra, julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal neste ano na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 779. (BRASIL, 2021).

<sup>2</sup> Muito se comenta a respeito da impossibilidade temporal da traição de Desdêmona, tendo em vista que o casamento, a viagem ao Chipre e a sua morte ocorrem em poucos dias.



E muitas vezes arranquei-lhe lágrimas  
Ao relatar passagem mais terrível  
Vivida quando jovem. Terminando,  
Ela pagou-me as penas com suspiros;  
Jurou-me que era estranho, muito estranho;  
Que era de dar pena, imensa pena;  
Não o quisera ouvir, mas desejava  
Que dela o céu fizesse um homem tal.  
Agradeceu-me e pediu-me que, no caso  
De eu ter algum amigo que a amasse,  
Eu devia ensinar-lhe a minha história,  
Pra cortejá-la. E eu, então falei:  
Ela me amou porque passei perigos  
E eu amei porque sentiu piedade. (SHAKESPEARE, 2020, p. 368).

Esse amor tão fugaz foi obliterado, dessa forma, não só pela vingança de Iago, senão também pela sua própria natureza impossível de ser mantida em harmonia pelas evidentes contradições desse estranho par de amantes. O deslumbramento e a piedade, portanto, não tiveram forças para conter a fúria de um Otelo pretensamente traído e de uma indefesa e incrédula Desdêmona.

O suicídio de Otelo ao descobrir que fora vítima de uma intrincada cadeia de mentiras torna-se, com isso, o ato insano e final de um homem corroído pelas próprias consequências impensáveis de seus valores e pelo seu contexto de estranho ao ambiente em que vive, de estrangeiro em uma pátria que apenas o respeita por sua utilidade. É sobre essa dupla de destinos e mortes que recairão as análises deste estudo, buscando aproximar a situação dos personagens com conceitos modernos relativos aos vulneráveis e sua proteção.

A respeito desta modernidade dos termos, é importante salientar logo de início um cuidado que deve ser tomado para a compreensão correta dessas aproximações pretendidas. Isso porque é bastante fácil, em se tratando de Shakespeare, cair em um nocivo anacronismo histórico e transpor de forma indevida aspectos da nossa época sem qualquer ressalva para a Inglaterra elisabetana. Dir-se-ia, por exemplo, que o Mercador de Veneza representa um antissemitismo tal qual o visto no século XX, ou que no próprio Otelo tem-se um perfeito exemplo de racismo advindo do contexto da escravidão. Tais posturas simplesmente ignoram que cinco séculos nos separam do bardo e que, portanto,

é atentatório à verdade julgar sua obra a partir de compreensões históricas posteriores, inexistentes em sua época.

Sobre a temática racial em *Otelo*, aliás, é particularmente fácil simplificar em demasia o contexto e apontar formas de racismo presentes na peça. Não há dúvida que Shakespeare define que *Otelo* é negro<sup>1</sup>, embora o defina como mouro, o que denota uma matriz étnica proveniente do norte da África<sup>2</sup>. De qualquer modo, parece equivocado considerar que tenha ele sofrido racismo pela cor de sua pele, pelo menos na acepção atual que o termo possui. O preconceito, portanto, reside na sua condição de diferente, de ignorante e mesmo bárbaro, segundo a opinião geral dos venezianos, de forma que “[...] a visão shakesperiana é mais profunda e mais ampla: a cor da pele se apresenta [...] como informação fácil de chegar ao espectador, como indício dos diferentes universos culturais a que pertencem *Otelo* e *Desdêmona*.” (HELIODORA, 2017, p. 344).

A questão feminina presente nos conflitos de *Desdêmona*, por sua vez, também precisa ser encarada de forma a não desprezar a temporalidade de sua autoria. No entanto, esta situação parece ser mais facilmente transponível para a atualidade, tendo em vista que sua condição, a de mulher subjugada pelos desígnios violentos do marido, permanece sendo uma tônica da nossa época, a despeito dos importantes esforços para amenizá-la. Foi a doce e pura *Desdêmona* cruelmente levada por um boato de traição, sem chance de se defender e desmentir, sem poder contestar a honra que precisava de sua morte para ser vingada. Iago, o criador de intrigas, já havia dito sobre as mulheres, ainda que em tom cômico:

[...] Na rua são como retratos;

---

<sup>1</sup> No original, *Otelo* é descrito como *black* (SHAKESPEARE, 1998), embora a acepção desse termo na época seja vaga, incluindo qualquer raça não europeia, como menciona Célia Arns de Miranda (2009).

<sup>2</sup> É essa a definição presente de forma semelhante no Dicionário Priberam (2008-2021), no Dicionário Michaelis Online (s.d) e no Dicionário Aulete Digital (s.d), para citar alguns.

Na sala, sinos; na cozinha, feras.  
Santas se ofendidas, demos na ofensa.  
Na casa brincam, o ofício é na cama. (SHAKESPEARE, 2017, p. 383).

Essa visão pouco lisonjeira, para dizer o mínimo, do vilão da peça sobre a mulher talvez ainda gere paralelos no contexto social moderno, talvez ainda permaneça sendo alimentado e repetido<sup>1</sup>. Portanto, em respeito aos fins que se propõe este estudo, Desdêmona e seu terrível destino podem ser descritos pela sua condição de vulneráveis no sentido que representam uma consequência de uma ação objetificante da mulher, de uma ideia do casamento como contrato que celebra o advento de uma posse. Novamente estão em tela o conflito entre dois mundos, agora ampliado por outra dualidade que se manifesta: a do feminino e masculino.

### **3 A INSEGURANÇA DO DIFERENTE**

Para abordar as figuras de Otelo e Desdêmona na sua possível qualidade de representantes dos vulneráveis<sup>2</sup>, é preciso desenvolver brevemente o que se entende por esse termo. Nessa linha, compreende-se os vulneráveis como um grupo cujos direitos fundamentais estão mais suscetíveis de serem negados e cujos membros são menos propensos a terem uma vida digna, o que causa sua fragilização diante de outros grupos dominantes na sociedade (NONATO; RAIOL, 2016). Nesse sentido:

O ser humano vulnerável, por outro lado, [...] é aquele que, conforme conceito compartilhado pelas áreas da saúde e assistência social, não necessariamente sofrerá danos, mas está a eles mais suscetível uma vez que possui desvantagens para a mobilidade social não alcançando patamares mais elevados de qualidade de vida em sociedade em função de sua cidadania fragilizada. (CARMO; GUIZARDI, 2018, p. 6).

---

<sup>1</sup> Veja-se que no ano de 2021 foram registrados 3913 homicídios de mulheres, sendo destes 1913 feminicídios. (BUENO; BOHNENBERGER; SOBRAL, 2020).

<sup>2</sup> Utilizar-se-á esta terminologia com certa abrangência, incluindo nela as minorias, tendo em vista que os grupos abordados variam de nomenclatura.

Assim, como referido anteriormente, a situação de vulnerabilidade de Otelo, apesar de ser ele negro, não decorre diretamente da cor de sua pele, senão da sua condição de diferente, de exótico, de estranho:

Imaginar que Shakespeare buscou indiretamente problematizar o preconceito racial em Otelo parece forçar a ideia de que naquela época, ou seja, século XVII, havia a mesma preocupação que temos agora em relação ao tema [...] não é difícil suspender a suposição do interesse do escritor inglês em discutir a posição do mouro ou do negro a partir de uma concepção moderna de racismo ou preconceito racial, mas pelo interesse em explorar uma figura exótica para os moldes ingleses. Mesmo assim, a peça parece apresentar algo a mais, despertando em nós, leitores, a dúvida do por que o dramaturgo explorar de maneira tão diferente um tipo comumente depreciado em seu contexto. (KLOCK, 2014, p. 140-141).

A controvérsia racial de Otelo, com isso, passa a ser apenas um elemento que ajuda a compreender o tratamento conferido a ele e deixa de ser um ponto central baseado em uma ideia moderna de racismo, que uma primeira leitura descontextualizada poderia levar a crer. Assim, a figura do mouro toma contornos trágicos na medida em que representa o diferente, o estrangeiro. O próprio subtítulo da peça ajuda a esclarecer a situação de Otelo na sociedade veneziana: é ele o “Mouro de Veneza”, em um sentido de pertencimento material, instrumental, é ele um instrumento de Veneza, uma ferramenta importante e valiosa na medida em que cumpre uma função indispensável. Mas Otelo nunca pertenceu à Veneza no sentido pessoal, pois é tido como um bruto, um bárbaro:

Na realidade, o que importa é a percepção de que Otelo, apesar de estar, aparentemente, integrado na cultura veneziana e de ser admirado e requisitado por seus dotes na guerra, essa mesma sociedade prima por considerá-lo como o outro, aquele que pertence a uma cultura e raça diferentes, aquele que não tem o direito de conquistar uma donzela branca e requintada porque ele é o bárbaro, o diferente, aquele que, como indivíduo, é banido daquela sociedade. (MIRANDA, 2009, p. 16).

É justamente, pois, nessa fragilidade cultural que reside a vulnerabilidade de Otelo, pois sua consequência é uma grande sensação de insegurança no personagem. Sua condição de inferior, que lhe é constantemente imposta pelo povo de Veneza, acabou ajudando a convencê-lo de que Desdêmona jamais se manteria fiel a um homem tão diferente dela e sua desconfiança em si mesmo o fez crer com mais facilidade nos ardis de Iago. Apesar de ser ele um grande general, é também, de certa forma, um pária social, um inimigo tolerado:

Os inimigos são diferentes de nós e comportam-se segundo costumes que não são os nossos. Alguém diferente, por excelência, é o estrangeiro. Já nos baixos-relevos romanos os bárbaros aparecem como barbudos e achatados, e a própria definição de bárbaros, como é sabido, alude a um defeito de linguagem e, portanto, de pensamento. Todavia, desde o princípio que são construídos como inimigos não tanto os diferentes que nos ameaçam directamente (como seria o caso dos bárbaros), mas aqueles que alguém tem interesse em representar como ameaçadores, ainda que não nos ameacem directamente, de modo que não é tanto o seu carácter ameaçador que faz ressaltar neles a diferença, mas é a sua diferença que se torna sinal de carácter ameaçador. (ECO, 2011, p. 13-14).

Desse modo, revela-se o crime de Otelo não apenas por um ciúme ensandecido, mas por uma confiança fragilizada e uma identidade social inexistente. Seu destino, assim, é o mesmo do estrangeiro e sua consequência é uma vulnerabilidade psíquica:

A possibilidade de experimentar a condição de estrangeiridade não é exclusiva daqueles que partem de um lugar familiar para outro “desconhecido”. Diz respeito também àquele que “acolhe” o estrangeiro. Trata-se de uma dinâmica na qual olhar e ser olhado se confundem. Em comum, aquele que olha e aquele que é olhado têm essa experiência que evoca um aspeto constitutivo de toda subjetividade, possível de ser vivenciada a todo momento. Aquele que estranha e exclui parece acreditar na possibilidade de unidade, como também aquele que parte, antes de deixar sua cultura. Acontece que, na experiência da estrangeiridade, o sujeito é confrontado com a impossibilidade dessa unidade, por preservarmos fundamentalmente na constituição do eu uma singularidade que é impartilhável. (MALLARD; CREMASCO; METRAUX, 2015).

O fim de Otelo, por óbvio, é a dramatização extremada da condição do diferente alheio ao seio cultural e social que participa. No entanto, sua situação, uma vez posta em perspectiva, pode ajudar a compreender a vulnerabilidade dos grupos que têm seus direitos dificultados pelas suas diferenças culturais e que necessitam de ajuda para que não sejam esquecidos e abandonados em um alheamento interno nocivo, como aquele que transformou o justo Otelo no assassino de sua esposa inocente.

#### **4 O LENÇO DE DESDÊMOMA**

Utilizando as definições previamente apresentadas, a qualificação de Desdêmona como figura representante de uma parcela dos vulneráveis é bastante evidente. Isso porque é ela, por assim dizer, uma ancestral da mulher tolhida de sua segurança por um contexto social violento à sua identidade. Sua vida passou a ser ameaçada pela abstrata e remota ideia de sua infidelidade, que era provada por evidências forjadas. O fato de ter Otelo sucumbido a essas conspirações revela muito, como abordamos, sobre sua condição de profunda insegurança consigo próprio e sobre seu comportamento balizado por valores arcaicos, mas também denota a visão da mulher como uma figura frívola e lasciva, tendente a cair em paixões fugazes. Assim argumentou Iago enquanto construía seu plano:

Lembra-te da forma violenta por que ela se apaixonou pelo Mouro, só por ele se gabar e contar umas mentiras fantásticas. Será que iria continuar a amá-lo por sua tagarelice? [...] Os olhos dela precisam ser alimentados. E que prazer terá ela ao olhar para o diabo? Quando o sangue ficar anestesiado com o ato da luxúria, teria de haver, para reinflamá-lo e dar a saciedade novo apetite, encanto de aspecto, sintonia de idade, Hábitos e beleza [...] E, por sentir falta dessas conveniências desejadas, sua delicada ternura acabará por sentir-se abusada [...] A própria natureza vai instruí-la nisso e empurrá-la para uma segunda escolha. (SHAKESPEARE, 2017, p. 387).



A mulher é entendida pelo vilão da peça, portanto, como cambiante, dissimulada<sup>1</sup>, conduzida por instintos. Isso põe em tela a sua condição de fragilizada, pois seu comportamento é sempre analisado com base nessas características moldadas em preconceitos. No caso de Desdêmona, bastaram boatos para que sua moral fosse contestada e suas repetidas negativas quando confrontada por Otelo não bastassem para salvar-lhe a vida.

Dessa condição da mulher na sociedade advém a necessidade das modernas proteções pretendidas pelos ordenamentos jurídicos, como observam Delma Domingues Oliveira e Érika Leahy ao tratarem da conceituação feminina como minoria:

[...] apesar de quantitativamente não insignificante o número, sua representação foi sempre mínima e seus direitos muito limitados. Isso ocorre em virtude da sociedade patriarcal, a qual é traçada desde antes dos tempos bíblicos, e reforçada por várias religiões. Para uma mudança concreta na condição da mulher, que é vista socialmente como inferior à pessoa do gênero masculino, o Estado deve impor obrigações específicas, desde a previsão de igualdade, proibição de discriminação e violência de gênero, até programas de conscientização para efetiva transformação. (OLIVEIRA; LEAHY, 2020, p. 613).

É, com isso, o destino de Desdêmona idêntico ao de tantas outras mulheres presas em uma engrenagem social que confere a elas uma precária sobrevivência, dependente sempre da adequação irrestrita aos padrões de comportamento esperados. E mesmo a observação dessas regras implícitas não garantirá sua segurança, como não garantiu à fiel Desdêmona, já que há uma perpétua espada vingadora sobre suas cabeças e seu algoz está próximo:

Apesar da definição legal, e dos limites impostos pela base de dados, o fato é que 14,7% dos homicídios femininos tiveram como autor o parceiro ou ex-parceiro íntimo da vítima, o que deveria torná-los automaticamente um feminicídio. Isto significa dizer que cerca de 377 homicídios de mulheres praticados no ano passado são, na realidade, crimes de feminicídio. Já os dados de feminicídio indicam que 81,5%

---

<sup>1</sup> Sobre isso, tem-se a evidente inspiração de Machado de Assis em *Otelo* para a criação de *Dom Casmurro*, cuja personagem Capitu é uma Desdêmona reimaginada, também vítima de um ciúme descontrolado e tida como dona de um olhar de “cigana oblíqua e dissimulada.” (MACHADO DE ASSIS, s.d, s.p).

das vítimas foram mortas pelo parceiro ou ex-parceiro íntimo, mas se considerarmos também demais vínculos de parentesco temos que 9 em cada 10 mulheres vítimas de feminicídio morreram pela ação do companheiro ou de algum parente. (BUENO; BOHNENBERGER; SOBRAL, 2020, p. 96).

Com isso, o lenço de Desdêmona, dado a ela de presente por Otelo como lembrança da sua união, representa sua pureza, manchada pela narrativa de lago que o colocou nas mãos de Cássio. Otelo supõe, por isso, que ela cedeu sua pureza virginal<sup>1</sup> a outro, maculando seu artefato de amor por um desejo lascivo. A partir disso surge seu ciúme vinculado a um desejo de posse, o que novamente expõe a objetificação da mulher. Sobre o lenço, conjecturou Machado de Assis:

Vi as grandes raivas do mouro, por causa de um lenço. --um simples lenço!--e aqui dou matéria à meditação dos psicólogos deste e de outros continentes, pois não me pude furtar à observação de que um lenço bastou a acender os ciúmes de Otelo e compor a mais sublime tragédia deste mundo [...] E era inocente, vinha eu dizendo rua abaixo; -- que faria o público, se ela deveras fosse culpada, tão culpada como Capitu? E que morte lhe daria o mouro? Um travesseiro não bastaria; era preciso sangue e fogo, um fogo intenso e vasto, que a consumisse de todo, e a reduzisse a pó, e o pó seria lançado ao vento, como eterna extinção. (MACHADO DE ASSIS, s.d, s.p).

Machado envenena seu personagem Bentinho com a mesma desconfiança lunática que corroeu Otelo. A justiça que ambos os personagens enxergam só pode ser alcançada com a morte cruel da mulher, apenas a sua redução ao pó vingará a honra ferida, de forma que a figura feminina representa um objeto simbólico cuja extinção restituirá a ordem convencional de poder.

## CONCLUSÃO

William Shakespeare dispõe habilmente seus personagens em uma trama que os coloca em conflito com seus próprios valores e crenças. É cruel o

---

<sup>1</sup> É bem possível, dada a estreita cronologia da peça, que o casamento entre os dois não tenha sido consumado.

caminho que leva o honrado Otelo à corrosão pelo ciúme e pela insegurança, e é ainda mais terrível a morte de Desdêmona que resulta dessa mistura de sentimentos sórdidos orquestrada pelas mãos de Iago.

As explicações para o comportamento de Otelo, conforme visto, não são tão simples, já que sua figura é muito mais complexa e ambivalente do que a de um marido enciumado que mata a esposa por vingança. Otelo também é isso, mas é muito mais: é o bárbaro mouro que teve a audácia de casar com uma pura moça veneziana; é o general habilidoso respeitado apenas por suas funções essenciais à pátria; é o estrangeiro diferente e relegado à uma participação mínima na sociedade em que vive; é o bravo homem de guerra que duvida de suas próprias qualidades, uma vez que o mundo inteiro parece querer reduzi-lo a uma ferramenta rude; é o homem de valores tão firmes a ponto de torná-lo ingênuo diante dos ardis de Iago; é o assassino de sua mulher inocente e é também um suicida desesperado.

Essas características enriquecem sobremaneira a construção de seu caráter e o tornam uma figura cheia de camadas, dúbia, contraditória. Seu ponto central para esta análise passou a ser, portanto, a sua condição de estranho ao meio, de estrangeiro, de alheio à identidade cultural de Veneza, pois é nesse sentido que se revela a sua qualidade de vulnerável e é a partir dele que Otelo passa a figurar com uma espécie de arquétipo dos dramas sofridos por pessoas em situações semelhantes a sua.

Na mesma linha procurou-se desenvolver Desdêmona como uma representante de alguns aspectos da condição da mulher. É ela um exemplo dos mais dolorosos de como o feminino está em constante ameaça, em iminente perigo, uma vez que foi morta sem poder se defender por um ato que não cometeu, vítima de uma ânsia vingativa de Iago, contra quem nunca tinha feito mal. Como visto, Shakespeare busca ressaltar ao longo de toda a obra a visão ofensiva que muitos personagens têm da mulher, que é para eles uma eterna dissimulada e sempre propensa a cair nas tentações mais baixas.

Assim, a peça proporciona uma visualização de situações que ocorrem ainda hoje relacionadas a esse preconceito sobre as mulheres, que resulta, em

última medida, em números alarmantes de violência e morte, conforme os dados citados anteriormente. Está-se diante, portanto, de um cenário social não muito distante daqueles que o poeta inglês propôs em suas tragédias e são as experiências de seus personagens transponíveis para o nosso cotidiano, que tem nele uma enorme possibilidade de aprendizagem e redenção.

## REFERÊNCIAS

- AULETE. **Dicionário Digital**. Disponível em: <<https://aulete.com.br/mouro>>. Acesso em: 17 out. 2021.
- BLOOM, H. **Shakespeare and the Invention of the Human**. New York, Riverside Books, 1998.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADPF 779**. Disponível em: <<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=755906373>>. Acesso em: 12 out. 2021.
- BUENO, S; BOHNENBERGER, M; SOBRAL, I. A violência contra meninas e mulheres no ano pandêmico. In: BRASIL. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020**. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>>. Acesso em: 11 out. 2021.
- CARMO, M. E; GUIZARDI, F. L. **O Conceito de Vulnerabilidade e seus Sentidos para as Políticas Públicas de Saúde e Assistência Social**. Cad. Saúde Pública 2018; 34(3):e00101417.
- EBNER, S. **Did Shakespeare Even Exist?** Disponível em: <<https://www.theguardian.com/culture/2001/mar/07/artsfeatures.classics>>. Acesso em: 12 out. 2021.
- ECO, U. **Construir o Inimigo e Outros Escritos Ocasionalmente**. 1. ed. Lisboa: Gradiva, 2011.
- HELIODORA, B. Introdução. In: SHAKESPEARE, W. **Grandes Obras de Shakespeare**: volume 1: tragédias. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.
- KLOCK, A. M. **A Desconstrução Imagética de Otelo, em Otelo, o Mouro de Veneza**. Revista de Letras Dom Alberto, v. 1, n. 6, ago./dez. 2014.
- LEÃO, S. Apresentação. In: SHAKESPEARE, W. **Grandes Obras de Shakespeare**: volume 1: tragédias. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

MACHADO DE ASSIS, J. M. **Dom Casmurro**. Domínio Público. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv00180a.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2021.

MALLARD, S. D. S; CREMASCO, M. V. F; METRAUX, J. C. **Estrangeiridade e Vulnerabilidade Psíquica**: algumas contribuições psicanalíticas. Psicologia: Teoria e Pesquisa Jan-Mar 2015, Vol. 31 n. 1, pp. 125-132.

MICHAELIS. **Dicionário Online**. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/mouro/>>. Acesso em: 17 out. 2021.

MIRANDA, C. A. **As Controvérsias Raciais em Otelo de William Shakespeare**. Revista Letras, Curitiba, n. 77, p. 13-25, jan./abr. 2009. Editora UFPR.

NONATO, D. N; RAIOL, R. W. G. **Invisíveis Sociais**: a negação do direito à cidade à população em situação de rua. Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade, 2016.

OLIVEIRA, D.D; LEAHY, E. **A Influência Cultural na Disseminação da Violência Doméstica e Pública Contra a Mulher**. R. Fac. Dir. Univ. São Paulo v. 115 p. 611 - 622 jan./dez. 2020.

PRIBERAM. **Dicionário**. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/mouro>>. Acesso em: 17 out. 2021.

SHAKESPEARE, W. Otelo, o Mouro de Veneza. In: SHAKESPEARE, W. **Grandes Obras de Shakespeare**: volume 1: tragédias. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

SHAKESPEARE, W. **Othello, the Moor of Venice**. Domínio Público.

Disponível em:

<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/gu001531.pdf>>. Acesso em: 9 out. 2021.

## LIDERANÇA FEMININA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA INTEGRATIVA EM PERIÓDICOS NACIONAIS

Patrícia da Rosa Portela Cé<sup>1</sup>

### RESUMO

Tendo em vista a relevância do tema “liderança feminina” no contexto brasileiro, o presente artigo analisou de forma integrativa e sistêmica os trabalhos encontrados sobre liderança feminina e que, foram publicados entre os anos de 2015 a 2021 nos seguintes periódicos nacionais: Revista de Administração Contemporânea – RAC; Revista de Administração de Empresas – RAE; o periódico online Cadernos EBAPE.BR; Revista Eletrônica de Administração – REAd e Revista de Administração – ReA. Na fundamentação teórica do estudo foram abordadas as temáticas sobre liderança e liderança feminina. Essa pesquisa teve caráter qualitativo e quantitativo e a coleta de dados foi realizada de forma bibliográfica. Foram realizadas 3 etapas, das quais resultaram no encontro de 6 artigos sobre o tema. Os resultados demonstraram que além de poucas pesquisas sobre a temática, os assuntos mais abordados nas pesquisas encontradas são estilos de liderança, identidade profissional e, barreiras, dificuldades, obstáculos e desafios na liderança feminina. Ao final, esse estudo sugeriu futuras pesquisas sobre a temática liderança feminina. As limitações desse estudo partiram da dificuldade de encontrar pesquisas sobre o tema liderança feminina, bem como limitou-se a utilizar os cinco periódicos escolhidos para a busca de estudos, que apesar de serem periódicos com boas qualificações e muito utilizados na área, podem limitar o acesso a pesquisas internacionais.

Palavras-chave: Liderança – Liderança Feminina – Revisão Sistemática Integrativa.

### INTRODUÇÃO

Com o aumento da participação de mulheres no mercado de trabalho houve uma crescente ocupação de mulheres em cargos de liderança nas organizações de pequeno, médio ou grande porte. As mulheres ocupam cargos, funções e espaços que exercem função fundamental na reprodução social e que

---

<sup>1</sup> Mestranda em Gestão Estratégia de Organizações da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, campus de Santo Ângelo.



até então eram ocupados por homens. Por outro lado, as desigualdades de gênero no trabalho persistem, sobretudo quando referimos o fato de que mulheres em posição de liderança continuam sendo minoria. A pesquisa “Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil”, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, aponta que em 2019, 37,4% das mulheres ocupam cargos de liderança e recebem apenas 77,7% dos rendimentos dos homens nas mesmas posições.

Tendo em vista a relevância do tema “liderança feminina” no contexto brasileiro, esse artigo busca responder a seguinte questão de pesquisa: quais são as evidências científicas sobre liderança feminina na literatura nacional de 2015 a 2021? O objetivo do estudo é analisar de forma integrativa e sistêmica os trabalhos que trazem como tema a liderança feminina, publicados nos periódicos nacionais da área, a saber: Revista de Administração Contemporânea – RAC, classificada pelo Sistema Qualis como Revista “A2”; Revista de Administração de Empresas – RAE, classificada pelo Sistema Qualis como Revista “A2”; o periódico online Cadernos EBAPE.BR, classificado pelo Sistema Qualis como “A2”; Revista Eletrônica de Administração – REAd, classifica como “B1” pelo Qualis e; por fim, a Revista de Administração – ReA, classificada pelo Sistema Qualis como “B1”.

Em termos de relevância, o estudo contribui com as pesquisas científicas sobre liderança feminina nas organizações, por meio de uma revisão sistemática integrativa, colabora com a comunidade acadêmica sobre a temática, bem como direciona para futuras pesquisas com potencial de impacto na área de liderança feminina.

Para melhor compreensão do artigo, o mesmo foi dividido em tópicos como a presente introdução, após a fundamentação teórica, onde será abordado sobre liderança feminina, na sequência virá a seção metodologia, seguido dos resultados quantitativo e qualitativo, com a análise do que cada estudo realizou nos artigos encontrados e na última seção são apresentadas as considerações finais do estudo e sugestões para futuras pesquisas.

## 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Andrade, Fonseca e Porto (2015) afirmam que no contexto organizacional o processo de liderar pode ser visto como um conjunto de comportamentos que possibilitam ao gestor influenciar sua equipe. O conceito de liderança vem sofrendo modificações e em muitas organizações os líderes estão em busca de diferentes maneiras de estimular e capacitar colaboradores (QUELHAS, 2010).

Dentro das diversas mudanças, a influência das mulheres em cargos de liderança está cada vez maior no meio social e organizacional. As mulheres apresentam características específicas que são introduzidas no mundo empresarial. Elas costumam apresentar uma percepção aguçada em relação a questões como cuidado com as pessoas, qualidade de vida no trabalho e humanização do ambiente de trabalho. Características que são marcantes no universo feminino (QUELHAS, 2010). Dessa maneira, o tema liderança feminina vem sendo cada vez mais observado, estudado e analisado nas organizações e nas academias.

### 1.2 LIDERANÇA FEMININA

Um argumento que vem sendo utilizado ao longo do tempo para explicar a escassa presença de mulheres em cargos de liderança, é que os objetivos ou os propósitos dos estilos de vida masculino e feminino são diferentes. A partir dessa ideia, os homens canalizam sua metodologia de liderança focando na tarefa, enquanto as mulheres se concentram nas pessoas ou no relacionamento. Dessa maneira, a liderança masculina tornou-se mais visível, formal e oficial e a liderança feminina, com o foco nas pessoas, passou a ser considerada uma liderança de apoio (RINCÓN; GONZÁLEZ; BARRERO, 2017).

Hryniewicz e Vianna (2018) destacam que quando questionadas sobre características mais observadas em mulheres e homens líderes, as líderes associam atributos como determinação, dedicação e comunicação às mulheres líderes. Para os homens em posição de liderança, elas distribuem atributos como

ambição, força e autoconfiança. Sendo assim, as mulheres são consideradas mais comunais e os homens mais agênticos. Além disso, características como empatia, boa aparência e otimismo são associadas às mulheres líderes. É provável que qualidades estereotipadamente femininas de cooperação, orientação e colaboração sejam importantes para a liderança, certamente em algum contexto e cada vez mais nas organizações contemporâneas (EAGLY; CARLI, 2007).

Há um significativo crescimento de valores “femininos” no ambiente organizacional. Mackey e Sisodia (2018) reconhecem carinho, compaixão, cooperação como características que são associadas ao lado direito do cérebro, o que gera uma mistura harmônica dessas características humanas ao trabalho. Os autores ainda afirmam que as lideranças femininas da atualidade parecem mais confortáveis com essas marcas da feminilidade e que reconhecem a importância de uma abordagem de cuidado e carinho adotada nas organizações que dirigem.

Cheung e Halpern (2010) relatam a pesquisa de Cantor e Berney (1992) que identifica três fatores importantes na liderança feminina: personalidade competente, agressão criativa e poder feminino. Isso significa que em vez das líderes tentarem se comportar como homens em um ambiente masculino, elas abraçaram e integraram qualidades tipicamente femininas, como ternura e carinho, com assertividade e orientação para realizações. Para as autoras, feminilidade e liderança não são mais consideradas incompatíveis. As mulheres líderes acreditam que a liderança feminina seja a mais adequada para o trabalho contemporâneo, elas aceitam a feminilidade e não se esquivam de incluir papéis familiares como metáforas para os papéis de liderança. A literatura sobre liderança feminina que existe, tende a apontar certos traços de liderança como femininos, destacando estilos e características de mulheres líderes nos negócios organizacionais e essa escassez de dados criou estereótipos para as mulheres (BIEREMA, 2016).

Bierema (2016) acredita que as organizações precisam se tornar mais competentes em gênero, entendendo e falando como as relações de poder

baseadas no gênero impactam na dinâmica interpessoal, nas tomadas de decisão e no desenvolvimento da organização. A organização que estiver ciente do contexto e das relações de poder de gênero, terá líderes atentos para tomar as decisões necessárias para criar, dentro de sua estrutura organizacional, ambientes mais inclusivos e preparados para receber uma gama diversificada de líderes femininas.

## 2 METODOLOGIA

Essa pesquisa tem caráter qualitativo e quantitativo e teve a coleta de dados realizada de forma bibliográfica. Foram coletados estudos desenvolvidos entre os anos de 2015 a 2021, em 5 periódicos nacionais, que foram escolhidos por apresentarem uma boa classificação no Sistema Qualis: RAC – Revista de Administração Contemporânea; RAE – Revista de Administração de Empresas; Cadernos EBAPE.BR; REAd – Revista Eletrônica de Administração e ReA – Revista de Administração.

Para o procedimento de coleta e análise de dados foi utilizada a revisão sistemática integrativa. Essa, consiste em reunir e sintetizar sistematicamente o conhecimento científico que já foi produzido sobre uma determinada temática, possibilitando uma compreensão abrangente do problema estudado (WHITTEMORE; KNAFL, 2005).

Por meio do uso deste método, em julho de 2021, através da busca nas plataformas dos periódicos selecionados para a pesquisa do presente artigo, utilizando a *string* de busca: “liderança feminina”, foram encontrados 23 resultados publicados entre os anos de 2015 a 2021.

Após essa pesquisa, ainda em julho de 2021, foi aplicado o segundo filtro, na qual foi utilizada a *string* de busca: “liderança mulheres” ou “gestão feminina” ou “gestão mulheres” ou “mulheres líderes”, obtendo 425 resultados, no total, publicados entre os anos de 2015 a 2021. A opção de acrescentar o termo “gestão feminina” se deu, com a intenção de que fosse possível encontrar estudos sobre liderança feminina que utilizassem o termo “gestão”.

Com os 425 resultados selecionados, foi possível construir uma tabela com os títulos e realizar a leitura dos resumos e palavras-chave. Foi possível também observar as pesquisas duplicadas nos resultados. No terceiro filtro, observou-se que houve muitos estudos duplicados e muitos estudos que não tinham relação alguma com o tema. Dessa maneira, esse filtro excluiu 412 resultados que estavam totalmente fora da temática e duplicados.

Com os 13 estudos obtidos, foi realizada uma análise de conteúdo. De acordo com Bardin (2011) na pré-análise, superficialmente, é observado as primeiras impressões do estudo. Na segunda etapa, o material é explorado e no final é realizada a análise dos resultados e interpretações. Assim, foram eliminadas 7 publicações, por não apresentarem o conteúdo da pesquisa de acordo com a presente revisão, pois os assuntos e resultados eram de outras temáticas, além de algumas pesquisas serem feitas em outros países ou não se encaixarem como artigo científico.

### **3 RESULTADOS**

Com os resultados de 6 artigos obtidos por meio da revisão sistemática integrativa, nota-se que os estudos sobre liderança feminina publicados nos periódicos nacionais que foram escolhidos para a presente pesquisa, entre os anos de 2015 a 2021, apresentam como objetivo: a) analisar a construção da identidade da profissional (1 artigo); b) identificar as barreiras, desafios e obstáculos na ascensão e na carreira das mulheres líderes (3 artigos); c) identificar a percepção de profissionais acerca dos estilos de liderança (1) e d) analisar o feminino no trabalho de gestoras (1 artigo).

A partir da seleção dos artigos, os quais estavam relacionados com a temática do presente estudo, fez-se a análise de conteúdo. O artigo de 2016, intitulado “As barreiras para a ascensão da mulher a posições hierárquicas: um estudo sob a óptica da gestão da diversidade no Brasil”, teve como objetivo identificar as barreiras que têm impedido ou dificultado as mulheres de ascender para posições hierárquicas em níveis estratégicos nas organizações brasileiras

(DUTRA; FERREIRA; HENDERSON, 2016). Os autores destacaram como hipóteses de pesquisa: a) mulheres que investem na formação educacional possuem mais oportunidades de ascender para posições estratégicas de alto nível hierárquico; b) mulheres tendem a adaptar suas identidades femininas como meio para ascender para posições estratégicas de alto nível e c) mulheres que tem mentor ou *sponsor* têm maior probabilidade de ascender à posições estratégicas de alto nível hierárquico. Na categoria de análise “alto nível de escolaridade”, observou-se na amostra que o alto nível hierárquico é proporcional ao alto nível de escolaridade, confirmando-se a primeira hipótese. A hipótese vem de encontro com o que Bruschini (2007) salienta, que a expansão da escolaridade, que as mulheres brasileiras estão tendo acesso, é um dos fatores do aumento do ingresso das mulheres no mercado de trabalho. Na categoria “adaptação da identidade”, todas as participantes ressaltaram que a mudança de identidade feminina ocorre e é necessária para a ascensão das mulheres em cargos de alto nível hierárquico, dessa forma os autores confirmaram a segunda hipótese. Essa ideia corrobora com o que Bierema (2016) afirma, que se espera que as mulheres assumam uma identidade profissional conforme a imagem do homem trabalhador ideal. Por fim, na categoria “existência de um mentor ou *sponsor*”, a terceira hipótese se confirmou, já que todas as participantes, em algum momento, tiveram um mentor ou um *sponsor*, bem como, foi confirmado pelas mesmas que mentor ou *sponsor* são considerados uma pessoa chave para a ascensão da mulher dentro da carreira (DUTRA; FERREIRA; HENDERSON, 2016).

O artigo encontrado de 2018 “Mulheres em posição de liderança: obstáculos e expectativas de gênero em cargos gerenciais”, apresentou como objetivo identificar os obstáculos que se apresentam ao longo da carreira da mulher brasileira, bem como entender seu discurso sobre boa liderança em um cargo e em sua vida (HRYNIEWICZ; VIANNA, 2018). A pesquisa foi de caráter qualitativo e encaixava-se como pesquisa de campo. Foi realizada em organizações públicas e privadas do Rio de Janeiro, onde foram aplicadas



entrevistas estruturadas em 15 mulheres em posição de liderança, com idades entre 32 e 70 anos e a amostragem foi feita por acessibilidade.

A partir do material coletado, Hryniewicz e Vianna (2018) elaboraram a interpretação com base em cinco barreiras das pesquisadoras Eagly e Carli (2007). Tais barreiras são: a) vestígios de preconceito; b) resistência à liderança da mulher; c) problemas com estilos de liderança; d) demandas da vida familiar e e) pouco investimento em capital social. Na primeira barreira as entrevistadas reconheceram o fato de que mulheres ganham menos que os homens, em relação as promoções, mas parte das entrevistadas afirmaram não ter conhecimento da vantagem dos homens. Dentro dessa barreira, devido o discurso das participantes, os autores incluíram mais duas barreiras de preconceito, a maternidade e a aparência pessoal. Muitas participantes relataram a licença-maternidade como um problema para a profissional e a aparência, se destacou no discurso, pois muitos colegas fazem associação de promoções no trabalho devido aos atributos físicos das mulheres, bem como associam casos amorosos com chefes como forma de desmerecer a mulher (HRYNIEWICZ; VIANNA, 2018). Em relação a barreira “resistência à liderança da mulher”, quando questionadas sobre as características mais observadas em mulheres líderes, as participantes destacaram: determinação, dedicação, comunicação, empatia e otimismo. O que mostra que atenção, cuidado e dedicação são características esperadas de mulheres. Por esse motivo, a dificuldade de liderar das mulheres é uma realidade, havendo constante questionamento, teste e preconceito (HRYNIEWICZ; VIANNA, 2018). Para Eagly e Carli (2003), as qualidades comunais que as pessoas associam às mulheres, como cordialidade e altruísmo, divergem das qualidades agênticas, como assertividade, que geralmente é associado como característica de um líder de sucesso, esse líder, mais uma vez, associado ao homem. Nos “problemas com estilo de liderança”, demonstrou-se que há uma visão mais integrada de liderança por parte das mulheres, pois as características que foram consideradas importantes para um bom líder foram: caráter, determinação, autoconfiança. Tais características reforçam uma mistura de comportamento femininos e

masculinos, formando uma liderança mais completa. Na barreira “demanda da vida familiar”, Hryniewicz e Vianna (2018) observaram que as mulheres eram gerentes, consultoras, chefes de departamentos e diretoras. Esses trabalhos consomem tempo e são cargos importantes nas hierarquias das empresas, mas mesmo assim, as participantes ainda tinham os cuidados relacionados aos assuntos da casa e família. Fialho et al (2018) corroboram da ideia de que combinar a vida profissional com a vida familiar pode dificultar a produtividade das mulheres, o que pode refletir em uma remuneração mais baixa, menos oportunidades de inserção e estabilidade e maior dificuldades para obter cargos de liderança. A última barreira “pouco investimento em capital social”, demonstrou que falar de si mesma e de suas competências, não se encaixa como um comportamento padrão das mulheres e se sim, causa uma certa estranheza, enquanto os homens o fazem com tranquilidade e sem julgamentos. Como os homens podem ressaltar talentos e competências, isso os beneficia, além dos homens poderem cultivar relações mais próximas com chefes homens, sem dar a chance de alguém interpretar como um relacionamento amoroso, o que muitas vezes acontece com as mulheres (HRYNIEWICZ; VIANNA, 2018). O artigo em questão identificou obstáculos que surgem na carreira da líder. E identificou nos discursos das mulheres, a definição de uma líder com características mais andrógenas, misturadas com comunais e agênticos, como comunicação e autoconfiança.

O ano de 2019 resultou em dois artigos encontrados, a começar pelo intitulado “A construção da identidade profissional: estudo com gestoras das gerações *Baby Boomers*, X e Y”. Faria, Lopes e Melo (2019) objetivaram para seu estudo, analisar a construção da identidade da profissão de mulheres gerentes das gerações *Baby Boomers*, X e Y. A pesquisa era de abordagem qualitativa, do tipo descritivo analítico. Foram selecionadas 32 mulheres gerentes de organizações, de diversos setores da economia, localizadas em Belo Horizonte – MG. As entrevistas seguiram o roteiro semiestruturado e foram realizadas com as participantes separadas por geração, sendo 6 mulheres da geração *Baby Boomers*, 11 mulheres da geração X e 15 mulheres da geração Y.

Os dados da pesquisa basearam-se nas cinco dimensões de análise proposta por Hill (1993): a) aprender o que significa ser gerente; b) desenvolver julgamentos interpessoais; c) adquirir autoconhecimento; d) lutar contra as tensões e emoções e e) gerenciar as transformações. Em “desenvolver julgamentos interpessoais” confirmou-se que as gerações não se apoiam apenas na autoridade formal para exercerem a função gerencial. Para as participantes, respeito e autoridade devem ser conquistados na base do diálogo e do bom relacionamento da equipe. Ter clareza na comunicação e flexibilidade na tomada de decisão, ser humilde, buscar reconhecer os subordinados e jamais ser impulsiva (FARIA; LOPES; MELO, 2019). Tais características, vão ao encontro com o que Qureshi (2020) evidencia sobre líderes que exercem sua liderança de forma autêntica. Esses, adotam atitudes e comportamentos transparentes, de maneiras exemplares, com estabilidade na tomada de decisão, baseados no respeito e na ética, que acabam por estimular a seguir o líder. Na última categoria “gerenciamento das transformações”, Faria; Lopes e Melo (2019) perceberam através dos discursos das participantes, que tanto a geração *Baby Boomer* quanto as gerações X e Y gerenciavam o processo de transformação de simples executores de tarefas a gerentes profissionais, buscando se atualizar, em um processo que deve ser diário, devido as mudanças rápidas que ocorrem constantemente na sociedade. Com essas categorias analisadas, os autores confirmaram que a identidade profissional perpassa diversos problemas, conquistas, dificuldades, sentimentos de realização e dilemas que fazem parte do cargo de gerente. Houve divergências de pensamentos e características distintas entre gerações quando relacionadas a construção da identidade e o posicionamento gerencial. Essas divergências vão ao encontro com o que Louzada (2014) afirma, que para o mercado corporativo, as divergências entre gerações têm caráter construtivo, pois há contribuição de cada realidade diferente para o sucesso organizacional, o maior desafio das empresas e gestores é integrar as divergências para que não prejudique a organização.

O segundo artigo encontrado em 2019, “Estilos de liderança: percepções sobre diferenças entre líderes homens e mulheres nas áreas de finanças e

contabilidade”, teve como objetivo identificar como profissionais de contabilidade e finanças percebem os estilos de liderança adotados por seus líderes masculinos e femininos. Dias, Veloso e Treff (2019) levantaram como hipótese geral do estudo a existência de diferenças nos estilos de liderança entre homens e mulheres, sendo tal hipótese rejeitada no estudo. A conclusão do estudo vai na contramão do estudo de Sequeira (2020), que avalia que um estilo democrático, participativo e orientado para as pessoas, são características das mulheres, já o estilo autocrático, diretivo e orientado para as tarefas, são mais característicos de homens. Para o autor, é eficaz compreender que indivíduos de ambos os sexos adotam diferentes estilos de liderança, pois possibilita a complementaridade no exercício da liderança em uma organização.

Em 2020 foi encontrado o artigo “Liderança feminina: percepções, reflexões e desafios na administração pública”, que objetivou “melhor compreender desafios enfrentados na ocupação de posições de liderança por mulheres na administração pública no executivo brasileiro.” (MILTERSTEINER et al., 2020, p. 406). O estudo teve por base barreiras que são comumente descritas na literatura internacional e nacional sobre temas como “teto de vidro”, “labirintos de liderança” e “abelha rainha”. As hipóteses estabelecidas pelos autores da pesquisa foram: 1) quanto maior a feminilidade, maior a comunalidade e a identidade feminina; 2) quanto mais agênticas, menor o vestígio de preconceito; 3) quanto mais agênticas, menor a resignação; 4) quanto mais agênticas, maior a resiliência na carreira; 5) quanto mais agênticas, maior a aceitação na carreira; 6) quanto mais agênticas, maior distanciamento e menor disposição para apoiar outras mulheres; e 7) quanto mais agênticas, maior o comprometimento com a carreira.

Em relação aos resultados, Miltersteiner et al (2020) apontaram que a hipótese 1 foi confirmada, ou seja, quanto maior a feminilidade maior a comunalidade e a identidade feminina. Na hipótese 2 os resultados apontaram que em partes as gestoras quanto mais agênticas, maior negam a discriminação (menor vestígio de preconceito), bem como a terceira hipótese, que demonstrou parcialmente que as mulheres quanto mais agênticas menos tem resistência. As

hipóteses 4 e 5, onde as mulheres quanto mais agênticas têm maior resiliência na carreira (4) e maior aceitação na carreira (5), não se confirmaram. A hipótese 6, quanto mais agênticas maior o distanciamento e menor a disposição para apoiar outras mulheres, confirmou-se parcialmente. Por fim, a hipótese 7 confirmou-se, ou seja, as mulheres quanto mais agênticas tem maior comprometimento com a carreira. Os pesquisadores concluíram que as mulheres em cargos de liderança ainda sofrem preconceitos validados por códigos masculinos quando buscam ascender em posições de maior responsabilidade, como a gestão. Além das mulheres precisarem provar frequentemente sua competência profissional. Tais conclusões corroboram com os achados da pesquisa de Castro, Melo e Ramos (2011), onde afirmam que para as mulheres líderes são atribuídas necessidades ou exigências a mais que para os homens que estão na mesma função. As líderes precisam a todo momento se posicionar, se arriscar mais e ser altamente competentes, estando sempre a provar suas capacidades.

Para finalizar, o segundo artigo encontrado dentre os publicados no ano de 2020, intitulado “O feminino nas organizações: um estudo de gestão no setor da indústria farmacêutica”. Melo e Reis (2020) tiveram como objetivo de pesquisa, analisar a percepção das mulheres no trabalho gerencial, segundo gestoras de empresas farmacêuticas. Os estudos apontaram que a gestão de pessoas foi considerada a principal atividade desenvolvida por mulheres na função gerencial. Para as gestoras, ter visão estratégica, flexibilidade, dinamismo e confiança são importantes para a função. Não houve diferenças salariais entre homens e mulheres, indicando que os critérios de remuneração não estão atrelados ao gênero, o que significou uma mudança significativa no cenário, visto que Bierema (2016) destaca que apesar das mulheres trabalharem mais que os homens, ganham menos prestígio e salários mais baixos, ficando em média, em torno de 4% a 36% menos do que dos homens. A pesquisa concluiu que o feminino nas organizações pode consistir em atributos construídos socialmente, como por exemplo, a delicadeza, capacidade de se dedicar integralmente ao trabalho, vaidade, alteridade, maternidade e família.

## CONCLUSÃO

A presente pesquisa atingiu o seu objetivo geral e seus objetivos específicos, ao analisar de forma integrativa e sistêmica os trabalhos publicados nos periódicos nacionais, entre os anos de 2015 a 2021: Revista de Administração Contemporânea – RAC; Revista de Administração de Empresas – RAE; Cadernos EBAPE.BR; Revista Eletrônica de Administração – REAd e Revista de Administração – Rea. No transcorrer das seções, foi exposto um embasamento teórico sobre a temática liderança feminina, através das análises dos estudos. Conclui-se que identidade profissional, estilos de liderança feminina e masculinas e barreiras, obstáculos, desafios e dificuldades na liderança feminina, foram temáticas mais abordadas nas pesquisas.

Dessa maneira, o presente estudo contribui para o desenvolvimento da pesquisa e da ciência nacional sobre liderança feminina, a partir do momento que dá visibilidade do panorama geral das pesquisas que estão sendo publicadas em periódicos importantes da área. As limitações do estudo partem da dificuldade de encontrar pesquisas sobre o tema liderança feminina e do uso apenas dos cinco periódicos escolhidos para a busca de estudos, que apesar de serem periódicos com boas qualificações, limitam o acesso a pesquisas internacionais.

Propõem-se como futuras pesquisas, a exploração de pesquisas de revisão sistêmica e integrativa internacional, dentro da temática liderança feminina, exploração de temas atuais como florescimento no trabalho de mulheres líderes, gestão de tempo de mulheres em cargos de liderança e coaching e mentoring para mulheres líderes.

## REFERÊNCIAS

ALVES, S. Liderança organizacional: discussão sobre um conceito-chave à Administração. **Revista Pensamento Contemporânea em Administração**. Rio de Janeiro, v.4, n.1, p. 43-53, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/11035-Texto%20do%20Artigo-44873-1-10-20180810.pdf >. Acesso em: 02 jul. 2021.



ANDRADE, J. E. B; FONSECA, A. M. O; PORTO, J. B. Liderança: um retrato da produção científica brasileira. **RAC**, v. 19, n.3, p. 290-310, 2015. Disponível em:  
<<https://www.scielo.br/j/rac/a/Bk7gsJN8JZ4NyDRRYbJ7fmr/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BIEREMA, L. Female leadership: worrying notions of the “ideal” (male) leader. **Advances in Human Resource Development**. 2016. Disponível em:  
<<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1523422316641398>>. Acesso em: 21 maio 2021.

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 537-572, 2007. Disponível em:  
<<https://www.scielo.br/j/cp/a/KybtYJCJQvGnnFWWjcyWKQrc/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

CASTRO, A. L. S; MELO, M. C. O. L; RAMOS, M. A. Os desafios da mulher em cargos de liderança. In: SEMINÁRIO EM ADMINISTRAÇÃO FEA/USP – SEMEAD XIV. **Anais...**São Paulo: USP. 2011. Disponível em:  
<<http://sistema.semead.com.br/14semead/resultado/trabalhosPDF/340.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2021.

CHEUNG, F. M; HALPERN, D. F. Women at the top: powerful leaders define success as work + family in a culture of gender. **Am Psychol**. 2010. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/20350017/>>. Acesso em: 22 maio 2021.

DIAS, E. W; VELOSO, E. F. R; TREFF, M. A. Estilos de liderança: percepções sobre diferenças entre líderes homens e mulheres nas áreas de finanças e contabilidade. **Revista de Administração da UFSM**, v.12, n. Especial, p. 1173-1187, 2019. Disponível em:<  
<https://periodicos.ufsm.br/reaufsm/issue/view/1487>>. Acesso em: 02 jul. 2021.

DUTRA, J. S; FERREIRA, M. A. A; HENDERSON, P. A. As barreiras para a ascensão da mulher a posições hierárquicas: um estudo sob a óptica da gestão da diversidade no Brasil. **Revista de Administração da UFSM**, v. 9, n. 3, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/view/8208>>. Acesso em: 03 jul. 2021.

EAGLY, A. H; CARLI, L. L. The female leadership advantage: An evaluation of the evidence. **Leadership Quarterly**. 2003. Disponível em:  
<<https://www.scholars.northwestern.edu/en/publications/the-female-leadership-advantage-an-evaluation-of-the-evidence>>. Acesso em: 23 maio 2021.

EAGLY, A; CARLI, L. L. Women and the labyrinth of leadership. **Harvard Business Review**. 2007. Disponível em: <<http://www.news-medical.net/health/Thalassemia-Prevalence.aspx>>. Acesso em: 23 maio 2021.

FIALHO, C. B. et al. Empoderamento e Gênero: um estudo com mulheres que ocupam cargos de gestão em uma universidade federal. **Revista Administração em Diálogo**, v. 20, n. 1, p. 1-24, 2018. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/48540/empoderamento-e-genero--um-estudo-com-mulheres--->>. Acesso em: 03 jul. 2021.

HRYNIEWICZ, L. G. C; VIANNA, M. A. Mulheres em posição de liderança: obstáculos e expectativas de gênero em cargos gerenciais. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 16, n. 3, p. 331-344, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cebape/a/Wwqj4gNdm8k8jcGRjCFxvqm/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 03 jul. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.  
**Estatísticas de Gênero: indicadores sociais de mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101784>>. Acesso em: 09 jul. 2021.

LOUZADA, M. O; SANTOS, D. S. As carreiras inteligentes e as percepções das gerações sobre crescimento profissional. In: XI SIMPÓSIO DE EXCELENCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA: gestão do conhecimento para a sociedade. 2014. Faculdades Dom Bosco. **Anais...** Rio de Janeiro: Dom Bosco. 2014. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/38320517.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

MACKEY, J; SISODIA, R. **Capitalismo Consciente: como libertar o espírito heroico dos negócios**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

MELO, M. C. O. L.; FARIA, V. S. P.; LOPES, A. L. M. A construção da identidade profissional: estudo com gestoras das gerações Baby Boomers, X e Y. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 17, n. Especial, p. 832-843, 20 ago. 2019. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/75314>>. Acesso em: 04 jul. 2021.

MELO, M. C. O. L; REIS, M. C. O feminino nas organizações: um estudo de gestão no setor da indústria farmacêutica. **Revista de Administração da UFSM**, v.13, n.2, p. 277-295, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reaufsm/issue/view/1581>>. Acesso em: 04 jul. 2021.

MILTERSTEINER, R. K et al. Liderança feminina: percepções, reflexões e desafios na administração pública. **Cadernos EBAPE.BR**, v.18, n.2, p. 406-

423, 2020. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/cebape/a/tCzLBjYCbWjsr5bkQnnZ7bm/?lang=pt>>.

Acesso em: 03 jul. 2021.

QUELHAS, F. C. Mulheres executivas no mercado de trabalho. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO. 2010.

Universidade Federal Fluminense. **Anais...**Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense. 2010. Disponível em:

<[https://www.inovarse.org/sites/default/files/T10\\_0254\\_1213\\_12.pdf](https://www.inovarse.org/sites/default/files/T10_0254_1213_12.pdf)>. Acesso em: 03 jul. 2021.

QURESHI, T. (2020). Authentic Leadership, Organizational Identification and Citizenship Behavior in the Gulf Cooperation Council (GCC)

Countries. **Academy of Strategic Management Journal**. 2020. Disponível em:

<[https://www.semanticscholar.org/paper/Authentic-Leadership%2C-](https://www.semanticscholar.org/paper/Authentic-Leadership%2C-Organizational-Identification-)

[Organizational-Identification-](https://www.semanticscholar.org/paper/Authentic-Leadership%2C-Organizational-Identification-)

[Qureshi/bd36165ce3c63a81dda2fb50b6bf390485e0cede](https://www.semanticscholar.org/paper/Authentic-Leadership%2C-Organizational-Identification-)>. Acesso em: 25

maio 2021.

RINCÓN, V; GONZÁLEZ, M; BARRERO, K. Women and leadership: Gender barriers to senior management positions. **Intangible Capital**. 2017. Disponível em:

<<file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/889-4146-1-PB.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2021.

SEQUEIRA, J. E. P. **Diferenças e Complementaridade entre os Estilos de Liderança de Homens e Mulheres**. Dissertação (Mestrado Integrado em Psicologia da Universidade de Lisboa). Lisboa, 2020. Disponível em:

<[https://repositorio.ul.pt/jspui/bitstream/10451/44953/1/ulfpie055743\\_tm.pdf](https://repositorio.ul.pt/jspui/bitstream/10451/44953/1/ulfpie055743_tm.pdf)>.

Acesso em: 20 jul. 2021.

TONANI, A. V. Gestão feminina – um diferencial de liderança mito ou nova realidade. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO.

2011. Universidade Federal Fluminense. **Anais...**Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense. 2011. Disponível em:

<[https://www.inovarse.org/artigos-por-edicoes/VII-CNEG-2011/T11\\_0452\\_2131.pdf](https://www.inovarse.org/artigos-por-edicoes/VII-CNEG-2011/T11_0452_2131.pdf)>. Acesso em: 19 jul. 2021.

VERGARA, S. C. **Gestão de Pessoas**. São Paulo: Atlas, 2012.

WHITTEMORE, R; KNAFL, K. The integrative review: updated methodology. **J Adv Nurs**. 2005. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/16268861/>>.

Acesso em: 25 jul. 2021.

## O DIREITO SUCESSÓRIO DA CONCUBINA SOBRE A HERANÇA DO CÔNJUGE

Clóvis Vagner Antunes Hansel<sup>1</sup>  
Liana Fávero<sup>2</sup>  
Suélen Eduarda de Azevedo Cardoso<sup>3</sup>  
Vinício Seibt<sup>4</sup>  
Roberto Pozzebon<sup>5</sup>

### RESUMO

Este artigo científico tem como objeto o estudo do direito sucessório. A delimitação temática está baseada nos direitos da concubina sobre a herança do cônjuge. Diante da proposta temática apresentada, objetiva-se por meio desta pesquisa, responder à seguinte questão: quais são os direitos assegurados pelo ordenamento jurídico brasileiro à concubina sobre a herança do *de cujus*? Como objetivo geral, pretende-se analisar e compreender referido instituto em nosso ordenamento jurídico, verificando em quais situações dentro do direito sucessório, é possível a concubina participar na sucessão de bens do falecido. Justifica-se este estudo pela extrema relevância, visto que se trata de atuação de suma importância para o Advogado caso haja necessidade de defender interesses de seu cliente envolvendo o contexto mencionado. Inicialmente, busca-se apresentar de forma sucinta a diferenciação entre casamento, união estável e concubinato; posteriormente tratar-se-á do instituto do concubinato no direito sucessório, após apresentação das noções teóricas fundamentais, volta-se o estudo para as posições jurisprudenciais. Para tanto, a metodologia tem natureza de pesquisa teórica, com fins explicativos. Quanto ao tratamento de dados, a pesquisa é qualitativa. Ainda, a pesquisa é bibliográfica baseada em fontes secundárias, pois é desenvolvida com base em material já produzido, utilizando-se de doutrinas e legislação para sua elaboração. A análise e a interpretação do estudo acontecem por meio do método dedutivo.

Palavras-chave: Direito Sucessório – Concubina – Cônjuge.

---

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Direito. Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA, Santa Rosa, RS. [vagnerhansel@gmail.com](mailto:vagnerhansel@gmail.com).

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Direito. Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA, Santa Rosa, RS. [lianafavero18@gmail.com](mailto:lianafavero18@gmail.com).

<sup>3</sup> Acadêmica do Curso de Direito. Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA, Santa Rosa, RS. [su.eduardacardoso@outlook.com](mailto:su.eduardacardoso@outlook.com).

<sup>4</sup> Acadêmico do Curso de Direito. Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA, Santa Rosa, RS. [vinicioicr@gmail.com](mailto:vinicioicr@gmail.com).

<sup>5</sup> Professor e Advogado. Mestre. URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões. Orientador(a). Docente do Curso de Direito. Faculdades Integradas Machado de Assis. [robertopzbn@gmail.com](mailto:robertopzbn@gmail.com).

## INTRODUÇÃO

A temática do presente artigo aborda o direito sucessório da concubina sobre a herança do cônjuge, no sentido de demonstrar quais são os direitos assegurados na contemporaneidade à concubina, visto que, tal instituto começou a ganhar espaço no ordenamento jurídico especialmente na legislação ordinária posterior à promulgação da Constituição Federal de 1988.

Objetiva-se por meio desta pesquisa, elaborar uma análise jurisprudencial, no sentido de responder à seguinte questão: quais são os direitos assegurados pelo ordenamento jurídico brasileiro à concubina sobre a herança do de cujus.

Como objetivo geral da pesquisa, pretende-se analisar e compreender o instituto do concubinato com relação ao direito sucessório em nosso ordenamento jurídico, verificando em quais casos concubina figurará como parte no processo sucessório dos bens do de cujus. Dessa forma, destacam-se como objetivos específicos: estudar o instituto do concubinato e suas diferenciações com o casamento e união estável, bem como conceituar e compreender a aplicabilidade prática de tal instituto no ordenamento jurídico.

Justifica-se este estudo pela extrema relevância, visto tratar-se de tema de grande repercussão e divergências para os operadores do direito e atualmente o instituto vem sendo recepcionado pelo nosso ordenamento jurídico. Fazer um estudo sobre o assunto é viável por haver material disponível e casos tramitando no Poder Judiciário sobre o viés. A coerência em trazer referido tema para o artigo está justamente na proximidade que os autores e o público alvo têm com o Direito.

Outrossim, quanto à natureza, o artigo sustenta-se na pesquisa teórica, com fins explicativos. Quanto ao tratamento de dados, a pesquisa é qualitativa. Ainda, a pesquisa é bibliográfica baseada em fontes secundárias pois é desenvolvida com base em material já elaborado, utilizando-se de doutrinas para sua elaboração. A análise e a interpretação do estudo acontecem por meio do método dedutivo.

O estudo começa por uma apresentação que discorre sobre o conceito de casamento, união estável e concubinato, bem como a diferenciação entre eles . Em seguida, tratar-se-á do concubinato no direito sucessório, após apresentação das noções teóricas fundamentais, e, posteriormente, volta-se o estudo acerca do atual entendimento jurisprudencial adotado pela corte superior em relação ao tema.

## **1 DIFERENCIAÇÃO DE CASAMENTO, UNIÃO ESTÁVEL E CONCUBINATO**

A partir da complexibilidade da temática proposta, tem-se como imprescindível inicialmente discorrer sobre a diferenciação bem com o conceito entre casamento, união estável e concubinato para melhor facilitar a compreensão do tema proposto.

### **1.1 CASAMENTO**

O casamento pode ser entendido como negócio jurídico, mediante o qual as partes contratantes constituem uma família, seguindo os ditames legais, por meio de um ato solene. Maria Helena Diniz conceitua o casamento como:

[...] o vínculo jurídico entre o homem e a mulher, livres, que se unem, segundo as formalidades legais, para obter o auxílio mútuo e espiritual, de modo que haja uma integração fisiopsíquica, e a constituição de uma família. (DINIZ, 2010, p. 1.051).

Por conseguinte, Guilherme Calmon Nogueira da Gama entende que o casamento é a:

[...] união formal entre um homem e uma mulher desimpedidos, como vínculo formador e mantenedor de família, constituída mediante negócio jurídico solene e complexo, em conformidade com a ordem jurídica, estabelecendo comunhão plena de vida, além de efeitos pessoais e patrimoniais entre os cônjuges, com reflexos em outras pessoas. (GAMA, 2008, p. 5).



Neste mesmo sentido, de forma a complementar os conceitos de casamento já trazidos, Tartuce destaca o casamento como sendo a união reconhecida e regulamentada pelo Estado de duas pessoas baseada em uma relação de afeto. União essa que a partir de 2011, com a decisão do STF decidindo do reconhecimento da união homoafetiva, passa a não ser necessariamente de homem e mulher e sim de pessoas (TARTUCE, 2021).

## 1.2 UNIÃO ESTÁVEL

A Lei nº 9.278/96 traz em seu artigo 1º o conceito de União Estável, ao dispor que é reconhecida como entidade familiar a convivência duradoura, pública e contínua, de um homem e uma mulher, estabelecida com objetivo de constituição de família.

Posteriormente, o Código Civil de 2002 em seu artigo 1.723 reconheceu a união estável como entidade familiar, Art. 1.723. É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família (BRASIL, 2002). A partir daí a relação entre pessoas fora do casamento ficou denominada como união estável.

## 1.3 CONCUBINATO

O artigo 1.727 do Código Civil traz a definição de concubinato, como sendo: as relações não eventuais entre o homem e a mulher, impedidos de casar. Os impedimentos estão previstos no artigo 1.521 do Código Civil, quais sejam:

Art. 1.521. Não podem casar:  
I - os ascendentes com os descendentes, seja o parentesco natural ou civil;  
II - os afins em linha reta;  
III - o adotante com quem foi cônjuge do adotado e o adotado com quem o foi do adotante;  
IV - os irmãos, unilaterais ou bilaterais, e demais colaterais, até o terceiro grau inclusive;

- V - o adotado com o filho do adotante;
- VI - as pessoas casadas;
- VII - o cônjuge sobrevivente com o condenado por homicídio ou tentativa de homicídio contra o seu consorte. (BRASIL, 2002).

Gonçalves trata do concubinato para os efeitos legais, além dos impedidos de casar:

Não apenas são concubinos os que mantêm vida marital sem serem casados, senão também os que contraíram matrimônio não reconhecido legalmente, por mais respeitável que seja perante a consciência dos contraentes, como sucede com o casamento religioso; os que celebrarem validamente no estrangeiro um matrimônio não reconhecido pelas leis pátrias; e ainda os que vivem sob um casamento posteriormente declarado nulo e que não reunia as condições para ser putativo. (GONÇALVES, 2021, p. 240).

Portanto, o concubinato é constituído entre pessoas que já são casadas, não separadas ou entre pessoas que são impedidas de casar em razão de parentesco ou crime. Para além disso, também se configura concubinato os casos em que o casamento não foi reconhecido legalmente no país, como o casamento religioso e o casamento não reconhecido pelas leis pátrias.

## 2 CONCUBINATO NO DIREITO SUCESSÓRIO

Na legislação brasileira não há regulamentação quanto ao direito sucessório da concubina, não estando está inserida no rol do artigo 1.829 que trata da ordem de vocação hereditária. Assim, de acordo com o ordenamento jurídico, a concubina estaria excluída da sucessão legítima e testamentária.

Nesse sentido, destaca-se o disposto no artigo 1.801, inciso III, do Código Civil, *in verbis*:

Art. 1.801. Não podem ser nomeados herdeiros nem legatários:  
III - o concubino do testador casado, salvo se este, sem culpa sua, estiver separado de fato do cônjuge há mais de cinco anos. (BRASIL, 2002).

No entanto, existem posições doutrinárias e jurisprudenciais que reconhecem direitos sucessórios à concubina. As principais situações que importam a comunicação dos bens entre os concubinos é o fato de que na construção do patrimônio a concubina contribui de forma direta ou indiretamente, ou seja, de forma direta é quando ocorre a participação econômica que efetiva o aumento patrimonial e de forma indireta quando a concubina presta apoio moral.

### **3 POSIÇÕES JURISPRUDENCIAIS**

Inicialmente os tribunais não reconheciam nenhum direito à concubina, tal entendimento se dava com base em que o concubinato era uma relação imoral e que os atos praticados contra a moral não poderiam decorrer de vantagens protegidas pela lei (NETO, 2021).

A Súmula 380, do Supremo Tribunal Federal, publicada em 08/05/1964, em seu enunciado traz a possibilidade em caso de comprovação da existência de sociedade de fato entre os concubinos, seria cabível a dissolução de forma judicial, sendo o patrimônio adquirido pelo esforço comum partilhado. “Comprovada a existência de sociedade de fato entre os concubinos, é cabível a sua dissolução judicial, com a partilha do patrimônio adquirido pelo esforço comum.” (BRASIL, 1964).

Posteriormente, foi discutida a possibilidade ou não de aplicação da referida súmula nos casos de concubinato adúltero, vez que quando da edição os casos eram de concubinos desimpedidos. A partir daí se tem nas cortes superiores divergência quanto a aplicação da súmula 380, em 1985 o Supremo Tribunal Federal decidiu que a Súmula não se aplicaria ao concubinato adúltero, enquanto o Superior Tribunal de Justiça, no entanto, admitiu a aplicação (NETO, 2021).

Contudo, a partir do exemplo citado acima, o assunto dentro do direito sucessório teve grandes evoluções, no entanto as divergências ainda persistem nos tribunais, gerando instabilidade jurídica e incertezas. Após a abordagem realizada, em contexto mais recente, passa-se a exposição de alguns julgados

posteriores ao Código Civil de 2002 que fixam o entendimento atual sobre o tema.

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul possui decisões recentes no sentido que a concubina possui direitos sucessórios sobre os bens do cônjuge desde que tenha contribuído para a aquisição do patrimônio, conforme se observa nas decisões abaixo transcritas:

APELAÇÃO CÍVEL. UNIÃO ESTÁVEL. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA. PRELIMINAR AFASTADA. **CONCUBINATO. EFEITOS PATRIMONIAIS DE UMA SOCIEDADE DE FATO. COMPROVAÇÃO DE QUE O AUTOR CONTRIBUIU PARA AQUISIÇÃO DO IMÓVEL.** DEVOLUÇÃO DOS VALORES. POSSIBILIDADE. Incompetência absoluta. No caso dos autos a causa de pedir deduzida na exordial ora fala em união estável, ora fala na existência de concubinato entre as partes e os efeitos decorrentes desta sociedade de fato. Além do mais, o acolhimento da prefacial atentaria contra a razoável duração do processo e o princípio da celeridade processual. Assim, a competência é da vara de família. Mérito. **É incontroverso que as partes mantiveram uma relação de concubinato por aproximadamente dois anos. Neste tipo de relação os efeitos patrimoniais decorrem de uma sociedade de fato, ou seja, é necessário prova da contribuição para a aquisição de acervo patrimonial.** Nesse contexto, a prova documental que aportou ao caderno processual é robusta no sentido de que o apelado contribuiu para a compra do imóvel adquirido pela apelante, sendo a devolução dos valores a medida impositiva. AFASTARAM A PRELIMINAR E NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO. UNÂNIME. (Apelação Cível, Nº 70069814432, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Alexandre Kreutz, Julgado em: 14-09-2017). [grifo nosso].

APELAÇÃO CÍVEL. CONCUBINATO. PEDIDO DE PARTILHA DE IMÓVEL. A relação concubinária não tem o mesmo tratamento dado à união estável, sendo imprescindível para fins de **verificação do direito de meação a comprovação do esforço comum para aquisição do patrimônio, consagrado na contribuição direta, o que não restou comprovado no caso dos autos.** RECURSO DESPROVIDO. (Apelação Cível, Nº 70058926155, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Liselena Schifino Robles Ribeiro, Julgado em: 16-04-2014) [grifo nosso].

**Ementa:** APELAÇÃO. DIREITO CIVIL. FAMÍLIA. RELAÇÃO DE FATO. RECONVENÇÃO. PENSÃO. ALIMENTOS. Afastada a prefacial de extinção do feito, pois a demanda versa sobre o reconhecimento da união de fato havida entre as partes, como disposto na inicial. **Constituiu concubinato adúlterino a relação havida pela autora com o réu** (hoje, falecido), pois, ele não apenas era casado, como mantinha vida conjugal com a esposa. Inteligência do art. 1.727 do Código Civil. Não comprovada a entidade familiar, mas admitido que **a autora tenha concorrido para aquisição de bens, cabível a partilha dos bens obtidos pelo esforço comum dos litigantes**, não devidos alimentos. DERAM PARCIAL PROVIMENTO AO APELO DO

ESPÓLIO, E DESPROVERAM O RECURSO DE ADELINA. (Apelação Cível, Nº 70048240527, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Liselena Schifino Robles Ribeiro, Julgado em: 13-06-2012). [grifo nosso].

Nestes julgados, ficou claro o entendimento do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que no caso de ficar comprovada a relação de concubinato e tendo prova da contribuição para a aquisição de acervo patrimonial é cabível a partilha dos bens obtidos pelo esforço comum entre os concubinos.

No mesmo sentido o Superior Tribunal de Justiça por meio do AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 249.761, negou provimento por não ficar comprovado o esforço comum para aquisição do patrimônio:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.  
ART. 535. OMISSÃO.

INEXISTÊNCIA. **RECONHECIMENTO DE RELAÇÃO CONCUBINÁRIA ENTRE A AUTORA E O FALECIDO. PARTILHA DE BENS. NÃO COMPROVAÇÃO DE ESFORÇO COMUM PARA A AQUISIÇÃO DO PATRIMÔNIO.** INDENIZAÇÃO. SERVIÇOS PRESTADOS.

DESCABIMENTO. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO COM APLICAÇÃO DE MULTA.

1. Não caracteriza omissão quando o tribunal adota outro fundamento que não aquele defendido pela parte. Destarte, não há que se falar em violação do art. 535, do Código de Processo Civil, pois o tribunal de origem dirimiu as questões pertinentes ao litígio, afigurando-se dispensável que venha examinar uma a uma as alegações e fundamentos expendidos pelas partes. Além disso, basta ao órgão julgador que decline as razões jurídicas que embasaram a decisão, não sendo exigível que se reporte de modo específico a determinados preceitos legais.

2. O Tribunal de origem erigiu seu entendimento totalmente calcado nas provas dos autos, valendo-se delas para afastar a existência de união estável, bem como a **ausência de contribuição direta da agravante, com o objetivo de meação dos bens**. Rever os fundamentos que ensejaram esse entendimento exigiria reapreciação do conjunto probatório, o que é vedado em recurso especial. Incidência do enunciado da Súmula 7/STJ.

3. Inviável a concessão de indenização à concubina, que mantivera relacionamento com homem casado, uma vez que tal providência eleva o concubinato a nível de proteção mais sofisticado que o existente no casamento e na união estável, tendo em vista que nessas uniões não se há falar em indenização por serviços domésticos prestados, porque, verdadeiramente, de serviços domésticos não se cogita, senão de uma contribuição mútua para o bom funcionamento do lar, cujos benefícios ambos experimentam ainda na constância da união.

4. Agravo regimental a que se nega provimento com aplicação de multa.

(AgRg no AREsp 249.761/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 28/05/2013, DJe 03/06/2013). [grifo nosso].

No julgado supracitado, é visível o caso em que ficou comprovado a relação de concubinária, no entanto, a ausência de contribuição direta da concubina, não enseja direito à partilha dos bens.

Sobre a contribuição indireta, aquela em que um dos concubinos permanece apenas nas atividades do lar, de modo a administrá-lo e cuidar dos eventuais filhos existentes entre eles, a posição jurisprudencial adotada pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CONCUBINATO.

RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO. ART. 6º, § 1º, DA LICC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 7 DO STJ. INAPLICABILIDADE. PARTILHA DE BENS. CONTRIBUIÇÃO INDIRETA. LEI N. 9.278/96. NÃO-INCIDÊNCIA. PERCENTUAL COMPATÍVEL. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. PRECEDENTES DO STJ.

1. É inviável o conhecimento de suposta ofensa a norma infraconstitucional se não houve prequestionamento nem a oposição de embargos declaratórios para provocar o seu exame pelo Tribunal de origem.

2. Afasta-se o óbice da Súmula n. 7 do STJ quando não se está a perquirir as circunstâncias fáticas do feito, mas tão-somente saber se **a maternidade, criação e formação dos filhos pela concubina, bem como a dedicação por ela proporcionada ao réu para o exercício de suas atividades ? como reconhecidamente albergado no arredo de origem ?, mostram-se aptas, bastantes por si sós, para embasar a meação dos bens arrolados na peça preambular.**

3. **Demonstrado no acórdão recorrido, de forma inconteste, que a contribuição da concubina-autora para formação do patrimônio comum dos conviventes ocorreu de forma indireta, impõe-se o afastamento da meação, por sucumbir frente à prevalência da partilha dos bens que, a par das circunstâncias dos autos, não há que ser em partes iguais.**

4. Inaplicabilidade, ainda que por analogia, das disposições prescritas na Lei n. 9.278/96.

5. Incidência de normas legais e orientações jurisprudenciais que versam sobre concubinato, especialmente a Lei n. 8.971/94 e a **Súmula n. 380 do Supremo Tribunal Federal, delimitando que a atribuição à companheira ou ao companheiro de metade do patrimônio vincula-se diretamente ao esforço comum, consagrado na contribuição direta para o acréscimo ou a aquisição de bens mediante o aporte de recursos ou força de trabalho.**



6. Levando-se em conta a moderação e o bom senso recomendados para a hipótese em apreço, o arbitramento, no **percentual de 40% (quarenta por cento) sobre o valor dos bens adquiridos na constância do concubinato e apurados na instância ordinária**, apresenta-se compatível com o caso em apreço, por encontrar amparo nos sempre requeridos critérios de razoabilidade e proporcionalidade.
7. Recurso especial conhecido e parcialmente provido.  
(REsp 914.811/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/08/2008, DJe 21/11/2008). [grifo nosso].

A partir do julgado tem-se a existência da relação de concubinato em que houve a possibilidade e a partilha proporcional de bens adquiridos na vida em comum.

Das decisões supracitadas acima, constata-se que o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e o Superior Tribunal de Justiça possuem decisões alinhadas e recentes baseadas na súmula 380 do Supremo Tribunal Federal, de que a concubina tem direitos à participação no patrimônio adquirido pelo esforço comum, em razão da existência da sociedade de fato entre os concubinos.

## CONCLUSÃO

Diante do que foi pesquisado, é possível concluir que no caso de concubinato, pode-se concluir que a concubina, diante do entendimento das decisões proferidas pelos tribunais citados acima, em sentido amplo, tem direitos à participação no patrimônio adquirido desde que demonstrada a participação direta que possibilitou o aumento patrimonial, diga-se, pelo esforço comum, em razão da existência da sociedade de fato entre os concubinos.

Assim, eventual proposição de demandas envolvendo o assunto, as peculiaridades de cada caso deverão ser analisadas em detalhes mais aprofundados ante a inexistência de legislação específica.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002**. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm)>. Acesso em: 12 out. 2021.
- BRASIL. **LEI Nº 9.278, DE 10 DE MAIO DE 1996**. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9278.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9278.htm)>. Acesso em: 12 out. 2021.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Súmula nº 380**. Sessão Plenária de 03/04/1964. DJ de 08/05/1964, p. 1237; DJ de 11/05/1964, p. 1253; DJ de 12/05/1964, p. 1277. Disponível em:  
<<https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/seq-sumula380/false>>. Acesso em: 18 out. 2021.
- BRASIL, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **Apelação Cível Nº 70069814432**, Oitava Câmara Cível. Relator: Alexandre Kreutz, Julgado em: 14-09-2017.
- BRASIL, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **Apelação Cível Nº 70058926155**, Sétima Câmara Cível. Relator: Liselena Schifino Robles Ribeiro, Julgado em: 16-04-2014.
- DINIZ, Maria Helena. **Código Civil Anotado**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **Direito Civil: família**. São Paulo: Atlas, 2008.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro - direito de família**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2021. Disponível em:  
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555590210/>. Acesso em: 16 out. 2021.
- NETO, Inácio de Carvalho. Coleção Professor Rubens Limongi França - **Direito Sucessório do Cônjuge e do Companheiro**. 2. ed. Rio de Janeiro; Grupo GEN, 2015. 978-85-309-6734-5. Disponível em:  
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-6734-5/>. Acesso em: 18 out. 2021.
- TARTUCE, Flávio. **Direito Civil - direito de família**. 16. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. Disponível em:  
<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530993818/>>. Acesso em: 13 out. 2021.

## **VIOÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES: A EFICÁCIA SOCIAL DAS MEDIDAS PROTETIVAS SOB O VIÉS DA LEI N. 11.340/06.**

Milena Alberti<sup>1</sup>  
Bianca Tams Diehl<sup>2</sup>

### **RESUMO**

O tema deste artigo recai sobre a violência doméstica e familiar contra as mulheres. A delimitação temática incide sobre as medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha. Nesse sentido, será estudada a efetividade dessas medidas, com base na doutrina, na jurisprudência e nos dados do Tribunal de Justiça e da Secretaria de Segurança Pública, ambos do estado do Rio Grande do Sul, de 2018 a 2020. O problema de pesquisa repousa no seguinte questionamento: As medidas de proteção previstas na Lei Maria da Penha são efetivas? A indagação sugere duas hipóteses: a) As medidas protetivas são efetivas, pois fazem com que as mulheres em situação de violência doméstica e familiar tenham a proteção devida; b) As medidas protetivas não são efetivas, pois não fazem com que o ciclo da violência se encerre definitivamente, apenas seja postergado. No tocante à metodologia, a pesquisa caracteriza-se como teórico-empírica, pois desenvolverá a temática delimitada por meio da documentação direta e indireta. O estudo foi construído em duas seções, que coincidem com os objetivos específicos da pesquisa. A primeira, destina-se a estudar os aspectos legais referentes às mulheres Brasil. A segunda, debruça-se na análise da eficácia das medidas protetivas. Ao final, foi possível concluir que as medidas protetivas são um forte mecanismo de enfrentamento à violência doméstica e familiar, todavia, não são plenamente efetivas, pois são decretadas muitas prisões preventivas em face do descumprimento das medidas protetivas e também com o objetivo de resguardar a integridade física, psíquica e emocional da vítima.

Palavras-chave: Mulher – Violência Doméstica – Medidas Protetivas.

### **INTRODUÇÃO**

---

<sup>1</sup> Acadêmica do 10º semestre do curso de Direito nas Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA. E-mail: milenaalberti27@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). Mestre em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Especialista em Ciências Jurídicas pela Universidade Candido Mendes (UCAM). Graduada em Direito pela UNIJUI. Professora e Coordenadora do curso de Direito das Faculdades Integradas Machado de Assis (FEMA). Coordenadora do Projeto de Pesquisa Tutela Constitucional dos Direitos dos Vulneráveis e do Projeto de Extensão A Mediação de Conflitos nas Escolas: um caminho para a realização da cultura de paz e da cidadania, ambos do Curso de Direito da FEMA. direitofema1@gmail.com

O tema deste artigo recai sobre a violência doméstica e familiar contra as mulheres. A delimitação temática incide sobre as medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha. Nesse sentido, será estudada a efetividade dessas medidas, com base na doutrina, na jurisprudência e nos dados do Tribunal de Justiça e da Secretaria de Segurança Pública, ambos do estado do Rio Grande do Sul, de 2018 a 2020.

Considerando que a Lei Maria da Penha tem por objetivo a criação de mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra as mulheres e estabelece medidas de assistência e de proteção às mulheres em situação de violência intrafamiliar, o problema de pesquisa repousa no seguinte questionamento: As medidas de proteção previstas na Lei Maria da Penha são eficazes socialmente, atingindo os objetivos às quais estão destinadas?

A indagação sugere duas hipóteses, que pautam a análise do artigo, quais sejam a) As medidas protetivas são efetivas, pois fazem com que as mulheres em situação de violência doméstica e familiar tenham a proteção devida; b) As medidas protetivas não são efetivas, pois não fazem com que o ciclo da violência se encerre definitivamente, apenas seja postergado.

O objetivo geral da pesquisa é analisar a eficácia social das medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha, pautado nos dados levantados no sítio da Secretaria de Segurança Pública e do Tribunal de Justiça, ambos do estado do Rio Grande do Sul. Os objetivos específicos consistem na realização de um estudo sobre os aspectos históricos e culturais referentes às mulheres na sociedade brasileira e suas implicações no ordenamento jurídico, bem como na análise das medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha, com enfoque na sua efetividade. Tal estudo se debruça na doutrina, na jurisprudência e em dados encontrados no sítio do Tribunal de Justiça e no sítio da Secretaria de Segurança Pública, ambos do estado do Rio Grande do Sul, no período de 2018 a 2020.

A justificativa da pesquisa se dá em razão da relevância da temática para a sociedade, visto que a violência doméstica e familiar contra as mulheres ainda é bastante recorrente, mesmo com todo amparo legal existente. As medidas

previstas na Lei Maria da Penha devem, de fato, trazer proteção a essas mulheres que se encontram em situação de violência.

Por conseguinte, o estudo se mostra pertinente e necessário para uma melhor compreensão sobre como funciona o ciclo da violência e o que pode ser feito a fim de aplacá-lo. A análise acontecerá a partir dos números da violência doméstica e familiar no estado do Rio Grande do Sul. Ainda, se o Estado garante a proteção das mulheres em conformidade com o que a lei dispõe e se as medidas protetivas trazem às mulheres a proteção da qual necessitam.

Dessa forma, a pesquisa se justifica na medida em que busca analisar se as medidas protetivas atendem a finalidade a qual estão destinadas, protegendo, efetivamente, as mulheres em situação de violência doméstica e familiar ou se são meramente simbólicas.

Quanto aos métodos e técnicas empregados, a pesquisa caracteriza-se, quanto à natureza, como teórico-empírica, pois desenvolverá a temática delimitada por meio da documentação direta e indireta. Quanto à coleta dados, se dará por meio da documentação indireta. Serão estudados dados do Tribunal de Justiça do estado do Rio Grande do Sul e da Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio Grande do Sul. Por fim, no tocante à análise e interpretação dos dados, a pesquisa terá como método de abordagem o hipotético-dedutivo, visando a explicar o fenômeno em curso. Parte-se de um problema que é responder se as medidas de proteção previstas na Lei n. 11.340/06 – Lei Maria da Penha - são eficazes.

## **1 ASPECTOS LEGAIS REFERENTES ÀS MULHERES NA SOCIEDADE E NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**

Partindo de pressupostos históricos, sabe-se que o lugar das mulheres na sociedade, até meados dos anos 90, era um “não lugar”. Foi necessária muita luta para que as mulheres brasileiras alcançassem, aos poucos, a igualdade de direitos tão almejada.

A primeira legislação de significância no tocante ao direito das mulheres foi o Estatuto da Mulher Casada. A Lei, que levou o n.º 4.121, foi sancionada em 1962 e atribuiu à mulher sua plena capacidade, fazendo com que fosse considerada colaboradora do marido na administração da sociedade conjugal (DIAS, 2010).

Após o Estatuto da Mulher Casada, a legislação de maior relevância foi a Constituição Federal de 1988, que trouxe a previsão de igualdade formal e material, em seu art. 5º, inc. I (BRASIL, 1988). Nesse sentido, a redação do dispositivo é a seguinte.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; [...]. (BRASIL, 1988).

Outro dispositivo de grande relevância para as mulheres foi o art. 226, §8º, que traz a garantia de que o Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, inclusive criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações (BRASIL, 1988).

Entretanto, em que pese a nova ordem constitucional trazer a igualdade formal e material no rol dos direitos e das garantias fundamentais, desde 1988, alguns institutos e represálias referentes aos direitos das mulheres não foram modificados imediatamente. Indo ao encontro do afirmado, Maria Berenice Dias afirma que, “[...] injustificadamente, o legislador não adequou sequer os dispositivos da legislação infraconstitucional que não foram recepcionados pelo novo sistema jurídico.” (DIAS, 2010, p. 100).

Ademais, o período pós-promulgação da Constituição Federal não trouxe muitas mudanças referentes aos direitos das mulheres. Isso porque, em meados dos anos 1990, foi sancionada a Lei n.º 9099/95, que instituía os Juizados Especiais Cíveis. Nesse Sentido, Amaral afirma:



Os delitos praticados por homens em desfavor das mulheres, naquele contexto doméstico dos lares, e envoltos em relações opressoras, acabavam, em sua maioria, abarcados pela competência dos Juizados Especiais – com exceção, talvez, de homicídios, estupros, atentados violentos ao pudor e lesões corporais distintas das leves – daí resultando a relevância da Lei n. 9099/95 para a temática de violência doméstica e intrafamiliar de gênero contra a mulher. Apesar de inicialmente essa norma não ter sido orientada ou mesmo pensada para tratar da violência doméstica (DEBERT; OLIVEIRA, 2017), as práticas judiciais demonstraram a frequência que aportavam no judiciário os crimes e contravenções cometidos por homens contra suas namoradas, companheiras, ou esposas, que dominaram pautas dos juizados especiais. (AMARAL, 2017, p. 135).

Segundo o autor, aproximadamente 70% dos casos de violência doméstica e familiar que chegavam aos juizados envolviam violência doméstica e familiar. Desse modo, tendo em vista que a norma era preponderantemente conciliatória, na grande maioria das vezes buscava-se a manutenção da unidade familiar.

Desse modo, a década de noventa não foi eficiente no combate à violência doméstica e familiar. Neste ponto, é importante salientar que o ordenamento jurídico brasileiro ratificou por um longo tempo condutas machistas e patriarcais, o que prejudicou muitas mulheres ao longo da história.

Segundo Maria Berenice Dias, somente com a vigência do Código Civil de 2002 foi excluída toda a terminologia discriminatória existente na legislação antiga (DIAS, 2010). Entretanto, ainda não existia no Brasil um tipo penal que criminalizasse a violência doméstica e familiar contra as mulheres.

No ano de 2004, quando da inclusão do §9º no artigo 129 do Código Penal, por meio da Lei n.10.886/04, surgiu o tipo penal violência doméstica (BRASIL, 2004). Todavia, embora a vigência dessa legislação simbolizasse o marco de criminalização da violência na família, partia de um pressuposto de igualdade formal, sem trazer qualquer diferenciação entre homens e mulheres (AMARAL, 2017).

Dois anos após a criminalização da violência doméstica, surgiu o instrumento de maior relevância no ordenamento, no tocante à proteção das mulheres: a Lei 11.340/06, denominada Lei Maria da Penha. A lei foi sancionada com o objetivo de criar mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica

e familiar contra as mulheres, nos termos do §8º do artigo 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispor sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e alterar o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; entre outras providências (BRASIL, 2006).

A Lei Maria da Penha regulamentou uma das principais questões em que o Código Civil restou silente: a violência doméstica e familiar contra as mulheres. Surgiu para suprir, com vantagem, a negligência do legislador, pois criou mecanismos para coibir e prevenir a violência no âmbito da unidade doméstica e familiar, com o intuito de assegurar a integridade física, psíquica, sexual, moral e patrimonial das mulheres (DIAS, 2010).

A partir de seu sancionamento ocorreu a sistematização de toda uma rede protetiva, que tinha por objetivo a priorização da tutela das mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Essa sistematização possibilitou uma modificação processual, fazendo com que as vítimas de violência doméstica tenham, atualmente, o atendimento especializado e o auxílio jurídico de que necessitam, com o intuito de fazer com que não retornem para a relação violenta (ALBERTI; CACENOTE; DIEHL; PINZON, 2018).

Ainda, além da Lei Maria da Penha, surgiram novos instrumentos de combate à violência doméstica e familiar. Em 2015, foi sancionada a Lei n. 13.104, que criou o tipo penal denominado “feminicídio”, e ainda alterou a Lei n. 8072/90, incluindo tal crime no rol de crimes hediondos (BRASIL, 2015).

Em 2018, também foi sancionada a Lei n.º 13.641, que inclui na Lei Maria da Penha o artigo 14-A, criminalizando o descumprimento das medidas protetivas (BRASIL, 2018).

Outros instrumentos de grande relevância são os verbetes das Súmulas n.º 536 e 542, ambas do STJ. Essa consolidou o entendimento que nos crimes de lesão corporal praticados no contexto da violência doméstica e familiar a ação penal é pública incondicionada, ao passo que aquela pacificou o entendimento

de que não se aplica a suspensão condicional do processo nem a transação penal nos crimes praticados no contexto da violência doméstica e familiar (BRASIL, 2015a; 2015b).

Assim, todos os dispositivos mencionados são essenciais, uma vez que passaram a tratar a violência doméstica com a seriedade necessária. Entretanto, apesar de todos os mecanismos de combate atualmente vigentes, os números da violência são alarmantes, conforme será demonstrado na seção seguinte.

## **2 A EFICÁCIA SOCIAL DAS MEDIDAS PROTETIVAS PREVISTAS NA LEI MARIA DA PENHA**

Realizados os apontamentos sobre os aspectos legais referentes às mulheres no ordenamento, é necessária a análise das medidas protetivas e sua eficácia social<sup>1</sup>. A eficácia social será analisada com base nos números de medidas protetivas deferidas por ano e com base nos números de prisões preventivas decretadas no estado.

As medidas protetivas estão previstas no capítulo II da Lei Maria da Penha e estão divididas em quatro seções, quais sejam: disposições gerais referentes às medidas protetivas; medidas protetivas que obrigam o agressor; medidas protetivas de urgência à ofendida; e, por fim, o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência (BRASIL, 2006).

Hoje, tais medidas são indispensáveis para resguardar os direitos fundamentais das mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Ademais, destinam-se à interromper a violência que está acontecendo e também a impedir a violência que está na iminência de ocorrer. Nesse sentido:

A possibilidade de concessão de medidas protetivas de urgência é considerada inovadora no combate à violência contra a mulher por, em

---

<sup>1</sup> Este artigo utiliza o termo eficácia social, também conhecida como efetividade, com base nos ensinamentos de Ingo W. Sarlet. Ainda, a título de complementariedade, a eficácia social do direito, segundo dicionário jurídico “[...] característica da norma realmente aplicada na realidade social, mediante o cumprimento espontâneo pelos seus destinatários ou por meio da aplicação de sanções pelo Estado. A validade de uma norma (ver a definição do termo) é denominada, às vezes, de eficácia jurídica.” (THOMSON REUTERS BRASIL, 2019, n.p.).

tese, permitir uma interrupção do ciclo de violência sem que haja como primeira resposta, na maioria dos casos, ações drásticas como a privação de liberdade do ofensor. Trata-se de um mecanismo que tutela a integridade da mulher por meio de uma atuação desburocratizada do Estado. Não obstante, observamos que em muitos casos de feminicídio as vítimas possuíam uma medida protetiva em vigor, que não se mostrou suficiente para impedir a violência feminicida. O desafio ao longo dos últimos anos tem sido aperfeiçoar a resposta do Poder Judiciário a essas vítimas, aumentando a proteção e impedindo que as violências se intensifiquem. (MELLO; PAIVA, 2020, n. p.).

Entretanto, embora as medidas protetivas representem um forte mecanismo de combate na violência doméstica e familiar contra as mulheres, os números da violência ainda são alarmantes.

Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio Grande do Sul, aproximadamente trinta e sete mil, seiscentas e vinte e três mulheres foram vítimas de ameaça; vinte e uma mil oitocentas e quinze de lesão corporal; um mil setecentas e doze de estupro; cento e dezesseis de feminicídio consumado; e, por fim, trezentas e cinquenta e cinco de feminicídio tentado durante o ano de 2018 (RIO GRANDE DO SUL, 2018a).

O ano de 2019 teve números semelhantes ao ano de 2018. No total, foram trinta e sete mil setecentas e oitenta e uma vítimas de ameaça; vinte mil novecentas e oitenta e nove de lesão corporal; um mil setecentas e catorze de estupro; noventa e sete de feminicídio consumado; e, por fim, trezentas e cinquenta e nove de feminicídio na modalidade tentada (RIO GRANDE DO SUL, 2019a).

No ano de 2020, os números da violência tiveram uma queda significativa, principalmente a partir do mês de março, o que coincide com o período de início da pandemia. Realizando um comparado entre os anos de 2018 e 2019, trinta e três mil, trezentas e noventa e duas mulheres foram vítimas de ameaça, ao passo que nos anos de 2018 e 2019, o número de vítimas foi de aproximadamente trinta e sete mil (RIO GRANDE DO SUL, 2020a).

O número de lesões corporais praticadas no contexto da violência doméstica e familiar também apresentou queda com relação aos anos anteriores. No ano de 2020, foram dezoito mil, novecentas e noventa e quatro

vítimas de lesão corporal, ao passo que no ano de 2018 e 2019, foram aproximadamente vinte e uma mil vítimas.

O crime de estupro teve um aumento considerável em comparação com os anos de 2018 e 2019, pois, segundo a Secretaria de Segurança Pública, uma mil novecentas e oito mulheres foram vítimas no ano de 2020, ao passo que no ano de 2018 e 2019 foram aproximadamente uma mil e setecentas vítimas (RIO GRANDE DO SUL, 2018; 2019; 2020).

No tocante aos números de medidas protetivas deferidas no estado, é importante salientar que são superiores aos números de crimes praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra as mulheres. De igual modo, os anos de 2018 e 2019 tiveram um alto número de medidas protetivas deferidas, entretanto, o ano de 2020 teve uma queda considerável nesses números.

Entretanto, para verificar a efetividade ou eficácia social das medidas protetivas, os números de maior relevância para análise são os de prisões preventivas, fornecidos pelo Tribunal de Justiça do estado do Rio Grande do Sul.

No ano de 2018, foram decretadas, no total, vinte e duas mil, trezentas e trinta e seis prisões preventivas. Dessas, duas mil e noventa e sete ocorreram por crimes praticados no contexto da violência doméstica e familiar, o que significa que 9,4% das prisões preventivas decretadas no estado no ano de 2018 foram decorrentes da prática de crimes previstos na Lei Maria da Penha (RIO GRANDE DO SUL, 2018b).

Semelhante ocorreu no ano de 2019, no qual foram decretadas vinte mil quinhentas e dezesseis prisões preventivas, sendo que duas mil trezentas e quarenta e sete foram decorrentes de crimes praticados no contexto da violência doméstica e familiar, o que equivale à 11,44% (RIO GRANDE DO SUL, 2019b).

Por fim, no ano de 2020, de treze mil oitocentos e setenta e seis prisões preventivas decretadas, duas mil quatrocentas e nove foram decretadas em razão de crimes praticados no contexto da violência doméstica e familiar, o que equivale à 17,36% (RIO GRANDE DO SUL, 2020b).

Tais dados demonstram que as medidas protetivas não são plenamente eficazes, uma vez que, frequentemente, são descumpridas. Entretanto,

realizando uma análise das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça do estado do Rio Grande do Sul, é possível verificar que, nos casos de violência doméstica e familiar, o Tribunal resiste em conceder ordem de Habeas Corpus ou liberdade provisória com fundamento no resguardo da integridade física e psicológica das vítimas<sup>1</sup>.

Além disso, há diversas campanhas no âmbito do Tribunal de Justiça do estado do Rio Grande do Sul, da Polícia Civil, Brigada Militar e de demais órgãos estatais no intuito de conscientizar e prevenir a violência doméstica e familiar. Tais campanhas demonstram que, cada vez mais, há uma preocupação com a proteção da mulher, para que a violência seja minorada. e, quiçá um dia, erradicada.

Outro ponto que merece destaque é o sancionamento da Lei n. 14.164<sup>2</sup>, de 11 de junho de 2021, alterou a Lei n. 9.394/1996 - LDB, para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra as mulheres nos currículos da educação básica e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher (BRASIL, 2021).

As iniciativas citadas demonstram que o Estado, embora por muitos anos tenha sido conivente com a violência, hoje não é mais. Também demonstra que cada vez mais há um empenho das instituições essenciais à justiça e dos órgãos de Segurança Pública no sentido de dar às vítimas amparo e um atendimento humanizado.

Assim, por meio do estudo dos aspectos legais referentes às mulheres na sociedade brasileira, é possível constatar que foi necessária muita luta para a

---

<sup>1</sup> Decisões nesse sentido: **Habeas Corpus n. 700847173221**. Segunda Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do estado do Rio Grande do Sul. Relatora: Viviane de Faria Miranda. Julgado em 16 de dezembro de 2020. Rio Grande do Sul, 2020a. Disponível em: [https://www.tjrs.jus.br/buscas/jurisprudencia/exibe\\_html.php](https://www.tjrs.jus.br/buscas/jurisprudencia/exibe_html.php). Acesso em 14 de março de 2021. . **Habeas Corpus Criminal n. 70084726124**. Primeira Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do estado do Rio Grande do Sul, 2020d. Relator: Honório Gonçalves da Silva Neto, Julgado em: 26-11-2020. Disponível em: [https://www.tjrs.jus.br/buscas/jurisprudencia/exibe\\_html.php](https://www.tjrs.jus.br/buscas/jurisprudencia/exibe_html.php). Acesso em 20 de maio de 2021.

<sup>2</sup> Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher.



mulher adquirir visibilidade, igualdade e para a violência intrafamiliar por elas sofrida ser tratada com seriedade.

Todavia, a partir da vigência da Lei Maria da Penha, especialmente com o surgimento de mecanismos como as medidas protetivas, é possível a visualização de bons resultados no enfrentamento da violência doméstica e familiar, bem como na conscientização de que tanto a sociedade quanto o Poder Público devem ser implacáveis no combate à violência contra as mulheres.

A violência doméstica e familiar não é um problema que assola apenas as mulheres que são vítimas, eis que que relações violentas são destrutivas para os homens, para as mulheres e reverbera nas relações sociais estabelecidas pelos envolvidos na violência intrafamiliar. Com a plena consciência – individual e coletiva - de que a violência é um fenômeno grave, estrutural, uma questão de saúde pública e que seu fim é benéfico à toda sociedade, o problema será combatido com eficácia e efetividade plenas.

## CONCLUSÃO

Com base na pesquisa realizada, foi possível constatar que as mulheres lutaram muito para obter um lugar de destaque e espaço de fala na sociedade. O Brasil, lentamente, criou legislações para proteger e dar amparo às mulheres em situação de violência. Com o advento da Constituição Federal de 1988, foi consolidada a igualdade material entre homens e mulheres, no entanto, as demais legislações levaram anos para excluir a terminologia discriminatória e retirar a aplicação dos Juizados Especiais nos crimes que envolviam violência doméstica e familiar contra as mulheres.

A Lei Maria da Penha foi o instrumento de maior relevância no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Ela trouxe medidas protetivas que obrigam o agressor; medidas protetivas de urgência à ofendida; e, por fim, o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência. Além disso, modificou a competência para julgamento dos crimes praticados no contexto da

violência doméstica e familiar, retirando a competência dos Juizados Especiais Cíveis.

Entretanto, os números da violência ainda são alarmantes. Mediante análise dos dados coletados, foi possível constatar um alto número de crimes, alto número de medidas protetivas e um alto número de prisões decretadas pelo descumprimento das medidas protetivas de urgência.

Assim, considerando que o problema de pesquisa reside em questionar se as medidas de proteção previstas na Lei Maria da Penha são eficazes, atingindo os objetivos às quais estão destinadas, foi possível acolher e refutar parte das hipóteses levantadas inicialmente.

Assim, da pesquisa, constatou-se que as medidas protetivas da Lei Maria da Penha são parcialmente eficazes socialmente, pois viabilizam a proteção das vítimas e sua retirada imediata da relação violenta, todavia, são descumpridas corriqueiramente. Tal proposição se sustenta pois muitos são os casos de descumprimento das medidas protetivas e de decretação de prisões preventivas pela sua inobservância. Ademais, se as medidas protetivas fossem plenamente eficazes, não haveria tantas ocorrências relativas à violência intrafamiliar, conforme apontado na pesquisa.

Ainda, a partir do estudo foi possível perceber que o Judiciário e as forças de segurança pública buscam, incansavelmente, assegurar o cumprimento das medidas, viabilizando o alcance da efetividade. Prova disso, a título exemplificativo, é a resistência do Poder Judiciário em conceder Habeas Corpus ou liberdade provisória no caso de descumprimento de medidas protetivas, com fundamento no resguardo da integridade física, psíquica e emocional da vítima e, também, para assegurar o cumprimento das medidas protetivas ainda vigentes.

De todo o exposto, depreende-se que o problema é complexo e necessita de engajamento global, com a conscientização da sociedade e do Poder Público de que o fim da violência intrafamiliar é benéfico para todos, homens e mulheres. Relações de convivência saudáveis, respeitadas e equilibradas representam um ganho coletivo. Logo, uma conquista independente de gênero, que ultrapassa a

polarização antes estabelecida, para uma linearidade com vistas ao bem social e de toda a população.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Milena; PINZON, Vanessa; CACENOTE, Ana Paula; DIEHL, Bianca Tams. Gênero e Violência: Conceitos Socialmente Construídos e a Violência Contra a Mulher. **Anais VIII Jornada Interdisciplinar de Pesquisa das Faculdades Integradas Machado de Assis**. Santa Rosa: Fema, 2018. p. 248 – 258.

AMARAL, Alberto Carvalho. **A Violência Doméstica a Partir do Olhar das Vítimas**: reflexões sobre a lei maria da penha em juízo. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Diário Oficial Da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Lei n.11.340 de 7 de agosto de 2006. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 ago. 2006.

BRASIL. Lei n. 14.164 de 10 de junho de 2021. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 de junho de 2021.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 6<sup>o</sup> edição, rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

DIAS, Maria Berenice. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula n. 536**: a suspensão condicional do processo e a transação penal não se aplicam na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha. STJ, 3<sup>o</sup> seção, 2015a. Aprovada em 10/06/2015. Brasília: Diário de Justiça Eletrônico, 15/06/2015.

Superior Tribunal de Justiça. **Súmula n. 542**: a ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública incondicionada. STJ, 3<sup>o</sup> Seção, 2015b, aprovada em 26/08/2015. Brasília: Diário de Justiça eletrônico, 31/08/2015.

DE MELLO, Adriana Ramos; PAIVA, Livia de Meira Lima. **Lei Maria da Penha na Prática**. Diretora Responsável: Juliana Mayumi Ono. Editora Thomson Reuters, São Paulo, 2020.

THOMSON REUTERS. **Minidicionário Jurídico RT** [livro eletrônico]. Equipe RT. 1<sup>a</sup> edição em e-book baseada na 1<sup>a</sup> edição impressa. São Paulo: Thomson Reuters, 2019.

RIO GRANDE DO SUL. Indicadores da Violência Contra a Mulher Geral e por Município 2018. **Secretaria de Segurança Pública**, Rio Grande do Sul, 2018a. Disponível em: <<https://ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contra-a-mulher>>. Acesso em: 14 mar. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Indicadores da Violência Contra a Mulher Geral e por Município. **Secretaria de Segurança Pública**. Rio Grande do Sul, 2019a. Disponível em: <<https://ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contra-a-mulher>>. Acesso em: 14 mar. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Indicadores da Violência Contra a Mulher Geral e por Município 2020. **Secretaria de Segurança Pública**. Rio Grande do Sul, 2020a. Disponível em: <<https://ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contra-a-mulher>>. Acesso em: 14 mar. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Prisões em casos de Violência Doméstica – 1º Semestre de 2018. **Coordenaria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**. Rio Grande do sul, 2018b. Disponível em: <<https://www.tjrs.jus.br/novo/violencia-domestica/wpcontent/uploads/sites/7/2020/05/Prisoes-Decretadas-1sem-2018.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Prisões em casos de Violência Doméstica – 1º Semestre de 2019. **Coordenaria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**. Rio Grande do sul, 2019b. Disponível em: <<https://www.tjrs.jus.br/novo/violencia-domestica/wpcontent/uploads/sites/7/2020/05/Prisoes-Decretadas-1sem-2019.pdf>>. Acesso em jun. de 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Prisões em casos de Violência Doméstica – 1º Semestre de 2020. **Coordenaria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**. Rio Grande do sul, 2020b. Disponível em: <<https://www.tjrs.jus.br/novo/violencia-domestica/wpcontent/uploads/sites/7/2020/10/VD-Prisoes-Decretadas-2020-1Sem.pdf>>. Acesso em 10 jun. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Prisões em casos de Violência Doméstica – 2º Semestre de 2018. **Coordenaria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**. Rio Grande do sul, 2018c. Disponível em: <<https://www.tjrs.jus.br/novo/violencia-domestica/wpcontent/uploads/sites/7/2020/05/Prisoes-Decretadas-2sem-2018.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Prisões em casos de Violência Doméstica – 2º Semestre de 2019. **Coordenaria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**. Rio Grande do sul, 2019c. Disponível em: <<https://www.tjrs.jus.br/novo/violencia-domestica/wpcontent/uploads/sites/7/2020/05/Prisoos-Decretadas-2sem-2019.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Prisões em casos de Violência Doméstica – 2º Semestre de 2020c. **Coordenaria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**. Rio Grande do sul, 2020c. Disponível em: <<https://www.tjrs.jus.br/novo/violencia-domestica/wpcontent/uploads/sites/7/2021/02/VD-Prisoos-Decretadas-2020-2Sem.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Quantitativo de Medidas Protetivas Concedidas – 1º Semestre de 2018. **Coordenaria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**. Rio Grande do sul, 2018c. Disponível em: <<https://www.tjrs.jus.br/novo/violenciadomestica/wp-content/uploads/sites/7/2020/05/Medidas-Protetivas-Aplicadas-1sem2018.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Quantitativo de Medidas Protetivas Concedidas – 1º Semestre de 2019. **Coordenaria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<https://www.tjrs.jus.br/novo/violencia-domestica/wpcontent/uploads/sites/7/2020/05/Medidas-Protetivas-Aplicadas-1sem-2019.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Quantitativo de Medidas Protetivas Concedidas – 1º Semestre de 2020. **Coordenaria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**. Rio Grande do sul, 2020a. Disponível em: <<https://www.tjrs.jus.br/novo/violenciadomestica/wp-content/uploads/sites/7/2020/10/VD-Medidas-Protetivas-Aplicadas2020-1Sem.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Quantitativo de Medidas Protetivas Concedidas – 2º Semestre de 2018. **Coordenaria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**. Rio Grande do sul, 2018a. Disponível em: <<https://www.tjrs.jus.br/novo/violenciadomestica/wp-content/uploads/sites/7/2020/05/Medidas-Protetivas-Aplicadas-2sem2018.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Quantitativo de Medidas Protetivas Concedidas – 2º Semestre de 2019. **Coordenaria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<https://www.tjrs.jus.br/novo/violencia-domestica/wpcontent/uploads/sites/7/2020/05/Medidas-Protetivas-Aplicadas-2sem-2019.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Quantitativo de Medidas Protetivas Concedidas – 2º Semestre de 2020. **Coordenaria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**. Rio Grande do sul, 2020. Disponível em: <<https://www.tjrs.jus.br/novo/violenciadomestica/wp-content/uploads/sites/7/2021/02/VD-Medidas-Protetivas-Aplicadas2020-2Sem.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2021.



## DESVENDANDO ASPECTOS PSICOLÓGICOS ACERCA DA ALIENAÇÃO PARENTAL

Arno Butner<sup>1</sup>  
Joelson Backes<sup>2</sup>  
Juliane Colpo<sup>3</sup>

### RESUMO

Este artigo trata da Alienação Parental, a qual se refere a agressões psíquicas contra a criança e/ou adolescente, criando o que se chama de “falsas memórias”, onde o genitor guardião disputa o afeto do filho com o genitor não guardião. Essa prática pode resultar em uma síndrome, antes oculta na sociedade e hoje explícita através da Lei de Alienação Parental (Lei n. 12.318/10), a qual ratifica os direitos da criança e do adolescente, identificando as características dessa prática, bem como apresentando os efeitos na vítima e o perfil do alienador.

Palavras-Chave: Alienação Parental – Criança – Adolescente - Aspectos Psicológicos.

### INTRODUÇÃO

A situação mais comum que desencadeia a alienação parental é, de fato, o procedimento do divórcio. Com o crescente número de divórcios, bem como com a luta pela igualdade dos direitos em relação aos filhos, torna-se cada vez mais voraz a disputa pela guarda dos menores.

Essa busca dos pais para ficarem com os menores, esse anseio de igualdade de condições, também no que se refere à criação da prole, tornou-se uma disputa constante na esfera judiciária. Junto com esse anseio, surgiram diversos meios através dos quais, uma das partes, normalmente aquela que detém a guarda da criança, utiliza-se para se defender. Dentre estes meios, vislumbra-se a alienação parental.

### 1 NOTAS INTRODUTÓRIAS

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de Direito, da Fundação Educacional Machado de Assis.

<sup>2</sup> Acadêmico do curso de Direito, da Fundação Educacional Machado de Assis.

<sup>3</sup> Professora orientadora do curso de Direito, da Fundação Educacional Machado de Assis.

A prática da alienação parental pode resultar na Síndrome de Alienação Parental (SAP), a qual foi definida pela primeira vez nos Estados Unidos e despertou muito interesse nas áreas da psicologia e do direito, por se tratar de uma entidade ou condição que se constrói na intersecção destes dois ramos, ou seja, a Psicologia Jurídica, um novo território epistemológico que consagra a multidisciplinaridade, a interdisciplinaridade, revelando a necessidade da interação entre os saberes do direito e da psicologia, visando uma compreensão mais ampla e qualificada dos fenômenos emocionais, no caso, com aqueles que se encontram num processo de separação ou divórcio, incluindo os filhos.

Diante desse cenário, justifica-se a necessidade de aprofundamento no estudo da síndrome, já que este é um fenômeno que emerge nos sistemas familiares em conflito.

A síndrome de alienação parental (SAP) foi definida, na década de 1980, pelo psiquiatra norte americano Richard Gardner, como um distúrbio infantil que acometeria crianças e adolescentes envolvidos em situações de disputa de guarda entre os pais. Silva traz a definição da SAP a partir da interpretação de Gardner, definindo que:

[...] um distúrbio que surge principalmente no contexto das disputas pela guarda e custódia das crianças. A sua primeira manifestação é uma campanha de difamação contra um dos genitores por parte da criança, campanha essa que não tem justificção. O fenômeno resulta da combinação da doutrinação sistemática (lavagem cerebral) de um dos genitores e das próprias contribuições da criança dirigidas à difamação do progenitor objetivo dessa campanha. (SILVA, 2011, p. 45).

## 1.1 NOÇÕES GERAIS ACERCA DA SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL

Existe diferença conceitual entre as terminologias de Alienação Parental e Síndrome de Alienação Parental. De acordo com Silva “[...] a Alienação Parental (AP) caracteriza o ato de induzir a criança a rejeitar o pai/mãe-alvo (com esquivas, mensagens difamatórias, até o ódio ou acusações de abuso sexual).” (SILVA, 2011, p. 47). Já a “Síndrome de Alienação Parental (SAP) é o conjunto

de sintomas que a criança pode vir ou não a apresentar, decorrente dos atos de Alienação Parental.” (SILVA, 2011, p. 47).

No Brasil, verifica-se que a questão da Síndrome de Alienação Parental toma vulto com a promulgação da Lei n. 12.318/2010, que passa a tratar do tema deixando mais transparentes as condutas caracterizadoras da alienação parental e estabelecendo, para estas condutas, medidas coercitivas e sancionatórias; além de estender os seus efeitos não apenas aos pais, mas também aos avós ou quaisquer outras pessoas que detenham a guarda do incapaz. Segundo a Lei n. 12.318/2010, conceitua-se SAP de forma ampla e genérica, conforme o artigo 2º da lei de Alienação Parental:

Art. 2º: Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este. (BRASIL, 2010, n.p.).

Essa lei surgiu da necessidade de conferir maiores poderes, aos juízes, a fim de se preservar direitos fundamentais da criança e do adolescente, vítimas de abusos causados por seus responsáveis, punindo ou inibindo eventuais descumprimentos dos deveres inerentes à autoridade parental ou decorrente da tutela ou da guarda do menor.

Mais adiante, em seu parágrafo único, encontram-se algumas formas exemplificativas de alienação parental:

- I – realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade;
- II – dificultar o exercício da autoridade parental;
- III – dificultar o contato da criança ou adolescente com genitor;
- IV – dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar;
- V – omitir deliberadamente a genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço;
- VI – apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou o adolescente;
- VII – mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós. (BRASIL, 2010, n.p.).

Vale ressaltar que não se trata de rol taxativo, havendo a possibilidade, ainda, de atos diversos declarados pelo Juiz ou constatados por perícia<sup>1</sup>. Como se percebe, na lei brasileira, assim como o psiquiatra canadense Gardner e outros vão afirmar que a criança vítima de alienação parental é acometida por uma série de consequências psíquicas desde o medo até o suicídio dependendo do caso.

O conceito de criança e adolescente também encontra registro no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal n. 8.069. No artigo 3º vai referir que a criança e o adolescente são sujeitos em pleno desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade (ECA, 2001, p. 57).

Isto significa dizer que, se neste período tão relevante na formação integral da criança, esta sofra abalos psíquicos por motivos externos, conforme os conceitos já vistos faz com que tenha sequelas para sua vida não só no presente, mas também na vida futura.

Normalmente, os conflitos gerais que aparecem são: ansiedade, medo, insegurança, isolamento, depressão, comportamento hostil, falta de organização dificuldades na escola, dupla personalidade, entre outros (CALÇADA, 2015, p. 38). Sem tratamento adequado, ela pode produzir sequelas que são capazes de perdurar para o resto da vida, pois instaura vínculos patológicos, promove vivências contraditórias da relação entre pai e mãe e cria imagens distorcidas das figuras paternas e maternas, gerando um olhar destruidor e maligno sobre as relações amorosas em geral.

Dependendo da gravidade de alienação detectada, poderá o magistrado agir de acordo com o artigo 6º da lei de alienação parental (Lei n. 12.318/2010), conforme segue:

Art. 6º: Caracterizados atos típicos de alienação parental ou qualquer conduta que dificulte a convivência de criança ou adolescente com genitor, em ação autônoma ou incidental, o juiz poderá, cumulativamente ou não, sem prejuízo da decorrente responsabilidade civil ou criminal e da ampla utilização de instrumentos processuais aptos a inibir ou atenuar seus efeitos,

---

<sup>1</sup> A perícia realizada pode ser exame de corpo delito ou laudo psicológico.

segundo a gravidade do caso:

- I - declarar a ocorrência de alienação parental e advertir o alienador;
- II - ampliar o regime de convivência familiar em favor do genitor alienado;
- III - estipular multa ao alienador;
- IV - determinar acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial;
- V - determinar a alteração da guarda para guarda compartilhada ou sua inversão;
- VI - determinar a fixação cautelar do domicílio da criança ou adolescente;
- VII - declarar a suspensão da autoridade parental. (BRASIL, 2010 n.p.).

Além disso, ainda com o intuito de que diminua os casos de Síndrome de Alienação Parental, os quais são expressivos no Brasil, houve mobilizações das entidades interessadas e responsáveis em atender as vítimas destes casos, de modo que em 2014 foi aprovada no Congresso Nacional a Lei n. 13.058, a qual estabelece regras para a guarda compartilhada. Foi um avanço, pois em casos de os dois genitores oferecerem condições de criação do(s) menor (es), poderão de forma conjunta exercer-la.

Também está previsto no texto legal, que cabe ao genitor não guardião fiscalizar as atitudes do outro pra melhor desenvolvimento da criança, dentro do seu nível de responsabilidade.

Conforme o exposto por Silva (2013), o alienante procura destruir a ligação emocional da criança com o outro e, lança de mão de comportamentos específicos para por em prática o seu plano. Os pais alienadores geralmente são pessoas manipuladoras, irascíveis e muitas vezes agressivas, que se recusam a qualquer tipo de mediação ou tentativa de entendimento com o cônjuge alienado. Em muitas situações este contexto também pode estar ocultando aspectos da saúde mental do alienador.

Em muitos casos, o cônjuge alienador inicia verdadeira campanha difamatória contra o cônjuge alienado, valendo-se de inverdades, de meias verdades, ou até mesmo mascarando e alterando fatos ou mudando a sua conotação, tudo para angariar a simpatia das pessoas que o rodeiam (parentes, amigos, vizinhos, professores), buscando dessa forma, aliados para seu comportamento destrutivo (SILVA, 2013).

Já ao cônjuge alienado, por sua vez, resta o papel de vítima, sem meios

diretos de defesa, uma vez que a influência do cônjuge guardião sobre o filho é muito maior, pois, vivendo sob o mesmo teto, tem tempo e condições de lançar sua campanha difamatória, moldando dessa forma a mente e as emoções do filho, franqueando cada vez mais o acesso do outro genitor (SILVA, 2013).

Por outro lado, o filho pode assumir uma postura de se submeter ao que o alienador determina, pois teme que se desobedecer ou desagradar, poderá sofrer castigos e ameaças (SILVA, 2013). A criança criará uma situação de dependência e submissão às provas de lealdade, ficando com medo de ser abandonada do amor dos pais.

## **2 ALIENAÇÃO PARENTAL: ASPECTOS PSICOLÓGICOS, SOCIAIS E JURÍDICAS**

Em pleno século XXI, ainda persiste no sistema jurídico brasileiro a ideia de que em caso de separação a guarda tem que ser decidida de forma favorável a mãe. Isto já foi assunto de muitas polêmicas, pois, acaba causando um distanciamento do pai para com o menor, desta forma, às vezes persiste por longos períodos um litígio e a parte que mais sofre é a criança pelo fato de não tendo uma decisão final, não poder ter visitar ou ir com o pai afastado.

De outro norte há muitos casos que se alastram por longos períodos, o que é causado pelo fato de uma das partes não aceitar o fim de uma relação e vê nas audiências uma forma de rever o ex. Desta forma obrigando a envolver-se novamente mesmo que de forma judicial com o outro. Este fato também acontece mesmo depois de essa pessoa ter contraído novo casamento, ter filhos novamente, mas não desvencilha de seus pensamentos a outra pessoa (ex.), a qual já não faz mais parte de sua vida.

Juízes, promotores e advogados muitas vezes costumam entender o que está acontecendo, pois, nestes casos não se chega a um acordo, sempre aparecem novas situações de discórdia, denúncias infundadas e etc. Tudo isso acaba transformando o comportamento da criança, que passa a agir de acordo com o que ela está passando com o genitor que está com sua guarda.



## 2.1 AS MANIFESTAÇÕES DA SAP<sup>1</sup>: SINTOMAS E CONSEQUÊNCIAS

Quanto à classificação da Síndrome de Alienação Parental no CID<sup>2</sup> 10 e DSM<sup>3</sup> - IV, Souza e Brito (2011) vão afirmar que de acordo com o manual do DSM-IV (2002):

[...] deve ser usada quando o foco de atenção clínica é um padrão de interação entre pai-mãe-criança [...] associado com prejuízo significativo individual ou familiar, ou desenvolvimento de sintomas clinicamente significativos no pai, na mãe ou na criança. (DSM IV-TR, 2002, p. 688).

Segundo Gardner (2002) em *DIAGNOSTIC AND Statistical Manual Disorders* (DSM – IV), ou Manual de Diagnóstico e Estatístico das Perturbações Mentais, alguns diagnósticos podem dar o embasamento à Síndrome de Alienação Parental. Refere que o conjunto de sintomas apresentados pela criança vítima de alienação parental pode ser diagnosticado como: transtorno de conduta, transtorno de ansiedade de separação, transtorno dissociativo, transtorno de ajustamento, transtorno da primeira infância, entre outras (ANTELO, n.p.).

Nesse ínterim, Sousa refere que: “Gardner [...] define que o diagnóstico da Síndrome de Alienação Parental é realizado a partir dos sintomas exibidos pela criança, embora reconheça que há um problema que envolve a família.” (GARDNER, 2010, p. 104).

Destaca-se aqui que toda a ‘síndrome’ é composta por um conjunto de sintomas que aparecem na criança, neste caso Gardner (1985) descreve oito sintomas que aparecem na criança que passa pela alienação parental, tais como:

1. Campanha de difamação e ódio contra o pai-alvo;
2. Racionalizações fracas, absurdas ou frívolas para justificar esta depreciação e ódio;

---

<sup>1</sup> SAP: Síndrome da Alienação Parental, sigla criada pelo inglês Richard Gardner (1985).

<sup>2</sup> CID: Classificação Internacional de Doenças.

<sup>3</sup> DSM: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais.

3. Falta de ambivalência usual sobre o pai-alvo;
4. Afirmações fortes de que a decisão de rejeitar o pai é só dela [fenômeno pensador independente];
5. Apoio ao pai favorito no conflito;
6. Falta de culpa quanto ao tratamento dado ao genitor alienado;
7. Uso de situações e frases emprestadas do pai alienante; e
8. Difamação não apenas do pai, mas direcionada também para a família e aos amigos do mesmo. (GARDNER apud MARTINS, 2012, n.p.).

Além destes sintomas que caracterizam a presença da implantação da síndrome de alienação parental na criança, destacam-se ainda outras reações citadas por Dias (2011) tais como: sentimento constante de raiva e ódio contra o genitor alienador e sua família, recusa-se a dar atenção, visitar ou se comunicar com o outro genitor, guarda sentimentos e crenças negativas sobre o autor genitor, que são inconsequentes, exageradas ou inverossímeis com a realidade.

Dentre os efeitos psicológicos sentidos pela criança vítima da alienação parental, Gardner destacou nos seus escritos que a ruptura do relacionamento entre a criança e o genitor alienado é de tal ordem, que a respectiva reconstrução, quando possível, demandará longos anos. Esses efeitos ou consequências são:

1. Apresentar distúrbios psicológicos como depressão, ansiedade e pânico.
2. Utilizar drogas e álcool como forma de aliviar a dor e culpa da alienação.
3. Cometer suicídio.
4. Apresentar baixa autoestima, baixa afetividade.
5. Não conseguir uma relação estável, quando adulta.
6. Possuir problemas de gênero, em função da desqualificação do genitor atacado. (MARTINS, 2012, n.p.).

Sobre as sequelas que ficam numa criança alienada, Gardner coloca que: “[...] a ruptura do relacionamento entre a criança e o genitor alienado é de tal ordem, que a respectiva reconstrução, quando possível, demandará hiato de largos anos” (2002, p.1). Partindo do pressuposto que a criança é detentora de amparo da legislação brasileira conforme Lei nº 12.318/2010 Parágrafo 3º, a prática da alienação parental fere direito fundamental da criança de ter o direito de convívio familiar saudável. Prejudica também as relações afetivas com o

genitor e ainda com o grupo familiar. Constitui abuso moral contra os direitos fundamentais da criança e ainda descumprimento dos deveres inerentes à autoridade parental decorrentes tanto da tutela ou da guarda legal.

O ato de alienação parental fere também o dispositivo constante no artigo n. 227 da Constituição Federal de 1988, além de toda a afronta às questões da ética, da moral, da religião e das questões humanas, abaixo transcritas:

É dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, n.p.).

De outro lado, destaca-se uma série de comportamentos clássicos de um genitor alienador, que persuade a criança, tornando-a presa a uma situação na qual ela não desejaria estar, que lhe é imposta com o objetivo de servir como instrumento do desejo do alienador a fim de atacar o outro pai (mãe):

1. Recusar-se a passar as chamadas telefônicas aos filhos.
2. Organizar várias atividades com os filhos durante o período em que o outro genitor deve normalmente exercer o direito de visitas.
3. Apresentar o novo cônjuge ou companheiro aos filhos como “a sua nova mãe” ou “o seu novo pai”.
4. Interceptar a correspondência dos filhos (por quaisquer meios: internet, MSN, Orkut, torpedos, cartas, telegramas, telefonemas, etc.).
5. Desvalorizar e insultar o outro genitor na presença dos filhos.
6. Recusar informações do outro genitor sobre as atividades extraescolares em que os filhos estão envolvidos.
7. Impedir o outro genitor de exercer o seu direito de visita.
8. “Esquecer-se” de avisar o outro genitor de compromissos importantes (dentistas, médicos, psicólogos).
9. Envolver pessoas próximas (mãe, novo cônjuge etc.) na “lavagem cerebral” dos filhos.
10. Tomar decisões importantes a respeito dos filhos sem consultar o outro genitor (escolha da religião, escola etc.).
11. Impedir o outro genitor de ter acesso às informações escolares e/ou médicas dos filhos.
12. Sair de férias sem os filhos, deixando-os com outras pessoas que não o outro genitor, ainda que este esteja disponível e queira ocupar-se dos filhos.
13. Proibir os filhos de usar a roupa e outras ofertas do genitor.
14. Ameaçar ou punir os filhos se eles telefonarem, escreverem ou se

- comunicarem com o outro genitor de qualquer maneira.
15. Culpar o outro genitor pelo mau comportamento dos filhos.
  16. Ameaçar frequentemente com a mudança de residência para um local longínquo, para o estrangeiro, por exemplo.
  17. Telefonar frequentemente (sem razão aparente) para os filhos durante as visitas do outro genitor. Fonte: meu livro. (SILVA, 2011, p. 59).

Refere que o genitor alienador como possuidor de um comportamento patológico, mal adaptado e possuidor de disfunção, onde a criança alienada tende a reproduzir a mesma patologia psicológica que o genitor alienador, e dá sua própria contribuição para a destruição do vínculo (SILVA, 2011).

Como se pode verificar, a alienação parental pode acontecer de diferentes formas e causar diversas consequências na criança.

## CONCLUSÃO

A alienação parental apresenta-se hoje como um dos principais agravantes nos desentendimentos de famílias que passam pelo divórcio ou qualquer outro tipo de trauma em que menores são envolvidos. Nesses casos, as crianças muitas vezes são utilizadas como verdadeiras armas em meio ao litígio, sofrendo danos psicológicos que dificilmente serão apagados.

Na SAP, a relação de dominação é um tanto particular porque se aplica do genitor alienante sobre o genitor alienado e, ao mesmo tempo, sobre as crianças. E as crianças também a alimentam participando ativamente ao assassinato simbólico do genitor alienado. Uma relação de dominação mínima existe entre os genitores e as crianças. Mas nas SAP ela sai do contexto “normal”. Não existe mais terceiros, a interação se torna funcional e destrutiva. A tudo isso se some que o desaparecimento de um dos genitores, nesse caso, não vem acompanhado da saudade e do vazio interior que a morte real causa. O filho alienado experimenta um sentimento de afastamento comparável à morte simbólica de um de seus pais, mas não tem plena consciência da perda afetiva sofrida, em razão do que não elabora adequadamente esse luto sem funeral, nem corpo presente.

É fundamental, portanto, que haja uma conscientização dos indivíduos envolvidos nestas situações, a fim de evitar ou, ao menos, minorar as consequências da SAP em relação à prole, devendo ser evidenciada a necessidade da celeridade em tais procedimentos, pois a demora na resolução destes conflitos é, em geral, favorável aos alienadores.

Este artigo não visa esgotar a temática, no entanto, tem como perspectiva propagar conhecimentos sobre o tema em questão, alertando a sociedade da importância de se preservar as crianças e os adolescentes de conflitos emocionais desgastantes, além de buscar advertir o genitor guardião a não descarregar nos filhos o ódio pelo ex-cônjuge, destacando que o fim do casamento não significa que o genitor não guardião tenha de ser penalizado com a perda do poder familiar.

## REFERÊNCIAS

ANTELO, Geiziane. **Síndrome de Alienação Parental: Os Filhos Como Munição**. Disponível em: <http://www.apase.org.br/11000-geiziane.htm>. Acesso em 05 abr.2018.

BRASIL. **Lei 12.318/2010** de 26 de agosto de 2010. Dispões sobre a alienação parental e altera o art. 236 da lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12318.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12318.htm). Acesso em 05 abr. 2018.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

CALÇADA, Andréia. **Psique Ciência & Vida**. A alienação parental FORA DA FAMÍLIA. 2015 Ano IX nº 110p. 36-39.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. São Paulo: RT, 2011.

GARDNER, Richard. **O DSM-IV tem Equivalente para o Diagnóstico de Síndrome de Alienação Parental (SAP)**2002. Tradução de Rita Rafaeli. Disponível em: <<http://www.alienacaoparental.com.br/textos-sobre-sap-1/o-dsm-iv-tem-equivalente>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

MARTINS. Maria das Graças Teles. **A Síndrome De Alienação Parental**

[SAP]: Consequências Psicológicas. 2012. Disponível em: <<http://psygracamartins2012.blogspot.com.br/2012/09/a-sindrome-de-alienacao-parental-sap.html>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

MOTTA, Maria Antonieta Pisano. A Síndrome da Alienação Parental. In: APASE – Associação de Pais e Mães Separados (Org.). **Síndrome da Alienação Parental e a Tirania do Guardião: aspectos psicológicos, sociais e jurídicos**. Porto Alegre: Equilíbrio, 2007.

SILVA, Denise Maria Perissini da. Filhos em primeiro lugar. In: **Psique Ciência & Vida**. 2011 p. 35 – 48.

SILVA, Denise Maria Perissini da. **Guarda Compartilhada e Síndrome de Alienação Parental: o que é isso?** 2. ed. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2011.

SILVA, Vanusa Santos da. **Separação: uma criança vítima da alienação parental**. 2013. Disponível em: <<https://psicologado.com/atuacao/psicologia-juridica/separacao-uma-crianca-vitima-da-alienacao-parental>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

SOUSA, Analícia Martins de; BRITO, Leila Maria Torraca de. **Síndrome de Alienação Parental: da teoria Norte-Americana à nova lei brasileira**. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932011000200006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932011000200006)>. Acesso em: 11 abr. 2018.

SOUSA, Analícia Martins de. **Síndrome da Alienação Parental: um novo tema nos juízos de família**. São Paulo: Cortez, 2010.

ULLMANN, Alexandra. Uma visão jurídica da alienação parental. In: **Psique Ciência & Vida**. 2015, p. 40-45.



## **O ENTENDIMENTO DE ADOLESCENTES DA REDE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA/RS ACERCA DA EDUCAÇÃO SEXUAL E SEUS CONCEITOS: SEXUALIDADE, GRAVIDEZ E ABUSO SEXUAL**

Russinara Taisa Lippert da Silva Richter<sup>1</sup>  
Flávia Michelle Pereira Albuquerque<sup>2</sup>

### **RESUMO**

A presente pesquisa tem como objetivo principal avaliar o entendimento sobre educação sexual e seus conceitos: sexualidade, gravidez e abuso sexual de 35 adolescentes de ambos os sexos, com idade entre 14 e 17 anos, alunos do 9º ano do ensino fundamental, da rede municipal e estadual, que compõem o quadro total de escolas do município de Independência/RS. A pesquisa será de cunho exploratório e fará uso dos procedimentos bibliográficos e pesquisa de campo, e sua abordagem será pautada de forma mista que engloba questões quantitativas e qualitativas. Para a respectiva coleta de dados será feito o uso de um questionário através do Google Forms, que irá apresentar respostas abertas e fechadas de fácil compreensão, que foram divididas de acordo com o assunto abordado. Em relação aos aspectos éticos, todos os princípios e cuidados éticos necessários à pesquisa com seres humanos serão assegurados aos participantes, conforme a Resolução 510/2016 e a Resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde. Para a análise de dados, será utilizado a análise de conteúdo para a parte qualitativa e o método de análise estatístico para avaliar os dados quantitativos, e será realizada a triangulação de dados. Este trabalho apresenta dados preliminares desta pesquisa. Espera-se que esta pesquisa identifique o que atualmente esses adolescentes entendem por cada assunto abordado, e estimule os mesmos ao interesse pela busca de informações que contribui para o seu desenvolvimento, preparando-os para uma vida sexual mais segura e responsável, prevenindo futuras situações indesejadas.

Palavras-Chave: Adolescência – Gravidez - Abuso Sexual - Sexualidade.

### **INTRODUÇÃO**

A adolescência é um processo do desenvolvimento humano vivenciado de forma individual por cada indivíduo, dentro do seu contexto social. É a

---

<sup>1</sup> SETREM, Três de Maio, Brasil. Graduanda de Psicologia. russinararichter@gmail.com

<sup>2</sup> SETREM, Três de Maio, Brasil. Psicóloga, Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas. Psicóloga da Fundação Municipal de Saúde de Santa Rosa (FUMSSAR). Profª do Curso de Bacharelado em Psicologia da SETREM. Profª do Curso de Bacharelado de Enfermagem da FEMA. flavia.albuquerque@setrem.com.br

passagem da fase ingênua da infância para a fase adulta, cheia de responsabilidades e desafios. É através dessa fase, que o adolescente se descobre, descobre seu corpo, suas mudanças de comportamento, a forma de ver o mundo, a reestruturação dos seus valores e crenças, a descoberta da sua independência, mas principalmente é a fase em que ele conquista sua identidade como sujeito na sociedade em que ele vive e vivência o desenvolvimento da sua sexualidade (RUSS, 2013).

A sexualidade, é um dos momentos mais marcantes e importantes na adolescência, pois é nessa fase que o jovem descobre seu corpo, vivencia a puberdade, conhece suas vontades sexuais, reconhece seus objetos de prazer. Sendo assim, ao vivenciarem essa fase acabam se colocando em situações de vulnerabilidade, devido ao fato de não ter conhecimento sobre esse processo, e não saber lidar com suas novas descobertas (SILVA, 2013).

Dessa forma, a educação sexual tem um papel fundamental nesse processo de desenvolvimento e descoberta, ao abordamos essa temática seja dentro das casas mas principalmente dentro das escolas através da aprendizagem, e pelo fato da escola se configurar como um local de total responsabilidade para levar informação e conhecimento e assim formar seres pensantes, a mesma contribui com o processo de autoconhecimento dos jovens, prevenindo que eles se coloquem em risco e vivenciam situações indesejadas, como uma gravidez precoce, situações de abuso sexual e doenças sexualmente transmissíveis (ALMEIDA, 2008).

A educação sexual dentro das escolas tem como um dos seus objetivos, fornecer saúde e prevenção aos adolescentes, tanto na questão biológica que está totalmente voltada a saúde sexual, como na cultura, pelo simples fato de poder desmistificar a sexualidade, quebrando qualquer tipo de preconceito e tabu. Mas uma das questões relevantes é o processo psicológico, que por ser totalmente influenciado pela forma que se dá o seu desenvolvimento, impedindo assim que suas frustrações relacionadas com a falta de conhecimento e informação lhe causem futuros sofrimentos (KLEIN; SEGANFREDO; VIZZOLTO, 1997).

De acordo com as estatísticas atuais do Ministério da Saúde (BRASIL, 2020), mais de vinte mil meninas com idade abaixo de quinze anos engravidam por ano no nosso país. A gravidez indesejada na adolescência pode desenvolver consequências emocionais, sociais e econômicas, sem contar também que muitas são decorrentes do abuso. Dados desta mesma pesquisa, apontam que três em cada dez meninos e meninas iniciam a vida sexual entre os 13 e 15 anos, mesmo sem nem um conhecimento referente aos cuidados e precauções que devem ter ao se relacionarem sexualmente. Outra estatística preocupante, apresentada através de um boletim epidemiológico do Ministério da Saúde (BRASIL, 2018), aponta que no período de 2011 a 2017 no Brasil foram notificados 184.524 casos de violência sexual.

A falta de preparo das famílias e das escolas ao abordar a educação sexual, acarreta diversos conflitos para estes adolescentes que, ao mesmo tempo que se sentem curiosas as mudanças em seu corpo e sensações, também necessitam de informações e esclarecimentos adequados para um desenvolvimento saudável da sua sexualidade. Essa carência em informações, também levam os adolescentes a se colocarem em situação de vulnerabilidade e suscetíveis ao abuso sexual, a gravidez indesejada, doenças sexualmente transmissíveis e ao desenvolvimento da sua sexualidade de forma irresponsável.

O referido trabalho tem como principal objetivo avaliar o entendimento de adolescentes do 9º ano do ensino fundamental, da rede escolar municipal e estadual, do município de Independência/RS, sobre educação sexual e seus conceitos: sexualidade, gravidez e abuso sexual. Como benefício, será realizada uma intervenção com esses mesmos alunos, onde serão apresentadas as informações sobre os conceitos com embasamento teórico através de rodas de conversas, estimulando assim, o interesse pela busca de mais informações que contribui para o desenvolvimento dos adolescentes, preparando-os para uma vida sexual mais segura e responsável prevenindo futuras situações indesejadas.

## **1 METODOLOGIA**

## 1.1 DELINEAMENTO

A pesquisa foi de cunho exploratório que Segundo Selltiz, Wrightsman e Cook (1965), é uma metodologia que se enquadra nos estudos que buscam explicar a ideia do tema a ser pesquisado, com o objetivo de contribuir com a ciência apresentando mais forma de discutir com a teoria já existente acerca do assunto, e fará uso dos procedimentos bibliográficos e pesquisa de campo. A abordagem foi pautada de forma mista que engloba questões quantitativas e qualitativas.

Para a coleta de dados foi feito o uso do instrumento questionário, com perguntas abertas e fechadas e para a análise de dados, utilizamos a análise de conteúdo, análise estatística e triangulação de dados.

## 1.2 PARTICIPANTES

Os participantes desta pesquisa são 35 adolescentes de ambos os sexos com a média de idade acima de 14 anos, alunos do 9º ano do ensino fundamental de duas escolas da rede municipal e estadual do município de Independência/RS, que compõem o quadro total das escolas urbanas do município. Os participantes que contemplaram aos critérios de inclusão tiveram sua participação nessa pesquisa autorizada pelos seus responsáveis através de assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e posterior aceite e assinatura do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) pelo adolescente.

## 1.3 INSTRUMENTOS

Utilizamos como instrumento um questionário de pesquisa mista, semiestruturado, incluindo perguntas abertas e fechadas e de fácil compreensão, contendo 52 perguntas, dividido nas seguintes partes: perfil sociodemográfico, educação sexual, sexualidade, gravidez e abuso sexual, aplicado através do *Google Forms*.

## 1.4 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS

Foi enviada carta de apresentação para as duas escolas (municipal e estadual) que tem turma de 9º ano do Ensino Fundamental solicitando autorização para realização desta pesquisa com seus alunos. Após autorização das escolas entramos em contato com os pais e ou responsáveis indicados pela escola, para a apresentação do projeto ao público-alvo e o envio dos termos TCLE e TALE, para serem assinados. Devido ao momento de pandemia da COVID-19 que ainda estamos vivenciando e a fim de reduzir as possibilidades de contágio ou disseminação da mesma, a apresentação e aplicação da pesquisa aconteceu de forma remota através do *Google Meet* e *Google Forms*.

## 1.5 ANÁLISE ESTATÍSTICA DOS DADOS

Uma das fases mais importantes da pesquisa, é a análise de dados que segundo Lakatos e Marconi (1996), é através dessa fase que os resultados serão apresentados, possibilitando chegar a um resultado conclusivo ou parcial, e assim viabilizando futuras pesquisas. Utilizamos o procedimento de análise de dados e análise de conteúdo para a parte qualitativa e o método de análise estatística para avaliar os dados quantitativos levantados nesta pesquisa. Além disso, realizamos a triangulação de dados para análise dos dados qualitativos e quantitativos.

## 1.6 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Todos os princípios e cuidados éticos necessários à pesquisa com seres humanos serão assegurados aos participantes, conforme a Resolução 510/2016 (Brasil, 2016), a Resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2012), que regulamenta as questões éticas com seres humanos, considerando a dignidade humana e a proteção dos participantes da pesquisa. O projeto foi aprovado previamente pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), CAAE nº

05433219.4.0000.5354. Todos aqueles que aceitaram participar da pesquisa, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE).

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 ADOLESCÊNCIA**

A adolescência por ser a fase que antecede a vida adulta se configura como um processo de transição, que é marcada por impulsos do desenvolvimento físico, mental, emocional, sexual e social. No senso comum a adolescência é identificada por ser um ciclo difícil de passar, a puberdade chega trazendo diferentes mudanças e gerando uma série de conflitos (EISENSTEIN, 2005).

É nessa fase também que a vida social se torna o centro para a maioria dos adolescentes, principalmente quando se refere a exposição de sua imagem tanto pessoalmente como em redes sociais, pois é um momento de reconhecimento e descobertas de si entre os demais, em busca de sentir-se parte de um meio ou de um grupo. Culturalmente na adolescência também se dá o início da vida sexual dos indivíduos, destacando-se como um marco a primeira relação sexual. Ao longo dos anos o ato sexual vem sofrendo diversas transformações e desenvolvendo importantes transformações na vida dos adolescentes, sendo extrema a necessidade de uma educação sexual consciente, para que não sejam vulneráveis às doenças e demais problemas, e para que tenham uma vida sexual ativa regida de forma saudável e segura.

### **2.2 EDUCAÇÃO SEXUAL**

A educação sexual é uma aprendizagem relacionada aos aspectos da sexualidade, é um processo que envolve questões físicas, psicológicas, eróticas, genitais e principalmente a fatores relacionados a vivência. Essa aprendizagem ocorre de forma contínua ao longo da vida, sendo assim, a educação sexual e a



sexualidade, conseqüentemente estão ligadas ao desenvolvimento dos adolescentes, a sua descoberta de identidade, nas suas relações sociais, nos seus valores e na sua personalidade (PONTES, 2010).

Quando pensamos na educação dentro das escolas como um processo de aprendizagem formal, precisamos entender de que qualquer forma os outros processos de aprendizagem vão estar presente também, pois é através das famílias, amigos, mídias sociais, que os adolescentes obtêm o grande número de informações, muitas vezes coerentes, mas outras vezes informações que apresentam o assunto de forma totalmente distorcidas (PONTES, 2010).

Conforme Hoz (1998), a educação sexual exerce um importante papel na questão de promoção de saúde dos adolescentes, proporcionando através de vivências e conversas de maneira responsável e saudável a sexualidade. Através da educação sexual é que os adolescentes poderão ter entendimentos dos seus direitos sexuais, possibilitando assim a tomada de decisão mais seguras referente a sua sexualidade.

Ao apresentar a educação sexual e trazer a sexualidade através da aprendizagem e informação, estamos contribuindo para um processo de autoconhecimento dos adolescentes, prevenindo que eles encarem situações de risco indesejáveis, como uma gravidez precoce, situações de abuso sexual, doenças sexualmente transmissíveis. E dessa forma, a sexualidade além de ser totalmente parte da personalidade dos indivíduos, é algo referente ao vínculo, a troca de intimidade, que influencia na forma de sentir, tocar e perceber outro. A sexualidade tem um espaço significativo no desenvolvimento psíquico dos indivíduos (ALMEIDA, 2008).

Assim sendo, a educação sexual precisa desde cedo estar presente na vida e no desenvolvimento desses indivíduos, precisa estar dentro das famílias, dentro das escolas, nos meios de comunicação, nas rodas de conversas entre amigos. E os pais e as escolas como principais mediadores pela busca de informações, precisam cada vez mais estar preparados para desenvolver essa função entre seus jovens (ALMEIDA, 2008).

## 2.3 ABUSO SEXUAL

O abuso sexual nada mais é do que a violação dos direitos sexuais, é um ato de total invasão, abuso e exploração do corpo e da sexualidade do ser humano. O abuso sexual pode ser categorizado como extra ou intrafamiliar e até mesmo como um ato de exploração sexual, quando indivíduos são o expostos a prostituição para fins lucrativos. Sendo assim, as práticas do abuso muitas vezes são violências cometidas por pessoas da família como pais, mães, irmãos, primos, tios ou avós, aquelas que deveriam dar amor e segurança a esses adolescentes. Outras vezes são cometidas por vizinhos, pessoas conhecidas pela família e por desconhecidos (LAVAREDA; MAGALHÃES, 2015).

Romero (2007) reportar que o abuso sexual é uma violação praticada por um maior de idade contra a criança e ao adolescente que faz uso de atos violentos como o ato sexual ou carícias, onde não há consentimento da outra parte para sua satisfação pessoal e sexual. Crianças e adolescentes que vivenciam esse tipo de abuso, sofrem diversos tipos de problemas no seu processo de desenvolvimento, o que implica ainda mais, é que na maioria das vezes o abusador está dentro das casas das vítimas, são pessoas da família que deveriam dar amor, proteção e carinho, o que torna a violência e o trauma ainda pior.

Ao abordar a educação sexual dentro das escolas, estamos na verdade prevenindo os alunos de enfrentar situações futuras ou até mesmo situações que hoje já estão ocorrendo, tanto dentro do âmbito familiar, como também no âmbito escolar. Dessa forma, através da informação, levando mais conhecimento e entendimento sobre o assunto, estamos protegendo crianças e adolescentes de sofrerem violações, tanto físicas como psicológicas (SANTOS et al, 2018).

Santos et al (2018) relata que pelo fato de os jovens passar boa parte da sua vida dentro do âmbito escolar, a escola em casos de abuso ocupa um papel importante pois os professores são um dos agentes observadores que podem identificar se a algo de diferente no comportamento de tal aluno ou se algo de

diferente está ocorrendo na sua vida. Mas muitas das vezes, os profissionais compostos pela escola não estão preparados e informados para identificar casos de abuso entre eles, por não possuir uma formação específica que envolvem a violência sexual contra crianças e adolescentes. A escola e seu quadro de profissionais, precisam trazer a escola debates sobre questões como direitos humanos, proteção a crianças e adolescentes, educação sexual, violência das diferentes formas, bullying, prevenção e proteção, entre outros temas que afetam a vida e o desenvolvimento de crianças e adolescentes, portando o autor conclui que os profissionais precisam sempre estar “[...] em formação para saber que medidas tomar após descobrir o ato e oferecer suporte à vítima e, se preciso, à própria família.” (SANTOS et al 2018, p.118).

## 2.4 GRAVIDEZ

A adolescência é constituída por diferentes fases que marcam o desenvolvimento dos jovens, mas a puberdade que é considerada a passagem da infância para a vida adulta é uma das fases mais importantes e um dos principais fatores, que levam os mesmo a ter sua iniciação sexual precoce (BRASIL, 2015).

Outros fatores que levam os adolescentes a se colocarem em situações de risco como a gravidez, abuso sexual, ao não uso dos métodos contraceptivos e estarem expostos a doenças sexualmente transmissíveis é as questões associadas ao contexto social e familiar, a exposição a álcool e outras drogas, pobreza, a violência, vulnerabilidade, a irresponsabilidade emocional, entre outros (PRATTA; SANTOS, 2007).

Quando pensamos em uma gravidez na adolescência, diferentes opiniões se formam através dessa problemática, e devido aos aspectos estarem atrelados a questões do desenvolvimento e emocionais, relacionamos a gravidez em jovens como um fator de alto risco. Pois, ela está totalmente ligada aos problemas de saúde, que afetam tanto a mãe como o bebê, é responsável por alto índices de abortos, nascimentos prematuros e baixo peso atrelados ao

atraso do desenvolvimento dessas jovens, e até podem causar a morte dessa mãe e do bebê (SPANIOL; SPANIOL; ARRUDA, 2019). De acordo com a Sociedade Brasileira de Pediatria:

A taxa de gestação na adolescência no Brasil é alta para a América Latina, com 400 mil casos/ano. Quanto à faixa etária, dados do Ministério da Saúde revelam que em 2014 nasceram 28.244 filhos de meninas entre 10 e 14 anos e 534.364 crianças de mães com idades entre 15 e 19 anos. Esses dados são significativos e requerem medidas urgentes de planejamento e ações. (SBP, 2019, p.2).

Pensando nas causas que podem levar os adolescentes a vivenciar uma gravidez precoce, a SBP (2019) separou diversos fatores de risco que estão relacionados a gravidez na adolescência, como por exemplo, o não conhecimento do processo de desenvolvimento da sexualidade e dos direitos sexuais, a falta de acesso ao sistema de saúde e aos métodos que previnem a gravidez, questões sociais, emocionais e culturais, que acabam formulando nos indivíduos pensamentos e fantasias com relação ao sentimento de ser amado, de construir uma família, reflexo esse muitas vezes causado pelas mídias e pela sociedade, que acaba muitas vezes romantizando a violência e a gravidez. Também está relacionada nas causas a falta de expectativa no futuro, a pobreza, a educação, famílias desestruturadas e vulneráveis, abuso de drogas e álcool, situações de abuso sexual, entre outras.

Além disso, há uma significativa transformação que ocorre na vida das adolescentes ao vivenciar uma gravidez, principalmente quando ela não é planejada. Essa transformação, começa dentro da sua família, muitos pais não aceitam a gravidez das jovens e acabam expulsando-as de sua casa, outras são abandonadas pelos parceiros e se tornam mães solteiras, situação essa recorrente, desistem dos seus sonhos e objetivos, acabam abandonando os estudos. Enfim, essa situação está totalmente atrelada a realidade vivenciada por essas adolescentes, dentro do seu contexto familiar e social (RESTA et al., 2010).

## 2.5 SEXUALIDADE

Conforme Silva, Silva e Alvez (2004), a sexualidade é vista como um dos aspectos que mais marca a vida dos seres humanos, pois é através dela que os desejos e impulsos sexuais se manifestam. E essa manifestação ocorre desde a infância, mas é durante a adolescência através do desenvolvimento físico, da descoberta do seu corpo e principalmente no processo de puberdade, que ela começa a ser experienciada de forma mais intensa. É nessa fase que o adolescente vê seu corpo, emocional e seus comportamentos sendo modificados, seus instintos sexuais aflorados, e é nessa fase que ele vê o outro como seu objeto de prazer, e que ele busca a sua identidade e independência (MACEDO et al, 2013)

Silva (2013), diz que a sexualidade não está relacionada apenas ao ato sexual ou aos aspectos da sexualidade humana nas genitálias do homem ou da mulher, mas sim está relacionada a um processo de experiência sexual que os adolescentes vivenciam no seu desenvolvimento. Para Russ (2013), a sexualidade nos acompanha desde o nosso nascimento, nos proporcionando diferentes emoções, sentimentos e fantasias através das nossas relações com o outro e com nós mesmos, sendo um elemento base das nossas vidas.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, a sexualidade apresenta a seguinte definição:

A sexualidade é um aspecto central do ser humano ao longo da vida e inclui o sexo, gênero, identidades e papéis, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A sexualidade é experienciada e expressa através de pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relações. Embora a sexualidade possa incluir todas estas dimensões, nem sempre elas são todas experienciadas ou expressas. A sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, éticos, legais, históricos, religiosos e espirituais. (PONTES, 2010, p.23).

Ao trabalharmos sobre a educação sexual, iremos automaticamente falar sobre a sexualidade e seu conceito, e dessa forma, abordar os direitos sexuais que os adolescentes têm sobre a sua saúde sexual e o direito em conhecer o seu processo de desenvolvimento. A saúde sexual é apresentada como uma

abordagem que promove uma vivência saudável, não abordando apenas questões de reprodução referente ao ato sexual ou sobre as doenças sexualmente transmissíveis, mas em um contexto geral, proporciona saúde e conquista sobre os seus direitos (PONTES, 2010).

## 2.6 A PSICOLOGIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SEXUAL

A psicologia e a sexualidade estão diretamente ligadas, porque a sexualidade está ligada de forma direta com a personalidade, os pensamentos e com a saúde, o que reforça ainda mais a ligação com a psicologia. O profissional da área da psicologia, no que diz respeito ao seu trabalho dentro da abordagem educacional da sexualidade dentro do âmbito escolar, faz uso de um instrumento de relevante importância, a escuta qualificada. Esse instrumento é usado para atender na maioria das vezes os alunos, pois ela é uma escuta totalmente sigilosa, sem qualquer tipo de preconceito ou julgamento através das cresças do profissional, ele está lá totalmente a disposição daquele jovem, dando dessa forma, abertura a eles para abordarem qualquer tipo de assunto, seja ele sobre sexualidade ou sexo, questões pessoais e escolares (MOURA et al, 2011).

## 3 RESULTADOS

Em relação a coleta de dados participaram da pesquisa 35 adolescentes do 9º ano do ensino fundamental, 40% eram alunos de escola municipal e 60% alunos de escola estadual do município de Independência/RS, 77,1% dos participantes residem na cidade e 22,9% no interior, sendo 65,7% do sexo masculino e 34,3% do sexo feminino, com faixa etária variando entre (45,7%) com 14 anos, (40%) 15 anos, (11,4%) 16 anos e (2,9%) com 17 anos. Quanto ao estado civil dos participantes, 80% eram solteiros e 20% estavam namorando.

O questionário de pesquisa mista contava com 52 perguntas, sendo elas 2 perguntas abertas e o restante eram perguntas fechadas de fácil



compreensão, que foram divididas de acordo com o assunto abordado como o perfil sociodemográfico, educação sexual, sexualidade, gravidez e abuso sexual.

Quanto a categoria “Educação Sexual” 82,9 % responderam que sabiam o que é educação sexual e 17,1% que não sabiam. 68%,6 responderam que educação sexual” é a aprendizagem específica sobre os aspectos relativos à sexualidade, ao conhecimento e valorização dos direitos sexuais” e 31,4% disseram que “Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade”.

Quando questionados sobre “você acredita que a Educação Sexual seja importante para o seu desenvolvimento?” 77,1% respondeu que “Sim, muito importante”, seguido por 17,1% “Acho que é pouco importante” e 5,7% “Não sei, não tenho conhecimento sobre o assunto”.

Na categoria “Sexualidade” quando questionados sobre “O que você entende por Sexualidade?” 68,6% respondeu “um processo natural do desenvolvimento humano” e 31,4% “um meio de reprodução”.

Na categoria “Relação sexual” quando perguntados sobre “Você já teve relação sexual?” tivemos as seguintes respostas: 31,4 % SIM e 68,6% NÃO.

Na categoria gravidez perguntamos: Qual o significado da gravidez para você? Sendo que 8,6% relacionou a conquistar a sua independência, 27% Construir uma família, 17,1% Sair da casa dos pais e ter novas responsabilidades e 17,1% Casar-se. Questionamos também “Você tem alguém da sua família que se tornou mãe ou pai na adolescência?” sendo que 68,6% responderam SIM e 31,4% NÃO. E perguntamos “Quem da sua família se tornou mãe ou pai na adolescência?” e obtivemos como resposta 14,3% que foi a própria Mãe.

Na categoria contraceptivos e formas de prevenção de IST perguntamos “Você já fez ou faz uso de algum método contraceptivo?” tendo 28,6% sim e 71,4% não. Questionamos “Você sabe como as doenças sexualmente transmissíveis são transmitidas?” onde 85,7% disseram “sim” e 14,3% “não”. E quando perguntamos “como você entende que as doenças sexualmente transmissíveis são transmitidas” (podendo assinalar múltiplas alternativas) tivemos as seguintes respostas: 17,1% Através do beijo; 48,6% Através do sexo

oral e anal; 60% Através do sexo com penetração; 22,9% Através do contato com o sangue; 8,6% Através do compartilhamento do chimarrão ou “tererê”; 11,4% Transfusão do sangue; 17,1% Compartilhamento de seringas e 14,3% Não tenho conhecimento.

## CONCLUSÃO

Precisamos cada vez mais deixar o tabu e o medo em abordar sobre abuso sexual com os adolescentes, e a escola é um dos lugares mais importantes a se levar informação e prevenção aos alunos, pois ela pode muitas vezes ser a única saída que as vítimas têm, em pedir algum tipo de ajuda, que não consegue buscar sozinha. Sendo assim, ao levar informação a respeito da violência sexual dentro das escolas, estamos contribuindo com a proteção dos adolescentes, evitando momentos de preconceitos e dúvidas, abrindo espaços para novos trabalhos pedagógicos que possam possibilitar a discussão acerca da sexualidade (SANTOS et al, 2018).

Barros (2016, p.130), diz que é de fundamental importância que as escolas espaço de socialização e responsável pelo cuidado e desenvolvimento de indivíduo, busquem inserir no seu âmbito assuntos sobre a violência sexual levando informações as crianças e adolescentes, contribuindo na promoção de saúde e com os direitos a uma educação de qualidade.

Sendo assim, segundo Jardim e Brêtas (2006), a educação sexual nada mais é do que uma abordagem que pode prevenir situações indesejáveis relacionada a sexualidade e conseqüentemente prevenir uma gravidez precoce na adolescência. Já Schmitt et al. (2018), complementa afirmando ao acesso à educação sexual, conseqüentemente a informação e a conscientização ao uso de métodos contraceptivos também contribui para a prevenção a saúde e a gravidez indesejada.

Ao falar sobre sexualidade com adolescentes, é possível perceber que esses culturalmente associam o substantivo ao ato sexual, tratando o assunto como algo indecente e não apropriado para se discutir em grupos. A falta de

preparo das famílias e das escolas ao abordar a educação sexual, acarreta conflitos ideológicos para estes adolescentes que ao mesmo tempo que se sentem curiosos com as mudanças em seu corpo e sensações, também necessitam de informações e esclarecimentos adequados para um desenvolvimento saudável da sua sexualidade. Essa carência em informações, também leva os adolescentes a se colocarem em situação de vulnerabilidade e suscetíveis ao abuso sexual, a gravidez indesejada, doenças sexualmente transmissíveis e ao desenvolvimento da sua sexualidade de forma irresponsável.

Desta forma, através do trabalho desenvolvido e o levantamento dos dados dessa pesquisa, foi possível ter conhecimento sobre o entendimento em torno dos assuntos abordados de um pequeno grupo de alunos, estimulando assim, o interesse dos mesmos pela busca de informações com o intuito de contribuir com o seu desenvolvimento, e preparando-os para uma vida sexual mais segura e responsável prevenindo futuras situações indesejadas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Carla Campos Hidalgo de. **A Enfermeira no Contexto da Educação Sexual dos Adolescentes e o Olhar da Família.** Tese (Doutorado em Enfermagem) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008, p.103

BARROS, Marilene Maria Aquino Castro. **A Participação da Escola no Enfrentamento da Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes em Municípios Impactados por Grandes Projetos Mineró-Metalúrgicos:** um estudo de caso em juruti (PA). Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

BORGES, Jeane Lessenge. **Abuso Sexual Infantil:** consequências cognitivas e emocionais. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Porto Alegre, 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466/2012 - **Dispõe sobre Pesquisa Envolvendo Seres Humanos.** Brasil: Ministério da Saúde, Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510/2016 – **Dispõe sobre a Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** Brasil: Ministério da Saúde, Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar. 2015.** Disponível em:

<[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno\\_gestor\\_pse.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_gestor_pse.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2020.

BRASIL. **Boletim Epidemiológico:** Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017. Secretaria de Vigilância em Saúde. V. 49, P. 3-17, jun. 2018.

BRASIL. **Mais de 20 mil Meninas com menos de 15 anos Engravadam Todos os Anos.** Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46294-mais-de-20-mil-meninas-com-menos-de-15-anos-engravidam-todos-os-anos>. Acesso em: 22 ago. 2020

EISENSTEIN, Evelyn. Adolescência: definições, conceitos e critérios. **Adolescência e Saúde**, v. 2, n. 2, p. 6-7, jun. 2005.

HOZ, Victor Garcá. **Educação da Sexualidade.** Lisboa: Die-L, 1998.

JARDIM, Dulcilene Pereira; BRÊTAS, José Roberto da Silva. Orientação sexual na escola: a concepção dos professores de Jandira-SP. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 59, n. 2, p. 157-162, 2006.

KLEIN, Araia Ana Casagrande; SEGANFREDO, Cléa Ana; VIZZOLTO, Salette Maria. **Educação Sexual e Prevenção ao Uso de Drogas:** 1ª a 4ª série do ensino fundamental (Manual do professor). Florianópolis: Lunardelli, 126 p, 1997.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LAVAREDA, Renata Pereira; MAGALHÃES, Thaís Quezado Soares. **Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes:** identificação e enfrentamento. Brasília: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Núcleo de Enfrentamento à Violência e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, 2015.

MACEDO, Senei da Rocha Henrique; MIRANDA, Francisco Arnoldo Nunes de; JÚNIOR, João Mário Pessoa; NÓBREGA, Vannucia Karla de Medeiros. Adolescência e sexualidade: scripts sexuais a partir das representações sociais. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília. v.66, n.1, jan./fev. 2013.

MOURA, Ana Flora Muller; PACHECO, Ana Paula; DIETRICH, Cauê Fantin; ZANELLA, Andréa Vieira. Possíveis contribuições da psicologia para a educação sexual em contexto escolar. **Psicologia Argumentos**, Curitiba, v. 29, n. 67, p. 437-446, out./dez. 2011.

PONTES, Angela Felgueiras. **Sexualidade:** vamos falar sobre isso? Tese (Doutorado em Ciências de Saúde Mental) - Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto. Portugal, p. 23-39. 2010.

PRATTA, Elisângela Maria Machado; SANTOS, Manoel Antônio. Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n. 2, p. 247-256, 2007.

RESTA, Darielli Gindri; MARQUI, Alessandra Bernadete Trovó de; COLOMÉ, Isabel Cristina dos Santos; JAHN, Alice do Carmo; EISEN, Cristiane; HESLER, Lílian Zielke; ZANON, Tami. Maternidade na adolescência: significado e implicações. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 14, n. 1, p. 68-74, 2010.

ROMERO, Karen Richeter Pereira dos Santos. **Crianças Vítimas de Abuso Sexual:** aspectos psicológicos da dinâmica familiar. Curitiba: Centro de Apoio Operacional da Promotoria da Criança e Adolescente, 2007.

RUSS, Aurea Abil. **Sexualidade:** gravidez na adolescência. Universidade Estadual de Londrina - UEL, 2013, p. 3-18.

SANTOS, Wellen Renata Costa; SANTOS, Raquel Amorim dos; NEVES, Joana D'arc de Vasconcelos; OLIVEIRA, Marcelo do Vale. **O Papel da Escola para o Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças nos Discursos de Professores do Ensino Fundamental em Augusto Corrêa – PA.** @rquivo Brasileiro de Educação, Belo Horizonte, v. 6, n. 14, mai-ago, 2018.

SCHMITT, Guthieres Mendonça; GONÇALVES, Horrana Carolina Bahmad; SILVA, Jordana Daniella Inez; SOARES, Pedro Paulo Dias; VIEIRA, Ricardo da Silva; RIBEIRO, Vanessa; COZAC, Erasmo Eustáquiol. **Consequências da Gravidez na Adolescência:** uma sociedade conservadora. Congresso Internacional de Pesquisa, Ensino e Extensão, v.2, 2018.

SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel; COOK, Stuart Wellford. **Métodos de Pesquisa das Relações Sociais.** São Paulo: Herder, 1965.

SILVA, Macilene Severina da; SILVA, Marcelo Rodrigues da; ALVES, Maria de Fátima Paz. **Sexualidade e Adolescência:** é preciso vencer os tabus. 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Belo Horizonte, 2004.

SILVA, Silvana Cruz da. **A Influência Sociocultural na Vivência da Sexualidade das Adolescentes.** Dissertação de Mestrado - Santa Maria, 2013.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Prevenção da Gravidez na Adolescência.** Departamentos Científicos de Adolescência e Infectologia. Janeiro, n. 11, 2019.



11 e 12 de nov. de 2021  
ISBN: 2177-1103.

SPANIOL, Claudia; SPANIOL, Mayra Muller; ARRUDA, Sonimary Nunes.  
**Gravidez na Adolescência e Educação Sexual:** percepções de alunas do ensino médio de um município da Serra Catarinense. Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, Santa Catarina, p.61-64, 2019.



**PROGRAMA JUSTIÇA INCLUSIVA (JINC): A TRANSFORMADORA  
PARCERIA INTERINSTITUCIONAL QUE ASSOCIA A CONCESSÃO DE  
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A TRATAMENTO ESPECIALIZADO  
PARA SEGURADOS DEPENDENTES QUÍMICOS**

Claudia Fernanda Veiga de Mendonça<sup>1</sup>  
Eugélio Luis Muller<sup>2</sup>  
Karin Cristine Lautenschleger<sup>3</sup>  
Luciano Augusto de Oliveira Paz<sup>4</sup>

**RESUMO**

O presente trabalho possui como tema o auxílio-doença para dependentes químicos, a partir da análise do Programa Justiça Inclusiva (JINC). Iniciativa pioneira realizada no âmbito do Justiça Federal do Rio Grande do Sul, o Programa é uma parceria interinstitucional que associa a concessão de benefícios previdenciários a segurados do INSS dependentes químicos mediante a continuidade comprovada do tratamento especializado. O problema que motivou esse estudo foi a constatação de que, por vezes, número considerável desses benefícios é concedido sem que, ao final do período fixado, tenha cumprido seu propósito. Destarte, analisa-se em que medida o Programa Justiça Inclusiva pode contribuir para trazer uma solução mais apropriada e efetiva aos casos que envolvam a concessão de auxílio-doença para dependentes químicos. A caracterização do estudo é teórica-empírica, com tratamento qualitativo dos dados, sendo pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso, e método de abordagem sistêmico. Inferiu-se com a pesquisa que o Programa Justiça Inclusiva é exemplo de prática a ser seguida. Os seus resultados demonstram o sucesso dessa abordagem de aplicação multifocal com ajuda e participação de diversas instituições de maneira cooperativa. Em um tempo onde cada vez mais despontam e são incentivados os meios adequados de solução de conflitos, a iniciativa permite a recuperação da saúde

<sup>1</sup> Mestranda em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Cerro Largo. Pós-graduada em Direito Previdenciário e Direito do Trabalho pela Faculdade CNEC Santo Ângelo. Bacharel em Direito pela Fundação Educacional Machado de Assis – FEMA Santa Rosa. Advogada. E-mail: claudia15.fernanda@hotmail.com.

<sup>2</sup> Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela UNISINOS. Servidor Público na Justiça Federal do Rio Grande do Sul. Professor em cursos de Pós-Graduação e Atualizações. E-mail: eugeliolm@gmail.com.

<sup>3</sup> Pós-graduada em Direito Público pela Escola Superior da Magistratura Federal do Rio Grande do Sul – ESMAFE/RS e Universidade de Caxias do Sul – UCS. Pós-graduada em Direito Previdenciário pela Faculdade Legale. Pós-graduada em Direito Sistêmico pela Hellinger Schule e Faculdade Innovare. Bacharel em Direito pela Fundação Educacional Machado de Assis – FEMA Santa Rosa. Advogada (OAB/RS 103.312) e Conciliadora Judicial. E-mail: karincristinel@hotmail.com.

<sup>4</sup> Mestre em Direito pela URI, sendo bolsista PROSUC/CAPES. Especialista em Direito Público pela EBRADI/UNA. Bacharel em Direito pela FEMA. Professor dos Cursos de Graduação e Superiores em Tecnologia FACOL. Professor-Autor do Estratégia Concursos. Advogado (OAB/RS 103.642). E-mail: lucianoaugustopaz@gmail.com.

e da capacidade laborativa, além da dignidade, possibilitando novos olhares de todos os envolvidos, inclusive com a retomada de vínculos familiares.

Palavras-chave: Auxílio-Doença - Dependência Química - Programa Justiça Inclusiva - Conciliação.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por escopo estudar o auxílio-doença, possuindo como delimitação o auxílio-doença para dependentes químicos. Sabe-se que a concessão desse benefício pretende assegurar temporariamente a manutenção dos recursos necessários para a vida (do segurado e dependentes), possibilitando que o segurado trate sua doença e recupere a saúde (nesse caso, superando o vício), readquira a sua capacidade laborativa e volte a trabalhar. Assim, com o retorno à atividade, terá novamente garantido o seu sustento e voltará a verter contribuição para o INSS. Contudo, há casos em que isso não acontece, sendo a não realização do tratamento de maneira adequada (ou até a inexistência de tratamento) um dos motivos frequentes.

Nesse sentido, analisar-se-á o Programa Justiça Inclusiva, uma iniciativa pioneira realizada no âmbito do Justiça Federal do Rio Grande do Sul em parceria com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Procuradoria Federal e Ministério Público Federal, que propõe a concessão do benefício por incapacidade aos segurados dependentes químicos de maneira vinculada ao tratamento. Destarte, indaga-se em que medida o Programa Justiça Inclusiva pode contribuir para trazer uma solução mais apropriada e efetiva aos casos que envolvam a concessão de benefícios previdenciários para dependentes químicos.

Justifica-se a presente pesquisa por tratar de questão jurídica e social bastante relevante, diante do crescente número de dependentes químicos e que requerem a concessão dessa espécie de benefício. A viabilidade do estudo constrói-se na possibilidade de acesso aos aportes teóricos e dados já obtidos no decorrer do Programa que respondem à pergunta suscitada nessa pesquisa. O tema é de extrema importância e, ao mesmo tempo, muito atual, porquanto

cada vez mais despontam e são incentivados os meios adequados de solução de conflitos, tendo em vista que as soluções judiciais tradicionais, em muitos casos, não têm conseguido solucionar satisfatoriamente todas as questões levadas a apreciação jurisdicional.

No que se refere à metodologia que orienta a pesquisa, tem-se que esta é caracterizada, quanto a sua natureza, por ser uma pesquisa teórica, onde se faz uma revisão bibliográfica dos dados, bem como empírica, ante a análise dos resultados do Programa estudado. Trata-se, portanto, de pesquisa básica e aplicada. Quanto à abordagem do problema e à forma de tratamento de dados, é qualitativa, pois a pesquisa se preocupa com a qualidade dos dados nela expostos. Do ponto de vista de seus objetivos, trata-se de pesquisa exploratória, e quanto aos procedimentos técnicos, classifica-se como pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso. Outrossim, o método de abordagem utilizado neste estudo é o método sistêmico.

Por oportuno, cumpre referir que o estudo proposto no presente artigo será dividido em três tópicos. Inicialmente, abordar-se-á o conceito, a origem e a finalidade do Programa Justiça Inclusiva. Após, discorrer-se-á sobre o funcionamento do JINC, os requisitos para participação, suas conciliações e peculiaridades. Por fim, será realizada uma análise acerca dos resultados do Programa objeto desse estudo. Tudo conforme será exposto a seguir.

## **1 REFERENCIAL TEÓRICO**

É notório que os meios alternativos ou, como mais recentemente têm sido chamados, meios adequados de solução de conflitos, a cada dia vêm ganhando mais força e espaço. O Código de Processo Civil Brasileiro (CPC) corrobora com tal anseio, ao fomentar a resolução de conflitos por meio da autocomposição em inúmeros artigos, a exemplo dos arts. 3º, 319 e 334. A conciliação é uma dessas formas alternativas.

Assim, é cada vez mais necessária a adoção de meios que satisfaçam o interesse das partes, bem como facilitem o diálogo e a compreensão sobre o

litígio, a fim de evitar um processo lento e burocrático. Busca-se tomar medidas mais efetivas, eficazes e adequadas ao caso específico. Exemplo disso é o Programa<sup>1</sup> Justiça Inclusiva (JINC), executado de forma pioneira pela 26ª Vara Federal de Porto Alegre - RS, a primeira especializada em conciliação no Brasil, e que visa solucionar os conflitos que envolvem o INSS e seus segurados dependentes químicos que ingressam com ações judiciais requisitando auxílio-doença.

Insta destacar que o Programa Justiça Inclusiva recebeu, em 2017, uma menção honrosa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) referente ao Prêmio Conciliar é Legal (CNJ, 2017). Como ressaltado na própria página do Prêmio Inovare, “Há um interesse, para além de solucionar a lide e evitar novos litígios, de contribuir com a transformação pessoal e social dos indivíduos e de suas comunidades.” (INNOVARE, s.d, n.p.).

A iniciativa oportuniza aos dependentes químicos a realização de tratamento de saúde adequado para que seja possível retomar seus vínculos afetivos, assim como retornar ao mercado de trabalho. Nesse contexto, passa-se a discorrer acerca do referido programa, sua origem, seus aspectos gerais e, por fim, seus resultados.

## 2.1 CONCEITO, ORIGEM E FINALIDADE DO PROGRAMA JUSTIÇA INCLUSIVA (JINC)

Iniciado em dezembro de 2015 e inspirado no modelo de mediação transformativa, o Programa Justiça Inclusiva da Justiça Federal do Rio Grande do Sul – JFRS trouxe a dimensão da humanização do sistema de justiça, com vistas à qualificação da prestação jurisdicional por meio de um trabalho transdisciplinar (TRF4, 2018a, p.1).

Trata-se de um programa iniciado pelo Planejamento Estratégico da Direção do Foro da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, “[...] com o propósito

---

<sup>1</sup> O Programa Justiça Inclusiva (JINC) recebeu, inicialmente, a denominação de *Projeto* Justiça Inclusiva, motivo pelo qual em algumas citações permanecerá a referência a tal nomenclatura.

de aprimorar a prestação jurisdicional nas ações previdenciárias de benefício por incapacidade decorrentes do uso de álcool ou drogas.” (CNJ, 2021, n.p.).

Coordenado pelo Poder Judiciário, o programa envolve a atuação de médicos psiquiatras, assistentes sociais e, após a realização de acordo com o INSS, o encaminhamento para tratamento na Rede Municipal de Atendimento da Saúde Mental de segurados com dependência de substâncias psicoativas e que são partes em processos de concessão de benefício previdenciário de auxílio-doença (TRF4, 2018a, p. 2).

O Programa surgiu de um consenso estabelecido entre a Justiça Federal, o INSS, representado pela Procuradoria Federal, e o Ministério Público Federal, no sentido de que “[...] era imprescindível fosse dado um tratamento adequado a demandas de concessão de benefício previdenciários por incapacidade envolvendo dependentes químicos.” (TRF4, 2018a, p.1).

Assim, o Justiça Inclusiva não restringe seu foco ao aspecto financeiro, mas busca trabalhar a questão de maneira integral, contribuindo para a melhora das condições de saúde, de vida e de trabalho dos autores com quadros de dependência química, por meio da “[...] atuação em rede envolvendo as políticas intersetoriais – órgãos federais – Justiça Federal, INSS, AGU – Procuradoria Federal e MPF – e a Rede de Atenção Psicossocial/SUS.” (TRF4, 2018a, p.2).

Para que tal finalidade seja atingida, dentro do programa a concessão do benefício é acompanhada de uma proposta de realização de tratamento na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Esse requisito permite uma atuação na melhora das condições de saúde e de vida, o que trará reflexos na recuperação da capacidade do autor (segurado da Previdência Social) para o desempenho de seu trabalho e atividades habituais. (TRF4, 2018a, p.3).

Nesse ponto, necessário ressaltar as duas informações importantes e que caracterizam sobremaneira o Justiça Inclusiva.

A primeira é que, necessariamente, o segurado participante do Programa deverá realizar tratamento na Rede Pública de Saúde, ou seja, no SUS, uma vez que é esse o mecanismo de controle da efetiva adesão ao tratamento. Não há vedação à realização de tratamentos complementares, seja em clínicas, casas

terapêuticas ou qualquer outro meio na esfera privada, ficando a sua realização a critério da parte autora. O que não pode ocorrer, em hipótese alguma, é o abandono<sup>1</sup> do tratamento indicado no sistema público de saúde. Se for constatado o abandono, o beneficiário é desligado do programa, sendo vedado novo ingresso a ele no futuro.

Além disso, a segunda informação relevante é que, dentro do Programa, o benefício previdenciário é recebido por um período maior ao que normalmente seria fixado. O acordo garante a percepção do auxílio-doença por até 12 meses, sendo esse o limite de conciliação para o INSS. Durante esse período, não será necessária a realização de novas perícias, apenas a efetiva adesão aos requisitos do programa.

A seguir, discurrir-se-á detalhadamente acerca das minúcias do Programa.

## 2.2 FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA JUSTIÇA INCLUSIVA, CONCILIAÇÕES E PARTICULARIDADES

Após a seleção dos processos cuja pretensão verse sobre concessão de benefício por incapacidade, e antes da citação, o autor dependente químico é encaminhado para a realização de perícia médica com perito psiquiatra integrante do Programa. Se constatada a incapacidade para o trabalho em razão de doença psiquiátrica relacionada ao uso de substâncias psicoativas e desde que o autor preencha os requisitos que lhe confirmam direito ao benefício, quais sejam, tem qualidade de segurado e implementa carência, ocorre o encaminhamento do processo ao Programa (TRF4, 2018a, p. 4).

Para isso, deve haver a sugestão clara e objetiva de inclusão no programa pelo perito, e não indicação da Data de Cessação do Benefício (DCB) sem tratamento. Saliencia-se que autores cujas comorbidades sejam preponderantes (i.e. retardo mental, esquizofrenia, causas orgânicas e afins), ou que não

---

<sup>1</sup> Note-se que o que se veda é o abandono do tratamento, não eventual recaída. A ocorrência de recaída e não comparecimento ao tratamento por algum(ns) dia(s) não implicará em desligamento do programa, contanto que o segurado retome o tratamento e atendimento tão logo lhe seja possível.



manifestam qualquer intenção de tratamento, são encaminhados para as conciliações regulares (TRF4, 2019a, p. 6).

A etapa seguinte consiste na perícia psicossocial, realizada por profissional assistente social com formação e experiência em saúde mental e dependência química, o qual acompanha o autor do processo até o final (TRF4, 2018a, p 4).

No que se refere a perícia social, assim que confirmada a possibilidade em tese de acordo, é nomeado assistente social e efetuado agendamento para a entrevista. Sublinhe-se que a nomeação é para atuação específica em cada processo, como se perito fosse. Assim, o acompanhamento acontecerá desde o ingresso do autor no Programa Justiça Inclusiva até o seu desligamento (TRF4, 2019a, p. 6).

A entrevista social tem por finalidade apreender a situação social do segurado, observando a sua rede de apoio familiar e sua intenção de se tratar, bem como seu ânimo de trabalhar e experiência profissional. Além disso, é um momento que busca a criação de um vínculo do segurado com o profissional que o orientará futuramente, caso haja acordo e tratamento vinculado ao benefício (TRF4, 2019a, p. 6).

Pode-se dizer que a entrevista social será fator determinante para a participação ou não no Programa Justiça Inclusiva, visto que, com base nos dados nela obtidos, o assistente social pode recomendar a não inclusão no programa. Assim, após realizar o cotejo entre as informações psiquiátricas do laudo médico com as percepções do entorno social do segurado obtidas na entrevista, se concluir que o programa não puder trazer benefícios ao autor, recomendará a sua exclusão do programa. Após a exclusão, o processo poderá ser incluído em acordo padrão ou seguir seu trâmite processual regular, com sentença (TRF4, 2019a, p. 6)

Como já referido, um profissional da assistência social acompanha o autor, sendo nomeado para atuação específica como se perito fosse, assim que confirmada a possibilidade em tese do acordo. Esse acompanhamento acontece

desde o ingresso do autor no Programa Justiça Inclusiva até o seu desligamento e passa pelas seguintes etapas:

1 - Entrevista social

- Entrevista inicial com autor para avaliação diagnóstica inicial, sensibilização para enfrentamento da dependência química e adesão ao tratamento, com a presença do autor e de um familiar.

2- Identificação do serviço de tratamento para encaminhamento do Paciente

- Articulação com a RAPS para encaminhamento do autor ao tratamento.

- Garantir acesso à avaliação e a tratamento em Serviço especializado de Saúde Mental vinculado ao SUS e no território do sujeito.

3 – Tendo havido acordo entre as partes (segurado e INSS), tem início o acompanhamento e monitoramento da evolução do tratamento do autor junto à Rede de Atenção Psicossocial-RAPS

- Avaliação do processo de cuidado, das condições do quadro e das demandas do sujeito em cada caso.

- Alinhamento técnico de acordo com o preconizado pela política de saúde.

- Identificação de situações que demandem encaminhamento para MPF outros órgãos em âmbito Federal.

4- Acompanhamento do tratamento do Paciente

- Melhora da funcionalidade e da qualidade de vida do sujeito.

- Tratamento das comorbidades existentes.

- Melhora da qualidade das relações com as pessoas com quem o sujeito convive, com a família e com a sociedade.

- Prevenção de agravos de saúde e prejuízos da funcionalidade do sujeito.

- Prevenção de delitos e consequente privação de liberdade.

- Estímulo à autonomia do sujeito.

- Apoio para o bom uso do recurso financeiro advindo do benefício.

- Avaliação quanto à possibilidade de retorno ao trabalho ou para a realização de qualificação profissional. (TRF4, 2018a, p. 4-5).

Nota-se que, mesmo antes da audiência de conciliação, já acontece a identificação do serviço de tratamento para encaminhamento do paciente. Nesse momento, o profissional da assistência social realiza a articulação com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) para o encaminhamento do autor à unidade de saúde em que possa realizar o tratamento (TRF4, 2018a, p. 5).

Após a realização de avaliação pelo perito médico psiquiatra e pelo assistente social, e com a identificação do serviço de tratamento para encaminhamento do autor, ocorre a audiência para tentativa de conciliação (TRF4, 2018a, p. 5), que contará com a presença do autor, curador, advogado,

INSS e um conciliador facilitador. Essa audiência envolverá, basicamente, três aspectos:

- 1 – a concessão do benefício previdenciário, a manutenção do pagamento mensal do benefício sem a necessidade de realização de nova perícia pelo prazo máximo de 12 meses e as condições para o pagamento da integralidade das parcelas vencidas
- 2 – o interesse na realização do tratamento na Rede de Atendimento já indicada e pelo prazo sugerido na perícia médica, período durante o qual o benefício permanecerá ativo;
- 3 – a indicação de uma pessoa que fique como responsável pelo recebimento e administração dos recursos do benefício previdenciário e das parcelas vencidas enquanto o autor permanecer em tratamento. (TRF4, 2018a, p. 5-6).

Em resumo, pode-se dizer que o Programa Justiça Inclusiva possui três aspectos que são seus grandes diferenciais, quais sejam: possibilidade do pagamento de atrasados e de até 12 meses de benefício previdenciário de auxílio-doença sem necessidade de novas perícias, a realização de tratamento na rede pública de saúde<sup>1</sup> e a indicação de pessoa a ser nomeada curadora especial, a qual administrará os recursos recebidos pelo tempo em que o autor estiver em tratamento. No momento da audiência enfatiza-se, sobretudo, “[...] a vinculação da proposta do INSS ao tratamento de saúde junto às unidades de saúde públicas.” (TRF4, 2019a, p. 8).

A proposta apresentada pelo INSS, em geral, compreende o pagamento de 100% dos atrasados de forma parcelada (2, 3 ou 4 parcelas), com levantamento de valores por alvará, bem como a concessão de benefício pelo prazo de 12 meses (TRF4, 2019a, p. 8). A opção pelo parcelamento do pagamento costuma servir de incentivo à adesão ao tratamento pelo segurado, bem como serve de garantia de que a autarquia previdenciária será ressarcida caso exista algum recebimento indevido em caso de descumprimento do acordo por abandono.

Imperioso destacar que, para o recebimento dos valores em atraso, assim como para a gestão do benefício pelos 12 meses, é indispensável a nomeação

---

<sup>1</sup> Conforme dados do final de 2018, esta rede abrangia, naquele momento, 52 municípios e 76 serviços, sendo 72 localizados no Rio Grande do Sul (TRF4, 2018b, s.p.).

de um curador especial no ato da audiência, como já referido anteriormente (TRF4, 2019a, p. 8). Ressalta-se que a nomeação de curador não implicará em interdição do segurado, tampouco faz-se necessária a sua interdição, tendo a nomeação do curador efeitos apenas para o recebimento e gestão desses valores.

Sendo notório que questões financeiras podem ocasionar angústias e aflições, a figura do curador especial evita ou ameniza essas preocupações ao segurado, que poderá ocupar-se única e exclusivamente com a sua adesão ao tratamento, focando em sua saúde e recuperação. Ademais, evita recaídas pela simples facilidade ou dificuldade de acesso aos recursos financeiros.

O curador especial deve ser alguém aceito e indicado pelo segurado como de sua confiança. Salvo raras exceções, geralmente é uma pessoa da família que já foi recomendada pela assistente social no próprio laudo. Oportuno advertir que o curador é alertado quanto a sua importância e ônus da incumbência de representar o autor quanto aos valores do benefício e atrasados, além das retiradas de alvarás futuros (TRF4, 2019a, p. 8). Nesse sentido, é imprescindível que o curador concorde expressamente em exercer essa função para que possa haver a sua nomeação no ato da audiência.

Embora os valores sejam devidos *ao segurado* pelas suas contribuições previdenciárias, a pessoa nomeada como curador especial receberá o valor do benefício e das parcelas em atraso *em nome próprio* (SANTOS, 2018, p. 31), porém em uma conta criada especificamente com esse propósito, a fim de facilitar os trâmites e movimentações. Desta forma, também não haverá perigo algum de confusão de valores, caso o curador especial já receba algum benefício previdenciário em nome próprio.

Como já referido, a assistente social é responsável pela identificação do serviço de tratamento e pela articulação com a RAPS para encaminhamento do autor ao tratamento, o que é realizado previamente à audiência conciliatória.

Assim, no que se refere ao tratamento, “Na ocasião da audiência, o autor recebe um documento que o encaminha à unidade de saúde de sua região para dar início a seu tratamento, normalmente em Serviço especializado de Saúde

Mental vinculado ao SUS.” (SANTOS, 2018, p. 32-33). Caso o segurado já esteja em tratamento em alguma unidade de atendimento da rede pública, geralmente o local permanece o mesmo para que seja dada continuidade ao tratamento que vem sendo realizado, conforme a orientação do profissional responsável.

Embora pareça evidente, ainda na audiência conciliatória o segurado é alertado sobre a impossibilidade de trabalhar durante o período em que estiver em gozo do benefício, bem como que o Programa Justiça Inclusiva aceitará a sua participação apenas uma vez (TRF4, 2019a, p. 9). Além disso, é esclarecido que, caso surja oferta de trabalho antes do término do período e o autor já se sinta apto a trabalhar, bem como que a recomendação médica for favorável, é factível informar tal possibilidade nos autos, sendo encerrado o benefício.

Aceito e homologado o acordo, será determinada a implantação do benefício pelo INSS e início de seu pagamento mensal, bem como ordenada a expedição de Requisição de Pequeno Valor – RPV – para o pagamento das parcelas vencidas. Inicia-se o período de tratamento e acompanhamento na RAPS (TRF4, 2018a, p. 6)

Na fase de cumprimento do acordo, o acompanhamento é realizado pelo assistente social responsável pelo caso, sob supervisão da unidade. É esse profissional quem entra em contato com a rede pública de saúde para verificar a frequência do autor. O assistente social fará a prestação de contas nos autos nesse período, informando sobre a frequência e outras ocorrências relevantes ao acordo (TRF4, 2019a, p. 7).

Caso haja notícia do descumprimento do acordo no que tange ao comparecimento na rede pública de saúde, o assistente social tem o dever de realizar a comunicação imediata nos autos. Em caso de evasão<sup>1</sup> do tratamento, o juízo despacha com abertura de prazo para que o autor se manifeste quanto ao noticiado, apresentando justificativa. Salvo justificativa plausível, é determinada a cessação do benefício ao INSS, hipótese na qual os atrasados permanecerão sendo pagos da maneira originalmente acordada (parcelada),

---

<sup>1</sup> Oportuno ressaltar, novamente, que eventual recaída e ausência do tratamento por algum dia não caracteriza descumprimento do acordo, ao contrário da efetiva evasão e/ou de trabalho concomitante ao recebimento do benefício.

com uma ressalva: “[...] havendo alguma competência recebida já sem adesão ao tratamento será descontado dos valores residuais do depósito.” (TRF4, 2019a, p. 9).

Uma atuação adicional do assistente social é a entrevista que ocorre por volta dos 6 (seis) meses de acompanhamento, quando se atinge metade do tratamento, motivo pelo qual é denominada “entrevista-meio”. Tal entrevista, da mesma forma que a perícia social, ocorre na sede da Justiça Federal. Contudo, não se trata de nova perícia, mas sim de uma conversa com o autor sobre “[...] a evolução de seu tratamento, possíveis dificuldades enfrentadas, se de fato está comparecendo de forma assídua aos atendimentos, consultas e grupos agendados e se estes dispositivos de cuidado estão colaborando com sua recuperação.” (SANTOS, 2018, p. 32).

Além de buscar situar o autor em seu tratamento, indagando se o mesmo percebe melhoras e se possui motivação para a continuidade do tratamento no Serviço de Saúde, questiona-se se possui planos para o retorno ao mercado de trabalho após o término do acordo. Dessa forma, ainda na entrevista-meio, o autor é questionado sobre o seu interesse na realização de cursos de qualificação profissional (SANTOS, 2018, p. 33). Caso o segurado tenha condições e manifeste intenção de participar, o assistente social oferece algum dos cursos conveniados sem custo pela Justiça (SENAC, SENAI, EJA vinculado à prefeitura, etc). Contudo, a matrícula em curso não é vinculada ao acordo (TRF4, 2019a, p. 7). Um convênio firmado com o SENAC, por exemplo, permite a participação em cursos profissionalizantes nas áreas de gastronomia, informática e beleza (TRF4, 2019b s.p.). Na prática, observa-se que a possibilidade de realização de curso de qualificação profissional pelos autores é causa de grande motivação à adesão ao acordo e ao tratamento.

Se na entrevista-meio verificar-se que há interesse e condições do autor em realizar algum dos cursos disponíveis, “[...] a assistente social deverá comunicar esse fato nos autos e entrar em contato com o serviço social da Seção Judiciária para detalhes.” (SANTOS, 2018, p. 32). Caso exitosa a solicitação de



reserva de vaga, “o autor inicia o curso ainda durante o período de benefício prefixado no acordo” (SANTOS, 2018, p.33).

Ao final do período do acordo, caso o segurado não se sinta apto para o retorno ao trabalho, deve procurar o INSS pela via administrativa, uma vez que não é possível a prorrogação do benefício pela via judicial por prazo maior do que os 12 meses acordados.

### 2.3 AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DO PROGRAMA JUSTIÇA INCLUSIVA

Desde que iniciou, em Porto Alegre, já foram firmados mais de 916 acordos em processos dentro do Programa, sendo a taxa de evasão no tratamento de apenas 4% (CNJ, 2021, s.p.). A alta taxa de adesão ao tratamento, em torno de 96% é destaque, uma vez que conforme a literatura médica, a média costuma ficar entre 30% a 70%. Além disso, é perceptível “[...] a redução da taxa de mortalidade relacionada à dependência química e a melhoria, ou estabilidade, das condições de saúde do beneficiado.” (JUSTIÇA... 2017, n.p.).

Nesse sentido, a equipe de profissionais do Programa realizou, no primeiro semestre de 2019, um estudo com 50% das pessoas que terminaram a participação no programa em 2018, totalizando 71 participantes, entre autores e familiares. De acordo com essa pesquisa exploratória, o Programa

[...] proporcionou o acesso à tratamento especializado junto à rede pública a 100% dos participantes; contribuiu para a recuperação da capacidade de trabalho em 74,7%; preveniu a rejudicialização em 73,2%; estimulou a manutenção do tratamento após o encerramento da participação no Programa em 76,1%. (TRF4, 2019b, n.p.).

Ainda, oportuno mencionar que não houve nenhum caso de segurado participante do programa detido por ilícito criminal no período. Para se ter uma ideia, atualmente, mais de 60 autores estão cumprindo acordos do Programa Justiça Inclusiva apenas na subseção de Porto Alegre, acompanhados das assistentes sociais nomeados para o caso e em tratamento (CNJ, 2021, n.p.).

Percebe-se que os dados obtidos comprovam os resultados assertivos e favoráveis do Programa. Uma das responsáveis pelo JINC, a Magistrada Ana Inés Algorta Latorre, ressalta perceber o retorno positivo das pessoas, que “[...] valorizam muito o projeto, no sentido de que ele proporcionou o acesso ao tratamento para muitas pessoas que não o tinham.” (JUSTIÇA, 2017, n.p.). Corrobora com tal percepção o depoimento de Taís Mendes, técnica em enfermagem participante do Programa, que declarou na reunião de encerramento de sua “turma” que o Justiça Inclusiva possibilitou que ela desse continuidade ao seu tratamento, custeando passagens e medicamentos: “Hoje em dia eu frequento diariamente grupos no ambulatório Álvaro Alvim, no NAA, e faço terapia três vezes na semana, e me dedico totalmente ao tratamento”, relatou sorridente (TRF4, 2019b).

A Procuradora Federal Eunice Maria Ludwig Chedid, responsável pela atuação da autarquia previdenciária nos processos, afirma que o Justiça Inclusiva beneficia tanto o INSS, quanto o indivíduo segurado e a sociedade como um todo:

O Projeto Justiça Inclusiva é muito benéfico para o INSS no sentido de que, no momento em que o segurado é enviado efetivamente para um tratamento, tendo ele uma efetiva possibilidade de recuperação, é provável que ele não tenha necessidade de voltar às filas do INSS e necessitar de outro benefício pelo fato de já estar recuperado.

[...]

Ver nessas pessoas, as vezes pela primeira vez, a esperança de uma recuperação é muito gratificante. Então realmente é uma atuação gratificante como procuradora porque se vai além do processo, se dá um olhar para o segurado, que é a forma eu acho que como o poder público chega na vida das pessoas.

[...]

Então nesse momento o Projeto Justiça Inclusiva, unindo essas forças, olhando para esse segurado e, talvez pela primeira vez encaminhando ele para um tratamento efetivo, é possível sim que ele consiga se recuperar, consiga voltar para a vida social, para a vida em família e para o trabalho. (JUSTIÇA, 2017, n.p.).

O Magistrado Eduardo Picarelli ressalta que se trata de um Programa que traz benefícios a todos: "A melhora do dependente químico se reflete em todo o seu núcleo familiar, no seu local de trabalho, nos ambientes em que ele se

insere. Evita que, eventualmente, ele possa se desviar para a criminalidade. Ganham todos.” (JUSTIÇA, 2017, n.p.).

A partir da participação no Programa, realização do tratamento especializado e progressiva melhora, os segurados participantes passam a ver uma oportunidade de retorno ao mercado e retomada de sua vida. “Meus planos agora são retornar ao trabalho, retomar minha autonomia, minha confiança e seguir em frente”, declarou a participante Tais Mendes no encerramento da sua “turma.” (TRF4, 2019b, n.p.).

A última reunião de encerramento de um grupo do Justiça Inclusiva realizada no final do ano de 2019, comprovou o acerto do programa, possibilitando testemunhar a recuperação da saúde, da dignidade e também dos vínculos familiares dos participantes, os quais são, frequentemente, vítimas de muito preceito social (TRF4, 2019b).

Em 2020 e 2021, em razão da pandemia da covid-19, o atendimento externo ficou limitado. Contudo, o JINC seguiu suas atividades realizando reuniões, entrevistas sócias e sessões de conciliação em meio digital, obtendo ótimos resultados (TRF4, 2020).

## CONCLUSÃO

O intuito deste estudo foi examinar em que medida o Programa Justiça Inclusiva pode contribuir para trazer uma solução mais apropriada e efetiva aos casos que envolvam a concessão de benefício previdenciário para dependentes químicos. Para desenvolvimento desta pesquisa, buscou-se guardar nos aportes teóricos atinentes à matéria, bem como no acompanhamento e análise do Programa.

Para tanto, realizou-se, inicialmente, o exame do Programa Justiça Inclusiva da Justiça Federal do Rio Grande do Sul, demonstrando que se trata de iniciativa que vem ao encontro da ideia de uma solução mais efetiva, permitindo que o segurado receba o benefício do auxílio-doença por um período maior, sem necessidade de novas perícias, e ao mesmo tempo garante que fará

o tratamento. Assim, a iniciativa oportuniza aos dependentes químicos a realização de tratamento de saúde adequado para que seja possível retomar seus vínculos afetivos, bem como retornar ao mercado de trabalho.

Constatou-se, na sequência, que o modelo adotado pelo programa é perfeitamente replicável em todas as esferas, tanto em Subseções da Justiça Federal quanto na Justiça Estadual, nos casos em que esta atua por jurisdição delegada nos processos previdenciários. Além disso, demonstrou-se que o Programa possui três aspectos que são seus grandes diferenciais, quais sejam, a possibilidade de pagamento de parcelas atrasadas de forma integral e de até 12 meses de benefício previdenciário sem necessidade de novas perícias, a obrigatoriedade de realização de tratamento e acompanhamento na rede pública de saúde e, por fim, a nomeação de curador especial para a administração dos valores recebidos pelo tempo em que o autor estiver em tratamento, sem a necessidade de interdição. Dessa forma, aferiu-se que essas particularidades, em conjunto, tornam-no singular e são fundamentais para o sucesso da iniciativa.

Por fim, o estudo é concluído com a avaliação de resultados do Justiça Inclusiva, restando comprovado o acerto do programa, o qual possibilita testemunhar a recuperação da saúde, capacidade laborativa e dignidade dos participantes, além de propiciar o restabelecimento dos vínculos familiares. Entre os resultados, destacam-se a altíssima taxa de adesão ao tratamento (96%); a redução da taxa de mortalidade relacionada à dependência química; melhoria, ou estabilidade, das condições de saúde do beneficiado; acesso a tratamento especializado junto à rede pública (100%); recuperação da capacidade de trabalho (74,7%); prevenção da rejudicialização (73,2%) e estímulo à manutenção do tratamento após o encerramento da participação no Programa (76,1%).

Por todo o exposto, restou evidenciado que o Programa Justiça Inclusiva é exemplo de prática a ser seguida, tendo demonstrado em seus resultados o sucesso dessa abordagem de aplicação multifocal com ajuda e participação de diversas instituições de maneira cooperativa. Os esforços conjuntos de uma equipe técnica especializada, a possibilidade de período para tratamento focado

na Rede de Atenção Psicossocial e o acompanhamento constante do tratamento aumentam as chances de obter resultados bastante positivos e promissores. Mais do que restringir seu foco ao aspecto financeiro, o Justiça Inclusiva busca dar um tratamento adequado ao conflito, permitindo novos olhares de todos os envolvidos e possibilitando que o tratamento tenha maior efetividade.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm)>. Acesso em: 02 abr. 19.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Oferecida pela Justiça Federal do Rio Grande do Sul, Justiça Inclusiva Completa Seis Anos**. [S.l.: s.n.], 2021. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/oferecida-pela-justica-federal-do-rio-grande-do-sul-justica-inclusiva-completa-seis-anos/> Acesso em: 02 nov. 21.
- INNOVARE - INSTITUTO INNOVARE. **Justiça Inclusiva**. Disponível em: <<https://www.premioinnovare.com.br/praticas/5266>>. Acesso em: 8 ago. 2019.
- JUSTIÇA, Inclusiva - depoimento da equipe. Porto Alegre: **Justiça Federal do Rio Grande do Sul, 2017**. (4min.53s), son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xPkwvo-l9GY>>. Acesso em: 9 ago. 2019.
- SANTOS, Janylle Vaskievicz. **A Concessão de Benefício por Incapacidade para Dependentes Químicos**: uma análise do Projeto Justiça Inclusiva. 2018. Monografia (Graduação em Direito) – Fundação Escola Superior do Ministério Público. Porto Alegre, 2018.
- TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO (TRF4). Sessão Judiciária do Rio Grande do Sul. **Justiça Inclusiva**: quatro anos de bons resultados e qualificação na prestação Jurisdicional. [S.l.: s.n.], 2019b. Disponível em: <<https://www2.jfrs.jus.br/noticias/justica-inclusiva-quatro-anos-de-bons-resultados-e-qualificacao-na-prestacao-jurisdicional/?fbclid=IwAR27Tgpx9QgQoo4H55K-QHXzedA70r7cPEOQ7EJ-pd5K2e6SSSYtYtzEFMs>>. Acesso em: 2 ago. 20.
- TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO (TRF4). **Sessão Judiciária do Rio Grande do Sul**. 26ª Vara Federal de Porto Alegre. Justiça Inclusiva – Implantação e gerenciamento. Porto Alegre: 2019a.
- TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO (TRF4). Sessão Judiciária do Rio Grande do Sul. **Programa Justiça Inclusiva completa cinco anos**

**com expansão para o interior e excelentes resultados.** [S.l.: s.n.], 2020.

Disponível em:

<https://www2.jfrs.jus.br/noticias/programa-justica-inclusiva-competencia-cinco-anos-com-expansao-para-o-interior-e-excelentes-resultados/> Acesso em: 02 nov. 21.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO (TRF4). **Sessão Judiciária do Rio Grande do Sul.** Projeto Estratégico – Justiça Inclusiva. Porto Alegre: 2018a.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO (TRF4). **Sessão Judiciária do Rio Grande do Sul.** Projeto Justiça Inclusiva completa três anos com excelentes resultados. Porto Alegre: 2018b. Disponível em:  
<<https://www2.jfrs.jus.br/noticias/projeto-justica-inclusiva-completa-tres-anos-com-excelentes-resultados/>>. Acesso em: 08 ago. 2019.



## RESPONSABILIDADE POR ABANDONO AFETIVO EM RAZÃO DA ORIENTAÇÃO SEXUAL

Pietro von Borowski<sup>1</sup>  
Maiara Elchik da Silva<sup>2</sup>  
Bianca Tams Diehl<sup>3</sup>

### RESUMO

O tema do presente artigo é o abandono afetivo e a vulnerabilidade das minorias sexuais. A delimitação temática desse estudo é a possibilidade de responsabilização dos genitores na reparação de danos extrapatrimoniais em decorrência da rejeição ocasionada pela revelação e/ou descoberta da orientação sexual dos filhos. A pergunta que norteia a pesquisa repousa no seguinte questionamento: É possível a reparação de danos morais ocasionados pelos pais aos seus filhos, decorrentes da rejeição afetiva ou social pela orientação sexual ou outro aspecto de gênero ou sexualidade? O objetivo geral é verificar a existência de obrigação de reparação de danos, baseada nos pressupostos da responsabilidade civil, dos genitores para com sua prole, especificamente quando deparados com questões relacionados à orientação sexual e/ou de gênero. A metodologia caracteriza-se como teórica, de cunho qualitativo e com fins explicativos. O método de abordagem para a análise e a interpretação das informações é dedutivo. A contribuição do trabalho é de que os receptores tenham uma boa compreensão a respeito do assunto acima citado. Conclui-se, ao final, que o abandono afetivo, seja pela perpetuação de violência e de preconceito contra jovens LGBTQIA+ dentro do núcleo familiar, seja pelo desamparo material e afetivo, é capaz de ensejar a responsabilização dos genitores pelos danos ocasionados à prole. A repercussão esperada é a de que atinja tanto a instituição de ensino quanto a sociedade em geral, bem como que seja capaz de suscitar maiores discussões referentes ao espaço político e social das minorias sexuais.

---

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de Direito – 10º semestre, das Faculdades Integradas Machado de Assis (FEMA). Pesquisador do Grupo de Estudos Tutela Constitucional dos Direitos dos Vulneráveis das Faculdades Integradas Machado de Assis (FEMA). [pietrovonb@gmail.com](mailto:pietrovonb@gmail.com)

<sup>2</sup> Acadêmica do curso de Direito – 10º semestre, das Faculdades Integradas Machado de Assis (FEMA).

<sup>3</sup> Doutora em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). Mestre em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Especialista em Ciências Jurídicas pela Universidade Candido Mendes (UCAM). Graduada em Direito UNIJUI. Professora e Coordenadora do curso de Direito das Faculdades Integradas Machado de Assis (FEMA). Coordenadora do Projeto de Pesquisa Tutela Constitucional dos Direitos dos Vulneráveis e do Projeto de Extensão A Mediação de Conflitos nas Escolas: um caminho para a realização da cultura de paz e da cidadania, ambos do Curso de Direito da FEMA. [direitofema1@gmail.com](mailto:direitofema1@gmail.com)

Palavras-chave: Responsabilidade Civil – Abandono Afetivo – Minorias Sexuais.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema o abandono afetivo e a vulnerabilidade de jovens LGBTQIA+ dentro de seus núcleos familiares. A delimitação temática, por sua vez, é em torno da possibilidade de responsabilização dos genitores na reparação de danos extrapatrimoniais em decorrência da rejeição ocasionada pela revelação e/ou descoberta da orientação sexual dos filhos.

Busca-se, primeiramente, verificar a existência de possibilidade de reparação de danos, baseada nos pressupostos da responsabilidade civil, dos genitores para com sua prole, especificamente quando deparados com questões relacionadas à orientação sexual e/ou de gênero. De modo complementar, mas de maneira igualmente importante, procura-se verificar a validade e a aplicabilidade da teoria da responsabilidade civil aos casos de abandono afetivo em questão.

A discussão faz-se necessária diante do desamparo a que jovens com orientação sexual, expressão ou identidade de gênero desviantes do padrão social, referentes às construções de gênero e sexualidade, sofrem em decorrência da falta de amparo familiar. A vulnerabilidade latente deste grupo é um assunto cada vez mais em voga no seio jurídico e social e merece destaques, tendo em vista a crescente judicialização de políticas públicas envolvendo as minorias sexuais.

Para tanto, far-se-á análise metodológica de cunho qualitativo, baseada em estudo bibliográfico, doutrinário e jurisprudencial, sobretudo do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e do Superior Tribunal de Justiça, proferidas a partir de 2010, pertinentes ao tema.

Dessa forma, para melhor compreensão, o estudo é dividido da seguinte forma: primeiramente, a seção intitulada “Vulnerabilidade e Desamparo Familiar contra Jovens LGBTQIA+” trará análise quanto à proteção dos direitos

extrapatrimoniais de jovens LGBTQIA+<sup>1</sup>, quando desamparados pela sua família em decorrência da sua vulnerabilidade como minoria sexual; por último, far-se-ão esclarecimentos acerca da responsabilidade civil, esclarecendo suas bases legais, aplicações e teorias, especificamente dentro do Direito de Família e no âmbito do abandono afetivo, na última seção intitulada “A Responsabilidade Civil por Abandono Afetivo”.

## 1 REFERENCIAL TEÓRICO

### 1.1 VULNERABILIDADE E DESAMPARO FAMILIAR CONTRA JOVENS LGBTQIA+

Urge destacar, desde logo, a vulnerabilidade de minorias sexuais também nas relações familiares. Isso porque pessoas LGBTQIA+, enquanto agentes receptores das mais variadas formas de preconceito e de discriminação na sociedade contemporânea, não estão protegidas de sofrerem violência dentro de seus núcleos familiares, uma vez que ainda é utópico imaginar que todas as pessoas sejam compreensivas e adaptadas a tais questões.

Destaca-se que “[...] nem sempre a família está preparada para receber a notícia da homossexualidade do filho, o que pode ocasionar crises no âmbito familiar [...]” (BRITO; ARRUDA, 2019, p. 5). Essa verdadeira desorientação pode ser resultado da inconformidade com os padrões históricos e sociais que normatizam as expressões de orientação sexual e de expressão de gênero baseadas no conceito cis e hétero<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> LGTQIA+ é a sigla pela qual usualmente se refere à comunidade formada por minorias sexuais, das quais são integrantes lésbicas, gays, travestis, transexuais, *queers*, intersexuais, assexuais, dentro todos os que se identificam fora dos padrões sociais de gênero e sexualidade.

<sup>2</sup> Importa esclarecer: “cisnormatividade” corresponde à norma social padrão pela qual a identidade do gênero (identificação subjetiva do sujeito para si mesmo) corresponde ao seu sexo biológico. Ou seja, quando um homem de fato assim se identifica. Por “heteronormatividade”, entende-se a atração sexual por pessoas do gênero oposto (RIBAS, 2019).

Conforme expõe Porto e Oliveira, “Isso se deve, em grande parte, pela estrutura cristã e machista da sociedade – não apenas a brasileira – que condenam aqueles que são considerados desviantes da norma padrão.” (PORTO; OLIVEIRA, 2015, p. 9).

A propagação de alguns discursos religiosos e sociais implica na formação das minorias sexuais como cidadãos de segunda classe, desprovidos de atenção aos seus direitos fundamentais e perspectivas enquanto cidadãos. Leva, conseqüentemente, à pré-conceituação de pessoas LGBTQIA+ como subversivas, responsáveis por atentar contra a ordem moral/religiosa que se acredita guiar a sociedade (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2009). Conforme destaca Brito,

[...] os homófobos são pessoas conservadoras, rígidas, favoráveis à manutenção dos papéis sexuais tradicionais, inclusive em outras culturas. Geralmente, a homofobia costuma estar associada ao machismo, a misoginia e ao fundamentalismo religioso. (BRITO; ARRUDA, 2019, p. 16).

Tal discurso social acaba por se refletir dentro dos núcleos familiares também e os jovens LGBTQIA+ encontram em sua própria família a primeira fonte de resistência à sua identidade e formação de personalidade, simplesmente por se desviar daquilo que se convencionou como “correto”. Não necessariamente a resistência da família representa uma espécie ou forma de abandono afetivo.

O problema ganha especial relevo quando se manifesta na forma de violência física, psíquica ou moral, devendo ser aferido a cada caso. Contudo, entre as situações que acometem membros de uma minoria sexual em suas próprias casas, destaca-se a possibilidade de abandono material e econômico, levando, muitas vezes, à situação de rua, bem como facilitando a entrada destes indivíduos à marginalização social:

[...] relações intrafamiliares se configuram por meio de estruturas de poder, através de tentativas de enquadramento, de controle e de vigilância acerca da sexualidade, buscando torná-la compulsoriamente heterossexual.

Não obstante, as reações dos familiares ao se depararem com a fuga da heteronormatividade foram a sua grande maioria violentas, com o controle, a vigilância, perseguição e até expulsão de casa, além da repressão das expressões das vivências homoeróticas, muitas vezes silenciando-se frente a elas. De forma menos expressivas, houve situações de compreensão e acolhimento.

Dentre as formas mais comuns de violência familiar enfrentada por pessoas LGBTQIA+, pode ser destacada a violência psicológica, moral, física e patrimonial, tal prática visa à coerção por meio de violência para induzir essas pessoas aos padrões heteronormativos. (BRITO, 2019, p. 17-18).

Nesse meandro, importa mencionar a importância do apoio familiar após o ato de se assumir LGBTQIA+, vez que a ausência de amparo é um dos fatores ocasionadores da pressão e de esgotamento psicológico, o que pode levar, inclusive, ao suicídio. Assim, o abandono afetivo acaba tomando proporções irremediáveis, considerando que:

[...] as vivências compartilhadas ressaltam a associação da falta de apoio familiar ao número de suicídios no meio LGBTQIA+. Os membros da comunidade tentam diariamente provar que são dignos de respeito. Um LGBTQIA+ precisa justificar muito mais seu valor por amar alguém do mesmo sexo, fator que já o determina socialmente como aberração. Ser singular não torna ninguém melhor ou pior, isso faz o mundo se configurar como plural. [...] É melhor se privar para agradar a família, a sociedade, fazendo a vida perder o sentido, abdicando de toda beleza de viver e ser livre, preso a uma rotina normativa onde não cabe. (NOGUEIRA; WESENDONCK, 2020)

É dessa forma que a entidade familiar, pretendo espaço de acolhimento e de amor aos indivíduos, principalmente em desenvolvimento (crianças e adolescentes), acaba por reprimir o sentimento de aquiescência. Por consequência, quando há o afastamento dos componentes da família, existe, simultaneamente, a possibilidade de trauma emocional (BORGES, 2009).

Torna-se claro, nessa vertente, o atingimento da esfera de direitos extrapatrimoniais desses jovens. Ou seja, são atingidos em seu âmago direitos de personalidade, sobretudo no que toca à formação de suas personalidades. Mais especificamente e não menos esporádico, algumas situações confrontam LGBTQIA+ em condições de violência, de diversas formas dentro de seu núcleo familiar.

A família, como uma das principais instituições que norteiam a construção do ordenamento jurídico brasileiro, baseia-se em princípios e normas, consagrados a partir da apreciação do princípio da dignidade humana. Em decorrência desse, a concepção contemporânea do direito de família vincula-se, de maneira acentuada, a partir da Constituição Federal de 1988, ao princípio que se designou de “afetividade”.

No ordenamento jurídico em si, todavia, esta expressão somente surgiu de fato com o advento da Lei n.º 11.698/2008, a qual regulou o instituto da guarda compartilhada e, alterando o Código Civil, elencou o vínculo afetivo como elemento para a decisão da guarda dos filhos no processo judicial (BRASIL, 2008). Entretanto, a Lei n.º 13.058/2014 retirou a afetividade como elemento de decisão, mas o manteve como fator de influência para a regulação da guarda de infantes (BRASIL, 2014).

Inobstante a inserção da afetividade como eixo norteador do Direito de Família tenha surgido há pouco tempo, o reconhecimento do princípio da afetividade como elemento norteador das relações familiares teve origem em um crescente entendimento jurisprudencial. Isso porque, ao longo dos anos, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) estendeu a interpretação acerca dos vínculos filiais para além de critérios meramente biológicos, inserindo-os também a partir de laços socioafetivos (CALDERÓN, 2017).

Em verdade, afetividade não pode ser confundida com afeto. Esse é um campo complicado e de difícil acesso para o campo jurídico. Isso porque, no cenário do senso comum e das relações cotidianas, noções e concepções de afeto e de amor são imbricadas de elementos subjetivos que não permitem mensuração ou sequer verificação, tanto formal quanto material, para a teoria do Direito.

Significa dizer, em outras linhas, que o afeto, em si, permanece arraigado de elementos subjetivos que não há como serem aferidos ou verificados por meio da produção de provas, uma vez que permanecem no campo dos sentimentos individuais (CALDERÓN, 2017).



Por outro lado, a afetividade é o espaço no qual podem ser aferidos os vínculos socioafetivos dos agentes. Ou seja, a existência de fato de sentimentos que permitam verificar o compartilhamento de emoções e obrigações mútuas na seara familiar. Nesse sentido, tem-se que a afetividade é manifestação da subjetividade dos agentes. Por isso, deve-se observar que:

[...] o princípio da afetividade jurídica possui duas dimensões: a objetiva, que é retratada pela presença de eventos representativos de uma expressão de afetividade, ou seja, fatos sociais que indiquem a presença de uma manifestação afetiva; e a subjetiva, que se refere ao afeto anímico em si, o sentimento propriamente dito. A verificação dessa dimensão subjetiva certamente foge ao Direito e, portanto, será sempre presumida, o que permite dizer que constatada a presença da dimensão objetiva da afetividade, restará desde logo presumida a sua dimensão subjetiva. (CALDERÓN, 2017, p. 152).

Explica-se: a afetividade deve ser compreendida, para fins de interpretação da ciência jurídica, como a manifestação material dos sentimentos de afeto. Estes são objetos que podem ser entendidos, visualizados e apreendidos pelo Direito, pelos seus mecanismos probatórios, por exemplo. Este, todavia, não se traduz no provimento econômico ou financeiro, ou seja, a afetividade não pode ser verificada no seio familiar tão somente pela prestação de alimentos pelo(a) genitor(a).

Revolvendo essa conceituação, Maria Berenice Dias acredita que:

A missão constitucional dos pais, pautada nos deveres de assistir, criar e educar os filhos menores, não se limita a vertentes patrimoniais. A essência existencial do poder parental é a mais importante, que coloca em relevo a afetividade responsável que liga pais e filhos, propiciada pelo encontro, pelo desvelo, enfim, pela convivência familiar. (DIAS, 2009, p. 309 *apud* PORTO; OLIVEIRA, p. 8).

Essa posição é, em verdade, manifestação sobre a saúde e o ânimo das relações familiares, aspecto que não consegue ser captado pelo ordenamento jurídico em si, tendo em caráter o amplo aspecto subjetivo do tema, conforme explanado. Todavia, não é fugidio dos espectros contemporâneos conferidos às relações familiares, sobretudo na atual concepção de que o afeto é o principal

âmbito para a formação dos núcleos familiares, surgindo daí um negócio jurídico tutelado pelo Direito.

Por outro lado, Oliveira ressalta que “[...] a afetividade não se confunde com a existência real do afeto, ou seja, é presumida se este faltar na realidade das relações.” (OLIVEIRA, 2021, p. 25). Logo, tanto como eixo fundamental da família quanto essência de formação das relações pessoais, a afetividade encontra especial chancela no âmbito do ordenamento jurídico brasileiro. Na seara do Direito de Família, especialmente, na reparação dos danos advindos do abandono afetivo dos seus membros.

## 1.2 A RESPONSABILIDADE CIVIL POR ABANDONO AFETIVO

Como é intrínseco à responsabilização civil, é imprescindível que se baseie na existência de um ato ilícito e de um dano, bem como do liame causal entre ambos. Por isso, nessa seara, “[...] o ato do abandono afetivo se traduz ao fato de não conviver, não prestar amparo aos filhos, não assistir em seu desenvolvimento, gerando uma falta grave, que tem como resultado severas consequências ao menor e seu desenvolvimento.” (OLIVEIRA, 2021, p. 33).

Conforme salienta Calderón, nesses aspectos, há verdadeira interferência da esfera pública sobre as relações privadas da família. No entanto, elas são legítimas no caso específico dos vínculos de parentalidade, uma vez que sobre estas recaem o dever inerente de proteção integral do Estado e da sociedade, ainda que providas e tolhidas de certas limitações (CALDERÓN, 2017):

Vê-se, assim, que se apresenta necessária uma delimitação de quais situações fáticas seriam passíveis de resultar em abandono afetivo, o que parece prudente. Com essas observações, é possível sustentar que o tratamento jurídico dos casos de abandono afetivo se enquadra perfeitamente na seara sujeita à apreciação pela esfera pública, ou seja, situação de omissão parental passível de averiguação pelo Poder Judiciário por cuidar de pessoa em estado de vulnerabilidade. (CALDERÓN, 2017, p. 258).

Explicando, Oliveira aponta que “[...] a mera falta de afeto entre pais e filhos não constitui ato ilícito, uma vez que o reconhecimento do dano moral

decorrente do abandono afetivo, deve ser apurado com extrema cautela.” (OLIVEIRA, 2021, p. 41). Ou seja, o ato ilícito decorrente da falta de afetividade nas relações familiares caracteriza-se mediante a omissão dos genitores na prestação da assistência materna/paterna, que é imprescindível à formação social e pessoal do indivíduo.

Isso porque o abandono afetivo é um dano incomensurável, vez que, ao contrário do abandono patrimonial, não pode ser suprido por terceiros ou familiares interessados, considerando que o convívio familiar é fator que repercute no desenvolvimento pessoal das pessoas (MIRANDA, 2012). É inconteste que:

A ausência de afeto dos pais ainda no início da formação da personalidade do ser pode desenvolver, na criança e no adolescente, problemas psíquicos, baixa autoestima, sensação de rejeição e abandono com conseqüente dificuldade de relacionar-se socialmente em virtude da ausência de orientação, de demonstração efetiva de como viver em sociedade. Inicialmente fora afirmado que é na família que a criança desenvolve sua noção primeira da vida comunitária, a partir das experiências vividas no núcleo familiar é que percebe como respeitar o outro. A questão do abandono afetivo envolve não apenas interesses privados, mas é uma questão de ordem pública que gera conseqüências para toda a sociedade, tendo em mente que a criança com dificuldade para relacionar-se e sem a correta educação quanto aos valores que deve seguir leva para a sociedade seu comportamento desregrado. (MIRANDA, 2012).

Uma das situações mais relevantes na seara do abandono afetivo e da conseqüente responsabilização dos genitores, é que a prestação alimentícia e/ou a assistência econômica não elide a inexistência de afetividade. Tampouco pode se reputar a mera convivência física como requisito para a existência dos laços exigidos (PIMENTEL, 2018).

Isso porque o simples fato de pais e filhos compartilharem a mesma residência não indica que estes membros compartilhem sentimentos que conduzam à afetividade própria das relações familiares. Conforme explanado, ela deve ser verificada na seara material, a partir de demonstrações físicas, materiais e capazes de serem conferidos pelo Direito que comprove um mínimo liame subjetivo que transcenda o mero laço biológico dos agentes.

Insta lembrar que o direito indenizatório se adéqua às peculiaridades das situações levadas à análise, devendo ser observadas as disposições do Código Civil Brasileiro. Prefacialmente, em capítulo que versa sobre os atos ilícitos, observa-se o artigo 186, o qual dispõe que “[...] aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.” (BRASIL, 2002). Por conseguinte, na seara da responsabilização civil, o artigo 927 menciona que “[...] aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.” (BRASIL, 2002).

É consabido que, em decisões recentes do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, o entendimento majoritário se deu no sentido de reconhecer que os danos provenientes do abandono afetivo devem ser indenizados, em montante compatível a cada caso em específico, desde que comprovados o vínculo sanguíneo, a existência do dano e o nexo causal. Veja-se:

APELAÇÃO CÍVEL. INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE, CUMULADA COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS POR ABANDONO AFETIVO. A ação de investigação de paternidade foi ajuizada quando a parte autora já contava 36 anos de idade. Antes disto, não houve a busca de meios judiciais para o reconhecimento da paternidade. Nesse contexto, o fato de o demandado eventualmente supor que fosse o pai da apelante não o obriga a agir como tal, visto que o respectivo dever somente se configura após a confirmação da paternidade. Ademais, mesmo que o apelado tivesse certeza acerca da paternidade, **o mero distanciamento não impõe o dever de indenizar**, quando ausente prova concreta de dano decorrente do abandono. NEGARAM PROVIMENTO. UNÂNIME. (Apelação Cível, Nº 70085230951, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Felipe Brasil Santos, Julgado em: 20-08-2021). (RIO GRANDE DO SUL, 2021, grifo nosso).

APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS E RECONVENÇÃO. ALIMENTOS DEVIDOS À FILHA QUE ATINGIU A MAIORIDADE. FATO QUE, POR SI SÓ, NÃO É CAPAZ DE AFASTAR A OBRIGAÇÃO ALIMENTAR. NECESSIDADE DA PENSÃO EVIDENCIADA. **ABANDONO AFETIVO PATERNO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO FATO LESIVO, DO DANO E DO NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE O ALEGADO FATO E O AGENTE DA CONDUTA. INEXISTÊNCIA DE AFETO PATERNO QUE, POR SI SÓ, NÃO SE MOSTRA CAPAZ DE COLORIR A FIGURA DOS DANOS MORAIS, PASSÍVEIS DE INDENIZAÇÃO.** AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS. MAIORIDADE CIVIL ATINGIDA. NECESSIDADE COMPROVADA. É admissível a exoneração dos alimentos quando se

verificam mudanças no binômio alimentar, sejam estas nas necessidades do alimentado ou nas possibilidades do alimentante, conforme estabelece o art. 1.699 do Código Civil. In casu, ainda que tenha atingido a maioridade, há indícios de que A. C. S. S. ainda necessita da verba alimentar, pois comprovou não haver concluído o Formação Pedagógica em Educação Física (FPE), estando com matrícula ativa no estabelecimento de ensino CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI. Além disso, apesar de estar empregada na empresa Centro Assistencial e de Promoção Social Joana Darc, teve sua remuneração reduzida em 50% em razão da pandemia da COVID-19, sem que haja nos autos, no entanto, comprovação de sua renda. Assim, da visão mais simplista, não há como denotar a opulência financeira alegada pelo genitor-apelante, com o que se mostra temerária a cessação da pensão, neste momento, sobretudo levando-se em consideração dois fatores: perduram os efeitos da pandemia no Brasil e a previsão de conclusão do curso superior de A. C. S. S. apenas remonta dezembro de 2021. RECONVENÇÃO. **ABANDONO AFETIVO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS NÃO EVIDENCIADOS. Não se pode considerar como ilícito o desamparo afetivo de quem desconhecia o atributo de pai. A paternidade pressupõe a efetiva manifestação socioafetiva de convivência, amor e respeito entre pai e filho, não podendo ser quantificada, em sede indenizatória, como reparação de danos extrapatrimoniais, salvo raras situações do que os autos não tratam nesse caso. Ora, não se desconhece dos direitos e deveres inerentes ao poder familiar, entre eles o de sustento, criação e educação dos filhos. Igualmente não se olvida o direito à convivência familiar previsto no art. 227 da Constituição da República e o princípio da dignidade da pessoa humana. Todavia, a ausência de afeto, de relação paterno afetiva, por si só, não conduz ao dever de indenizar, fato que impõe seja o recurso desprovido, mantendo-se a sentença que julgou improcedente o pleito. APELAÇÕES DESPROVIDAS. UNÂNIME.**(Apelação Cível, Nº 50034811120208210005, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Mauro Caum Gonçalves, Julgado em: 19-08-2021). (RIO GRANDE DO SUL, 2021, grifo nosso).

No âmbito superior, entendimento similar tem o Superior Tribunal de Justiça, cujo julgamento primário da questão ocorreu no ano de 2012, quando do julgamento do Recurso Especial n.º 1.159.242-SP (2009/0193701-9). No caso em questão, o genitor restou obrigado a indenizar a filha em duzentos mil reais, uma vez que preenchidos os requisitos para reconhecimento do dano, consoante ementa que segue abaixo:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. FAMÍLIA. ABANDONO AFETIVO. COMPENSAÇÃO POR DANO MORAL. POSSIBILIDADE. 1. **Inexistem restrições legais à aplicação das regras concernentes à responsabilidade civil e o consequente dever de indenizar/compensar no Direito de Família.** 2. O cuidado como valor jurídico objetivo está incorporado no ordenamento jurídico brasileiro



não com essa expressão, mas com locuções e termos que manifestam suas diversas desinências, como se observa do art. 227 da CF/88. 3. **Comprovar que a imposição legal de cuidar da prole foi descumprida implica em se reconhecer a ocorrência de ilicitude civil, sob a forma de omissão. Isso porque o non facere, que atinge um bem juridicamente tutelado, leia-se, o necessário dever de criação, educação e companhia - de cuidado - importa em vulneração da imposição legal, exurgindo, daí, a possibilidade de se pleitear compensação por danos morais por abandono psicológico.** 4. Apesar das inúmeras hipóteses que minimizam a possibilidade de pleno cuidado de um dos genitores em relação à sua prole, existe um núcleo mínimo de cuidados parentais que, para além do mero cumprimento da lei, garantam aos filhos, ao menos quanto à afetividade, condições para uma adequada formação psicológica e inserção social. 5. A caracterização do abandono afetivo, a existência de excludentes ou, ainda, fatores atenuantes - por demandarem revolvimento de matéria fática - não podem ser objeto de reavaliação na estreita via do recurso especial. 6. A alteração do valor fixado a título de compensação por danos morais é possível, em recurso especial, nas hipóteses em que a quantia estipulada pelo Tribunal de origem revela-se irrisória ou exagerada. 7. Recurso especial parcialmente provido. (STJ - REsp: 1159242 SP 2009/0193701-9, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 24/04/2012, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 10/05/2012 RDDP vol. 112 p. 137 RDTJRJ vol. 100 p. 167 RSTJ vol. 226 p. 435). (BRASIL, 2012, grifo nosso).

No caso acima apresentado, discutiu-se, prioritariamente, a existência do ato ilícito cometido pelo agente, ora genitor. Os ministros responsáveis pela apreciação concluíram que, apesar de ter a filha conquistado independência econômica e constituído a própria entidade familiar, a ausência parental ocasionou danos emocionais irreversíveis.

Conforme pode se observar das ementas transcritas nos julgados do Tribunal de Justiça Gaúcho e do Superior Tribunal de Justiça, a possibilidade de a prole sofrer reparação pelos danos decorrentes do abandono afetivo é resultado do dever constitucional de proteção das crianças e adolescentes. Isso significa dizer, necessariamente, que o abandono afetivo está intrinsecamente ligado à formação da prole, sobretudo em termos de educação, convivência e lazer, imprescindíveis à formação da sua personalidade (PIMENTEL, 2018).

Essa vertente, destarte a necessidade de se verificar caso a caso, traduz um complicado sistema social de rejeição de minorias sexuais, refletindo-se dentro do seu próprio seio familiar e fazendo esses jovens depararem-se com preconceito e discriminação dentro de suas próprias casas. Isso porque, no



momento da sua descoberta como LGBTQIA+, os jovens podem se deparar com o preconceito e a resistência da família à sua condição.

Nessas situações, acabam se deparando com o abandono ou com a pressão psicológica imposta por seus familiares, levando-os a crer num desvio de conduta, o que certamente representa uma mácula aos seus direitos de personalidade. Por outras vezes, acabam sendo expulsos de casa ou alvos de agressões domésticas. Tal hipótese traduz uma vertente do abandono afetivo, uma vez que sujeita os jovens a delicadas situações de violência, partindo daqueles que tem o dever constitucional de oferecer proteção, amparo e educação.

Por conseguinte, embora inexista amparo jurisprudencial proveniente do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, eventuais danos decorrentes da violência no seio familiar são passíveis de serem ressarcidos, baseados no abandono afetivo da família quando da rejeição à descoberta da sexualidade dos filhos.

## CONCLUSÃO

O presente artigo abordou a questão do abandono afetivo no ordenamento jurídico brasileiro e a exposição de jovens LGBTQIA+ ao desamparo familiar, no momento mais crucial de formação de sua personalidade. Ou seja, quando se descobrem como pessoas com características de identidade de gênero ou orientação sexual fora do eixo normativo social.

Nesse momento, o núcleo familiar, embora primeira instituição destinada à proteção das crianças e adolescentes, acaba se tornando um foco de disseminação de preconceito e de discriminação. Tal situação acomete jovens LGBTQIA+ de severas formas de violência, resultante da ausência de amparo a estes na formação de sua personalidade e de posterior inserção na sociedade ou, ainda, de atos concretos que atentem contra a integridade física, psíquica ou moral dos filhos.

Por isso, retomando as pesquisas jurisprudenciais sobre o tema, percebe-se no ordenamento jurídico brasileiro a crescente consciência do Poder Judiciário, especificamente o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e do Superior Tribunal de Justiça, quanto à caracterização do chamado abandono afetivo como pressuposto para o dever indenizatório, baseado na teoria da responsabilidade civil. Isso, todavia, somente se verifica quando presentes os três elementos do instituto: o ato ilícito, o dano e o nexo de causalidade.

Assim, ao se questionar se é possível a reparação de danos morais ocasionados pelos pais aos seus filhos decorrentes da rejeição afetiva ou social pela orientação sexual ou outro aspecto de gênero ou sexualidade, pode-se perceber que sim. Isso porque jovens LGBTQIA+ estão amplamente sujeitos ao desamparo e à rejeição familiar, sofrendo danos que desafiam o dever constitucional da família de prestar-lhes suporte educacional, financeiro e afetivo.

Em muitas situações, os discursos preconceituosos e discriminatórios, presentes no seio social e religioso, acabam se infiltrando na seara familiar e podem perturbar a convivência entre genitores e seus filhos, quando deparados com questões atinentes ao gênero e à sexualidade. Todavia, esse é o primeiro núcleo de proteção dos jovens e das crianças, uma vez que o desamparo e a rejeição, inobstante se presente situação ou cenário de violência, podem repercutir nos seus futuros relacionamentos sociais e interpessoais, acarretando danos às suas personalidades, o que enseja posterior responsabilização e indenização.

## REFERÊNCIAS

BORGES, Roberta da Costa. **Pais e Mães Heterossexuais: relatos acerca da homossexualidade de seus filhos e filhas**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo (Ribeirão Preto), 2009. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-20052009-135855/publico/RobertaCostaBorges.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2021.

BRASIL. **Lei Nº. 10.406**, de 10 de Janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm)>. Acesso em: 25 out. 2021.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1.159.242/SP**. Relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 24/04/2012, DJe 10/05/2012. Disponível em: <[https://processo.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=TA&s equencial=1067604&num\\_registro=200901937019&data=20120510&peticao\\_numer o=-1&formato=PDF](https://processo.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=TA&s equencial=1067604&num_registro=200901937019&data=20120510&peticao_numer o=-1&formato=PDF)>. Acesso em: 25 out. 2021.

BRITO, Thais Hesper Silva; ARRUDA, Murilo Souza. **Uma Análise Sobre as Formas de Violência Familiar Contra Pessoas LGBTQI+**. 2019. Disponível em: <<http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/1448/1/TCCTHAISBRITO.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2021.

CALDERÓN, Ricardo. **Princípio da Afetividade no Direito de Família**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

MIRANDA, Amanda Oliveira Gonçalves de. **Responsabilidade Civil Dos Pais Nos Casos De Abandono Afetivo Dos Filhos**. Jus Navigandi, Teresina, ano 17, n. 3242, 2012 . Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/21799>>. Acesso em: 25 out. 2021.

NATIVIDADE, Marcelo; OLIVEIRA, Leandro de. Sexualidades Ameaçadoras: religião e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n.2, 2009. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/32/447>>. Acesso em: 22 set. 2020.

NOGUEIRA, Márcio Bernardes Cândido; WESENDONCK, Cláudia Cristina. **A Importância do Apoio da Família no Meio LGBTQI**. Curso de Administração Pública, Folha do Noroeste. Publicado em 07 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.folhadonoroste.com.br/colunas/a-importancia-do-apoio-da-familia-no-meio-lgbtqi/>>. Acesso em: 25 out. 2021.

OLIVEIRA, Gabrieli Viero de. **A Responsabilidade Civil Decorrente do Abandono Afetivo**. 2021. Trabalho de Curso de Direito. Fundação Educacional Machado de Assis, Santa Rosa, 2021.

PIMENTEL, Adriane Gonçalves. **Dano Moral Decorrente de Abandono Afetivo**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso de Direito. Fundação Educacional Machado de Assis, Santa Rosa, 2018.

PORTO, Tauane Caldeira Porto; OLIVEIRA, João Felipe Zini Cavalcante de. **Aspectos do Abandono Afetivo de Filhos Não-Heterossexuais e suas Implicações.** 2015. Disponível em: <  
<https://nadir.fflch.usp.br/sites/nadir.fflch.usp.br/files/upload/paginas/Artigo%20E%20NADIR%20Jo%C3%A3o%20e%20Tauane.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. **Apelação Cível Nº 50034811120208210005.** Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Mauro Caum Gonçalves, Julgado em 19 ago. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. **Apelação Cível Nº 70085230951.** Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Felipe Brasil Santos, Julgado em 20 ago. 2021.

## SAÚDE MENTAL NO PÓS-COVID-19

Andressa Karine Schons<sup>1</sup>  
Cláudia Terezinha Müller<sup>2</sup>  
Andressa Fátima May<sup>3</sup>  
Flávia Michelle Pereira Albuquerque<sup>4</sup>

### RESUMO

A pandemia do novo coronavírus (COVID-19) é uma doença infecciosa com impacto excessivo no cenário mundial, e tem provocado aumento nas taxas de comorbidade e mortalidade. É uma emergência mundial, e necessita de atenção em todas as suas nuances. Este estudo objetiva verificar as repercussões da pandemia da COVID-19 na saúde mental, da população residente do município de Santa Rosa- RS. O estudo foi desenvolvido nas unidades de saúde da Fundação Municipal de Saúde FUMSSAR. A coleta de dados foi realizada através de questionário online, durante os meses de julho e agosto de 2021. Esta é uma pesquisa mista, com abordagem quantitativa e qualitativa. Participaram do estudo 219 cidadãos. Quando questionados sobre os sentimentos vivenciados na pandemia o medo (40,2%), a ansiedade (22,8%) e a angústia (16,9%) foram às sensações mais frequentes ao longo dos dias. Esse misto de sentimentos associados ao isolamento social geram sérios problemas de saúde mental as pessoas, tendo em vista que é um problema de saúde pública, pensando nisso, é indispensável ponderar formas de enfrentamento para amenizar o dano, compreendendo que o distanciamento social é uma medida para impedir à transmissão do vírus e buscar formas de tratamento, além disso, o apoio psicoemocional a população é ponderoso.

Palavras-Chave: Covid-19 – Saúde Mental – Santa Rosa.

### INTRODUÇÃO

A pandemia do novo coronavírus (COVID-19) é a maior emergência de saúde pública que a comunidade internacional enfrenta em décadas. Além das preocupações quanto à saúde física, traz também preocupações quanto ao sofrimento psicológico que pode ser vivenciado pela população geral e pelos profissionais da saúde envolvidos (SCHMIDT et al., 2020). As pandemias são

---

1 FEMA, Santa Rosa, Brasil, Graduanda de Enfermagem, [andressaschons@outlook.com](mailto:andressaschons@outlook.com)

2 FEMA, Santa Rosa, Brasil, Graduanda de Enfermagem, [andressamaypl@hotmail.com](mailto:andressamaypl@hotmail.com)

3 FEMA, Santa Rosa, Brasil, Graduanda de Enfermagem, [claudiamuller261@gmail.com](mailto:claudiamuller261@gmail.com)

4 FEMA, Santa Rosa, Brasil, Psicóloga, Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas, Psicóloga da Fundação Municipal de Saúde de Santa Rosa (FUMSSAR), Prof<sup>a</sup> do Curso de Bacharelado em Enfermagem da FEMA, [flavia@fema.com.br](mailto:flavia@fema.com.br)

conhecidas como epidemias que se espalham rapidamente por diversos países e afetam uma quantidade relativamente grande de pessoas, criando consequências do nível micro ao macro sistêmico, decretando, pelo tempo em que duram novas regras e hábitos sociais para a população mundial e mobilizações de diversas naturezas para suas restrições (OMS, 2020).

Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), o surto da COVID-19 iniciou-se na China em dezembro de 2019. E desde então tem se alastrado por diversos locais e populações. A COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) e a maioria das pessoas se recupera da doença sem precisar de tratamento hospitalar. Uma em cada seis pessoas infectadas por COVID-19 fica gravemente doente e desenvolve dificuldade de respirar (OMS, 2020). Tendo em vista, que o número de pessoas doentes pela Covid-19 aumenta exponencialmente em todo o Brasil, exigindo estratégias dinâmicas, intensas e atualizadas para atender a uma população grandiosa, pois o país possui dimensão territorial e populacional continental, demandando quantitativo considerável de profissionais de saúde para atuar em diversos cenários, como o planejamento estratégico, epidemiológico, na gestão e massivamente na Atenção à Saúde, na linha de frente assistencial (SILVA, SANTOS, OLIVEIRA, 2020).

Nesse sentido, para além das condições patológicas específicas causadas pela COVID-19, é importante considerar dentro desse contexto as condições de saúde mental da população diante dos múltiplos reflexos que essa pandemia tem causado, uma vez que estudos recentes apontaram mudanças significativas no quadro de saúde mental da população em âmbito mundial (ONU, 2020). Com isso, é preciso uma atenção especial às demandas psicológicas que podem emergir em decorrência do momento atual que o mundo enfrenta, enfatizando principalmente a necessidade pela busca de um olhar especializado, no sentido de preservar o máximo possível a saúde psíquica. Assim, o presente estudo objetiva desenvolver reflexões críticas sobre os efeitos da pandemia do novo Coronavírus na saúde mental de indivíduos e coletividades.



Segundo Lima (2020a), é indispensável ponderar formas de enfrentamento para amenizar o dano, compreendendo que o distanciamento social como uma das medidas de saúde pública para impedir a transmissão do vírus, mas que por outro lado provoca uma série de resultados psicossociais, associadas ao isolamento e a redução de mobilidade. De acordo com a literatura, pacientes confirmados ou com suspeita de COVID-19, relatam impactos no estado emocional com sintomas de insônia, ansiedade, depressão, medo que possibilita manifestações ou intensificam doenças físicas e/ou transtornos psiquiátricos (FARO et al., 2020).

Com isso propõe-se um estudo que visa realizar um levantamento dos principais aspectos na vida e na saúde da população que faz uso do Sistema Único de Saúde (SUS) na Fundação Municipal de Saúde de Santa Rosa – FUMSSAR - com o intuito de analisar a saúde mental e suas percepções sobre a pandemia, dessa maneira facilitará o desenvolvimento de atividades/ações de educação em saúde de modo a fornecer subsídios necessários para instruir a população diante deste cenário vivenciado mundialmente.

## **1 METODOLOGIA**

### **1.1 DELINEAMENTO**

No presente estudo, adotaram-se os princípios metodológicos de uma pesquisa mista. Entende-se por pesquisa mista aquela que combina a abordagem qualitativa e quantitativa, com dados que contemplam a maioria das possibilidades, incluindo análise textual e estatística (DALL-FARRA; LOPES, 2013).

Os objetivos são de caráter exploratório. A pesquisa exploratória preocupa-se em proporcionar maior familiaridade com o problema, construindo hipóteses e tornando-o compreensível. Os procedimentos utilizados para este estudo serão de natureza observacional, no qual o pesquisador apenas observa os fenômenos, sem promover nenhum tipo de interferência nos mesmos.

A pesquisa é caracterizada ainda, como um estudo transversal. São estudos que fazem um recorte instantâneo de uma situação, representando um fenômeno em um momento não definido, sem a necessidade de saber o tempo de exposição de uma causa para provocar o efeito.

## 1.2 PARTICIPANTES

Os participantes desta pesquisa são 219 usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) que testaram positivo para COVID-19 no ano de 2020 no município de Santa Rosa-RS, maiores de 18 anos de idade, residentes de Santa Rosa e que aceitaram participar da pesquisa assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

## 1.3 INSTRUMENTOS

O instrumento de coleta de dados foi elaborado pelas autoras, contendo questões acerca do perfil sociodemográfico dos participantes e aspectos de saúde mental relacionado à COVID-19. O questionário é no *google forms* (questionário online) visando uma maior abrangência de usuários visto a possibilidade de envio e coleta de dados de forma rápida e confiável.

## 1.4 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS

As equipes “Vida Após COVID” e de apoio e monitoramento e enfrentamento a pandemia da covid-19 da FUMSSAR forneceram os dados dos usuários que testaram positivo para covid-19 no ano de 2020 no município. Então foi enviado o questionário através do *whatsapp* usando a ferramenta *Google Forms* (questionário eletrônico) onde os 219 usuários responderam a pesquisa. Os dados foram coletados durante em julho e agosto de 2021.

## 1.5 ANÁLISE ESTATÍSTICA DOS DADOS

Os resultados apresentam-se em tabelas e gráficos através de frequências absolutas e relativas para as variáveis qualitativas e medidas descritivas para as variáveis quantitativas. Nos testes estatísticos consideram-se um nível de 5% de significância. A análise estatística foi realizada no software R.

## 1.6 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Foram respeitados os procedimentos éticos de pesquisa, como assinatura do TCLE, submissão ao CEP e aprovação com CAAE: 38895820.8.0000.5350.

## 2 RESULTADOS

Nesta pesquisa responderam ao questionário 219 cidadãos do Município de Santa Rosa RS, que durante a pandemia adquiriram a Covid-19, com idade entre 18 a 60 anos ou mais, sendo que 26,5% tinham entre 18 e 30 anos tal como 34,2% tinham entre 31 a 40 anos, desvelando pessoas jovens. Quanto aos gêneros das pessoas 26,5% pessoas são do sexo masculino e 73,5% pessoas do sexo feminino. De modo similar o gênero associa-se à elaboração cultural, então os gêneros masculino e feminino são construções culturais, sendo capaz de ter oscilações no tempo e no espaço que estão em constantes formações, por conseguinte o sexo relaciona-se ao biológico (RAVAGANI, 2007).

Ao considerar a finalidade de compreender os efeitos da contaminação pelo coronavírus durante a pandemia da covid-19 em usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) de Santa Rosa-RS, foi entrevistada a população que faz uso desse sistema. Desta amostra 37,9% declaram estado civil solteiro (a) e 50,72% casados tendo em vista que grande parte das pessoas participantes tem ensino médio (26,5%), do mesmo modo que possuem graduados (20,5%) e pós-

graduados (19,6%) na área de atuação. Com relação ao trabalho, cerca de 80,4% estão trabalhando e 19,6% estão desempregados.

Tabela 1 – Perfil Sociodemográfico.

Variáveis	Percentual dos usuários (N=219) n%
<b>Gênero</b>	
Feminino	73,5%
Masculino	26,5%
<b>Idade</b>	
Entre 18 a 30 anos	25,6%
31 a 40 anos	34,2%
41 a 50 anos	24,2%
51 a 60 anos	11,4%
Mais de 60 anos	03,7%
<b>Escolaridade</b>	
Ensino Fundamental Incompleto	05,5%
Ensino Fundamental Completo	05,0%
Ensino Médio Incompleto	06,8%
Ensino Médio Completo	26,5%
Ensino Superior Incompleto	12,8%
Ensino Superior Completo	20,5%
Pós-graduação	19,6%
Mestrado	02,3%
Doutorado	00,9%
<b>Você está trabalhando atualmente?</b>	
Sim	80,4%
Não	19,6%
<b>Em qual ramo produtivo você está trabalhando atualmente?</b>	
Industrial	09,1%
Comercial	20,5%
Prestação de Serviços	18,3%
Saúde	15,1%
Educação	10,5%
Outros	26,5%
<b>Qual seu estado civil?</b>	
Solteiro	37,9%
Casado	50,7%
Divorciado	09,7%
Viúvo	01,8%
<b>Quantas pessoas moram na sua residência?</b>	
1 pessoa	07,8%
2 pessoas	34,7%
3 pessoas	31,5%
4 pessoas	19,2%
5 pessoas	05,5%
6 pessoas ou mais	01,4%

Fonte: SCHONS, MAY, MÜLLER, ALBUQUERQUE (2021).

Tabela 2 – Situação de Saúde.

Variáveis	Percentual dos usuários (N=219) n%
<b>Possui alguma doença pré-existente (comorbidade)?</b>	
Sim	26,0%
Não	74,0%
<b>Caso tenha alguma doença pré-existente (comorbidade), selecione uma opção a seguir:</b>	
Câncer	03,2%
Doenças cardiovasculares	04,8%
Doenças Respiratórias	11,1%
Hipertensão	42,9%
Diabetes	11,1%
Obesidade	04,8%
Visão	03,2%
Não tenho	01,6%
Artrite e reumatoide	01,6%
Tive hanseníase	01,6%
Alterou um pouco a pressão	01,6%
Hipotireoidismo	01,6%
Artrite reumatoide hipotireoidismo	01,6%
Ansiedade	01,6%
De nascença relacionado ao coração sem riscos de vida ou algo assim	01,6%
Pre diabetes	01,6%
Nada	01,6%
Hipotireoidismo	01,6%
<b>Você reside com alguém que tem alguma doença pré-existente (comorbidade)?</b>	
Sim	26,9%
Não	73,1%
<b>Você faz uso de medicação de uso contínuo</b>	
Sim	44,3%
Não	55,7%

Fonte: SCHONS, MAY, MÜLLER, ALBUQUERQUE (2021).

Tabela 3 – Questionário sobre COVID-19.

Variáveis	Percentual dos usuários (N=219) n%
<b>Ao sair de casa, com que frequência você usa máscara descartável ou de tecido?</b>	
Sempre	66,7%
Frequentemente	29,2%
Raramente	04,1%
Nunca	00,0%

<b>Quais foram os primeiros sintomas da COVID-19 que você sentiu?</b>	
Febre	15,5%
Tosse seca	09,6%
Cansaço	23,3%
Congestão nasal	08,7%
Dor de cabeça	23,3%
Dor de garganta	11,4%
Diarréia	03,7%
Não apresentou sintomas	04,6%
<b>Qual foi o tratamento que você realizou?</b>	
Hospitalar	09,1%
Ambulatorial (posto de saúde, consultório médico, etc.)	42,5%
Domiciliar	48,8%
<b>Você usou medicamentos?</b>	
Sim	84,0%
Não	16,0%
<b>Quais foram às primeiras medidas tomadas?</b>	
Procurou atendimento médico	63,0%
Isolamento social	24,2%
Monitoramento dos sintomas	11,9%
Nenhuma das respostas anteriores	00,9%
<b>O que você sentiu ao receber o diagnóstico?</b>	
Medo	40,2%
Angústia	16,9%
Ansiedade	22,8%
Tristeza	03,2%
Vergonha	0,50%
Nada	16,4%
<b>Houve mudanças na sua rotina?</b>	
Sim	90,9%
Não	09,1%
<b>Se houve mudanças na sua rotina, selecione uma opção:</b>	
Aumento ou diminuição de alimentação	13,1%
Aumento ou diminuição do sono	
Aumento de consumo de álcool	16,5%
Aumento do consumo de drogas ilícitas	01,5%
Aumento de consumo de tabaco	00,5%
Aumento ou diminuição de atividades de lazer	00,5%
Isolamento social	08,3%
Outros	55,8%
	03,9%



<b>Você teve acesso a informações referentes à prevenção, diagnóstico e tratamento da doença?</b> Sim Não	96,3% 03,7%
<b>Já esteve ou está em acompanhamento psicológico?</b> Sim Não Gostaria de estar em acompanhamento	18,7% 17,4% 63,9%
<b>Possui diagnóstico de transtorno mental?</b> Sim Não	07,3% 92,7%
<b>Houve impactos do coronavírus (COVID-19) na sua saúde mental?</b> Sim Não	37,9% 62,1%
<b>Você teve alguma perda (por morte) em decorrência da pandemia?</b> Sim Não	27,9% 72,1%
<b>Você teve medo de morrer em decorrência da covid-19?</b> Sim Não	53,0% 47,0%
<b>Antes da pandemia da COVID-19 você já tinha pensado sobre sua morte</b> Sim Não	53,9% 46,1%
<b>Mais alguém na família se contaminou?</b> Sim Não	79,5% 20,5%
<b>Culpa a si mesmo (a) por ter contraído COVID-19?</b> Sim Não	24,7% 75,3%
<b>Você se sentiu discriminado em algum momento após ter sido contaminado pelo coronavírus?</b> Sim Não	37,9% 62,1%

Fonte: SCHONS, MAY, MÜLLER, ALBUQUERQUE (2021).

### 3 DISCUSSÃO

O município de Santa Rosa está localizado no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, com uma área territorial de 488,4 quilômetros quadrados, com economia predominante metal mecânico e agrícola, sendo também conhecida como Berço Nacional da Soja. A região é modelo do segmento industrial no setor polo metal mecânico, fabricando peças, máquinas e implementos agrícolas, movimentando o agronegócio e produzindo 66% das colheitadeiras brasileiras (PMSR, 2016).

O questionário aplicou-se a 219 pessoas usuárias do SUS, diagnosticadas com a COVID-19. A exposição ao um vírus desconhecido gera insegurança e dúvidas a população considerando que o vírus tem influência na saúde mental, impactando nos processos de trabalho e na vida pessoal dessa população (DUARTE, SILVA e BAGATINI, 2021).

Nesse contexto, o estudo mostra que a população habituou-se ao uso de máscaras para proteger a si e ao próximo, pois quando questionado ao sair de casa, “com que frequência você usa máscara descartável ou de tecido” grande parte dos participantes responderam 66,7% que sempre fazem o uso, frequentemente 29,2% e raramente 04,1% fazem a utilização da proteção individual (máscara). Nesse cenário, em função da inexistência de medidas preventivas ou terapêuticas específicas para a COVID-19, e sua rápida taxa de transmissão e contaminação, a OMS recomendou aos governos a adoção de intervenções não farmacológicas (INF), as quais incluem medidas de alcance individual (lavagem das mãos, uso de máscaras e restrição social), ambiental (limpeza rotineira de ambientes e superfícies) e comunitário (restrição ou proibição ao funcionamento de escolas e universidades, locais de convívio comunitário, transporte público, além de outros espaços onde pode haver aglomeração de pessoas), entre todas, destaca-se a restrição social (MALTA et al., 2020). Desse modo, no questionário havia uma pergunta relacionada à “rotina se houve alguma mudança” cerca de 90,9% das pessoas responderam que sim, dentre elas a principal mudança foi o isolamento social (55,8%).

Desta maneira, essa pesquisa mostra um número expressivo das pessoas que relataram apresentar sintomas relacionados à ansiedade (22,8%), a angústia (16,9%) ao medo de adquirir a doença (40,2%) já quando questionados ao medo de morrer em decorrência a covid-19 cerca de 53% responderam que tem esse temor. Esses mistos de sentimentos são uma reação natural diante de uma ameaça real e proeminente, que demanda muitas vezes um agir racional para seu enfrentamento, pautado em informações realistas e concretas, com a finalidade de contribuir, assim para as medidas de proteção acessíveis (JODELET, 2019).

Quanto aos principais sintomas relacionados à covid-19, referiram o cansaço (23,3%), a dor de cabeça (23,3%), a febre (15,5%) e a dor de garganta (11,4%) se fizeram mais presentes na população pesquisadora. O espectro clínico da infecção por coronavírus é muito amplo, podendo variar de um simples resfriado até uma pneumonia grave. O quadro clínico inicial da doença é caracterizado como uma síndrome gripal como: tosse, febre, coriza, dor de garganta e dificuldade para respirar. A transmissão acontece de uma pessoa doente para outra ou por contato próximo por meio de: toque do aperto de mão; gotículas de saliva; espirro; tosse; catarro; objetos ou superfícies contaminadas, como celulares, mesas, maçanetas, brinquedos entre outros. As pessoas com COVID-19 geralmente desenvolvem sinais e sintomas, incluindo problemas respiratórios leves e febre persistente, em média de 5 a 6 dias após a infecção - período médio de incubação de 5 a 6 dias, intervalo de 1 a 14 dias (LIMA, 2020b).

As primeiras medidas tomadas pelos entrevistados foram procurar atendimento médico (63%) e por seguinte realizar o isolamento social (24,2%). Foram em busca de um atendimento domiciliar 48,8% e ambulatorial (posto de saúde, consultório médico) 42,5%, cerca de 84% fizeram uso de alguma medicação para o tratamento da sintomatologia. Ser forçado a ficar em ambientes fechados devido à pandemia do COVID-19 por longos períodos de tempo pode levar a condições de estresse que podem causar mudanças drásticas em nossos hábitos de vida (ABBAS e KAMEL, 2020). Essas mudanças podem aumentar os quadros de estresse, compulsão alimentar ou diminuição da

alimentação, distúrbios do sono e sedentarismo. Neste estudo 90,9% dos entrevistados referiram mudanças na sua rotina, sendo que 55,8% referiu o isolamento social como a mudança na rotina diária, seguido pelo aumento ou diminuição do sono (16,5%) e aumento ou diminuição dos hábitos alimentares (13,1%).

Comer por estresse é algo real. As pessoas estão mais ansiosas com as mudanças e incertezas impostas pelo combate ao coronavírus (CAMPANA et al., 2019; BROOKS et al., 2020). O ser humano é um ser sociável, e esse período de isolamento social pode desencadear estresse, ansiedade e o tédio, e como consequência induzir a comportamentos deletérios, como comer em maior quantidade e/ou frequência (ABBAS; KAMEL, 2020; BHUTANI; COOPER, 2020) e da mesma forma aumentar a frequência e/ou o consumo de álcool (REHM et al., 2020; BHUTANI; COOPER, 2020) como mecanismos para lidar com o crescente medo e ansiedade (BHUTANI e COOPER, 2020), podendo ter efeito sobre o peso da população, com um possível ganho de massa corporal (BHUTANI; COOPER, 2020). Ainda, como efeitos do isolamento social estão sendo descritos a inatividade física (BHUTANI; COOPER, 2020; AMMAR et al., 2020; PEÇANHA et al., 2020; BLOCH; HALLE; STEINACKER, 2020) e os distúrbios do sono (BHUTANI; COOPER, 2020).

Em um período crítico como o da pandemia de COVID-19 é extremamente importante a manutenção hábitos de vida saudáveis para o bom funcionamento do corpo. Atualmente não existem evidências de que alimentação evidência no curso da COVID-19 ou na prevenção do contágio pelo coronavírus. Porém, ter uma dieta baseada em alimentos in natura e minimamente processados, ser fisicamente ativo, reduzir o estresse e ter uma boa qualidade de sono podem fortalecer o sistema imunológico (EUFIC, 2020; ABBAS; KAMEL, 2020).

Em um estudo mundial sobre hábitos de vida durante a quarentena, o estudo ECLB-COVID19, os autores avaliaram 1047 indivíduos de diversos países, e encontraram aumento significativo no número de relatos dos participantes sobre comportamentos e atitudes alimentares não saudáveis. Dados que também foram verificados neste estudo em Santa Rosa.

Apesar de 92,7% dos entrevistados referirem que não tem ou tinham transtornos mentais antes da pandemia, 62,1% referiram que houve mudanças na sua saúde mental a com a pandemia e 63,9% relataram que gostariam de ter acompanhamento psicológico para elaborar o sofrimento psíquico vivenciado pela pandemia da covid-19. Durante uma pandemia é esperado que estejamos frequentemente em estado de alerta, preocupados, confusos, estressados e com sensação de falta de controle frente às incertezas do momento (FIOCRUZ, 2020). Estima-se, que entre um terço e metade da população exposta a uma epidemia pode vir a sofrer alguma manifestação psicopatológica, caso não seja feita nenhuma intervenção de cuidado específico para as reações e sintomas manifestados (FIOCRUZ, 2020), esse dado é exemplificado neste estudo onde os entrevistados relataram medo, ansiedade e angustias, serem alguns dos sintomas vivenciados.

Os fatores que influenciam o impacto psicossocial estão relacionados a magnitude da epidemia e o grau de vulnerabilidade em que a pessoa se encontra no momento. Entretanto, é importante destacar que nem todos os problemas psicológicos e sociais apresentados poderão ser qualificados como doenças. A maioria será classificado como reações normais diante de uma situação anormal (FIOCRUZ, 2020)

Os transtornos psíquicos imediatos mais frequentes são os episódios depressivos e as reações de estresse agudo. O risco de surgimento destes transtornos aumenta de acordo com as características das perdas e outros fatores de vulnerabilidade. Entre os efeitos tardios mais recorrentes estão: luto patológico, depressão, transtornos de adaptação, manifestações de estresse pós-traumático, abuso do álcool ou outras substâncias que causam dependência e transtornos psicossomáticos (FIOCRUZ, 2020). Também os padrões de sofrimento prolongado se manifestam como tristeza, medo generalizado e ansiedade expressos corporalmente, sintomas que podem vir a desencadear uma patologia a médio ou longo prazo, caso não seja realizada uma intervenção qualificada (FIOCRUZ, 2020).

## CONCLUSÃO

No presente estudo, foram sistematizados conhecimentos sobre implicações na saúde mental diante da pandemia do novo coronavírus. No início da pandemia de covid-19 verificamos que medidas de urgências foram tomadas para diminuir a disseminação do vírus, como o isolamento e quarentena, termos muitas vezes usados como sinônimos, mas que possuem significados e objetivos diferentes. A quarentena é usada para controlar a disseminação do vírus, por um período de duas semanas (período de incubação do vírus COVID-19), para analisar se houve ou não contágio da doença. Além disso, a quarentena é um método utilizado já alguns anos para conter a disseminação de outras doenças contagiosas. Já o isolamento social é marcado pelo distanciamento físico de pessoas doentes daquelas que não estão doentes. Mesmo que estas tenham sido medidas adotadas em outros momentos, jamais utilizou-se o distanciamento social por um período tão prolongado. E as consequências oriundas do isolamento social são imensuráveis, uma vez que podem causar ou agravar doenças pré existentes.

O medo, a incerteza de duração do isolamento, o tédio, afastamento de familiares e amigos, são fatores que quebraram a rotina e são considerados estressores, que podem levar a transtornos de ansiedade, depressão, além de comportamentos suicidas. Desta forma, verificamos que a saúde mental não pode ser negligenciada neste momento de pandemia, pois é de suma importância para o enfrentamento das repercussões da COVID-19, que vem sendo considerada a maior emergência de saúde pública que a comunidade internacional enfrenta em décadas. Intervenções em saúde mental envolvem a realização de intervenções psicológicas e multiprofissionais de escuta qualificada e primeiros cuidados psicológicos (PCP) para minimizar implicações negativas e promover saúde, qualidade de vida e bem estar físico e mental, bem como em momentos posteriores, quando as pessoas precisarão se readaptar e lidar com as perdas e transformações oriundas da covid-19.



Nesse sentido, sugerem-se levantamentos sobre implicações na saúde mental diante da pandemia e sobre intervenções psicológicas alinhadas às necessidades do contexto brasileiro, considerando as características de diferentes populações atingidas pela COVID-19 e, em particular, de pessoas e grupos em maior vulnerabilidade socioeconômica. Entende-se que, embora imponha desafios adicionais à atuação dos profissionais de saúde, em especial dos psicólogos, enfermeiros, médicos e assistentes sociais no Brasil e no mundo, a pandemia do novo coronavírus pode contribuir para o aperfeiçoamento da prática e da pesquisa em situações de crise, emergências e desastres.

É notório que os transtornos psíquicos imediatos como ansiedade, angústias e medo necessitam de uma atenção especial, cuidados e apoio por parte de toda a sociedade, especialmente pelos profissionais de saúde que atuam junto as populações dos territórios. Portanto, entendemos que é indispensável que se elabore outros estudos, bem como políticas públicas de enfrentamento ao sofrimento psíquico – como ao luto, estresse pós-traumático, ansiedade generalizada, depressão – promovendo cuidado multiprofissional e intersetorial aos cidadãos que necessitam auxílio neste momento pandêmico que gerou catástrofes mundiais, mas também individuais imensuráveis do ponto de vista psicológico para famílias e comunidades ao redor do mundo.

## REFERÊNCIAS

ABBAS, A.M. e KAMEL, M.M. Dietary habits in adults during quarantine in the context of COVID-19 pandemic. **Obes. Med.**, v.19, p.100254, 2020.

AMMAR, A.; BRACH, M.; TRABELSI, K.; et al. **Effects of COVID-19**. Home Confinement on Eating Behaviour and Physical Activity: Results of the ECLB-

BHUTANI, S. e COOPER, J.A. COVID-19 related home confinement in adults: weight gain risks and opportunities. **Obesity.**, no prelo, 2020.

BLOCH, W.; HALLE, M.; STEINACKER, J.M. Sport in Times of Corona. **Dtsch Z Sportmed.**, v.71, p.83-4, 2020.

BROOKS, S.K.; WEBSTER, R.K.; SMITH, L.E.; WOODLAND, L.; WESSELY, S.; GREENBERG, N.; RUBIN, G.J. The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. **Lancet**, v.395, n.10227, p.912-20, 2020.

CAMPANA, B.; BRASIEL, P.G.; AGUIAR A.S. de; LUQUETTI, S.C. Obesity and food addiction: similarities to drug addiction. **Obes. Med.**, v.16, p.100136, 2019.

DALL-FARRA, R. A. & LOPES, P. T. C. Métodos mistos de pesquisa em educação: pressupostos teóricos. **Revista Nunces**: estudo sobre educação, 24(3), 67-80, 2013.

DUARTE, Maria de Lourdes Custódio; SILVA, Daniela Giotti da; BAGATINI, Mariana Mattia Correa. Enfermagem e saúde mental: uma reflexão em meio à pandemia de coronavírus. **Rev. Gaúcha Enferm.** Vol.42, Porto Alegre, 2021.

FARO, A; BAHIANO, Milena de Andrade; NAKANO, Tatiana de Cassia; REIS, Catielle; SILVA, Brenda Fernanda Pereira da; VITTI, Laís Santos. COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado. **Revista Estudos de Psicologia**, v.37, 2020.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ), Ministério da Saúde. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia da COVID-19**. Brasília: Fiocruz, 2020.

JODELET, Denise. Abordagem psicossociológica sobre ameaças e seus usos sociais. **Sociedade e Estado**, 24 (1), 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/9RKx5XjMDb98qHWfDrnDVxQ/?lang=pt>

LIMA, R. C. Distanciamento e isolamentos sociais pela COVID-19 no Brasil: Impactos na saúde mental. **Physis: Revista Saúde Coletiva**, 30(2), 2020a

LIMA, Claudio Márcio Amaral de Oliveira. Informações sobre o novo coronavírus (COVID-19). **Radiol Bras.** Mar/Abr; 53(2):V–VI, 2020b.

MALTA, Deborah Carvalho *et al.* A pandemia da COVID-19 e as mudanças no estilo de vida dos brasileiros adultos: um estudo transversal. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, 29(4):e2020407, 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Folha Informativa – COVID-19** (doença causada pelo novo coronavírus). 2020. Disponível em: [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875). Acesso em: 12 fev. 2021.

PEÇANHA, T.; GOESSLER, K.F.; ROSCHEL, H.; GUALANO, B. Social isolation during the COVID-19 pandemic can increase physical inactivity and the global burden of cardiovascular disease. **Am J Physiol Heart Circ Physiol.**, v.318, p.1441-6, 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA - **PMSR**. Santa Rosa: 2016. Disponível em: <<http://www.santarosa.rs.gov.br/index2.php>>. Acesso em: 10 maio 2020.

RAVAGANI, Eduardo. **O que é Sexualidade Humana?** Tese de Doutorado pela Universidade de Brasília, Faculdade de Ciências da Saúde. Brasília: 2007.

REHM, J.; KILIAN, C.; FERREIRA-BORGES, C.; JERNIGAN, D.; MONTEIRO, M.; PARRY, C.D.H.; SANCHEZ, Z.M.; MANTHEY, J. Alcohol Use in Times of the COVID 19: Implications for Monitoring and Policy. **Drug Alcohol Rev.**, v.39, n.4, p.301-4, 2020.

SCHMIDT, Beatriz; CREPALDI, Maria Aparecida; BOLZE, Simone Dill Azeredo; SILVA, Lucas NEIVA; DEMENECH, Lauro Miranda. Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). Seção temática - Contribuições da psicologia no contexto da pandemia da covid-19, **Estud. Psicol.**, Campinas, 37, 2020.

THE EUROPEAN FOOD INFORMATION COUNCIL (EUFIC). **Food and coronavirus (COVID-19):** what you need to know. Brussels, BE: EUFIC, 2020.

## **A INFLUÊNCIA DO CLIMA ORGANIZACIONAL NO COMPROMETIMENTO DA EQUIPE DE UM ESCRITÓRIO CONTÁBIL**

Camila Rodrigues da Silva<sup>1</sup>  
Marlise Inês Graff<sup>2</sup>  
Janice Walter<sup>3</sup>  
Marcos Rogério Rodrigues<sup>4</sup>  
Adelino Pedro Wisniewsk<sup>5</sup>

### **RESUMO**

O presente artigo tem como tema verificar a influência do clima organizacional no comprometimento da equipe tendo como base para o estudo o escritório de contabilidade Lidder Prime Ltda, localizado no município de Santo Cristo – RS. A problemática trazida é como o clima organizacional influencia no desenvolvimento e na comunicação da equipe do escritório, sendo o referencial teórico dividido em gestão de pessoas, processos de gestão de pessoas e comunicação e clima organizacional. Como objetivo principal visa identificar se a comunicação é um processo relevante para o desenvolvimento e o comprometimento da equipe, para o qual utiliza como natureza a pesquisa teórica, o tratamento de dados é apresentado de forma qualitativa e quantitativa, os objetivos apresentam-se de forma exploratória e descritiva e os dados bibliográficos e estudo de caso. Como conclusão constatou-se alguns pontos a serem incrementados pela empresa relacionados a comunicação, remuneração, benefícios, ambiente de trabalho, onde foi proposto sugestões de melhorias com o intuito de contribuir para o desempenho organizacional.

Palavras-chave: Clima Organizacional - Gestão de Pessoas – Comunicação - Desempenho.

### **INTRODUÇÃO**

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Administração – 7º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. [camila\\_rodrigues@hotmail.com](mailto:camila_rodrigues@hotmail.com)

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Administração – 8º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. [marlise\\_graff@outlook.com](mailto:marlise_graff@outlook.com)

<sup>3</sup> Mestra em Desenvolvimento - UNIJUI, Bacharel em Administração/Comércio Internacional - FEMA, Especialista em Gestão de Pessoas - UNINTER. Docente nas Faculdades Integradas Machado de Assis, cursos de Ciências Contábeis, Tecnólogo em Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão de Recursos Humanos. [janice@sommacontabilrs.com.br](mailto:janice@sommacontabilrs.com.br)

<sup>4</sup> Mestre em Administração. Professor do Curso de Administração. Faculdades Integradas Machado de Assis. [marcosrodrigues@fema.com.br](mailto:marcosrodrigues@fema.com.br).

<sup>5</sup> Especialista em Administração Pública e Gestão de Cidades. Professor do Curso de Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado De Assis. [adelinopedro@santarosa.rs.gov.br](mailto:adelinopedro@santarosa.rs.gov.br)

A base para o sucesso de qualquer empresa está em possuir uma equipe disposta a colaborar com os objetivos organizacionais. O que por outro lado, para os gestores acaba sendo um grande desafio, conseguir mensurar o desempenho e identificar os valores motivacionais de cada indivíduo.

O presente estudo traz como tema a influência do clima organizacional no comprometimento da equipe de um escritório contábil, que foi desenvolvido no município de Santo Cristo – RS. Como problemática é estudado como o clima organizacional influencia no desenvolvimento e na comunicação da equipe do escritório.

O objetivo é identificar se a comunicação é um processo relevante para o desenvolvimento e o comprometimento da equipe, tendo como especificação três tópicos, conhecer a forma de gestão de pessoas da organização no que se refere ao clima organizacional; avaliar a interferência do clima organizacional no comprometimento e desenvolvimento da equipe e propor ações de melhorias na gestão de pessoas visando melhorar o clima organizacional da empresa.

Como embasamento teórico alguns autores são utilizados com ênfase, dos quais destacam-se Ribeiro, Chiavenato, Dutra, Dutra e Dutra, Lacombe e são distribuídos no estudo dos tópicos de gestão de pessoas, processos de gestão de pessoas e comunicação e clima organizacional. Como metodologia é utilizada a pesquisa teórica com tratamento de dados qualitativos e quantitativos, os objetivos propostos são atendidos de forma exploratória e descritiva, utilizando os dados bibliográficos e estudo de caso.

O artigo é estruturado em introdução, referencial teórico, metodologia, análise e diagnóstico dos resultados, sugestão de melhoria e conclusão.

## **1 REFERENCIAL TEÓRICO**

Para apresentar a aplicabilidade dos conceitos utilizado nesta pesquisa, foram desenvolvidos os tópicos de gestão de pessoas e seus processos de gestão de pessoas e comunicação e clima organizacional.

## 1.1 GESTÃO DE PESSOAS E SEUS PROCESSOS

Com o passar do tempo muitos segmentos nas organizações passam por mudanças e transformações, no entanto, o que ainda se mantém é a importância do capital humano. O grande diferencial está relacionado com identificar a melhor forma de reter as habilidades e competências dos colaboradores, de modo que estejam engajados com os objetivos da organização.

Segundo Ribeiro, inicialmente o papel do Gestor de Recursos Humanos estava relacionado às rotinas mais burocráticas, ao departamento de pessoal. Após sofrer várias alterações com o passar do tempo, hoje esta área possui um papel estratégico nas organizações, trata-se de um monitoramento constante das necessidades que atingem a organização desde a contratação e segue com avaliações periódicas (RIBEIRO, 2019).

Gil elenca alguns pontos que englobam a gestão de pessoas, para o autor: “A gestão de pessoas abrange amplo leque de atividades, como recrutamento de pessoal, descrição de cargos, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho, etc.” (GIL, 2011, p.24).

Com a verificação do importante diferencial estratégico que a área de gestão de pessoas representa nas organizações, muitos autores falam em gestão de talentos humanos onde o indivíduo passa a ser um parceiro da organização (CHIAVENATO, 2020).

Após análise dos autores é possível perceber que a gestão de pessoas tem como característica a função de alcançar os objetivos organizacionais e individuais através da cooperação dentro da organização, as pessoas passam a ser vistos como parceiros da organização, incentivando-se a participarem das decisões da empresa e utilizando do talento delas no desenvolvimento das atividades.

A gestão de pessoas é usada nas organizações para administrar o potencial profissional encontrado e buscar formas de extrair produtividade sem desvalorizar o colaborador. Lacombe fala sobre a valorização do capital humano:

Para Chiavenato, a gestão de pessoas deve respeitar seis processos, que devem estar inter-relacionados, e ter respeitada cada etapa para que seja



possível alcançar o sucesso almejado. Caso um desses processos seja comprometido ou desenvolva falhas, irá refletir entre os demais. Ao mesmo tempo eles devem ser elaborados de acordo com as particularidades de cada organização, levando em consideração os fatores internos e externos (CHIAVENATO, 2014).

Chiavenato afirma que o processo de agregar pessoas trata da inclusão de novas pessoas dentro da organização, o que pode ser feito de várias formas, inclusive por recrutamento e seleção (CHIAVENATO, 2010).

Quando falamos em recrutamento e seleção, Dessler afirma que além de analisar a real necessidade deste processo, é também importante utilizarmos da descrição do cargo, ou seja, definir exatamente que perfil está se buscando (DESSLER, 2003).

Outro ponto ressaltado por Lacombe para se obter resultado positivo, “[...] é admitir as pessoas certas no momento certo a fim de formar a equipe de que a empresa necessita.” (LACOMBE, 2011, p. 21).

Fidelis faz uma reflexão sobre o papel do gestor no momento da admissão e das boas vindas a novos colaboradores, neste momento é preciso além de coletar as assinaturas e realizar os tramites legais, orientar e apresentar o que a organização espera, e ao mesmo tempo, sentir como está sendo percebida a organização pelo novo colaborador e qual a sua expectativa de crescimento (FIDELIS, 2014).

Outro importante processo é o de recompensar pessoas, que segundo Chiavenato, está baseado na forma como será recompensado o desenvolver e o atingimento das metas, que pode se dar através de remunerações e/ou benefícios usados para motivar o colaborador (CHIAVENATO, 2010).

Lacombe e Heilborn ressaltam que outro grande atrativo, quando é abordado o tema recompensar pessoas, são os benefícios que passam a ser um grande diferencial na hora de reter novos talentos, e que é levado muito em conta na hora de decidir por uma empresa (LACOMBE; HEILBORN, 2011).

O processo de desenvolver pessoas nas organizações, de acordo com Chiavenato, é responsável pelos treinamentos e capacitações, pelas formas de

desenvolver o colaborador pessoal e profissionalmente (CHIAVENATO, 2010).

É possível observar a importância de seguir os passos básicos para alcançar o sucesso, como gestores de uma organização, estes precisam desenvolver o recurso humano para alcançar maiores rendimentos.

## 1.2 COMUNICAÇÃO E CLIMA ORGANIZACIONAL

A gestão de pessoas é responsável por várias variáveis nas organizações, que funcionam como engrenagens que precisam estar alinhadas. Dessa forma, deve-se estar atento a comunicação que precisa ser realizada de forma correta e assertiva, e que possui influência direta no clima organizacional. Para Flatley, Rentz e Lentz, “A comunicação interpessoal é a troca de informações e sentimentos entre seres humanos sempre que se encontram.” (FLATLEY; RENTZ; LENTZ, 2015, p. 8).

Flatley, Rentz e Lentz ressaltam a importância da comunicação empresarial considerando as mudanças no ambiente organizacional atual, com modelos hierárquicos mais dinâmicos, o desafio é manter todos os envolvidos comprometidos com os objetivos da empresa (FLATLEY; RENTZ; LENTZ, 2015).

Gil menciona que: “A motivação ou disposição para empenhar-se o melhor possível no desenvolvimento de suas atribuições tem muito a ver com o próprio empregado, mas também é fortemente influenciada pela empresa.” (GIL, 2011 p.45).

Dias menciona o clima organizacional como: “[...] conceito que descreve o ambiente de trabalho como uma variável organizacional, mensurada através das percepções dos indivíduos sobre o local de trabalho.” (DIAS, 2013, p. 290).

Fidelis destaca a importância de outros fatores que interferem no relacionamento humano como: “[...] trabalho em equipe e a troca de informações, o estilo de gerência que aceite compartilhar as decisões e incentive o desenvolvimento das competências e o respeito entre as pessoas.” (FIDELIS, 2014, p. 38). Segundo Ribeiro: “[...] as expectativas dos empregados por justiça,

valorização, reconhecimento, transparência, evolução, liderança, bom ambiente corporativo e trabalho dignificado são permanentes.” (RIBEIRO, 2019, p.10).

Para Fernandes, as transformações culturais estão trazendo muitas mudanças para a gestão de pessoas, “cada vez mais, as pessoas tomarão decisões sobre sua vida profissional a partir de valores, família e compromissos sociais e, cada vez menos, a partir de salários e status profissionais.” (FERNANDES, 2013, n.p). Conforme Ribeiro, a organização precisa observar o desempenho do seu quadro de pessoal: “Bons empregados insatisfeitos precisam de novos desafios, eventual revisão de cargos e salários e solução de reclamações e queixas que possam impedir sua motivação.” (RIBEIRO; 2019, p. 9).

É possível perceber a importância que o clima empresarial tem sobre o rendimento do trabalho. Funcionários desmotivados não estão engajados em suas atividades e podem gerar uma interferência muito grande no seu desempenho. É fundamental para as organizações realizarem o acompanhamento do clima, pois ele pode sofrer alterações com o passar do tempo.

## **2 METODOLOGIA**

Para desenvolver a categorização da pesquisa são utilizados os recursos necessários para atender aos objetivos propostos de forma clara e objetiva, considerando a natureza da pesquisa como teórica, o tratamento de dados qualitativos e quantitativos, os objetivos propostos apresentados de forma exploratória e descritiva e em relação aos dados como bibliográfica e estudo de caso.

Foi realizado uma entrevista no dia 01/05/2021 com dois dos três sócios proprietários do Escritório, que foi gravada, seguindo um roteiro formado por 18 questões abertas. A pesquisa de clima se deu através de aplicativos móveis, que contou com 34 questões objetivas. O estudo é apresentado considerando 13 formulários, sendo que 2 não foram respondidos dos 15 enviados. Após a coleta

dos dados, foi transcrita a entrevista para um arquivo do word em forma de redação, agrupada por assunto abordado.

### **3 ANÁLISE E DIAGNÓSTICO DOS RESULTADOS**

O presente estudo de caso realizado tem como base um escritório de contabilidade que possui como razão social Lidder Prime Ltda. O escritório possui como finalidade a prestação de serviços relacionados a legalização de empresas, consultoria tributária, recursos humanos, declaração de imposto de renda, escrituração fiscal e contábil.

#### **3.1 CONHECENDO A ORGANIZAÇÃO NA VISÃO DOS GESTORES**

O escritório não possui um padrão de processo relacionado a gestão de pessoas, conforme apresentado pelos gestores, mas algumas ações já estão sendo realizadas para melhoria dos métodos utilizados.

Os processos de contratações seguem de acordo com a necessidade da vaga, que costuma ser imediata. O recrutamento é realizado a partir do levantamento de currículos que são obtidos através de contato com instituições de ensino, agências particulares e principalmente com a divulgação nas redes sociais. Segundo Chiavenato o processo de aplicar pessoas está relacionado com a integração do colaborador com a sua atividade (CHIAVENATO, 2010).

O índice de rotatividade é baixo, calculando o turnover sem considerar as novas vagas abertas. Está dentro de uma expectativa observando que é natural do indivíduo a busca por novas empresas. A equipe é muito responsável, e possui uma base sólida.

Com relação aos benefícios, a empresa fornece vale alimentação. Outro benefício que os colaboradores encontram é a flexibilidade de horários, sempre que possível é feita alterações para atender a necessidade do colaborador. Observa-se o que menciona Lacombe e Heilborn ao falar dos benefícios, vistos como um grande diferencial pelas pessoas na hora de escolher qual o melhor lugar para se trabalhar (LACOMBE; HEILBORN, 2011).

Os setores fiscal e contábil possuem uma liderança imediata formada por uma colaboradora que ocupa esta função devido ao tempo de permanência no escritório e o conhecimento adquirido. Para os demais setores, a referência imediata são os gestores.

O clima organizacional costuma ser muito bom, sofrendo algumas alterações principalmente nas datas de prazos estipulados pelo governo para atendimento de obrigações acessórias, quando é demandado mais concentração e agilidade, pois cada colaborador é responsável pelo grupo de clientes que possui, não necessitando que o gestor esteja ao lado.

A comunicação interna é realizada através de aplicativos móveis, e-mail, reuniões individuais e coletivas, sem a existência de outros canais formais específicos para esta finalidade. Não existe uma periodicidade de repassar feedback, estes acontecem quando surge alguma demanda que necessite um retorno ao funcionário, tanto relacionado a surgimento de problemas, como também para repasse de algum elogio recebido do cliente.

Para definição de remuneração não existe um padrão, mas é levado em consideração o atual plano de cargos e salários, no entanto, em algumas situações é necessário remunerar de forma diferente, permanecendo a equiparação salarial, ou seja, colaboradores que exercem a mesma função, possuem o mesmo salário.

Com relação as diretrizes da empresa, tem elaborado a definição de missão, visão e valores. Os gestores destacaram a necessidade de que os colaboradores conheçam essas diretrizes, pois assim é possível compreender o propósito da empresa. Identificar qual a importância de cada indivíduo no processo da prestação de serviço fornecida ao cliente. Segundo Gil, quanto mais claro os objetivos, maior será o engajamento do colaborador para atender a estes propósitos. Segundo o autor a empresa precisa adotar estratégias para que o funcionário “vista a camisa.” (GIL, 2011, p. 54).

Anualmente é realizado uma avaliação com os colaboradores através da aplicação de um questionário que faz parte do planejamento estratégico da empresa. Busca identificar como o funcionário está se sentindo em relação ao

seu trabalho.

A empresa possui uma política de treinamentos muito aberta, sempre que necessário é fornecido a oportunidade para participação de cursos, eventos e palestras. Como as tarefas diárias estão relacionadas com prazos estipulados pelo governo é preciso estar atualizado com a legislação que muda constantemente. Segundo Chiavenato o processo de desenvolver pessoas está relacionado com os treinamentos que são oferecidos pela organização e que objetivam o desenvolvimento pessoal e profissional (CHIAVENATO, 2010).

É fundamental aplicar este processo apresentado pelo autor, principalmente considerando que no ramo de atuação da empresa as mudanças são constantes e os colaboradores precisam estar situados das atualizações da legislação e de como elas podem afetar o trabalho diário.

Hoje um dos grandes desafios relacionados a gestão de pessoas está em conseguir encontrar pessoas qualificadas e comprometidas, pois a empresa visa um padrão diferenciado dos concorrentes, ou seja, além de prestar um serviço de atendimento de obrigações legais, busca estar próxima do seu cliente, conhecer suas necessidades para melhor atendê-las.

### 3.2 COMPROMETIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA EQUIPE

A gestão de pessoas para ser apresentada de forma satisfatória, deve ser compreendida pelos colaboradores para que estes estejam comprometidos com a equipe. Com este objetivo foi disponibilizado um formulário com questões objetivas, que no primeiro momento busca identificar qual o perfil dos colaboradores.

Para identificar a quantidade de funcionários por setores foi percebido que 3 pessoas trabalham no setor contábil, 1 no setor financeiros, 6 no setor fiscal, 3 no setor de recursos humanos e no setor administrativo não teve nenhuma marcação.

Quando questionado se os colaboradores já ouviram falar sobre a missão e visão da empresa foi respondido por 3 colaboradores que sempre ouve falar, 2 quase sempre, 7 as vezes e 1 pesquisado marcou raramente.



Com o intuito de verificar sobre a qualidade de vida e as condições do ambiente de trabalho, foi questionado aos colaboradores como consideram o espaço físico e a estrutura da empresa, dos quais 6 responderam que consideram muito bom, 5 bom e 2 regular.

Quando questionado se a empresa disponibiliza materiais adequados para a realização das atividades diárias, obteve-se como resposta que 8 afirmam sempre recebem os materiais adequados e para 5 pessoas quase sempre recebem.

Considerando a importância do crescimento profissional individual, foi questionado se o escritório oferece oportunidades para o aperfeiçoamento profissional, questão que obteve como resposta por 6 pessoas sempre recebe, 5 pessoas quase sempre e para 2 pessoas as vezes.

Com o intuito de verificar se as diretrizes da organização estão visíveis entre todos, foi questionado se existe uma política de treinamento e aperfeiçoamento desenvolvida pelo escritório onde 2 pesquisados responderam que sempre existe, 4 quase sempre e 7 as vezes.

Quanto ao comprometimento e desenvolvimento pessoal de cada colaborador com o seu ambiente de trabalho foi questionado se estes o mantêm organizado, foi respondido por 7 pessoas que sempre mantem organizado e 6 pessoas quase sempre.

Quando questionado sobre como cada um considera o seu desempenho, 1 colaborador respondeu que considera muito bom, 9 consideram bom e 3 regular. Realizando um paralelo com a demanda diária de trabalho que foi questionado na questão seguinte como o colaborador vê a sua demanda onde 12 pesquisados consideram adequada e 1 excessiva. Para Fidelis “Cultivar um ambiente propício ao desempenho, com responsabilidade individual, agregando valor ao desempenho coletivo, é fator que contribui para o relacionamento humano no trabalho.” (FIDELIS, 2014, p. 39).

Visando identificar se o processo de agregar pessoas está sendo observado, foi questionado se os colaboradores estão contentes com a atividade que realizam. Como resposta 8 sempre estão contentes, 4 quase sempre e 1 as

vezes. Para aprofundar este assunto foi questionado se os colaboradores se consideram proativos, ou seja, que visam antecipar futuros problemas, necessidades ou mudanças, 6 consideram que sempre são proativos, 5 quase sempre, 1 as vezes e 1 raramente.

Para verificar sobre a remuneração, foi questionado se os funcionários a consideram adequada, onde que 3 colaboradores responderam que sempre consideram adequada, 4 quase sempre, 5 as vezes e 1 raramente. Foi questionado se os colaboradores gostam de trabalhar em equipe onde 7 responderam que sempre gostam, 3 responderam quase sempre e 3 as vezes.

Foi questionado também como é o relacionamento com os colegas de trabalho onde obteve-se que 8 pesquisados consideram como muito bom e 5 como bom. Quanto a cooperação foi questionado aos colaboradores se recebem ajuda dos colegas quando necessário para realizar as tarefas e obteve-se como resposta de 8 que sempre recebem ajuda, 4 quase sempre e apenas 1 as vezes.

Quanto aos incentivos recebidos pelos gestores para o trabalho em equipe, 6 colaboradores consideram que os gestores sempre incentivam, 6 quase sempre e 1 pesquisado considera que as vezes incentivam.

Foi perguntado se os gestores possuem facilidade em se relacionar com os colaboradores, onde 6 colaboradores responderam que sempre possuem facilidade, 4 quase sempre e 3 as vezes. Com relação a abertura dos gestores para sugestão de melhorias foi considerado por 2 colaboradores como muito bom, 7 como bom e regular 4 colaboradores.

Lacombe apresenta a importância das pessoas, considerando que apesar de representar o recurso humano nas organizações, devem ser vistas como seres humanos que possuem propósitos e que precisam estar felizes e com qualidade de vida no trabalho (LACOMBE, 2011).

Quanto a participação da equipe juntamente com os superiores nas decisões que afetam o trabalho foi identificado por 2 colaboradores como sempre participam, 4 quase sempre, 5 as vezes e 2 colaboradores raramente participam.

Foi questionado aos colaboradores se existe uma comunicação adequada entre os membros da equipe, onde foi respondido por 2 pesquisados que sempre

é adequada, 7 quase sempre e para 4 apenas as vezes.

Para Chiavenato, “O processo de comunicação pode ser eficiente e eficaz. A eficiência está relacionada com os meios utilizados para a comunicação, enquanto a eficácia está relacionada com o objetivo de transmitir uma mensagem com significado.” (CHIAVENATO, 2020, n.p).

Foi indagado também se os colaboradores recebem as orientações necessárias para realizar seu trabalho diário que foi respondido que 4 sempre recebem, 7 quase sempre e 2 apenas as vezes.

Questionado se os colaboradores recebem feedback com frequência, 5 recebem feedback quase sempre, 3 as vezes, 4 raramente e 1 nunca recebeu.

Foi questionado se os colaboradores sabem lidar com mudança e obteve-se que 5 pesquisados sempre sabem lidar e 8 quase sempre. Outro ponto avaliado foi o que os colaboradores costumam fazer quando surge um problema de relacionamento com algum colega, para 4 o problema é guardado consigo, 2 pessoas costumam resolver sozinhas, 5 falam com os gestores e 2 repassam para outros colegas.

Diante de todos os assuntos abordados neste capítulo, foi identificado alguns pontos que podem ser melhorados, no entanto, percebe-se que a empresa possui uma preocupação em manter seu quadro de colaboradores engajados e capacitados para realização de suas atividades diárias atendendo assim os objetivos organizacionais ao mesmo tempo que as expectativas pessoais de cada colaborador

#### **4 SUGESTÕES PARA MELHORIA DO CLIMA ORGANIZACIONAL**

Após o levantamento e análise dos dados coletados, e tendo em vista que o objetivo do presente estudo é apresentar sugestões de melhorias que possam contribuir ainda mais para o desenvolvimento da organização. No entanto, alguns pontos foram identificados durante a pesquisa que podem ser trabalhados de forma que agreguem aspectos positivos ao trabalho que vem sendo realizado.

Como sugestão recomenda-se que a empresa trabalhe a missão, visão e valores para dentro de sua estrutura física, expondo-os em um lugar com visibilidade para reforçar esses valores junto aos colaboradores e não apenas no momento da contratação, com a leitura do código de conduta.

Os gestores confirmam que possuem uma equipe comprometida e que realiza as atividades com responsabilidade e dentro do prazo, entende-se que trazendo a missão, visão e os valores ainda mais perto do cotidiano acrescentam-se cada vez mais na qualidade do trabalho realizado, e os funcionários estejam cada vez mais conectados com os objetivos da empresa.

Considerando a comunicação que interliga todos os setores tornando-os um depende do outro, as informações pertinentes ao trabalho precisam circular de forma transparente, e direcionada ao colaborador interessado. Para melhorar estes processos recomenda-se que as rotinas sejam repassadas diretamente para a pessoal responsável, assim esta poderá realizar os questionamentos que podem surgir, não utilizando de terceiros para repassar alguma informação, evitando que se perca algum dado importante neste processo.

Pode-se ressaltar ainda, conforme Flatley, Rentz e Lentz a comunicação interpessoal. Conforme os autores, “A comunicação interpessoal é a troca de informações e sentimentos entre seres humanos sempre que se encontram.” (FLATLEY; RENTZ; LENTZ, 2015, p. 8).

Sugere-se também, para facilitar a aproximação entre a organização e colaboradores, a implantação de uma intranet, ou seja, um canal interno restrito a membros autorizados, onde são disponibilizados assuntos sobre a empresa, datas comemorativas, aniversariantes do mês, sugestões de hábitos saudáveis, assim como assuntos externos relevantes a equipe.

Nesse sentido, ainda referente a comunicação, outro aspecto levantado pelos gestores e confirmado pela maioria dos colaboradores, é a inexistência de feedback, para o qual, sugere-se a criação de uma rotina, com a realização de reuniões mensais com a equipe para levantar os pontos fracos e fortes do mês. Visando melhorar a motivação individual, também recomenda-se a adoção com uma periodicidade trimestral para a realização de feedback positivo, tendo em

vista, que já vem sendo praticado o feedback construtivo quando necessário.

Os benefícios são uma forma de recompensar os funcionários, e muitas vezes se tornam o diferencial entre uma empresa ou outra. Para isso recomenda-se a realização de um estudo da viabilidade de investimento em plano de saúde. De acordo com os resultados financeiros estabelecer um percentual de participação da empresa no plano de saúde.

Também pode ser contratado um seguro de vida para os colaboradores, onde a empresa disponibiliza as opções oferecidas e o funcionário pode optar pela forma que ficar mais conveniente para ele. Segundo Ribeiro, “Bons empregados insatisfeitos precisam de novos desafios, eventual revisão de cargos e salários e solução de reclamações e queixas que possam impedir sua motivação.” (RIBEIRO; 2019, p. 9).

Considerando o alto nível de qualificação exigido do profissional para exercer suas atividades e as particularidades de cada um nas funções que executam, aconselha-se revisar o plano de cargos e salários com o auxílio de um profissional especializado em consultoria na área de gestão de pessoas, pois foi um ponto apontado pelos colaboradores como não adequado.

Fidelis ressalta a importância das organizações propiciarem o desempenho, fazendo com que o indivíduo se comprometa com suas atividades, buscando soluções para melhorar a rotina diária, quando bem estruturado os objetivos e obrigações de cada um, aumenta a qualidade do trabalho além de agregar maior valor para a empresa (FIDELIS, 2014).

A empresa pode desenvolver um monitoramento de desempenho, criando metas com o objetivo de repassar ao colaborador qual a seu cargo na empresa e até onde pode chegar, fornecendo as ferramentas necessárias para aperfeiçoamento das competências e habilidades para seu crescimento profissional, assim cabe a cada indivíduo o empenho para atingir seu desenvolvimento.

Atendendo ao que foi mencionado pelos gestores durante a entrevista, é de grande valia que se aprimore a universidade colaborativa para dar mais ênfase no treinamento e desenvolvimento da equipe.

Estas sugestões alinhadas as práticas já adotadas pela organização devem ser observadas como uma forma de alavancar ainda mais os resultados. É necessário observar ainda que cada indivíduo possui a sua visão sobre cada ponto apresentado no presente estudo, e a organização tem o papel de identificar quando algo sai da rotina e evitar que possa causar a desmotivação entre toda a equipe.

## CONCLUSÃO

O estudo de caso realizado no escritório de contabilidade Lidder Prime Ltda, localizado no município de Santo Cristo-RS, teve como problemática identificar como o clima organizacional influencia no desenvolvimento e na comunicação da equipe e elaborar estratégias para melhorar o desempenho organizacional através da implantação das sugestões apresentadas.

Visando atender o objetivo inicial de conhecer a forma de gestão de pessoas da organização no que se refere ao clima organizacional foi evidenciado que os gestores possuem uma preocupação voltada para formar seus colaboradores com a intenção de manter sua permanência, oferecem uma estrutura física organizada facilitando as atividades diárias e autonomia para executá-las.

Atendendo ao segundo objetivo, que possuiu o propósito de avaliar a interferência do clima organizacional no comprometimento e desenvolvimento da equipe, verificou-se que a equipe está satisfeita com as atividades que realiza, bem como sua demanda está adequada, no entanto a comunicação e a remuneração aparecem como uma fraqueza na organização.

Com o terceiro objetivo específico buscou-se propor ações de melhoria na gestão de pessoas visando melhorar o clima organizacional da empresa, percebeu-se que precisa ser evidenciado a missão, visão e valores, além de avaliar a remuneração e benefícios e melhorar o método utilizado na comunicação interna.

O clima organizacional é agradável, mas percebeu-se que as



insatisfações apresentadas ocorrem devido a falhas na comunicação, mas também sofrem interferência de outros fatores como remuneração, benefícios e treinamentos, que podem estar afetando o desempenho das atividades.

A organização é reconhecida no mercado e possui uma visão estratégica voltada para inovação no seu ramo de negócio, associada com a preocupação do desenvolvimento do seu capital humano, as sugestões de melhorias devem ser vistas como uma forma de melhorar a satisfação organizacional e não como uma crítica ao trabalho realizado.

## REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4. ed. Barueri-SP: Manole, 2014.

DESSLER, Gary. **Administração de Recursos Humanos**. 2. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

DIAS, Reinaldo. **Cultura Organizacional: construção, consolidação e mudança**. São Paulo: Atlas, 2013.

DUTRA, Joel Souza. **Gestão de Pessoas: modelos, processos, tendências e perspectivas**. 1. ed. 7. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

DUTRA, Joel Souza; DUTRA, Tatiana Almendra; DUTRA, Gabriela Almendra. **Gestão de Pessoas. Grupo: Realidade atual e desafios futuros**. São Paulo: Atlas, 2017.

FERNANDES, Bruno. **Gestão Estratégica de Pessoas**. Grupo GEN, 2013.  
Disponível em:

<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595154315/cfi/6/6!/4/2/2@0:0>>. Acesso em: 17 out. 2020.

FLATLEY, Marie; RENTZ, Kathryn; LENTZ, Paula. **Comunicação Empresarial**. 2. ed. Porto Alegre: AMGH, 2015. Disponível em:

<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580554588/cfi/0!/4/4@0.00:34.5>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

FIDELIS, José G. **Gestão de Pessoas: Estrutura, Processos e Estratégias Empresariais**. São Paulo: Saraiva, 2014.



11 e 12 de nov. de 2021  
ISBN: 2177-1103.

GIL, Antônio Carlos. **Gestão de Pessoas**: Enfoque nos papéis profissionais. 1. ed. São Paulo: Atlas 2011.

LACOMBE, Francisco José Masset. **Recursos Humanos**: princípios e tendências. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

LACOMBE, Francisco José Masset; HEILBORN, Gilberto Luiz José: **Recursos Humanos**: princípios e tendências. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

RIBEIRO, Antônio D. Lima. **Gestão de Pessoas**. 3. ed. São Paulo: Saraiva 2019.

## **A PERCEPÇÃO DOS EMPRESÁRIOS SOBRE A BUROCRATIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS**

Grazieli Cristina Schmitz Miotti<sup>1</sup>  
Vanessa Daiane Lipke<sup>2</sup>  
Janice Walter<sup>3</sup>  
Marcos Rogério Rodrigues<sup>4</sup>  
Adelino Pedro Wisniewsk<sup>5</sup>

### **RESUMO**

O presente trabalho de conclusão de curso visa apresentar a percepção dos empresários sobre a burocratização dos processos legais e a influência da morosidade dos mesmos na tomada de decisões. O estudo foi realizado com empresas do município de Horizontina situado no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. O problema é a percepção dos empresários sobre a burocratização dos processos de legalização de empresas para o desenvolvimento empresarial. O objetivo geral consiste em buscar a percepção dos gestores sobre a burocratização dos processos de legalização e formalização para o desenvolvimento empresarial de Horizontina. Com relação ao referencial teórico, busca-se uma compreensão dos processos burocráticos, dos processos legais de abertura e alterações das empresas na JUCISRS e na Prefeitura Horizontina. Com base na pesquisa, conclui-se que a morosidade e a quantidade excessiva de documentos solicitados afetam na decisão dos empresários, ocasionando na irregularidade junto aos órgãos municipais, mesmo o processo estando deferido na Junta Comercial e a falta de atualização por parte dos empresários em relação as leis de incentivo acarretam em uma dificuldade para o desenvolvimento empresarial.

Palavras-Chave: Burocratização – Processos Legais – Morosidade.

### **INTRODUÇÃO**

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis – 8º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. grazimiotti26@gmail.com

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis – 8º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. lipkevanessa@gmail.com

<sup>3</sup> Mestra em Desenvolvimento - UNIJUI, Bacharel em Administração/Comércio Internacional - FEMA, Especialista em Gestão de Pessoas - UNINTER. Docente nas Faculdades Integradas Machado de Assis, cursos de Ciências Contábeis, Tecnólogo em Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão de Recursos Humanos. janice@sommacontabilrs.com.br

<sup>4</sup> Mestre em Administração. Professor do Curso de Administração. Faculdades Integradas Machado de Assis. marcosrodrigues@fema.com.br.

<sup>5</sup> Especialista em Administração Pública e Gestão de Cidades. Professor do Curso de Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado De Assis. adelinopedro@santarosa.rs.gov.br

Com o avanço da globalização e da informatização, o cenário em que as empresas se encontram passa por mudanças constantes, as quais requerem adaptação e um olhar mais crítico dos empreendedores.

O tema do artigo é a percepção dos empresários sobre a burocratização dos processos de legalização de empresas. O estudo deste trabalho delimita-se em a percepção dos empresários sobre a burocracia nos processos de legalização de empresas, como entrave ao desenvolvimento empresarial na cidade de Horizontina.

Diante dos entraves que os empresários enfrentam diariamente, esta pesquisa norteia-se em pesquisar qual à percepção dos empresários sobre a burocratização dos processos de legalização de empresas para o desenvolvimento empresarial?

O objetivo geral busca verificar a percepção dos gestores sobre a burocratização dos processos de legalização e formalização para o desenvolvimento empresarial de Horizontina. Os objetivos específicos são conhecer os processos realizados pelo município de Horizontina de registro de atos na Junta Comercial e de licenciamento na prefeitura, identificar com os gestores das empresas a percepção da burocratização nos processos de legalização das empresas e detalhar as necessidades dos empresários no processo de desburocratização da legalização das empresas.

A metodologia deste trabalho classifica-se quanto a natureza como teórica, quanto ao tratamento de dados como quantitativa e qualitativa, já quanto aos objetivos propostos como exploratórios e descritivos e em relação aos dados como bibliográficos e estudo de caso. Os principais autores referenciados são Weber, JUCISRS e Prefeitura Municipal de Horizontina. Como estrutura do trabalho, foi descrito o referencial teórico, abordou-se ainda a metodologia, análise e descrição dos dados e a conclusão do artigo.

## **1 REFERENCIAL TEÓRICO**

O presente artigo aborda os tópicos processo burocrático, processos legais de abertura e alterações das empresas na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul e processos legais de abertura e alterações das empresas na Prefeitura Municipal de Horizontina.

## 1.1 PROCESSO BUROCRÁTICO

Burocracia é uma palavra que muitas vezes assusta os empresários quando a escutam, pois assimilam com a palavra demora e acúmulo de documentos, os quais deverão ser providenciados pelos mesmos. Portanto, a burocracia muitas vezes é mal vista pelos empresários, pois, dificulta o funcionamento de suas empresas.

A burocracia no seu âmbito geral transmite um sentimento de muitas informações que não são pertinentes na visão do empresário. Porém, traz algumas vantagens para as empresas. Para Weber, “[...] a burocratização implica a possibilidade ótima de colocar em prática o princípio da especialização das funções administrativas conforme regulamentações estritamente objetivas.” (WEBER, 2008, p.39).

Na visão de Weber, “[...] a burocracia busca uma sistematização para facilitar a combinação das disposições requeridas pelo aparelho externo da cultura moderna. A burocracia deu fundamento a administração, pois criou uma lei racional, criando um sistema que possuía um alto grau de perfeição técnica para sua época de criação.” (WEBER, 2008, p.40). Sendo assim, Olsen, apud de Aguiar comenta:

Segundo Weber, “O fato de que a burocracia seja, tecnicamente, o meio de poder mais efetivo a serviço do homem que o controla, não determina a gravitação que a burocracia como tal pode ter dentro de uma formação social específica.” (WEBER, 2008, p. 67).

Na visão de Weber, a burocracia prefere pessoas mal informadas, impotentes e ignorantes, pois o monarca fica impotente até certo ponto frente ao conhecimento do perito burocrático. (WEBER, 2008, p. 69).

Por este motivo, há uma visão distorcida do real sentido de burocracia. Já que ela é uma ferramenta que visa auxiliar, criando um procedimento padrão para o desenvolvimento dos processos.

## 1.2 PROCESSOS LEGAIS DE ABERTURA E ALTERAÇÕES DAS EMPRESAS NA JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

A junta comercial é o principal órgão de registro de uma empresa, qualquer empresário que pensa em constituir uma empresa independente da natureza jurídica, precisará iniciar o processo pela junta comercial.

Segundo história constante nas informações digitais da Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul (JUCISRS) atual denominação, a qual tem sua sede em Porto Alegre, sendo sua abertura em 24 de maio de 1877. Seu primeiro nome foi Junta Comercial de Porto Alegre, até que em 1925, foi alterado para Junta Comercial do Rio Grande do Sul (JUCISRS, 2020).

Conforme informações da Junta Comercial, para auxiliar e facilitar a vida dos empresários no estado do Rio Grande do Sul, aderiu-se ao processo 100% digital. Onde os processos de abertura, alterações e baixas de empresas, podem ser feitos todos pelo site da Junta Comercial (JUCISRS, 2020).

Acessando o site, clicando no ícone PORTAL DE SERVIÇOS, efetuando o login com acesso ao gov.com, segundo Governo Federal, “[...] é um projeto de unificação dos canais digitais do governo federal.” (GOVERNO FEDERAL DO BRASIL, 2021, n.p.)

Segundo informações do RedeSim, pode ser considerado como um conjunto de sistemas informatizados, que estão à disposição do cidadão para a realização dos processos legais junto à União, estados e municípios (REDESIM, 2020).

Conforme a JUCISRS, até o momento de ser protocolado os processos digitais, devem seguir alguns passos para verificar a viabilidade do



empreendimento e criação de um número de identificação no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou alteração de dados do mesmo (JUCISRS, 2020).

Após a empresa ter registrado o nome empresarial, ela terá proteção do mesmo, conforme Bertolin “[...] a proteção do nome empresarial, é concedida a partir do registro da pessoa física ou jurídica no órgão de registro de comércio dos estados, ou seja, nas juntas comerciais.” (BERTOLIN, 2018, p.212)

Ainda em concordância ao pensamento anterior, Bertolin comenta que “a proteção do nome empresarial se dá na jurisdição da junta comercial em que foi registrado, ou seja, no âmbito estadual.” (BERTOLIN, 2018, p.212)

Para tanto, o processo deve ser analisado o mais breve possível, após a análise o mesmo pode ser deferido, pendenciado ou indeferido. Quando o processo possui uma pendência, ele entra em exigência, conforme resolução nº 004/2016 da Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul.

Após o cumprimento de todas as exigências, o processo fica deferido pela JUCISRS, quando a empresa possuir dúvidas referentes às pendências constantes, poderá abrir um fale conosco no site da JUCISRS (JUCISRS, 2020).

Seguindo todos os processos constantes neste tópico a empresa, irá possuir o seu Número de Identificação do Registro de Empresas (NIRE) e também terá o seu número de CNPJ ativo.

### 1.3 PROCESSOS LEGAIS DE ABERTURA E ALTERAÇÕES DAS EMPRESAS NA PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTINA

Logo após o processo na Junta Comercial ser totalmente concluído, o contribuinte precisará procurar o órgão municipal, para verificar a documentação necessária para a regularização da empresa junto a ele.

Dentro do município, a empresa terá o seu ponto empresarial, segundo Dos Reis “[...] considerado o elemento de extrema importância para a empresa e um sinal distinto na captação de clientes e fornecedores.” (DOS REIS, 2018, p. 313)

Conforme Dos Reis, as empresas podem ter dois tipos de ponto empresarial, o primeiro seria o ponto físico, sendo o mesmo em um local pré-determinado em que conste endereço dentro do município e o segundo tipo é o virtual, sendo correspondente ao site da empresa (DOS REIS, 2018).

No município é solicitado as empresas o alvará ambiental, emitido pela secretaria ambiental, para atividades que necessitem é solicitado alvará sanitário, onde é feito o requerimento junto a secretaria de saúde do município, também é solicitado o alvará dos bombeiros, junto ao corpo de bombeiros da cidade de Ijuí (PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTINA, 2020).

Segundo a administração do município, após o empresário, possuir em mãos o alvará ambiental, dos bombeiros e o sanitário este caso haja obrigatoriedade, deve levar no setor de tributação do município com os seguintes documentos, contrato de alteração ou constituição empresarial, cartão CNPJ, requerimento e comprovante de endereço, para assim, solicitar a sua inscrição municipal e alvará de localização e funcionamento (PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTINA, 2020).

Após a empresa receber o alvará de localização e funcionamento ela está apta a trabalhar no município (PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTINA, 2020).

Conforme a Ação Social Para a Igualdade das Diferenças - ASID, “As Leis de Incentivo são uma espécie de renúncia fiscal criada pelo poder público. Isto é, tem o objetivo de estimular o investimento, crescimento ou geração de empregos de um determinado setor.” (ASID, 2021, n.p).

O município também oferece incentivo econômico de custeio de valor de locação de bem particular, as empresas estabelecidas no município podem solicitar junto a secretaria do desenvolvimento econômico o auxílio para o pagamento do seu aluguel, visando que muitas vezes passam por dificuldades necessitando deste incentivo do município para continuarem funcionando.

Para as empresas, pode parecer burocrático o processo de abertura e alteração dentro do município, porém são exigidos todos os documentos para a empresa estar de acordo com a Lei municipal, e caso passar por algum problema

financeiro, poderá requerer os incentivos oferecidos para o seu desenvolvimento econômico.

## **2 METODOLOGIA**

No presente trabalho são utilizados os métodos de pesquisa teórica, quantitativa, qualitativa, exploratória, descritiva, bibliográfica e estudo de caso para ser realizada a categorização da pesquisa.

Os dados foram gerados com uma entrevista, a qual consistiu em questionário de perguntas abertas ao Secretário do Desenvolvimento Econômico do Município de Horizontina. A mesma foi gravada para a elaboração verídica da contribuição dos relatos do secretário sobre os questionamentos.

Também foi enviado um questionário com perguntas fechadas, via e-mail e através da ajuda do Secretário de Desenvolvimento Econômico do município por meio de uma ferramenta eletrônica, o qual tiveram entre os dias 12 de maio de 2021 a 24 de maio de 2021 para responde-lo, o questionário foi enviado a 356 empresas a qual 204 responderam. Os dados foram analisados e interpretados através da obtenção de respostas de uma entrevista destinada ao Secretário do Desenvolvimento Econômico da cidade.

## **3 ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS DADOS OBTIDOS**

A presente análise e descrição dos dados é dividida em três partes, sendo a primeira a redação da entrevista com o Secretário de Desenvolvimento Econômico do município de Horizontina, a segunda a visão das empresas do município de Horizontina, e a terceira é o contraponto sobre a visão do Secretário de Desenvolvimento Econômico do município de Horizontina e os empresários locais.

### **3.1 ENTREVISTA COM O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

No dia 26 de abril de 2021, foi realizada uma entrevista com o Secretário de Desenvolvimento Econômico do Município de Horizontina, o qual foi aplicado questionário com perguntas abertas.

Questionado sobre os licenciamentos concedidos pela Prefeitura e quais os valores e custos que as empresas tem com os mesmos, o mesmo não soube mensurar valor, pois varia do enquadramento e da natureza jurídica de cada empresa, se for Micro Empreendedor Individual - MEI não tem custo nenhum junto a Prefeitura e se for Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP o valor varia. Já referente aos licenciamentos, a Prefeitura solicita os alvarás de funcionamento, dos bombeiros, da vigilância sanitária e licença ambiental.

Quanto ao tempo para a legalização total da empresa e as sugestões de melhoria para este prazo ser menos moroso, informou que a Prefeitura conta com uma Lei de Viabilidade Econômica, a qual assegura o empresário com o prazo de 45 dias para efetuar toda a regularização junto a Prefeitura. Esta Lei ampara as empresas para requererem os alvarás dentro do prazo estipulado. Segundo Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006:

Art. 6º Os requisitos de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios, para os fins de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas, deverão ser simplificados, racionalizados e uniformizados pelos órgãos envolvidos na abertura e fechamento de empresas, no âmbito de suas competências. (LEI COMPLEMENTAR 123, 2006).

Ao abordar o assunto dos projetos de incentivos, pontuou que o município possui vários incentivos ao desenvolvimento das empresas, dentre eles o auxílio aluguel o qual consiste em pagar o aluguel parcial ou total das empresas por determinado período, sendo isso analisado cada caso de forma individual. E o incentivo industrial o qual consiste em auxiliar a empresa a se estabelecer no município, como fazendo todo o cascalhamento, rolagem, terraplanagem dos pátios, este auxílio é muito utilizado pelas empresas

Questionado sobre o município ter um setor para sanar dúvidas e auxiliar os empresários na abertura das empresas, afirmou ter uma sala específica para tal serviço, a sala do empreendedor, ela localiza-se junto ao prédio da secretaria do desenvolvimento econômico e da Junta Comercial. Esta sala, conta com o auxílio de abertura de Micro Empreendedores Individuais - MEI, impressão de boletos dos mesmos e ampara os empresários quanto aos seus questionamentos.

Para Weber, “[...] a burocratização implica em particular a possibilidade ótima de colocar em prática o princípio da especialização das funções administrativas conforme regulamentações estritamente objetivas.” (WEBER, 2008, p.39)

Indagado sobre o município ter algum projeto de informatização dos processos junto ao site da prefeitura para que os empresários não precisem ir presencialmente entregar os documentos, pontuou que a prefeitura ainda não conta com um sistema informatizado ao qual o empresário possa enviar seus documentos, tendo que o mesmo ir presencialmente até as secretarias para entregar os documentos necessários, ou contar com o auxílio dos escritórios de contabilidade.

Já no âmbito interno da prefeitura, as secretarias estão ligadas por um sistema ao qual não seja necessário entregar em cada setor os documentos, é tudo por meio de protocolos. Conforme informações do RedeSim:

A Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios, REDESIM, criada pelo Governo Federal através da Lei Nº 11.598 de 3 de dezembro de 2007, tem por premissa básica abreviar e simplificar os procedimentos e diminuir o tempo e o custo para o registro e a legalização de pessoas jurídicas, reduzindo a burocracia ao mínimo necessário. (REDESIM, 2020, s/p).

Sobre o assunto da percepção do município diante dos processos de legalização das empresas, passou que a ideia dos secretários era ter todas as secretarias pertinentes para abertura de uma empresa em um prédio só, o empresário entraria em uma porta e sairia na outra com todos os documentos

necessários em dia para assim poder iniciar os trabalhos da empresa sem se preocupar.

Referente a percepção do município e sobre reclamações de empreendedores, informou que não há muitas reclamações por parte dos mesmos e que o projeto de lei da viabilidade econômica irá desburocratizar esses processos.

Questionado sobre o número de empresas ativas no município, informou que no dia 26 de abril de 2021, a prefeitura contou com 2353 empresas ativas, ou seja, empresas com Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ ativos, eles não conseguem mensurar quantas empresas há por setor, porém conseguem distinguir os segmentos em que as empresas se enquadram.

Após conclusão da entrevista com o Secretário de Desenvolvimento Econômico do Município de Horizontina, pode-se observar que a Prefeitura vem buscando cada vez mais a satisfação do empresário, elaborando assim novas leis para beneficiá-los e com a criação da sala do empreendedor.

### 3.2 A PERCEPÇÃO DAS EMPRESAS DO MUNICÍPIO DE HORIZONTINA EM RELAÇÃO A BUROCRATIZAÇÃO DOS PROCESSOS.

Entre os dias 12 de maio de 2021 a 24 de maio de 2021, foi encaminhado via e-mail e através do auxílio do Secretário de Desenvolvimento Econômico do município o qual enviou por meio eletrônico o questionário com perguntas fechadas para as empresas do município.

Questionados os empresários sobre o seu conhecimento do conceito burocratização, 48% consideram bom, 29% ótimo e 23% ruim.

Considerando o conceito burocratização, a maior parte dos empresários consideram que possuem conhecimento sobre o assunto, 48% consideram bom, e apenas 23% ruim. Do ponto de vista de Weber apud Aguiar, a burocracia é:

[...] tida como uma forma de organização vantajosa para materialização do poder. Constitui, por isso, forma típica de sistematização da administração pública nas sociedades organizadas. A burocracia surge, portanto, como o arranjo administrativo que sustenta o



desenvolvimento democrático. (WEBER, 2004, apud AGUIAR, 2019, p. 220).

Os empresários de Horizontina sendo 45%, consideram o prazo para abertura ou alteração contratual da empresa bom e 25% ótimo, isso ocorre devido a melhoria para a diminuição dos prazos para a formalização das empresas que a Prefeitura Municipal de Horizontina e a Junta Comercial vem trazendo ao longo tempo. Por tal motivo, em sua maioria não apontam reclamações em relação aos prazos.

Em relação ao órgão com o prazo mais moroso 71% consideram a Prefeitura Municipal de Horizontina e 29% consideraram a Junta Comercial.

Em relação a demora para empresa estar totalmente legalizada, 71% consideram a Prefeitura Municipal de Horizontina o órgão mais moroso e apenas 29% consideram a Junta Comercial. A diferença entre os dois órgãos é a informatização dos processos, sendo a Junta Comercial adepta deste meio.

Referente ao órgão que solicitou o maior número de documentos, 83% informaram que é a Prefeitura Municipal de Horizontina e 17% a Junta Comercial.

Quando abordado o assunto sobre a informatização dos processos e como ela auxiliou a empresa, 52% dos empresários constataram que a informatização sempre auxiliou, 45% às vezes e 3% nunca. Na sua maioria os empresários consideram a informatização um processo que auxilia a empresa, sendo que dos indagados 52% apontaram isto, e apenas 3% não é favorável a informatização dos processos.

Questionados sobre se já deixaram de expandir sua empresa por falta de documentos para a aprovação de algum processo contratual, 62% dos empresários às vezes deixaram, 25% nunca e 13% sempre. Referente aos gastos com toda a formalização do processo desde a Junta Comercial até a Prefeitura Municipal de Horizontina, 56% dos empresários consideram que os gastos foram regulares, 34% altos e 10% baixos.

Os gastos para a formalização também podem influenciar os empresários, 56% consideram que os gastos são regulares e apenas 10% consideram que os

gastos são baixos. Quando indagados se já receberam visitas dos órgãos competentes para alguma vistoria, 46% as vezes receberam, 44% nunca e 10% sempre receberam

Abordado o assunto sobre as políticas de incentivo e a procura dos empresários sobre informações das mesmas, 40% informaram que às vezes procuram saber, 38% nunca procuram e 22% sempre. Quando abordado se as empresas conhecem e procuram se manter informadas sobre as políticas de incentivo ofertadas pelo município de Horizontina, 40% dos empresários às vezes procuram saber e apenas 22% sempre se mantêm informados sobre as novas políticas.

Questionados se já receberam algum incentivo da Prefeitura, 48% dos empresários nunca receberam, 33% as vezes e 19% sempre. As políticas de incentivo oferecidas pela Prefeitura visam auxiliar as empresas, mas apenas 19% sempre utilizam e 48% das empresas nunca utilizaram tais incentivos, isto pode ocorrer pela pouca divulgação da Prefeitura sobre este assunto.

Quando questionados se já tiveram documentos pendentes ou indeferidos, 64% informaram que às vezes, 26% nunca e 10% sempre. Muitos processos possuem pendências de documentos, 64% dos empresários entrevistados informaram que às vezes ficam com algum documento pendente ou indeferido e 26% dos questionados nunca passaram por esta situação. Quando o processo possui uma pendência, ele entra em exigência, conforme resolução nº 004/2016 da Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul:

Art. 4º. Os documentos retirados para cumprimento de exigências e que forem devolvidos após o prazo legal de 30(trinta) dias, ficarão submetidos ao cumprimento do cronograma de Registro Digital (RD), assim como serão considerados novos pedidos de arquivamento, sujeitos ao pagamento do preço dos serviços correspondentes. (JUCISRS, 2020, n. p).

Sobre a satisfação em relação ao escritório de contabilidade no auxílio para a obtenção de todos os documentos, 57% consideram-se satisfeitos, 22% pouco satisfeito, 16% muito satisfeito, 3% muito insatisfeito e 2% insatisfeito.

A sala do empreendedor é um local que o empresário pode utilizar para sanar dúvidas, mas 10% dos empresários sempre a procuram e 47% às vezes, segundo o Secretário do Desenvolvimento Econômico de Horizontina, ela encontra-se em anexo a Rodoviária Municipal e está à disposição dos empreendedores.

Concluindo o questionário com as empresas do município de Horizontina, pode-se observar que a maioria dos empresários consideram o processo moroso, com grande acúmulo de documentos, podendo ser mais informatizado.

### 3.3 CONTRAPONTO SOBRE A VISÃO DO SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE HORIZONTINA E OS EMPRESÁRIOS LOCAIS

Após a realização da entrevista com o Secretário de Desenvolvimento Econômico do município de Horizontina e a aplicação do questionário com as empresas do município, buscou-se analisar quais elementos necessitam de mudança.

Um dos primeiros elementos que necessitam de mudança é a informatização dos processos legais junto a Prefeitura. Segundo 52% dos empresários questionados, apontaram que a informatização dos processos auxiliou sempre no desenvolvimento de suas empresas. Porém, conforme o Secretário de Desenvolvimento Econômico do município, a Prefeitura ainda não conta com um sistema informatizado, sendo a entrega dos documentos de forma presencial.

Segundo informações do RedeSim, pode ser considerado como um conjunto de sistemas informatizados, que estão à disposição do cidadão para a realização dos processos legais junto à União, estados e municípios (REDESIM, 2020).

Para a Junta Comercial, o processo já é informatizado e o município aderindo ao RedeSim, facilitaria para os empresários, pois muitos dos campos preenchidos manualmente por meio do requerimento iriam ser importados de

forma automatizada para o sistema da Prefeitura integrado ao RedeSim, diminuindo ainda mais o tempo para a formalização completa da empresa.

O segundo elemento que sugere-se mudança é a forma de divulgação das leis de incentivo ofertadas pelo município. Segundo o Secretário do Desenvolvimento Econômico, a Prefeitura conta com várias leis de incentivo para as empresas, porém 40% dos empresários ocasionalmente procuram saber sobre as novas políticas de desenvolvimento, em concordância, 48% dos empresários nunca receberam algum incentivo oferecido pela Prefeitura.

Segundo a Ação Social Para a Igualdade das Diferenças -ASID, “As Leis de Incentivo são uma espécie de renúncia fiscal criada pelo poder público. Isto é, tem o objetivo de estimular o investimento, crescimento ou geração de empregos de um determinado setor.” (ASID, 2021, s/p).

As leis de incentivo são muito importantes para as empresas, pois auxiliam elas a passar por momentos de instabilidade econômica, como o município apresenta várias leis de incentivo, deveriam investir mais na divulgação das mesmas para que mais empresas possam ser beneficiadas. Essa divulgação poderia dar-se por meio de anúncios em estações de rádio, palestras sobre o assunto e divulgação por mídias sócias.

O terceiro elemento analisado que sugere-se mudança é a utilização da sala do empreendedor do município. Segundo o Secretário de Desenvolvimento Econômico do município, a sala do empreendedor que fica em anexo a Rodoviária Municipal de Horizontina, abrange todos os serviços necessários que o empresário precisar em relação a abertura e alteração contratual de sua empresa. Em contrapartida, somente 10% dos empresários informou que utiliza regularmente a sala do empreendedor para sanar suas dúvidas.

Conforme o SEBRAE “[...] são locais de atendimento das Prefeituras Municipais que facilitam os processos de abertura de empresas, regularização e baixa; bem como serviços exclusivos aos Microempreendedores Individuais (MEI).” (SEBRAE, 2021, s/p).

A Prefeitura Municipal de Horizontina, precisa atualizar muitos processos para se adequar a nova era tecnológica, em contrapartida os empresários, precisam

se atualizar dentro das leis para estar cientes dos seus benefícios e dos seus deveres. Também seria interessante a Prefeitura realizar mais vistorias, fazendo isto, iriam estreitar o vínculo do empresário com o município.

## CONCLUSÃO

O presente trabalho de conclusão de curso, buscou estudar a percepção dos empresários sobre a burocratização dos processos de legalização de empresas, buscando ainda um contraponto com a visão do Secretário de Desenvolvimento Econômico do município de Horizontina sobre o assunto abordado.

Atendendo ao primeiro objetivo específico, conhecer os processos realizados pelo município de Horizontina de registro de atos na Junta Comercial e de licenciamento na prefeitura, foi realizada uma entrevista com o Secretário de Desenvolvimento Econômico do município, a qual evidenciou as principais funcionalidades que a Prefeitura do município disponibiliza para os empresários na obtenção do desenvolvimento empresarial mais rápido e eficaz.

Em relação ao segundo objetivo específico, identificar com os gestores das empresas a percepção da burocratização nos processos de legalização das empresas, foi alcançado por meio de questionário enviado aos empresários, onde percebeu-se que a maior parte das empresas atua no comércio varejista, na sua maioria os empresários consideraram o prazo para abertura e alterações contratuais bom, o órgão mais moroso no seu ponto de vista é a Prefeitura municipal de Horizontina, também sendo o órgão que mais solicita documentos e quanto aos gastos acreditam ser regulares.

Satisfazendo ao último objetivo específico, detalhar as necessidades dos empresários no processo de desburocratização da legalização das empresas, foi descrito um contraponto em relação a percepção do Secretário de Desenvolvimento Econômico e dos empresários do município, o qual percebeu-se a importância da informatização dos processos. As leis de incentivo municipais, a sala do empreendedor e como elas podem auxiliar os empresários.

Através da pesquisa realizada, pode-se observar que os empresários enfrentam ainda dificuldades para conseguir toda a documentação necessária para estarem totalmente legalizadas junto ao município. Verificou-se ainda, que a falta de informatização dos processos no âmbito municipal é um ponto que atrapalha o desenvolvimento das empresas, pois torna-se moroso todo o processo. Em contrapartida, a Prefeitura conta com leis de incentivo para o desenvolvimento econômico das empresas, mesmo que poucos empresários tenham conhecimento das mesmas.

Com o trabalho realizado pode-se diagnosticar as possíveis melhorias a serem adotadas pelo âmbito municipal, como forma de diminuir a morosidade dos processos de legalização, também se observa a importância dos empreendedores se manterem atualizados em relação as leis municipais, para assim poderem impulsionar o desenvolvimento de sua empresa.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Anna Luiza Dunstan Curado Morais de. **Burocracia e Desburocratização: breve análise das reformas no Brasil**. 16 ed. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Revista dos Estudantes de Direito da Universidade de Brasília, 2019.

BRASIL. **Instrução Normativa 81**, de 10 de Junho de 2020. Dispõem sobre as normas e diretrizes gerais do Registro Público de Empresas, bem como regulamenta as disposições do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-81-de-10-de-junho-de-2020-261499054>> Acesso em: 31 out. 2020.

BRASIL. **Lei Complementar 123**, de 14 de Dezembro de 2006. Dispõem sobre o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado as microempresas e empresas de pequeno porte. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp123.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm)> Acesso em: 17 out. 2020.

BRASIL. **O Que é o GOV?**. Disponível em: <<https://www.gov.br/sobre/>>. Acesso em: 28 mar. 2021.

DOS REIS, Zaida Cristiane; BERTOLIN, Rosangela Violetti; GIACOMELLI, Cinthia Louzada Ferreira. **Teoria Geral da Empresa**. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595024434/cfi/12!/4/4@0.00:58.1>> Acesso em: 01 maio 2021.



JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL.  
**Assinatura Avançada o que é?**. Disponível em:  
<<https://jucisrs.rs.gov.br/assinatura-avancada-o-que-e>>. Acesso em: 28 mar. 2021.

JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL.  
**Conheça o Registro Automático**. Disponível em:  
<<https://jucisrs.rs.gov.br/conheca-o-registro-automatico>>. Acesso em: 17 out. 2020.

JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL.  
**Histórico**. Disponível em: <<https://jucisrs.rs.gov.br/historico>>. Acesso em: 17 out. 2020.

JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL.  
**Portal de Serviços**. Disponível em:  
<<http://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/Portal/pages/principal.jsf>>. Acesso em: 17 out. 2020.

JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL.  
**Tabela de Preços e Prazos**. Disponível em: <<https://jucisrs.rs.gov.br/tabela-de-precos>>. Acesso em: 28 mar. 2021.

JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL.  
**Você sabe a diferença do contrato de 16 e 7 cláusulas?** Disponível em:  
<<https://jucisrs.rs.gov.br/voce-sabe-a-diferenca-do-contrato-de-16-e-7-clausulas-clique-aqui-e-saiba-mais>>. Acesso em: 28 mar. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTINA. **Lei 4007**, de 27 de Abril de 2021. Dispõem sobre o incentivo industrial. Disponível em:  
<<https://leismunicipais.com.br/a2/rs/h/horizontina/lei-ordinaria/2021/401/4007>>

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTINA. **Lei 4009**, de 30 de abril de 2021. Dispõem sobre as normas relativas à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica do Município de Horizontina e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a2/rs/h/horizontina/lei-ordinaria/2021/401/4009/lei-ordinaria-n-4009-2021>>.

RIO GRANDE DO SUL. **Cadastro de Contribuinte**. Disponível em:  
<<https://receita.fazenda.rs.gov.br/conteudo/6855/solicitacao-de-inscricao-no-cgc-te>>. Acesso em: 21 out. 2020.

SEBRAE. **Salas do Empreendedor**. Disponível em:  
<[https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ms/sebraeaz/salas-do-empreendedor,5427ebdcbb674510VgnVCM1000004c00210aRCRD#:~:text=As%20Salas%20do%20Empreendedor%20s%C3%A3o,aos%20Microempreendedores%20Individuais%20\(MEI\)](https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ms/sebraeaz/salas-do-empreendedor,5427ebdcbb674510VgnVCM1000004c00210aRCRD#:~:text=As%20Salas%20do%20Empreendedor%20s%C3%A3o,aos%20Microempreendedores%20Individuais%20(MEI))>. Acesso em: 29 maio 2021.

## **ESTUDO DO MERCADO DE AÇÕES E SUA COMPARAÇÃO COM INVESTIMENTO EM RENDA FIXA**

Mairon Alex Hendges<sup>1</sup>  
Marcos Rogério Rodrigues<sup>2</sup>  
Janice Walter<sup>3</sup>  
Adelino Pedro Wisniewski<sup>4</sup>

### **RESUMO**

O mercado de ações vem ganhando espaço e se tornando cada vez mais presente na vida das pessoas. O tema deste trabalho é: Estudo do mercado de ações e sua comparação com investimento em renda fixa. Para realização do estudo, considerou-se um período de 5 anos, de janeiro de 2015 a janeiro de 2020. A problemática do trabalho busca responder a seguinte questão: qual investimento é mais rentável no período estudado, o investimento de renda fixa ou renda variável? O objetivo geral deste estudo é: Identificar a rentabilidade de um conjunto de ações da bolsa de valores, num período de 5 anos e, comparar a sua rentabilidade com aplicações de renda fixa. Esse artigo se justifica pela importância do conhecimento referente aos investimentos, uma vez que, é possível evidenciar na prática fatores que afetam o comportamento das ações e verificar a diferença entre aplicações de renda fixa e renda variável. No referencial teórico são apresentados conceitos sobre o Sistema Financeiro Nacional, os tipos de investimentos e o mercado de ações. A metodologia da pesquisa é classificada como pesquisa aplicada, quantitativa, descritiva, explicativa e comparativa. Os procedimentos técnicos envolvidos são a pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso. O resultado demonstrou que os investimentos em renda variável, apesar das oscilações ao longo do período, foram mais rentáveis que a renda fixa.

Palavras-chave: Investimento em Ações – Renda Fixa - Rentabilidade.

### **INTRODUÇÃO**

Atualmente o mercado de capitais oferece diversas formas de investimento para pessoas físicas, dado ao cenário de taxa Selic em baixa, um

---

<sup>1</sup> Bacharel em Administração pelas Faculdades Integradas Machado de Assis. maironhendges@hotmail.com

<sup>2</sup> Mestre em Administração. Professor das Faculdades Integradas Machado de Assis. marcosrodrigues@fema.com.br.

<sup>3</sup> Mestra em Desenvolvimento. Especialista em Gestão de Pessoas. Professora das Faculdades Integradas Machado de Assis. janice@sommacontabilrs.com.br

<sup>4</sup> Especialista em Administração Pública. Professor das Faculdades Integradas Machado de Assis. adepedrow@bol.com.br.

dos investimentos que vem crescendo ultimamente é o mercado de renda variável (mercado de ações). Aliado a isso, com a evolução tecnológica, o acesso a diversos tipos de investimentos como o mercado de ações, tesouro direto, CDBs e fundos tornou-se mais fácil e por consequência o número de investidores vem aumentando, pois é uma opção para quem busca aposentadoria ou independência financeira.

Para conseguir bons resultados, e obter rendimentos acima da inflação, é importante entender o mercado, os riscos presentes e os tipos de investimentos mais apropriados para a época, para que com isso se obtenha um melhor retorno. Assim o tema deste trabalho é: Estudo do mercado de ações e sua comparação com investimento em renda fixa. Este trabalho se delimita estudar o comportamento do mercado de ações compreendendo o período de janeiro de 2015 a janeiro de 2020.

Quanto ao problema de pesquisa, ele busca responder: qual investimento é mais rentável no período estudado? O objetivo geral deste estudo é: Identificar a rentabilidade de um conjunto de ações da bolsa de valores, num período de 5 anos e, comparar a sua rentabilidade com aplicações de renda fixa.

Os objetivos específicos são a) apresentar os conceitos referentes ao mercado de capitais brasileiro; b) realizar um estudo sobre 3 ações, num período de 5 anos do mercado de ações; c) demonstrar a rentabilidade obtida no mercado de ações comparadas com aplicações de renda fixa.

Este trabalho se justifica pela importância de um melhor entendimento sobre investimentos, uma vez que, é possível evidenciar fatores que afetam o comportamento das ações e, comparar aplicações de renda fixa e renda variável.

A metodologia da pesquisa adotada neste trabalho, é classificada como pesquisa aplicada, quantitativa, descritiva, explicativa e comparativa. Os procedimentos técnicos adotados na pesquisa são bibliográficos, documental e estudo de caso. O artigo é constituído por esta introdução, pelo referencial teórico, a metodologia da pesquisa, análise e apresentação dos resultados e a conclusão.

## 1 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta etapa, abordam-se os assuntos sobre o funcionamento do sistema financeiro nacional, os tipos de investimentos existentes e o mercado de ações.

### 1.1 O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

O sistema financeiro nacional (SFN) organiza a vida financeira da nação, ele é composto por instituições financeiras que devem permitir as melhores condições, a realização dos fluxos de fundos entre os agentes tomadores e poupadores de recursos na economia (ASSAF NETO, 2018).

Abreu e Silva caracterizam o SFN como um conjunto de órgãos responsáveis por regulamentar, fiscalizar e executar atividades referente a circulação da moeda na economia. O SFN é encarregado de fazer a intermediação de recursos entre os agentes superavitários e deficitários. Portanto é importante sua estabilidade para existir segurança nas relações entre os agentes econômicos (ABREU; SILVA, 2017).

Segundo Pinheiro o SFN se justifica, pois em determinado momento, algumas unidades econômicas gastam menos do que recebem e, com isso conseguem poupar, já outras, gastam acima de suas entradas, antecipam seus consumos e necessitam solicitar recursos emprestados no mercado. O papel do SFN é fazer a intermediação dos recursos (PINHEIRO, 2019).

Além dos órgãos fiscalizadores, Assaf Neto destaca que existem três instituições financeiras que possuem um caráter especial de atuação, tendo responsabilidades próprias e integrando outros segmentos do mercado financeiro, são elas: Banco do Brasil (BB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Caixa Econômica Federal (CEF) (ASSAF NETO, 2018).

Dentre os principais órgãos normativos, destacam-se três deles, o Conselho Monetário Nacional (CMN), o Banco Central do Brasil (Bacen) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O Conselho Monetário Nacional é

descrito por Carrete e Tavares da seguinte forma: “É o órgão superior do Sistema Financeiro Nacional e tem a responsabilidade de formular a política da moeda e do crédito, objetivando a estabilidade da moeda e o desenvolvimento econômico e social do país.” (CARRETE; TAVARES, 2019, p.12).

O Bacen é o responsável por controlar a inflação no país, regulando a quantidade de moeda na economia, com o objetivo de manter a estabilidade financeira. É considerado como o banco dos bancos, gestor do sistema financeiro, agente da autoridade monetária, banco de emissão e agente financeiro do governo (CARRETE; TAVARES, 2019).

O Bacen cuida da liquidez da economia, preserva as reservas internacionais em um nível satisfatório, garante a formação de poupança, a estabilidade e o aprimoramento do SFN (PINHEIRO, 2019). Portanto, se entende que o Sistema Financeiro Nacional é importante para qualquer país, pois é ele que rege todas as normas referentes a intermediação financeira e transferência dos recursos entre tomadores e poupadores.

## 1.2 TIPOS DE INVESTIMENTOS

No Brasil existem diversos tipos de investimentos, como Tesouro Direto, Certificado de Depósitos Bancários (CDB), Letras de Câmbio Imobiliário (LCI), Letras de Câmbio do Agronegócio (LCA), investimentos em ações e Fundos de Investimentos, esses divididos em renda fixa e renda variável, sendo muito importante entender os conceitos sobre esses investimentos.

De acordo com Pinheiro, “Um ativo financeiro é um instrumento que canaliza a poupança até o investimento. As empresas em sua busca por financiamento podem acessar o mercado através dos ativos financeiros emitindo ações ou emitindo títulos de dívida.” (PINHEIRO, 2019, p.85).

Os investimentos podem ser divididos em Renda Fixa e Renda Variável. Na renda fixa, conforme Pinheiro tem-se “A aquisição de títulos de renda fixa é um tipo de investimento em títulos emitidos pelo governo ou por uma empresa, com direito ao recebimento de juros.” (PINHEIRO, 2019, p.100).

Sendo assim, Assaf Neto enuncia que “O mercado financeiro brasileiro remunera os títulos de renda fixa de três formas: Prefixada, Pós-fixadas ou Indexadas a Inflação.” (ASSAF NETO, 2018, p.88).

Na remuneração prefixada, Assaf Neto define que, a taxa de juros é estabelecida no título, no momento da aplicação, assim o investidor sabe exatamente quando receberá. A taxa do título prefixado se mantém inalterada mesmo diante das variações dos juros no mercado, revelando-se mais atraente em momentos de redução das taxas de juros de mercado (ASSAF NETO, 2018).

Já a taxa pós-fixada, Assaf Neto explica que expressa normalmente a remuneração do título com base em um percentual, como a Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) ou o Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI). E, portanto, essa taxa acompanha o desempenho do mercado, sendo que é maior em cenários de alta dos juros e menor quando há diminuição das taxas de mercado (ASSAF NETO, 2018).

Quanto a taxa indexada a inflação, Assaf Neto descreve que ela é formada por uma taxa de juro real (líquida da inflação), ela é corrigida com base no IPCA, IGPM ou INPC.

De acordo com Pinheiro, na renda fixa tem-se a garantia do Fundo Garantidor de Crédito, que reduz os riscos dos títulos. Sendo que, “Esse fundo é uma associação civil sem fins lucrativos (portanto, não é do governo) que tem por objetivo dar garantia de crédito em nome de instituições financeiras e associações de poupança e empréstimo.” (PINHEIRO, 2019, p.100).

Quanto aos títulos de renda fixa, são destacados quatro principais: Tesouro Direto, Certificado de Depósitos Bancários (CDB), Letras de Câmbio Imobiliário (LCI) e Letras de Câmbio do Agronegócio (LCA).

Conforme Nigro, o Tesouro Direto é entendido como um programa de investimentos criado pelo Tesouro Nacional, onde é realizada a venda de títulos públicos para pessoas físicas. Sendo o seu principal objetivo captar recursos para o financiamento da dívida pública (NIGRO, 2018).

De acordo com Nigro, outro tipo de investimento de renda fixa é o Certificado de Depósitos Bancários (CDB) sendo um dos mais conhecidos do



mercado. Ele constitui um título de renda fixa que os bancos emitem para captar dinheiro, que será devolvido no fim do contrato com acréscimo de juros (NIGRO, 2018).

Assaf Neto ressalta que “Esses recursos destinam-se, basicamente, ao financiamento de capital de giro das empresas, sobre os rendimentos produzidos pelo CDB incide Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), devendo ser pago pelo investidor no resgate.” (ASSAF NETO, 2018, p.89).

Outro investimento também considerado de renda fixa é Letra de Crédito Imobiliário, que são títulos emitidos por instituições financeiras, os recursos captados por esse papel é destinado ao financiamento de imóveis (ASSAF NETO, 2018).

Ademais Assaf Neto também destaca a Letras de Câmbio do Agronegócio (LCA) como: “A LCA é um título de renda fixa nominativo emitido por instituições financeiras públicas ou privadas, lastreado em direitos creditórios de operações de empréstimos e financiamentos direcionados ao setor de agronegócio.” (ASSAF NETO, p.90).

Além dos ativos de Renda fixa, também existem aqueles de Renda Variável, conforme Pinheiro “Os ativos de renda variável são aqueles em que não há um conhecimento prévio dos rendimentos futuros e o valor de resgate pode assumir valores superiores, iguais ou inferiores ao valor aplicado.” (PINHEIRO, 2019, p.100).

Dentro desse tipo de investimento, se destacam investimentos em ações e Fundos de Investimentos. Segundo Pinheiro, as ações representam parte do capital social de uma companhia, ao comprar uma ação, o investidor se torna acionista de uma parcela da empresa (PINHEIRO, 2019).

Portanto, Pinheiro retrata que as oscilações no curto prazo não devem influenciar as escolhas, pois a ação dá o direito ao possuidor de participar da rentabilidade futura da empresa. Outro investimento presente na renda variável são os fundos, de acordo Pinheiro o fundo de investimento é constituído sob a forma de condomínio, destinado à aplicação em carteira de valores mobiliários, agrícola, direitos creditórios etc. (PINHEIRO, 2019).

Portanto, existem dois tipos de investimentos, investimento em renda fixa, que se destaca por oferecer uma rentabilidade constante e baixos riscos, e renda variável, que é um mercado bastante volátil e com maiores riscos.

### 1.3 O MERCADO DE AÇÕES

O Mercado de ações é um mercado que tem crescido no Brasil, é onde o investidor busca rendimentos acima da inflação, de forma a se tornar sócio de uma empresa. Porém, antes de iniciar nesse mercado, é importante entender como ele funciona e quais fatores influenciam o preço das ações.

De acordo com Almeida, no mercado acionário existe a possibilidade de adquirir ações, que são “[...] o menor pedaço que alguém pode ter de uma empresa. E esse pedacinho confere ao proprietário o direito de participar no lucro da companhia, na proporção do número de ações que ele possui.” (ALMEIDA, 2013, p.48).

Na visão de Nigro, “[...] o mercado acionário é uma alternativa que uma empresa tem para se financiar e expandir os seus negócios. É por meio delas que os investidores podem, efetivamente, se tornar sócios/acionistas de uma empresa de capital aberto, ou seja, listada em Bolsa.” (NIGRO, 2018, p.133).

Quando se opera na bolsa de valores, é necessário fazer escolhas, analisar as empresas que se deseja tornar sócio; dessa forma, Graham, define investimento como: “uma operação de investimento é aquela que, após análise profunda, promete a segurança do principal e um retorno adequado. As operações que não atendem a essas condições são especulativas.” (GRAHAM, 2019, p.37).

Quanto a seleção das ações ela pode ser feita de duas formas, através da análise fundamentalista ou a análise técnica. Sendo importante entender o funcionamento das duas, pois cada uma tem suas próprias características.

Almeida destaca que a análise fundamentalista tem privilégio sobre o longo prazo (ALMEIDA, 2013). Já a análise técnica é diferente, de acordo com Pinheiro “Podemos conceituar a análise técnica como um estudo dos

movimentos passados dos preços e dos volumes de negociação de ativos financeiros, com o objetivo de fazer previsões sobre comportamento futuro dos preços.” (PINHEIRO, 2019, p.545).

Nesse mercado, existem dois tipos de ações negociadas, ações ordinárias e preferenciais. As ações ordinárias são as que dão direito de voto, os acionistas podem eleger e destituir os membros da diretoria da companhia, decidir sobre o destino dos lucros etc... (ASSAF NETO, 2018).

As ações ordinárias recebem dividendos menores que as preferenciais. As ações ordinárias tem um valor de mercado e liquidez menor que das preferenciais, justamente por essas ações se encontrarem com proprietários que desejam controlar a empresa e não estão dispostos a negociá-las (PINHEIRO, 2019).

Já as ações preferenciais, de acordo com Pinheiro “[...] as ações preferenciais têm como característica fundamental a prioridade sobre as ações ordinárias no recebimento de dividendos e de receber, no caso de dissolução da sociedade, a sua parte.” (PINHEIRO, 2019, p.198).

Portanto, dependendo do tipo de análise a ser utilizada, pode se ter diferentes resultados; a análise fundamentalista está mais focada em conhecer a empresa, nos seus fundamentos e identificar seu comportamento através dos resultados dos balanços, considerando o longo prazo, já a análise técnica é focada em gráficos, e normalmente é utilizada no curto/médio prazo.

## **2 METODOLOGIA**

Este trabalho se classifica como pesquisa aplicada, pois se coloca em prática os estudos teóricos para a solução do problema definido. Quanto ao tratamento dos dados, ele é quantitativo porque analisa dados numéricos em relação as ações da bolsa de valores e, comparar os resultados obtidos com outros investimentos, como a poupança, tesouro direto, CDB e LCA.

Esta pesquisa possui caráter descritiva e explicativa. Ela é descritiva, pois utiliza técnicas específicas na coleta e análise dos dados, observando os

resultados em seu ambiente sem interferência do pesquisador. Quanto a pesquisa explicativa ela aprofunda o conhecimento sobre a realidade de quem investe em ações na bolsa de valores, analisando e interpretando os fenômenos e resultados.

Já os procedimentos técnicos, são a pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso. A pesquisa bibliográfica abrange informações presentes em livros, pesquisas e artigos científicos, já a documental utiliza fontes primárias, complementando à pesquisa bibliográfica.

A geração dos dados ocorreu por meio de um estudo de caso, onde foram selecionadas 3 empresas para compor o patrimônio de um hipotético investidor. A pesquisa leva em consideração um período de 5 anos, que compreende 1 janeiro de 2015 à 1 de janeiro de 2020. Por fim, comparou-se o lucro obtido através do investimento em ações, a renda passiva gerada pela mesma, com o desempenho de outros investimentos como a poupança, o Tesouro Direto, CDB e LCA.

Analisaram-se grandes empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo, de diferentes setores. As ações escolhidas são: Petrobrás (PETR4), Banco Itaú (ITUB4) e a Vale do Rio Doce (VALE3), optou-se por escolher essas ações, pois elas possuem um elevado nível de liquidez no mercado de capitais.

### **3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS**

Neste tópico apresentam-se os resultados da pesquisa, inicialmente se apresenta o estudo das três ações escolhidas e, na sequência traz a comparação das rentabilidades entre renda fixa e variável.

#### **3.1 ESTUDO DAS AÇÕES**

O mercado acionário, de renda variável, é uma forma que investidores buscam de superar os lucros da renda fixa, e outros investimentos, obtendo ganhos acima da inflação e multiplicar seu capital ao longo dos anos.

Nesse estudo, é analisada a oscilação das ações ao longo dos anos, mesmo sobre aquelas que apresentam bons indicadores. Dessa forma, considerando o período analisado de 02 janeiro de 2015 até 02 de janeiro de 2020 é demonstrado na Ilustração 1, o gráfico da cotação das ações da Petrobrás (PETR4).

Conforme se pode observar na Ilustração 1, as ações da Petrobrás (PETR4) apresentaram nesse período uma valorização de mais de 300%, tendo vários fatores impactantes ocorridos com a empresa durante esses 5 anos.

Ilustração 1: Gráfico PETR4



Fonte: Neológica (2021).

Na abertura do pregão do dia 02/01/2015 a PETR4 teve seu preço inicial negociado no mercado, no valor de R\$9,07 e o fechamento no final do dia com valor de R\$8,50, dessa forma foi definido o preço médio da ação de R\$8,78.

Como demonstrado no gráfico o início de 2015 (mês de janeiro), foi marcado por uma baixa no preço das ações da petrolífera, uma vez que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) iniciou uma investigação na Petrobrás, para apurar irregularidades por denúncias de corrupção, causando assim uma diminuição no preço das ações, podendo ser observado no gráfico.

A CVM possui um papel muito importante no mercado de ações, como citado por Assaf Neto é “[...] um órgão normativo de apoio do sistema financeiro, atuando mais especificamente no controle e fiscalização do mercado de valores mobiliários (ações e debêntures).” (ASSAF NETO, 2018, p.40). Isso faz com que investidores pensem melhor antes de comprar determinada ação que passa a ser investigada.

Portanto, em meio às incertezas criadas pela repercussão da Operação Lava Jato, a queda no preço do petróleo e o endividamento da empresa, fez com que a ação se mantivesse em baixa até o início de 2016, chegando a atingir a menor cotação desde 2003, e uma baixa de 57,40% em relação ao preço da ação do início do ano de 2015, chegando a ter negociações a R\$3,74 a ação. Além dessa baixa representar um risco para os acionistas, também acaba afetando a companhia e representada por um alto risco financeiro para empresa.

A partir do mês de fevereiro de 2016, pode-se observar que a ação começou a se recuperar, mudando sua tendência que era de baixa para uma tendência de alta. Fatores como o cenário político brasileiro, a chegada de Pedro Parente ao comando da estatal, e fatores externos como a alta dos preços do petróleo no mercado global influenciaram a empresa nessas oscilações ocorridas durante o ano.

O ano de 2017, também foi marcante para a Petrobrás, a notícia sobre as gravações envolvendo Temer e o empresário Joesley Batista fez com que as ações da companhia desvalorizassem, chegando a cair 15,76% em um único pregão no dia 18 maio (Joesley day).

Um ano depois, em maio de 2018, as ações da petrolífera voltam a cair, influenciadas pela greve dos caminhoneiros, a renúncia do então presidente Pedro Parente fez a ação cair mais de 40% do dia 17/05 até o dia 18/06.

No ano de 2019 a Petrobrás se manteve em um movimento mais lateral, as principais influências nesse ano foram os reajustes de preços constantes e uma queda de 7,75% em um dia após o presidente barrar a alta do diesel no dia 12/04.



Portanto, pode-se considerar a Petrobrás como um investimento de alto risco, pela sua alta volatilidade apresentada ao longo dos anos, porém com um alto potencial de retorno no longo prazo, após passada sua “crise interna”. Conforme citado por Graham, “A exigência-chave é que o investidor empreendedor se concentre em companhias grandes que estão passando por um período de impopularidade.” (GRAHAM, 2019, p.190).

Em suma, o fim da análise das ações da Petrobrás foi ao dia 02/01/2020, onde que o valor inicial negociado foi de R\$29,52 e o fechamento do preço de R\$29,70, dessa forma o valor médio da ação é de R\$29,61.

No setor bancário, foi selecionada a ação do banco Itaú, que é negociada pelo nome ITUB4, demonstrada a seguir na Ilustração 2, para tanto, analisou-se o período 02 de janeiro de 2015 até 02 de janeiro de 2020 e observou-se quais fatores foram mais impactantes para empresa nesses 5 anos.

Ilustração 2: Gráfico ITUB4



Fonte: Neológica (2021).

Durante esses 5 anos, a valorização do Banco Itaú (ITUB4) foi de mais de 260% no preço das ações. No dia 02/01/2015 o ITUB4 teve seu valor inicial negociado por R\$13,76 e o fechamento no valor de R\$13,59, dando um preço médio de R\$13,66.

O ano de 2015 foi um ano negativo, não somente para o banco Itaú, mas para a maioria dos bancos. Nesse mesmo ano, o governo anunciou o aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), sendo que essas medidas impactam diretamente no lucro dos bancos, contribuindo com a desvalorização da ação que já vinha acontecendo. Contudo, como citado por Pinheiro, deve-se levar em consideração que se trata de uma oscilação de curto prazo, pois, no logo prazo dá o direito ao possuidor da ação de participar da rentabilidade futura da empresa.

Dessa forma, com o passar do tempo, o preço de uma ação acaba convergindo para a evolução dos lucros (PINHEIRO, 2019). Portanto, no ano de 2016, se pode perceber uma valorização no preço. Após divulgação dos resultados de 2015, demonstrando ser uma empresa lucrativa.

No início de 2017, as ações continuam a valorizar, o banco Itaú registrou a maior receita entre os bancos de investimento da América Latina. Porém, o dia 18 de maio desse ano também foi marcado uma queda de 12,05% “Joesley day”.

Nos anos subsequentes, 2018 e 2019 o banco Itaú demonstrou lucro, mantendo sua valorização até o final do período. Sendo o maior banco privado do Brasil, o Itaú demonstra bons resultados de crescimento e distribuição de dividendos ao longo desses 5 anos, trazendo bons resultados para os acionistas. Em suma, o fim da análise das ações do Banco Itaú foi no dia 02/01/2020, onde que o valor inicial negociado foi de R\$35,39 e o fechamento do preço de R\$36,10, dessa forma o valor médio é R\$35,74.

Considerando o mesmo período de 02 janeiro de 2015 até 02 de janeiro de 2020 é demonstrado a seguir na Ilustração 3 o gráfico da cotação das ações da companhia Vale do Rio Doce, negociadas pelo nome de VALE3.

Ilustração 3: Gráfico VALE3



Fonte: Neologica (2021).

A Vale do Rio Doce (VALE3), no período desses 5 anos, teve uma valorização de mais de 280% no preço das ações. No dia 02/01/2015 a VALE3 teve seu valor inicial negociado por R\$17,30 e o fechamento no valor de R\$16,96, dando um preço médio de R\$17,08.

Em novembro de 2015, ocorreu o rompimento da barragem de sua controlada Samarco, em Mariana Minas Gerais, que deixou vários desaparecidos, gerando impactos ambientais e sociais, afetando negativamente a imagem da empresa, e fazendo com que as suas ações na bolsa perdessem valor. Nesse momento a empresa passou a enfrentar o Risco Legal, que é definido por Cova como riscos decorrentes do não cumprimento das normas legais, que causam multas ou reparações (COVA, 2011).

No início do ano de 2016, foi divulgado que está em fase final o projeto S11D, com previsão de iniciar a operação no segundo semestre de 2016, isso representa para a Vale um crescimento na produtividade e desenvolvimento sustentável.

Em 2017, até final de 2018, observa-se uma grande valorização dos preços da companhia, que triplicou de valor, influenciadas pelo preço do minério de ferro e a taxa do dólar americano, uma vez que a Vale vende seus produtos

com base na moeda norte-americana. Em abril de 2017, assumiu o novo presidente da companhia, Fábio Schvartsman, melhorando seus indicadores financeiros do prejuízo em 2015 para o lucro até o terceiro semestre de 2018.

Uma medida tomada por Fábio Schvartsman, que atraiu investidores estrangeiros foi converter ações preferenciais em ações ordinárias. A ação era vista como estatal, e após a unificação o mercado viu menos riscos de interferência do governo. Conforme Assaf Neto “As ações ordinárias são as que comandam a assembleia de acionistas de uma empresa, conferindo ao seu titular o direito de voto.” (ASSAF NETO, 2018, p. 206).

Em janeiro de 2019, novamente ocorreu o rompimento de uma barragem, dessa vez em Brumadinho foi o maior acidente de trabalho no Brasil em perda de vidas humanas e, o segundo maior desastre industrial do século. Esse fato fez com que suas ações tivessem uma variação negativa de 24,52% em um único dia.

No passar desses 5 anos se observa que a Vale do Rio Doce é uma empresa com grande potencial, uma vez que pagou bons dividendos e demonstrou uma ótima recuperação depois da tragédia de Mariana. Em suma, o fim da análise das ações da Vale foi no dia 02/01/2020, onde que o valor inicial negociado foi de R\$49,78 e o fechamento do preço de R\$50,10, dessa forma o valor médio é R\$49,94.

### 3.2 COMPARAÇÃO DAS RENTABILIDADES

Neste tópico, se realiza a comparação das rentabilidades, onde existem dois tipos de investimentos que compõem essa modalidade. Sendo eles, o investimento em renda fixa e o investimento em renda variável.

O investimento em renda fixa é aquele que se mantém constante a longo dos anos, não tendo grandes oscilações no capital e sendo mais seguro. Conforme Pinheiro esse título é “[...] um tipo de investimento em títulos emitidos pelo governo ou por uma empresa, com direito ao recebimento de juros.” (PINHEIRO, 2019, p.100).

Para a comparação dos investimentos, foi definido um capital de R\$ 140.000,00, sendo dividido R\$20.000,00 para cada modalidade dos investimentos em renda fixa e R\$20.000,00 para cada ação, das três analisadas.

Abaixo, a Ilustração 4, demonstra as simulações de diferentes aplicações em diferentes tipos de investimentos de renda fixa.

**Ilustração 4: Investimentos em Renda Fixa**

TIPO DE APLICAÇÃO	POUPANÇA	TESOURO (12,15 % a.a.)	CDB (100%)	LCA (85%)
NIVEL DE RISCO	MUITO BAIXO	MUITO BAIXO	BAIXO	BAIXO
VALOR INVESTIDO	R\$20.000,00	R\$20.000,00	R\$20.000,00	R\$20.000,00
TOTAL RESGATADO	R\$27.223,75	R\$32.150,00	R\$32.004,10	R\$29.824,77
IR (15%)	N/D	R\$ 1.822,50	R\$1.800,61	N/D
LUCRO DEPOIS DO IR	R\$27.223,75	R\$30.327,50	R\$30.203,48	R\$29.824,77
RENTABILIDADE % 60 MESES	36,12%	51,64%	51,02%	49,12%
CRÉDITO EM CONTA CORRENTE	IMEDIATO	FINAL INVEST	D+2	FINAL INVEST

Fonte: Produção dos pesquisadores.

A poupança é o primeiro investimento demonstrado; de risco muito baixo, o capital inicial investido foi de R\$20.000,00; no período de 5 anos, a mesma demonstrou uma lucratividade de 36,12%, ou seja, um total de R\$27.223,75 recebidos pelo investidor.

O Tesouro Direto, é calculado com rentabilidade prefixada de 12,15% ao ano, essa rentabilidade é definida por Assaf Neto, como aquela que é estabelecida no título no momento da aplicação, e dessa fora, o investidor sabe exatamente quanto irá receber (ASSAF NETO, 2018).

O investimento nessa modalidade demonstrou um rendimento superior ao da poupança, e aos outros investimentos de renda fixa, com o capital inicial investido de R\$20.000,00 acumulou um total de R\$30.327,50, já descontado o imposto de renda no valor de R\$1.822,50, com isso, tendo uma valorização de 51,64% no período. Sendo uma ótima opção de investimento uma vez que o risco é muito baixo, pois, como destacado por Nigro, “O objetivo desses ativos é captar recursos para o financiamento da dívida pública, assim como provisionar

atividades de saúde, segurança e educação promovidos pelo governo federal.” (NIGRO, 2018, p.59).

Para a aplicação em CDB, conforme Nigro, “O indexador é uma porcentagem estabelecida com base em um índice, no caso o CDI.” (NIGRO, 2018, p.64). Portanto, utilizou-se uma rentabilidade de 100% do CDI para realização do cálculo. O rendimento do CDB, foi similar ao Tesouro Direto, com o valor inicial investido de R\$20.000,00, o valor resgatado foi de R\$30.306,85, com o imposto de renda pago no valor de R\$1.818,86, demonstrou uma rentabilidade de 51,53%. Esse tipo de investimento se trata de um título que os bancos emitem para captar dinheiro, sendo devolvido no fim do contrato com o acréscimo de juros (NIGRO, 2018).

As LCAs também se utilizam de índices para rentabilidade, conforme Assaf Neto, “A maior parte das LCAs emitidas é indexada ao CDI.” (ASSAF NETO, 2018, p.90), portanto para este cálculo foi considerado uma taxa de rendimento de 85% do CDI. Dentre as vantagens do investimento em LCAs é o não pagamento do imposto de renda, com isso o investidor que colocasse R\$20.000,00 resgataria no final do período o valor total de R\$29.824,77, uma rentabilidade de 49,12%.

Já no investimento em Renda Variável, pode ocorrer grandes oscilações do capital, e seu retorno pode ser de lucro ou prejuízo, dependendo dos resultados da empresa ao qual se adquiriu os ativos. A Ilustração 5 apresenta a rentabilidade de um investimento em renda variável, das ações, PETR4, ITUB4 e VALE3.

Ilustração 5: Rentabilidade de Investimentos em Renda Variável

TIPO DE APLICAÇÃO	AÇÕES / PETR4	AÇÕES / ITUB4	AÇÕES / VALE3
ORGANIZAÇÃO	PETROBRÁS	BANCO ITAÚ	VALE DO RIO DOCE
NÍVEL DE RISCO	ALTO	ALTO	ALTO
VALOR INVESTIDO	R\$ 20.000,84	R\$ 19.998,24	R\$ 20.000,68
QUANTIDADE DE AÇÕES	2278	1464	1171
PREÇO DE COMPRA	R\$8,78	R\$13,66	R\$17,08
PREÇO DE VENDA	R\$29,61	R\$35,74	R\$49,94
RENTABILIDADE DAS AÇÕES EM R\$	R\$67.451,58	R\$52.323,36	R\$58.479,74
IR PAGO (15%)	R\$7.117,61	R\$4.848,77	R\$5.771,86
DIVIDENDOS RECEBIDOS	R\$2.002,35	R\$13.373,82	R\$5.192,21
VALOR TOTAL COM DIVIDENDOS	R\$62.336,32	R\$60.848,41	R\$57.900,10



RENTABILIDADE DAS AÇÕES EM PORCENTAGEM DEPOIS DO IR + DIVIDENDOS	311,67%	304,27%	289,49%
CRÉDITO EM CONTA	D+2	D+2	D+2

Fonte: Produção dos pesquisadores.

O investimento nas três ações analisadas demonstrou, apesar de arriscado, ser muito rentável em um período maior, o montante aplicado na Petrobrás e no Banco Itaú triplicaram de valor, e a companhia Vale, chegou a ter um retorno de 289,49%.

Quanto aos dividendos, o Banco Itaú se saiu melhor, distribuindo uma quantia total de R\$13.373,82, sendo esse valor maior que os investimentos de renda fixa. A empresa Vale ficou em segundo lugar distribuindo um total de R\$5.192,21 durante esses 5 anos. E por fim, a empresa Petrobrás que vinha tendo prejuízo ao longo dos anos, distribuiu um total de R\$2.002,35 de dividendos.

Essa geração de recursos é explicada por Almeida, pois as ações são “o menor pedaço que alguém pode ter de uma empresa. E esse pedacinho confere ao proprietário o direito de participar no lucro da companhia, na proporção do número de ações que ele possui.” (ALMEIDA, 2013, p.48).

A Ilustração 6 demonstra os resultados dos rendimentos do início ao fim, bem como sua rentabilidade.

Ilustração 6: Tabela de Investimentos

ATIVO	VALOR INICIAL	VALOR FINAL	RENTABILIDADE
POUPANÇA	R\$20.000,00	R\$27.223,75	36,12%
TESOURO (12,15 % a.a.)	R\$20.000,00	R\$30.327,50	51,64%
CDB (100%)	R\$20.000,00	R\$30.306,85	51,53%
LCA (85%)	R\$20.000,00	R\$29.824,77	49,12%
AÇÕES / PETR4	R\$ 20.000,84	R\$62.336,32	311,67%
AÇÕES / ITUB4	R\$ 19.998,24	R\$60.848,41	304,27%
AÇÕES / VALE3	R\$ 20.000,68	R\$57.900,10	289,49%

Fonte: Produção dos pesquisadores.

Pode-se observar resumidamente como foram os ganhos das aplicações. Das ações aquela que obteve um maior rendimento foi a PETR4, e dos investimentos em renda fixa, o maior retorno ficou com o Tesouro Direto de rentabilidade prefixada.

A inflação acumulada no período também é um fator que deve ser observado, na Ilustração 7 foi simulada a inflação do período de 2015 até 2020.

Ilustração 7: Índice de Inflação

VALOR INICIAL	INFLAÇÃO	DIFERENÇA EM %
R\$20.000,00	R\$ 26.264,06	31,32%

Fonte: (IBGE 2021).

Percebe-se que a inflação acumulada no período foi similar ao rendimento da poupança, sendo 31,32%, uma diferença de apenas 4,8% entre ambas.

Dessa forma, se pode destacar que o investimento em ações apesar de ser um investimento mais arriscado, proporcionou um retorno maior em um período mais longo, superando os investimentos em renda fixa.

## CONCLUSÃO

Atualmente o mercado de investimentos tem chamado a atenção das pessoas, principalmente aquelas chamadas de poupadoras, com a baixa da taxa de Selic uma fração dos poupadores Brasileiros estão cada vez mais migrando suas economias para investimentos voltados para a renda variável.

No entanto, neste trabalho se demonstrou alguns fatores que afetam as ações e contribuem para sua oscilação ao longo dos anos, sendo esses acontecimentos muitas vezes imprevisíveis, pegando os investidores de surpresa. São fatores que impactam o capital investido e, caso não sejam bem administrados, levam muitas pessoas a obter prejuízos. Portanto, é importante o conhecimento sobre as condições do mercado, a análise dos riscos e, retorno de uma aplicação.

Os investimentos em renda fixa se mantiveram em uma taxa de crescimento constante ao longo dos anos, enquanto na renda variável, houve grandes oscilações, e acumulando grandes prejuízos ao ano início do ano de 2016 por exemplo. Apesar disso, observou-se ainda que o investimento nas ações conseguiu se recuperar até o final do período determinado, e superar os investimentos alocados em renda fixa.

O objetivo geral do artigo, visou identificar a rentabilidade de um conjunto de ações da bolsa de valores, num período de 5 anos e, comparar a sua rentabilidade com aplicações de renda fixa. Dessa forma, os dados referentes ao objetivo geral estão localizados ao longo do item 3 deste trabalho.

O primeiro objetivo específico teve o intuito de apresentar os conceitos referente ao mercado de capitais brasileiro, este, está concretizado por meio do referencial teórico, onde foram explicados os conceitos acerca do mercado.

O segundo objetivo, compreende realizar um estudo sobre 3 ações, num período de 5 anos do mercado de ações, descrito no tópico 3.1, onde buscou-se demonstrar e explicar as oscilações ocorridas no mercado ao longo dos anos pesquisados.

O terceiro objetivo específico propôs a demonstrar a rentabilidade obtida no mercado de ações comparadas com aplicações de renda fixa, o qual se apresentou no item 3.2 (comparação das rentabilidades), evidenciando a diferença das rentabilidades de um investimento em renda fixa e renda variável, sendo que, a renda variável obteve resultados muito superiores aos outros investimentos de renda fixa, no período estudado.

Este trabalho se justifica pela importância do conhecimento referente a investimentos, uma vez que é possível evidenciar na prática diferença entre aplicações de renda fixa e renda variável, estimulando os leitores a se identificarem com o mercado, e buscar um conhecimento mais profundo acerca deste assunto, para que possam obter ganhos muito superiores e gerar uma fonte de renda extra com o passar dos anos .

Percebe-se a importância de um estudo futuro sobre investimentos em renda variável, buscando compreender melhor quanto é necessário investir

todos os meses para gerar a independência financeira, além disso, estudar um conjunto maior de ações, para que desta forma possa obter maior diversidade e minimizar os riscos.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Edgar; SILVA, Lucas. **Sistema Financeiro Nacional**. 1. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo, MÉTODO, 2017.
- ALMEIDA, Fábio Portela L. **Manual do Pequeno Investidor em Ações**. 2013.
- ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 14. ed. – São Paulo: Atlas, 2018.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Calculadora do Cidadão**. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPUBLICO/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=1>>. Acesso em: 20 maio 2021.
- BRITO, Osias. **Guia Prático de Economia e Finanças**. São Paulo: Saraiva, 2016.
- CARRETE, Liliam Sanchez; TAVARES, Rosana. **Mercado Financeiro Brasileiro**. 1. ed. – São Paulo: Atlas, 2019.
- COVA, Carlos José Guimarães (org.). **Finanças e Mercado de Capitais – Mercados Fractais: a nova fronteira das finanças**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
- GRAHAM, Benjamin. **O Investidor Inteligente**. 4. ed. rev. – Rio de Janeiro: Harper Collins Brasil, 2017.
- IBGE. **Calculadora do IPCA**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>>. Acesso em: 01 jun. 2021.
- LIMA, Fabiano Guasti. **Análise de Riscos**. 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2018.
- NIGRO, Thiago. **Do Mil Ao Milhão: sem cortar o cafezinho**. 1. ed. – Rio de Janeiro: Harper Collins, 2018.
- PINHEIRO, Juliano Lima. **Mercado de Capitais**. 9. ed. - São Paulo: Atlas, 2019.

## O COMPLIANCE NA GESTÃO DE INFORMAÇÕES EM CONJUNTO A LGPD E COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA ALINHAR PROCESSOS CORPORATIVOS E BOAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Daniel Augusto Strieder Hubner<sup>1</sup>  
Suzany Foliatti Martins<sup>2</sup>  
Fabiana Schreiner<sup>3</sup>

### RESUMO

O presente estudo trata sobre o *Compliance* como instrumento de conformidade e de controle nos processos internos atrelado a LGPD e as boas práticas de governança corporativa. O problema direcionador da pesquisa aborda o *compliance* como ferramenta estratégica para alinhar processos e na gestão de informações conciliado com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados sobre o armazenamento e uso adequado das informações, visando um bom rendimento do trabalho de forma segura. Dessa forma, o objetivo principal desse estudo é contribuir para elucidar e especificar o tema e apontá-lo como instrumento para gestão estratégica das instituições como forma de alinhar processos corporativos e as práticas de governança efetivas na última década. O desenvolvimento dessa pesquisa ocorre mediante construção de natureza teórica, com uma pesquisa bibliográfica de teor qualitativa baseada na investigação da legislação brasileira, de doutrinas pertinentes e das informações disponibilizadas em artigos científicos, disponíveis em repositórios oficiais, situados na rede mundial de computadores. Ademais, com o fito de contemplar satisfatoriamente a temática, o artigo é dividido em partes que abordam a definição de *compliance*, sua aplicabilidade no meio corporativo e as implicações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) em conjunto com boas práticas de governança corporativa. Ao final do presente estudo conclui-se acerca da aplicabilidade dos programas de Compliance, que atua protegendo a organização que o implementa e, em última instância, a sociedade.

Palavras-chave: Compliance – LGPD – Governança Corporativa – Ferramenta Estratégica.

### INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis – 5º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis – 5º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. [suzanymartins@hotmail.com.br](mailto:suzanymartins@hotmail.com.br)

<sup>3</sup> Mestre em Direito. [schreinerfabiana@gmail.com](mailto:schreinerfabiana@gmail.com)

O *compliance* atua em diversos pontos como, por exemplo, na prevenção de riscos operacionais desnecessários, nas perdas financeiras, em evitar violações aos dispositivos legais. Auxilia a estabelecer um equilíbrio ético na totalidade da empresa ou organização, seja com setores públicos, privados ou cooperativas.

Sobre esta concepção que surge a necessidade de explicar de forma clara acerca da importância de adequar os processos para se ter qualidade, gerando segurança. Com a seguridade nos processos e na gestão dos dados, a LGPD coloca em evidência acerca do cuidado redobrado com o uso e armazenamento de dados pessoais que, se geridos com cautela e zelo pelo sigilo entre as partes, causa um aumento da confiabilidade e credibilidade do estabelecimento.

Os tópicos recém abordados têm ligação direta com boas práticas de governança corporativa que é indispensável para que se atinja um nível de performance alto, com resultados favoráveis e em conformidade com a legislação vigente.

Com este trabalho, espera-se que seja esclarecido os conceitos acerca do que seria o conjunto de disciplinas que compõe o que é Compliance e de como esta ferramenta pode ser utilizada para tornar os processos (que são definidos e, muitas vezes, não colocados em prática) aplicáveis dentro das rotinas corporativas. O Compliance busca controlar estes processos para que estejam em conformidade com a legislação vigente. Após compreender a importância do Compliance, pontua-se sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) onde toda instituição ou corporação deve adequar-se ao novo cenário.

Ambos os objetivos caminham para o mesmo propósito: organizar os processos de forma que, estando alinhada com a LGPD e com os objetivos e regulamentos dispostos, as corporações possam ter sucesso em suas atividades mantendo a segurança e qualidade de informações. Sobre essa concepção que surge a necessidade de explicar de forma clara o quão importante é adequar os processos para se ter qualidade confiabilidade.

Com a seguridade nos processos e na gestão dos dados, a LGPD coloca em evidência acerca do cuidado redobrado com o uso e armazenamento de



dados pessoais que, se geridos com cautela e zelo pelo sigilo entre as partes, causa um aumento da confiabilidade. Estes tópicos recém abordados têm ligação direta com boas práticas de governança corporativa que é indispensável para que se atinja um nível de performance alto, com resultados favoráveis e em conformidade com a legislação.

## **1 O COMPLIANCE: DEFINIÇÕES E SUA APLICABILIDADE NO MEIO CORPORATIVO COM ENFOQUE NA GESTÃO DE INFORMAÇÕES**

No contexto corporativo, em meio as atividades diárias, o uso de estratégias de conformidade é vital para que, visando ao lucro e/ou demais objetivos delimitados, devem também atingir seus objetivos com segurança nos processos. O Compliance tem o objetivo de fazer com que em qualquer nível ou área de atuação que o negócio abrange, tudo realizado esteja dentro da conformidade legal, respeitando a legislação vigente, cumprindo normas e regulamentos definidos para que assim seja preservada a integridade dessas instituições.

O compliance no Brasil ganhou projeção com a Lei Nº 12.846, de 1º de Agosto de 2013 denominada lei anticorrupção sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. A partir de então, foi dada certa importância ao que conhecemos por compliance nos processos corporativos, conforme Ubaldo:

O compliance tem a função de monitorar e assegurar que todos os envolvidos com uma empresa estejam de acordo com as práticas de conduta da mesma. Essas práticas devem ser orientadas pelo Código de Conduta e pelas políticas da companhia, cujas ações estão especialmente voltadas para o combate à corrupção. (UBALDO, 2017, p. 121).

Um dos desafios que as instituições têm hoje é o de adaptar programas globais de Compliance a cultura e realidade na qual estão inseridas. Ocorre que, na prática, o compliance vem como uma ferramenta para proporcionar

segurança e minimização de riscos, garantindo o cumprimento de atos, regimentos, normas e leis estabelecidos interna e externamente a empresa.

Com estratégias de alinhar processos, o Compliance é uma ferramenta que auxilia a mapear regimentos e leis que obrigatoriamente tem de ser cumpridas, alinhando as atividades para que os objetivos sejam cumpridos de forma adequada. Para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE),

[...] compliance é um conjunto de medidas internas que permite prevenir ou minimizar os riscos de violação às leis decorrentes de atividade praticada por um agente econômico e de qualquer um de seus sócios ou colaboradores. (BRASIL, 2021).

A implementação de um programa de Compliance pode trazer muitos desafios, o principal é de como a empresa irá tratar ao mesmo tempo em que busca manter a competitividade e rentabilidade financeira. Assim, terá de estabelecer regimentos que funcionem na prática para a instituição, respeitando as leis trabalhistas e a lei geral de proteção de dados.

Os bancos e algumas empresas e instituições, respectivamente, adotaram práticas para combater a ilicitude como elaboração de códigos de condutas, de cartilhas a funcionários e terceiros envolvidos nos processos, de treinamento de funcionários, realização de análise e previsão de riscos por meio de programas de prevenção às más práticas e rumo a preservação da integridade e ética.

Seguindo nesta linha, gerir estes dados, tendo controle das informações dispostas é crucial para que as corporações possam ter sucesso em suas atividades. Isto se a organização das tarefas e o disposto na missão organizacional estiver claro e, estando alinhada com a LGPD e demais legislações vigentes, tem o domínio dessa informação é o diferencial que tem estado em falta dentro do mercado de trabalho, pois por vezes a não execução correta de atividades (desconsiderando que atualmente há a proteção aos dados pessoais, como ver-se-á abaixo) reflete mais tarde em consequências jurídicas e financeiras aos responsáveis por manusear os dados.

## 1.1 LEI GERAL DE PROTEÇÃO AOS DADOS (LGPD)

No Brasil, por meio da Lei Federal nº 13.709 de 14 de agosto de 2018, instituiu-se a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Em seu artigo primeiro o objetivo é determinado

Esta lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. (BRASIL, 2018).

Em seu artigo segundo, faz menção aos fundamentos da disciplina da proteção aos dados pessoais, alguns dos principais são: o respeito a privacidade, a inviolabilidade da intimidade, defesa do consumidor, dos direitos humanos e o livre desenvolvimento da personalidade e dignidade. Conforme Rony Vainzof, a LGPD se preocupa e versa apenas e tão somente sobre o tratamento de dados pessoais.

Sobre a aplicação e vigência, efetivamente falando, as instituições buscaram maiores informações recentemente, pois as sanções administrativas previstas na lei teriam vigência a partir de agosto de 2021. Devido a isso, o processo de colocar em prática as atividades sempre em conformidade teve um novo aspecto e também motivação, para que se inicie o processo de execução de um plano de ferramentas de Compliance de forma estratégica.

A definição para dado pessoal é qualquer informação relacionada a pessoa natural. Há também a classificação de dado pessoal sensível sobre, por exemplo, quando vinculado a uma pessoa natural, dados referentes à origem racial ou étnica, à saúde ou à vida sexual, de caráter religioso, opinião política, filosófica, dado genético e/ou biométrico.

Essencialmente a LGPD separou em dois tipos os agentes de tratamento: os controladores e os operadores. Os controladores são os responsáveis pelas decisões sobre o tratamento dos dados pessoais e os operadores, os que realizam o tratamento destes. A figura do DPO (*Data Protection Officer*) surge

como o profissional que, dentro de uma organização, é encarregado de cuidar das questões referentes à proteção de dados pessoais da organização e de seus clientes.

Espera-se com isto ter zelo acerca da aplicação e monitoramento de um programa de compliance e da política de proteção de dados mencionada acima. Receber e apurar eventuais denúncias no que se refere as atitudes tomadas seja por terceiros ou integrantes da instituição procedendo com a sustentação de o direito à ampla defesa e ao contraditório e propondo as medidas disciplinares aplicáveis ao caso exposto, no próximo capítulo será descrito sobre a forma de como a LGPD interage diretamente com as ferramentas de gestão estratégicas, no caso, o compliance empresarial.

### **1.1.1 Impactos da LGPD em um programa de compliance**

A LGPD, lei 13.709/18, tem sido implementada em empresas, organizações da sociedade civil de interesse público e órgãos públicos desde a sua entrada em vigor, e seus impactos recaem na gestão de dados pessoais. Desse modo, é imprescindível que as organizações tenham propriedade sobre o tratamento de dados que ocorre dentro da instituição. Para que possam rastrear as informações que coletam, desde a entrada de dados até o descarte.

Para tanto, é primacial que o fluxo de dados seja sistematizado por diretrizes claras, que estejam em consonância com o disposto na LGPD e nas diretrizes internas sobre governança corporativa da empresa.

Para que o programa seja implementado de maneira eficiente, cada instituição deve criar o cargo de encarregado da proteção de dados, ou remanejar um funcionário apto a ocupá-lo. Esse funcionário será responsável pela intermediação entre os titulares de dados e a entidade responsável por essas informações. Além disso, esse indivíduo acumula a função de monitoramento dos cumprimentos das normas constantes da LGPD. Nesse sentido, o art. 41 da LGPD estabelece a obrigatoriedade da nomeação desse profissional. No entanto, a Autoridade nacional de Proteção de Dados (ANPD),

instituição que regulamenta a atividade desse profissional no Brasil, pode vir a regulamentar a dispensa em entidades de pequeno porte.

Esse estudo, posiciona-se no sentido de afirmar sobre a imprescindibilidade desse profissional, que intermedeia a relação entre os sujeitos interessados na utilização e os titulares dos dados, viabilizando o exercício de direitos por estes, e a gestão da governança corporativa por aqueles (Crisóstomo; Girão, 2019).

Ainda sobre o tema, convém ressaltar como atribuições desse encarregado, o recebimento de reclamações e comunicações, diante da lesão aos direitos dos titulares. Além disso, a garantia sobre a lisura do tratamento de dados, fornecimento de esclarecimentos e o processo de alterações e exclusão de dados.

Ademais, ainda de acordo com os autores Crisóstomo e Girão (2019, p.24), a LGPD tem o intuito de promover uma cultura organizacional que prime pela ética, pela prestação de contas e pelo cumprimento das leis, até porque diante do descumprimento dos paradigmas legais, esse diploma apresenta medidas sancionatórias.

### **1.1.2 Governança Corporativa e os processos internos**

Com base no capítulo anterior, fica claro que a LGPD possui um forte viés de governança corporativa, estimulando a implementação de um programa de governança em privacidade, que estabeleça controles internos para gestão do tema a fim de viabilizar a conformidade com a legislação, o qual nada mais é do que um programa de Compliance, conforme Moraes:

Já os programas de Compliance, como instrumento de governança corporativa, talvez sejam a melhor forma de as organizações se adequarem a estas regulamentações, sejam elas relacionadas à anticorrupção, prevenção à lavagem de dinheiro [...] proteção de dados pessoais e privacidade. Vale lembrar que, conceitualmente, programas de Compliance são conjuntos de medidas adotadas e asseguradas pelos agentes de governança para que as organizações estejam em conformidade com seus princípios e valores, mas também com as leis e regulações às quais estão submetidas. (MORAES, 2020, p. 546-547).

Conforme o instituto brasileiro de governança corporativa (IBGC), a definição seria de que a governança corporativa é o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle de demais partes interessadas (BRASIL, 2021).

A expansão de uma instituição empresarial induz a uma separação natural entre propriedade e direção da empresa, em virtude do conflito de interesses que passa a vigor no seio dessas corporações, momento em que se faz necessário o surgimento de pactos contratuais efetivos para a pacificação de interesses (FAMA; JENSEN, 1983; JENSEN; MECKLING, 1976).

A citada separação entre propriedade e direção é explicada pela chamada “teoria da agência”, que busca compreender as relações interpessoais existentes em uma empresa, bem como os seus centros de poder e, a partir de então, busca criar diretrizes que alinhem os interesses convergentes em torno de valores comuns, por meio de normas de incidência coletiva. Nesse contexto surgem os sistemas de governança corporativa que têm como finalidade implementar práticas de monitoramento da gestão da empresa com o intuito de verificar o cumprimento de normas externas e internas.

Dessa forma, o compliance pode ser resumido como a adequação/conformidade de uma instituição às normas legais, para minimizar os riscos que a ação da empresa possa causar sobre a esfera de direitos de outrem. Os custos operacionais decorrentes dos sistemas de governança corporativa são suportados pelos acionistas que possuem um maior interesse na implementação de sistemas dessa natureza, em razão da confiabilidade que implementam nas empresas nas quais investem (SHLEIFER; VISHNY, 1997). Desse modo, há uma tendência de mercado, em todo o mundo, a adotar de maneira cada vez mais frequente mecanismos de governança, havendo um movimento no sentido de torná-los obrigatórios por meio de normas legais.



No Brasil, tais práticas foram implementadas pela Lei Geral de Proteção de dados (LGPD), estudada no capítulo anterior e que dispõe sobre práticas de governança a serem adotadas pelas empresas situadas em território nacional. Nos Estados Unidos, a imposição de práticas dessa natureza remonta ao início dos anos 2000, pela Lei Sarbanes-Oxley de 2002 em decorrência das práticas pouco ortodoxas do mercado financeiro no período (AGUILERA; CUERVO-CAZURRA, 2009).

Desse modo, em que pese a importância de normas cogentes, com força de lei, a adoção de atitudes éticas deve estar clara, pois a estrutura do Compliance observa não só as leis, mas também os valores e princípios da instituição. Cada corporação empresarial desenvolve um programa único de ferramentas de Compliance e, este, tem como base os riscos da operação ou do negócio/ramo no qual está inserida esta entidade.

Sobre as regras definidas e as normas disciplinadas, é preciso ter relação com a realidade da instituição, caso contrário as chances de entrarem em desuso são altas. Em cada área, os processos de compliance devem ser formulados de maneira funcional. O ambiente deve ser rigoroso quanto a formulação das ações que farão parte do processo de entrar em conformidade com os valores institucionais e da legislação, mas é de vital importância o alerta sobre medir a quantidade de regras e procedimentos, pois o excesso pode culminar no efeito inverso ao desejado, ou seja, o excesso de regras de conduta gera, nos operadores do processo/colaboradores, o impulso de praticarem atos e a adoção de posturas que, embora não proibidas pelo código de regras, não são as mais assertivas quando o rumo é a ética (SERPA, 2016).

## **2 METODOLOGIA**

O presente estudo utiliza como método de produção a pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, cujos principais conceitos são desenvolvidos com base em livros pertinentes ao tema, artigos científicos constantes de repositórios oficiais, disponíveis na rede mundial de computadores

e dados obtidos em sites oficiais. Justifica-se a metodologia qualitativa diante da impossibilidade de mensurar objetivamente os instrumentos de compliance que são atualmente utilizados para normatizar as atividades das organizações empresariais.

Inicialmente, fora realizado um levantamento de todo o material descrito, para só então iniciar a concatenação dos conceitos obtidos para a produção da pesquisa sobre os sistemas de governança utilizados nas empresas como forma de gestão estratégica. Desse modo, buscou-se compreender que apesar da normatização das práticas de governança corporativa serem uma tendência mundial, de natureza obrigatória há que se observar os valores que guiam cada organização, individualmente considerada.

## CONCLUSÃO

Este estudo teve como intuito analisar um tema que está em voga e que é de extrema importância, tanto no âmbito prático, na gestão das instituições, como para o debate acadêmico. Nesse sentido, buscou-se compreender, inicialmente o conceito de compliance e o motivo de seu surgimento no cenário corporativo, seguido da exemplificação de práticas de governança corporativa, para compreender como essas práticas podem ser utilizadas como estratégia de gestão.

Para desenvolver a análise, utilizou-se a referência nacional na implementação de sistema de governança corporativa que é a lei geral de proteção de dados (LGPD), trazendo a ressalva de que a partir do normativo legal cada instituição possui práticas próprias inerentes a sua cultura organizacional e aos seus valores. Com as pontuações realizadas no presente estudo acerca das ferramentas de Compliance corporativo e seu papel de auxiliar no cumprimento das novas leis, conclui-se que há a necessidade de realização de treinamentos direcionados às(aos) Integrantes da organização, observar a efetividade das diretrizes emanadas, propondo ajustes e revisões

caso entenda necessário e feito isso, escolher de quem será o encargo de responsável pela proteção de dados da instituição

Assim, constatou-se que há uma tendência mundial, adotada tardiamente no Brasil, no sentido de adaptar suas instituições as práticas de governança corporativa, notadamente pelo surgimento no mercado de trabalho nacional da figura do encarregado da proteção de dados.

## REFERÊNCIAS

AGUILERA, R. V., & Cuervo - CAZURRA, A. (2004). **The Spread of Codes of Good Governance Worldwide: What's the Trigger?** *Organization Studies*, 25(3), 415.

BRASIL. Ministério da Justiça. Conselho Administrativo de Defesa Econômica. **Guia para Programas de Compliance**. Disponível em: <[http://www.cade.gov.br/aceso-a-informacao/publicacoesinstitucionais/guias\\_do\\_Cade/guia-compliance-versao-oficial.pdf](http://www.cade.gov.br/aceso-a-informacao/publicacoesinstitucionais/guias_do_Cade/guia-compliance-versao-oficial.pdf)>. Acesso em: 16 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm)>. Acesso em: 26 out. 2021.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Governança Corporativa**. Disponível em: <<https://www.ibgc.org.br/conhecimento/governanca-corporativa>>. Acesso em: 01 nov. 2021.

CRISÓSTOMO, Vicente Lima; GIRÃO, Aline Maria Coelho. **Análise do Compliance nas Empresas Brasileiras às Boas Práticas da Governança Corporativa**. ISSN 2176 -9036Vol. 11, n.2, Jul./Dez, 2019. Disponível em: <Sítios:<http://www.periodicos.ufrn.br/ambiente><http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente>>. Acesso em: 26 out. 2021.

FAMA, E. F., & JENSEN, M. C. (1983). **Separation of Ownership and Control**. *Journal of Law and Economics*, 26(2), 301-325.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico: explicitação das normas da ABNT**. 17. ed. Porto Alegre: Dáctilo Plus, 2013. p.142

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2010. p.204. **para Programas de Compliance**. Disponível em: <<http://www.cade.gov.br/aceso-a->

informacao/publicacoesinstitucionais/guias\_do\_Cade/guia-compliance-versao-oficial.pdf>. Acesso em: 16 out 2021.

MORAES, Henrique Falabretti. **Sistemas de Compliance, Programas de Privacidade e DPO**, in Data Protection Officer: Teoria e Prática de Acordo com a LGPD e o GDPR. São Paulo. Ed. Revista dos Tribunais, 2020. p. 546-547.

SERPA, Alexandre Cunha. **Compliance Descomplicado**: um guia simples e direto sobre programas de compliance. [S.l.]: Create Space Independent Publishing Platform, Alexandre Cunha Serpa, 2016.

UBALDO, F. S. **Lei Anticorrupção**: a importância do programa de compliance no cenário atual. In: PORTO, Vinícius; MARQUES, Jader (org.). O compliance como instrumento de prevenção e combate à corrupção. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017.

## **A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR NO RIO GRANDE DO SUL: ANÁLISE NA EFETIVIDADE DOS DIREITOS DOS CONSUMIDORES COM BASE EM DADOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Milena Alberti<sup>1</sup>  
João Francisco Vaz Kaiper Cruz<sup>2</sup>  
Roberto Laux Junior<sup>3</sup>

### **RESUMO**

O tema do presente artigo recai sobre a proteção do consumidor no estado do Rio Grande do Sul. Considerando que o Código de Defesa do Consumidor foi criado para dar efetiva proteção ao consumidor nas relações, a delimitação temática incide na análise da efetividade na proteção dos consumidores no estado do Rio Grande do Sul, com base em julgados de ações civis públicas recentes no estado. Nesse sentido, o problema de pesquisa consiste na seguinte indagação: os consumidores estão tendo a proteção adequada no estado do Rio Grande do Sul? A indagação sugere duas hipóteses, quais sejam: a) a proteção dos direitos dos consumidores não é plenamente eficaz no Rio Grande do Sul; b) a proteção dos consumidores é eficaz no Rio Grande do Sul. O estudo foi construído em duas seções, que coincidem com os objetivos específicos da pesquisa. Em um primeiro momento serão estudados os direitos difusos e coletivos e individuais homogêneos. Posteriormente, serão analisados julgados do Tribunal de Justiça do estado do Rio Grande do Sul. A metodologia adotada para a realização da pesquisa caracteriza-se como teórico-empírica, de cunho explicativo, natureza quantitativa e qualitativa no tratamento dos dados bibliográficos e documentais. O método de abordagem é hipotético-dedutivo. Ao final, foi possível concluir que a tutela dos direitos dos consumidores tem ocorrido de forma efetiva, e sua promoção e proteção deve ser encorajada e estimulada, no intuito de evitar injustiças e amparar de forma adequada os destinatários de produtos e serviços, sejam eles diretos, sejam por equiparação.

Palavras-chave: Consumidor – Direitos Difusos – Direitos Coletivos – Proteção.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do 10º semestre do curso de Direito das Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA. E-mail: milenaalberti27@gmail.com.

<sup>2</sup> Acadêmico do 10º semestre do curso de Direito das Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA. E-mail: joaokaiper@yahoo.com.br.

<sup>3</sup> Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1999). Pós-Graduado em Direito Processual Civil pela Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Mestre em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Rio Grande do Sul. Doutorando em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Professor de Direito Processual Civil e Direito Civil da Fundação Educacional Machado de Assis. Juiz de Direito do Estado do Rio Grande do Sul. Diretor Cultural da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul.

## INTRODUÇÃO

O tema do presente artigo recai sobre a proteção do consumidor no estado do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, considerando que o Código de Defesa do Consumidor foi criado para dar efetiva proteção ao consumidor nas relações, a delimitação temática recai sobre a análise da efetividade da proteção dos direitos dos consumidores no Rio Grande do Sul, com base em julgados de ações civis públicas recentes no estado.

Considerando que o consumidor, em regra, encontra-se em posição de hipossuficiência na relação de consumo, o problema de pesquisa consiste na seguinte indagação: os consumidores estão tendo a proteção adequada no estado do Rio Grande do Sul? A indagação sugere duas hipóteses, que pautarão a análise do artigo, quais sejam: a) a proteção dos direitos dos consumidores não é plenamente eficaz no Rio Grande do Sul; b) a proteção dos consumidores é eficaz no Rio Grande do Sul. O objetivo geral de pesquisa consiste em analisar se a tutela dos direitos dos consumidores ocorre de forma efetiva no Rio Grande do Sul.

A justificativa da pesquisa se dá pela proteção do consumidor estar consagrada na Constituição Federal de 1988 e no Código de Defesa do Consumidor. Assim, o tema é relevante pois busca compreender a efetividade da norma constitucional e infraconstitucional no Rio Grande do Sul.

O estudo foi construído em duas seções, que coincidem com os objetivos específicos da pesquisa. Desse modo, em um primeiro momento serão estudados os direitos difusos e coletivos em espécie, seu conceito e previsão legal. Em um segundo momento, serão analisados julgados de ações civis públicas ajuizadas no estado do Rio Grande do Sul.

A metodologia adotada para a realização da pesquisa caracteriza-se como teórico-empírica, de cunho explicativo, natureza quantitativa e qualitativa no tratamento dos dados bibliográficos e documentais. O método de abordagem é hipotético-dedutivo.



## 1 A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS SEGUNDO O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Historicamente, sabe-se que o consumidor, por muitos anos ocupou posição desfavorável nas relações de consumo. Isso mudou com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que trouxe, entre seus direitos fundamentais, a promoção da defesa do consumidor.

É o que dispõe o art. 5º, XXXII da Constituição Federal. Nesses termos, “O Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor; (BRASIL, 1988). Ainda, tal dispositivo reservou à lei ordinária a proteção da defesa do consumidor, classificando-se, desse modo, como norma constitucional de eficácia limitada<sup>1</sup>.

Nesse sentido, em 1990 foi sancionado a Lei n.º 8.078, que dispõe sobre a proteção do consumidor e traz outras providências, também denominada Código de Defesa do Consumidor. A norma trouxe diversas inovações, prevendo direitos básicos do consumidor, formas de responsabilização pelos fornecedores de produtos ou serviços, práticas comerciais, proteção contratual, e o ponto de maior relevância para o artigo: direitos difusos e coletivos (BRASIL, 1990).

Os direitos difusos e coletivos estão previstos no art. 81, incisos I, II e III, do Código de Defesa do Consumidor, como forma de defesa a título coletivo. Nesse sentido, a redação do dispositivo é a seguinte:

Art. 81. A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo

Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de:  
I - interesses ou **direitos difusos**, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;  
II - interesses ou **direitos coletivos**, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja

<sup>1</sup> Segundo José Afonso da Silva, as normas constitucionais classificam-se como de eficácia plena, eficácia contida e eficácia limitada. As normas de eficácia plena caracterizam-se por ser autoexecutáveis, de aplicabilidade direta, imediata e integral, não se restringindo por atos normativos da legislação infraconstitucional; As normas de eficácia contida, por sua vez, possuem aplicabilidade direta, imediata, porém não integral, visto que são restringidas por normas, tanto constitucionais quanto infraconstitucionais; As normas de eficácia limitada, por fim, possuem aplicabilidade mediata e indireta, eis que necessitam da criação de uma lei pelo Poder Legislativo para ter eficácia. (SILVA, 1998).

titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base;  
III - interesses ou **direitos individuais homogêneos**, assim entendidos os decorrentes de origem comum. (BRASIL, 1990). **[grifo nosso]**.

Assim, referido dispositivo determina que a defesa coletiva será exercida nas hipóteses de direitos difusos, direitos coletivos e direitos individuais homogêneos. Cumpre diferenciá-los.

Inicialmente, é importante informar que os direitos transindividuais são gênero, do qual os direitos difusos e coletivos são espécie. Os direitos individuais homogêneos são diversos, pois são divisíveis. Outro ponto que é relevante no estudo, é que tais direitos encontram-se na 3ª dimensão dos direitos humanos, logo, são direitos relativos à solidariedade e à fraternidade (SILVA; BOAS, 2020). Nesse sentido, segundo Silva e Boas, os direitos difusos qualificam-se como:

Para o Autor, os chamados Direitos Difusos, quanto ao sujeito, são aqueles cujos titulares não são determináveis, ou seja, os detentores do direito subjetivo que se pretende reger e proteger são indeterminados e indetermináveis. E utiliza como bom exemplo a publicidade enganosa que atinge a população. Em relação ao sujeito passivo, ele estabelece que sejam todos aqueles que devem respeitar os direitos difusos direta ou indiretamente, no caso acima, os que fazem as publicidades. (SILVA; BOAS, 2020, p. 5-6).

Os autores trazem o conceito de direito difuso trazido por Rizzato Nunes<sup>1</sup> em um artigo publicado na Revista Luso-Brasileira de direito do consumo. Assim, pode-se compreender que os direitos difusos caracterizam-se, principalmente, pela “[...] indeterminação dos sujeitos, pela indivisibilidade do objeto, por sua intensa litigiosidade, interna e por sua tendência à transição ou mutação no tempo e no espaço. (SILVA; BOAS, 2020, p. 6).

Os direitos coletivos, por sua vez, quanto aos sujeitos ativos e passivos, seguem a mesma lógica dos direitos difusos. São de titulares indeterminados,

---

<sup>1</sup> Nunes, Rizzato. As ações coletivas e as definições de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos no Direito do Consumidor. Revista Luso-Brasileira de Direito do Consumo, Curitiba, v. 5, n. 21, p. 187-200, mar. 2016

mas que são facilmente determináveis pela existência de uma relação jurídica base (SILVA; BOAS, 2020). Nesse sentido:

No mesmo sentido, a relação jurídica existente em relação aos direitos coletivos, o mesmo Autor menciona haver duas relações jurídicas-bases, primeira quanto em relação aos titulares (sujeito ativo), que estão ligados entre si por uma relação jurídica, por exemplo, uma associação. E a segunda, serão aquelas em que os titulares (sujeito ativo) estão ligados com o sujeito passivo por uma relação jurídica. Já quanto ao objeto, ele será indivisível, o bem jurídico protegido não pertence a nenhum indivíduo em particular, mas a todos em conjunto e simultaneamente, no mesmo exemplo, a qualidade do ensino oferecido pela escola. (SILVA; BOAS, 2020, p. 9).

Assim, é possível verificar que nos direitos coletivos há duas relações jurídicas-bases, quais sejam: o vínculo jurídico entre os titulares e a vinculação entre os titulares e o sujeito passivo por uma relação jurídica. Quanto ao objeto, será indivisível, pertencente a uma coletividade.

Os direitos individuais homogêneos, por fim, são a classe diferente dos direitos previstos no art. 81 do Código de Defesa do Consumidor. Isso porquê, conforme já alegado, enquanto os direitos difusos e coletivos são indivisíveis, os direitos individuais homogêneos são divisíveis.

Nesse sentido, segundo os estudos de Silva e Boas na análise da obra de Rizzato Nunes, no tocante ao sujeito ativo, é possível que seja determinado, pois individual. No tocante ao objeto, como já salientado, é divisível. No tocante à relação jurídica, se dá por ato, fato, ou contrato. Assim, serão aqueles que possuem origem comum, mas poderão ser divididos. Desse modo, qualificam-se como uma subespécie de direitos coletivos (SILVA; BOAS, 2020).

Assim, feitas as distinções sobre a formas de tutela coletiva no Código de Direito do consumidor, é necessária a análise da efetividade da tutela desses direitos, que será realizada no próximo capítulo.

## **2 ANÁLISE DE JULGADOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Inicialmente, antes de dar início à análise dos julgados, é necessário conceituar efetividade. Segundo Ingo Wolfgang Sarlet, há uma complementariedade entre a eficácia das normas e sua vigência, que tornam possível sua aplicabilidade. Nesse sentido:

Com efeito, partimos da premissa de que eficácia e aplicabilidade são noções conexas como (em simplificada comparação) as duas faces de uma mesma moeda, não sendo possível falar de norma eficaz destituída de aplicabilidade, o que não quer dizer que, em sendo aplicável, venha a ser aplicada ou mesmo a forma como se dará a aplicação, se direta ou indireta. De tal sorte, sempre que fizermos referência ao termo “eficácia jurídica” o faremos abrangendo a noção de aplicabilidade que lhe é inerente e dele não pode ser dissociada, ainda que não exista uma identidade entre ambas as noções. Mais próximo, talvez, de José Afonso da Silva (quanto a este aspecto) consideramos que uma norma eficaz é sempre aplicável, mas poderá não ser aplicada, portanto, poderá não alcançar eficácia social ou efetividade, o que nos remete a outra distinção cada vez mais polemizada. (SARLET, 2012, p. 214).

Assim, pelo conceito de Ingo Sarlet, a eficácia social da norma ou efetividade está diretamente relacionada com sua aplicabilidade e produção de efeitos concretos no ordenamento jurídico.

No plano do Código de Defesa do Consumidor, a efetividade dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos pode ser alcançada mediante ação civil pública, que é o mecanismo de tutela de tais direitos. Nesse sentido, são os legitimados para representar os direitos do consumidor em juízo, na forma do art. 82 do CDC, os seguintes órgãos:

Art. 82. Para os fins do art. 81, parágrafo único, são legitimados concorrentemente: (Redação dada pela Lei nº 9.008, de 21.3.1995)  
I - o Ministério Público,  
II - a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal;  
III - as entidades e órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, ainda que sem personalidade jurídica, especificamente destinados à defesa dos interesses e direitos protegidos por este código;  
V - as associações legalmente constituídas há pelo menos um ano e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos protegidos por este código, dispensada a autorização assemblear.  
§ 1º O requisito da pré-constituição pode ser dispensado pelo juiz, nas ações previstas nos arts. 91 e seguintes, quando haja manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou característica do dano, ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido. (BRASIL, 1990).

Assim, apresentado o conceito de efetividade e demonstrados os legitimados para representar o consumidor em juízo, é necessária a análise de julgados do Tribunal de Justiça do estado do Rio Grande do Sul em ações civis públicas, para verificar a efetividade da proteção do consumidor. Nesse sentido, em setembro de 2021 foi julgada a Apelação Cível n.º 70085216265, cuja ementa é a seguinte:

APELAÇÃO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRODUTOS COMERCIALIZADOS FORA DO PRAZO DE VALIDADE. DANO MORAL COLETIVO. MANTIDO. REDUÇÃO DO QUANTUM. DESCABIDA. 1. **A exposição à venda de produtos fora do prazo de validade afronta as normas sanitárias e do CDC, por colocar em risco a segurança dos consumidores, ainda que não comprovada efetiva venda ou consumo, pois configura ato ilícito capaz de gerar dano moral coletivo in re ipsa.** 2. Incabível a redução da quantia fixada a título de multa, porque atende ao princípio da proporcionalidade e à extensão do dano, adequando-se ao entendimento da Câmara e às particularidades do caso. ASTREINTES. OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER. mantidas. É caso de manter a multa vinculada ao descumprimento da obrigação de não fazer, consistente na abstenção de vender ou expor à venda produtos fora do prazo de validade; bem como o valor fixado na origem, a fim de melhor garantir a efetividade do processo e impedir o descumprimento da decisão judicial. ASTREINTES. OBRIGAÇÃO DE FAZER. FIXADA DE OFÍCIO. Para garantir o cumprimento e efetividade da medida, consistente na fixação de aviso no estabelecimento informando o teor desta ação, é fixada, de ofício, multa diária para o caso de descumprimento. Previsão do art. 11 da lei 7.347/85. RECURSO DESPROVIDO. MULTA FIXADA DE OFÍCIO. (RIO GRANDE DO SUL, 2021a). **[grifo nosso]**.

No presente caso, é possível verificar que o Tribunal de Justiça do estado do Rio Grande do Sul negou provimento à apelação para manter a condenação de primeiro grau, diante da configuração de dano moral coletivo. No caso, a condenação se deu pela exposição de produtos fora do prazo de validade.

A decisão foi fundamentada no sentido de que a exposição de produtos com prazo de validade vencido consiste em prática abusiva, na forma do art. 39 do Código de Defesa do Consumidor. Ainda, a decisão firmou entendimento no sentido de que a infração ocorrida no caso requeria uma análise abstrata, decorrente do próprio risco da conduta, sendo irrelevante a danosidade fática do ato. Isso porque, os bens jurídicos em discussão são a saúde dos consumidores,

a segurança alimentar e a incolumidade pública nas relações de consumo. Ao final, a decisão concluiu que a mera exposição à venda dos produtos vencidos já implica na responsabilização do infrator (RIO GRANDE DO SUL, 2021a).

Outro acórdão relevante é o da Apelação Cível n.º 70085217842, o qual teve por objeto julgar a ocorrência de práticas abusivas no transporte, armazenamento, comércio e distribuição de leite com vício de qualidade. Nesse sentido, segue a ementa:

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRÁTICAS ABUSIVAS DE TRANSPORTE, ARMAZENAMENTO, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTO (LEITE) COM VÍCIOS DE QUALIDADE. ILEGITIMIDADE DE PARTE. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. O Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 6º, I, estabelece como direitos básicos do consumidor, “a proteção à vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos”. **Demonstrada a conduta ilícita, consubstanciada no acréscimo, ao alimento lácteo, de água e substâncias químicas, devem os requeridos responder pelos danos morais coletivos, os quais estão alicerçados no artigo 5º, V e X, da Constituição Federal e no art. 6º, IV, do Código de Defesa do Consumidor. Cabível a indenização a título de dano moral coletivo, porquanto houve um abalo ao patrimônio moral da coletividade, existindo presunção absoluta de lesão e prejuízo diante da ocorrência da comercialização de produtos impróprios.** A despeito da efetiva necessidade de reparação extrapatrimonial da coletividade, não exsurge de tudo quanto consta nos autos a pertinência de arbitramento de danos morais em montante milionário, como pretende o órgão ministerial. AFASTARAM A PRELIMINAR E NEGARAM PROVIMENTO ÀS APELAÇÕES. UNÂNIME. (Apelação Cível, Nº 70085217842, Vigésima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Walda Maria Melo Pierro, Julgado em: 22-09-2021). (RIO GRANDE DO SUL, 2021b). **[grifo nosso].**

No caso, a decisão supramencionada negou provimento à apelação, com a conseqüente manutenção da sentença de primeiro grau, determinando a indenização por dano moral coletivo. Ao Reconheceu a presunção absoluta de lesão à coletividade pela comercialização de produtos impróprios para o consumo.

Por fim, outra decisão relevante é a da Apelação Cível n.º 50005496420198210141, que teve por objeto impugnar o cumprimento individual de sentença coletiva. Nesse sentido, segue a ementa:



Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. **AÇÃO CIVIL PUBLICA. MÁ CONDICÕES DE HIGIENE E CONSERVAÇÃO DE ALIMENTOS. DANO MORAL COLETIVO CONFIRMADO.** QUANTUM FIXADO, PARA QUE A CONDENAÇÃO CUMPRA AS FUNÇÕES QUE LHE SÃO ESPERADAS. DANOS AOS CONSUMIDORES INDIVIDUALMENTE CONSIDERADOS. INTELIGÊNCIA DO ART. 95 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. A AFERIÇÃO E A DELIMITAÇÃO DOS DANOS SERÃO FEITAS EM DEMANDAS INDIVIDUAIS POSTERIORMENTE AJUIZADAS, NAS QUAIS SA ANALISARÁ A CADA CASO A EFETIVA OCORRÊNCIA DE DANOS MATERIAIS E MORAIS, ASSEGURANDO-SE O CONTRADITÓRIO E A AMPLA DEFESA DA RÉ. UNÂNIME. RECURSO PROVIDO. (Apelação Cível, Nº 50005496420198210141, Décima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Katia Elenise Oliveira da Silva, Julgado em: 23-04-2021). (RIO GRANDE DO SUL, 2021c).

Nessa decisão, é possível verificar que trata-se de hipótese de proteção de direitos individuais homogêneos. Há um grupo de pessoas ligado por uma situação jurídica de fato – qual seja, a má condição de higiene e conservação de alimentos – que pode ser executada de maneira individual, logo, divisível.

Assim, diante dos julgados apontados, é possível verificar que o estado do Rio Grande do Sul tem promovido a proteção dos consumidores de maneira adequada, uma vez que, a grande maioria das decisões existentes no Tribunal de Justiça são favoráveis a eles.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, é possível verificar que a proteção do consumidor é uma questão não só de estabilidade e igualdade nas relações jurídicas, mas sim de segurança e de dignidade, uma vez que os consumidores têm o direito de adquirir produtos em condições adequadas para o consumo.

Assim, considerando que o estudo teve por objeto a análise dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos e sua efetividade com base na jurisprudência do Tribunal de Justiça do estado do Rio Grande do Sul, foi possível verificar a efetividade ou eficácia social desses direitos, uma vez que a

grande maioria das decisões existentes na jurisprudência vigente são favoráveis ao consumidor.

Por conseguinte, tendo em vista que o problema de pesquisa consistia em verificar se os consumidores estão tendo a proteção adequada no estado do Rio Grande do Sul, é possível refutar a primeira hipótese desenvolvida e acolher a segunda, uma vez que a tutela dos direitos dos consumidores tem ocorrido de forma efetiva.

Pelo exposto, é possível afirmar que os dados existentes são muito positivos. Tendo em vista que o consumidor encontra-se em posição de hipossuficiência, a promoção e proteção dos seus direitos deve ser encorajada e estimulada, no intuito de evitar injustiças e amparar de forma adequada os destinatários de produtos e serviços, sejam eles diretos, sejam por equiparação.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Diário Oficial da União**, 05 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei n.º 8.078 de 11 de setembro de 1990. Código de Defesa do Consumidor. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 de setembro de 1990.

RIO GRANDE DO SUL. **Apelação Cível n.º 70085216265**. Tribunal de Justiça do estado do Rio Grande do Sul, 2021a. Julgado em 30 de setembro de 2021. Disponível em: <[https://www.tjrs.jus.br/buscas/jurisprudencia/exibe\\_html.php](https://www.tjrs.jus.br/buscas/jurisprudencia/exibe_html.php)>. Acesso em: 01 nov. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. **Apelação Cível n.º 70085217842**. Tribunal de Justiça do estado do Rio Grande do Sul, 2021b. Julgado em 22 de setembro de 2021. Disponível em: <[https://www.tjrs.jus.br/buscas/jurisprudencia/exibe\\_html.php](https://www.tjrs.jus.br/buscas/jurisprudencia/exibe_html.php)>. Acesso em: 01 nov. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. **Apelação Cível n.º 50005496420198210141**. Tribunal de Justiça do estado do Rio Grande do Sul, 2021c. Julgado em 23 de abril de 2021. Disponível em: <[https://www.tjrs.jus.br/buscas/jurisprudencia/exibe\\_html.php](https://www.tjrs.jus.br/buscas/jurisprudencia/exibe_html.php)>. Acesso em: 01 nov. 2021.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos Direitos Fundamentais:** uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 11. ed., ver. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

SILVA, Alan Faria Andrade; BOAS, Regina Vera Villas. Direitos Transindividuais e Direitos Humanos – suas conexões para proteção da pessoa humana. **Revista Pensamento Jurídico** – São Paulo – Vol. 14, Nº 1, jan./jul. 2020. Disponível em: <\*RPensam-Jur\_v.14\_n.1.02.pdf (mbsp.mp.br)>. Acesso em: 01 nov. 2021.

SILVA, José Afonso da. **Aplicabilidade das Normas Constitucionais.** São Paulo: Malheiros, 1988.

## **ROTATIVIDADE DE PESSOAL NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL: A PROBLEMÁTICA DO DISSENSO GERACIONAL NO AMBIENTE DE TRABALHO**

Daniel Augusto Hubner<sup>1</sup>  
Mariane Soder<sup>2</sup>  
Suzany Foliatti Martins<sup>3</sup>  
Mônica Stormowski<sup>4</sup>  
Diogo Motta Tibulo<sup>5</sup>

### **RESUMO**

O presente estudo trata sobre o atual cenário das relações interpessoais no ambiente de trabalho, com o objetivo de compreender a elevada taxa de rotatividade dos recursos humanos, conhecida como *turnover*, ao passo que atribui essa realidade a existência de interesses distintos no ambiente de trabalho. Desse modo, busca-se retratar a convivência das diferentes gerações que hoje coexistem no ambiente organizacional. Tendo em vista a discrepância entre os comportamentos, habilidades e os anseios desses grupos em relação a atividade laboral e ao que esperam de uma carreira. Nesse sentido, serão definidas as características das gerações em estudo, quais sejam: os Veteranos, os Baby Boomers, a Geração X, a Geração Y e a Geração Z, levando-se em conta as habilidades comuns a cada um desses grupos etários, muito embora haja um maior enfoque na geração Z. Será destacada ainda, a relação entre esses indivíduos, e o modo como a conjunção desses valores destoantes pode resultar não apenas no fluxo de evasão corporativo, mas também, em uma contribuição positiva para a construção de entidades mais democráticas, pautadas no equilíbrio entre as qualidades

---

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis – 5º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. danielhubner@outlook.com.br

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis – 5º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. marianesoder01@gmail.com

<sup>3</sup> Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis – 5º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. suzanymartins@hotmail.com.br

<sup>4</sup> Administradora, pela Sociedade Educacional de Três de Maio - SETREM, Contadora, pelo Fundação Educacional Machado de Assis - FEMA, Mestranda em Gestão Estratégica de Organizações pela URI. monicast@fema.com.br

<sup>5</sup> Mestre em Gestão Estratégica de Organizações. Professor das Faculdades Integradas Machado de Assis. dmt79@hotmail.com

desses grupos. O que será feito através de uma pesquisa bibliográfica qualitativa, conforme se verá nas páginas subsequentes.

Palavras-chave: Gerações - Ambiente Organizacional - Baby boomers - Veteranos.

## INTRODUÇÃO

As organizações lidam no dia a dia com diversos fatores que podem impactar negativamente os seus negócios, destaque para a alta rotatividade – também conhecida por *turnover* - que tem sua importância ligada, justamente, ao fato de representar o dispêndio de energia decorrente do processo de saída de colaboradores e a entrada de outros para em substituição, causando um desequilíbrio na cadeia (CHIAVENATO, 2020).

Para complicar ainda mais a situação posta, os ambientes corporativos, cada vez mais heterogêneos devido a convivência de gerações, tem que administrar visões de mundo, de trabalho, de relacionamento interpessoal e de tecnologia totalmente antagônicas (BITENCOURT, 2010)

E é, exatamente neste cenário de incertezas que a presente pesquisa mostra seu valor, pois o alto custo decorrente do fluxo de entradas e saídas de pessoas da organização constituem um enorme desafio para os gestores, que devem administrar as mais diferentes gerações no ambiente de trabalho de modo a evitar a alta rotatividade.

A tarefa em comento é árdua, já que cada geração tem indivíduos de diferentes características, em razão de cada uma delas remontar a épocas diferentes, mas uma coisa é fato, as diferenças geracionais existem e se forem bem geridas, podem representar significativos resultados às organizações (COMAZZETTO, 2016).

Os veteranos, por exemplo, são rígidos, trabalham a maior parte da vida na mesma empresa e respeitam regras, os Baby Boomers, por sua vez, são leais e comprometidos, valorizam a estabilidade profissional, sendo competitivos e focados em resultados.

Já a geração X são independentes e empreendedores, resistentes a

mudanças e buscam crescimento profissional, ao passo que a geração Y cresceu em meio à tecnologia, podendo realizar várias atividades ao mesmo tempo, tendo potencial inovador.

E por último tem a geração Z, também conhecidos como nativos digitais, que não gostam da burocracia, são ágeis, buscando ascensão na vida profissional e tem fácil compreensão da tecnologia (GONÇALVES, 2019).

De modo que a presente pesquisa concentrará suas atenções na possível relação entre o aumento de alta rotatividade e os nativos digitais (Geração Z), que são a geração dos mais novos no mercado de trabalho ou que ainda estão iniciando sua carreira profissional. Isso, por ela ser uma geração que se adapta fácil, busca sempre um crescimento profissional e novos aprendizados, além de ter uma qualidade de vida melhor.

Nesse artigo, logo após a introdução é apresentado um conceito de gerações, perpassando pelos grupos principais geracionais, para, logo após, passar a aprofundar o estudo sobre a Geração Z – conhecida por Nativos Digitais, ao final, estabelecer uma relação entre os grupos geracionais e a rotatividade.

## **1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **1.1 CONCEITO DE GERAÇÕES**

O termo geração pode ter vários conceitos, dependendo do contexto que se utiliza. A forma como os grupos lidam com os fatos históricos vividos na sua geração, faz surgir diferentes gerações no meio da mesma conexão geracional. Mesmo quando as pessoas nascem em contexto social parecido elas possuem estilos de vida distintos, sendo que, para isso, não determina-se um modelo de criação de grupos geracionais (RECH; VIÊRA; ANSCHAU, 2017).

### **1.2 OS GRUPOS GERACIONAIS**



No ambiente de trabalho existem vários grupos geracionais, podendo ser divididos em: os Veteranos, os Baby Boomers, a Geração X, a Geração Y e a Geração Z. Essas gerações estão relacionadas com o contexto histórico em que cresceram e com a época em que entraram no mercado de trabalho, podendo relacionar-se a partir de seus valores (RECH; VIÊRA; ANSCHAU, 2017).

Os grupos são definidos a partir de especificidades referentes a faixa etária, cultura e influências econômicas e sociais. Geralmente, separados pelas características que algumas pessoas têm em comum (GONÇALVES, 2019).

### **1.2.1 Veteranos**

Os veteranos, ou também conhecidos como tradicionalistas, são os indivíduos nascidos até o ano de 1945, onde cresceram num cenário de guerra mundial. A sociedade era formada por famílias tradicionais, onde o pai trabalhava fora e a mãe cuidava da casa e dos filhos, sendo pessoas rígidas, respeitadoras de regras e leis, por causa de sua experiência de vida (RECKTENWALD; PAULA; CARVALHO, 2017).

### **1.2.2 Baby Boomers**

Os Baby Boomers são pessoas que nasceram entre o final da segunda guerra mundial, em 1945, até o início dos anos 60. O termo “baby boom” vem do inglês, inspirando-se pelo lançamento da bomba atômica que provocou o fim da Segunda Guerra Mundial, indicando o período em que houve um aumento expressivo na taxa de natalidade (UNGLAUB; UNGLAUB, 2021).

Entre as características estão a estabilidade e a fidelidade, que apresentam cargos estratégicos e de confiança em uma carreira já consolidada. Além disso, possuem lealdade, foco em resultados e valorização da estabilidade profissional e financeira, por terem nascido em um período marcado pela escassez econômica. Os Baby Boomers preferem serem reconhecidos pela experiência do que pela capacidade criativa (GONÇALVES, 2019).

### 1.2.3 Geração X

A geração X é composta por aqueles que nasceram entre os anos de 1960 até o final de 1979. Esse período ficou conhecido por diversas mudanças culturais, como o ingresso da mulher no mercado de trabalho e o aumento da taxa de divórcios (GONÇALVES, 2019).

Foi uma geração marcada pelo aspectos consumistas. Como características eles são dedicados e comprometidos com os objetivos da empresa. Dão ênfase ao emprego, deixando de lado a qualidade de vida para garantir seu trabalho (RECH; VIÊRA; ANSCHAU, 2017).

### 1.2.4 Geração Y

Nascidos entre os anos de 1980 até 1990, encontramos a geração Y, também conhecida como “millennials”. Desde cedo buscam altas posições no mercado de trabalho, já ocupando cargos de liderança em relação a pessoas da geração anterior. É uma geração motivada pela satisfação pessoal, precisando ser estimulados com desafios no local de trabalho. Em comparação com às gerações passadas, eles são muito mais rápidos, criativos e possuem um grande domínio de tecnologia (GONÇALVES, 2019).

Os nascidos nessa época se depararam com um mundo totalmente globalizado e marcado pelo desejo de consumo cada vez maior, ela é definida pela convivência com o desenvolvimento das tecnologias de comunicação e da internet. Por isso, são autoconfiantes, independentes pessoais, acreditam na sua capacidade, gostam de trabalhar em equipe e desejam sucesso financeiro (RECH; VIÊRA; ANSCHAU, 2017).

### 1.2.5 Geração Z

A geração Z começa nos anos de 1990, sendo dela os jovens que já nasceram no mundo da internet, conectados 24 horas por dia. Eles possuem a

capacidade de realizar várias tarefas ao mesmo tempo (RECKTENWALD; PAULA; CARVALHO, 2017).

Os indivíduos dessa época preferem trabalhar em casa, do que num emprego tradicional ou formal, por não gostarem da burocracia e por eles não conseguirem trabalhar bem em grupo (GONÇALVES, 2019).

### 1.3 GERAÇÃO Z: OS NATIVOS DIGITAIS

Os nativos digitais são considerados geração Z, pois eles já estão familiarizados com a internet, com o compartilhamento de arquivos e dispositivos móveis. Como estão chegando agora no mercado de trabalho, essa geração é mais informal e adepta a modernidade e a qualidade de vida (GONÇALVES, 2019).

### 1.4 GESTÃO ORGANIZACIONAL E O CONFLITO DE GERAÇÕES

Quando pessoas com perfis e ideias diferentes trabalham juntos para solucionar problemas em uma organização muitos conflitos surgem, não por ter um certo e errado, mas pela forma diferente de enxergar o mundo.

Atualmente, pela primeira vez na história, quatro gerações estão coexistindo no ambiente corporativo, e já são registrados os conflitos de valores nesses ambientes (FERREIRA JÚNIOR ET. AL, 2016, p.11).

Esse panorama deve-se a elevação da expectativa de vida que permite que trabalhadores de avançada idade gozem de higidez mental suficiente para exercer suas funções por cada vez mais tempo (FERREIRA JÚNIOR *et.al*, 2016, p.16). Desse modo, não raras vezes, integrantes da geração X, Y e Z, trabalham em um mesmo ambiente e apresentam perspectivas totalmente distintas sobre a importância e a significação do trabalho. Nesse sentido, Melo pontua:

Em função da diferença de idades e estilos de vida, cria-se um paradigma de conflito entre as gerações, que culmina na impossibilidade de relacionamentos; no entanto, a convivência é

possível e benéfica a ambos. Ter opiniões diversas dentro de uma empresa é algo essencial para que algumas mudanças aconteçam. (MELO, 2014, p.4).

Os principais conflitos intergeracionais referem-se as gerações mais antigas no sentido de que há uma resistência a inovação, conferem pouco crédito aos funcionários mais jovens, e quanto as gerações mais novas as queixas referem-se a falta de experiência, a falta de respeito e a ausência de disciplina (MELO, 2014).

Cada geração é baseada nas vivências em comum, nos valores, na visão de vida e na aproximação de idades. Sendo que, essas diferentes características em comum de cada geração influenciam no comportamento e nos valores das pessoas. Sendo assim, um desafio para as empresas e a sociedade conseguir compreender e adaptar-se a cada geração e as mudanças que eles geram (UNGLAUB; UNGLAUB, 2021).

No entanto, as diferenças ora apontadas podem ser positivas para a empresas, se conduzidas por uma política de valorização do trabalhador que priorize as qualidades inerentes a cada um desses grupos, as quais serão descritas brevemente a seguir.

Quanto as diferenças, por exemplo, a geração X possui indivíduos mais engajados, que se comprometem mais com o trabalho e a oportunidade. Já a geração Y é mais dinâmica e tem mais facilidade em adaptar-se, podendo inovar nas soluções (GONÇALVES, 2019).

Quanto aos baby boomers, a maioria encontra-se em vias de aposentação, mas são elementos essenciais para a unidade de uma empresa já que supervalorizam a estabilidade e a fidelidade a uma instituição, podem figurar como peças essenciais a unidade corporativa se adotarem uma postura amigável com relação as demais gerações (FERREIRA JÚNIOR ET. AL, 2016, p.18).

Enquanto isso a geração Z representa a modernidade, a era digital, o trabalho remoto e a liberdade. Sem dúvida alguma, o conhecimento em tecnologias dessa geração é essencial para conferir escalabilidade a qualquer

negócio.

No mercado de trabalho, os nativos digitais estão mais adiantados que as outras gerações, pois quando começam a se acomodar, eles buscam mudanças no ambiente de trabalho e novas soluções. Esse empenho reflete-se na intenção de querer aprender o tempo todo, estando aberto a novas oportunidades e experiências, para ser considerado competente e qualificado (UNGLAUB; UNGLAUB, 2021).

## 1.5 A ALTA ROTATIVIDADE DOS NATIVOS DIGITAIS

Rotatividade de pessoas, também conhecido como *turnover*, é o termo usado para apresentar o fluxo de admissões e demissões em uma determinada empresa e pode ser demonstrada em índices mensais ou anuais (CHIAVENATO, 2015).

A rotatividade refere-se ao fluxo de entradas e saídas de pessoas em uma organização, ou seja, às entradas de pessoas para compensar as saídas de pessoas das organizações. Cada desligamento quase sempre corresponde à admissão de um substituto como reposição. Isso significa que o fluxo de saídas (desligamentos, demissões e aposentadorias) deve ser compensado por um fluxo equivalente de entradas (admissões) de pessoas. O desligamento ocorre quando um colaborador deixa de ser membro de uma organização. (CHIAVENATO, 2020, p.84).

Ainda de acordo Chiavenato (2020), o autor explica que existem dois tipos de desligamento:

Desligamento por iniciativa do colaborador: onde o funcionário decide por razões pessoais ou profissionais encerrar a relação de trabalho com a organização. A decisão de desligar-se pode se dar com o nível de insatisfação do colaborador com o trabalho ou com as alternativas atrativas que ele visualiza no mercado de trabalho. O colaborador pode estar insatisfeito com o trabalho que realiza, com o ambiente de trabalho ou até com ambos, e precisa perceber oportunidades no mercado. É preciso evitar a coligação dessas duas

percepções, por meio da criação do melhor lugar para se trabalhar. (CHIAVENATO, 2020, p.84).

Desligamento por iniciativa da organização (demissão): isso acontece quando a organização decide desligar o funcionário para substituí-lo por outro que atenda às suas necessidades. Quando a demissão se torna fundamental, as organizações utilizam critérios para discutir e negociar com seus colaboradores, evitando problemas morais e de fidelidade que afetam a produtividade e evitar possíveis ações judiciais (CHIAVENATO, 2020).

O valor isolado da rotatividade não pode ser significativo, mas pode ser comparado e analisado com períodos anteriores, o que pode trazer informações relevantes para a conclusão de possíveis aumentos de admissões e demissões. Se tiver alta rotatividade precisa ser observado se é porque a empresa está crescendo e admitindo pessoas ou se estão sendo desligadas ou tomando a iniciativa de desligar-se (LACOMBE, 2012).

No caso dos colaboradores estar tomando a iniciativa de se desligar é preciso avaliar o ambiente interno da organização em todos os fatores que podem contribuir com a insatisfação (LACOMBE, 2012).

Para Chiavenato (2015) Os fatores que contribuem com a insatisfação dos empregados estão relacionados com a cultura organizacional da organização, podendo ser com a política salarial, de benefícios, disciplinar, de recrutamento e seleção de recursos humanos, clima organizacional e moral do pessoal, critérios e programas de treinamento de recursos humanos, tipos de relacionamento humano na empresa, estilo de gestão exercido pelos gerentes ou supervisores, condições físicas ambientais de trabalho, oportunidades de crescimento profissional oferecidas pela organização, sendo esses fenômenos internos que ocorrem na empresa.

Além disso, ainda de acordo com o autor, têm se os fenômenos externos, que são referentes com a oportunidade de empregos no mercado de trabalho, situação econômica, oferta e procura no mercado (CHIAVENATO, 2015).

Desse modo, resta evidenciado que essa nova geração precisa dispor de benefícios palpáveis para permanecer em uma instituição, dentre eles a



flexibilidade de horários.

## 2 METODOLOGIA

O presente estudo utiliza como método de produção a pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, cujos principais conceitos são desenvolvidos com base em livros pertinentes ao tema, artigos científicos constantes de repositórios oficiais, disponíveis na rede mundial de computadores e dados obtidos em sites oficiais.

Justifica-se a metodologia qualitativa diante da impossibilidade de mensurar objetivamente os números de dissensos corporativos que ocorrem no ambiente de trabalho, pautando-se esse estudo em pesquisas anteriores sobre o tema.

Inicialmente, fora realizado um levantamento de todo o material descrito, para só então iniciar a concatenação dos conceitos obtidos para a produção da pesquisa sobre a correlação entre as diferentes gerações que hoje coexistem no ambiente de trabalho.

Desse modo, buscou-se compreender os valores que orientam cada uma das gerações dos veteranos até a geração Z, para compreender como esses grupos relacionam-se com o trabalho e a carreira e qual os valores permeiam sua atividade.

## CONCLUSÃO

De acordo com este estudo concluiu-se que existe alta rotatividade nas empresas com a geração dos nativos digitais, por serem uma geração que busca novas oportunidades no mercado de trabalho e estão aptos a novos aprendizados.

No entanto, essa alta rotatividade pode trazer resultados negativos para as organizações, por ter um grande fluxo de funcionários, tendo gastos com admissões e demissões, sem falar nas verbas trabalhistas que decorrem dessa

intensa movimentação.

Isso porque, nas empresas, atualmente coexistem diversos grupos geracionais, sendo que cada um caracteriza-se pela época e contexto histórico em que cresceram. Pelo motivo de cada geração possuir características diferentes, muitas vezes nas organizações tem-se conflitos por elas não se compreenderem e terem uma visão diferentes dos fatos.

O que se observa a partir dessa pesquisa, quanto ao motivo do dissenso, é uma tendência crescente das gerações mais novas ao trabalho remoto, a realização pessoal e a diminuição da importância dada a estabilidade como fator norteador da escolha de carreira.

Enquanto isso, os veteranos, a geração X e os Baby boomers hipervalorizam a estabilidade, inclusive, muitos deles, adentram no mercado de trabalho e aposentaram-se na mesma instituição.

Embora tal discrepância tenha motivado uma alta rotatividade laboral, convém apresentar uma saída a essa problemática já que há pontos positivos ao ambiente organizacional em todas as gerações.

Desse modo, cumpre as organizações evoluir no sentido de possibilitar um regime de trabalho híbrido, no qual seja possível as gerações mais antigas efetuarlos em regime presencial e as gerações mais jovens em regime remoto de natureza opcional, cuja remuneração esteja atrelada a produtividade.

Assim, o funcionário poderia escolher entre o vínculo fixo, com natureza exclusiva e todos os efeitos trabalhistas, nos moldes tradicionais, ou celebrar contrato de prestação de serviço através do qual há uma maior liberdade, justamente o que buscam os nativos digitais da geração Z.

## REFERÊNCIAS

BITENCOURT, Claudia. **Gestão Contemporânea de Pessoas [recurso eletrônico]:** novas práticas, conceitos tradicionais / Claudia Bitencourt e colaboradores. – 2. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Bookman, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas** – o novo papel da gestão do talento humano. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

CHIAVENATO, Idalberto. **Planejamento, Recrutamento e Seleção de Pessoal**: como agregar talentos à empresa. 8. ed. São Paulo: Manole, 2015.

COMAZZETTO, Letícia Reghelin. **A Geração Y no Mercado de Trabalho**: um estudo comparativo entre gerações. Extraída do sítio <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/sMTpRhKxjvNjr7wQV9wFksH/?lang=pt>>. Acesso em: 25 out. 2021.

CORRÊA JÚNIOR, Carlos Cícero Marques, et. al. **O Gerenciamento das Relações entre as Múltiplas Gerações no Mercado de Trabalho**. Artigo científico. 19 fls. In: Educação, Gestão e Sociedade: revista da Faculdade Eça de Queirós, ISSN 2179-9636, Ano 6, número 21, fevereiro de 2016.

GONÇALVES, Ana Graciela. **Revista Brasileira de Administração**. Ano 30 Nº131, 2019.

LACOMBE, Francisco José Masset. **Comportamento Organizacional**. 1. ed. São Paulo: Sarava, 2012.

MELO, Luísa. **Empresas Perdem Produtividade em Conflitos de Gerações**. Disponível em: <<https://exame.com/negocios/empresas-perdem-produtividade-em-conflitos-de-geracoes/>>. Acesso em: 01 out. 2021

RECH, Isabella Maria; VIÊRA; Marivone Menuncin; ANSCHAU, Cleusa Teresinha. **Geração Z, os Nativos Digitais**: como as empresas estão se preparando para reter esses profissionais. 2017.

RECKTENWALD, Adriana; PAULA, Germano de; CARVALHO, Leonardo de. **Conflito de Gerações e o Impacto na Rotatividade de Pessoal no Setor de Embalagens de Empresa do Ramo Lácteo**. ReCaPe Revista de Carreiras e Pessoas, São Paulo, 2017.

UNGLAUB, Eiel; UNGLAUB, Delton Lehr. **Conflito Geracional**: a influenciadas gerações no ambiente corporativo. São Paulo, 2021.

## LOS OBEREÑOS Y LAS PRÁCTICAS DE CONSUMO SUSTENTABLE

María Florencia Baldi <sup>1</sup>  
Yamila Mariel Gamez Rodriguez <sup>2</sup>  
Ivanna Gisela Lunkvist <sup>3</sup>  
Yesica Mariana Sedoff <sup>4</sup>

### RESUMEN

La presente investigación se encuentra en su primera etapa de ejecución, y aborda la realidad de los consumidores y sus hábitos en la ciudad de Oberá, Provincia de Misiones. Teniendo como antecedente la investigación efectuada con el proyecto “El consumidor a la luz de la normativa vigente” se ha tornado evidente el gran desconocimiento por parte de los consumidores obereños, del sistema que lo protege. En este sentido, la propuesta de la presente investigación es indagar la función y el rol de los consumidores, desde un rol activo, principalmente en relación con el medio ambiente. Entonces, partiendo de la hipótesis general de que el consumidor obereño no posee prácticas de consumo sustentables con el fin de proteger el medio ambiente y las generaciones futuras, este trabajo nos permitirá conocer la realidad del consumidor obereño y sus prácticas y en caso de confirmarse, poder implementar acciones para concientizar y promover el consumo sustentable. De esta manera, se propone proyectar en la ciudad un modelo de consumo sustentable con la finalidad de efectivizar los derechos de los consumidores de una manera integral y en pos de las generaciones futuras.

Palabras-claves: Sustentabilidad - Hábitos Sustentables – Consumidor – Oberá.

### INTRODUCCIÓN

Para introducirnos a la temática que pretende abordar esta investigación, es menester, delimitar conceptualmente a qué nos referimos con consumo

---

<sup>1</sup> Abogada, Universidad Católica de Santa Fe Sede Posadas, Maestrando en Derecho, Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO) y Especializando en Derecho Procesal, Universidad Gaston Dachary. dra.florenciabaldi@gmail.com.-

<sup>2</sup> Abogada. Escribana. Profesora Cs. Jurídicas. Máster en Resolución Alternativa de Conflictos y Mediación. Máster en Gerenciamiento Estratégico. Especializando en Derecho Procesal Investigadora, Universidad Gastón Dachary, yamilagamez@gmail.com.-

<sup>3</sup> Abogada, Investigadora Universidad Gastón Dachary, Especializando en Derecho Procesal, Universidad Gaston Dachary, Coordinadora de la Carrera de Abogacía UGD, sede Oberá. ivannalunkvist@gmail.com

<sup>4</sup> Abogada y Profesora en Cs. Jurídicas, Investigadora, Universidad Gastón Dachary, Maestrando en Educación en la Universidad Nacional de Quilmes, yesicasedoff@gmail.com

sustentable debido a que “*Probablemente el más importante de los dilemas que enfrenta hoy la humanidad sea cómo producir bienes y servicios de consumo y desarrollo suficientes y simultáneamente evitar el riesgo del daño a la Tierra y su entorno*” tal como señala Ghersi (2004).

Desde ese punto de partida, observamos que la mayoría de las definiciones sobre consumo sustentable mencionan los siguientes aspectos: satisfacer las necesidades humanas; favorecer una buena calidad de vida mediante estándares de vida digna; compartir los recursos; actuar tomando en cuenta las generaciones futuras; considerar el impacto de productos que consumimos a lo largo del ciclo de vida, y minimizar el uso de los recursos y la generación de residuos y la contaminación.

El consumo sustentable es una nueva forma de consumir, que se opone al consumismo. Ello implica un nuevo consumidor: responsable, solidario y consciente de sus acciones y de la posibilidad de incidir en los hábitos sociales, económicos y ambientales. El consumo sustentable es a la vez consumo crítico y consumo ético. El consumidor crítico es aquel que se pregunta por las condiciones sociales y ecológicas en las que ha sido elaborado un bien o un servicio, y exige calidad al mismo tiempo. (LORENZZETTI RICARDO, 2018, p. 885-886).

Es innegable la relación cada vez más estrecha entre Derecho del Consumo y Derecho Ambiental y que, desde diferentes instituciones y organizaciones de la sociedad, se comparte el criterio de consumo sustentable.

En consecuencia, esta investigación propone determinar si los consumidores obereños poseen prácticas de consumo sustentable con el fin de proteger el medio ambiente, para ello será necesario identificar las prácticas sustentables concretas que éstos llevan a cabo para contribuir a la protección del medio ambiente, medir el grado de conciencia ambiental que poseen en la elección de bienes o servicios e identificar los factores que intervienen en la toma de decisión al momento de consumir, tomando como punto de partida, la hipótesis de que la gran mayoría de los consumidores obereños no posee prácticas de consumo sustentable con el fin de proteger el medio ambiente.

## 1 MARCO JURÍDICO

Tal como sucedió en el mundo, el surgimiento del Derecho Ambiental, fue directamente influenciado por la Primera Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Medio Humano, que se llevó a cabo en el año 1972, en Estocolmo, Suecia. Sin embargo, ésta ya se había gestado con el Club de Roma en 1970, y posteriormente la crisis de Estados Unidos en 1971. En la Conferencia, se pudo acordar la Declaración que contiene 26 principios y 109 recomendaciones para los países que asistieron y rubricaron el instrumento. En 1982, la ONU redactó la Carta Mundial para la Naturaleza, que contenía 24 artículos. En 1987, la Comisión de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo, remite el Informe Brundtland donde por primera vez se menciona y se habla del “Desarrollo Sostenible”, en la cual aparece la población mundial como factor decisivo para el mismo.

Pero, puede decirse que, a nivel Internacional, como Nacional fue realmente impactante la participación en la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Ambiente y Desarrollo llevada a cabo en Río de Janeiro, Brasil, en el año 1992. Allí, se propone mejorar y mantener los niveles de calidad ambiental. Dentro de la misma, se destaca la planificación del “Programa 21”; la redacción de la Declaración sobre Medio Ambiente, con obligaciones para los Estados partes; la apertura para la firma de la Convención Marco sobre Cambio Climático y el Convenio sobre Diversidad Biológica; por último, pero no menos importante, se destaca la creación de la Comisión sobre Desarrollo Sostenible dentro de la ONU. Argentina, tomando como base la evolución normativa internacional, no sólo ratificó algunos instrumentos, incorporó el Protocolo de Kioto, y a su vez con la reforma de la Constitución Nacional, consagra los derechos establecidos en los arts. 41 y 42, priorizando la necesidad de proteger a los intereses más valiosos de la comunidad y de las generaciones venideras, ubicando al Derecho Ambiental con jerarquía constitucional en nuestro sistema normativo y también al Derecho del Consumidor. Asimismo, se incorpora el art. 43, como herramienta jurídica para tutelar esos derechos con la expresa determinación de la acción de



amparo.

Es importante destacar que la Ley de Defensa del Consumidor, ya existía en la normativa argentina, previo al reconocimiento en la Constitución, puesto que fue sancionada en octubre de 1993. En cambio, la Ley General del Ambiente N° 25.675, se sanciona recién en el año 2002; abordando así la temática sobre consumo sustentable. En 2007, mediante el decreto 1289/2010, nuestro país, adopta la decisión del Consejo del Mercosur N° 26, en virtud de la cual se introdujo en nuestra legislación una norma en materia de “Política de Promoción y Cooperación en producción y consumo sostenible”, en cuyo artículo 1° se define el consumo sostenible como *“el uso de bienes y servicios que responden a necesidades del ser humano y proporcionan una mejor calidad de vida y al mismo tiempo minimizan el uso de recursos naturales de materiales peligrosos y la generación de desperdicios y contaminantes sin poner en riesgo las necesidades de las generaciones futuras”*.

Por otro lado, comienzan a surgir otras normativas relacionadas con este tema, como la ley N° 22.421 de Defensa de la Fauna Silvestre; el Protocolo de Nagoya adherido el 15 de noviembre de 2011 y la Ley de Semillas N° 20.247.

En 2015, a nivel mundial, se publica el documento Laudato Sí, una encíclica en la que el Papa expone los principales problemas ambientales a nivel mundial; advierte sobre la contaminación del agua, la tierra y el aire, exigiendo una fuerte acción sobre el cambio climático, promoviendo la eliminación gradual de las sustancias tóxicas, el residuo cero, y, en definitiva llama a la unidad de todos los sectores para resolver la crisis ecológica.

En este orden de ideas, el Código Civil y Comercial Argentino, que entró en vigencia en el año 2015, incorpora en el artículo 1094 una norma de interpretación por la cual establece que “Las normas que regulan las relaciones de consumo deben ser aplicadas e interpretadas conforme con el principio de protección del consumidor y el de acceso al consumo sustentable. En caso de duda sobre la interpretación de este Código o las leyes especiales, prevalece la más favorable al consumidor.”

Siguiendo la interpretación de Herrera Marisa y Caramelo Gustavo (2015, p.490), este artículo, despliega un principio de alcance general para todo el sistema normativo, según el cual toda norma que regule relaciones de consumo debe ser aplicada e interpretada conforme con el principio de protección del consumidor y el acceso al consumo sustentable. Se trata de una disposición de orden público protectorio, imperativa en su aplicación e indisponible para las partes.

Asimismo, como complemento se debe mencionar el art. 1 y 2, respecto de la interpretación de las normas”, el art. 14 del mismo cuerpo normativo que refiere a los Derechos de Incidencia Colectiva, el art. 240 respecto de los Bienes de Incidencia Colectiva. Y por último, en consonancia, el art. 1737 respecto al deber de Prevención del Daño, que también se incluye dentro del art. 27 de la Ley de Medio Ambiente Nacional.

Finalmente, a nivel Provincial, no tenemos actualmente una norma expresa sobre el Derecho Ambiental en nuestra Constitución, empero sí encontramos, en su art. 29, un expreso reconocimiento a todos los Derechos enumerados en la Constitución Nacional. Y, además se puede destacar el art. 9 que expresamente establece: “*Cada habitante tiene el deber de contribuir de acuerdo a sus posibilidades al bienestar común y el correlativo derecho de participar de sus beneficios.*”

A pesar de este “vacío” dentro de la Carta Magna Provincial, ello no se traduce en el amplio plexo normativo de leyes que se encuentran en el Digesto Jurídico, en el que las rama de recursos naturales y medio ambiente contiene más de 130 leyes que abordan la temática, entre las que podemos destacar Ley XVI - Nº 7 (antes 854) de Bosques, LEY XVI - Nº 8 (antes 1040) de Pesca, LEY XVI - Nº 11 (antes 1279) de Conservación de la Fauna Silvestre, LEY XVI - Nº 35 (antes 3079) de Impacto Ambiental (con su modificatoria en la ley 4183), LEY XVI - Nº 47 (antes 3337) Conservación y aprovechamiento sostenible de la diversidad biológica y sus componentes, LEY XVI - Nº 92 (antes 4321) Clasificación de residuos domiciliarios. Obligatoriedad de los Comercios de Despachar sus Productos en Bolsas de Polietileno Identificadas con Diseños y

Colores Determinados, LEY XVI - N° 93, (antes 4333) Promoción de la valoración de los residuos domiciliarios. Implementación de cestos o contenedores de basura para cada tipo de residuo en espacios públicos e instituciones.

Las leyes más destacables a nivel provincial que interesan, aquí, a la investigación, son: la LEY XVI - N° 80 (antes 4182) de Educación Ambiental sancionada en 2005, la LEY XVI - N° 81 (antes 4184) de Información Ambiental, y la LEY XVI - N° 102 (antes 4505) de Creación del Programa Red de Municipios Ambientales. Por otro lado, las que refieren al Derecho del Consumidor son las siguientes: LEY III - N° 2 (Antes Ley 3811) respecto del Procedimiento de Aplicación de la Ley de Defensa de los Derechos de los Consumidores y Usuarios - Ley Nacional N° 24.240; LEY III - N° 7 (ex 4304) llamada de Redondeo a Favor del Consumidor; LEY VI - N° 82 (ex 3686) la cual instituye como "Semana de la Defensa de Derechos del Consumidor" a la comprendida entre los días 22 y 29 de septiembre.

A nivel Municipal, asimismo encontramos una buena regulación respecto del Medio Ambiente, desde el Preámbulo que "*promueve el cuidado del Medio Ambiente, y una mejor calidad de vida*" pasando por un Capítulo completo sobre Medio Ambiente que es el Cuarto. Dentro de los mismos tenemos los art. 63, 64, 65, 66, 93, 183 y 185. Sin embargo, ninguno es específico respecto del consumo propiamente dicho, empero tienen que ver con regular la promoción de hábitos culturales o buenas prácticas para la protección de los recursos.

Es destacable además dentro de la ciudad de Oberá el trabajo del Concejo Deliberante y la Dirección de Saneamiento Ambiental de la Municipalidad que en su conjunto generan espacios de debates para estos temas y programas para la aplicación de estos derechos en la ciudad.

Así se mencionan, por ejemplo, la Ordenanza N° 2400 que crea un Programa Integral de Residuos Eléctricos y Electrónicos, la N° 2478 del 2016, dispone la colocación de contenedores de Residuos Sólidos Urbanos en la ciudad, entre otras.

Se observa, en efecto, que el consumo sustentable es parte de nuestro marco normativo, encuadra no solamente con un conglomerado de normas a

nivel nacional sino también internacional, pasando por todos los ámbitos Provinciales y hasta Municipales, incluso de la ciudad de Oberá, lo cual evidencia una necesidad de tornar efectivos todos los derechos que de este extenso conglomerado de normas emana.

## 2 FUNDAMENTO

Si bien, es necesario el rol activo del Estado, para encuadrar y enmarcar legalmente los derechos y sus obligaciones, es preciso que el consumidor esté educado e informado, de manera que pueda acceder a los productos y servicios que necesita pero que su elección sea a la vez sostenible y, por otro lado, que los pueda gestionar de manera adecuada hasta el final de su vida útil.

Para lograr esta gestión adecuada es importante tener presente lo que en materia de sustentabilidad se denominan: *“Las 5R \*Reducir. Rechazar. Reutilizar. Reparar. Reciclar\* son cinco acciones muy sencillas a través de las cuales podemos modificar nuestras prácticas cotidianas y hábitos de consumo y aportar a una relación más sostenible con el planeta.”* (DIRECCIÓN NACIONAL DE DEFENSA DEL CONSUMIDOR, MÓDULO I, “CONSUMIENDO SUSTENTABLEMENTE, p. 3.)

Teniendo que tomar un rol activo el Estado, es menester elaborar políticas públicas tendientes a ello, y así resulta innegable la relación cada vez más estrecha entre Derecho del Consumo y Derecho Ambiental y que, desde diferentes instituciones y organizaciones de la sociedad, se comparte el criterio de consumo sustentable.

Por ello, nuestro propósito a través de este proyecto de investigación es determinar si el consumidor obereño posee prácticas de consumo sustentable, con el fin de proteger el medio ambiente.

Ergo, deberemos enfocarnos no solo en la concepción económica, sino también, a aquellas prácticas económicas, políticas, culturales, ambientales, éticas y sociales, que involucren los conceptos de adquirir, reciclar y reutilizar en los actos de consumo, con miras de provocar el menor impacto posible en el

medio ambiente; lo que resulta congruente por lo planteado por Lorenzetti Ricardo (2018).

Los resultados de distintas investigaciones han arrojado nuevas conclusiones sobre esto, por ejemplo, en Beltrán, Lobera y Morales (2009; p.198) se determina que la preocupación por la degradación del ambiente está dando lugar a un segmento de consumidores que manifiestan su preocupación ambiental por medio de su proceso de compra.

Sin embargo, lo que pareciera una obviedad, choca con el contexto de un mundo consumista, que la Real Academia Española (RAE) define como: “*la tendencia inmoderada a adquirir, gastar o consumir bienes, no siempre necesarios.*” Conceptos contradictorios pero que conviven. Entonces, la cuestión ronda en cuanto a determinar si estamos dispuestos a afrontar el consumo de bienes de una manera responsable frente al planeta que vivimos. Lo cual, pareciera fácil, sin embargo, no lo es. Mucho menos, si tenemos en cuenta que, millones de personas no tienen acceso ni siquiera a un consumo mínimo básico. Por ello, más que llamar a consumir menos, la promoción del consumo sustentable debe estar dirigida a convocar a la población a consumir de forma diferente (BELTRÁN MORALES, LUIS F.2002. p.1).

Según el informe del Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo (P.N.U.D), el consumo de bienes y servicios alcanzó los 24 billones de dólares en 1998, seis veces más que la cifra de 1975. El 86 por ciento de este consumo mundial correspondió a sólo el 20% de la población del planeta y, contrariamente, el 20 por ciento de la población más pobre sólo consumió el 1.3 % por ciento de los bienes producidos. De los aproximadamente 4,400 millones de habitantes de países en desarrollo casi tres quintas partes viven en comunidades sin vivienda y aproximadamente una quinta fuera del alcance de servicios de salud adecuados (BELTRÁN MORALES, LUIS F.2002. p.1).

Con esta pequeña síntesis, obtenemos la importancia del tema a investigar, con proyección del nicho a distintas acciones para promover un verdadero consumo sustentable como derecho a su acceso sin importar las

condiciones socioeconómicas, sino más bien buscando un consumo consciente de aquello que se elige.

### **3 METODOLOGÍA**

Para poder determinar si los consumidores obereños, poseen prácticas de consumo sustentables, nos hemos propuesto indagar a cerca de los siguientes planteos: ¿Cuáles son las prácticas sustentables concretas que los consumidores obereños llevan a cabo para contribuir a la protección del medio ambiente?; ¿Qué grado de conciencia ambiental poseen los consumidores obereños en la elección de bienes o servicios?, y finalmente ¿Qué factores intervienen en la toma de decisión al momento de consumir?

Para lograr dar respuesta a estos interrogantes, se ha decidido utilizar como herramienta de recolección de datos, la utilización de encuestas. Estas serán de carácter exploratorio, teniendo en cuenta que estas investigadoras carecen de información acerca de los hábitos sustentables de consumo del ciudadano obereño, por lo que esta investigación se constituye en la primera toma de contacto al respecto, por ello en miras a la recolección de información, entendemos que el muestreo es la herramienta que más se adecua a las necesidades investigativas planteadas.

De los resultados obtenidos la investigación se tornará descriptiva con el objetivo de ofrecer una definición de la realidad, que permita examinar un fenómeno para caracterizarlo del mejor modo posible y evaluar estrategias que generen un impacto positivo en los hábitos de consumo de nuestros compueblanos.

De lo expuesto surge el siguiente interrogante: ¿a qué población va dirigida esta encuesta? Se ha decidido realizar un muestreo aleatorio simple a los fines de obtener información estadística, que nos otorgue información concreta sobre el estado actual de las cosas objeto de estudio.

Para determinar la cantidad de encuestas necesarias, primero partimos de que, la proyección de 2019 arroja como resultado que en la ciudad de Oberá,



Misiones, habitan 120.000 personas según el Instituto Nacional de Estadística y Censos de la República Argentina.

Con un nivel de confianza pretendido del 95%, consideramos un error muestral del 5%, se determinó que el número de encuestas necesario es de 373 en un universo de 120000, que son los habitantes obereños según el último censo.

## CONCLUSIÓN

Con la utilización de las encuestas como herramientas de la investigación propuesta, se pretende como primer paso, analizar si, efectivamente, la realidad socioeconómica de los consumidores de la ciudad de Oberá influye directamente en los hábitos de consumo sustentable.

Para ello, es necesario, como sostiene Luis F. Beltrán Morales (2002) desarrollar criterios y métodos para evaluar los efectos sobre el medio ambiente del consumo insustentable. Los resultados de esa evaluación deben expresarse en forma de indicadores claros a fin de poder informar a los consumidores y a los encargados de tomar decisiones.

Todos conocemos bien los efectos que nuestros actos generan en el mundo. Antes podíamos excusarnos con el factor de la ignorancia. Hoy en día es imposible, tras haber sido bombardeados con cientos de estudios que miden el impacto de las emisiones de CO<sub>2</sub> en la atmósfera o los daños que el efecto invernadero puede ocasionar sobre la capa de ozono y, en consecuencia, sobre nuestra salud y sobre la biodiversidad del planeta. Solo tenemos dos opciones: o asumir que nuestro modo de vida daña el planeta en el que vivimos y, en consecuencia, no solo a otras sino también a nuestra propia especie, y hacer algo para cambiarlo; o simplemente mirar para otro lado mientras destruimos nuestro hábitat. La economía circular surge en el contexto de la primera alternativa de acción (Varela Menéndez, Jacobo, 2018).

No podemos dejar de lado, el hecho de que la Ley Defensa del consumidor N° 24.240 y sus modificatorias, y como cada jurisdicción debe

designar sus autoridades de aplicación, en Misiones se ubica en la Secretaría de Estado de Acción Cooperativa, Mutual, Comercio e Integración; Dirección de Comercio Interior; Departamento de Defensa del Consumidor. Y es la Ley III- N° 2 la que rige el procedimiento y en virtud de ésta, la autoridad provincial debe emprender las acciones oportunas y necesarias para la información y educación del consumidor (Maidana de Rocabert, Nelly E., 2011, Pág. 502).

Con la presente investigación, aún en curso, pues nos encontramos en etapa previa la realización de las encuestas, finalmente se obtendrá un mínimo aporte para generar acciones necesarias que tienen sin duda carácter de urgente, para implementar en las prácticas cotidianas de consumo, intentando inspirar a los consumidores obereños en pos de proteger los recursos naturales como forma de actuar en las tomas de decisiones, generando una conciencia que colabore y sea amigable con el medio ambiente.

## REFERENCIAS

BELTRÁN MORALES, Luis F. (2002). **Consumo Sustentable como Derecho** -obligación para disfrutar de un medio ambiente sano. *Región y sociedad*, 14(23), 193-198. Recuperado en 07 de enero de 2021, de [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1870-39252002000100007&ln](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-39252002000100007&ln)

CALVENTE, A. (2007). **El Concepto Moderno de Sustentabilidad**. *Universidad Abierta Interamericana*, 3.

CARAMELO, Gustavo. **Código Civil y Comercial de la Nación Comentado /** Gustavo Caramelo; Sebastián Picasso; Marisa Herrera. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : Infojus, 2015. v. 3, 672 p.

CONSUMO SUSTENTABLE, Módulo 1, **Escuela de Educación para el Consumo**. Dir. Nacional de Defensa del Consumidor, Min. de Desarrollo Productivo, Argentina, 2021.

DÍAZ, V. (2017). **Tipos de Encuestas y Diseños de Investigación**. Recuperado de: [http://www.unavarra.es/personal/vidaldiaz/pdf/tipos\\_encuestas.PDF](http://www.unavarra.es/personal/vidaldiaz/pdf/tipos_encuestas.PDF).

FOLADORI, G., & TOMMASINO, H. (2000). **El Enfoque Técnico y el Enfoque Social de la Sustentabilidad**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, (98), 67-75.

GAMEZ RODRIGUEZ Yamila M., BALDI, Maria Florencia, LUNKVIST, Ivanna; SEDOFF, Yesica M. **El Consumidor a la Luz de la Normativa Vigente**. Universidad Gaston Dachary. 2020.

GELLI, María Angélica. **Constitución de la Nación Argentina Comentada y Concordada**, Tomo I , Editorial La Ley, Buenos Aires, 2011.

GOODLAND, R., Daly, H. E., Haavelmo, T., Hansen, S., Tinbergen, J., Hueting, R., ... & Flavin, C. (1994). **Desarrollo económico sostenible: avances sobre el informe brundtland** (No. HD79 G65e).

LEY 24.240 reformada por Ley N° 26.994 B.O. 08/10/2014 Suplemento.  
Vigencia: 1° de agosto de 2015, texto según **art. 1° de la Ley N° 27.077** B.O. 19/12/2014

LEY 26361. **Honorable Congreso de la Nación Argentina**, 2008.

DEFENSA DEL CONSUMIDOR. **Ley N° 24.240** - Modificación. 2008. Número: 31378. P. 1.

LEY 29994, 2015. **Código Civil y Comercial de la República Argentina**. Buenos Aires, Republica Argentina.

LORENZETTI, Ricardo Luis. **Tratado de los Contratos: parte general**. 3. ed. Revisada – Santa Fe: Rubinzal Culzoni, 2018, págs. 885 y sig.

LORENZETTI, Ricardo Luis; **Consumidores**: Segunda edición actualizada; Editorial Rubinzal – Culzoni, Santa Fe, 2009.

MAIDANA DE ROCABERT, Nelly E. B., **Manual de Derecho Constitucional y Administrativo de la Provincia de Misiones**. 1. ed. Posadas: el autor, 2011, Pág. 502.

MINISTERIO DE MEDIO AMBIENTE DE NORUEGA. **Mesa Redonda de Oslo sobre Producción y Consumo Sostenibles, 1994**.

ORMAN, Marina (2007). **El Consumo Sustentable en la Argentina: experiencias, problemas y desafíos**. IV Jornadas de Jóvenes Investigadores. Instituto de Investigaciones Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires. Recuperado de: <<https://www.academica.org/000-024/248.pdf>>.

RIVERA, Julio Cesar – MEDINA, Graciela. **Código Civil y Comercial de la**

**Nación Comentado**, Tomo III, Editorial La Ley, Buenos Aires, 2015.

SALGADO BELTRÁN, Lizbeth, Subirá Lobera, María Esther, & Beltrán Morales, Luis Felipe. (2009). **Consumo Orgánico y Cconciencia Ambiental de los Consumidores**. Problemas del desarrollo, 40(157), 189-199. Recuperado en: 05 jun. 2019. Recuperado en: <[http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S03017036200900200008&lng=es&tIng=es](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S03017036200900200008&lng=es&tIng=es)>.

SHEINBAUM, D. (2007). **Qué es la Sustentabilidad**. Recuperado de: <[http://sepiensa.org.mx/contenidos/2007/l\\_susten/susten1.html#](http://sepiensa.org.mx/contenidos/2007/l_susten/susten1.html#) y de <http://regeneractivo.es.tl/Sustentabilidad.html>>.

SHINA, Fernando E. **Sistema Legal para la Defensa del Consumidor**. Primera Edición. Editorial Astrea, 2016.

TAMBUSSI, C. E. (2016). **El Principio de Orden Público y el Régimen Tuitivo Consumidor en el Derecho Argentino**. Lex-revista de la Facultad de Derecho y Ciencias Políticas, 14(18).

TOMAS ESPINOZA, J. K., & Vela Rivera, P. (2011). Programa de “Educación ambiental” para desarrollar el aprendizaje de hábitos y actitudes de consumo sustentable en niños/as de 5 años en el área de ciencia y ambiente de IE N° 00170–Naciente de Río Negro.

VARELA MENÉNDEZ, Jacobo (2018). **La Economía Circular**. Una propuesta de futuro para España y Europa. Trabajo de Fin de Grado presentado en la Facultad de Economía y Empresa de la Universidade da Coruña para la obtención del Grado en Administración y Dirección de Empresas. Disponible en: <[https://ruc.udc.es/dspace/bitstream/handle/2183/21053/VarelaMenendez\\_Jacobo\\_TFG\\_2018.pdf?sequence=2&isAllowed=y](https://ruc.udc.es/dspace/bitstream/handle/2183/21053/VarelaMenendez_Jacobo_TFG_2018.pdf?sequence=2&isAllowed=y)>. Consultado en: jun. 2020.

## A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O DIREITO DIGITAL

Carolina Friderichs Barili<sup>1</sup>  
Milton Luiz Wittmann<sup>2</sup>  
Rosane Maria Seibert<sup>3</sup>

### RESUMO

O presente artigo visa analisar quais os impactos da inteligência artificial na vida dos seres humanos especificamente na área do direito digital. Primeiramente através de uma linha do tempo se pretende demonstrar a origem e a evolução da inteligência artificial da sociedade da comunicação à sociedade da informação. Na sequência se abordará a utilização da tecnologia e seus reflexos na dignidade da pessoa humana, direito primordial assegurado no capítulo dos direitos fundamentais da Constituição Federal Brasileira. O método utilizado no presente trabalho foi da pesquisa em referências bibliográficas e artigos científicos sobre a matéria. Concluiu-se que a inteligência artificial trouxe grandes avanços, como a celeridade e facilidade no cotidiano das pessoas que a utilizam através do direito digital, porém, também vem infringindo o direito fundamental do ser humano, com as incessantes práticas ilícitas.

Palavras-chave: Inteligência Artificial - Direito Digital - Dignidade da Pessoa Humana.

### INTRODUÇÃO

Com o avanço da sociedade moderna em todos os aspectos, seja na ciência, nas relações humanas, atividades profissionais ou entretenimento surge, como que uma avalanche, a utilização em massa da inteligência artificial.

A tecnologia demonstrou que veio para ficar no cotidiano das pessoas, trazendo inúmeros reflexos, quebrando paradigmas, nesse caso, no que diz

---

<sup>1</sup>Mestranda do Curso de Gestão Estratégica das Organizações. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. carolinabarili@yahoo.com.br.

<sup>2</sup>Doutor em Administração. USP. Professor no Mestrado de Gestão Estratégica das Organizações. Universidade Regional Integrada. wittmann@profwittmann.com

<sup>3</sup>Doutora em Ciências Contábeis. UNISINOS. Professora no Mestrado de Gestão Estratégica das Organizações. Universidade Regional Integrada. rseibert@san.uri.br

respeito à ciência do direito que sempre foi deveras formal e em pouco tempo necessitou atualizar-se e incorporar uma nova área, que é a do direito digital.

De outra banda, com a utilização em massa da rede mundial de computadores e a conexão facilitada entre as pessoas no seu dia a dia também surgiram os crimes cibernéticos os quais acabam por atingir a liberdade e a privacidade dos usuários.

No Brasil a Lei n. 12.737/2012 conhecida como Lei “Carolina Dieckmann” e a Lei n. 12.965/2014, denominada Marco Civil da Internet foram bons avanços na legislação brasileira para coibir a captação ilegal de informações e crimes ocorridos na internet e mais recentemente criou-se a Lei n. 13.709/2018, intitulada de Lei Geral de Proteção de Dados, a qual entrou em vigor a partir de agosto de 2020, na intenção de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e a livre formação da personalidade de cada indivíduo.

Apesar das legislações vigentes e a utilização do direito digital ainda se está muito longe de refrear os crimes cibernéticos os quais vem causando prejuízos irreparáveis acabando por atingir um dos direitos fundamentais da Carta Magna que é o princípio da dignidade da pessoa humana.

Como um dos princípios, senão o mais importante da Constituição Brasileira, a dignidade da pessoa humana se refere às necessidades vitais do indivíduo constante nos termos do artigo 1º, inciso III, como fundamento basilar do Estado Democrático Brasileiro.

No entanto se busca estabelecer em breve a relação entre a inteligência artificial e a dignidade da pessoa humana e seus impactos na vida em sociedade. Acredita-se na adoção de medidas éticas que possam garantir a utilização das máquinas de forma que venham agregar trazendo benefícios e evitando-se infringir o direito primordial do ser humano.

## **1 DA SOCIEDADE DA COMUNICAÇÃO À SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO**

Desde os primórdios, a humanidade se desenvolveu através da comunicação e o início da era tecnológica foi marcado pelas duas Revoluções



Industriais durante os séculos XVIII e XIX consolidando-se na terceira Revolução Industrial, no século XX, com a utilização de novas tecnologias.

A criatividade humana, como salienta Marshall McLuhan (MCLUHAN, 2007, p.84), propiciou o desenvolvimento de novas tecnologias, especialmente no ramo das comunicações – como o rádio e o telégrafo – capazes de mudar drasticamente a sociedade já nos primeiros cinquenta anos do século.

Ainda sob os impactos da Segunda Guerra Mundial a humanidade por meio dos incentivos bélicos vivenciou a criação de mísseis teleguiados, oleodutos e da bomba atômica através dos quais surgiu a curiosidade pela pesquisa eletrônica momento em que surgiram os primeiros computadores.

A eletrônica expandiu a ciência, propiciando avanços na formação da sociedade no período da Terceira Revolução, também denominada “revolução da informática”, onde ocorreu a transição do analógico para o digital.

Pode-se afirmar que, com a “revolução da informática” houve uma quebra de paradigmas quanto à informação que desencadeou as futuras diferenças entre humanos e máquinas culminando com as dificuldades que enfrentamos atualmente com o uso desenfreado da inteligência artificial.

Com a revolução da informática surge na década de 50, o “Teste de Turing”, capitaneado pelo cientista Alan Turing (TURING, 1950, p.433) como sendo uma forma de avaliar se os dados processados por máquinas poderiam ou não se igualar a inteligência humana utilizando-se até os dias atuais.

Para Michael Buckland (BUCKLAND, 2017, p.51) se trata de um período de “hiperhistória”, no qual o bem-estar dos indivíduos e das sociedades passou a depender inteiramente das tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Para Luciano Floridi (FLORIDI, 2014, p.1-24; 1987) o período hodierno seria marcado por uma transição, ou uma “virada informacional”, ou, ainda, uma “quarta revolução”, seguindo as revoluções científicas de Copérnico, Darwin e Freud.

## 2 A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: BREVE HISTÓRICO

A criação do termo “Inteligência Artificial” coube a John McCarthy, em 1955, durante a preparação da *Dartmouth Summer Research Project on Artificial Intelligence* (DSRPAI), o qual discutiu que: cada aspecto da aprendizagem ou qualquer outra característica da inteligência pode, em princípio, ser descrito com tanta precisão que uma máquina pode ser feita para simulá-lo.

Todavia, foi no ano de 1957 que, de acordo com alguns autores, ocorreu o chamado marco-zero da evolução da tecnologia da Inteligência Artificial, durante a Conferência de Dartmouth. Na proposta dessa conferência, escrita por John McCarthy (Dartmouth), Marvin Minsky (Harvard), Nathaniel Rochester (IBM) e Claude Shannon (Bell Laboratories) e submetida à fundação Rockefeller, consta a intenção dos autores de realizar um estudo durante dois meses, por dez homens, sobre o tópico inteligência artificial.

No ano de 1959 foi criado o termo “*machine learning*”, o qual descreve um sistema que fornece aos computadores a habilidade de aprender alguma função sem serem programados diretamente pra isso. Dessa forma, um algoritmo é alimentado com dados a fim de que a máquina aprenda a executar uma tarefa automaticamente.

A história da inteligência artificial. Tecmundo. No ano de 1964 foi criado o primeiro *chatbot* do mundo chamado Eliza, a qual conversava de forma automática imitando uma psicanalista, usando respostas baseadas em palavras-chave e estrutura sintática. E o ano de 1969 foi marcado pela demonstração de *Shakey*, o primeiro robô que unia mobilidade, fala e certa autonomia de ação, mas de maneira lenta e com falhas.

Nas últimas décadas Henrique Sperandio, com base em Urwing, assim resume alguns dos marcos históricos mais importantes nos anos seguintes:

Em 1986, Ernst Dickmann e sua equipe criaram um carro autônomo que se deslocou sozinho, a 90 km por hora, em rodovias vazias. Em 1987, Marvin Minsky descreveu a mente como um grupo de agentes colaborativos, concepção que foi utilizada por Rodney Brooks para criar a arquitetura de robôs. Em 1991, o governo americano usou o DART (Dynamic Analysis and Replanning Tool para determinar a alocação de recursos nos campos de guerra. Em 1994, dois carros robôs navegaram mil quilômetros nas ruas de Paris e na estrada de Munique a Copenhague. No mesmo ano, o programa Chinook venceu,

no jogo de damas, o segundo maior jogador. Em 1997, o Deep Blue venceu o campeão mundial de xadrez, Garry Kasparov. O primeiro equipamento de IA para uso doméstico, colocado no mercado em 1998, foi o Furby. Em 2000, Cynthia Breazeal descreveu o Kismet, um robô que podia expressar emoções. Em 2002, foi lançado um aspirador de pó autônomo pela iRobot. Em 2004, os robôs Spirits e Opportunity pousaram em Marte e foram capazes de operar autonomamente para compensar o atraso entre a emissão do comando na Terra e sua chegada em Marte por ondas de rádio. Desde 2005, com base no rastreamento de atividades na internet e na mídia, empresas passaram a recomendar produtos que poderiam ser do interesse do usuário. Em 2011, o computador Watson da IBM venceu os campeões Brad Rutter e Ken Jennings no programa de televisão Jeopardy. Em 2015, a frota de carros autônomos da Google já tinha navegado mais de 1,5 milhão de quilômetros, apresentando apenas 14 acidentes (sem que nenhum deles tenha sido por culpa do carro); segundo a empresa, tais veículos podem estar disponíveis para venda a partir de 2020. (URWING, 2016, p. 30).

Assim a medida com que a Inteligência Artificial alavancou no século XXI, surgiu à necessidade de uma iniciativa da Comissão Europeia em 08 de abril de 2019, a qual divulgou as Orientações Éticas para uma Inteligência Artificial de confiança (COMISSÃO EUROPEIA, Bruxelas, 2019).

Nesse diapasão, partindo da preocupação de que a inteligência artificial ao mesmo tempo em que traz benefícios substanciais para os indivíduos e para a sociedade, também apresenta erros, riscos e impactos negativos que podem ser de difícil antecipação, identificação e mensuração, então o Guia acima referido procura oferecer as orientações essenciais para balizar tais problemas.

Segundo concluiu, Barcarollo em sua mais recente obra, sobre a Inteligência Artificial, que:

A inteligência artificial está presente no cotidiano social, pois hoje não se concebe a sociedade e o mercado sem as diversas aplicações que delas se utilizam. Nesse sentido, a quebra de paradigma trazido por esta realidade tecnocientífica é a ruptura do pensamento humano linear para a exponencialidade da tecnologia, com a digitalização da vida e das coisas (que hoje estão conectadas), a denominada internet das coisas, conduzindo a sociedade à disrupção na forma de pensar, de comunicar e de (inter) agir. (BARCAROLLO, 2021 p. 303).

Assim, o ser humano deverá mais do que nunca reunir inúmeras habilidades e ter a capacidade de inovar-se constantemente para adequar-se aos novos tempos.

### 3 DIREITO DIGITAL E A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

As ferramentas cada vez mais utilizadas a partir do aprendizado de máquinas (*machine learning*) e do aprofundamento do conhecimento (*deep learning*) veem-se a substituição das pessoas dos seus postos de trabalho, as invasões de privacidade promovidas pela era digital, o que nos obriga a ficarmos atentos para os erros cometidos pela tecnologia os quais atingirão diretamente a vida das pessoas seja na sua liberdade ou tomadas de decisões o que tornarão questionáveis a atuação do Direito na nova era.

A nova era digital que estamos vivenciando denominada de Quarta Revolução Industrial vem propiciando profundas mudanças sociais, assim descritas por Klaus Schwab-, abaixo transcrita:

Na quarta revolução industrial, a conectividade digital possibilitada por tecnologias de *software* está mudando profundamente a sociedade. A escala do impacto e a velocidade das mudanças fazem que a transformação seja diferente de qualquer outra revolução industrial da história da humanidade. O Conselho da Agenda Global do Fórum Econômico Mundial sobre o futuro do Software e da Sociedade realizou uma pesquisa com 800 executivos para avaliar quando os líderes empresariais acreditariam que essas tecnologias revolucionárias poderiam chegar ao domínio público em grau significativo e para compreender plenamente as implicações dessas mudanças para indivíduos, organizações, governo e sociedade. O relatório de pesquisa Mudança Profunda – pontos de Inflexão Tecnológicos e Impactos Sociais foram publicados em setembro de 2015. (URWING, 2016, p. 45).

No que tange a nova era vislumbra-se a utilização de novos processos, do uso de ferramentas eletrônicas, principalmente a internet, a qual transcendeu fronteiras e que desbaratou as rotinas, por exemplo, dos institutos jurídicos tradicionais desafiando que o direito não fique obsoleto em relação às outras ciências como a Matemática e a Ciência da Computação.

#### 3.1 O ACESSO À TECNOLOGIA NO DIREITO DIGITAL

No Brasil o direito digital possui o intuito de regrad as instituições jurídicas conforme as mudanças e dilemas que surgem com o avanço da tecnologia, não havendo um Tribunal específico para julgar as questões do ambiente virtual, mas são resolvidos com a criação de novas normas e outros casos são levados aos tribunais superiores utilizando-se a mesma estrutura.

Nessa toada, há duas linhas que regulamentam o direito digital nos país, que é a legislativa, com a criação de novas leis e, a interpretativa, com a aplicação das leis já existentes, como a Lei dos Crimes Informáticos (Lei Carolina Dieckmann) – Lei n.12.737/2012, Código de Processo Civil de 2015 e Lei de Acesso à Informação – Lei n. 12.527/2011.

Nos últimos tempos perante a utilização em massa da tecnologia além da Lei “Carolina Dickmann” para coibir os crimes cibernéticos surgiram o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados.

### **3.1.1 Lei Carolina Dieckmann – Lei n. 12.737/12**

A presente Lei n. 12.737/12 surgiu para coibir a invasão de computadores e a subtração de dados pessoais e obtenção de vantagens ilícitas e originou-se após a famosa atriz Carolina Dieckmann ter seu computador invadido e fotos pessoais que mostravam sua intimidade terem sido divulgadas na internet.

A legislação foi resultado do Projeto de Lei n. 2.793 apresentado em 29 de novembro de 2011 e tramitado em regime de urgência Congresso Nacional (BORGES, 2014). O Projeto de Lei que resultou na "Lei Carolina Dieckmann" foi proposto em referência e diante de situação específica experimentada pela atriz, em maio de 2011, que supostamente teve copiado de seu computador pessoal, 36 (trinta e seis) fotos em situação íntima, que acabaram divulgadas na Internet (ONG VERDE, 2015, p. 1).

### **3.1.2 Do Marco Civil da Internet**

Com o avanço da utilização da tecnologia, ao mesmo tempo em que as redes proporcionam uma infinita capacidade de mobilização social, elas abrem uma importante lacuna à vigilância de governos e grandes corporações, possibilitando maior controle estatal sobre a vida dos cidadãos, violação da privacidade de indivíduos e de segredos empresariais, espionagem internacional e outros expedientes.

Portanto, regulamentou-se no Brasil, o Marco Civil da Internet, instituída pela Lei n. 12.965/2014 a qual se fundamenta em três pilares, a privacidade, a neutralidade da rede e a inimizabilidade da rede.

Em seu livro Manual Prático sobre a Lei Geral de Proteção de Dados, o professor Rafael Fernandes Maciel fala de maneira cirúrgica sobre o Marco Civil da Internet:

Foi com o Marco Civil da Internet que o Brasil passou a constar em seu sistema jurídico a palavra “privacidade”. Embora curioso esse fato em nada inova, já que “vida privada”, no frígido dos ovos, possui o mesmo sentido. Com o MCI entrando em vigor em 2014, a internet no Brasil passou a ser melhor disciplinada, **prevendo como princípios a proteção da privacidade e dados pessoais(art.3º), nem como garantindo aos usuários, dentro outros os seguintes direitos(art.7º): Art. 7º O acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania, e ao usuário são assegurados os seguintes direitos: VII - não fornecimento a terceiros de seus dados pessoais, inclusive registros de conexão, e de acesso a aplicações de internet, salvo mediante consentimento livre, expresso e informado ou nas hipóteses previstas em lei; VIII - informações claras e completas sobre coleta, uso, armazenamento, tratamento e proteção de seus dados pessoais, que somente poderão ser utilizados para finalidades que: a) justifiquem sua coleta; b) não sejam vedadas pela legislação; e c) estejam especificadas nos contratos de prestação de serviços ou em termos de uso de aplicações de internet;** O MCI estabeleceu, na Seção II do Capítulo III, regramento para a guarda e disponibilização dos dados pessoais, demandando ordem judicial para o acesso ao conteúdo e ainda trouxe os princípios da finalidade e adequação, vedando a guarda, provedores de aplicações, dos “registros de acesso a outras aplicações de internet sem que o titular dos dados tenha consentido previamente” e “dados pessoais que sejam em relação à finalidade para a qual foi dado consentimento pelo seu titular (art.16). (MACIEL, 2019, págs. 14-15) [grifo do pesquisador].



Vê-se que antes de atingir o amadurecimento legislativo o Marco Civil da Internet já foi atropelado pela Lei Geral de Proteção de Dados, a lei mais recente que trata da utilização do direito digital.

### 3.1.3 Da Lei Geral da Proteção de Dados

É muito recente a utilização do direito digital em suas plataformas e, a qual foi regulamentada a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei n. 13.709/2018 bem como a implantação da plataforma eletrônica para a celeridade no andamento dos processos.

Denota-se que com o aumento da utilização da tecnologia desenvolveram-se além da competição acirrada entre as empresas também o surgimento de questionamentos sobre a segurança corporativa de dados e seus clientes devido ao ataque de hackers.

Um dos mais notáveis matemáticos de nossa época, o londrino Clive Humby, cunhou uma frase que mostra a real importância da necessidade de os países adotarem leis de proteção de dados: “data is the a new oil”, que em uma tradução livre significa que os dados são o novo petróleo. Além da proteção da individualidade, resguarda-se a personalidade física e digital, bem como garantias fundamentais (HISSA FILHO, 2020, p.29).

No direito comparado quanto à matéria da utilização da inteligência artificial no âmbito jurídico no sentido de evitar fraudes e prejuízos, o Canadá através da Declaração de Montreal (2020) foi pioneiro lançando ao Brasil a ideia da implementação de uma agência reguladora que também poderá estar vinculada a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), a qual é regulamentada por meio do Decreto n. 10.474/2020 e poderá trazer maior eficiência a essa estrutura estatal, em face da correlação entre LGPD e as operações ou efetiváveis por meio de algoritmo.

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), órgão integrante da presidência da República, dotada de autonomia técnica e decisória, com jurisdição no território nacional e com sede e foro no Distrito Federal, tem o

objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, orientada pelo disposto na Lei n. 13.709 de 14 de agosto de 2018. A ANPD tem o poder de fiscalizar e aplicar sanções na hipótese de tratamento de dados realizado em descumprimento à legislação (inc.IV do art.1º).

Nosso país ainda está engatinhando com relação à implementação do direito digital no Poder Judiciário na sua totalidade e uma das razões está na “ausência de articulação governamental para discutir e fomentar o uso e desenvolvimento da IA ao país”, abrindo espaço para “criação de iniciativas segmentadas e desvinculadas de direcionamento estratégico claro, além de não aperfeiçoar recursos materiais, financeiros e humanos”, o que requer a “[...] inserção desse tema na agenda governamental brasileira, trazendo para o debate as empresas privadas e startups, o ecossistema acadêmico e o terceiro setor.” (FELISDÓRIO e SILVA, 2018, p. 96).

É consabido que a Justiça Brasileira é morosa devido à burocracia, mas que com o avanço da tecnologia deu-se um grande passo com a instauração dos processos judiciais eletrônicos, no que os mais confiantes entendem não ter mais volta.

Na atualidade o Poder Judiciário Brasileiro já vem utilizando-se da inteligência artificial, com a distribuição de processos aleatoriamente, consultas online e penhoras através do Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário (SISBAJUD), operado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), muito aquém de haver ainda um ato decisório por algoritmos, ou seja, serviços repetitivos longe de serem cognitivos.

Nesse sentir, ao invés de se alarmar a sociedade com a utilização de expressões como “juízes robôs” – ou mesmo de se propor a redação de decisões ou votos de forma inteiramente automatizada –, serão produzidos, aos poucos, estudos e análises aprofundados do eficiente (e seguro) uso da inteligência artificial e suas ferramentas por entes públicos e privados – algo que ainda precisa ser feito em maior quantidade e com mais qualidade antes de se seguir ao passo posterior. Como disse o ex-presidente da IBM, Thomas John Watson

Jr., “[n]ossas máquinas não devem ser nada além do que ferramentas para empoderar ainda mais os seres humanos que as usam.”

E esse cenário é favorável, uma vez que se registra atualmente a ascensão de legaltechs (internacional e nacionalmente). Uma legaltech ou lawtech é uma empresa que atua no fornecimento de produtos e serviços considerados inovadores do ponto de vista tecnológico, voltados a proporcionar melhoria e aperfeiçoar as atividades que envolvam práticas jurídicas. É uma startup da área jurídica. Em outras palavras,

A ascensão das legaltechs é, na verdade, indicativa de um processo mais amplo de transformação da prática jurídica, com a introdução de ferramentas tecnológicas que tendem a reduzir ou eliminar determinados custos ou etapas dos processos de produção do direito. Entendemos que esses novos instrumentos trazem duas variáveis especialmente importantes: (i) a tendência de crescente automação de tarefas relacionadas ao direito (e.g. elaboração de documentos, realização de pesquisas de legislação, doutrina e jurisprudência etc.), e (ii) a introdução de inteligências artificiais capazes de aprender pela própria experiência (aprendizado de máquina) e desenvolver algoritmos capazes de organizar melhor a realização de trabalhos repetitivos (FEFERBAUM e SILVA, 2018, p. 203).

Sobre outro viés, para os casos complexos, em que se espera que decisão judicial seja minimamente sopesada, para não gerar danos irreversíveis aos litigantes, notadamente quando envolver direitos fundamentais (processos criminais, por exemplo), não se pode precisar quão seguro seja o emprego da técnica, o que representa riscos as garantias constitucionais, como o consta na tradução do original: *The notion of “Law as a practice” (from the “case” to the “problem”) evidences the shift to a mentality much more instrumental than final.*

Diante das visões opostas com relação ao direito digital, não se pode esquecer que o ser humano gerencia a informação, produto que se tornou valioso diante das tecnologias disruptivas (HILDEBRANDT, 2018). Além disso, o controle e a regulação jurídica das ferramentas tecnológicas são sempre necessários para garantir sua utilização de forma ética e responsável, de modo a preservar a autonomia dos indivíduos e os direitos constitucionalmente garantidos como, por exemplo, a privacidade dos dados (SILVEIRA, 2017).

#### **4 DO DIREITO DIGITAL E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**

Com a evolução da tecnologia não há dúvidas que a área do direito também se beneficiou trazendo celeridade e geração de menores custos na eficiência dos seus trâmites diários, porém nesse sentido a dignidade da pessoa humana e seus respectivos direitos, oriundos da Constituição Federal de 1988, deverão ser respeitados.

O princípio da dignidade da pessoa humana se refere à garantia das necessidades vitais de cada indivíduo, ou seja, um valor intrínseco como um todo. É um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, nos termos do artigo 1º, inciso III da Constituição Federal, sendo fundamento basilar da República (BRASIL, 1988).

O direito digital nasceu da necessidade de se regularem as questões surgidas com a evolução da tecnologia e a expansão da internet, elementos responsáveis por profundas mudanças comportamentais e sociais, bem como para fazer frente aos novos dilemas da denominada “Sociedade da Informação”, segundo entendimento de Pimenta (PIMENTA, 2018, p.16-39).

Diante da popularidade da internet e o uso frequente dos computadores e dispositivos interconectados multiplicaram-se as fraudes praticadas pela rede com o uso da tecnologia.

O direito digital abrange desde o uso de e-mail, teleconferências de trabalho, a utilização das transações bancárias pelo internet banking, como exemplo o pagamento através das criptomoedas o que facilitou a vida das pessoas, mas por outro lado, iniciaram-se o cometimento de atos ilícitos os quais acabam causando prejuízos irreparáveis atingindo a dignidade da pessoa humana, pois é consabido que a internet não tem dono.

Nessa esteira, Liliana Minardi Paesani afirma que, “[...] mesmo sendo conservador, o Direito não pode ser omissivo e deve procurar fazer justiça, superando-se e adaptando-se à natureza livre da Internet, numa tentativa de preservar os direitos dos cidadãos, sua privacidade e integridade [...]” (PAESANI, 2014, p. 2).

Diante da nova realidade tecnológica surgiu no Brasil o Marco Civil da Internet – Lei n. 12.965/2014, para coibir a captação de dados pessoais com intuito de usá-los criminalmente e acabou realizando uma interface com outras áreas do direito, como: penal, administrativo, civil, consumidor e tributário.

Igualmente, o autor Antônio-Enrique Perez Luño (PEREZ LUÑO, 1996, P.22) afirma que conforme a maioria das grandes conquistas científicas e tecnológicas que registram a história, a internet é uma realidade ambivalente.

De acordo com MacKinnon, ao redor do mundo, “[...] todos os governos, de ditaduras a democracias, estão aprendendo rapidamente como usar a tecnologia para defender seus interesses.” (MACKINNON, 2012, p. 5).

## CONCLUSÃO

O presente artigo apurou a utilização da inteligência artificial no direito digital e seus impactos diante da dignidade da pessoa humana como um dos princípios basilares da Constituição Federal Brasileira de 1988.

Vislumbrou-se que a inteligência artificial vinda com Quarta Revolução Industrial expandiu-se de forma a não retroceder, trazendo facilidades através das *deep learning*, mas também muitos riscos.

Nesse sentir, houve a necessidade também da adequação da ciência do direito, criando-se uma nova área, o direito digital para ajustar-se na busca de desburocratização dos serviços, celeridade e geração de menos custos.

De outro modo, com a implementação da inteligência artificial através do direito digital iniciaram-se as fraudes e os crimes cibernéticos os quais atacam a dignidade da pessoa humana, princípio primordial do Estado Democrático Brasileiro, retirando sua privacidade e segurança.

Vislumbrou-se que o Marco Civil da Internet, foi a incubadora na matéria da utilização da internet no sentido de salvaguardar a privacidade dos indivíduos, porém, como soe acontecer no Brasil, antes mesmo de atingir sua maturidade e finalidade, legisla-se novamente, com a mais recente Lei Geral de Proteção de Dados, que mesmo vindo para complementar a lei anterior, ainda está a passos

lentos no que tange a proteção de dados, o que nos dá a impressão de um recomeço.

Assim, ainda há muito a se fazer para que a utilização da tecnologia seja aprimorada através de estudos técnicos para coibir as fraudes do uso da inteligência artificial pelo direito digital. E que os algoritmos sejam alimentados com parâmetros éticos e legais, de modo que, efetivamente, no exercício de tomada de decisões, sirvam de apoio à efetivação do ideal de justiça.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Miranda Mafalda. BRAGA, Felipe Netto. SILVA, Michael César. FALEIROS, José Luiz De Moura Faleiros, Júnior. **Direito Digital e Inteligência Artificial**. Diálogos entre Brasil e Europa. Editora Foco. 2021.

BARCAROLLO, Felipe. **Inteligência Artificial**. Aspectos Ético-Jurídicos. Editora Almedina. 2021.

BEZERRA, Coelho Arthur. **Privacidade, Neutralidade e Inimputabilidade da Internet no Brasil**: avanços e deficiências no projeto do Marco Civil. Disponível em: <<https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/858/2/Arthur.pdf>> Acesso em 18 de outubro de 2021.

BORGES, Abymael. Lei Carolina Dieckmann - **Lei nº. 12.737/12 art. 154-a do Código Penal**. Disponível em <<http://abimaelborges.jusbrasil.com.br/artigos/111823710/leicarolina-dieckmann-lei-n-12737-12-art-154-a-do-codigo-penal>>. Acesso em: 23 maio 2018.

CAMPOS, Igor Santos de. MELO Marcos Tulio de. **Os Crimes Cibernéticos no Ordenamento Jurídico Brasileiro, e a Pornografia da Vingança**. Disponível em: <<http://repositoriodigital.univag.com.br/index.php/rep/article/view/1000>>. Acesso em: 18 out. 2021.

COMISSÃO EUROPEIA. **A definition of AI**: min capabilities and acientific disciplines. 2019, p 22-24. Disponível em: <<https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/news/ethics-guidelines-trustworthy-ai>>. Acesso em: 14 abr. 2020.

COMISSÃO EUROPEIA. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Constituição da República federativa do Brasil de 1988. Brasília: Presidência da República, 2020. Disponível em:



<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 25 jan. 2020.

HISSA, Reginaldo Sales Filho. LEI 13.719/2018 - **LGPD Lei Geral De Proteção de Dados e seus Impactos na Sociedade**. Disponível em: <[http://repositorio.unifametro.edu.br/bitstream/123456789/577/1/REGINALDO%20SALES%20HISSA%20FILHO\\_TCC.pdf](http://repositorio.unifametro.edu.br/bitstream/123456789/577/1/REGINALDO%20SALES%20HISSA%20FILHO_TCC.pdf)>. Acesso em: 19 out. 2021.

KIRCHENER, Isabel Luiza. **O Uso de Inteligência Artificial sob a Ótica dos Direitos Fundamentais: análise do Caso Amazon**. Porto Alegre. 2020. Monografia de Graduação do Curso de Direito – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

KLEINA, Nilton. A história da inteligência artificial. Tecnomundo. Disponível em: <<https://www.tecnomundo.com.br/mercado/135413-historia-inteligencia-artificial-video.htm>>. Acesso em: 08 jun. 2020.

BRASIL. **Lei 12.965/2014. Marco Civil da Internet**. Disponível em: Acesso em: 30.09.2021.

BRASIL. **Lei Geral de Proteção de Dados. Lei nº 13.709/2018**, Disponível em:<<https://www.tjrs.jus.br>>. Acesso em: 30 set. 2021.

MCCARTHY, John. **A Proposal for the Dartmouth Summer Research Project on Artificial Intelligence**. Disponível em:<<http://www.formal.stanford.edu/jmc/history/dartmouth/dartmouth.html>>. Acesso em: 25 set. 2020.

MACKINNON, Rebecca. **Consent of the Networked: the worldwide struggle for internet freedom**. New York: Basic Books, 2012.

ONG VERDE. **Carolina Dieckmann é o Apelido da Lei que Tipifica Crime via Internet**. Disponível em: <[http://ongverde.org/noticias/lei\\_carolina\\_dieckmann.html](http://ongverde.org/noticias/lei_carolina_dieckmann.html)>. Acesso em: 20 maio 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 1948. Disponível em:<<http://www.formal.stanford.edu/jmc/history/dartmouth/dartmouth.html>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

RAPÔSO, Cláudio Filipe Lima. LIMA, Haniel Melo de. OLIVEIRA, Waldecy Ferreira de Oliveira Junior. SILVA, Paola Aragão Ferreira. BARROS, Elaine de Souza. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais em tecnologia da Informação**. Disponível em:<<http://revistas.cesmac.edu.br/index.php/administracao/index>>. Acesso em: 19 out. 2021.

SILVA, Lucas Gonçalves Da. CARVALHO, Mariana Amaral. Direito ao esquecimento na sociedade da informação: análise dos direitos fundamentais no meio ambiente digital. Inteligência artificial e direito: o uso da tecnologia na gestão do processo no sistema brasileiro de precedentes. **Revista de Direito e as Novas Tecnologias** | vol. 3/2019 | Abr.- Jun. / 2019 DTR\2019\35395.

TURING, Alan M. **Computing Machinery and Intelligence**, Oxford University Press, New Series, Vol.59, No. 236, Out.1950.p.433-460.

TURING, Alan M. **Um pouco de História**. Disponível em: <https://sites.google.com/site/inteligenciaartificialist/4-um-pouco-dehistoria>>. Acesso em: 08 jun. 2020.

URWING, Richard. **Artificial Intelligence**: the quest for the ultimate thinking machine. Londres: Arcturus, 2016. Arquivo Kindle.

## **PLANO DE MARKETING: AÇÕES PROPOSTAS PARA BENEFICIAR EMPRESA DO RAMO DO AGRONEGÓCIO, SITUADA NO MUNICÍPIO DE TRÊS DE MAIO – RS**

Fernanda Gabriela Almeida<sup>1</sup>  
Nicoli Maria Kirch<sup>2</sup>  
Raquel Stefanski<sup>3</sup>  
Viviane Grazielle Pedó<sup>4</sup>  
Jesildo Moura de Lima<sup>5</sup>

### **RESUMO**

O presente artigo tem como tema Plano de marketing e delimitação do tema Ações propostas para beneficiar uma empresa do ramo do agronegócio situada no município de Três de Maio – RS, sua problemática, quais ações podem ser propostas para beneficiar uma empresa do ramo do agronegócio, localizada no município de Três de Maio – RS? e apresenta como objetivo verificar, através do plano de marketing, quais ações podem ser propostas para beneficiar empresa do ramo do agronegócio, situada no município de Três de Maio - RS. Os planos de ação cada vez mais importantes para uma empresa, para dessa forma ser possível notar suas possíveis melhorias, e assim temos como referencial teórico os tais itens marketing, matriz BCG, matriz SWOT, modelo das 5 forças entre outras. A pesquisa foi desenvolvida no período de março a junho de 2020 e, para o alcance dos objetivos, utilizou-se os seguintes métodos: pesquisa dedutiva, quantitativa, qualitativa, descritiva, bibliográfica, estudo de caso, entrevista, observação e a análise de conteúdo. Quanto aos resultados obtidos, pode-se verificar que, a empresa possui um bom posicionamento no mercado, estabelecendo relações adequadas com seus consumidores. Contudo, alguns pontos ainda necessitam de ajustes. Sendo assim, sugere-se que a empresa aperfeiçoe sua presença digital em redes sociais, aumente o conteúdo presente no *site* e realize encontros com treinamentos, entre outras ações, buscando aproximar ainda mais empresa e

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Bacharelado em Administração – 8º Semestre. Sociedade Educacional Três de Maio – Setrem. feergabriela@hotmail.com

<sup>2</sup> Acadêmica do curso de Bacharelado em Administração – 8º Semestre. Sociedade Educacional Três de Maio – Setrem. nkirch2@gmail.com

<sup>3</sup> Acadêmica do curso de Bacharelado em Administração – 8º Semestre. Sociedade Educacional Três de Maio – Setrem. raquelstefanski@gmail.com

<sup>4</sup> Acadêmica do curso de Bacharelado em Administração – 8º Semestre. Sociedade Educacional Três de Maio – Setrem. vivipedo@gmail.com

<sup>5</sup> Mestre e Doutor em Desenvolvimento Regional pela UNIJUI. Especialista em Gestão de Marketing e Comunicação, Graduação de Bacharel em Administração pela Sociedade Educacional Três de Maio. Diretor Técnico de Empreendimentos na INPLAN - Assessoria Ltda. Professor da Faculdade: Sociedade Educacional de Três de Maio - SETREM nos cursos de Pós-graduação e Graduações em Agronomia Administração e Design de Modas. jesildo.lima@gmail.com

consumidor. Através destas ações, a empresa usufruirá de diversos benefícios, como maior credibilidade, visibilidade e reconhecimento, podendo com isso, elevar sua competitividade e expandir sua área de atuação.

Palavras-chave: Ações – Agronegócio – Marketing.

## INTRODUÇÃO

O plano de marketing é um documento escrito e resume o que os gestores ou responsáveis sabem sobre como e com que ferramentas a organização pretende atingir seus objetivos. Sendo assim, é responsável pelo planejamento do que a empresa pretende colocar em prática. Dessa forma, o plano de marketing adquire fundamental importância, garantindo diversas vantagens a todos os envolvidos.

Ao elaborar um plano de marketing, a empresa pode se tornar mais competitiva no mercado, e assim, conseguir conquistar mais facilmente seus objetivos e conseqüentemente o sucesso. O plano de marketing proporciona informações bastante relevantes e faz com que a empresa tome as melhores decisões. Deste modo, é notável como o plano de marketing auxilia a organização, principalmente no que diz respeito à tomada de decisões.

Portanto, levando em consideração a importância do assunto e as vantagens proporcionadas, a presente pesquisa que tem como tema Plano de marketing, apresenta como problemática “Quais ações podem ser propostas para beneficiar uma empresa do ramo do agronegócio, localizada no município de Três de Maio – RS?”.

Assim, o objetivo do estudo foi verificar, através do plano de marketing, quais ações podem ser propostas para beneficiar empresa do ramo do agronegócio, situada no município de Três de Maio / RS. Além disso, a pesquisa buscou utilizar as matrizes BCG e SWOT e o modelo de Porter para analisar a situação da empresa no mercado, com o intuito de avaliar também as ações a serem tomadas pela mesma.

O estudo está estruturado em quatro partes além da introdução: Aspectos metodológicos, em que se encontram as técnicas, abordagens e procedimentos

utilizados; Referencial teórico, que contém informações ligadas ao plano de marketing; Apresentação, análise e discussão dos resultados, contendo as informações obtidas durante a pesquisa bem como a sua análise. E, a última seção, apresenta as conclusões finais do estudo.

## 1 REFERENCIAL TEÓRICO

### 1.1. MARKETING

A *American Marketing Association* - AMA (2017) define marketing como “a atividade, conjunto de instituições e processos para criar, comunicar, entregar e trocar ofertas que têm valor para clientes, clientes, parceiros e sociedade em geral”.

Marketing é um conjunto de ações e processos utilizados para o planejamento, criação e desenvolvimento de produtos ou serviços visando atender as necessidades e desejos humanos e sociais, é através dele que as organizações criam valor para seus clientes (Raquel, 2012).

### 1.2. ANÁLISE DA SITUAÇÃO

A análise da situação é um item importante do Plano de Marketing. Com ela se analisa a situação da empresa e consegue-se identificar onde a empresa está, o que quer, como quer e como planeja conseguir isso (CAMPOMAR, 2006).

Segundo Campomar (2006), a análise da situação é o momento inicial do Plano de Marketing, no qual pesquisa-se o mercado, busca-se entender melhor os clientes e ampliar o conhecimento no sentido de construir produtos e serviços adequados a suas necessidades dos consumidores. Também deve incluir uma revisão histórica, estudo bem detalhado do segmento de atuação da empresa, um estudo do consumidor e suas necessidades e além disso análise dos concorrentes. É necessário realizar uma pesquisa de mercado para o levantamento das informações.

### 1.3. MERCADO

O mercado é caracterizado como sendo o ambiente social ou virtual que é adequado para que aconteça a troca de bens e serviços. Podendo ser entendida ainda como sendo uma instituição ou organização pela qual vendedores e ainda os compradores, possuem uma relação de maneira comercial, com a finalidade de realizar transações, acordos e também trocas comerciais. (STECCA, ÁVILA, 2015).

### 1.4. PLANO DE AÇÃO

O plano de ação é considerado uma das etapas mais importantes para a elaboração de um plano de marketing, sendo este correspondente aos planos de ação das atividades operacionais de uma organização. Neste ponto do plano de marketing, deve-se detalhar o que precisa ser feito, quando e de que modo as atividades serão realizadas (HILDEBRANDT, 2008). “É a parte onde toda a realização do plano termina e tem início as ações de marketing propriamente ditas. Nesta etapa são definidas as atividades que serão realizadas, o prazo para execução, os responsáveis e os custos desta operação.” (HILDEBRANDT, 2008, p. 40).

### 1.5. PLANEJAMENTO DE MARKETING

Segundo Las Casas (2006), o planejamento de marketing pode ser usado para prever o tamanho do mercado, além de identificar e avaliar os segmentos que compõem esse mercado permitindo decidir como se dará a sua participação em cada segmento e a definição da estratégia de posicionamento.

O processo de planejamento deve seguir uma sequência de passos buscando definir primeiramente os objetivos que se espera alcançar e, em seguida, verificar como a organização está posicionada frente a esses objetivos.



Essa análise é muito importante porque, com base nela, é possível desenvolver premissas quanto às condições futuras da empresa (CHIAVENATO, 2004).

## 1.6. POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

O posicionamento estratégico envolve a definição de uma proposta de valor que interesse à organização, a qual deve ser significativa para um público-alvo e, na percepção deste, mais atrativa em relação às propostas elaboradas pela concorrência (OLIVEIRA; CAMPOMAR, 2007).

Mühlbacher, Dreher e Gabriel-Ritter (1994) defendem que o posicionamento de marketing inclui posicionamento de mercado e posicionamento psicológico. Sendo assim, o de mercado diz respeito a identificação e seleção de um segmento, análise dos seus concorrentes e a definição das estratégias competitivas, já o posicionamento psicológico, se refere a consolidação de uma identidade capaz de fazer a diferenciação da oferta da organização na mente do consumidor.

## 1.7. MODELO DAS 5 FORÇAS

O modelo das 5 forças proposto por Michael Porter é indicado para empresas de todos os tamanhos e que buscam avaliar o ambiente competitivo em que estão inseridas, determinando o melhor posicionamento do negócio levando em consideração seus concorrentes. O modelo permite uma visão mais abrangente da concorrência, auxiliando, dessa forma, na tomada de decisão (SEBRAE).

Os fatores que compõem o modelo das cinco forças de Porter são: Competidores (como parte central), novos entrantes, fornecedores, clientes e produtos substitutos (SEBRAE).

## 1.8. 4 P's

Também denominado de composto de marketing, a obra *Basic Marketing*, de E. Jeromi McCarthy (1960), apresenta os “4Ps”, que são fundamentos que compõe o marketing: *product*, *price*, *place*, *promotion*. Traduzidos respectivamente para o português: produto, preço, praça e promoção. Esses componentes são essenciais para a organização atingir seus objetivos.

Primeiramente, para entregar sua proposição de valor, a empresa deve, de acordo com Kotler e Armstrong (2007), criar uma oferta ao mercado (produto ou serviço) que satisfaça necessidades, depois decidir quanto cobrará pela oferta (preço) e como disponibilizará a oferta para os clientes-alvo (praça). E por fim, deve comunicar a oferta aos clientes-alvo e persuadi-los de seus méritos (promoção).

### 1.9. MATRIZ SWOT

A Matriz SWOT, desenvolvida por Kenneth Andrews e Roland Cristensen, estuda a competitividade de uma organização baseada em apenas quatro variáveis: *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Oportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças). Por meio da análise dessas quatro variáveis, pode-se realizar a inventariação das forças e fraquezas da empresa, das oportunidades e ameaças do meio em que a empresa atua (RODRIGUES *et al.*, 2005).

De acordo com os autores Chiavenato e Sapiro (2003), a análise estratégica realizada com a Matriz SWOT é uma das ferramentas mais utilizadas na gestão estratégica competitiva das empresas. Por meio dela, consegue-se relacionar as oportunidades e ameaças presentes no ambiente externo da organização com as forças e fraquezas mapeadas no ambiente interno da organização.

### 1.10. MATRIZ BCG

Fundamental para à análise de mercados, a matriz BCG (*Boston Consulting Group*) é uma ferramenta obrigatória no plano de marketing, responsável por definir quais mercados são atrativos para a realização de novos investimentos. A ferramenta utiliza-se de dois fatores principais para esta análise: crescimento e participação do mercado (POLIZEI, 2010).

Os produtos ou serviços denominados estrela e vaca leiteira subsidiam as crianças prodígios devido a sua forma de evolução. Portanto, no plano de marketing, a matriz BCG tem como função definir um mercado-alvo que seja normalmente criança prodígio e evitar os mercados em declínio, ou seja, evitar a fase final da vaca leiteira e a fase abacaxi (POLIZEI, 2010).

## 2 METODOLOGIA

Segundo Lovato, “[...] metodologia da pesquisa é o ramo da filosofia da ciência que explora os métodos que o pesquisador utiliza para chegar a seus postulados.” (LOVATO, 2013, p. 27). Dessa forma, a seguir estão dispostos os métodos utilizados para desenvolvimento da presente pesquisa.

As abordagens que foram utilizadas para a elaboração do presente estudo foram os métodos, dedutivo, quantitativa e qualitativa. A pesquisa dedutiva foi utilizada quando se levou em consideração elementos que acontecem generalizadamente, para em seguida entender o contexto particular da empresa em questão, ou seja, partiu-se do geral para o particular. Já a quantitativa foi utilizada para o levantamento dos dados numéricos sobre a organização, usando este método para elaborar a parte dos resultados da pesquisa. Dessa forma, a pesquisa qualitativa foi utilizada para o entendimento dos assuntos ligados ao plano de marketing.

Com relação ao procedimento, foram utilizados pesquisa bibliográfica, a pesquisa descritiva e o estudo de caso. A pesquisa bibliográfica é realizada através de material já elaborado, encontrado normalmente em livros e artigos científicos. A pesquisa descritiva foi utilizada para retratar a realidade da empresa em estudo, já o estudo de caso foi utilizado na empresa de caso foi

realizado na empresa do ramo do agronegócio situada no município de Três de Maio, noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, garantindo assim, uma compreensão mais profunda da sua realidade.

No que diz a respeito das técnicas de coleta utilizou-se a entrevista e a observação, dessa forma realizou-se uma entrevista com os responsáveis pela gestão da organização e observação foi utilizada para avaliação dos dados coletados e na elaboração dos resultados. Já a técnica de análise utilizou-se a análise de conteúdo que garantiu uma melhor análise e compreensão das informações obtidas.

### **3 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Neste capítulo do artigo, têm-se os resultados obtidos pela pesquisa e sua respectiva análise.

#### **a. HISTÓRICO DA EMPRESA**

A partir do desejo de estar ao lado do agricultor, levando até ele os melhores produtos e assistência técnica especializada, surgiu esta empresa do ramo do Agronegócios, em 28 de abril de 2009 foi inaugurada a primeira unidade, na cidade de Três de Maio – RS. Localizada na ERS 342.

A empresa expandiu sua área de atuação e houve a necessidade de aproximar-se dos clientes. Sendo assim, em 2011 foi inaugurada em Santa Rosa a primeira filial. No ano de 2014, foi inaugurada a segunda filial em Santo Ângelo, em 2019, foi inaugurada a terceira filial em Guarani das Missões e também a unidade em Vila Coimbra – São Miguel das Missões.

#### **b. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL**

A análise se deu a partir das matrizes SWOT, BCG e o modelo das 5 forças. Estas auxiliaram a definir o posicionamento da empresa e analisar os pontos que podem ser melhorados.

### i. Análise SWOT

A seguir tem-se a matriz SWOT, elaborada com o objetivo de mostrar os pontos fortes e fracos dentro da instituição, além das oportunidades e ameaças que são analisadas através do ambiente externo da organização.

**Ilustração 1: Matriz SWOT da empresa em estudo**

<b>FATORES INTERNOS</b>	<b>FORÇAS</b>	<b>FRAQUEZAS</b>
	<p><b>São as vantagens oferecidas em relação ao mercado:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Gerenciamento estratégico, financeiro e comercial</li> <li>Assistência técnica e especializada</li> <li>Sistema pra realizar pedidos no campo</li> <li>Vendas assertivas</li> <li>Controle criterioso de estoque</li> <li>Colaboradores (adm./comercial) com no mín. ensino técnico</li> </ul>	<p><b>Fatores que impedem resultados potencialmente melhores:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Excesso de demanda nos responsáveis de administrativo</li> <li>Desatenção gerando retrabalho</li> <li>Conferência de atividades básicas com erros</li> <li>Controle de assinatura de notas fiscais</li> <li>Burocracia para vendas barter</li> <li>Burocracia para vendas de valores maiores</li> </ul>
<b>FATORES EXTERNOS</b>	<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
	<p><b>Brechas de mercado e soluções para nichos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Alteração de legislação</li> <li>Economia positiva</li> <li>Condições climáticas normais</li> <li>Necessidade de assistência técnica e especializada</li> <li>Tecnologia no campo</li> </ul>	<p><b>Fatores externos que podem reduzir potencial da empresa:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Alteração de legislação</li> <li>Economia negativa</li> <li>Condições climáticas instáveis e anormais</li> <li>Concorrentes com preços menores</li> <li>Concorrentes com tecnologia mais avançada</li> </ul>

Fonte: Produção dos pesquisadores (2020).

Assim, com a matriz SWOT pôde-se verificar que a empresa possui diversas forças e oportunidades, contudo, há também a presença de fraquezas e ameaças como em qualquer outra organização.

No que diz respeito à fraqueza de excesso de demanda, sugere-se que a mesma tente realocar alguns funcionários ou contratar novos, se for possível. Assim, a organização acabará eliminando uma fraqueza que posteriormente pode vir a ser uma força. O mesmo acontece com o item que cita a desatenção que acaba gerando retrabalho, gestores podem e devem trabalhar este tópico, identificando quais os motivos que estão gerando estas desatenções e assim, propor uma solução eficaz para esse tópico.

Os erros são comuns, mas devem ser evitados ao máximo, sendo assim, deve-se pensar e investigar as causas destes, e procurar não repeti-los, além de proporcionar momentos em que os funcionários possam repor as energias, voltando ao foco inicial. O controle das assinaturas deve ter em grande parte dos momentos, onde pode ser destinado alguém para controlar esta função, além disto, a burocracia, muitas vezes é necessária para que se realize as atividades da melhor maneira possível e dentro da legalidade, deixando tudo registrado, contudo, sugere-se que a mesma seja revisada buscando otimizá-la.

Já ao se realizar uma análise das ameaças pode-se perceber que os três primeiros itens não são possíveis de serem controlados e nem ajustados, porém os próximos dois podem ser trabalhados, sendo bastante difícil na maioria das vezes, porém pode-se trabalhar sob ele para alcançar, ainda mais, resultados satisfatórios.

A empresa poderia reformular sua política de preços, revendo suas margens de lucro e percentual de vendas, tentando negociar mais com seus fornecedores, por preços menores e trabalhar mais na qualidade dos seus produtos, pois pode se tornar um diferencial em relação aos concorrentes.

A tecnologia também pode ser trabalhada, buscando investir mais nela, atingindo todos os clientes da melhor maneira possível, entendendo e procurando se adequar aos públicos, incluindo quem não possui tanto contato com a mesma.

Na questão da assistência técnica e especializada, que é uma atual força da empresa, deve-se sempre buscar incentivar a participação dos colaboradores em treinamentos e a busca de novas informações, pois atualmente, sabe-se que novas técnicas e informações surgem a cada instante e o colaborador precisa estar atento às mesmas para poder oferecer a melhor assistência possível ao seu cliente.

Através da elaboração de uma matriz SWOT, a organização terá maiores certezas no seu momento de decisão, evitando assim, possíveis decisões incorretas, que possam acabar prejudicando a organização. As forças e



oportunidades devem ser trabalhadas da melhor maneira, para que possam ser mantidas, e tragam somente resultados positivos para toda a organização.

Sendo assim, a análise SWOT comparou as oportunidades e ameaças junto com os pontos fortes e fracos. Ela é uma ferramenta para facilitar a criação de estratégias para a empresa, de forma a diminuir as fraquezas e eliminar as ameaças, fazendo com que consigam enxergar e aproveitar melhor as oportunidades e forças.

## ii. Matriz BCG

A matriz BCG é responsável pelo levantamento dos dados de como se comporta a empresa dentro do seu ramo de atuação, deste modo, utilizou-se os dados trazidos pela Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul, em 2020.

Realizou-se o levantamento dos dados da taxa de crescimento do mercado do agronegócio do Rio Grande do Sul no ano de 2019 e encontrou-se então o valor de 6,2% por ano. A partir dos dados encontrados, abaixo tem-se a elaboração de uma regra de três para encontrar a participação da empresa no seu mercado.

A partir dos resultados encontrados, teve-se de analisar se tanto a taxa de crescimento de mercado (6,2%), quanto à participação de mercado da empresa (0,12%), é considerada altas ou baixas em relação ao restante do mercado, podendo se classificar (de acordo com os dados encontrados), em cão, vaca leiteira, estrela ou criança problema.

No caso desta empresa do ramo do agronegócio, o dado de 6,2% que se refere à taxa de crescimento de mercado, é considerado baixo em relação aos demais, nesta categoria então ela se encaixaria em cão ou vaca leiteira.

Já em relação à participação de mercado que esta empresa possui, tem-se o percentual que foi encontrado ao se elaborar a regra de três, de 0,12%, que se considera um percentual razoável, pois ao ser analisado todo o estado do Rio Grande do Sul, que possui diversas organizações que trabalham neste ramo. Sendo assim ela se encaixaria em Vaca leiteira ou estrela.

Deste modo, através da análise dos resultados encontrados, esta empresa estudada se encaixa na classificação de empresa considerada como vaca leiteira, ou seja, esta gerando lucros e não necessita de muitos investimentos.

### iii. Modelo das 5 forças

Este modelo é responsável por analisar as forças que a organização possui, sendo capaz de auxiliar na definição dos objetivos e do posicionamento da marca.

Ilustração 4: Cinco forças de Porter da empresa em estudo



Fonte: Produção dos pesquisadores (2020).

É importante mencionar que, o modelo de Porter (ilustração 4) levou em consideração, o poder de negociação dos fornecedores, a ameaça de produtos substitutos, rivalidade entre os concorrentes, ameaça de entrada de novos concorrentes e poder de negociação dos clientes.

### c. POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

Nesta seção tem-se o posicionamento estratégico, analisando segmento e posição, missão, visão e valores.

### **i. Segmento e posição**

O segmento da empresa analisada é o agronegócio, que engloba atividades rurais com fins de comercialização de produtos agrícolas. A empresa possui um posicionamento forte na região, comercializando sementes, insumos, defensivos agrícolas e prestação de assistência técnica especializada aos produtores.

Seu diferencial em relação aos concorrentes, é a central de tratamento de sementes, entrega rápida e eficaz e realização do acompanhamento de clientes com frequência. Dependendo do porte do cliente, este recebe visita semanal, quinzenal, mensal ou bimestral.

### **ii. Missão, visão, valores**

A empresa tem como missão: Oferecer soluções inovadoras que gerem lucratividade para os clientes. Já a visão é: Ser referência na distribuição de insumos agrícolas na região de atuação até 2024. E os valores são: honestidade, assistência técnica, ganho financeiro, foco em pessoas e visão de futuro.

Dessa forma, levando em consideração o exposto, pode-se afirmar que a empresa apresenta uma visão voltada ao reconhecimento a nível regional e que busca sempre um atendimento eficaz e que proporcione um retorno financeiro tanto aos clientes como a própria empresa.

### **d. SUGESTÕES**

A seguir serão apresentadas, sugestões de melhoria no marketing da empresa, visando atrair mais clientes e aumentar suas vendas.

## **i. Objetivos Estratégicos / Plano de Ação**

Neste tópico, tem-se apresentado os objetivos estratégicos desenvolvidos para a empresa e seus respectivos planos de ação. Portanto, pensou-se em melhorar sua presença digital em redes sociais e o aumento de seu conteúdo presente no *site*, trabalhando-se principalmente o P de produto.

### *1. Melhorar sua presença digital em redes sociais*

A empresa poderia focar em trabalhar mais seu marketing de conteúdo nas redes sociais, *Facebook* e *Instagram*, postando mais explicações sobre alguns produtos, dicas, sugestões, frases motivacionais, frases de bom dia, boa semana, bem-vindo ao mês, o que é cultivado neste mês, entre outros. Aumentar sua frequência de posts durante a semana, fazendo cerca de pelo menos 3 posts, pois quem é visto, é lembrado. Buscando em no máximo, um mês, aplicar esta estratégia.

Para a realização desta estratégia pode-se contratar uma empresa especializada nesta área, ou colocar um funcionário que já possua experiência em marketing para realizar esta função de elaboração e compartilhamento nas páginas.

### *2. Aumentar o conteúdo de seu site*

O site da empresa possui pouco conteúdo, nota-se que é bem estruturado e pensado, porém não possui muito conteúdo, se um cliente pensar em procurar o site para ter informações e conhecer mais sobre esta organização, para posteriormente pensar em adquirir seus produtos, pode acabar desistindo, devido a falta de informações apresentadas nele.

Sugere-se a organização, que pense em fornecer mais conteúdo sobre seus produtos e serviços fornecidos, notícias e informações da região, fotos de eventos realizados. Fornecer mais informações sobre a história da empresa, sua

visão do futuro, visão social e preocupação com o meio ambiente. Procurando por em prática tal estratégia em até 3 meses, pensando na formulação de um conteúdo mais atraente e atualizado para seu público alvo.

### 3. *Encontros com treinamentos*

A organização não possui o costume de realizar frequentemente encontros para realização de treinamentos com seus clientes, o que poderia e deve ser pensado. Alguns clientes podem acabar se atraindo ainda mais com esta ferramenta, pois proporcionará a eles uma vivência, podendo facilitar seu trabalho.

A partir da realização destes encontros, a empresa pode mostrar com quais produtos trabalha e realizar um treinamento com seus clientes, os estimulando a utilizarem seus produtos e mostrando o melhor modo de utilização dos mesmos. Este planejamento deve ser pensado para ser colocado em prática em cerca de 6 meses, para ser bem planejado e que assim traga diversos benefícios para todos.

## CONCLUSÃO

Assim, com a realização da pesquisa, compreendeu-se que o Plano de Marketing é essencial para as organizações, pois é por meio dele que a empresa conhece seu mercado e seus consumidores, visualizando com maior clareza as ações que devem ser adotadas para atingir os seus objetivos. Com isso, pode-se afirmar que, o plano de marketing auxilia os gestores na tomada de decisões e melhora a relação entre consumidor e empresa.

Dessa forma, observou-se que, as ações que a empresa do ramo do agronegócio deve desenvolver estão ligadas ao relacionamento com o consumidor, em que se faz necessário uma melhora em sua presença digital em redes sociais, o aumento do conteúdo presente no *site* e a realização de encontros com treinamentos, buscando aproximar ainda mais empresa e

consumidor. Estas ações serão importantes para elevar o posicionamento da empresa na região, aumentando a sua credibilidade e visibilidade, e com isso, sua área de atuação.

Além disso, através da matriz SWOT pode-se verificar que a organização está bem colocada no mercado, possuindo diversos pontos fortes e oportunidades. Contudo, as ameaças e fraquezas também estão presentes. Assim, a empresa deve sempre buscar ações para melhorar esses pontos e a cada ano realizar novamente o levantamento destes dados.

Quanto ao modelo de Porter, pode-se observar que a empresa possui diversos diferenciais e que apresenta um bom relacionamento tanto com o consumidor como com os seus fornecedores, favorecendo assim, a sua competitividade. Já em relação à matriz BCG, a empresa é classificada como vaca leiteira, gerando lucros satisfatórios e sem necessidade de grandes investimentos.

Portanto, após o desenvolvimento do estudo, pode-se afirmar que o problema da pesquisa foi solucionado e o objetivo da pesquisa também foi alcançado, pois foi possível verificar quais ações podem ser propostas, para beneficiar uma empresa do ramo do agronegócio, localizada no município de Três de Maio – RS.

Levando em consideração a relevância do assunto, sugere-se que novos estudos envolvendo essa área sejam desenvolvidos no futuro, visando verificar se as ações foram implantadas pela empresa e quais os benefícios obtidos com estas ações. Este estudo foi fundamental para o aprendizado acadêmico, garantindo que novos conhecimentos fossem adquiridos e deve, portanto, ter continuidade.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN MARKETING ASSOCIATION – AMA. 2017. **Definições de Marketing**. Disponível em: <<https://www.ama.org/the-definition-of-marketing-what-is-marketing/>>. Acesso em: 09 maio 2020.

BAKER, Michael J. **Administração de Marketing**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.



- CAMPOMAR, M. C.; IKEDA, A. A. **O Planejamento de Marketing e a Confeção de Planos**. São Paulo: Saraiva, 2006. ISBN: 9788502060166
- CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. **Planejamento Estratégico: fundamentos e aplicações**. 1. ed. 13ª tiragem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. ISBN: 9788535212358.
- CHIAVENATO, I.; SAPIRO, A. **Planejamento Estratégico**. RJ: Elsevier, 2009. P.30- 1, 252-8.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos Novos Tempos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- GIL, Antônio Carlos. 2002. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas. ISBN 8522431698.
- HEELER, E. R. **Proposta de um Plano de Marketing para o Mercado Bom Preço**. Ijuí. 2012. Disponível em: <<https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/1167/Relatorio%20TCC.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 05 maio 2020.
- KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de Marketing**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- LAS CASAS, Alexandre. **Marketing: conceitos, exercícios, casos**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- LEVY, A. R. **Competividade Organizacional**. SP. Makron, McGraw-Hill, 1992. p.119-24.
- LOVATO, Adalberto. 2013. **Metodologia da Pesquisa**. Três de Maio: SETREM. ISBN 9788599020050.
- MAINARDES, E. W, FERREIRA J. e RAPOSO M., **Conceitos de Estratégia e Gestão Estratégica: qual é o nível de conhecimento adquirido pelos estudantes de gestão?** São Paulo. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.unifacef.com.br/index.php/facefpesquisa/article/viewFile/296/284>>. Acesso em: 01 maio 2020.
- MARCONI, Marina Andrade. LAKATOS, Eva Maria. 2007. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas. ISBN.
- MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. 2001. **Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. São Paulo, SP: Atlas. ISBN 852242991X.

MEDEIROS, Edsel. 2007. **Estratégias Competitivas no Comércio Varejista de Combustíveis, Segundo o Modelo de Porter**. In: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MÜHLBACHER, H.; DREHER, A.; GABRIEL-RITTER, A. **MIPS – Managing industrial positioning strategies**. Industrial Marketing Management, New York, v. 23, n. 4, p. 287-297, oct. 1994.

OLIVEIRA, B.; CAMPOMAR, M. C. **O Reposicionamento em Marketing como Elemento de Competitividade**. In: SEMEAD – Seminários Em Administração Fea-Usp, 11., 2008, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2008.

OLIVEIRA, D. P. R. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologias e práticas**. 18. ed. SP; ATLAS, 2002. p.53-5.

POLIZEI, Eder. 2010. **Plano de Marketing**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning. ISBN 978-85-221-1472-6.

Raquel. 2012. **Marketing | O que é Marketing?**. Disponível em: <<https://administradores.com.br/artigos/marketing-o-que-e-marketing>>. Acesso em: 9 maio 2020.

RODRIGUES, Jorge Nascimento; ET AL. **50 Gurus Para o Século XXI**. 1ª ed. Lisboa: Centro Atlântico. PT, 2005. Disponível em: <<http://www.centroatl.pt/titulos/desafios/imagens/excerto-ca-50gurusdagestao.pdf>>. Acesso em: 22 Maio 2020.

SEBRAE. **6 ferramentas para o planejamento estratégico da sua empresa**. Disponível em: <[https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/6-ferramentas-para-o-planejamento-estrategico-da-suaempresa,281479e90d205510VgnVCM1000\\_004c00210aRCRD](https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/6-ferramentas-para-o-planejamento-estrategico-da-suaempresa,281479e90d205510VgnVCM1000_004c00210aRCRD)>. Acesso e 18 maio 2020.

SEBRAE. 2005. **COMO ELABORAR UM PLANO DE MARKETING**. Disponível em: <[https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/1947E3304928A275032571FE00630FB1/\\$File/NT00032296.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/1947E3304928A275032571FE00630FB1/$File/NT00032296.pdf)> Acesso em 09 maio. 2020.

SEBRAE. 2019. **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: Como elaborar um plano de marketing**. Disponível em: <<https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/como-elaborar-um-plano-de-marketing,084b6484b071b410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em 09 maio. 2020.

STECOA, F. L. P. A.; ÁVILA, L. V. **Gestão de Marketing**. 1. ed. Santa Maria-UFSM. 2015. ISBN 978-85-63573-73-5.



11 e 12 de nov. de 2021  
ISBN: 2177-1103.

TOALDO A. M. M. e LUCE F. B., **Estratégia de Marketing: Contribuições para a Teoria em Marketing**. Porto Alegre. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rae/v46n4/v46n4a04.pdf>>. Acesso em: 01 Maio 2020.

## CONTRIBUIÇÃO DO PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE NA TOMADA DE DECISÕES ESTRATÉGICAS EM INDÚSTRIA MOVELEIRA

Mônica Stormowski<sup>1</sup>  
Adelino Pedro Wisniewski<sup>2</sup>  
Janice Walter<sup>3</sup>  
Marcos Rogério Rodrigues<sup>4</sup>  
Anderson Pinceta<sup>5</sup>

### RESUMO

O rumo das organizações, são sempre pautadas em informações relevantes e fidedignas; O objetivo do estudo trabalho foi acompanhar e coordenar o processo de implantação de uma Contabilidade de apoio efetivo à gestão de uma empresa do setor moveleiro situada na região noroeste do Rio Grande do Sul. O problema consiste em tornar a contabilidade uma ferramenta de suporte para tomada de decisão; justifica-se pela necessidade de qualificar a informação a ponte de permitir simulações quanto a escolha de regimes de tributação. A metodologia adotada foi a abordagem dedutiva, qualitativa e quantitativa, como procedimentos a pesquisa descritiva e o estudo de caso, e como técnicas de coleta de dados, observação, entrevista, pesquisa documental e bibliográfica, análise de dados através da interpretação do conteúdo, no embasamento teórico, utilizou-se obras de autores no campo administrativo, gerencial e contábil. No decorrer da pesquisa constatou-se a falta de informação gerencial pautada em informações contábeis fidedignas e a partir da implantação dos relatórios gerenciais, notou-se uma mudança de postura dos gestores, pois puderam visualizar o diagnóstico traduzido em indicadores, qualificando a gestão.

Palavras-chave: Contabilidade – Gestão – Indústria Moveleira.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Administração de Empresas e Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. monica@jaelimoveis.com.br

<sup>2</sup> Especialista em Administração Pública e Gestão de Cidades - Orientador. Professor do Curso de Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. adepedrow@bol.com.br

<sup>3</sup> Mestra em Desenvolvimento - UNIJUI, Bacharel em Administração/Comércio Internacional - FEMA, Especialista em Gestão de Pessoas - UNINTER. Docente nas Faculdades Integradas Machado de Assis, cursos de Ciências Contábeis, Tecnólogo em Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão de Recursos Humanos. janice@sommacontabilrs.com.br

<sup>4</sup> Mestre em Administração. Professor do Curso de Administração. Faculdades Integradas Machado de Assis. marcosrodrigues@fema.com.br.

<sup>5</sup> Mestre em Gestão Estratégica de Organizações (URI). Coordenador e Professor do Curso de Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado De Assis. apinceta@hotmail.com

## INTRODUÇÃO

De acordo com a Estrutura Conceitual Básica CPC 00, a contabilidade tem por objetivo proporcionar aos seus diversos grupos de usuários, informações relevantes e fidedignas sobre a situação financeira e econômica da empresa, a fim de intervir sobre tendências futuras da empresa (MARION, 2015).

A contabilidade por possuir informações organizadas e estruturadas pode contribuir de forma significativa na oferta de informações fidedignas e relevantes; o desafio está em dispor destas informações em tempo hábil para a tomada de decisão. Neste viés, dispor um sistema de informação que permita realizar os lançamentos e geração de relatórios gerenciais na empresa é altamente recomendável. O *Enterprise Resource Planning* (ERP) ou Sistema Integrado de Gestão Empresarial (SIGE) é uma ferramenta utilizada para integrar os processos empresariais

Destaca-se a importância e centralização das informações dentro das empresas, evidenciando a implantação de sistema de contabilidade interno promovendo agilidade nos serviços e o acesso rápido as informações; como objetivo do trabalho pretende-se, analisar e coordenar o processo de implantação de uma contabilidade aliada à tomada de decisões em uma indústria moveleira.

A metodologia utilizada de uma abordagem dedutiva, qualitativa e quantitativa, como procedimentos a pesquisa descritiva e o estudo de caso, e como técnicas de coleta de dados, observação, entrevista, pesquisa documental e bibliográfica, e a técnica de análise de dados através da análise do conteúdo.

Este trabalho está estruturado de forma a demonstrar os procedimentos desenvolvidos pela acadêmica, onde no capítulo primeiro apresentam-se os referenciais utilizados para dar base e sustentação a este estudo. No capítulo 2 estão descritas as metodologias que permitirá nortear a busca e interpretação dos dados. Análise e discussão dos resultados encontram-se no capítulo 3 e as mensurações dos resultados alcançados estão demonstrados no capítulo 4.

## 1 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste estudo aborda-se em seu referencial teórico a Administração, Contabilidade como Ferramenta de apoio à Tomada de Decisões e as Demonstrações Financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstração de Lucros ou Prejuízos acumulados, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração do valor adicionado), Análise das Demonstrações e o Processo de Tomada de Decisão.

### 1.1 ADMINISTRAÇÃO

A base teórica na disciplina de administração permitiu contribuições de abordagem clássica de administração, podendo ser dividida em duas subcategorias, a administração científica e administração geral (ROBBINS, 2000, p.489). Para Maximiano (2004, p.34) a administração é um processo de decisão e engloba cinco processos principais:

Planejamento. O processo de planejamento é a ferramenta para administrar as relações com o futuro. As decisões que procuram de alguma forma, influenciar o futuro, ou que serão colocadas em prática no futuro, são decisões de planejamento. O processo de controle procura assegurar a realização de objetivos. Controlar é a função que consiste em comparar as atividades realizadas com as atividades planejadas, para possibilitar a realização dos objetivos. (MAXIMIANO, 2004, p.34).

O administrador deve ter na Contabilidade uma fonte de informações para que possa tomar decisões seguras e coerentes com os objetivos almejados para seu negócio, tendo o contador como aliado na gestão da empresa, as possibilidades de continuidade do negócio serão aumentadas e as decisões serão tomadas com muito mais segurança e possibilidades de sucesso (RAZA, 2004 apud HENRIQUE, 2008).



## 1.2 CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE APOIO À TOMADA DE DECISÃO

O administrador deve ter na Contabilidade uma fonte de informações para que possa tomar decisões seguras e coerentes com os objetivos almejados para seu negócio, tendo o contador como aliado na gestão da empresa, as possibilidades de continuidade do negócio serão aumentadas e as decisões serão tomadas com muito mais segurança e possibilidades de sucesso (RAZA, 2004 apud HENRIQUE, 2008).

Um fator importante que, segundo Marion (2005), contribui para a mortalidade das empresas é que os proprietários em sua maioria não utilizam a contabilidade como ferramenta de administração do negócio. De acordo com Franco (2000 apud Ribeiro, 2002, p.33), a contabilidade:

[...] é a ciência (ou técnica, segundo alguns) que estuda, controla e interpreta os fatos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a demonstração expositiva e a revelação desses fatos, com o fim de fornecer sobre variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial. (FRANCO, 2000 apud RIBEIRO, 2002, p.33).

O autor Longenecker et al. (2007 p. 152) define empresa familiar como uma empresa na qual dois ou mais membros de uma mesma família são proprietários ou a operam em conjunto ou por sucessão. Uma empresa familiar difere de outras empresas, tem na tomada de decisão, por exemplo, mais complexidade de fatores, uma vez que envolve a mistura de valores e interesses familiares e comerciais.

É comumente analisada como uma série de atividades ligadas por um conjunto progressivo de passos começando com a observação, a coleta, o registro, a análise e, finalmente, a comunicação da informação aos usuários (FIGUEIREDO; CAGGIANO, 2008).

Uma empresa sem Contabilidade é uma entidade sem memória, sem as mínimas condições de sobreviver ou de planejar seu crescimento, está em

constante risco, com grandes possibilidades de complicações futuras, problemas trabalhistas, fiscais, separação da sociedade e podendo levá-la a falência (SILVA, 2002).

### 1.3 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Uma boa demonstração financeira deva ser estruturada para atender a todos os usuários com qualidade; não basta atender ao governo as demonstrações financeiras devem também produzir informações fidedignas para a boa gestão da empresa.

Segundo Matarazzo, “[...] as demonstrações contábeis e demais informações destinadas aos acionistas a aos diversos grupos de usuários interessados prestam grande contribuição na avaliação dos riscos e potencialidades de retorno da empresa.” (MATARAZZO, 2003, p. 65).

De acordo com Gitman, as empresas apresentam uso diferente para os registros e relatórios padronizados de suas atividades financeiras. [...] é necessário entregar relatórios a órgãos reguladores, credores, proprietários e administradores (GITMAN, 2006).

De acordo com as Leis 11.638/07 e 11.941/09 as demonstrações contábeis financeiras são compostas por Balanço Patrimonial, Demonstração de Lucros ou Prejuízos acumulados, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração do valor adicionado, quando se tratar de companhia aberta, que embora não seja obrigatória para as companhias fechadas, pode-se constituir em uma importante ferramenta de gestão. Onde Matarazzo, Gitman afirma que “o Balanço Patrimonial é uma descrição resumida da posição financeira da empresa em certa data.” (GITMAN, 2010, p. 43).

De acordo com o artigo 186, § 2º da Lei nº 6.404/76, a empresa poderá, por sua opção, incluir a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados deverá indicar o montante do dividendo por ação do capital social e poderá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido, se elaborada e publicada pela companhia. (ARTIGO 186, § 2º da Lei nº 6.404/76).

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) para Ribeiro (2009) é um relatório contábil elaborado em conjunto com o Balanço Patrimonial, que descreve as operações realizadas pela empresa em um determinado período.

Após o surgimento da Lei nº 11.638/07 a DOAR (Demonstrações de Origens e Aplicações de Recursos) passou a ser DFC (Demonstrações do Fluxo de Caixa), pois sua linguagem padronizada facilitou a compreensão do demonstrativo. Müller (2009, p.7) cita o seguinte:

DFC - informar a origem dos recursos ingressados nas contas de caixa e equivalentes de caixa, e saber onde eles foram aplicados em determinado período é o objeto da Demonstração de Fluxo de Caixa. O total de ingressos é sempre igual ao total das aplicações, uma vez que a Contabilidade não cria nem faz desaparecer valores. (MÜLLER, 2009, p.7).

Para o conhecimento da situação econômica e financeira da empresa é fundamental a análise por índices. A análise através de índices relaciona itens e grupos do Balanço Patrimonial (PL) e dos demonstrativos de resultado (DRE), e ajuda a entender o desempenho da empresa no passado e, através da comparação com padrões pré-estabelecidos, a examinar a posição dela em seu setor de mercado em relação à concorrência.

Porém também é possível fazer essa análise de forma simples e ágil, através dos principais índices composto por índice de liquidez, índice de endividamento, índice de atividade e índice de rentabilidade.

#### 1.4 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES.

A simples comparação de balanços de exercícios, já permite analisar o crescimento ou não de determinados itens patrimoniais. Hoje, com o apoio da informática, é perfeitamente possível obter todo o tipo de informação, a partir da escrituração que funciona como banco de dados, bastando que se tenha

interesse e perspicácia para eleger o que é importante e como deve ser apresentado (SILVA, 2002).

## **2 METODOLOGIA**

A metodologia está relacionada com a escolha do método e com a justificativa de cada um de seus procedimentos de sua escolha. Assim como as técnicas utilizadas pelos cientistas é fruto de suas decisões, o modo pela qual suas decisões foram tomadas depende de suas regras de decisão.

### **2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA**

Os métodos de abordagem são os que possuem caráter geral, são responsáveis pelo raciocínio utilizado no transcorrer da pesquisa. Para este trabalho foi utilizada uma abordagem dedutiva, qualitativa e quantitativa.

Quanto ao tratamento de dados pode ser considerada dedutiva, pois se partiu de uma generalização para um estudo específico das particularidades da empresa. A partir da consulta das obras publicadas na literatura, buscou-se aprofundar os conhecimentos e conceitos, conhecer e entender a realidade da empresa em estudo.

Conforme Lovato (2013, p.41), “a abordagem qualitativa apresenta conclusões descritivas, que não resultam da coleta de dados numéricos e análise estatística”. Esta abordagem é utilizada para compreender profundamente um fenômeno. O procedimento qualitativo descreve a complexidade de um determinado problema, faz as análises de maneira correta, apresenta contribuições, observa se houve formação de opiniões de determinados grupos e permite maior profundidade, a interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos.

### **2.2 GERAÇÃO DE DADOS**

O plano de geração de dados é dividido em duas técnicas a geração de dados direta ou indireta. A documentação direta para Marconi e Lakatos “A documentação direta constitui-se, em geral, no levantamento de dados no próprio local onde os fenômenos ocorrem.” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p.169). No presente trabalho foram utilizadas informações coletadas de fontes bibliográficas, artigos científicos, dissertações e arquivos públicos via meio eletrônico.

Quanto aos métodos de procedimento, Lakatos e Marconi (2001, p.107), afirmam que os mesmos se constituem de técnicas que, pelo uso mais abrangente, se erigiram em métodos. Os procedimentos adotados para este trabalho foram o descritivo e o estudo de caso.

Neste estudo a pesquisa descritiva foi utilizada para registrar de modo que detalhe o modelo de gestão que a empresa utiliza, evidenciando os parâmetros financeiros (planejamento e controles financeiros e lucratividade e indicadores financeiros), ações de geração e acompanhamento de planejamento estratégico orçamentário e tributário.

Este trabalho é caracterizado como um estudo de caso, pois teve como ênfase a realidade da indústria moveleira, identificando a atual estruturada administrativa na empresa e quais ações a mesma desenvolve, através de visitas in loco, entrevistas e posteriormente sugeriram-se melhorias e coordenação da implantação de uma contabilidade mais próxima da gestão.

A coleta de dados deste trabalho foi realizada através do acompanhamento diário dos processos de gestão da empresa em estudo e a partir destes dados verificados a existência de oportunidades de melhorias para a organização.

Nesse estudo utilizou-se a técnica de entrevista, visitas na empresa e agendamento reuniões com os diretores, gerentes de produção, colaboradores e envolvidos no departamento fiscal contábil da empresa e assessores contábeis externos, tendo como objetivo básico a coleta de dados e para que desta forma tenham uma visão geral do problema pesquisado. Realizou-se a pesquisa documental, através de buscas por informações em registros já existentes na

organização, através da solicitação e acesso aos balanços, balancetes, lançamentos de movimento de caixa, relatórios e por registros do sistema.

Para o autor Lima (2004, p.112), a pesquisa bibliográfica é uma das mais importantes fontes de dados, por ser indispensável quando se trata de levantamento de dados de dimensões históricas da realidade. A pesquisa bibliográfica se realizou através de buscas em obras impressas e virtuais (livros, artigos, monografias) e serviram de base para definir os elementos variáveis que servirão de base para construir os elementos de avaliação, construção e geração de conhecimento da acadêmica.

### 2.3 INTERPRETAÇÃO DE DADOS

A interpretação de dados é a atividade de transformar um conjunto de dados com o objetivo de poder verificá-los melhor dando-lhes ao mesmo tempo uma razão de ser e uma análise racional.

A técnica empregada para a análise dos dados quantitativos foi o uso de tabelas e gráficos, com a utilização do Microsoft Office Excel e demais programas disponíveis pela indústria em estudo. Para Berelson apud Campos “[...]a análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa que visa uma descrição do conteúdo manifesto de comunicação de maneira objetiva, sistemática e quantitativa.” (BERELSON apud CAMPOS, 2004, p. 02).

Neste estudo a análise de conteúdo foi aplicada para identificar o modelo de gestão da empresa e suas características, posicionamento de mercado e postura financeira. Também através da análise de conteúdo, que foi possível desenvolver os indicadores que melhor se adequam a realidade e necessidade da empresa, auxiliando os diretores nas tomadas de decisões mais assertivas. Da mesma forma foi necessária para analisar os resultados encontrados e identificar possíveis oportunidades de melhorias.

## 3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS



Neste capítulo apresentam-se os dados, análise e proposições realizadas a partir das informações obtidas na empresa. A apresentação dos dados e análise objetivou evidenciar os resultados quanto a caracterização e histórico da empresa e identificação do modelo de gestão bem como sua estrutura organizacional.

### 3.1 CARACTERIZAÇÃO E HISTÓRICO DA EMPRESA

Fundada em junho de 2000, a empresa iniciou suas atividades fabricando móveis para cozinha em fibras de média densidade (MDF) e ótima qualidade; sua marca está na capacitação dos seus profissionais, na implantação de novas tecnologias, na otimização dos recursos, no compromisso com a sustentabilidade e no aperfeiçoamento constante de todos seus processos. Destaca-se comportamento empreendedor, inovador, aliado as novas tecnologias tanto que, em sua história a cada ano, foram concentrados investimentos para ampliação do parque fabril, aquisição de máquinas e aprimoramento tecnológico.

### 3.2 MODELO DE GESTÃO DA EMPRESA

O modelo de gestão destaca-se por uma estrutura organizacional composta pelos departamentos de gestão de pessoas, departamento financeiro, departamento contábil e fiscal, departamento comercial e departamento de operações produtivas.

O Planejamento Estratégico é desempenhado pela direção, de modo a elencar o futuro da empresa. O negócio se define pela busca de “Soluções em mobiliário”, a visão está direcionada a “Estar entre as marcas que mais crescem no setor moveleiro” e a missão é “Oferecer soluções inovadoras para o bem estar das pessoas exigentes, com excelência, através de nossas mentes de obra.”, sendo que estas diretrizes se encontram dispostas em mural de forma a informar

os colaboradores e seus visitantes, ao entrarem na empresa e são reforçados durante as qualificações efetuadas com os colaboradores.

A empresa possui uma grande variedade de produtos, divididos em linha planejada e seriada. Dentro da linha seriada encontram-se os segmentos de móveis de cozinhas e seus complementos e móveis de gabinetes de banheiros. Esta variedade de produtos faz com que a empresa mantenha um estoque regulador e produção diferenciados para cada linha.

### 3.3 CONTÁBIL E FISCAL

Quanto a constituição caracteriza-se por ser uma empresa de responsabilidade limitada, de capital fechado, em seu quadro social os sócios possuem quotas de igual valor; para fins de apuração do ICMS esta enquadrada na modalidade geral; na esfera federal está obrigada a apuração pelo Lucro Real, fato que restringe suas possibilidades de planejamento tributário.

A empresa conta com assessoria contábil e fiscal externa, com possibilidade de acesso remoto ao sistema de Gestão da empresa. As conferências são realizadas semanalmente e as equipes internas e externas trabalham de forma conjunta para o melhor andamento e atendimento dos prazos estabelecidos.

Auditórias internas e frequentes de estoques, de procedimentos fiscais, de créditos tributários bem como, de clientes e fornecedores são elaboradas pela equipe contábil e fiscal no intuito, de assegurar melhor desempenho, maior eficiência e otimizar resultados; a utilização de sistema Promob, adotado pela empresa, permite a geração dos arquivos de obrigações acessórias, como o SPED Fiscal e Contribuições, facilitando o processo de entrega; procedimentos de conferências e controles estão plenamente incorporados a cultura de trabalho da empresa.

Cálculos e apuração de folha de pagamento são realizados externamente pelo Contabilidade, os lançamentos e registros mensais são lançados de forma manual dentro do módulo financeiro e no módulo contábil. A cada início de mês

o departamento de RH da empresa realiza o fechamento das horas do cartão ponto e envia as informações ao escritório.

### **3.3.1 Financeiro**

O departamento financeiro assume a responsabilidade de controlar de maneira eficaz as finanças da empresa, avaliando a viabilidade de investimentos, planejando os gastos, controlando as contas a pagar e receber, controlando os gastos com estoques e validando ou não a liberação de créditos para os clientes da empresa.

Constatou-se que o departamento financeiro acompanha diariamente os pagamentos dos clientes e as inadimplências; identificados atrasos de imediato, realiza-se um primeiro contato efetuado pelo departamento financeiro, que conduz as negociações até o pleno recebimento, não havendo êxito na cobrança o departamento monta o processo e encaminha a assessoria jurídica externa para realizar a cobrança.

As contas a pagar, são organizadas diariamente conforme as datas de vencimento. Os pagamentos a fornecedores, prestadores de serviços, impostos, folha de pagamento, são efetuados em instituições financeiras nas quais a empresa trabalha e em seguida lançados no sistema de gestão da empresa.

O departamento financeiro trabalha de forma integrada ao departamento de compras, acompanhando os volumes de compras, que é de extrema importância, pois os estoques devem estar bem alinhados, ou seja, sem exageros e da mesma forma, não insuficiente. Havendo desequilíbrio nos estoques com produtos acima do necessário, ocorre a diminuição do fluxo de caixa e a falta de matérias-primas afeta a produtividade e diretamente o cliente por não receber no prazo os seus pedidos.

Verificou-se que a empresa trabalha com capital de giro próprio, porém se utiliza apenas de recursos financeiros em bancos quando realiza investimentos em máquinas e equipamentos de altos valores.

### 3.3.2 Faturamento

Dentro da estrutura organizacional o departamento de faturamento é responsável pelas atividades de acompanhamento das cargas, faturamentos dos pedidos, emissão dos boletos bancários (os quais são anexados junto as notas fiscais de saída), separação dos pedidos e triplicatas respectivas (para controle e arquivamento).

A emissão das Notas Fiscais é feita em conjunto com o setor de expedição, assim conforme a equipe de conferência e carregamento vai finalizando os pedidos, estes são liberados para o departamento de fatura e é feita a conferência dos dados fiscais e de produtos e é realizada seu faturamento. Logo após a emissão da nota o departamento realiza a geração dos boletos de cobrança bancária e estes são anexados a nota fiscal e enviados para endereço eletrônico do cliente.

## 4 MENSURAÇÃO DOS RESULTADOS APLICADOS E SUAS EVIDÊNCIAS

Atualmente o departamento Contábil e Fiscal preza por atender os fechamentos de balanço até o dia 15 do mês subsequente a empresa conta com informações fidedignas de sua realidade e em tempo de analisar e considerar as mudanças de mediante cenários apresentados (econômico, financeiro e comercial).

Com a implementação de um sistema próprio possibilitou-se ao departamento contábil e fiscal a apresentação mensal para a diretoria do Balanço Patrimonial, a DRE e um relatório com 59 indicadores que auxiliam significativamente a tomada de decisões, inclusive em nível operacional.

Certamente o resultado mais expressivo, do ponto de vista monetário, para os investimentos efetuados resultou na possibilidade da análise de uma melhor gestão tributária, em relação ao ano calendário de 2020, percebeu-se a possibilidade de migrar para um regime de tributação de suspensão ou redução para apuração do Lucro Real, possibilitando uma redução significativa da carga

tributária, de forma lícita. A sazonalidade de resultados, identificada, com tendência de prejuízos nos primeiros meses de cada ano, pela opção antiga não possibilitava a compensação ou acúmulo destes resultados para amortização posterior, desde que no mesmo exercício fiscal.

Todo processo de aproximação da contabilidade e gestão, proporcionou um amadurecimento na tomada de decisões da empresa, de forma a impactarem positivamente os resultados da empresa, que resultaram uma lucratividade superior àquela apurada em anos anteriores.

## CONCLUSÃO

A competição globalizada impõe desafios de efficientização a qualquer gestor organizacional; na empresa contemplada com o estudo as informações sempre foram consideradas como uma base importante para a tomada de decisões, porém os gestores perceberam que em algumas situações ao serem obtidas algumas delas já estavam obsoletas, não condiziam a atual realidade vivenciada pela empresa, assim não possuíam, em algumas situações evidenciando que decisões anteriores foram equivocadas. Diante desta realidade, surgiu a proposta de implantação de um sistema de contabilidade interna. Com o objetivo de aproximar contabilidade e gestão, possibilitando obter também relatórios gerenciais, que visam prover os diretores, informações baseadas em dados concretos para que os gestores possam pautar suas decisões em informações sólidas e precisas.

O relatório de acompanhamento mensal trouxe aos sócios e diretores uma gama de informações gerenciais e de indicadores de gestão, até então desconhecidos pela organização. Tratasse de processo de evolução constante que ainda pode ser aprimorado, com a melhoria e novos indicadores, visando subsidiar da melhor forma possível às tomadas de decisões, sendo estas pautadas em dados concretos e reais. O que foi proposto até o momento, pode ser considerado um grande avanço para a empresa, pois anteriormente as decisões eram tomadas de forma empírica e sem dados concretos e fidedignos.

Destaca-se a importância de se manter procedimentos fiscais e contábeis sendo executados dentro do próprio estabelecimento por profissionais do quadro próprio, sob orientação e monitoramento constante do responsável técnico e contábil, uma vez que com estas práticas é possível assegurar o cumprimento dos prazos, alimentar a base de dados própria, de modo a obter tanto informações financeiras e composição de indicadores de forma imediata.

Foram atingidos os objetivos da pesquisa que consistiam em promover a implantação da contabilidade voltada a auxiliar na tomada de decisões gerenciais, auxiliando no levantamento dos custos, índices de rentabilidade, ponto de equilíbrio, entre outras informações, assim como a desenvolver ferramentas ou controles gerenciais a fim de facilitar ao gestor na tomada de decisão.

A problemática proposta na pesquisa foi plenamente abordada durante a realização da pesquisa, restando como solução a afirmativa de que sim, a contabilidade pode e deve ser considerada como uma ferramenta importante do gestor na tomada de decisões. Tomando como base os dados apurados neste estudo, evidenciamos que as ações propostas pela gestão e implementadas em toda estrutura organizacional da empresa, com uma ênfase maior para a contabilidade e seus relatórios gerenciais resultaram em um suporte muito mais sólido e seguro para a tomada de decisão por parte dos diretores.

Ao concluir o trabalho cabe lembrar que as expectativas síncronas e alinhadas entre a proposta do estudo acadêmico e as expectativas da empresa; iniciaram-se em 2018 quando se deu início ao processo de pesquisa e investigação para otimização dos departamentos contábil e fiscal, os primeiros resultados já expressivos, puderam ser visualizados nos estudos acadêmicos e resta como perspectiva e desafio para o futuro, a busca constante pelo conhecimento e a ousadia de sua implementação.

## REFERÊNCIAS

CAMPOS, Vicente Falconi. **TQC**: controle de qualidade total (no estilo japonês). 3.ed. Belo Horizonte, MG: Fundação Christiano Ottoni, Escola de



Engenharia da UFMG, 1992. Disponível em:

<<http://ufmg.br/Textos/ENTAC%202004%20Ohashi.PDF>. Acesso em: 14 jun. 2020.

FIGUEIREDO, Sandra; CAGGIANO, Paulo Cesar. **Controladoria: teoria e prática**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HENRIQUE, Marco Antonio. **A Importância da Contabilidade Gerencial Para Micro e Pequena Empresa**. São Paulo: Thomson Learning, 2008.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. 10. ed. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. 1986. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 1.ed. São Paulo: Atlas

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. 2010. **Fundamentos da Metodologia/** Maria de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. 7.ed.-São Paulo: Atlas. ISBN: 978-85-224-5758-8.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. 2012. **Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório publicações e trabalhos científicos/** Maria de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 7. ed.- reimpr. - São Paulo: Atlas, 2012. ISBN: 978-85-224-4878-4.

LIMA, Manolita Correa. **Monografia a Engenharia da Produção Acadêmica**. São Paulo:Saraiva, 2004.

LONGENECKER, Justin G [et al]. **Administração de Pequenas Empresas**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MARION, José Carlos. **Monografia para Cursos de Administração, Contabilidade e Economia**. São Paulo: Atlas, 2002.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. 2004. **Introdução à Administração**. São Paulo: Atlas. ISBN 85-224-3627-4.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Geral Fácil**. 3. ed. São Paulo: Saraiva 2002.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.



11 e 12 de nov. de 2021  
ISBN: 2177-1103.

ROBBINS, S.P.2000. **Administração**: mudanças e perspectivas. (Tradução Sid Kniple Moreira) - São Paulo: Saraiva. ISBN 85-02-03009-4. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ram/v15n5/05.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

SILVA, Daniel Salgueiro. **Manual de Procedimentos Contábeis para Micro e Pequenas Empresas**. 5. ed. Brasília: CFC: Sebrae, 2002.

## CRIPTOMOEDAS: UMA VISÃO GERAL

Bruna Gabrieli Rodrigues<sup>1</sup>  
Daniel Augusto Hubner<sup>2</sup>  
Michel Weyh<sup>3</sup>  
Natália Scharb<sup>4</sup>  
Darlan Rodrigo Abegg<sup>5</sup>

### RESUMO

Criptomoedas são moedas digitais descentralizadas, criadas a partir de sistemas avançados de criptografia. Nos últimos anos, as criptomoedas vem aparecendo com maior frequência na mídia mundial, principalmente por conta da alta volatilidade do *Bitcoin*, a primeira moeda digital. Assim, o tema do presente trabalho versa sobre uma visão geral acerca das criptomoedas e, realizou-se nos meses de setembro e outubro de 2021. O trabalho teve por objetivo geral, analisar a utilização das criptomoedas na sociedade contemporânea. Abordou-se no referencial teórico sobre as moedas e criptomoedas, explicando os principais motivos da criação das criptomoedas e sua finalidade, posteriormente dissertou-se sobre o *Bitcoin* e sua rede *blockchain*, sendo esta, um sistema de registro de movimentações. Também abordou-se os desafios para regulação das criptomoedas, citando as normativas existentes no Brasil, e por fim, apresentou-se as criptomoedas no mundo 4.0. O trabalho é um estudo bibliográfico e documental, com tratamento qualitativo dos dados e fins explicativos. Quanto aos resultados obtidos, identificou-se várias vantagens das criptomoedas tais como a segurança, o alcance, a agilidade e independência de terceiros, que pesam bem mais em relação a principal desvantagem que é a alta volatilidade. A partir disso concluiu-se que o utilização das criptomoedas em transações é viável, apesar de precisar de regulamentação não somente da Receita Federal, como também do Banco Central do Brasil.

Palavras-chave: Criptomoedas – Bitcoin – Blockchain.

---

1 Acadêmica do Curso de Administração – 6º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. Santa Rosa, Brasil. E-mail: brunagabrielirodrigues@gmail.com.

2 Acadêmico do Curso de Administração – 5º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. Santa Rosa, Brasil. E-mail: danielhubner@outlook.com.br

3 Acadêmico do Curso de Administração – 6º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. Santa Rosa, Brasil. E-mail: michel\_weyh@hotmail.com.

4 Acadêmica do Curso de Administração – 3º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. Santa Rosa, Brasil. E-mail: natalia.scharb@gmail.com.

5 Mestre em Matemática. Orientador. Professor do curso de Administração e Ciências Contábeis. Santa Rosa, Brasil. Faculdades Integradas Machado de Assis. E-mail: darlan.abegg@hotmail.com.

## INTRODUÇÃO

Vive-se em um tempo marcado pela evolução das tecnologias. Os avanços dos sistemas de informática e comunicação, assim como a internet, permitiram a criação de moedas digitais desregulamentadas e descentralizadas. As criptomoedas são assim denominadas porque sua viabilização ocorre a partir de métodos criptográficos, ou seja, de um conjunto de técnicas que permitem proteger dados transmitidos e armazenados.

O amplo debate suscitado pelas criptomoedas, especialmente o *Bitcoin*, envolve desde a caracterização de sua natureza e das transformações que provocam na estrutura do sistema financeiro, as vantagens e desvantagens do seu uso em transações, até os desafios para a regulação financeira. Nesse sentido, o tema do presente artigo, faz uma abordagem geral sobre as criptomoedas.

A delimitação temática está pautada na compreensão das criptomoedas na sociedade contemporânea, se elas são realmente seguras, quais as vantagens e desvantagens ao comprar ou investir em criptomoedas. Assim, busca-se responder a seguinte pergunta de pesquisa: Em que pese à evolução digital atualmente existente em nossa sociedade, de que forma as criptomoedas podem ser usadas na sociedade contemporânea?

Na busca de informações para a solução do problema apresentado, temos que, embora estejamos inseridos em uma realidade digital, quando o assunto é criptomoedas há muita desconfiança sobre vários aspectos. No que tange ao aspecto de segurança, as criptomoedas são criadas em uma rede *blockchain* a partir de sistemas avançados de criptografia que protegem as transações, suas informações e os dados de quem transaciona. Referente a alta volatilidade, o *Bitcoin*, por exemplo, como qualquer outra moeda, sofre variações diárias, segue a lei de oferta e demanda e é alvo de especulações. Por isso, mais do que uma moeda para transações do dia-a-dia, o *Bitcoin*, assim como outras criptomoedas, passou a ser visto como uma forma de investimento.

O objetivo desse artigo é estudar as criptomoedas e analisar a sua utilização na sociedade contemporânea. Para tanto, pretende-se analisar o seu conceito, a finalidade de uma criptomoeda, entender o que é criptografia, qual a relação entre o *Bitcoin* e a rede *blockchain*, como as criptomoedas podem ser usadas em transações e ou investimentos, e as normativas existentes, em contraponto aos desafios para a sua regulação no Brasil.

O estudo se justifica pelo fato de conter extrema relevância no contexto mundial. Apesar de alguns países já aceitarem o *Bitcoin* como forma de pagamento e alguns outros recentemente adotarem o *Bitcoin* como moeda local, a sua alta volatilidade e a descentralização, ainda causam dúvidas e receios em governos de diversos países que, em alguns casos chegam a considerá-lo ilegal como é o caso da China, em contraste, por exemplo, com o governo americano que recentemente, através da Comissão de Valores Mobiliários (SEC, na sigla em inglês), autorizou a emissão de *Exchange Traded Funds* (ETF), fundos de investimentos em contratos futuros de criptomoedas.

Assim, pretende-se analisar as vantagens e desvantagens da utilização das criptomoedas, discutindo tanto as normativas existentes no Brasil, assim como os projetos de lei que estão em andamento. Nesse sentido, se explica no presente artigo qual o impacto das criptomoedas no mundo 4.0.

Portanto, entende-se ser o estudo de grande importância para toda a sociedade, para o setor financeiro, bem como para a ampliação do conhecimento no meio acadêmico, visto tratar-se de assunto contemporâneo. O tema chama a atenção dos autores, em razão das incertezas em relação as criptomoedas, mas também em relação as facilidades que as transações com criptomoedas podem resultar.

A pesquisa deste artigo classifica-se como uma pesquisa de cunho teórico, pois faz uma revisão bibliográfica dos conceitos e opiniões de autores. Trata-se, igualmente de uma pesquisa documental, uma vez que se apropria de documentos de órgãos públicos, tais como as normativas da Receita Federal do Brasil.

A análise trata qualitativamente os dados coletados, de forma explicativa. Quanto aos procedimentos técnicos, o estudo será de cunho bibliográfico e documental, buscando-se o estudo e o levantamento de materiais, tais como livros, artigos e *E-books* que versem sobre o assunto que vem a ser tratado no artigo. Por fim, a investigação dos dados se dará por meio de documentação indireta.

## 1 MOEDAS E CRIPTOMOEDAS

A moeda vem evoluindo ao longo do tempo. Nas civilizações antigas, na medida em que aumentavam as transações comerciais, algumas mercadorias começaram a fazer papel de moeda e como não haviam valores para os produtos ou serviços, algumas trocas começaram a ficar injustas. Desse modo, algumas mercadorias passaram a servir como referência para algumas trocas (PERAZZOLI, 2010).

Com o desenvolvimento das civilizações antigas em meios de transporte, as trocas se intensificaram e povos de diferentes cidades precisavam realizar transações comerciais e precisou-se estabelecer um padrão de moedas. Desse modo, as moedas precisavam ser um material durável e de um tamanho pequeno para facilitar o seu transporte.

Na maior parte das grandes economias que usavam moedas, o cobre, a prata e o ouro formavam três níveis de moedas. Essas moedas, onde era inscrito seu valor, eram marcadas, também, com os nomes, desenhos ou legendas dos governantes que as faziam circular em seus domínios (BANCO DE CABO VERDE, 2015).

Na China, desenvolveu-se o papel moeda, as vantagens eram inúmeras: ele reduzia o transporte de ouro e prata, e assim diminuía os riscos, tornava o empréstimo de ouro e prata mais fácil, também possibilitava a venda de ações de empresas de capital aberto e o resgate dessas ações em papel. No entanto, haviam desvantagens, não existia nada que impedisse as autoridades de imprimirem mais notas do que eles tinham em espécie, como ele aumentava a



oferta monetária, ele também aumentava as pressões inflacionárias. Na sociedade moderna, na maioria dos casos, cada banco central possui o monopólio sobre a oferta e produção de sua própria moeda.

Segundo Nunes (2016), a moeda precisa desempenhar três funcionalidades básicas, sendo elas: meio de troca, unidade de troca e reserva de valor. A moeda como meio de troca, possui a capacidade necessária para ser usada como meio de pagamento para compras de bens ou serviços, a unidade de conta é utilizada para medir o valor das coisas e a reserva de valor é utilizada para guardar o dinheiro para ser utilizado futuramente.

Com o surgimento da *internet*, juntamente com a evolução tecnológica, criou-se uma forma de moeda que não tinha forma física, essa moeda era totalmente virtual e recebeu o nome de criptomoeda. As criptomoedas são moedas digitais, ativos financeiros que se assemelham a forma física de dinheiro, ficam em bancos eletrônicos, não dependem de um banco ou país, ou seja, são descentralizadas e possuem a finalidade de comprar produtos e serviços, suas transações são exclusivamente *online* e direta entre as duas partes envolvidas.

No ano de 2008, a crise econômica causada no mercado de crédito imobiliário causou caos no sistema financeiro dos Estados Unidos. Essa bolha imobiliária que desencadeou uma crise econômica mundial, aconteceu diante dos olhos do *Federal Reserve* e ascendeu o ceticismo sobre a atuação dos Bancos Centrais e de outras autoridades do mundo financeiro. Foi daí que surgiu a ideia de criar uma moeda que não seja regulada ou custodiada por qualquer instituição monetária de Estado. A ideia é atribuída à Satoshi Nakamoto, considerado pai das criptomoedas.

Assim, as criptomoedas são moedas que existem em um plano virtual, são criptografadas e seu principal atrativo é a privacidade, segurança e a descentralização. A criptomoeda é um ativo digital, emitido de forma descentralizada, intitulada em um livro razão, chamado *blockchain*. Além disso, elas carregam tecnologia criptográfica para garantir a validade de cada transação o que garante a integridade da mesma (STELLA, 2017).

As criptomoedas ou moedas virtuais, se revelaram como uma revolução financeira de grande importância. Stella (2020), menciona que as criptomoedas procuram proporcionar uma criação monetária independente dos bancos e autoridades monetárias. De acordo com Gomes (2020), podemos afirmar que moeda digital é um tipo de ativo que proporciona, de diversas formas, a circulação de valor por meio eletrônico (de forma intangível) ou via internet.

A tecnologia, na qual se fazem todos os registros de circulação de criptomoedas se chama *blockchain*, que é um livro razão digital, onde as transações em moedas virtuais são registradas, monitoradas e rastreadas. Essa tecnologia é colaborativa, onde os mineradores, que são intermediadores, usando computadores e internet, resolvem problemas de criptografia.

Atualmente existem milhares de criptomoedas em circulação no mundo, a principal delas, com a maior capitalização de mercado, é o *Bitcoin (BTC)*, da qual se falará especificamente na próxima seção.

A segunda maior criptomoeda em valor de mercado é o *Ethereum (ETH)*, de acordo com site *Infomoney (infomoney.com.br)*, criado em 2016 o ETH, é uma plataforma descentralizada focada na execução de contratos inteligentes, o protocolo *Ethereum* também se utiliza do *blockchain* para validar as transações. Já o *Tether (USDT)* é uma *stablecoin* (criptomoeda com lastro em uma moeda física) lançada em 2014 com uma proposta de paridade com o dólar dos Estados Unidos.

A *Cardano (ADA)* é uma plataforma criada em 2015 por Charles Hoskinson, co-fundador da *Ethereum*, e possui um projeto bastante ambicioso. De acordo com site *Infomoney (infomoney.com.br)*, sua intenção é unir as melhores características e funcionalidades de todas as criptomoedas existentes no mundo, resolvendo problemas e oferecendo novas soluções para as moedas digitais.

Entre as principais criptomoedas do mundo, ainda se pode mencionar a *Binance Coin (BNB)*, criptomoeda lançada para uso dentro de uma *exchange*, a *Solana (SOL)* e *Dogecoin*, também conhecida como moeda “meme” que ganhou fama após declarações do CEO da Tesla (empresa de tecnologia), Elon Musk.

Assim, após breve demonstração e conceituação das criptomoedas existentes, a partir da próxima seção falar-se-á especificamente da primeira criptomoeda e da mais conhecida mundialmente, o *Bitcoin*.

## 2 BITCOIN E BLOCKCHAIN

O *Bitcoin*, como já mencionado, fora criado por Satoshi Nakamoto, pseudônimo para um programador, sendo mencionado pela primeira vez em um Fórum Virtual: “*Bitcoin: a Peer-to-Peer Electronic Cash System*”, em português “Bitcoin: Um Sistema de Dinheiro Eletrônico”. Publicado em outubro de 2008, nesse documento, Nakamoto explicava como a rede funciona e como utilizá-la, porém, a criptomoeda teve seu acesso liberado ao público somente em janeiro de 2009.

A criação da criptomoeda se deu em meio a uma crise internacional de credibilidade dos bancos, assim Nakamoto apresenta a primeira moeda que independia de mediação de terceiros. O *Bitcoin* surgiu com o propósito de ser uma moeda virtual e descentralizada, de modo que as pessoas ficassem menos dependentes de instituições financeiras para realizar suas transações econômicas (NAKAMOTO, 2008).

O *Bitcoin* é protegido por criptografia, existindo exclusivamente na forma digital, cujas operações realizadas são armazenadas por uma rede de computadores. Todas as operações feitas com o *Bitcoin*, são agrupadas em blocos, onde cada bloco, após ser verificado na rede, se conecta ao anterior, formando uma cadeia de blocos, conhecida como *blockchain*.

A *blockchain* é um sistema de registro de movimentações, um livro razão digital, onde todos os participantes da rede podem confirmar a legitimidade de uma transação. Segundo Ulrich:

Trata-se de um banco de dados público onde consta o histórico de todas as operações realizadas com cada unidade de Bitcoin. Cada nova transação é verificada contra o blockchain, para assegurar que os mesmos Bitcoins não tenham sido previamente usados por outra pessoa. (ULRICH, 2014, p. 54).

Segundo a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o funcionamento da criptomoeda se baseia em uma tecnologia de registro descentralizado, distribuído em uma rede ponto a ponto (*Peer-to-Peer*) de computadores espalhados ao redor do mundo. De acordo com Banco do Brasil, *Peer-to-peer* é uma arquitetura de redes de computadores em que cada um dos pontos ou “nós” da rede, funciona tanto como cliente quanto como servidor, permitindo o compartilhamento de serviços e dados sem a necessidade de um servidor central. Portanto as transações do *Bitcoin* são feitas de forma direta, de pessoa para pessoa, sem precisar um terceiro intermediário (CVM, 2018).

Para criar um novo *Bitcoin* é preciso resolver problemas matemáticos, chamados de “nós”, que se tornam cada vez mais difíceis à medida que cada *Bitcoin* é minerado. As pessoas que fornecem a capacidade de processamento de seus computadores para a resolução dos “nós”, são chamados de mineradores. Sendo recompensados em bitcoin a cada resolução. De acordo com Ulrich:

O processo de “nascimento” do bitcoin é chamado de mineração. Este é um processo em que os computadores mineradores conectados à rede Bitcoin competem entre si para resolver cálculos matemáticos. Quem ganha, valida um bloco de transações na rede e recebe uma fração da moeda que foi criada no processo (ULRICH, 2014, p. 56).

Em seu artigo, Nakamoto estabeleceu que haverá no máximo 21 milhões de *Bitcoins* em circulação. De acordo com o jornal inglês *The Economist* (*economist.com*) até setembro 2021 quase 19 milhões foram minerados. Segundo Ulrich, uma vez que o último *Bitcoin* for minerado, os mineradores serão recompensados com taxas de serviço, em vez de novos *Bitcoins*. Isso garante que os mineradores ainda tenham um incentivo de manter a rede operando após a extração do último *Bitcoin*.

Por ser limitado, a escassez do Bitcoin colabora para a valorização da moeda, assim como acontece com o ouro e outros minérios não abundantes no planeta. Daí outro motivo pelo nome “minerador” para quem atua procurando por Bitcoins na rede. (ULRICH, 2014, p. 58).

Para receber e armazenar os *Bitcoins* é preciso possuir uma espécie de carteira, as mais comuns são: carteiras online e carteira de *hardware*. Uma carteira de *hardware* é um dispositivo físico eletrônico, que precisa estar conectado ao computador, celular ou *tablet* para que os *Bitcoins* possam ser transacionados. Já as carteiras *web* armazenam as chaves privadas on-line, onde a carteira é criptografada por uma senha escolhida pelo usuário (TUWINER, 2018).

O investimento em *Bitcoin*, pode ser feito a partir da compra de uma fração da criptomoeda, pois o *Bitcoin* é repartido em 100 milhões de partes, denominadas *Satoshis*. E para isso você tem diferentes meios para aplicar o seu dinheiro, um deles é por intermédio de uma corretora, também já existem *startups* que funcionam como um banco digital. Outra forma de investir é aplicando no Brasil Bolsa Balcão (B3), através de ETFs, atualmente existem cinco, todos eles baseados em criptomoedas, o HASH11, BITH11, QBTC11, QETH11 e ETHE11.

O *Bitcoin* vem ganhando cada vez mais espaço no mercado devido às várias vantagens que apresenta. Mas é claro que, como não podia deixar de ser, também há desvantagens que precisam ser avaliadas, no que se refere a segurança. Segundo Nakamoto:

Todas as transações são vistas pelos participantes da rede, as transações são verificadas e nenhum dos membros da rede pode fazer alterações depois de seu registro na Blockchain. A irreversibilidade do processo impede fraudes e protege os usuários (NAKAMOTO, 2008, p. 43).

Algo que atrai muitas pessoas é a questão da descentralização. Já que entidades bancárias ou governamentais não regulam o serviço, não é necessário que as criptomoedas passem por intermediários para concretizar um pagamento.

A criação do *Bitcoin* foi pensada justamente para dar mais liberdade às transações em dinheiro. As transferências de valores usando *Bitcoin* podem ser feitas de qualquer lugar do mundo, a qualquer hora, não importando se é feriado ou fim de semana.

Importante considerar, que por ser uma moeda digital, tem-se a durabilidade, pois as criptomoedas, entre elas o *Bitcoin*, não sofrem alteração espacial ou temporal. Sobre a proteção da identidade, segundo a Comissão de Valores Mobiliários:

A propriedade desses ativos virtuais não é verificada pela comprovação da identidade de seu detentor, mas sim por uma senha secreta que, por meio de técnicas de criptografia a, permite que as transações sejam realizadas de forma quase anônimas, sem que as partes tenham que revelar quaisquer informações que não desejem. (CVM, 2018, p.3)

Também, segundo a CVM educacional temos que:

No que se refere à custódia desses ativos virtuais, os investidores podem ficar expostos a riscos relacionados ao armazenamento de senhas de criptografias e de custódia. Há muitos casos de perda de bitcoins e outros criptoativos em razão do desaparecimento de senhas, ou devido a ataques a carteiras pouco seguras, conforme o tipo de solução adotada para a custódia. (CVM, 2018, p.3).

As crises são cíclicas, ou seja, acontecem de tempos em tempos. Foi assim em 1929, em 2008 e em 2020, cada uma por um motivo diferente. Nesses períodos de instabilidade econômica, é comum as moedas se desvalorizarem. Porém, o *Bitcoin* atua de forma contrária, ganhando valor em tempos difíceis. Por exemplo, em 2020, o ano da pandemia, o *Bitcoin* valorizou exponencialmente.

Também se pode citar como vantagem as baixas taxas de transação internacional. Outra vantagem da criptomoedas, segundo Ulrich, é que:



Uma das características do blockchain do Bitcoin é que ele é imutável. Portanto, as transações que usam o blockchain são irreversíveis e não podem ser alteradas por terceiros, como uma entidade governamental ou uma agência de serviços financeiros. Além disso, não é possível registrar um estorno de Bitcoin enviado a outra pessoa. A única maneira de reverter, por assim dizer, as transações de Bitcoin é fazendo com que o destinatário devolva o Bitcoin original. (ULRICH, 2014, p. 56).

Porém, as criptomoedas possuem desvantagens, entre elas a alta volatilidade do preço, com subidas e descidas de seu valor rapidamente. Outro ponto negativo é a falta de conhecimento da rede, o risco de perda, visto que, se por algum motivo, os arquivos e registros do *Bitcoin* forem corrompidos, o usuário acaba perdendo os seus investimentos.

Por ser descentralizado, o *Bitcoin* não é controlado por órgãos e governos. Isso tem o lado positivo, porém também traz desvantagens, como a falta de supervisão regulatória. Os impostos e leis sobre as criptomoedas mudam de país para país e costumam ser ambíguos ou controversos. A falta de regulamentação, infelizmente, pode levar a fraudes e golpes.

### **3 DESAFIOS PARA REGULAÇÃO**

Em se tratando de regulação de criptomoedas, o assunto é muito complexo, pois como vimos anteriormente, as criptomoedas envolvem algoritmos, cálculos matemáticos e criptografia. Por essa nova concepção de moeda ser muito recente existem poucos avanços sobre a forma mais efetiva de explicar e prosseguir no processo de tributação e a classificação/participação no mercado monetário.

Sobre a temática das criptomoedas, no Brasil, não temos nenhuma regulação que torna as criptomoedas legais (mesmo ela não sendo considerada ilegal), mas há um desejo de regulação. Assim como em alguns países as criptomoedas são consideradas ilegais, como na China, na Bolívia e no Equador, por exemplo.

No Brasil, as criptomoedas não podem ser equiparadas a nenhuma moeda virtual, pois como mencionado acima não são a mesma coisa, tampouco equipará-las a moeda estrangeira pois teria que existir um governo responsável pela sua emissão. Sobre esse contexto, as criptomoedas não são consideradas como moeda corrente em território nacional, pois a emissão da moeda é privativa do Banco Central. Segundo o artigo 164 da Constituição Federal:

Art. 164 - A competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo banco central. § 1º - É vedado ao banco central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira. § 2º - O banco central poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros. (BRASIL, 1988).

As principais influências para o uso das criptomoedas são o controle do governo sobre transações financeiras, crises econômicas e a busca de privacidade de seus usuários. Contudo, atualmente, com a grande valorização, os governos estão buscando regulação desse mercado. No Brasil tramitam projetos de lei para o uso da moeda, como o Projeto de Lei 2.303/2015 do Deputado Aureo, que dispõe sobre a inclusão das moedas virtuais e programas de milhagem aéreas na definição de "arranjos de pagamento" sob a supervisão do Banco Central (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021). E, apensado a esse Projeto de Lei tem-se o Projeto de Lei PL 2.140/2021 do Deputado Alexandre Frota, que determina o prazo de 180 dias para que o Banco Central e os demais órgãos de controle financeiro, regulamentem as transações em moedas virtuais e dá outras providências (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021).

Pela ausência de regulação e com a facilidade de adquirir criptomoeda, não existe nenhum controle de emissão e nenhuma garantia de que ela possa ser oriunda de atividades ilícitas, como não há burocracia não há nenhuma proteção. Mariana Dionísio de Andrade, explica sobre o tema:

O uso de bitcoins desperta o interesse de agências de aplicação da lei, autoridades fiscais e reguladores legais, que tentam entender como as

criptomoedas se encaixam nos modelos de regulação existentes. A legalidade das atividades com bitcoins dependerá do país em que se aplica, na medida em que alguns os reconhecem como moeda corrente, outros como commodities, enquanto outros sequer os reconhecem como modalidade de transação financeira. Trata-se de uma questão contenciosa para os profissionais da área, que enxergam bitcoins como moeda digital na tentativa de controlar seu uso. Assim, surge a pergunta: o uso de bitcoins é legal? A resposta é: depende do reconhecimento de cada país na utilização dessa ferramenta. (ANDRADE, 2017, n.p.).

A regulação das criptomoedas torna-se necessária na medida em que crimes forem vinculados ao pagamento com as mesmas, e esse processo ilícito se tornar comum. Como outra possibilidade, pode-se citar a relação entre o incremento no valor de arrecadação após a fiscalização no cenário tributário desse tipo de “moeda”. Como já citado acima, o Estado e seus órgãos fiscalizatórios já estão observando atentamente as mudanças no cenário que envolve as criptomoedas. Mariana Dionísio de Andrade, fala sobre as partes interessadas na regulação das criptomoedas:

A regulação econômica, por si, e muito embora seja realizada pelas instituições que tentam fornecer segurança para as relações, nem sempre identifica as reais necessidades dos indivíduos regulados. Deveria haver uma relação equilibrada entre benefícios e encargos; entretanto, a realidade fática nem sempre segue esse padrão (ANDRADE, 2017, n.p.).

Enquanto não há uma regulação por parte do Banco Central do Brasil, existe uma instrução normativa da Receita Federal do Brasil (RFB), no que se refere à prestação de informações relativas às operações realizadas com criptomoedas, que é obrigatória segundo a Instrução Normativa da RFB nº 1899, de 10 de julho de 2019.

Segundo o artigo 5º da normativa, considera-se:

Art. 5º. [...]

I - criptoativo: a representação digital de valor denominada em sua própria unidade de conta, cujo preço pode ser expresso em moeda

soberana local ou estrangeira, transacionado eletronicamente com a utilização de criptografia e de tecnologias de registros distribuídos, que pode ser utilizado como forma de investimento, instrumento de transferência de valores ou acesso a serviços, e que não constitui moeda de curso legal; e

II - exchange de criptoativo: a pessoa jurídica, ainda que não financeira, que oferece serviços referentes a operações realizadas com criptoativos, inclusive intermediação, negociação ou custódia, e que pode aceitar quaisquer meios de pagamento, inclusive outros criptoativos. (RFB, 2019).

Também, segundo essa instrução normativa, para fins tributários de declaração de imposto de renda, toda pessoa física e jurídica que realizar quaisquer operações com criptomoedas cujo valor mensal ultrapassar R\$30.000,00, tem a obrigatoriedade de prestar as informações para com a RFB. Importa referir que existem uma série de multas previstas em razão da prestação de informações inexatas, incompletas ou incorretas ou com omissão de informação.

A CVM, no que tange ao assunto criptomoedas, lançou um informativo com potenciais riscos aos usuários e investidores, alertando para fraudes de estelionato e pirâmides financeira. Também se alerta para o risco de liquidez, que é a facilidade com que determinado ativo pode ser convertido em moeda (vendido) a um preço justo. Alerta-se também que quando não regulamentados, mercados apresentam riscos operacionais, assim:

No que se refere à custódia desses ativos virtuais, os investidores podem ficar expostos a riscos relacionados ao armazenamento de senhas de criptografias e de custódia. Há muitos casos de perda de bitcoins e outros criptoativos em razão do desaparecimento de senhas, ou devido a ataques a carteiras pouco seguras, conforme o tipo de solução adotada para a custódia. (CVM,2018, p.4).

Visto isso, se demonstra uma tendência regulatória, por parte das autoridades competentes, mas ainda são vários os desafios para a regulação, pois no Brasil, seria necessário leis e autorizações por parte do Banco Central,

Comissão de Valores Mobiliários, ajustes na normativa da Receita Federal e outras legislações específicas.

#### **4 CRIPTOMOEDAS NO MUNDO 4.0**

A revolução ou indústria 4.0, começou com o desenvolvimento da internet para com as máquinas que aprendem, ou seja, um conjunto de tecnologias que permitem a fusão do mundo físico, digital e biológico. Já é possível perceber muitos desses avanços tecnológicos, desde a automação industrial, a digitalização de informações e comunicação direta entre sistemas, máquinas, produtos e pessoas e chegando agora a tecnologia *blockchain*, que é usada para gerar criptomoedas e tem várias potencialidades.

No Brasil, o governo estuda adotar o *blockchain* como ferramenta de aperfeiçoamento e combate à sonegação de impostos. A tecnologia permitiria autenticar e comparar informações como produção e faturamento, tornando mais simples e rápido o trabalho da Receita Federal.

O governo brasileiro, também está viabilizando através da tecnologia *blockchain* a desburocratização de serviços de registros públicos, segundo Santana (2021), todos os cartórios que estão conectados a plataforma e-notariado do Colégio Notarial Brasil – Conselho Federal (CNB-CF), podem agora reconhecer firma usando a tecnologia *blockchain*, revolucionando um dos serviços mais tradicionais do Brasil.

De acordo com Santana, segundo o Conselho Nacional de Justiça:

No processo virtual, as partes assinam o documento original e o enviam ao cartório pelo correio ou entregam presencialmente na unidade. Posteriormente, o tabelião agenda uma videochamada para confirmar a autenticidade da documentação e os envolvidos assinam um termo de validação usando um certificado digital. Feito isso, o mesmo tabelião atesta a autenticidade das assinaturas, em um sistema de blockchain, e disponibiliza o documento para ser retirado ou enviado pelos correios ao solicitante, conforme a escolha dos consumidores. (SANTANA, 2021, n.p.).

O ambiente do protocolo *blockchain* permite criar uma infinidade de novas instituições (contratos inteligentes) de modo a integrar setores, tais como da Economia, do Direito e da Tecnologia da Informação, dentro do contexto da quarta revolução industrial onde virtual e físico se interconectam.

## CONCLUSÃO

Após todo o estudo, pode-se definir que as criptomoedas são um tipo de dinheiro, com a diferença de serem totalmente digitais, e não serem emitidas, nem controladas por nenhum governo. Embora o *Bitcoin* seja a primeira e a mais conhecida, existem outras criptomoedas, onde a ideia é usar a criptografia e a rede *blockchain* para controlar a emissão e as transações realizadas, funcionando como um livro razão digital e uma tecnologia que faz contratos inteligentes.

Em relação às vantagens e desvantagens, pode-se dizer que as criptomoedas estão ganhando bastante espaço no mundo financeiro, muito mais pelas suas vantagens, tais como a descentralização, liberdade de transição, sendo que elas são mais acessíveis que as moedas fiduciárias, uma vez que são inteiramente digitais. É bem verdade que as criptomoedas ainda são criticadas pela falta de avaliação legislativa, independência do banco, riscos e volatilidade, contudo com a evolução e transformação da economia e sociedade, as criptomoedas são viáveis e capazes de revolucionar o mercado financeiro.

Nessa perspectiva, o artigo demonstrou que as criptomoedas representam uma inovação financeira importante. Portanto, entende-se ser o estudo de grande relevância para toda a sociedade, para o setor financeiro, bem como para a ampliação do conhecimento no meio acadêmico, visto tratar-se de assunto contemporâneo. Em relação ao problema da pesquisa, pode-se dizer que as criptomoedas podem ser usadas com as mesmas finalidades do dinheiro físico no sociedade contemporânea, sendo que as principais funções são servir como meio de troca, para facilitar as transações comerciais, ser reserva de valor, para a preservação do poder de compra no futuro.



A partir disso conclui-se que a utilização das criptomoedas em transações é viável, apesar de necessitar de uma regulamentação, não somente da Receita Federal, como também do Banco Central do Brasil, para que possa ser utilizadas sem receios e de maneira segura.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mariana Dionísio de. **Tratamento Jurídico das Criptomoedas: a dinâmica dos Bitcoins e o crime de lavagem de dinheiro.** *Ver. Bras. Polít. Públicas*, Brasília, DF: v. 7, n. 3, p. 43-59, 2017.

BANCO DE CABO VERDE. **O que é o Dinheiro.** Disponível em: <file:///C:/Users/natal/Desktop/ARTIGO/MOEDA.pdf> Acesso em: 28 de set. de 2021.

BRASIL. Constituição Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília DF: 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 12 set. 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei 2303/2015.** Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1555470>>. Acesso em: 05 set. 2021.

CVM. **Criptoativos.** CMV Educacional. Série Alertas. 2018. Disponível em <[https://www.investidor.gov.br/publicacao/Alertas/alerta\\_CVM\\_CRIPTOATIVOS\\_10052018.pdf](https://www.investidor.gov.br/publicacao/Alertas/alerta_CVM_CRIPTOATIVOS_10052018.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2021.

GOMES, Daniel de Paiva. **Moedas Digitais.** Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/dino/moedas-digitais-moedaseletronicas-moedas-virtuais-e-criptomoedas-sinonimos-ou-terminos-com-significadoproprio,802ab7ee3263ecd7d9ef8d21133cbbf19cjs1sb1.html>>. Acesso em: 13 out. 2021.

NAKAMOTO. Satoshi. 2008. **Bitcoin: a Peer-to-Peer Electronic Cash System.** 2008. Disponível em <<https://bitcoin.org/bitcoin.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2021.

PERAZZOLI, ANDERSON N. **História da Moeda.** Youtube, 3 de abr. de 2010. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=i6pPim5TQLM&t=43s>>

RFB - **Receita Federal do Brasil.** 2007. Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=100592>>. Acesso em: 28 out. 2021.

SANTANA, Wesley. **Cartórios já Permitem Reconhecer Firma pela Internet;** veja como fazer. Disponível em:

<<https://www.cnnbrasil.com.br/business/cartorios-ja-permitem-reconhecer-firma-pela-internet-veja-como-fazer/>>. Acesso em: 28 out. 2021.

STELLA, Julio Cesar. **Moedas Virtuais no Brasil:** como enquadrar as criptomoedas. Revista da Procuradoria-Geral do Banco Central. V. 11. Nº 2. Disponível em:

<<https://revistapgbc.bcb.gov.br/index.php/revista/issue/view/26/A9%20V.11%20-%20N.2>>. Acesso em: 20 out. 2021.

THE ECONOMIST. **Is the Bitcoin Dream Over?** 2021. Disponível em

<<https://www.economist.com/films/2021/06/12/is-the-bitcoin-dream-over>>. Acesso em: 27 out. 2021.

TUWINER, Jordan. **Tipos de Carteira.** Disponível em:

<<https://www.buybitcoinworldwide.com/pt-br/carteiras-bitcoin/>>. Acesso em: 15 out. 2021.

ULRICH, Fernando. **Bitcoin - A Moeda na Era Digital.** 1. ed. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2014.

TOLOTTI, Rodrigo. **Além de Bitcoin e Ethereum:** 5 criptomoedas para ficar de olho. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/guias/criptomoedas/>>.

Acesso em: 27 out. 2021.

## **GESTÃO POR PROPÓSITO E CAPITALISMO CONSCIENTE: O QUE SÃO E QUAIS AS VANTAGENS DE SUA IMPLEMENTAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES?<sup>1</sup>**

Adriane Reginaldo Espíndola<sup>2</sup>  
Evandro Kieffer Moreira<sup>3</sup>  
Berenice Beatriz Rossner Wbatuba<sup>4</sup>

### **RESUMO**

O presente artigo apresenta um constructo teórico que relaciona a gestão por propósito e o capitalismo consciente, que irá mudar o cenário das organizações nas próximas décadas. Primeiramente proposta por Sisodia, Henry e Eckschmidt (2018), milhares de empresas já estão inspiradas por um propósito evolutivo, muito além de apenas maximizarem os lucros. De fato, mais e mais jovens empreendedores estão iniciando negócios com uma profunda intenção de tornar o mundo um lugar melhor e de trazer prosperidade para a humanidade, mudar a forma como pensamos os negócios e conduzimos nossas empresas. Sisodia (2009, 2011) acredita que as empresas praticantes dos quatro princípios do Capitalismo Consciente: propósito maior, orientação para stakeholders, liderança e cultura conscientes, serão mais bem sucedidas que as outras no longo prazo, pois alcançarão sucesso em diversas dimensões da sua atuação, inclusive do ponto de vista financeiro, gerando ao mesmo tempo impactos positivos para a sociedade. Dessa maneira, buscou conceituar a gestão por propósito e o capitalismo consciente, e verificar quais são as vantagens após implementado este novo paradigma de sistema de gestão como um diferencial valorativo e competitivo nas organizações. No que tange à natureza do presente estudo, se classifica como descritivo e exploratório, como método se optou pela revisão de literatura sistemática integrativa, através de uma pesquisa bibliográfica. Conclui-se através do constructo teórico, apresentados nos resultados do presente estudo, que o sistema de gestão por propósito com base no capitalismo consciente, após implementados, apresentam inúmeras vantagens como diferencial valorativo e competitivo para as organizações.

**Palavras-chave:** Gestão por Propósito - Capitalismo Consciente - Organizações.

<sup>1</sup> Artigo desenvolvido na disciplina de gestão estratégica de pessoas do Programa de Pós-Graduação em Gestão Estratégica de Organizações (PPGGEO) da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus Santo Ângelo.

<sup>2</sup> Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, Santo Ângelo, Brasil. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão Estratégica de Organizações – PPGGEO – Mestrado Profissional, Administradora. E-mail: aespindola@sesc-rs.com.br.

<sup>3</sup> Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, Santo Ângelo, Brasil. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Gestão Estratégica de Organizações – PPGGEO – Mestrado Profissional, Gestor de Negócios. E-mail: emoreira@sesc-rs.com.br.

<sup>4</sup> Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, Santo Ângelo, Brasil. Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul - PPGDR/UNISC. Professora Universitária. E-mail: bwbatuba@san.uri.br.

## INTRODUÇÃO

Vivemos em um mundo totalmente pautado em torno do trabalho, e é através dele que nos alimentamos, vestimos, adquirimos bens, e até construímos uma posição social. Porém, ao longo da nossa trajetória como sociedade, fomos ressignificando o seu conceito em nossas vidas; oscilando e divergindo entre uma mera forma de remuneração e geração de renda até um significado mais amplo como a manifestação de nosso propósito como indivíduo.

Atualmente no ambiente de trabalho, independente do segmento, percebe-se trabalhadores desconectados com o propósito do seu trabalho, comentando um com outro, da compensação de horas, do próximo feriado, dos dias de folgas, do próximo final de semana, a pressa de ir embora, de retornar para casa ou de se dirigir a algum lugar que lhes traga algum tipo de satisfação que eles não encontram no trabalho (TRANJAN, 2017).

Hoje temos a chance de descobrir como o nosso trabalho vai fazer a diferença para o outro, criando uma carreira com significado e alcançar uma satisfação profunda no que fazemos. Caso contrário, por mais que nos esforcemos vamos continuar a satisfazer nossos anseios com realizações passageiras. Ou seja, sem uma energia de propósito associada à vida, nada do que produzimos jamais será suficiente para obter sucesso e para ser feliz (CARVALHAL, 2016).

O dono do seu próprio negócio, por usufruir de uma situação privilegiada de poder e autonomia, está mais feliz do que os demais, engana-se. Acredito, ele não vê a hora de chegar as suas férias para concretizar aquela viagem para o exterior, de comprar aquela motocicleta para viajar ao mundo, além de problemas sérios de saúde que no seu árduo cotidiano sem tempero o proporciona. Ambos os trabalhadores, tanto o funcionário como o dono do negócio, possuem em comum entre eles, ausência de propósito (TRANJAN, 2017).

Para Cortella (2015) um modelo de vida não pode levar a um esgotamento, por isso se faz necessário que pessoas tenham distinção entre o

que é essencial e o que é fundamental. O essencial é tudo aquilo que não se pode deixar de ter: felicidade, amorosidade, lealdade, amizade, sexualidade e religiosidade. Já o fundamental é tudo o que te permite fazer chegar ao essencial. Com isso o trabalho torna-se fundamental, desde que ele auxilie a adquirir o que é essencial.

Conforme Cable 2019, o propósito pode ser uma ferramenta poderosa para líderes que desejam inspirar as pessoas para que tragam o seu melhor para o trabalho. Entretanto, a maioria dos líderes concorda que os funcionários não “entendem” o propósito de suas organizações. Isto porque propósito é algo pessoal e emocional. Muitas vezes, é mal gerenciado pelos líderes transacionais que fazem discursos sobre objetivos sociais elevados, em vez de ajudar a colocar os funcionários em contato direto com as pessoas a quem servem. O propósito pode fazer maravilhas com relação às contribuições dos funcionários quando os líderes começam com uma abordagem pessoal, autêntica e contínua.

Moreira (2018) ressalta que um dos principais achados acadêmicos encontrados através da sua pesquisa realizada foi a necessidade de investigações futuras sobre uma abordagem que concilie conceitos do Capitalismo Consciente com base em um propósito maior. Acredita-se que há necessidade de entender como essa união seria concebida e que linhas de pensamento poderiam ser agregadas em um mesmo modelo, com o objetivo de agregar as melhores práticas e gerar impacto exponencial e de longo prazo.

Portanto, considerando a relevância deste estudo realizado por Moreira (2018), o presente trabalho tem como objetivo de conceituar este novo paradigma que é a gestão por propósito e os princípios do capitalismo consciente, e investigar quais são as vantagens após implementado este novo sistema de gestão nas organizações, como um diferencial valorativo e competitivo, como resultado vamos propor um constructo teórico para futuras pesquisas.

## 1 REVISÃO TEÓRICA E DE LITERATURA

Esta seção trata a respeito da fundamentação teórica do presente artigo. A mesma é segmentada em dois tópicos, sendo estes: gestão por propósito e capitalismo consciente.

## 1.1 GESTÃO POR PROPÓSITO

Azevedo (2020), a história do trabalho consiste em uma série de movimentos e rupturas. Atualmente uma nova ruptura começa a se estabelecer, resultado do número crescente de profissionais que atingem o auge corporativo, mas sentem um vazio. Mesmo no emprego dos sonhos, eles se perguntam: para que tudo isso? Gente boa, engajada e capaz é fundamental para ajudar a empresa a crescer. Mas quem são? O que as faz ficar? Nesse contexto de questionamentos entra em cena a Gestão por Propósito.

De acordo com Sisodia, Henry e Eckschmidt (2018), milhares de empresas já estão inspiradas por um propósito evolutivo, muito além de apenas maximizarem os lucros. De fato, mais e mais jovens empreendedores estão iniciando negócios com uma profunda intenção de tornar o mundo um lugar melhor e de trazer prosperidade para a humanidade, mudar a forma como pensamos os negócios e conduzimos nossas empresas.

Cortella (2015) mostra que a obra de uma empresa é atender seu cliente e deixa-lo feliz, é fazer com que os funcionários se sintam bem, construindo um propósito junto com a empresa e que a obra construída seja muito mais ampla que o ganho financeiro que retorna para a empresa ou o salário recebido pelo trabalho, é o propósito que mantém todos os envolvidos inspirados e integrados a uma obra maior. Os autores Mackey e Sisodia (2014) narram que dois são os dias mais importantes de nossas vidas: o dia em que nascemos e o dia em que se descobre por que nascemos, para os autores, essa seria a maior definição de propósito.

Moreira (2018), defende que a figura do líder se torna especialmente importante quando se fala sobre uma evolução do capitalismo, em um cenário em que os desafios são diferentes dos enfrentados até o momento e algumas



habilidades ganham maior importância: focar no longo prazo, ser motivado por um propósito, pensar sistematicamente e trabalhar de forma mais transparente e eficaz nas parcerias. O capitalismo precisa evoluir, e isso requer diferentes tipos de líderes do que já tivemos antes.

Segundo Mackey e Sisodia (2014), não existe um modelo único de líderes conscientes que seja ideal para todas as empresas. Certas características serão individualizadas para cada cenário, no entanto, existem alguns traços comuns aos líderes que são admirados por suas equipes. Os líderes de negócios conscientes costumam ser dedicados ao seu trabalho, têm grande capacidade de demonstrar empatia e carinho, alto nível de autoconhecimento e são pessoas íntegras. São preocupados em impactar de forma positiva o mundo por meio da organização, colaborando para o seu crescimento e para o dos indivíduos que dela fazem parte.

Cauduro e Büttgenbender (2020), uma gestão por propósito bem elaborada tem o poder de alocar o colaborador correto na atividade correta, ela também oferece ao cliente tranquilidade e a certeza que a sua necessidade vai ser atendida sem o famoso “goela a baixo” e que práticas como a venda casada não serão uma obrigatoriedade em suas operações

## 1.2 CAPITALISMO CONSCIENTE

O Capitalismo Consciente é uma filosofia, acompanhada por um conjunto de princípios orientadores e de boas práticas, baseada na simples ideia de que um negócio vai além de só gerar lucro. É uma abordagem de negócio construída sobre a verdade universal e fundamental de que as pessoas sempre aspiram por algo mais, por propósito e significado, por florescer e se realizar (SISODIA; HENRY; ECKSCHMIDT, 2018).

O capitalismo consciente nasceu da observação cuidadosa de atributos comuns verificados em empresas que se destacavam por possuir simultaneamente alta rentabilidade, empregados engajados e comprometidos, clientes leais e confiantes, parcerias de longo prazo com fornecedores, profunda

inserção em sua comunidade, além de uma verdadeira e contagiante paixão por existir (MARQUES, 2019).

Empresas como *Trader Joe's*, *Wegmans*, *Nordstrom* e *Starbucks* igualmente são bons exemplos de como o propósito de servir pode ser implementado nas organizações. Além da sua capacidade de servir, o *Whole Foods Market* também é uma empresa apaixonada por ajudar as pessoas a comerem de forma saudável e a melhorar sua qualidade de vida por meio do seu comportamento alimentar. Por meio de suas práticas conscientes, a empresa ainda contribuiu para desenvolver o mercado de produtos orgânicos e certificados, nos EUA, estimulando a manutenção de uma cadeia extensa de fornecedores que seguem critérios socioambientais, sem utilizar fertilizantes ou agrotóxicos nos processos produtivos. Na verdade, trata-se de uma empresa de muitos propósitos (MACEDO, 2019 *apud* MACKEY; SISODIA, 2013).

Para Tello *et al.* (2018), as empresas devem estar atentas à ideologia capitalista, que se concentra apenas em obter lucro sem uma avaliação do impacto social e ambiental das operações empresariais. A liderança da organização deve apoiar os funcionários, em vez de se prender a objetivos de lucro. Os empregadores são partes interessadas importantes, portanto, os líderes empresariais precisam adotar um estilo de gestão do capitalismo consciente:

1. Propósito maior: empresas com fortes valores e propósitos, que vão muito além do retorno financeiro, incluindo resultados sociais e econômicos no desempenho do negócio;
2. Orientação para stakeholders: empresas que atuam no sentido de contemplar os interesses de diversos públicos que influenciam e são influenciados por ela – funcionários, investidores, consumidores, fornecedores e comunidade;
3. Liderança consciente: líderes com visão holística, comprometidos com os objetivos de negócio, que veem a empresa como parte de um sistema complexo de relações, interdependente e em constante evolução;
4. Cultura consciente: empresas que possuem uma cultura forte, baseada

em elementos como dedicação, resiliência, confiança, autenticidade, cuidado, transparência, integridade, aprendizado e empoderamento (MACKEY; SISODIA, 2013; BARKI, 2013).

Para o presidente e CEO da empresa norte americana *Blackrock* (FINK, 2021) é preciso estar conectado aos stakeholders, estabelecer confiança com eles e agir com propósito, isso permite que uma empresa entenda e responda às mudanças que estão acontecendo no mundo. Quanto mais sua empresa puder mostrar seu propósito em fornecer valor aos clientes, funcionários e comunidades, melhor você poderá competir e gerar lucros duradouros e de longo prazo.

Lideranças conscientes são diferentes de gestores tradicionais. Líderes conscientes estão concentrados em promover sinergia com os múltiplos stakeholders, articulando o propósito maior da empresa para construir uma cultura consciente, amparada em valores centrais e visão de longo prazo. Enquanto isso, um gestor típico costuma ser movido apenas por incentivos financeiros. Ao longo do tempo, essa motivação torna esses executivos donos de egos enormes e incapazes de inspirar seus funcionários na busca por níveis extraordinários de engajamento, criatividade e desempenho. Então, suas metas serão estimuladas exclusivamente pela busca do lucro, sem se preocupar com as pessoas e, muito menos, com os métodos que serão utilizados para alcançar o sucesso. Portanto, não é possível acreditar que uma empresa que trata mal seus empregados possa ser um exemplo de consciência capaz de prosperar a longo prazo em um mundo transparente e incrivelmente conectado (MARCELO 2019 *apud* SISODIA, 2011; MACKEY; SISODIA, 2013).

Empresas mais amadas por *stakeholders* criam valor sustentável (SISODIA; WOLFE; SHETH, 2019). Além de boas relações com mídia, governos e grupos de defesa, desfrutam de consistente e positiva reputação, buscando contemplar clientes leais e confiantes, colaboradores apaixonados e inspirados, investidores perseverantes, fornecedores inovadores e colaborativos, comunidades prósperas e acolhedoras e um ambiente saudável e vibrante.

Conforme Macedo (2019), nos próximos anos, três grandes tendências

devem provocar um forte impacto nas empresas varejistas, de acordo com Parente e Viotto (2017): (1) o crescente empoderamento do consumidor, que valoriza e compartilha suas experiências de compra e presta cada vez mais atenção aos valores e propósitos das companhias e suas marcas; (2) as novas expectativas dos funcionários da geração millenials (o grupo de jovens nascidos entre 1980 e 2000), que tendem a valorizar atitudes e propósitos mais conscientes; (3) a filosofia empresarial conhecida como Capitalismo Consciente, baseada em propósito maior e valores centrais, que começa a ser praticada com sucesso por um grupo de grandes empresas varejistas como *Whole Foods Market*, *Zappos*, *Starbucks*, *Trader Joe's*, *The Container Store*, *Nordstrom*, *Costco*, entre outras. Então, é possível que consumidores empoderados, funcionários engajados e empresas com propósitos bem definidos, que aderiram aos princípios do Capitalismo Consciente, mudem o cenário do varejo nas próximas décadas (PARENTE; VIOTTO, 2017).

Embora o Capitalismo Consciente tenha sido abordado na maioria dos analisados neste estudo de forma favorável, existe autores como O'toole e Vogel (2011), que criticam este sistema e citam casos emblemáticos em que *Johnson & Johnson*, *BP* e *Toyota* tentaram enveredar por posicionamentos mais conscientes em seus negócios durante algum tempo, mas retomaram o comportamento normal de empresas capitalistas, após passarem por turbulências e períodos em que os lucros diminuíram ou reportaram prejuízos. Em resumo, empresas que são pioneiras e se tornam líderes em estimular o desenvolvimento de práticas conscientes, movidas por fazer o bem, acabam perdendo o fôlego com o tempo. É normal que elas acabem alinhando-se novamente com práticas predatórias e políticas de redução de custo para se adequarem ao cenário vigente, mesmo que isso comprometa sua gestão e reputação no longo prazo.

Wang (2013) foi pioneiro ao realizar um estudo usando demonstrações financeiras com o objetivo de avaliar empiricamente a validade de algumas propostas feitas por defensores do Capitalismo Consciente. Sua pesquisa demonstra que evidências empíricas não confirmam algumas afirmações de

Sisodia (2011) sobre a possibilidade de empresas seguidoras do Capitalismo Consciente terem lucros maiores que outras e, também, aponta indícios que a visão baseada em stakeholders sofre resistência mesmo em negócios que se dizem conscientes. Wang (2013) utilizou uma amostra de 17 empresas associadas ao Capitalismo Consciente (MACEDO, 2019).

Sisodia (2013) concordou que o trabalho de Wang (2013) forneceu uma atualização para o pensamento dos defensores do Capitalismo Consciente sobre os fatores capazes de impulsionar o melhor desempenho financeiro dos negócios, pois descreve o tipo de análise necessária para compreender melhor o assunto. Entretanto, Sisodia (2013) não entendeu que a pesquisa de Wang (2013) trouxe resultados consistentes para contestar os princípios do Capitalismo Consciente. Algumas das hipóteses que Wang (2013) testou não foram exatamente propostas pelo movimento das empresas conscientes (MACEDO, 2019).

## **2 METODOLOGIA**

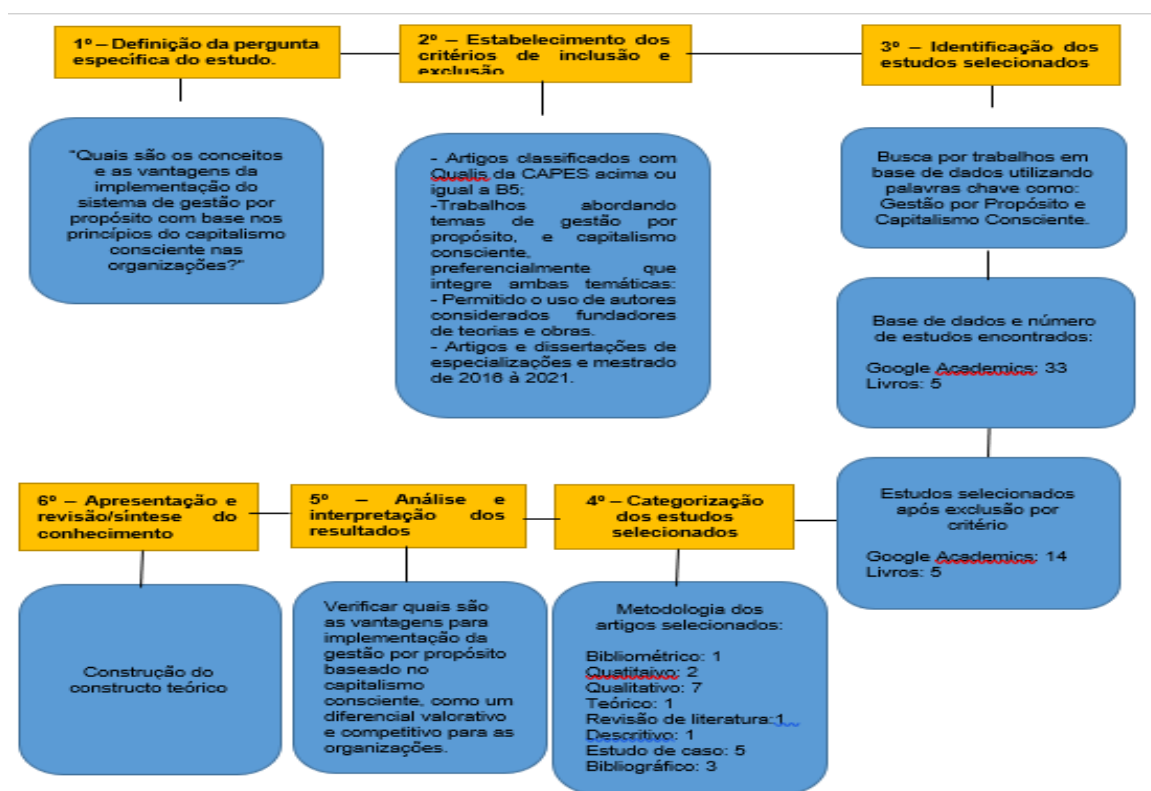
No que tange aos objetivos do estudo, a pesquisa é exploratória e descritiva. Exploratória, na medida em que possibilita investigar novos achados e perspectivas, sendo realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado (GIL, 2019). Desta forma, este estudo abre precedentes para uma maior exploração acadêmico-científica quanto ao contexto da gestão por propósito baseado nos princípios do capitalismo consciente, e quais são as vantagens após implementado este novo sistema de gestão nas organizações, como um diferencial valorativo e competitivo. Descritiva, pois propõe, na sequência, descrever as características do fenômeno em questão, estabelecendo relações (GIL, 2019).

Como método para o desenvolvimento da pesquisa se optou pela revisão de literatura sistemática integrativa. Essa metodologia garante a originalidade do trabalho através do planejamento minucioso do desdobramento das etapas com critérios para responder à pergunta específica do estudo, utilizando estudos

primários com rigor e explicitude metodológica (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011). A revisão integrativa torna possível a geração de um novo conhecimento, apresentando uma visão ampla de estudos tanto teóricos quanto empíricos de um fenômeno, ulteriormente sintetizando os achados em um tópico relevante e integrado (FOSSATTI; MOZZATO; MORETTO, 2019).

Seguindo as etapas definidas por Botelho, Cunha e Macedo (2011), o presente estudo foi organizado e realizado de acordo com a Figura 1 abaixo.

Figura 1: Organização e etapas da pesquisa através da revisão integrativa



Fonte: Elaborado pelos autores com base em Botelho, Cunha e Macedo (2011).

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base no referencial teórico e na metodologia do estudo, a seguir são apresentados os resultados e discussão da presente pesquisa.



### 3.1 GESTÃO DE PROPÓSITO COM BASE NOS PRINCÍPIOS DO CAPITALISMO CONSCIENTE NAS ORGANIZAÇÕES

De acordo com o estudo realizado por Macedo (2019), que analisou a evolução do conceito de Capitalismo Consciente ao longo da última década no período de 2009 a 2018, esse novo sistema de se fazer gestão nas empresas é apontado como uma grande tendência que pode fazer as empresas mudarem o seu comportamento, prezarem por um propósito maior, alinharem-se com seus *stakeholders*, serem conduzidas por líderes comprometidos e desapegados e tornarem-se permeadas por uma cultura com foco na consciência.

A empresa denominada alfa que estava vivendo um dos piores momentos de sua história, com vendas em queda, déficits recorrentes de caixa e ambiente interno caracterizado por um baixo grau de confiança e transparência. As práticas que foram adotadas utilizaram como esteio os princípios do Capitalismo Consciente, como meio para o aprimoramento da sua gestão e a melhoria do seu desempenho. Como resultados foram observados ganhos positivos na empresa em um curto espaço de tempo, como melhoria do clima organizacional, reversão da curva descendente de geração de caixa, recuperação da produtividade de vendas e desenvolvimento de novas práticas de liderança, preparando-a assim para um crescimento consistente e duradouro. Neste sentido, o capitalismo consciente não se trata de um modelo de negócio ou modelo estratégico, mas sim uma filosofia de gestão, aplicável de forma ampla e duradora (SISODIA, 2011).

Segundo Campos (2019), as vantagens de uma organização baseada na gestão por propósito, são: Compartilhamento de ideias e opiniões, aumento da produtividade, elevação do engajamento, aproximação dos membros da equipe e fortalecimento da confiança institucional.

Analisando os resultados das observações do presente estudo realizado por Cauduro e Büttenbender (2020), conclui-se que uma abordagem baseada apenas em números, na venda de produtos para alcance de metas, gera insatisfação a todos envolvidos no processo, sentimento que muda

significativamente na gestão por propósito, trazendo muito mais tranquilidade a todos, com uma relação de ganha ganha onde a negociação deve se boa tanto para o associado, quanto para cooperativa, gerando benefícios e bem estar, impactando positivamente os números, tornando-os mais sustentáveis. Em relação aos colaboradores da cooperativa, essa forma de gestão por propósito representa muito mais autonomia, profissionalismo e responsabilidade em uma relação muito mais próxima com o associado, gerando negócios sustentáveis e satisfatórios.

Novaes (2018), através do trabalho realizado na cooperativa de crédito Sicredi Serrana, concluiu que fica evidenciado a assertividade da decisão que os gestores da cooperativa tiveram em alterar o processo de gestão por metas para o modelo de gestão por propósito, em outubro de 2015. A Sicredi conseguiu implantar uma eficiência cooperativista, melhoria no seu sistema de negócios, com isso conquistou uma melhora significativa na sua relação com os seus associados tanto que os resultados se refletem nos números divulgados no estudo realizado.

Rhoden (2019) realizou um estudo na empresa Bom Princípio Alimentos, com o objetivo de analisar a percepção do colaborador sobre a motivação em uma gestão por propósito. Foi possível identificar que 83,5% dos colaboradores sentem-se altamente motivados no trabalho. Ao avaliar os diferentes motivos que levam os colaboradores a trabalhar na empresa, receberam destaque: a estabilidade que o emprego oferece, o relacionamento com líderes e superiores, o trabalho ou as atividades que realizam na empresa e a qualidade do ambiente de trabalho.

São muitas as consequências de ser uma empresa verdadeiramente consciente. Maior envolvimento, paixão e compromisso dos empregados, clientes encantados e leais que defendem a empresa e fornecedores leais e inovadores (SISODIA; HENRY; ECKSCHMIDT, 2018).

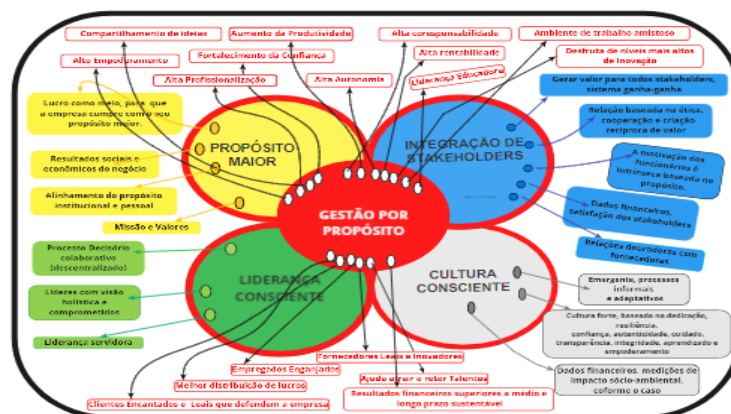
Para Sisodia, Henry e Eckschidt (2018), as empresas conscientes também desfrutam de uma forte reputação que melhora sua capacidade de atrair clientes, empregados, investidores e apoio dos cidadãos. Essas empresas têm

um impacto positivo no meio ambiente e boas relações com a mídia, governos de todos os níveis e muitos grupos de defesa. Elas também desfrutam de níveis mais altos de inovação.

Conforme estudo realizado na Holaluz, que é uma empresa consciente, pois possui um propósito definido mais elevado, sua filosofia está bem definida, a tomada de decisões é descentralizada, não completamente, mas tentam manter um equilíbrio, a descentralização faz com que os trabalhadores tenham um elevado grau de empoderamento. Incentivam a colaboração, organizando os trabalhadores em equipes de trabalho, procuram assegurar que cada equipe tenha o seu próprio objetivo, dando-lhes um elevado grau de autonomia. Finalmente, pode se confirmar que Holaluz aplica o Capitalismo Consciente como um modelo organizacional, uma vez que a revisão teórica explicou o modelo e os seus quatro pilares fundamentais e a empresa cumpre com o que foi explicado durante os trabalhos (RUBÉN, 2020).

Por fim, mostraremos os resultados do presente estudo através do constructo teórico, visualizado na Figura 2 que apresenta as suas vantagens provenientes da implementação deste novo paradigma que é o sistema de gestão por propósito baseado nos quatro princípios do capitalismo consciente, como um diferencial valorativo e competitivo.

Figura 2: Sistema de gestão por propósito com base nos princípios do capitalismo consciente com as suas vantagens como diferencial valorativo e competitivo



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

## CONCLUSÃO

Considerando a relevância do Capitalismo Consciente e a Gestão por Propósito, para o desenvolvimento das organizações que enfrentam atualmente imensos desafios, e para um mundo cada vez melhor, este estudo cumpriu os objetivos de conceituar este novo paradigma que é a gestão por propósito baseado nos princípios do capitalismo consciente, e investigar quais são as vantagens para implementação deste novo sistema de gestão nas organizações, como um diferencial valorativo e competitivo.

De acordo com Silva *et al.* (2018), a teoria do Capitalismo Consciente ainda é pouco explorada, no que se referente a publicações internacionais. Segundo estudo realizado por Macedo (2019), identificou que, ao longo dos últimos dez anos, o número de artigos publicados com vínculo direto ao Capitalismo Consciente não foi expressivo.

Portanto, este estudo não percebeu uma tendência de crescimento da discussão do Capitalismo Consciente e a gestão por propósito no meio acadêmico, pelo contrário, tivemos muita dificuldade pela carência de publicação de artigos. Apesar disso, a revisão da literatura dos artigos selecionados para análise levantou diversas questões de pesquisa relevantes que podem ser exploradas futuramente por outros pesquisadores. E, ainda, propõe implicações acadêmicas e gerenciais para este estudo que podem ser utilizadas pelas empresas, em especial, as empresas varejistas brasileiras.

Conclui-se através do constructo teórico, que o sistema de gestão por propósito baseado nos quatros princípios do capitalismo consciente, após implementados, apresentam vantagens como um diferencial valorativo e competitivo para as organizações. Destacam-se, ainda, as contribuições teóricas deste estudo e sua relevância para acadêmicos, docentes e teóricos das áreas da gestão e do desenvolvimento, para gestores de organizações privadas e públicas, e demais *stakeholders*. Sugere-se estudos de caso ou multicaso em organizações, sobre a aplicabilidade e as suas vantagens valorativo e competitivo desta nova gestão.

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, M. C. B. A era da gestão por propósito. **Você RH Grupo Abril**, [s. l.], dez. 2020. Disponível em: <<https://vocerh.abril.com.br/voce-rh/a-era-da-gestao-por-proposito>>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- BARKI, E. Capitalismo consciente: prosperar construindo relações de valor para todos. *In*: **Cartilha do Congresso APAS 2013**. São Paulo: APAS, 2013.
- BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, [s. l.], v. 5, n. 11, p. 121–136, 2011. Disponível em: <<https://www.gestoesociedade.org/gestoesociedade/article/view/1220>>. Acesso em: 14 jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.21171/ges.v5i11.1220>.
- CABLE, D. **Ajude sua Equipe a Obter Sentido de Propósito no Trabalho**. Harvard Business Review Brasil, 2019.
- CAMPOS, K. Conecte o propósito organizacional com o sentido individual do trabalho. **Poder da Escuta Corporativa**, [s. l.], jun. 2019. Disponível em: <<https://www.poderdaescuta.com/conecte-o-proposito-organizacional-com-o-sentido-individual-do-trabalho>>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- CARVALHAL A. **Moda com Propósito**: Manifesto pela grande virada. 1. ed. São Paulo: Paralela Editora Ltda., 2016.
- CAUDURO, V. D.; BÜTTENBENDER, P. L. **Um Estudo sobre Resultados da Implantação da Gestão por Propósito em Cooperativa**. Unijuí – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2020.
- CORTELLA, M. S. **Qual é a Tua Obra?** Inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.
- FINK, L. Carta de Larry Fink aos CEOs da BlackRock. **BlackRock**, [s. l.], 2021 Disponível em: <<https://www.blackrock.com/corporate/investor-relations/larry-fink-ceo-letter>>. Acesso em: 15 ago. 2021.
- FOSSATTI, E. C.; MOZZATO, A. R.; MORETTO, C. F. O uso da revisão integrativa na administração: um método possível? **Revista Eletrônica Científica do CRA-PR**, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 55-72, 2019. Disponível em: <<http://recc.cra-pr.org.br/index.php/recc/article/view/169>>. Acesso em: 14 jun. 2021.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- MACEDO, L. C. **Uma Década de Pesquisa sobre Capitalismo Consciente**: em busca de um propósito maior para as empresas. 2019. Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração de Empresas, São Paulo, 2019. Mestrado



profissional MPGC. Disponível em:

<<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/28449>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

MACKEY, J.; SISODIA, R. **Capitalismo Consciente**: como libertar o espírito heroico dos negócios. Tradução: Rosemarie Ziegelmaier. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

MACKEY, J.; SISODIA, R. **Conscious Capitalism**: Liberating The Heroic Spirit Of Business, Boston: Harvard Business Review Press, 2014.

MACKEY, J.; SISODIA, R. S. **Capitalismo Consciente**: como libertar o espírito heroico dos negócios. Tradução: Rosemarie Ziegelmaier. São Paulo: HSM Editora, 2013.

MARQUES, F. G. **Aplicação dos Princípios do Capitalismo Consciente em uma Empresa em Dificuldades Financeiras**. 2019. Fundação de Escola de Comércio Álvares Penteado. Centro Universitário Álvares Penteado, São Paulo, 2019. Disponível em:  
<<http://tede.fecap.br:8080/handle/123456789/814>>. Acesso em: 08 ago. 2021.

MOREIRA, V. W. C. **Proposição de um Framework para Negócios de Plataforma Baseados em Capitalismo Consciente**: uma validação internacional. 2018. DISSERTAÇÃO (Mestrado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós Graduação em Gestão e Negócios, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/7293>>. Acesso em: 16 ago. 2021.

NOVAES, T. C. **Gestão por Propósito**: como ela pode influenciar no resultado e na eficiência Cooperativista de uma Cooperativa de Crédito. UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2018. Disponível em:  
<[http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/7607/T%C3%BAlio%20C%C3%A9sar%20Novaes\\_.pdf?sequence=1](http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/7607/T%C3%BAlio%20C%C3%A9sar%20Novaes_.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 20 ago. 2021.

O'TOOLE, J.; VOGEL, D. Two and a Half Cheers for Conscious Capitalism. **California Management Review**, [s. l.], v. 53, n. 3, p. 60-76, 2011.

PARENTE, J. G.; VIOTTO, M. H. Propósitos e valores: muito além do lucro. **GV-executivo**, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 28-31, abr. 2017.

RHODEN, L. **Gestão por Propósito na Motivação do Colaborador**: Estudo de caso na Bom Princípio Alimentos. Instituto Federal Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em: <<https://dspace.ifrs.edu.br/xmlui/handle/123456789/362>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

RUBÉN, R. A. **Capitalismo Consciente Y Holaluz, uma Empresa Consciente**. Universitat de les Illes Balears. Facultat d'Economia I Empresa,



2020. Disponível em: <<https://dspace.uib.es/xmlui/handle/11201/154314>>.  
Acesso em: 17 ago. 2021.

SILVA, D. C.; DUTRA, A.; SEHNEM, S.; MARTIGNAGO, G. Capitalismo consciente e governança corporativa: construção de conhecimento com base na literatura. **Navus: Revista de Gestão e Tecnologia**, [s. l.], v. 8, n. 3, 2018. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6570267>>.  
Acesso em: 09 ago. 2021.

SISODIA, R. Conscious capitalism: A better way to win: A response to James O'Toole and David Vogel's "Two and a Half Cheers for Conscious Capitalism". **California Management Review**, [s. l.], v. 53, n. 3, p. 98-108, 2011.

SISODIA, R. S. Doing business in the age of conscious capitalism. **Journal of Indian Business Research**, [s. l.], v. 1, n. 2/3, p. 188-192, 2009.  
SISODIA, R. S. Understanding the Performance Drivers of Conscious Firms. **California Management Review**, [s. l.], v. 55, n. 3, p. 87-96, 2013.

SISODIA, R.; HENRY, T.; ECKSCHMIDT, T. **Capitalismo Consciente**: guia prático – ferramentas para transformar sua organização. Tradução: Sílvia Morita. Curitiba: Voo, 2018.

SISODIA, R.; WOLFE, D. B.; SHETH, J. **Empresas Humanizadas**: pessoas, propósito, performance. Tradução: Sílvia Morita. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019.

TELLO, L. X. F.; AGUIRRE, J. F. L.; YUQUILEMA, J. C. P.; SALAZAR, J. L. L. Habilidades gerenciais para la revolución industrial 4.0 em el ámbito del capitalismo consciente. **Contribuciones a la Economía**, [s. l.], jul./set. 2018. Disponível em: <<https://www.eumed.net/rev/ce/2018/3/revolucion-industrial-capitalismo.html>>. Acesso em: 08 ago. 2021.

TRANJAN, R. O velho e o menino. **A Instigante Descoberta do Propósito**. 1. ed. São Paulo: Buzz Editora Ltda., 2017.  
WANG, C. Conscious Capitalism Firms: DO THEY BEHAVE AS THEIR PROPONENTS SAY? **California Management Review**, [s. l.], v. 55, n. 3, p. 60-86, 2013.

## **ANÁLISE DE DADOS E INFORMAÇÕES E ELABORAÇÃO DE PROPOSIÇÕES NOS ASPECTOS TÉCNICOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS DE UMA PROPRIEDADE DE 75 HECTARES, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE HORIZONTINA, NO ANO SAFRA 2019/2020**

Darlan Fronza<sup>1</sup>  
Gean Carlos Desconsi<sup>1</sup>  
Guilherme Marusak Tura<sup>1</sup>  
Ivar José Kreutz<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Realizando a análise completa de uma propriedade rural, é possível conhecer todas as características, observado pontos negativos e positivos além de sugerir possíveis melhorias que podem ser realizadas. Com isso é necessário abranger todos os aspectos dentre eles ambientais, sociais, técnicos e econômicos além da importância da família no desenvolvimento do sistema agrícola. Neste estudo objetivou-se analisar os dados que foram obtidos da Prática Profissional I, construindo ações que são capazes de potencializar a propriedade rural em estudo, considerando todos os aspectos envolvidos. Para isso foram utilizadas abordagens quantitativas, para o planejamento das propostas de ações para que sejam realizadas melhorias da qualidade de vida da família, assim como também de todo o sistema de produção da propriedade. Métodos de procedimento foram utilizados monográficos (estudo de caso), estatístico e comparativo, técnicas de coleta de dados foram através de entrevista por observação direta e pesquisa bibliográfica, assim como de técnica de análise de dados que se refere ao tratamento estatístico. Assim sendo recomendou-se propostas para a propriedade localizada no município de Horizontina-RS, que é conduzida pela família do Sr. Deomedes Luis Fronza, que se forme implantadas auxiliarão nas melhores condições de produção, além de melhorar os resultados financeiros da propriedade. Com isso recomendou-se alguns ajustes no plano de rotação de culturas, utilização de correção de solo e adubação das culturas conforme interpretação das análises de solo, uso racional de agroquímicos, análises foliares das culturas, preservação dos recursos ambientais existentes, reforma e construção de terraços que terão grande importância na preservação do recurso de produção da propriedade. Juntamente, propôs-se a melhoria nas condições da produção de hortaliças, construção de um pequeno depósito de agroquímico e distanciamento da residência o abastecimento do pulverizador, assim como também um piso de contenção abaixo do tanque de combustível, diminuindo assim os riscos de

<sup>1</sup> Acadêmicos do Curso de Agronomia – 10º semestre. Sociedade Educacional Três de Maio. Guimt-@hotmail.com.

<sup>2</sup> Engenheiro Agrônomo - Professor do Curso de Agronomia – Sociedade Educacional Três de Maio. ivarkreutz@setrem.com.br.

danos ambientais. Através das propostas realizadas busca-se uma melhor qualidade de vida para os membros da família, trazendo segurança, qualidade de vida, melhorias econômicas e redução da penosidade das atividades. Através das ações que foram propostas a propriedade obterá resultados econômicos positivos sendo que se visualizou uma rentabilidade e lucratividade de 10,9 % e 57,8%, demonstrando que a propriedade terá uma boa evolução em seus resultados através do sistema de produção sugerido.

Palavras-chave: Resultados – Sugestões - Propriedade Rural.

## INTRODUÇÃO

Após realizar uma análise completa de uma propriedade rural, é possível conhecer todas as variáveis envolvidas no processo produtivo, diagnosticando pontos positivos e negativos, sendo possível apontar possíveis melhorias para a propriedade. Sendo assim, é necessário abranger os aspectos sociais, técnicos ambientais e econômicos além da família que gerencia o processo produtivo da propriedade em estudo.

No Brasil a agricultura familiar, tem como destaque a mão de obra de familiares, que conduzem a propriedade diversificando e produzindo alimentos em pequena escala. A agricultura familiar destaca-se por produzir uma gama variada de produtos, aproximando agricultores de pessoas que vivem nos centros urbanos e estão distantes dos centros de distribuição e também representa 84% das propriedades rurais, destacando-se por adotar prática ambientais mais sustentáveis, em virtude da escala de produção e dos recursos disponíveis (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006).

Um dos fatores que podem levar uma propriedade ao insucesso é a falta de gestão, que está ligada a diversos fatores dentro da propriedade, sendo que existem algumas causas que podem favorecer, como a falta de gestão e a dificuldade de acesso a informações. Onde a propriedade precisa ter foco e objetivos para que assim possa controlar seus custos fixos e variáveis, e assim aumentar suas chances de sucesso e progresso com suas atividades.

Objetivando propor melhorias na propriedade em estudo, realizou-se um diagnóstico das atividades envolvidas na propriedade, realizando apontamentos

de pontos críticos e pontos positivos encontrados em algumas atividades. Através deste diagnóstico serão elaboradas sugestões e indicações que auxiliam na tomada de decisões da propriedade, tornando a mesma mais sustentável e rentável.

O relatório em estudo visa analisar as variáveis envolvidas no processo produtivo, levantadas no diagnóstico realizado na Prática Profissional I, em uma propriedade rural de 75 hectares, situada na localidade Esquina Tunas, no município de Horizontina - RS, no ano de 2020, e através dessas informações propor ações capazes de potencializar a propriedade estudada considerando os aspectos sociais, técnicos, ambientais e econômico.

O objetivo do presente trabalho foi descrever, com base nos conhecimentos desenvolvidos no decorrer do Curso, os dados diagnosticados na Prática Profissional I, construindo ações, potencializando a propriedade estudada sob os aspectos sociais, técnicos, ambientais e econômicos.

Para o desenvolvimento do estudo em questão formulou-se o seguinte problema: quais melhorias se fazem necessárias para otimizar os resultados sob os aspectos técnicos, econômicos, sociais e ambientais da propriedade rural em estudo?

As hipóteses que norteiam o presente estudo: -para a propriedade adequar-se à legislação ambiental se faz necessário interferir na infraestrutura hoje existente; - é necessário ajustar o sistema de terraceamento da propriedade, evitando problemas de perda de solo e água; - de acordo com as análises de solo, a utilização de adubação química nos cultivos de milho e trigo é insuficiente para suprir as expectativas de produção 10000 kg e 3000 kg respectivamente; - o consumo de alimentos produzidos na propriedade implica em menor gasto com sua aquisição, acarreta em melhor qualidade de vida e maior satisfação para os integrantes da família; - as máquinas e equipamentos da propriedade atendem à demanda, podendo realizar a prestação de serviços quando tiver mão de obra disponível; - a implantação de um sistema de rotação de rotação de culturas alternativo pode melhorar os atributos físico hídricos do solo da propriedade; - as análise foliares das duas glebas em estudo apresentam

deficiência dos nutrientes P e K e seguem o resultado encontradas nas análises químicas de solo; - com a implantação de um pró labore para os integrantes da propriedade, tem-se condições de melhorar organização financeira da propriedade.

Para a execução desse trabalho foi usado a abordagem quantitativa e qualitativa. A abordagem qualitativa foi empregada para a compreensão do diagnóstico ambiental, social e técnico da família.

Já a abordagem quantitativa foi empregada para a compreensão de dados quantitativos como o cálculo de depreciação das benfeitorias, máquinas e equipamentos, rentabilidade e custos da produção.

O presente estudo foi realizado de forma específica em uma propriedade rural. Nessa propriedade foi empregada a técnica de diagnóstico rural, ou seja, foram levantados tantos aspectos que permitam uma visão ampla e completa de aspectos sociais, técnicos, econômicos e ambientais, de forma se seja possível compreender a realidade posta. Para tanto, o procedimento empregado foi o estudo de caso.

Segundo Yin (2005), o estudo de caso é reconhecido pela complexidade da realidade social do estudo, o que permite a análise sistêmica e significativa dos acontecimentos do sistema de produção de uma propriedade rural.

Além do estudo de caso, o estudo empregou o método de procedimento estatístico, uma vez que realizará cálculos numéricos que correspondem às médias de lucratividades de todas as atividades envolvidas no estudo.

## **1 REFERENCIAL TEÓRICO**

Através do embasamento teórico será possível, após a coleta de dados, confrontar a teoria com a prática. A pesquisa teórica será realizada em livros e artigos referente a contabilidade gerencial e apuração de custos.

As relações sociais do grupo familiar, tem grande interferência no sucesso e desenvolvimento da propriedade, bem como nas determinações e ações que

abrançam as tarefas diárias. Através de uma boa relação social entre a família, afiança um bem-estar local e conseqüentemente com a comunidade.

Os atos desenvolvidos contribuem para fortalecer os laços sociais locais, apresentar informações aos agricultores, bem como incentivar a permanência dessas famílias no meio rural. Esse processo de conexão gera um sentimento de igualdade às demais sociedades externas, cooperando para estimular e manter a busca por processos que geram o progresso e o desenvolvimento social e econômico da comunidade (RUIZ, 2013).

O cooperativismo de maneira simples está presente ao longo de nossas vidas, desde o nosso nascimento onde os pais ou avós se revezam para cuidar do recém-nascido, mas o cooperativismo presente na sociedade atual vem em busca de assessorar seu associado, buscando consentir suas necessidades sociais, econômicas e culturais (FARIAS; GIL, 2013).

Nos aspectos técnicos será abrangido o processo de coleta interpretação das análises foliares e químicas de solo, além de levantamentos e diagnósticos das condições físicas de solo, assim como também a medição de áreas e levantamentos altimétricos, cálculos hora máquina, onde estes fatores são os principais componentes que viabilizam a produção de grãos, que é a principal fonte de renda

Para que se tenha um diagnóstico que possa nortear a correta recomendação da correção do solo, a coleta deve ser realizada em diferentes camadas em um sistema de semeadura direta, sendo a primeira camada de 0 a 10 cm e posteriormente a camada mais profunda de 10 a 20 cm para que se tenha um diagnóstico estratificado do perfil em análise (COMISSÃO DE QUÍMICA E FERTILIDADE DO SOLO- RS/SC, 2016).

Antes mesmo de realizar alguma recomendação de adubação ou correção o técnico responsável pela interpretação deve saber como foram os procedimentos de coleta, bem como o histórico de produtividade da área, pois assim ele terá informações suficientes para a recomendação (RODRIGUES; AZEVEDO; LEÔNIDAS; COSTA, 1998).



Segundo Tiecher et al., a baixa saturação de bases (V%) e a alta saturação (m) são indicadores do solo sem algum tipo de interferência humana, se tornando ácidos. Dessa forma a acidez é um dos primeiros fatores a ser identificado para tomar algumas medidas, quanto às doses e épocas de aplicação dos corretivos (TIECHER ET AL., 2016).

Segundo Tiecher et al., a matéria orgânica é um indicador de suma importância correspondente ao potencial do solo em suprir nutrientes. É uma das principais fornecedoras de nitrogênio e enxofre para o solo e é uma das ferramentas de recomendação de adubação nitrogenada para algumas culturas. A M.O. influencia diretamente na CTC do solo, e a relação dos mesmos com a qualidade dos atributos físicos, químicos e biológicos, em especial os solos com o elevado grau de desenvolvimento (TIECHER ET AL., 2016).

Segundo Pires et al., a adubação varia conforme a necessidade dos nutrientes que foram levantados com a análise de solo, e com a expectativa de rendimento de grãos. Em caso de deficiência dos macros nutrientes secundários, a aplicação ocorre por meio foliar ou via sulco durante a semeadura (PIRES et al., 2011).

Fazer a interpretação, é relacionar os teores de nutrientes da análise de solo com a camada desses nutrientes da tabela de interpretação. Também é necessário utilizar a recomendação da região adequada, para não haver confrontações na quantidade de nutrientes. É importante verificar se o laboratório possui o Certificado Rolas (RODRIGUES et al., 1998).

O solo é um recurso natural, essencial para o desenvolvimento e produção de plantas e seres vivos, sendo caracterizada como patrimônio da humanidade, sua utilização adequada evita erosões, assoreamentos de rios, retém água e é o principal meio de ligação entre a água e os lençóis freáticos (ZONTA et al., 2012).

A conservação do solo consiste em manter suas características o mais próximo do seu original, caso a produtividade esteja baixa e necessite realizar calagem a mesma deve ser realizada para manter a produtividade, além disso, o controle de erosão também é uma ação que deve estar sempre à frente do

sistema produtivo, evitando condições para o processo erosivo (BORGES; SOUZA, 2006).

Enquanto no quesito econômico, com DRE, é possível detalhar a formação do resultado líquido de uma atividade, relacionando as receitas, custos e despesas. É formado de um relatório de atividades realizadas pelo produtor rural em um determinado tempo, onde é definido o resultado líquido obtido pelas atividades (CREPALDI, 2011).

Além disso objetivo do balanço patrimonial é expor a real situação patrimonial da propriedade, oferecendo um retrato da mesma em certa data. Quando for exposto é necessário demonstrar o ativo e onde estão as aplicações dos recursos à disposição da propriedade, o passivo e o patrimônio líquido, pelo quais indicam a ascendência desses recursos exibidos para a propriedade (CREPALDI, 2011).

## **2 RESULTADO DA PESQUISA**

Neste capítulo são encontrados os resultados do diagnóstico realizado na propriedade em estudo, em relação aos aspectos técnicos, sociais, econômicos e ambientais.

### **2.1 ASPECTOS SOCIAIS**

A propriedade rural é o local onde o agricultor permanece a maior parte do tempo, sendo considerada pelo produtor familiar o espaço de trabalho, moradia e lazer. Dessa forma, um local agradável é de suma importância para ter qualidade de vida aos responsáveis das atividades da propriedade, tanto na esfera de relações familiares e da comunidade, quanto ao lazer.

A propriedade que está na família pela 3ª geração consecutiva, hoje gerida pelo Deomedes, começou com a vinda dos seus avós da serra gaúcha, com muito esforço e dedicação foram, ao passar dos anos, aumentando de área, junto com a atividade leiteira que permaneceu na propriedade por 42 anos. Com

a falta da mão de obra qualificada e a necessidade de investimentos na área leiteira, a família decidiu encerrar a atividade, focando somente na produção de grãos e subsistência. A família envolvida nas atividades, busca sempre se atualizar, tentando produzir cada vez mais, tornando a atividade cada vez mais rentável

O paisagismo da propriedade é outro fator que pode colaborar para a relação social e gerar uma melhor qualidade de vida. A construção de áreas de lazer, alterando a propriedade rural em um ambiente mais agradável de convívio e vivência.

Na propriedade já existe locais adequados para a realização de algumas atividades, como, sombra para tomar seu chimarrão, conversar, descansar e outros benefícios, pois há uma grande variedade de espécies vegetais, que se encontra bem organizado e limpo.

A propriedade vem passando por um momento de mudança, pois possuíam a atividade leiteira, no entanto, existem benfeitorias, equipamentos, e áreas de terras que eram necessárias para a atividade. No entanto a propriedade está servindo todas as demandas. Além dos momentos de lazer na propriedade, a participação da família na sociedade em que convive é de extrema importância. A participação das festividades e atividades que ocorrem na comunidade, também da participação de eventos, associações, celebrações religiosas, entre outros, tanto em forma de lazer e diversão, como também auxiliando nos trabalhos quando necessário foram, sugeriu-se a continuação das mesmas.

Os integrantes da família, principalmente o filho mais novo, Darlan, que permaneceu na propriedade, e o Sr. Deomedes participam ativamente das reuniões e palestras pertinentes com o agronegócio e sobre as culturas que cultivam, alcançando novas informações que auxiliam na tomada de decisão da família. Na questão da rotina de trabalho, as atividades executadas na propriedade são realizadas pelo Sr. Deomedes e Sra. Nedine, e seu filho Darlan, a filha mais velha, Duana Fronza, reside em Salvador das Missões não auxilia ativamente nas atividades. Darlan e Deomedes possuem total responsabilidade pelas atividades nas lavouras enquanto.

A sucessão da propriedade vem ocorrendo naturalmente com filho do casal, o qual já está à frente das decisões dos manejos utilizados nas lavouras, bem como na administração da propriedade.

O filho com o auxílio direto de seu pai, conduz os tratos culturais até a colheita do cultivo de grãos. Já nos cultivos de subsistência, o manejo da horta doméstica, pomar e a parte da subsistência animal, estão mais direcionados aos cuidados e trabalho da Sra. Nedine, recebendo auxílio em diversas tarefas mais penosas e de âmbito mais técnico do proprietário e seu filho.

## 2.2 ASPECTOS TÉCNICOS

Neste subcapítulo serão abordadas todas as declividades, recomendação de calagem, e outras observações achadas necessárias pelo grupo.

A propriedade está localizada a 6000 metros da cidade de Horizontina e a 1000 metros do asfalto que liga Horizontina a Doutor Maurício Cardoso, com uma altitude de 260 m em relação ao nível do mar.

Foram realizados os levantamentos das áreas, analisando cada gleba e suas respectivas extensões e declividades com o auxílio do software Google Earth.

A gleba tem uma área cultivada de seis hectares, dentro de uma área maior de 20,7 hectares, onde sua declividade é de 7,4%. A sua logística é fácil pois se encontra junto a sede, facilitando as tarefas executadas na mesma. A mesma não possui nenhum ponto grave de erosão e nenhum tipo de escoamento superficial, pelo fato de o produtor utilizar alguns métodos de conservação como cultivo em nível, curvas em nível e sistema de semeadura direta.

O produtor relatou que fazem 32 anos que foram feitas as curvas em níveis com o Programa de Gestão do Solo e Água em Microbacia, sendo muito eficientes e que em alguns anos teve que fazer alguns reparos de manutenção das mesmas. Essa área começou a ser utilizada para grãos, quando a propriedade encerrou a atividade leiteira, em outubro de 2018, sendo implantada

a cultura da Soja Safra. A gleba da Sede Asfalto possui uma área cultivável de 6 hectares, seus atributos químicos como é o caso do pH em água que se encontra baixo nas duas camadas com os níveis de 5,3 e 5,2, apresenta também saturação de base de 70 e 74%, índice SMP de 6,1 e 6,2, sendo necessária a correção deste solo nas duas diferentes camadas para que corrija a acidez e melhore a quantidade de cálcio que se encontra com níveis de 6,2 e 6,4.

A aplicação do calcário deve ser realizada antes da semeadura das plantas de cobertura nos meses de abril e maio de 2021, realizando a aplicação de 2.740 kg ha<sup>-1</sup> de calcário dolomítico com PRNT de 75% e realizar a incorporando com um arado subsolador, que tem por objetivo realizar a correção das camadas mais profundas 10-20 que está em análise, o objetivo de realizar a aplicação antes da semeadura das plantas de cobertura é para que as mesmas sirvam de aporte para a próxima cultura, não deixando o solo descoberto, auxiliando na estruturação pela formação de raízes e formação de palhada.

A gleba sede possui altos teores de fósforo e potássio, o que pode ser explicado pelo fato de que a área era utilizada anteriormente como potreiro para as vacas leiteiras, que após o encerramento das atividades foi aberta para a produção de grãos, além disso o espaço para os animais era pequeno para a quantidade de animais, concentrando grande quantidade de esterco na área e assim aumentando os atributos químicos do solo.

O sistema de terraços sempre foi mantido pela propriedade mesmo com a utilização do espaço para os animais, sempre pensando em conservar o solo e aproveitar a água no sistema, sendo necessário apenas a manutenção destes terraços realizando com um arado de disco dentro do canal para que não diminua sua capacidade de contenção assim como também realizar a escarificação do canal para que melhore a infiltração da água e não ocorra escoamento devido a saturação do solo. A gleba Sede Asfalto está localizada na entrada da sede da propriedade e pertence a área da sede também, é dividida pelo fato de possuir uma área de mata na divisão das glebas, possui uma área cultivada de 9,4 hectares. Os atributos químicos da gleba como pH encontra-se em 5,2 nas duas camadas analisada, apresenta também saturação de base 75,2 e 65,9%, índice

SMP de 6,2 e 6,0, sendo necessário a aplicação e incorporação de calcário, sendo que seu pH está baixo nas duas camadas assim como também a saturação de base e o seu índice SMP, além de que seu cálcio na profundidade de 10-20 está baixo e pode interferir na produtividade das culturas.

A aplicação de calcário deve ser realizada nos meses de abril e maio de 2021, antecedendo a semeadura das plantas de cobertura, realizando a aplicação de 2.000 kg ha<sup>-1</sup> de calcário dolomítico com PRNT de 75% e realizando a incorporação do mesmo com um arado subsolador objetivando a correção das camadas mais profundas elevando o pH do solo e levando cálcio para as camadas mais profundas. Quanto aos nutrientes fósforo e potássio que se encontram extremamente altos, o que muitas vezes pode ser prejudicial para as plantas deve-se realizar um trabalho com plantas de cobertura com diferentes sistemas radiculares para realizar a ciclagem destes nutrientes e melhor aproveitá-los, sendo essa reserva muito importante pois em anos de preços altos de fertilizantes o produtor pode optar em reduzir a quantidade de adubação utilizada normalmente que não terá interferência na sua produtividade.

Com relação ao terraceamento essa área está em acordo, não necessitando de implantação dos mesmos, somente realizar a manutenção para que melhore o sistema e não ocorram possíveis problemas com o escoamento conservando os terraços que já estão implantados.

A gleba Yannel possui uma boa localização para o trabalho nas atividades de grãos, estando a poucos metros do asfalto, quanto aos atributos químicos dessa gleba, a gleba apresenta um pH de solo de 5,3 na camada de 0-10 e de 5,7 na camada de 10-20, saturação de base de 74 e 87,8%, índice SMP de 6 e 6,3 e com isso é necessária a aplicação de calcário superficial para a correção do pH e o melhor aproveitamento dos nutrientes pelas plantas.

A aplicação de calcário deve ser realizada antes da semeadura das culturas de cobertura entre os meses de abril e maio de 2021, aplicando 1.200 kg ha<sup>-1</sup> de calcário dolomítico com PRNT 75% em superfície, pois a restrição do pH está na camada de 0-10 não sendo necessária a incorporação sendo este



trabalho realizado pelas semeadoras que possui sulcador que auxiliará na correção.

Essa gleba não possui nenhum tipo de terraços e é cultivada ao longo da área, porém seu solo é pouco argiloso e possui partes com grande formação de pedregulho, não tendo problemas com erosões, além disso a instalação de terraços na área poderia prejudicar a forma de cultivo, sendo que a área é estreita e a aplicação de terraços acarretaria em modificação na forma que é realizada a semeadura e com isso geraria maiores gastos com sementes, adubo e maior dificuldade de pulverização, gerando maior amassamento.

A matéria orgânica desta área está um pouco restrita e deve ser melhorada, para isso é necessário que sejam implantadas plantas de cobertura para a maior formação de palhada e com isso incrementar a matéria orgânica, porém é um processo demorado e por isso esta área deve receber um cuidado especial tentando formar o máximo de palhada possível.

A gleba Lupi oito como é chamada pelo produtor possui uma área cultivada de 8 hectares, seus atributos físicos estão em acordo para a produção de grãos, porém seu pH nas duas camadas está em 5,7 e 5,5, já o índice SMP está em 6,3 nas duas camadas, sua saturação das bases está em 79,5 e 73,5, o que configura uma pequena quantidade de calcário a ser aplicada.

A aplicação de calcário deve ser realizada antes de um cultivo de cobertura, que para esta área será realizada entre os meses de abril e maio de 2022 uma vez que a aplicação de calcário requer um tempo hábil e investimento, sendo necessário a realização de uma nova amostragem de solo para se ter maior certeza da quantidade que será aplicada.

Essa gleba possui terraços bem definidos, porém possui um ponto de erosão conforme apontado na Prática Profissional I, necessitando a manutenção do terraço para que futuramente não forme uma voçoroca e ocorram grandes prejuízos com a perda de solo e nutrientes, assim como também os terraços possuem um pequeno desnível em uma das pontas o que acaba derramando na estrada que está gerando grandes problemas erosivos, porém a solução para este problema está explicada no item terraceamento.

A gleba Lupi casa, possui algumas restrições na camada de 10-20 onde apresenta um pH em água 5,2 o que acaba sendo problema para o aprofundamento das raízes que buscam por água e nutrientes, além disso seu índice SMP em 6,4 e 6 nas respectivas camadas e uma saturação de base de 75,2 e 65,9 o que se faz necessária a aplicação e incorporação de calcário em maior profundidade pois a maior necessidade está na camada mais profunda, sendo essa aplicação realizada entre os meses de abril e maio de 2022 após a retirada da soja safra, sendo realizada antes da semeadura das plantas de cobertura, estando dentro do planejamento das áreas que serão corrigidas no ano de 2022, escalonado a aplicação e a correção.

A gleba Lupi cima é considerada pelo produtor a de melhor produtividade, sendo uma área plana e com poucas interferências de beiras de mata e outros fatores que podem influenciar nas perdas, por ser uma gleba de boas produtividades apresenta um pH em água abaixo do recomendado na camada mais profunda, porém sua saturação das bases está em 76,1 e 73,8 nas respectivas camadas o que está em conformidade para a produção de grãos assim como também seu índice SMP que se apresenta em 6,1 nas duas camadas analisada, assim sendo é necessária a aplicação e incorporação de calcário para que se eleve o pH em água e auxilie para que sejam melhor aproveitados os nutrientes.

A aplicação de calcário nesta gleba deve ser realizada nos meses de abril e maio de 2022, pois esta área está implantada a cultura do milho e que a janela entre uma cultura e outra é muito curta e não terá tempo hábil para realização desta operação de imediato, ficando dentro do planejamento das aplicações de calcário no ano de 2022, além disso será necessário a realização de uma nova amostragem para que seja aplicada a quantidade exata de calcário.

A gleba Lupi baixo é uma área que apresenta um ponto de erosão o que acaba ocorrendo perda de nutrientes por lixiviação, porém seus atributos físicos como pH encontrasse em níveis adequados 5,7 e 5,8 respectivamente nas camadas analisada, assim como também a saturação das bases que está em

79,4 e 84,6 estando de acordo e seu índice SMP 6,4 e 6,5 nas duas camadas, não necessitando da aplicação de calcário.

Porém o problema de erosão deve ser realizado após a retirada da soja safrinha para que não continue perdendo nutrientes e solo, sendo necessário um planejamento estratégico para que não diminua a erosão. O posicionamento do grupo em relação a este problema é que seja realizada a construção de uma espécie de bueiro onde está instalado o pegador de água e a partir deste realizar a abertura de uma valeta com cerca de 220 metros e instalar mangas específicas para a drenagem da água para fora da lavoura evitando o escoamento da água.

A gleba Eno é a área considerada de pior produtividade pelo produtor, por ser uma área mista, possuindo ponto com solo raso e pontos com pedregulho fazendo com que em anos de déficit hídrico ocorram maiores perdas de produtividade, porém apresenta pH de solo 5,6 e 5,5 nas diferentes camadas estando abaixo do nível desejado para se obter a maior disponibilidade de nutrientes, já quando analisarmos sua saturação de base 80,3 e 80,7 estando de acordo com as necessidades desejadas, assim como também seu índice SMP que está em 6,1 nas duas camadas o que necessita de aplicação de calcário para a elevação do pH em água para o nível de 6,0 para que se tenha melhor disponibilidade de macro e micronutrientes.

A aplicação de calcário será realizada nos meses de abril e maio de 2022, sendo que essa área possui a cultura do milho implantada e também deixando pouco tempo hábil para a aplicação, entrando no planejamento das aplicações das outras áreas, sendo necessário a realização de uma nova amostragem para que sejam aplicadas a quantidade exata de calcário.

De acordo com as recomendações, é possível perceber que a média de aplicação de calcário nas áreas é de 1555 kg/ha-1, no qual o produtor não terá tempo hábil para aplicar e ainda incorporar as quantidades recomendadas nas devidas glebas, sendo realizadas aplicações somente nas glebas com maior necessidade que são as glebas Sede, Sede asfalto e Yannel onde não terá um grande custo de aplicação uma vez que a área a ser aplicada representa 37% do total das áreas cultivadas pela propriedade.

Nas outras glebas que necessitam de aplicação de calcário o mesmo será aplicado no ano de 2022, aplicação esta realizada antes dos cultivos de cobertura para que possam ser feitas as operações de incorporação nas glebas que necessitam.

No entanto para que facilite as aplicações e também não tenha grande impacto financeiro na propriedade o produtor pode optar pelo escalonamento das aplicações, aplicando escalonado em mais duas, sendo a primeira no ano de 2021 e a segunda e última parte no ano de 2022 facilitando a aplicação e estruturação do solo.

Com o plano de rotação de culturas da safra de 2020/2021, foram estipuladas as culturas de grãos como, soja, milho, painço, trigo e ainda para cobertura verde de solo nabo forrageiro e aveia, que serão abordados a seguir.

O produtor que administra a propriedade não leva em consideração a utilização de uma dosagem diferente de adubação em quilogramas necessária conforme a análise de solo de cada área, levando uma regulagem padrão para toda a safra. Levando em consideração outros pontos que o produtor tem maior atenção é a inoculação da soja, distribuição de sementes conforme a indicação de necessidade de cada cultivar e velocidade de semeadura.

Além disso, em análise das previsões climáticas para a safra de verão do noroeste do estado do Rio Grande do Sul, é interessante que o produtor busque o escalonamento da semeadura da cultura da soja para que possa maximizar possíveis perdas de produtividade, podendo escolher três possíveis datas para a implantação da cultura, semeando 30% na primeira época realiza entre os dias 1 a 10 de novembro, a segunda época entre 10 a 20 de novembro implantando mais 30% e a terceira época de semeadura implantando 40% da área entre os dias 20 e 30 de novembro, buscando alternar também a colheita.

### 2.3 ASPECTOS AMBIENTAIS

De acordo com o diagnóstico da prática profissional I a propriedade não se encontra totalmente enquadrada para a sustentabilidade e preservação ambiental que assegurada pela legislação ambiental vigente.

Assim como também algumas adequações em alguns aspectos ambientais, que se busca propor melhorias com o objetivo de trazer bem-estar e qualidade de vida para a família, assim como também organizar e reaproveitar materiais diversos oriundos da propriedade.

Conforme levantado na prática profissional I, Desconsi, Fronza e Tura (2020), descrevem a presença de um riacho nas glebas denominadas Lupi, sendo que este riacho divide as glebas Conforme o código ambiental vigente, as áreas de APP's devem ser preservadas de acordo com a largura dos riachos, onde que propriedades que possuem de 2 a 4 módulos fiscais, essa largura deve ser de 15 metros para as APP's, sendo que este riacho tem largura de 2 metros de leito, e em alguns pontos está bem abaixo do recomendado.

O produtor não possui local adequado para o armazenamento das embalagens cheias e vazias dos agrotóxicos utilizados na propriedade, sendo armazenados junto com ferramentas e outros utensílios utilizados, o que pode trazer sérios perigos a saúde dos familiares e animais. Além disso neste local de armazenamento possui um porão que é utilizado para armazenamento de alimentos e bebidas que são produzidos pela propriedade como embutidos, queijos e vinho, podendo ser contaminados com qualquer derramamento acidental dos agrotóxicos que estão armazenados acima.

Com isso é necessária a construção de um espaço isolado para o armazenado das embalagens cheias, que tenha acesso restrito apenas a pessoas autorizadas e devidamente protegidas, assim como também um local para o armazenamento das embalagens vazias, que possam ficar em separado, limpas, sem as devidas tampas e furadas, prontas para serem entregues as empresas de recolhimento das mesmas.

## 2.4 ASPECTOS ECONÔMICOS

Calculado os custos e receitas das atividades, é plausível fazer o demonstrativo dos resultados econômicos da safra 20/21 para que, a partir do mesmo, se possa ver os resultados finais de cada cultura e/ou atividade, e ainda adaptar-se quais destas são economicamente mais viáveis nessa propriedade. Este demonstrativo está exposto na tabela abaixo.

DRE das culturas safra 20/21.

Tabela 1

Itens	Soja Safra	Soja Safrinha	Milho	Trigo
<b>Receita Operacional Bruta (R\$)</b>	173.360,00	177.300,00	283.680,00	86.680,00
(-) Custos Variáveis (R\$)	39.395,88	56.331,00	100.242,50	26.295,42
Margem Bruta (R\$)	133.964,12	120.969,00	183.437,50	60.384,58
Margem Bruta/Hectare (R\$)	6.089,28	3.360,25	5.095,49	2.744,75
(-) Custos Fixos (R\$)	16.837,93	23.853,74	24.264,08	16.548,28
<b>Resultado Líquido do Exercício (R\$)</b>	<b>117.126,19</b>	<b>97.115,27</b>	<b>159.173,42</b>	<b>43.836,31</b>
Ponto Equilíbrio (sacas)	562	802	2.490	857
Ponto de Equilíbrio /hectare	25,56	22,27	69,17	38,95
Lucratividade (%)	67,6	54,8	56,1	50,6
Rentabilidade (%)	16,30	8,26	13,53	6,10
<b>% Margem bruta</b>	<b>77,3</b>	<b>68,2</b>	<b>64,7</b>	<b>69,7</b>
<b>Patrimônio (R\$)</b>	<b>718.710,64</b>	<b>1.176.071,95</b>	<b>1.176.071,95</b>	<b>718.710,64</b>
Soma de benfeitorias, máquinas e terras				
Áreas (ha)	22,00	36	36	22
Custo variável médio (CVMe)	22,38	31,29	17,40	14,94
Custo fixo médio (CFMe)	9,57	13,25	4,21	9,40
Custo total médio (CTMe)	31,95	44,55	21,62	24,34
Preço de venda	100	100	50	50

Fonte: produção do pesquisador.

De modo geral, de modo geral, os custos variáveis totais da propriedade tiveram um aumento significativo, já que alguns insumos tiveram altas significativas, o que acaba fazendo a diferença é a expectativa de rendimento que foi utilizada para projetar os resultados do ano 20/21 pois, na soja foi estimada uma produtividade 5 sc ha-1 e no trigo e no milho, 10 sc ha-1 superiores aos obtidos no ano anterior, além de um alto crescimento no valor da commodities.

Além da expectativa de rendimento ser um pouco superior ao ano anterior, o ano de 2020 tende a ser bastante favorável em questão aos preços, pois já se



teve oportunidade de negociação da saca de soja a R\$100,00, milho e trigo a R\$50,00, para a próxima safra.

Contudo, caso confirmados esses resultados, o lucro geral da propriedade será R\$ 168.106,94 superior, o que corresponde a um resultado 67,60% superior ao ano anterior. O lucro, a lucratividade, margem bruta e a rentabilidade também aumentam de um ano para o outro, sendo que, como o capital investido e utilizado é o mesmo nos dois anos, a rentabilidade geral no ano 20/21 tende a ser de aproximadamente 10,9 %, rentabilizando 4,39 % a mais no ano.

## CONCLUSÃO

Na execução da Prática Profissional I foram identificados alguns pontos positivos e também pontos negativos, portanto, os negativos necessitam ser trabalhados para a melhora tanto em âmbitos técnicos, econômicos, ambientais e/ou sociais.

Ao se desenvolver o diagnóstico da propriedade do Sr. Deomedes Luis Fronza procurou-se apontar os aspectos que necessitam de melhorias dentro da unidade de produção com o objetivo de serem acertados para que a propriedade utilize todo seu potencial. Assim, os dados obtidos durante a prática profissional I foram avaliados para serem criadas ações capazes de potencializar a propriedade estudada.

A partir do estudo, fica a inquietação sobre quais as melhorias se fazem necessárias para otimizar os resultados sob os aspectos técnicos, econômicos, sociais e ambientais da propriedade rural em estudo.

A análise dos dados buscados durante a Prática Profissional I, permitem responder a tal questionamento de maneira a elaborar melhorias que venha a atuar para o sucesso do empreendimento, tendo por fatores básicos todos os pontos citados acima.

Para uma análise mais ampla dos resultados alcançados, foram formuladas algumas hipóteses, as quais serão respondidas a seguir: a primeira hipótese faz menção a necessidade de se adequar à legislação ambiental, com

a necessidade de interferir na infraestrutura hoje existente, situação que se confirma, pois, a propriedade precisa se adequar em relação a sua forma de armazenamento de agrotóxicos e abastecimento do pulverizador, e a implantação de um piso de contenção para o abastecimento de combustível das máquinas.

A segunda hipótese cita que é necessário ajustar o sistema de terraceamento da propriedade, evitando problemas de perda de solo e água, que também se confirma, pois necessita de alguns ajustes que irão ocasionar melhores condições de trabalho além de conservar o solo evitando perdas por erosão.

Na terceira hipótese menciona que de acordo com as análises de solo, a utilização de adubação química nos cultivos de milho e trigo é insuficiente para suprir as expectativas de produção 10000 kg e 3000 kg respectivamente, proposição que ficou evidente, pois, o cultivo de milho, necessitava de maiores quantidades de adubação de base.

Na quarta hipótese, refere-se ao consumo de alimentos produzidos na propriedade, atitude que implica em menor gasto com aquisição gêneros alimentícios, o que leva a ter melhor qualidade de vida e maior satisfação para os integrantes da família. A hipótese se confirma, pois, nas entrevistas a família demonstrou grande satisfação em produzir alimentos saudáveis, de qualidade e com baixo custo

A quinta hipótese cita que as máquinas e equipamentos da propriedade atendem à demanda, podendo realizar a prestação de serviços quando tiver mão de obra disponível, situação que se confirma, pois realmente as máquinas e implementos estão superdimensionadas, podendo prestar serviços remunerados.

A sexta hipótese se refere a implantação de um sistema de rotação de rotação de culturas alternativo que pode melhorar os atributos físico hídricos do solo da propriedade, ação que se confirma, pois, é de grande a importância formação de palhada e rotação de diferentes sistemas radiculares.

Na sétima hipótese que menciona que as análises foliares das duas glebas em estudo apresentam deficiência dos nutrientes P e K e seguem o resultado encontradas nas análises químicas de solo, não podendo ser validadas devido as condições de estresse hídrico no momento do estudo.

Já na última hipótese cita que com a implantação de um pró-labore para os integrantes, tem-se condições de melhorar organização financeira da propriedade, proposta que se confirma, pois, o pró-labore além de ser uma remuneração justa para cada integrante, também é uma ferramenta de gestão, para o controle dos gastos.

Após analisar o conjunto de hipóteses, é possível responder ao problema do estudo que busca identificar, quais melhorias que se fazem necessárias para otimizar os resultados sob os aspectos técnicos, econômicos, sociais e ambientais da propriedade rural em estudo?

Para a melhoraria da propriedade do Sr. Deomedes Luis Fronza, localizada no município de Horizontina-RS e com posterior análise de dados levantados através do viés agrônomo, proporcionou o conhecimento das melhorias e adequações necessárias na unidade produtiva estendendo desde o sistema de produção de grãos, conservação ambiental, aspectos sociais e incremento da rentabilidade, realizando atos que buscam melhorar o desenvolvimento da propriedade, trazendo qualidade de vida para toda a família envolvida.

As embalagens de agrotóxicos são descartadas de forma correta, porém não são armazenadas em local correto, ficando juntamente com ferramentas em um local aberto e com livre acesso, já para as embalagens vazias o armazenamento é feito juntamente com as tampas o que não é o correto tendo que ser furadas e armazenadas separadamente para que posterior entregues ao destino correto.

A propriedade possui um bom sistema de terraceamento nas glebas, porém em uma das glebas, água está causando grandes erosões na estrada, que afundou, cerca de 1,5 metros do nível da lavoura, futuramente pode ocasionar em uma grande voçoroca sendo necessário intervir, levantando a

estrada a nível da lavoura e emendando os terraços, fazendo que a água permaneça na lavoura.

A adubação realizada na propriedade era insuficiente para as produtividades desejadas, pois a propriedade não vinha adotando a utilização de análises de solo, e sim realizavam as adubações conforme achavam interessante sem nenhum padrão a ser seguido, assim foram recomendados adubação conforme os dados encontrados nas análises químicas de solo.

A propriedade conta com uma produção de alimentos de boa qualidade, além de saudáveis, e com um baixo custo, pois a mão de obra é toda familiar, sendo sustentável, pois é utilizado o esterco dos animais para a adubação da horta.

As máquinas da propriedade estão superdimensionadas, porém não é aconselhável vende-las, pois, a região possui um microclima diferenciado, podendo fazer duas safras de verão, o que tem uma maior demanda de máquinas por área em um curto período de tempo, além de o produtor poder escolher as melhores horas para a realização dos tratamentos culturais.

A propriedade já conta com um sistema de rotação de culturas, porém, é de grande importância a consorciação de plantas recuperadoras de solo que objetivam diversificar sistemas radiculares e diferentes ciclagens de nutrientes proporcionando melhores condições químicas e físicas do solo, além de menores custos com aplicações de herbicidas.

A análise foliar deve ser realizada no período de florescimento da cultura, e sendo a planta em condições hídricas favoráveis para a coleta, porém nesse período de estudo o cenário não permitiu que fosse realizada a leitura, pois nesse período ocorreu grande déficit hídrico.

A propriedade não possuía nenhum tipo de controle de gastos por pessoa, e com a implantação do pró-labore, é possível mensurar os custos com maior facilidade, tornando fácil a gestão da propriedade.

Contudo é de suma importância que existam conhecimentos que perpassam gerações e as que inovações também sempre estejam presentes para que a propriedade tenha sucesso que é motivador e pode despertar a

vontade de seguir em frente com a propriedade, passando a de geração em geração, sempre atento a gestão da propriedade.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Joseani O. 2016. Semeadura em contorno pode reduzir em até 50% perdas de água e solo por erosão. **Público** [online]. 9 de novembro de 2016. [Acesso em 10/04/2020]. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/17952130/semeadura-em-contorno-pode-reduzir-em-50-perdas-de-agua-e-solo-por-erosao>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

ARRUDA, Murílio Rodrigues; MOREIRA, Adônis; PEREIRA, José Clério Rezende. 2014. **Amostragem e Cuidados na Coleta de Solo para Fins de Fertilidade**. Circular técnica, 115. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental. ISSN: 1517-3135.

BERGER, Déverson Beater; OLIVEIRA, Rafael da Silveira. 2018. **Dimensionamento Operacional de Tratores Agrícolas em Propriedades Rurais do Município de Três de Maio-RS**. Trabalho de conclusão de curso em Agronomia. Sociedade Educacional Três de Maio.

BRASSI, Luiz Antônio; DENUCCI, Sylmar; PORTAS, Armando Azevedo. 2008. **Nabo**- Adubo verde, forragem e bioenergia.

COOPER, Miguel; MAZZA, Jairo Antônio. s.d. **Densidade do Solo e Densidade de Partículas**. Aula de física do solo. Universidade de São Paulo. São Paulo.

COMETTI, Nilton Nélio. 2012. **Mecanização Agrícola**. Curitiba, PR: Livro técnico. ISBN: 978-85-63687-35-7

COMISSÃO DE QUÍMICA E FERTILIDADE DO SOLO - RS/SC. 2004. **Manual de Calagem e Adubação para os Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina**. 10. ed. Porto Alegre, RS: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo.

COMISSÃO DE QUÍMICA E FERTILIDADE DO SOLO - RS/SC. 2016. **Manual de calagem e adubação para os Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina**. 11. ed. Santa Maria: Núcleo Regional Sul. ISBN 978-85-66301-80-9

CONAB. 2018. **Acompanhamento da Safra Brasileira**. Companhia Nacional de Abastecimento. v.1. n.1. Brasília. (2018). Manejo da compactação do solo em sistemas de produção de soja sob semeadura direta. Circular técnica, 63. Londrina. Centro Nacional de Pesquisa da Soja. ISSN: 1516-7860.

DEBÉRTOLIS, A. J. **Trabalhador na Administração de Propriedades em Regime de Economia Familiar**. 2. ed. Curitiba: Senar-PR, 2005. FLORES, Aécio W.; RIES, Leandro R.; ANTUNES, Luciano M. **Gestão Rural**. Porto Alegre: Ed. dos autores, 2006.

DENARDIN, José Eloir; LEMAINSKI, Jorge. 2019. **Compactação e Adensamento do Solo**. Ocorrência, origem, caracterização, riscos, danos, soluções e prevenções. Embrapa Trigo. Passo Fundo. 30/05.

FARIAS, Cleuza Maria. GIL, Marcelo Freitas. **Cooperativismo**. Aula de cooperativismo. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia. Pelotas. 20/04.

GRAF, Lúcio Vicente. 2016. **Gestão da Propriedade Rural**: um estudo sobre a autonomia do jovem na gestão da propriedade rural. Trabalho de conclusão de curso de administração. Centro Universitário Univates.

MACHADO, Pedro Luis O. Almeida; WADAT, Paulo Guilherme S. s.d. **Terraceamento**.

FEIJÓ, Ricardo Luis Chaves. 2011. **Economia Agrícola e Desenvolvimento Rural**. Rio de Janeiro, RJ: LTC. ISBN 978-85-216-1787-7.

FORCELLINI, Carlos Alberto. 2009. **Semeadura Direta Muda Estratégia de Controle de Doenças**. Visão agrícola nº9. São Paulo: ESALQ.

FLORES, Aécio Witches; RIES, Leandro Reneu; ANTUNES, Luciano Medici. 2006. **Gestão Rural**. Porto Alegre, RS: Ed. dos Autores.

GALLI, F.; TOKESHI, H.; CARVALHO, P. de C.T. de. Manual de fitopatologia: doenças das plantas e seu controle. São Paulo: Agronômica Ceres, 1968. 640 p.  
2000. **Compactação e Descompactação de Solo**. Passo Fundo: ISSN: 1516-5582.

LIMA, A. A. *et al.* **Lixo Rural**: O caso do município de João Alfredo (PE). Revista Caminhos de Geografia. v. 1 n. 16, p. 1-5, out/2005

LIMA, Juliana Domingues; ALDRIGHI, Michel; SAKAI, Ronaldo Kazuo; SOLIMAN, Everton Pires; MORAES, Wilson da Silva. 2007. **Comportamento do Nabo Forrageiro (*Raphanus sativus* L.) e da Nabiça (*Raphanus raphanistrum* L.) como Adubo Verde**. Pesquisa Agropecuária Tropical 37. Registro. Universidade Estadual Paulista. Março p. 60-65.

MACHADO, Luís Armando Zago. 2000. **Aveia**: forragem e cobertura de solo. Dourados. Embrapa Agropecuária Oeste. ISSN



MAKISHIMA, Nozomu; MELO, Luis Antônio Silveira; COUTINHO, Vanessa; ROSA, Fernandes Leonídia Leite. 2010. **Projeto Horta Solidária**: cultivo de hortaliças. 2. Ed. Jaguariúna, SP: Embrapa meio ambiente. pp. 24. ISBN 85-85771-39-9.

MORAES, Jorge Luiz do Amaral. SCHWAB, Patrícia Inês. 2019. **O Papel do Cooperativismo no Fortalecimento da Agricultura Familiar**. *Revista do CEPE*. nº 48. Santa Cruz do Sul. Universidade de Santa Cruz do Sul. Jan/Jun pp. 67-69.

RODRIGUES, Antônio Neri Azevedo. AZEVEDO, Diógenes Manoel Pedrosa. LEÔNIDAS, Francisco das Chagas. COSTA, Rogério Sebastião Correia. 1998. **Interpretação de Análise de Solo e Recomendação de Adubação e Calagem**. Circular técnica, 39. Rondônia: Centro de pesquisa agroflorestal de Rondônia. ISSN: 0103-9334

SEBRAE. 2019. **Perfil das Cidades Gaúchas**. Horizontina, RS: pp. 21.

## **ANÁLISE PRINCÍPIOLÓGICA E JURISPRUDENCIAL SOBRE O PARCELAMENTO CLANDESTINO OU IRREGULAR DE ÁREAS URBANAS E A RESPONSABILIDADE PELA REPARAÇÃO DE EVENTUAIS DANOS SOCIOAMBIENTAIS DECORRENTES DESTA ATIVIDADE ECONÔMICA**

Magda Helena Fernandes Medina Pereira<sup>1</sup>  
Raquel Luciene Sawitzki Callegaro<sup>2</sup>

### **RESUMO**

A presente pesquisa versa sobre parcelamento ilegal do solo sob a ótica de princípios constitucionais e ambientais pátrios, e entendimento jurisprudencial pertinentes ao tema. Tem-se como recorte temático a análise de loteamentos irregulares e clandestinos de áreas urbanas, os impactos fáticos nocivos à vida de seus adquirentes, bem como a responsabilidade por danos socioambientais ocasionados por esta prática ilícita. A metodologia é lastreada em investigação de normas jurídicas vigentes e atualizada bibliografia, através de análise qualitativa, assim como a utilização de método hipotético-dedutivo para interpretação de dados. Considera-se ser relevante este estudo, haja vista tratar sobre o tema atual sob diversas óticas, a fim de que cada ponto de vista seja convite à ponderação e aprofundamento sobre a temática posta.

Palavras-chave: Loteamento – Irregular – Clandestino – Danos Socioambientais.

### **INTRODUÇÃO**

Inebriados pelo sonho da moradia própria, é crescente o número de pessoas que, em decorrência dos poucos recursos financeiros, adquirem lotes urbanos, geralmente situados em áreas consideradas de expansão da zona

---

<sup>1</sup> Bacharela em Direito pela FEMA. Graduada em Letras pelo Centro Universitário Ritter dos Reis de Porto Alegre. Mediadora Judicial certificada pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul – TJRS. E-mail: magdahmedina@hotmail.com

<sup>2</sup> Mestra em Direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUI, área de concentração: Direitos Humanos e na linha de pesquisa: Direitos Humanos, Meio Ambiente e Novos Direitos. Graduada em Direito pela FEMA - Faculdades Integradas Machado de Assis. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pós-graduada em nível de Especialização em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria pela SETREM, Pós-graduação em nível de Especialização em Gestão Pública Municipal pela UFSM. Desde o ano de 2004, integra o quadro de servidores públicos do município de Horizontina onde atua como membro da Controladoria Municipal. E-mail: raquelcallegaro@gmail.com.

urbana, que não dispõem da infraestrutura mínima exigida por lei. Entretanto, em que pese a ilegalidade destes loteamentos, em razão da carência de fiscalização pelo ente público, restam consolidados.

Ante a esta situação fática, os loteadores, em prol da lucratividade de sua atividade econômica, usurpam os direitos dos adquirentes destes lotes, visto que esses somente têm a posse de seus imóveis, bem como violam direitos fundamentais individuais, sociais e difusos garantidos pela Constituição Federal. Além disso, em razão da inobservância da legislação pertinente ao parcelamento do solo e implantação de loteamento, causam danos graves ao meio ambiente.

Diante do exposto, a presente pesquisa tem como intento analisar, à luz dos princípios constitucionais e ambientais do ordenamento jurídico pátrio, assim como do entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal de Justiça - STJ, o parcelamento clandestino ou irregular de áreas urbanas e a responsabilização dos infratores pela reparação de eventuais danos socioambientais causados.

## **1 METODOLOGIA**

Na presente pesquisa utiliza-se a interpretação de dados através do método hipotético-dedutivo. A natureza da pesquisa é teórica, haja vista a investigação ser lastreada nas normas jurídicas vigentes, bem como em pertinente e atualizada bibliografia. Concernente aos fins, analisam-se os dados de forma qualitativa, visto que se prima pela ponderação, conforme os padrões propostos na pesquisa sobre o material obtido.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

A análise no presente trabalho foi lastreada, em termos doutrinários, nos autores Miguel Reale e Terence Trennepohl, bem como, quanto ao arcabouço legal, nos preceitos da Constituição Federal de 1988, das Leis n.º 4.717/1965 (Ação Popular), n.º 6.766/1979 (Lei do Parcelamento do Solo Urbano), n.º 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente), n.º 7.347/85 (Ação Civil Pública), n.º 9.605/1998 (Lei dos Crimes Ambientais), n.º 10.257/2001 (Estatuto

da Cidade) e n.º 10.406/2002 (Código Civil), bem como do Decreto n.º 6.514/2008 .

### 3 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Inicialmente, cabe delimitar os conceitos norteadores de princípios e loteamento, assim como, as definições, à luz do Direito ambiental, de dano e responsabilidade ambiental. Define Miguel Reale (1986), que princípios gerais do Direito são:

[...] verdades ou juízos fundamentais, que servem de alicerce ou de garantia de certeza a um conjunto de juízos, ordenados em um sistema de conceitos relativos à dada porção da realidade. Às vezes também se denominam princípios certas proposições, que apesar de não serem evidentes ou resultantes de evidências, são assumidas como fundantes da validade de um sistema particular de conhecimentos, como seus pressupostos necessários. (REALE, 1986, p. 60).

Segundo Terence Trennepohl (2019), o dano ambiental tem aspecto peculiar, devido ao seu caráter ambivalente, haja vista ora designar “[...] alterações nocivas ao ambiente, ora os efeitos provocados por essas alterações à saúde das pessoas envolvidas”. (TRENNEPOHL, 2019, p. 235).

Pertinente à responsabilidade ambiental, Trennepohl (2019), salienta que “[...] o sistema de responsabilidade civil, relacionada ao meio ambiente, traz uma maior segurança do bem tutelado”, haja vista independer da aferição de culpa e ser considerada a essencialidade da relação entre o dano ambiental, a responsabilização do agente causador e a reparação do ambiente degradado. (TRENNEPOHL, 2019, p. 235-236).

Dispõe o § 1º do art. 2º da Lei n.º 6.766/79 sobre o conceito de loteamento, qual seja: “[...] a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.” Após tais considerações, passa-se ao aprofundamento da análise da temática objeto do presente trabalho.

### 3.1 PARCELAMENTO ILEGAL DO SOLO: LOTEAMENTOS CLANDESTINOS E IRREGULARES

Inicialmente, faz-se imprescindível distinguir as duas espécies de loteamentos ilegais, quais sejam: os clandestinos e os irregulares.

Consoante o voto do Min. Herman Benjamin, Relator do REsp 1.164.893/SE, julgado em 23/11/2016, que adotou o ensinamento de “José Afonso da Silva”, há duas espécies de loteamentos ilegais:

[...] loteamentos (sentido amplo) ilegais são de duas espécies: (a) os clandestinos, que são aqueles que não foram aprovados pela Prefeitura Municipal; (b) os irregulares, que são aqueles aprovados pela Prefeitura mas que não foram inscritos, ou o foram mas são executados em conformidade com o plano e as plantas aprovadas. [...] (REsp 1.164.893/SE).

Pertinente à aludida matéria, a Lei do Parcelamento do Solo estabelece as diretrizes para constituir um loteamento, desde os requisitos urbanísticos, a elaboração e aprovação do projeto, assim como o registro imobiliário, disciplinados respectivamente nos artigos 4º e 5º, 6º a 9º, 12 a 17 e 18 a 23 do mencionado Diploma Legal.

Entretanto, em que pese as disposições legais supramencionadas, em situações fáticas, ocorrem vendas de lotes pelos loteadores, sem terem sido devidamente registrados os loteamentos, assim caracterizando a ilegalidade desses empreendimentos.

Nesse sentido, há vedação legal para a venda ou a promessa de venda de parcela de loteamento não registrado, conforme dispõe o art. 37 da Lei n.º 6.766/79. Assim sendo, a inobservância de tal preceito jurídico caracteriza a ilegalidade do loteamento.

No mesmo lume, dispõe o art. 166, inciso II, do Código Civil, que preceitua ser nulo o negócio quando o seu objeto for ilícito, impossível ou indeterminado. Dessa forma, no caso de loteamentos ilegais, haja vista a venda estar eivada de ilicitude, resta configurada a invalidade do negócio jurídico.

### 3.2 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E AMBIENTAIS RELEVANTES AO TEMA DA PRESENTE PESQUISA

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu um marco na conquista de direitos fundamentais individuais, sociais e difusos. Nessa senda, estão o direito à dignidade da pessoa humana, à moradia e à propriedade, que constituem direitos fundamentais individuais e sociais, assim como o direito ao meio ambiente equilibrado, que, por sua vez, se trata de direito ambiental difuso.

Dispõe o art. 1º, inciso III, da Constituição Federal que um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito é o direito à dignidade da pessoa humana. Esse princípio constitucional, que se trata de garantia de vida digna a cada cidadão, orienta outros dispositivos do referido Diploma Legal, tais como os artigos 170, *caput*, e 226, § 7º. *In verbis*:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim **assegurar a todos existência digna**, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:[...]. (Grifo nosso).

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

[..]

§ 7º **Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana** e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas [...]. (ARTIGO 170, CAPUT, § 7º. *In VERBIS*). (Grifo nosso).

Por sua vez, o direito à moradia, assegurado no art. 6º da Constituição Federal, faz parte dos direitos sociais e é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme dispõe o art. 23, *caput*, do aludido Diploma Legal. Além disso, cabe a esses entes públicos “[...] promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico; [...]”, conforme o inciso IX do mencionado artigo.

No tocante ao Princípio do Direito à Propriedade tem como escopo assegurar vida digna a cidadãos brasileiros de forma livre e igualitária, bem



como a garantir os direitos de uso, gozo e domínio/posse da propriedade, conforme inciso XXII do art. 5º da Constituição Federal.

Pertinente aos princípios do Direito Ambiental, cabe salientar que o meio ambiente é amparado legalmente pelo Princípio do Meio Ambiente Equilibrado, conforme dispõe o art. 225, *caput*, da Constituição Federal:

Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 225).

No mesmo lume, preceitua o aludido Diploma Legal, no § 1º e incisos, formas para assegurar o direito intergeracional ao meio ambiente equilibrado:

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; (Regulamento)

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético; (Regulamento) (Regulamento) (Regulamento) (Regulamento)

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; (Regulamento).

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade; (Regulamento)

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente; (Regulamento)

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade. (Regulamento) (CONSTITUIÇÃO FEDERAL).

Assim sendo, tem-se que o mencionado princípio é basilar para o arcabouço normativo pertinente ao Direito Ambiental.

Outrossim, Trennepohl (2019) elencou princípios ambientais que,

dentre outros, são considerados de maior relevância para o meio ambiente, quais sejam: a) do Direito Humano Fundamental; b) da Prevenção e Precaução; c) do Equilíbrio; d) da Responsabilidade; e) do poluidor-pagador; f) do Desenvolvimento Sustentável; g) do Limite e h) Democrático (TRENNENPOHL, 2019, p. 53-74).

O Princípio do Direito Humano Fundamental, considera igualmente como extensão ao direito à vida, ser o meio ambiente um direito fundamental, haja vista o direito de cada cidadão e das gerações futuras de disfrutar de meio ambiente ecologicamente sadio e equilibrado.

Pertinente ao Princípio da Prevenção e da Precaução, cabe entendê-los de forma conjunta, haja vista terem como escopo evitar riscos e consequências de atividades danosas ao meio ambiente.

Nesse sentido, cabe salientar que o Princípio da Prevenção busca inibir o risco de atividade perigosas, tratando-se de dano real. Enquanto que o Princípio da Precaução preocupa-se com o perigo de dano ambiental em potencial, ou seja, em abstrato.

Por sua vez, o Princípio do Equilíbrio, que tem íntima relação com o desenvolvimento sustentável, caracteriza-se pela ponderação de valores entre os impactos ambientais e os benefícios econômicos que um empreendimento pode acarretar ao meio ambiente.

Quanto ao Princípio da Responsabilidade, haja vista o disposto do 225, *caput*, da Constituição Federal, o qual preceitua ser direito fundamental individual e coletivo o meio ambiente ecologicamente sadio, equilibrado, faz-se imprescindível que sejam punidas possíveis infrações à aludida garantia constitucional.

Assim sendo, dispõe o § 3º do aludido Diploma Legal, que estão sujeitos a sanções penais e administrativas, as pessoas físicas e jurídicas que forem responsáveis por lesão ao meio ambiente, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

O Princípio do Poluidor-pagador tem por finalidade repassar ao poluidor o ônus econômico proporcional ao ato lesivo causado ao meio ambiente,

através de obrigação de reparação e/ou de indenização.

No quis respeito ao Princípio do Desenvolvimento Sustentável, “[...] é aquele que busca atender aos anseios do presente, tentando não comprometer a capacidade e o meio ambiente das gerações futuras.” (TRENNENPOHL, 2019, p. 66).

O Princípio do Limite o Estado, no exercício do poder de polícia ambiental, impõe limitações legais a direitos individuais, tais como o “[...] uso e gozo da propriedade, a liberdade de comércio, de indústria [...]”, a fim de propiciar a utilização racional dos recursos do meio ambiente e garantir os interesses da comunidade. (TRENNENPOHL, 2019, p. 66).

Por derradeiro, o Princípio Democrático visa assegurar a participação democrática de cada cidadão na proteção do meio ambiente, conforme dispõe o inciso VI do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, qual seja: “[...] promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.” (Constituição Federal, art. 225).

Ante o exposto, passa-se à análise do ônus causado pelo loteador aos adquirentes de lotes em situação ilegal.

### 3.3 O SONHO DA MORADIA PRÓPRIA FURTADO PELA AÇÃO ILÍCITA DE LOTEADORES

A conduta de omissão e dolo de loteadores de empreendimentos ilegais inexoravelmente impõe grave ônus a adquirentes de lotes em situação ilegal, uma vez que somente é concretizada a posse destes imóveis, pois a propriedade é subtraída pela situação ilícita destes loteamentos.

Dessa forma, o sonho da moradia própria, em razão de tais circunstâncias, adquire aspecto lúgubre e monstruoso, transformando-se em quimera, que traz de um lado o loteador, verdadeiro lobo em pele de cordeiro, e, no outro, a figura do adquirente, aturdido pelo sonho utópico de ter seu lugar ao sol, tornando-se presa fácil para oponente astuto.

Ante a tal cenário fático, restam poucas alternativas para estes

adquirentes, uma vez que não têm o registro imobiliário destes imóveis, pois figuram apenas como possuidores desses bens e, por conseguinte, sofrem iminente risco de perderem seus lotes.

Cabe ainda salientar que, neste contexto, as famílias instaladas em lotes ilegais, geralmente, estão expostas a vários riscos, devido à falta de infraestrutura adequada, tais como: a) inundações e alagamentos; b) consumo de água intoxicada; c) desmoronamentos, deslizamentos e erosões, entre outros.

Diante do exposto, torna-se condição “sine qua non” à garantia dos direitos fundamentais individuais, sociais e difusos garantidos pela Constituição Federal, que haja a responsabilização civil e ambiental por danos/agruras causados a cidadãos e ao meio ambiente.

Nesse sentido, dispõem o art. 225, § 1º, inciso VII, e § 3º, todos, da Constituição Federal, o art. 927 do Código Civil, artigos 2º e 43, e seguintes, todos do Decreto n.º 6.514/2008, artigos 2º, 3º e 38 e seguintes, todos da Lei n.º 9.605/98.

Outrossim, além dos mencionados dispositivos legais, é cabível a Ação Civil Pública, a afim de haver a responsabilização por danos morais e patrimoniais, dentre eles ao meio-ambiente, entre outros, elencados no art. 1º, e incisos, da Lei n.º 7.347/85.

No mesmo lume, é admissível a propositura de Ação Popular, conforme disposto no art. 5º, inciso LXXIII, da Constituição Federal e no art. 1º da Lei n.º 4.717/65.

### 3.4 RESPONSABILIDADE PELA REPARAÇÃO DE DANOS SOCIOAMBIENTAIS: ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL

Ante ao cenário descrito ao longo da presente pesquisa, verifica-se que a consolidação de loteamentos ilegais demonstra a ausência ou ineficácia da fiscalização pública, em especial do ente municipal, quanto a estes empreendimentos eivados de ilicitude.

Nesse sentido, conforme o art. 37, *caput*, e § 6º, da Constituição Federal

cumulado com o art. 43 do Código Civil, o Estado é responsável de forma objetiva por danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros. Porém, há lacuna no mencionado Diploma Legal, pois não explicita a sua aplicação nos casos de conduta omissiva do Estado.

Além disso, pertinente à responsabilidade civil ambiental, que recebe tratamento jurídico peculiar, há expressa determinação legal para que o Estado proteja o meio ambiente, conforme dispõe os artigos 30, inciso VIII, o *caput* do art. 225 da Constituição Federal.

Outrossim, nas legislações infraconstitucionais, há semelhante determinação, tais como no inciso IV do art. 3º/c o § 1º do art. 14, ambos, da Lei n.º 6.938/81 e art. 2º, I e VI, "c", do Estatuto da Cidade.

Ao promulgar a Lei n.º 6.766/79, o legislador instrumentalizou prefeituras para promoverem ativamente a regularização de loteamentos irregulares, consoante os artigos 40 e 41 do aludido Diploma Legal. *In verbis*:

Art. 40. A Prefeitura Municipal, ou o Distrito Federal quando for o caso, se desatendida pelo loteador a notificação, poderá regularizar loteamento ou desmembramento não autorizado ou executado sem observância das determinações do ato administrativo de licença, para evitar lesão aos seus padrões de desenvolvimento urbano e na defesa dos direitos dos adquirentes de lotes.

§ 1º A Prefeitura Municipal, ou o Distrito Federal quando for o caso, que promover a regularização, na forma deste artigo, obterá judicialmente o levantamento das prestações depositadas, com os respectivos acréscimos de correção monetária e juros, nos termos do § 1º do art. 38 desta Lei, a título de ressarcimento das importâncias despendidas com equipamentos urbanos ou expropriações necessárias para regularizar o loteamento ou desmembramento.

§ 2º As importâncias despendidas pela Prefeitura Municipal, ou pelo Distrito Federal quando for o caso, para regularizar o loteamento ou desmembramento, caso não sejam integralmente ressarcidas conforme o disposto no parágrafo anterior, serão exigidas na parte faltante do loteador, aplicando-se o disposto no art. 47 desta Lei.

§ 3º No caso de o loteador não cumprir o estabelecido no parágrafo anterior, a Prefeitura Municipal, ou o Distrito Federal quando for o caso, poderá receber as prestações dos adquirentes, até o valor devido.

§ 4º A Prefeitura Municipal, ou o Distrito Federal quando for o caso, para assegurar a regularização do loteamento ou desmembramento, bem como o ressarcimento integral de importâncias despendidas, ou a despende, poderá promover judicialmente os procedimentos cautelares necessários aos fins colimados.

§ 5º A regularização de um parcelamento pela Prefeitura Municipal,

ou Distrito Federal, quando for o caso, não poderá contrariar o disposto nos arts. 3º e 4º desta Lei, ressalvado o disposto no § 1º desse último. (Incluído pela Lei nº 9.785, de 1999)

Art. 41. Regularizado o loteamento ou desmembramento pela Prefeitura Municipal, ou pelo Distrito Federal quando for o caso, o adquirente do lote, comprovando o depósito de todas as prestações do preço avençado, poderá obter o registro, de propriedade do lote adquirido, valendo para tanto o compromisso de venda e compra devidamente firmado. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, Lei n.º 6.766/79).

Outrossim, nos artigos 50 a 52 do mencionado Diploma Legal, o legislador constituiu como crime contra a administração pública o parcelamento do solo de forma ilegal e a responsabilização dos infratores desse crime, através de sanções penais:

Art. 50. Constitui crime contra a Administração Pública.

I - dar início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento ou desmembramento do solo para fins urbanos, sem autorização do órgão público competente, ou em desacordo com as disposições desta Lei ou das normas pertinentes do Distrito Federal, Estados e Municípios;

II - dar início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento ou desmembramento do solo para fins urbanos sem observância das determinações constantes do ato administrativo de licença;

III - fazer ou veicular em proposta, contrato, prospecto ou comunicação ao público ou a interessados, afirmação falsa sobre a legalidade de loteamento ou desmembramento do solo para fins urbanos, ou ocultar fraudulentamente fato a ele relativo.

Pena: Reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa de 5 (cinco) a 50 (cinquenta) vezes o maior salário mínimo vigente no País.

Parágrafo único - O crime definido neste artigo é qualificado, se cometido.

I - por meio de venda, promessa de venda, reserva de lote ou quaisquer outros instrumentos que manifestem a intenção de vender lote em loteamento ou desmembramento não registrado no Registro de Imóveis competente.

II - com inexistência de título legítimo de propriedade do imóvel loteado ou desmembrado, ou com omissão fraudulenta de fato a ele relativo, se o fato não constituir crime mais grave.

II - com inexistência de título legítimo de propriedade do imóvel loteado ou desmembrado, ressalvado o disposto no art. 18, §§ 4º e 5º, desta Lei, ou com omissão fraudulenta de fato a ele relativo, se o fato não constituir crime mais grave. (Redação dada pela Lei nº 9.785, de 1999).

Pena: Reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa de 10 (dez) a 100 (cem) vezes o maior salário mínimo vigente no País.

Art. 51. Quem, de qualquer modo, concorra para a prática dos crimes previstos no artigo anterior desta Lei incide nas penas a estes cominadas, considerados em especial os atos praticados na qualidade de mandatário de loteador, diretor ou gerente de sociedade.



Parágrafo único. (VETADO) (Incluído pela Lei nº 9.785, de 1999).  
Art. 52. Registrar loteamento ou desmembramento não aprovado pelos órgãos competentes, registrar o compromisso de compra e venda, a cessão ou promessa de cessão de direitos, ou efetuar registro de contrato de venda de loteamento ou desmembramento não registrado.  
Pena: Detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa de 5 (cinco) a 50 (cinquenta) vezes o maior salário mínimo vigente no País, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 50 a 52).

Cabe ponderar que o legislador, ao dispor de tais instrumentos, vinculou aos Municípios o poder-dever de regularização de loteamentos não regularizados e/ou executados sem a observância dos atos administrativos para a licença de parcelamento do solo.

A partir da Lei de Parcelamento do Solo, houve uma celeuma jurídica sobre até que ponto deve ser responsabilizado o ente público nestes casos, bem como se seria de forma solidário ou subsidiária, haja vista a prática destes crimes serem prejuízos ao erário.

O Supremo Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1113789/SP, em 16/06/2009, decidiu que o Município era responsável solidário por danos decorrentes de loteamentos clandestinos:

ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LOTEAMENTO IRREGULAR. DANO AMBIENTAL. RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO. ART. 40 DA LEI N. 6.766/79. PODER-DEVER. PRECEDENTES.

1. O art. 40 da Lei 6.766/79, ao estabelecer que o município "poderá regularizar loteamento ou desmembramento não autorizado ou executado sem observância das determinações do ato administrativo de licença", fixa, na verdade, um poder-dever, ou seja, um atuar vinculado da municipalidade. Precedentes. 2. Consoante dispõe o art. 30, VIII, da Constituição da República, compete ao município "promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano". 3. Para evitar lesão aos padrões de desenvolvimento urbano, o Município não pode eximir-se do dever de regularizar loteamentos irregulares, se os loteadores e responsáveis, devidamente notificados, deixam de proceder com as obras e melhoramentos indicados pelo ente público. 4. O fato de o município ter multado os loteadores e embargado as obras realizadas no loteamento em nada muda o panorama, devendo proceder, ele próprio e às expensas do loteador, nos termos da responsabilidade que lhe é atribuída pelo art. 40 da Lei 6.766/79, à regularização do loteamento executado sem observância das determinações do ato administrativo de licença. 5. No caso, se o município de São Paulo, mesmo após a

aplicação da multa e o embargo da obra, não avocou para si a responsabilidade pela regularização do loteamento às expensas do loteador, e dessa omissão resultou um dano ambiental, deve ser responsabilizado, conjuntamente com o loteador, pelos prejuízos daí advindos, podendo acioná-lo regressivamente. 6. Recurso especial provido. (REsp 1113789/SP, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/06/2009, DJe 29/06/2009).

Todavia, a Primeira Seção (S1) do Supremo Tribunal Justiça, no julgamento do REsp 1.164.893/SE, em 23/11/2016, firmou tese de que cabe ao Município o dever de regularizar as obras essenciais de infraestrutura de loteamento clandestino:

ADMINISTRATIVO. LOTEAMENTO. REGULARIZAÇÃO. ART. 40 DA LEI LEHMANN (LEI 6.766/79). ESTATUTO DA CIDADE. DEVER MUNICIPAL. LIMITAÇÃO ÀS OBRAS ESSENCIAIS. HISTÓRICO DA DEMANDA 1. Os autos tratam de parcelamento clandestino do solo urbano em Sergipe, onde Gilberto Costa Santos passou a firmar compromissos de compra e venda de lotes de área que denominou "Loteamento Porto do Gringo". 2. O acórdão recorrido manteve condenação do loteador, da Empresa Municipal de Obras e Urbanização - EMURB e do Município de Aracaju na obrigação de executar todas as obras de infraestrutura necessárias à urbanização total do loteamento. 3. O município recorrente alega, em síntese, que o art. 40 da Lei 6.766/1979 estabelece faculdade do Poder Público, que "somente se daria em excepcionalíssimas hipóteses, eleitas pelo Poder Público dentre suas várias prioridades na implementação das políticas públicas". 4. A Segunda Turma deliberou afetar o recurso à Seção.

[...]

#### CONCLUSÃO

29. Pelo exposto e com base no entendimento recentemente adotado pela Primeira Turma apontado nos itens 10 a 13 e na orientação tradicionalmente adotada pela Segunda Turma, que, em verdade, não foi alterado, como apontado nos itens 5 a 9, é possível se definir uma tese. 30. Existe o poder-dever do Município de regularizar loteamentos clandestinos ou irregulares, mas a sua atuação deve se restringir às obras essenciais a serem implantadas em conformidade com a legislação urbanística local (art. 40, § 5º, da Lei 6.799/79), em especial à infraestrutura essencial para inserção na malha urbana, como ruas, esgoto, energia e iluminação pública, de modo a atender aos moradores já instalados, sem prejuízo do também dever-poder da Administração de cobrar dos responsáveis os custos em que incorrer a sua atuação saneadora. 31. Recurso Especial parcialmente provido para restringir a obrigação do Município de executar as obras de infraestrutura somente àquelas essenciais nos termos da legislação urbanística local, compreendendo, no mínimo, ruas, esgoto e iluminação pública, de forma a atender somente os moradores já instalados, não havendo esse dever em relação a parcelas do loteamento irregular eventualmente ainda não ocupadas. (REsp 1164893/SE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em

23/11/2016, DJe 01/07/2019).

Enfatiza-se, sobre a tese supramencionada, que a obrigação do Município é restrita a loteamentos ilegais que estejam ocupados, ou seja, consolidados. Após o exame do tema proposto, passa-se ao epílogo do presente trabalho.

## CONCLUSÃO

Inicialmente, cabe ponderar que o tema da presente pesquisa é conhecido faticamente pela pesquisadora, haja vista residir em loteamento clandestino. Dessa forma, certas palavras foram alicerçadas em olhar peculiarmente sensível ao tema proposto. Outrossim, salienta-se a relevância do tema, visto que é crescente o número de loteamentos ilegais e de adquirentes que, na impossibilidade financeira de ampliar suas alternativas, tendem a buscar empreendimentos com custos menos onerosos, sem ter ideia do pesadelo que essa escolha possa se tornar. Verificou-se, ao longo deste trabalho que o cerne da questão reside na inexistente ou precária fiscalização do Estado, quando do surgimento de parcelamento do solo de forma ilegal e, por esse motivo, a consequente consolidação desses empreendimentos. Em contrapartida, em que pese a existência de lacunas no ordenamento jurídico sobre o tema, observou-se que houve sensível evolução da legislação e do entendimento das Cortes Superiores, a fim de nortear a responsabilização pelos danos causados ao meio ambiente e aos cidadãos atingidos por esta mazela causada pela ganância de pessoas disfarçadas de empreendedores imobiliários.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição Federal**. Diário Oficial da República Federativa da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 08 abr. 2021.
- BRASIL. **Decreto n.º 6.215/2008**. Diário Oficial da República Federativa da União, Brasília, DF, 22. jul. 2008. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/d6514.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6514.htm)>. Acesso em: 13 abr. 2021.
- BRASIL. Ação Popular. **Lei n.º 4.717/1965**. Diário Oficial da República Federativa da União, Brasília, DF, 29. jun. 1965. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4717.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4717.htm)>. Acesso em: 13 abr. 2021.
- BRASIL. **Lei n.º 6.766/1979**. Diário Oficial da República Federativa da União, Brasília, DF, 19. dez. 1979. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6766compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6766compilado.htm)>. Acesso em: 08 abr. 2021.
- BRASIL. Política Nacional do Meio Ambiente. **Lei n.º 6.938/1981**. Diário Oficial da República Federativa da União, Brasília, DF, 31. ago. 1981. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm)>. Acesso em: 08 abr. 2021.
- BRASIL. Ação Civil Pública. **Lei n.º 7.347/1985**. Diário Oficial da República Federativa da União, Brasília, DF, 24. jul. 1985. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7347compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7347compilada.htm)>. Acesso em: 13 abr. 2021.
- BRASIL. Lei de Crimes Ambientais. **Lei n.º 9.605/1998**. Diário Oficial da República Federativa da União, Brasília, DF, 12. fev. 1998. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm)>. Acesso em: 08 abr. 2021.
- BRASIL. Estatuto da Cidade. **Lei n.º 10.257/2001**. Diário Oficial da República Federativa da União, Brasília, DF, 10. jul. 2001. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm)>. Acesso em: 08 abr. 2021.
- BRASIL. Código Civil. **Lei n.º 10.406/2002**. Diário Oficial da República Federativa da União, Brasília, DF, 10. jan. 2002. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm)>. Acesso em: 08 abr. 2021.

LOBO, Carlos Diego de Souza. **Parcelamento Irregular do Solo**: quais os responsáveis pela regularização? Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/72582/parcelamento-irregular-do-solo-urbano-quais-os-responsaveis-pela-regularizacao>>. Acesso em: 09 abr. 2021.

REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 1986. p. 60. Disponível em: <<https://docero.com.br/doc/x515xnx>>. Acesso em: 01 abr. 2021.

STJ. Supremo Tribunal de Justiça (1. Seção). Recurso Especial 1.164.893/SE. Lei 6.766/79. Estatuto da Cidade. Dever municipal. Limitação às obras municipais. Disponível em: <[https://processo.stj.jus.br/processo/pesquisa/?num\\_registro=200902118167&aplicacao=processos.ea](https://processo.stj.jus.br/processo/pesquisa/?num_registro=200902118167&aplicacao=processos.ea)>. Acesso em: 31 mar. 2021.

STJ. Supremo Tribunal de Justiça (2. Turma). **Recurso Especial 1113789/SP**. Administrativo. Ação Civil Pública. Loteamento irregular. Dano ambiental. Responsabilidade do Município. art. 40 da Lei n. 6.766/79. Poder-dever. Precedentes. Disponível em: <[https://scon.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?i=1&b=ACOR&livre=\(\(%27RESP%27.clas.+e+@num=%271113789%27\)+ou+\(%27REsp%27+adj+%271113789%27.suce.\)\)&thesaurus=JURIDICO&fr=veja](https://scon.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?i=1&b=ACOR&livre=((%27RESP%27.clas.+e+@num=%271113789%27)+ou+(%27REsp%27+adj+%271113789%27.suce.))&thesaurus=JURIDICO&fr=veja)>. Acesso em: 13 abr. 2021.

TRENNEPOHL, Terence. **Manual de Direito Ambiental**. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. Disponível em: <<https://docero.com.br/doc/nscne5n>>. Acesso em: 23 mar. 2021.

## **GESTÃO DA INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE: CONCEITOS E ESTRATÉGIAS PARA O DIFERENCIAL COMPETITIVO**

Adriane Espindola<sup>1</sup>  
Ana Rita Callegaro<sup>2</sup>  
Evandro Kieffer Moreira<sup>3</sup>  
Rosane Seibert<sup>4</sup>

### **RESUMO**

A inovação tem se apresentado como um dos fatores relevantes no processo de desenvolvimento das organizações. Com os mercados cada vez mais competitivos e acirrados, a redução da vida útil dos produtos e processos passou a ser um elemento motivador para a criação de uma cultura para a inovação, trazendo com isso uma maior competitividade entre as organizações e possibilitando o aumento das vantagens competitivas. A partir disso a pesquisa teve como objetivo construir uma reflexão teórica sobre as temáticas de inovação e competitividade, apresentando uma abordagem qualitativa por meio de uma pesquisa exploratória na literatura e artigos publicados recentemente sobre os temas. O levantamento bibliográfico demonstrou que a relação existente entre inovação e vantagem competitiva está associada ao fato da organização utilizar, de maneira mais eficaz, seus recursos, gerenciando-os com foco na geração de inovações, e essas se tornam passíveis de conquista de vantagem competitiva, podendo-se dizer que somente é considerada uma inovação se houver resultado econômico e financeiro, e essa vantagem poderá determinar que a empresa obtenha vantagem competitiva em relação aos mercado e aos demais concorrentes.

Palavras-chave: Inovação - Competitividade - Estratégia Inovadora.

### **INTRODUÇÃO**

O estudo sobre inovação vem evoluindo como um dos fatores mais significativos para que as organizações tenham vantagem competitiva, bem como

---

<sup>1</sup> Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, Santo Ângelo, Brasil. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão Estratégica de Organizações – PPGGEO – Mestrado Profissional, Administradora. E-mail: aespindola@sesc-rs.com.br.

<sup>2</sup> Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, Santo Ângelo, Brasil. Doutora em Administração. Professora universitária. E-mail: anarita@san.uri.br.

<sup>3</sup> Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, Santo Ângelo, Brasil. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Gestão Estratégica de Organizações – PPGGEO – Mestrado Profissional. Gestor de Negócios. E-mail: emoreira@sesc-rs.com.br.

<sup>4</sup> Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, Santo Ângelo, Brasil. Doutora em Administração. Professora universitária. E-mail: rseibert@san.uri.br.



possam ampliar seu *market share*. Sendo assim, o planejamento estratégico para a inovação baseia-se nas prioridades e objetivos definidos em coerência com a estratégia geral da organização, com o propósito, a missão e a visão organizacionais. O processo de inovação é a ferramenta fundamental para transformar uma ideia em inovação (BES; KOTLER, 2011).

Com o atual cenário mundial de crise pelos quais as organizações estão passando, independentemente de seu porte, exigem que elas estudem propostas e façam uma releitura dos seus métodos produtivos, de seus equipamentos e de sua mão-de-obra, observando a relação eficácia e eficiência, permitindo analisar e realizar possíveis melhorias na produtividade (ANTUNES *et al.*, 2013).

Com a velocidade com que as inovações ocorrem atualmente em decorrência da globalização, está se reduzindo o tempo de resposta para os gestores das organizações, passando a impor o desenvolvimento de novas competências, permitindo, assim, que haja uma mudança no comportamento pessoal e organizacional. Diante desse cenário, observa-se que as empresas que não se adequarem ao mercado, buscando conhecimento e inovação, se tornarão obsoletas e sem condições de serem competitivas.

Sendo assim, entende-se que a inovação tem um conceito de promover e detectar as oportunidades e abrir mercados, ampliar a penetração nos mercados já existentes e manter as empresas competitivas (RAINATTO; ANDRADE, 2020).

A relevância deste estudo acerca dos modelos de gestão da inovação gera uma importante contribuição para a análise da competitividade das organizações no cenário atual considerando que as organizações precisam reinventar-se em seus negócios, pois a inovação é importante não apenas no empreendimento individualizado, mas cada vez mais como a fonte do crescimento econômico e proporções nacionais (TIDD; BESSANT, 2015). Este estudo objetiva construir uma reflexão teórica sobre as temáticas da cultura da inovação e competitividade. Dessa forma, o presente artigo apresenta uma abordagem qualitativa por meio de uma pesquisa exploratória nas principais bibliografias e artigos publicados recentemente sobre os temas. Para tanto, foram realizadas pesquisas na literatura através de artigos, livros, revistas, teses e dissertações por meio das palavras chave de inovação,

competitividade e estratégia inovadora, considerando não ter a pretensão de esgotar o tema e trazendo como contribuições as abordagens sobre a importância do processo de inovação para que as organizações possam ser mais competitivas no mercado e que esse possa perceber a diferenciação das organizações de sucesso e competitivas.

A síntese do trabalho é apresentada neste artigo organizado em três partes principais. A primeira etapa apresenta e delimita o estudo e os procedimentos metodológicos, destacando os temas norteadores e objetivos. Na sequência apresenta-se o referencial teórico que aborda os conceitos essenciais referentes as temáticas sobre cultura da inovação, competitividade e estratégia inovadora, e em específico, sobre conceitos e modelos e estratégias de inovação e acerca das vantagens competitivas. Por fim, são apresentadas as considerações finais da pesquisa.

## **2 CONCEITOS DE INOVAÇÃO**

Um dos precursores a disseminar o conceito de inovação foi Shumpeter (1982), que a percebia como um processo de destruição criativa em que antigos elementos são destruídos e novos elementos são originados. Com o passar dos anos, novos adeptos sobre a questão da inovação surgiram, ressaltando a necessidade da criação da inovação como algo novo que gera valor (COSTA NETO; CANUTO, 2010). Permitir uma difusão para a aceitação e conseqüente inserção desse conceito no mercado tornou-se de extrema relevância.

A inovação também pode ser entendida como a implementação de um produto, bem ou serviço, seja novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios na organização (OCDE, 2005).

De certa forma, a inovação tornou-se, para muitas organizações, a principal estratégia competitiva de sobrevivência e de crescimento, além da possibilidade de aproveitar as oportunidades de mercado, gerando vantagens competitivas (PORTER, 1999).

Segundo (PORTER, 2009) a inovação configura-se como uma das bases da competição sendo impactada pela revolução da informação onde tem-se uma alteração das regras de competição; produção de vantagens competitivas frente aos concorrentes e disseminação de novos negócios através de modelos pré-existentes das empresas e mercados.

Takahashi e Takahashi (2011, p. 03) afirmam ainda que a “[...] inovação diz respeito a mudanças e novidades”, sendo que no que tange às mudanças, estas podem ser relativas ao produto, ao processo bem como a forma organizacional. Já as novidades podem apresentar alguns níveis tais como: incrementais, radicais, plataformas, disruptivas e baseadas em novos valores. Ainda segundo os autores, os tipos de inovação estão relacionados à ciência, tecnologia e produto/processo.

As inovações tanto de produto como de processo apresentam uma relação muito próxima com a inovação e mudança organizacional, ou seja, os métodos da organização precisam aprimorar-se perante aos novos desafios impostos pelos novos desenvolvimentos e inovações (OCDE, 2005).

Cultura de inovação, para Zien e Buckler representa “[...] líderes de todos os níveis das empresas altamente bem-sucedidas e maduras, contando e recontando histórias de experiências e explorações inovativas.” (ZIEN; BUCKLER, 1997, p. 275). Os autores adotam uma perspectiva antropológica cultural na busca de compreender como esses tipos de organizações mantêm “[...] o espírito inovativo vibrante e robusto empregando princípios de inovação” (ZIEN; BUCKLER, 1997, p. 276).

As organizações que potencializam o capital humano passam a dar maior ênfase na criação da inovação permitindo com que os resultados obtidos através desses esforços tornem-se o diferencial competitivo esperado pela organização, criando assim oportunidades a serem exploradas (RAMOS; ZILBER, 2015).

Dessa forma, a necessidade das organizações em inovar está relacionada com a sua necessidade de ampliar ou defender um posicionamento estratégico competitivo no mercado vislumbrando melhoria da marca, satisfação dos seus colaboradores, de seus clientes e acionistas. Assim, a melhoria contínua para manter uma estrutura organizacional voltada para a inovação, acontece pelo desenvolvimento de um ambiente que estimula e projete a competição e o comportamento empreendedor.

## 2.1 ESTRATÉGIAS DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A inovação representa, nos últimos tempos, um elemento estratégico nas economias (HEIDENREICH; KRAEMER, 2016), uma vez que suas estratégias se reportam à seleção dos melhores e mais adequados planos organizacionais para o desenvolvimento e a inserção de produtos e serviços novos em mercados já existentes, bem como a entrada em novos espaços de comercialização (SANCHES; MACHADO, 2014). Logo, as estratégias de inovação são abordagens organizacionais para a definição dos objetivos e a escolha de métodos que são utilizados para potencializar resultados organizacionais (LENDEL; VARMUS, 2011). Tais estratégias recebem diversas classificações, visto que cada autor considera um conjunto distinto de aspectos e de parâmetros de tipificação (BARBOSA; MACHADO, 2013). Bessant e Tidd, afirmam que existem várias formas que a inovação pode assumir, mas que é possível resumir em quatro tipos:

1. Inovação de produtos: representada pela mudança de produtos e serviços que a empresa oferece aos consumidores;
2. Inovação de processos: mudanças na forma em que os produtos/serviços são criados e entregues inclui mudanças significativas nas tecnologias, equipamentos e logística;
3. Inovação de posição: constituída por mudanças no contexto em que produtos e serviços são introduzidos; e,
4. Inovação de paradigma: deriva de mudanças nos modelos mentais subjacentes que orientam o que a empresa faz. (BESSANT; TIDD, 2009, p. 42).

Considerando-se as formas de inovação, é importante salientar que os modelos precisam estar alinhados, e quanto mais equilibrados estiverem, maior deve ser o retorno e a vantagem competitiva da empresa (BESSANT; TIDD, 2009).

As estratégias de inovação precisam estar ajustadas com o propósito, a missão, a visão, os objetivos e a estratégia geral da organização, pois a gestão da inovação não funciona de modo autônomo, independentemente do resto da gestão. Ou seja, o processo de inovação precisa estar em sintonia com a estratégia organizacional. Alguns autores entendem que essa dependência pode impedir o

surgimento de inovações disruptivas ou até mesmo limitar a quantidade de oportunidades. Segundo Bes e Kotler,

O fundamento desta afirmação é de que diversas inovações disruptivas não resultam de um objetivo, mas de uma descoberta ou ideia, e, portanto, a ideia obriga a empresa a revisar ou redefinir a sua missão, seus objetivos e suas estratégias. (BES; KOTLER, 2011, p. 254).

A partir do planejamento estratégico organizacional, definidos os objetivos estratégicos é possível implementar as estratégias da inovação. Segundo (KOTLER, 1999) a estratégia da inovação inclui: quanto de inovação é desejado, que tipo de inovação se quer, como se quer concorrer, níveis de inovação requeridos, o ritmo de aprovação para os projetos que alimentam o fluxo de inovação e alocação de recursos financeiros.

No momento atual em que as organizações precisam reinventar-se, pensar estrategicamente e inovar passa a ser de extrema relevância, pois a concorrência está cada vez mais acirrada e para ser competitiva, toda organização necessita planejar, inovar e ter estratégias previamente definidas. Para que isso ocorra, o planejamento estratégico e a inovação são algumas das ferramentas disponíveis para auxiliar as organizações a atingir o seu objetivo (BES; KOTLER, 2011).

O processo de planejamento da inovação é realizado por meio da análise do ambiente interno e externo da organização, com a utilização da Análise SWOT, sendo necessário identificar as principais oportunidades no cenário que se está inserido, buscando os melhores resultados, processos, tecnologias ou até mesmo um reposicionamento da organização (DAYCHOUW, 2010).

## 2.2 INTELIGÊNCIA COMPETITIVA PARA A INOVAÇÃO

Os mercados e as organizações estão cada vez mais complexos e imprevisíveis, exigindo dos gestores ferramentas que possam acompanhar e captar as tendências futuras para os negócios na qual as organizações estão inseridas. Estar atento aos movimentos dos concorrentes também se tornou mais um desafio para os gestores. Já não há mais como esperar que um concorrente implemente uma nova

estratégia de mercado sem antes já ter em mente como reagir (DAY; REIBSTEIN, 1999).

Essa dinâmica estabelece um novo paradigma no qual as organizações estão permanentemente buscando apresentar e acompanhar o surgimento de inovações nos processos, produtos, organização da produção e formas de comercialização. O ritmo de respostas que a organização apresenta depende das capacidades internas, da competência organizacional e da qualificação produtiva (FERRAZ; KUPFER; HAGUENAUER, 1995).

Assim, competitividade vem sendo um dos termos mais abordados no mundo das organizações, se tornando um termo popular devido a grande preocupação de todos os países desde os períodos anteriores a globalização, quando os mercados se tornaram mais abertos e as distâncias menores.

A velocidade das transformações nas áreas tecnológicas, sociais e de comportamento do consumidor têm sido decisivas no que se refere ao aumento do grau de incerteza e aumento da concorrência entre as organizações. Sendo assim cada vez mais a competitividade vem se tornando o tema central na construção e revisão dos planejamentos estratégicos.

Segundo Porter (1986), pode-se afirmar que a estratégia competitiva pode ser definida como um conjunto de ações ofensivas ou defensivas para criar uma posição defensável em uma indústria ou grupo estratégico, para enfrentar as cinco forças competitivas e, assim possibilitar obtenção de retorno sobre o investimento maior para a empresa. Ainda pode-se dizer que para que um processo de planejamento estratégico gere vantagem competitiva é imprescindível levar em conta os aspectos de custo e valor para o cliente.

Assim, ainda segundo Porter (1986), pode se dizer que as principais vantagens competitivas que geram valor para os clientes são a qualidade do produto e ausência de deficiências, a eficiência e baixo custo das operações e dos recursos, a liderança na inovação e a disponibilidade e desempenho da assistência técnica ou dos serviços pós-venda.

Na busca por melhores resultados e consequente obtenção de vantagens competitivas frente aos seus concorrentes, as organizações estão cada vez mais



planejando suas ações, onde o planejamento estratégico da inovação passa a ser relevante para as ações tomadas nas organizações que consistem em atender os aspectos tecnológicos, sociais e de mercado. O planejamento organizacional tem como prioridade estabelecer as políticas, as filosofias e os objetivos que servem de base para o processo de elaboração do plano estratégico, devendo ser analisado e caracterizado dentro das organizações (CORAL, 2011).

Para Takasaki e Takasaki, a percepção quanto a importância do papel da inovação para assegurar a competitividade tem levado as organizações a buscarem instrumentos que contribuam para o aperfeiçoamento da tomada de decisões relativas às estratégias de inovação (TAKASAKI; TAKASAKI, 2011). Isso remete a inteligência competitiva, que ainda, segundo os autores, está relacionada à capacidade de uma organização incorporar conhecimentos aos seus processos, produtos e serviços. O papel da inteligência competitiva está relacionado à observação do mercado, análise das estratégias dos competidores e suas repercussões, o comportamento e as tendências dos consumidores, seus valores, expectativas e necessidades.

## CONCLUSÃO

Em ambientes econômico e político cada vez mais competitivos, as organizações precisam estar atentas às mudanças que acontecem nos cenários em que estão inseridas investindo em estratégias inovadoras que possibilitam garantir continuidade de suas atividades. Dessa forma, identificar os principais modelos de inovação a serem utilizados pelas organizações, possibilitam o entendimento de como eles são essenciais para a manutenção do negócio e tornam-se um diferencial competitivo no mercado.

Pode-se também afirmar que na relação entre inovação, objetivos e estratégias organizacionais é fundamental existir um compartilhamento dos objetivos entre todos os setores e áreas funcionais da organização, uma vez que a inovação também é uma área da organização.

Adicionalmente, é possível tratar a inovação como uma fonte de vantagem competitiva, e sob um viés estratégico, a partir do qual pode ser considerada um

instrumento para a diferenciação da concorrência, o posicionamento competitivo, o estabelecimento de competências essenciais e o estímulo à aprendizagem organizacional (IMBUZEIRO, 2014). Nesse contexto, a inovação é também um recurso estratégico, que auxilia a fidelização de clientes, a busca por produtos inovadores e a criação de barreiras à entrada de futuros imitadores (ROSENBUSCH; BRINCKMANN; BAUSCH, 2001).

Após análises dos referenciais teóricos é possível identificar que o tema tem sido abordado pelos autores de forma a concluir que a aplicação das diferentes formas e tipos de inovação converge para a geração de vantagem por meio do aumento de produtividade, o que resulta na redução de custos dos produtos e serviços, o que também impacta na melhoria competitiva, aumentando assim a lucratividade e, conseqüentemente, a competitividade das organizações. Nesse sentido, a inovação está se tornando o principal fator de competitividade das organizações para ampliar e manter a sua atuação.

Assim, considerando o objetivo de construir uma reflexão teórica sobre as temáticas de inovação e competitividade, pode-se afirmar que a relação existente entre inovação e vantagem competitiva está associada ao fato da organização utilizar de maneira mais eficaz seus recursos, gerenciando-os com foco na geração de inovações, e essas se tornam passíveis de conquista de vantagem competitiva (ITO *et al.*, 2012). Dessa forma pode-se afirmar que somente é considerada uma inovação se houver resultado econômico e financeiro, e essa característica de inovação constante pode determinar que a organização obtenha vantagem competitiva em relação aos mercados e aos demais concorrentes. A vantagem é caracterizada pela percepção do mercado na diferenciação e na criação de valor em produtos e serviços que até então não estavam disponíveis aos consumidores.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, J.; KLIPPEL, A. F.; SEIDEL, A.; KLIPPEL, M. **Uma Revolução na Produtividade**: a gestão lucrativa dos postos de trabalho. [S. l.]: Bookman Editora, 2013.

- BARBOSA, R. A.; MACHADO, A. G. C. Estratégias de inovação sob a perspectiva da visão baseada em recursos: um estudo na Embrapa. **Gestão & Regionalidade**, v. 29, n. 87, p. 95-110, 2013.
- BES, F. D.; KOTLER, P. **A Bíblia da Inovação**: Princípios fundamentais para levar a cultura da inovação contínua às organizações. São Paulo: Leya, 2011.
- BESSANT, J.; TIDD, J. **Inovação e Empreendedorismo**. [S. l.]: Bookman Editora, 2009.
- CORAL, E. **Planejamento Estratégico da Inovação**. São Paulo: Atlas, 2011.
- COSTA NETO, P. L. D. O.; CANUTO, S. A. **Administração com Qualidade**: Conhecimentos necessários para a gestão moderna. São Paulo: Blucher, 2010.
- DAY, G. S.; REIBSTEIN, D. J. **A Dinâmica da Estratégia Competitiva**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- DAYCHOUW, M. **40 Ferramentas e Técnicas de Gerenciamento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2010.
- FERRAZ, J. C.; KUPFER, D.; HAGUENAUER, L. **Made in Brazil**: desafios competitivos para a indústria. Rio de Janeiro: Campus, 1995.
- HEIDENREICH, S.; KRAEMER, T. Innovations – Doomed to Fail Investigating Strategies to Overcome Passive Innovation Resistance. **Journal of Product Innovation Management**, v. 33, n. 3, p. 277-297, 2016.
- IMBUIZEIRO, P. E. **A Proposta e Avaliação de um Modelo da Dinâmica da Inovação nas Micro e Pequenas Empresas Atuando em Redes**: um estudo do setor de TIC em Alagoas. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, Brasil, 2014.
- ITO, N. C.; HAYASHI, P. Jr.; GIMENEZ, F. A. P.; FENSTERSEIFER, J. E. Valor e vantagem competitiva: buscando definições, relações e repercussões. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 16, n. 2, 2012.
- KOTLER, P. **Marketing para o Século XXI**: Como criar, conquistar e dominar mercados. Tradução Bazán Tecnologia e linguística. São Paulo: Futura, 1999.
- LENDEL, V.; VARMUS, M. Creation and implementation of the innovation strategy in the enterprise. **Economics and Management**, v. 16, n. 1, p. 819-825, 2011.
- OCDE. **Manual de Oslo**: diretrizes para a coleta e interpretação de dados sobre inovação tecnológica. 3. ed. [S. l.]: FINEP, 2005.

PORTER, M. **Competição**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

PORTER, M. E. **Competição**: estratégias competitivas essenciais. Rio de Janeiro: Elsevier, 1999.

PORTER, M. **Estratégia Competitiva**: técnicas para análise de indústrias e da concorrência. Tradução: Elizabeth Maria de Pinho Braga. Revisão técnica: Jorge A. Garcia Gomez. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

RAINATTO, C.; ANDRADE, N. **Gestão da Inovação Baseada em Estratégia**: inteligência competitiva, métodos e cases para extração de valor. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020.

RAMOS, A.; ZILBER, S. O impacto do investimento na capacidade inovadora da empresa. **RAI: Revista de Administração e Inovação**, v. 12, n. 1, p. 303-325, jan./mar. 2015.

ROSENBUSCH, N.; BRINCKMAN, J.; BAUSCH, A. Is innovation always beneficial? A meta-analysis of the relationship between innovation and performance in SMEs. **Journal of Business Venturing**, v. 26, n. 4, p. 441-457, 2001.

SANCHES, P.; MACHADO, A. G. C. Estratégias de inovação sob a perspectiva da Resourced-Based View: análise e evidências em empresas de base tecnológica. **Gestão & Produção**, v. 21, p. 125-141, 2014.

SCHUMPETER, J. A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

TAKASAKI, S.; TAKASAKI, V. **Estratégia de Inovação**: oportunidades e competências. 1. ed. São Paulo: Manole, 2011.

TIDD, J.; BESSANT, J. **Gestão da Inovação**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZIEN, K. A.; BUCKLER, S. A. From experience dreams to market: crafting a culture of innovation. **Journal of Production Innovation Management**, v. 14, n. 4, p. 274-287, 1997.

## MARKETING DIGITAL: UMA REVISÃO TEÓRICA

Danieli Hermes Rodrigues <sup>1</sup>  
Milton Luiz Wittmann <sup>2</sup>  
Vilmar Antônio Boff <sup>3</sup>  
Ana Rita Callegaro <sup>4</sup>

### RESUMO

O *marketing* digital é um conjunto de ações de divulgação e comunicação que uma empresa ou pessoa utiliza em plataformas digitais. Este adota práticas de promoção de produtos ou serviços pela utilização de canais de distribuição eletrônicos, para que esses cheguem aos consumidores rapidamente de forma relevante e personalizada. O presente artigo se constitui em um ensaio teórico com o objetivo de fazer um contraponto entre o marketing tradicional e marketing digital de forma a realçar as aplicações do uso dessa ferramenta nas organizações. Os principais resultados indicam que a utilização do marketing digital como ferramenta de negócio é uma prática eficaz como ampliação das relações entre a empresa e o cliente.

Palavras-chave: Marketing - Marketing Digital - Redes Sociais.

### <sup>1</sup>INTRODUÇÃO

Atualmente, há uma incidência competitiva direcionada ao Marketing Digital voltado a potenciais clientes na internet, incidindo que as empresas passem a imprimir estratégias e usar ferramentas de acesso virtualizado. Neste porvir, nos últimos anos, é notória a evolução das redes sociais como ferramenta de negócios e, conseqüentemente, a utilização do marketing digital por parte das empresas, com o intuito de se destacar e se comunicar no mercado.

---

<sup>1</sup> <sup>1</sup> Mestranda do Curso de Gestão Estratégica das Organizações. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. danielihermes@hotmail.com.

<sup>2</sup> Doutor em Administração. Professor do Mestrado em Gestão Estratégica das Organizações. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. wittmann@profwittmann.com.

<sup>3</sup> Doutor em Desenvolvimento Regional. Professor do Mestrado em Gestão Estratégica das Organizações. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. vboff@san.uri.br.

<sup>4</sup> Doutora em Administração. Professora do Mestrado em Gestão Estratégica das Organizações. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. anarita@san.uri.br.

Antes de apresentar uma conceituação sobre o marketing digital, é importante destacar como ele se comporta frente ao marketing convencional. De acordo com Kotler e Keller (2010, p. 4), tradicionalmente, “o marketing envolve a identificação e a satisfação das necessidades humanas e sociais” de forma a suprir as necessidades de clientes lucrativamente.

Kotler e Keller (2006), fazendo uma paráfrase com marketing convencional, trazem o conceito de propaganda abordando suas respectivas características com marketing digital. Na concepção dos autores, a propaganda tradicional é utilizada como ferramenta de desenvolvimento de imagem duradoura para um produto com o intuito de estimular as vendas. Contudo, a propaganda a partir de meios digitais passa a ter maior amplitude e agilidade, podendo alcançar com eficácia compradores dispersos geograficamente de forma instantânea e direta.

Quando o marketing começou a utilizar a internet como um de seus canais de venda, informação e conteúdo, seu poder de expansão se tornou ilimitado. Desse modo, foi possível obter um alcance muito maior de prováveis consumidores, não mais localizados apenas a uma região. Surge então, o conceito de marketing digital integrado à rede mundial de computadores com o mesmo objetivo que Kotler propôs: satisfazer as necessidades de lucratividade (COSTA et. al, 2015).

O presente artigo se constitui em um ensaio teórico com o objetivo de descrever a evolução do marketing e do marketing digital e as aplicações do uso dessa ferramenta nas organizações. Relativo ao marketing digital são abordadas as suas finalidades como ferramenta de negócios, principalmente nas redes sociais determinando sua utilização como estratégia empresarial e as vantagens e desvantagens do uso dessas ferramentas pelas empresas.

## **1 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **1.1 CONCEITUAÇÃO DE MARKETING**



Há vários conceitos na literatura para o termo marketing, nas mais diversas áreas do conhecimento. No entanto, seu significado evoluiu ao longo do tempo. As definições da American Marketing Association (AMA) de marketing são revisadas e modificadas por um painel de cinco estudiosos que são pesquisadores ativos. A entidade americana referência na área, conceitua que o **Marketing** é a atividade, conjunto de instituições e processos para criação, comunicação, entrega e troca de ofertas que tenham valor para clientes, clientes, parceiros e sociedade em geral (AMA, 2013).

Segundo Darroch et al (2004), as definições da AMA (American Marketing Association) refletem a evolução do conceito e respectivas ênfases de marketing, conforme a Tabela 1, e contempla adaptações e variações sobre o conceito ao longo dos anos.

Tabela 1  
Evolução dos Conceitos e Ênfases do Marketing segundo American Marketing Association.

Conceitos da AMA	Ênfases
Marketing é o desempenho de atividades que direcionam o fluxo de bens e serviços dos produtores aos consumidores. (AMA 1935).	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Função gerencial de alocação da produção de bens e serviços.</li> <li>2. Marketing é uma atividade de negócios.</li> </ol>
Marketing é o processo de planejamento e execução do conceito, do preço, da comunicação e da distribuição, de ideias, bens ou serviços, de modo a criar trocas que satisfaçam objetivos individuais e organizacionais. (AMA 1985).	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Marketing é uma função gerencial</li> <li>2. O objetivo é garantir satisfação nas trocas</li> </ol>
Marketing é uma função organizacional e uma série de processos para a criação, comunicação e entrega de valor para clientes, e para o gerenciamento de relacionamentos com eles, de forma que beneficie a organização e seus stakeholders. (AMA 2004).	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Marketing é uma função organizacional</li> <li>2. Objetivo é criar valor</li> <li>3. Importância em gerir relacionamentos com todos os stakeholders.</li> </ol>

Adaptado de Darroch et al. (2004 p.31).

Kotler (2007) menciona também, que o marketing pode ter uma definição social e gerencial, sendo que na definição social ocorre por meio de um método social pelo qual as necessidades e desejos de duas partes possam ser satisfeitos

tendo seu valor agregado através da livre troca e concepção de oferta entre as partes envolvidas.

Na definição gerencial, Peter Drucker (1996), conhecido por ser um dos maiores teóricos no mundo da administração, afirma que a venda é apenas o topo do iceberg de marketing:

Pode-se assumir que haverá sempre a necessidade de alguma venda. Mas o propósito de marketing é tornar a venda supérflua e conhecer e entender o consumidor de maneira que o produto se ajuste a ele, e venda sozinho. Idealmente, marketing deve resultar em um consumidor que esteja disposto a comprar. Depois, será necessário apenas tornar o produto ou serviço disponível. (DRUCKER, 1996, p. 64-65).

Diante desses conceitos apresentados, percebe-se que o marketing busca satisfazer as necessidades dos consumidores e ampliar a relação com os mesmos, além do que, o conceito de marketing passa por um processo evolutivo constantemente.

## 1.2 MARKETING DIGITAL E AS REDES SOCIAIS

A partir do marco da era tecnológica surgiram novas tendências na área de marketing que originou o marketing digital, que se utiliza da internet como meio de comunicação para captar e fidelizar mais clientes através das redes sociais.

O *marketing digital* é um dos assuntos mais abordados no atual momento, adotado pelos gestores e estudados por diversas empresas, que visa atrair e fidelizar os seus consumidores. O marketing digital se torna importante para as percepções dos processos decisórios do consumidor, pois é dele que será gerado todas as sensações, desejos e até o reconhecimento do problema que impulsionará o indivíduo a realizar a compra ou não, incluindo também o seu comportamento de pós-compra, no qual esta etapa se torna relevante e poderá tornar o consumidor fiel à marca. Ressalta-se que a realização de um marketing

digital eficiente é fundamental para delimitar e impulsionar seguidores e consumidores (CARO, 2010).

Solomon (2011) afirma que este estilo de marketing possui maior capacidade de segmentação, praticidade e comunicação personalizada, além de ser mais econômico em contraponto a ações de comunicação convencional. É interessante compreender que o marketing digital se diferencia do marketing tradicional, porque ele usa a internet como forma de interação e relacionamento com o seu público-alvo, de forma segmentada e individualizada, e não como meio de comunicação em massa.

Segundo Limeira, o marketing digital ou e-marketing pode ser conceituado como: “[...] o conjunto de ações de marketing intermediadas por canais eletrônicos, como a internet, em que o cliente controla a quantidade e o tipo de informação recebida.” (LIMEIRA, 2010, p. 10). Esse tem sido um grande aliado das empresas, onde a internet é utilizada como uma ferramenta de diálogo entre organizações e consumidores, tornando-se assim um diferencial estratégico, competitivo e customizado.

Segundo Kotler, customização “[...] significa que a empresa é capaz de oferecer produtos, serviços, preços e canais diferenciados para cada cliente em uma base individual.” (KOTLER, 2007, p. 26). Contudo o mesmo, afirma que as empresas on-line permitem que seus consumidores customizem e definem seus produtos, tendo uma maior interação, proporcionando, através do marketing digital, um envolvimento com os consumidores.

De acordo com Las Casas (2014), as principais plataformas colaborativas das mídias sociais, citando *Facebook*, *Twitter* e *Instagram*, dentre outros, onde as empresas podem procurar meios de divulgar seus produtos ou serviços utilizando a técnica do marketing que mais combine ao seu público-alvo, mantendo relacionamento mais próximo com seus clientes. O mesmo ainda ressalta que a influência maior acontece através de amigos em comum que utilizam a mesma para postar ou comunicar sua satisfação após uma compra, passando assim uma imagem e lembrança positiva da empresa ou marca.

A interação das pessoas com as mídias digitais tornou-se uma característica da vida humana, pois a maioria das pessoas já se usufrui das diversas redes sociais disponíveis, entre as quais se ressaltam:

- *Facebook*: permite que as empresas sejam capazes de construir relações com consumidores, além de proporcionar um aumento de sua carta de clientes. O efeito e a força de que o *Facebook* possui o torna indispensável para a propagação dos produtos e serviços das diversas organizações no mercado.
- *Instagram*: é uma rede gratuita e simples que permite o compartilhamento de fotos e vídeos entre seus usuários, além de permitir compartilhá-los em outras redes sociais. Este foi muito popularizado devido às possibilidades de momentos e hábitos que ele oferece.
- *Twitter*: é uma rede de informações composta de mensagens e informações com até 140 caracteres, conhecidas como Tweets, constituindo-se em uma maneira fácil de ver as novidades sobre assuntos que lhe interessam. O *Twitter* transformou a mídia social, pois ele possibilita a divulgação de notícias e informações em instantes, além de popularizar o noticiário de maneira ágil e fácil.
- *WhatsApp*: é um software de comunicação e, enquanto suporte de textos, é lugar onde os gêneros são colocados para circular e que também exerce influência sobre esses gêneros. Pode-se observar que as mensagens são apresentadas na formatação e na delimitação do aplicativo, embora não as determine de fato. Apesar de o chat ser o principal gênero discursivo nesse software móvel, outros gêneros circulam nesse tipo de portador de textos variando apenas o modo como o suporte textual apresenta sua formatação. (MARCUSCHI, 2004).

O marketing em redes sociais tem diversas vantagens, entre elas é possível destacar: baixo custo com investimento e manutenção, resultados rápidos, proporcionam ferramentas que auxiliam na divulgação da informação, e proporcionam também instrumentos que auxiliam no controle dessas informações. (SILVA, 2011).

### 1.3 MARKETING DIGITAL NA ESTRATÉGIA EMPRESARIAL

A instauração do marketing digital em uma entidade requer o seguimento da metodologia dos 8Ps, o qual é um processo a ser realizado tendo como principal objetivo atrair mais consumidores e conhecer o perfil de cada um deles. Na visão de Vaz (2011), cada P possui uma determinada função e deve ser vista da seguinte maneira:

- Pesquisa: tem como principal objetivo o entendimento do comportamento do consumidor, seus hábitos, suas preferências, etc.;
- Planejamento: nessa etapa, devem-se recolher as informações recolhidas na etapa anterior e definir estratégias de marketing para o público;
- Produção: é a fase da execução do planejamento anterior com foco nas estratégias a serem utilizadas;
- Publicação: nesta etapa, escolhem-se os conteúdos que serão disponibilizados para publicação na ferramenta de marketing escolhida;
- Promoção: são produzidos conteúdos relevantes relacionados à criação de campanhas, *hotsites* promocionais, entre outros;
- Propagação: está relacionada ao trabalho realizado envolvendo redes sociais, fóruns e outros que possibilitam propagação do conteúdo da empresa;
- Personificação: envolve a relação existente junto ao cliente, buscando fidelizar o mesmo e promovendo divulgação de promoções da empresa;
- Precisão: consiste na mensuração das campanhas de marketing divulgadas, com objetivo de verificar as que funcionaram e as que não obtiveram sucesso.

Cada um dos 8Ps interagem-se entre si. Um depende do outro para que se consiga obter o melhor resultado. Os consumidores estão sempre conectados e ambos conversam entre eles por meio de redes sócias, aplicativos, etc. "Se a Internet é uma rede de pessoas, as empresas fazem parte dessa rede." (VAZ, 2011 p. 217).

Segundo Costa et. al (2015), a estratégia, que se utiliza do marketing digital, está em constante evolução assim como o meio em que ela está, ou seja, segundo Capra (1996) há um acoplamento estrutural que se autoalimenta. O feedback imediato do consumidor é a arma mais poderosa para a análise do mercado, cujo sucesso de uma ação na internet depende da recepção dos internautas, dando a estes um poder sobre os movimentos do mercado. A estratégia agora passa por um novo desafio, se soltar das amarras tradicionais e conseguir fluir diante das mudanças da internet.

Em infinitas possibilidades de acesso online, grande maioria das pessoas já utilizaram no mínimo algum site para realização de busca. O acesso à web não é tão novo, porém, com o avanço da tecnologia a mesma tornou-se cada vez mais essencial na vida das pessoas, principalmente quando o assunto são negócios. Nesse âmbito, com a utilização do marketing digital é possível descobrir inúmeras possibilidades de negócios, melhores maneiras de interações entre clientes e fornecedores. Não somente, tornando a compra e divulgação dos produtos mais cômodo para o cliente, já que o mesmo não irá precisar se deslocar para a realização da compra (ALVES JÚNIOR; DAOLIO, 2017).

## **2 VANTAGENS E DESVANTAGENS DO MARKETING DIGITAL: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA.**

É fundamental, ao se comparar o Marketing Digital com o tradicional, apontar a diferença mais expressiva e latente entre eles: enquanto o marketing digital é personalizável e direcionado, o marketing tradicional é amplo e generalista, voltado a um público muito mais alargado. Estas são as principais vantagens de cada tipo de marketing, respectivamente, de acordo com a estratégia definida pelos agentes de marketing. Este é um ponto fundamental a se destacar no comparativo entre marketing digital e marketing tradicional, ou seja, nenhuma das duas estratégias pode ser considerada melhor que a outra de forma generalista. Na maior parte dos casos, especialmente das grandes campanhas de marketing, qualquer tentativa de estratégia exclusiva pode se mostrar errônea (KINDER, 2012).

Costa 2015, afirma que de fato o marketing digital trouxe às empresas a oportunidade de estabelecer uma relação mais flexível e próxima com seus consumidores, além de permitir a busca para captar novos clientes. Com isso, ficou mais fácil para as empresas compreenderem as necessidades de seus compradores e, através do uso das redes sociais, são capazes de determinar



um conjunto de estratégias para estudar as preferências dos clientes, suas opiniões e relações com os demais consumidores. Cintra afirmou:

As estratégias de marketing digital têm se mostrado eficazes em muitos negócios, tanto para aqueles totalmente on-line, como para os que se utilizam de múltiplas plataformas de atendimento, cruzando o varejo físico com a loja virtual. (CINTRA, 2009, p. 8).

É importante ressaltar que a utilização do marketing digital de maneira exagerada pode comprometer a PROPOSTA inicial de atrair mais consumidores e acabar levando ao efeito contrário. Segundo Santos (2010), quando sites e banners são criados de maneira aleatória e inseridos no contexto da internet, acabam se transformando em informações inúteis, uma vez que não se destacam entre todos os outros sites ou blogs já existentes.

Entender os pontos positivos e negativos de determinada demanda administrativa, possibilita que a empresa de um modo mais simples e eficiente trabalhe com seu produto. Na situação do marketing digital, o mais importante no momento é reconhecer se o que está prevalecendo são as vantagens ou desvantagens da técnica aplicada sobre a ferramenta online (GOMES; REIS, 2016).

As vantagens sobre a utilização do marketing digital são inúmeras, veja com a tabela a seguir.

Quadro 01  
Vantagens no Marketing Digital.

Maior possibilidade de acessos aos clientes;
Maior facilidade em divulgação de produtos e ofertas;
Facilidade em comunicação e maior resolutividade;
Melhorias ao atendimento ao cliente com os canais de comunicação;
Baixo custo em investimentos publicitários;
Diminuição de tempo e esforço para realizações de vendas;
Melhor desenvolvimento para atingir metas nas vendas;

Fonte: (VERA; GOSLING; SHIGAKI, 2019).

Embora existam vantagens mencionadas sobre a ferramenta, a aquisição em táticas digitais por mínimas que sejam, também possui as suas desvantagens. As mais comuns estão relacionadas ao tradicional, ou seja,

algumas empresas ainda adotam as táticas de materiais impressos e divulgação em rádios, por exemplo. Essas são técnicas que não estão presentes em meios digitais e dificultam um pouco o marketing na área (BOSCHI; BARROS; SAUERBRONN, 2016).

Como todo e qualquer meio de comunicação, o marketing digital também possui suas desvantagens, veja com a tabela a seguir.

Quadro 02  
Classificação das Desvantagens no Marketing Digital

Custo em manutenção de websites;
Tecnologias;
Disponibilização de dados pessoais;
Insegurança em cair em fraudes digitais;
Fator de hábitos em compras presenciais.

Fonte: (ALVES JÚNIOR; DAOLIO, 2017).

Ao que se diz respeito às manutenções de websites, é porque o custo torna-se alto mediante a necessidade em criação e manutenção dos mesmos, visto que, as empresas deverão investir fortemente nas ferramentas. Bem como acompanhar as atualizações tecnológicas, fornecer uma rede de suporte suficiente para suprir as demandas do site, contratação de profissionais experientes na área tecnológica/online. Estes componentes exigem um alto custo e em algumas situações acabam que interferindo, dificultando e/ou retardando a implementação das ferramentas em pequenas empresas, por exemplo (FERREIRA BATISTA; FERREIRA FIGUEIREDO, 2018).

As desvantagens presentes ao ato da compra, se dão pelo hábito em que alguns clientes ainda possuem em tocar no produto e sentir a confiança e a qualidade do mesmo. Nas informações de dados, por exemplo. Alguns clientes ainda apresentam muita resistência ao quesito, visto que, o medo em cair em golpes de internet estão presentes no cotidiano dos mesmos e, por fim, não menos importante, a velocidade da internet. As empresas necessitam fornecer uma rede de internet com velocidade muito eficaz, capaz de suportar a demanda do site e um possível congestionamento. Com estas perspectivas, o fator observacional das desvantagens nos leva a entender que, embora esses

impasses venham a ocorrer, as vantagens que assolam os meios de vendas online sobressaem toda e qualquer possível desvantagem que venha a ocorrer (VERA; GOSLING; SHIGAKI, 2019).

## CONCLUSÃO

No decorrer dos anos, pode-se ver o quanto as estratégias de marketing foram mudando conforme o comportamento do consumidor associado a mudanças advindas com a globalização e novas tecnologias de comunicação. O marketing digital surge como uma estratégia essencial para o crescimento das empresas e, nesse contexto, as redes sociais são utilizadas como uma ferramenta estratégica para atingir com maior facilidade o público alvo, já que possuem milhares de usuários por todo o mundo.

As formas tradicionais de mídia, que ainda são utilizadas para divulgação e promoção de produtos, como jornais, rádio e televisão, de uma forma mais limitada a determinados públicos, são vistas com maiores custos em relação as novas mídias. Dessa forma grande parte das empresas têm investido nas estratégias publicitárias das Mídias Sociais, pelo alcance e também pelo custo benefício.

Nesse alinhamento, a ferramenta digital fornece uma excelente opção para as divulgações de produtos, ofertas, enfim, infinitas possibilidades e maneiras de se trabalhar. Com o desenvolvimento do estudo, foi possível explanar vantagens e desvantagens que a ferramenta proporciona, pois esta traz grandes benefícios para o consumidor e o fornecedor, além de permitir maior precisão na interação e na comunicação entre ofertante e consumidor.

Conclui-se que as estratégias de marketing são importantes para o crescimento contínuo das empresas, pois possibilitam às entidades a se desenvolverem para conseguirem seus objetivos organizacionais de maneira inovadora, fácil e ágil.

Pra próximos estudos sobre o tema, sugere-se estudos de casos relacionados ao marketing digital, pesquisas quantitativas para mensurar a

relevância do marketing digital, e também pesquisas qualitativas para entender melhor o comportamento do consumidor que utiliza as redes sociais como fonte de consumo.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN MARKETING ASSOCIATION, *About AMA: Definition of Marketing*. (aprovado pelo Conselho de Administração da AMA, julho de 2013). Disponível em: <de marketing Dicionário de Marketing de Linguagem Comum (marketing-dictionary.org)>. Acesso em: 06 out. 2021.

ALVES JÚNIOR, W; DAOLIO, R.P.G. **Marketing na Internet: vantagens e desvantagens**. Rev. Gestão em Foco. Vol. 01, nº 09, 2017.

BOSCHI, M.R; BARROS, D.F; SAUERBRONN, J.F.R. A introdução da disciplina de marketing no Brasil: “uma linguagem que nos une”. **Rev. Estudos Organizacionais e Sociedade**. Vol. 02, n. 08, 2016.

CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida: uma nova compreensão dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARO, Abrão. **Comportamento do Consumidor e a Compra Online: uma análise multicultural**. Tese (Pós-Graduação) - Universidade de São Paulo, 2010.

CINTRA, Flavia Cristina. Marketing digital: a era da tecnologia online. **Investigação**, v. 10, n. 1, p. 8, Universidade de Franca, São Paulo, Brasil, 2009.

COSTA, Lucas Mendes et al. **A Evolução do Marketing Digital: uma estratégia de mercado**. Fortaleza. 2015.

DARROCH, Jenny et al. The AMA definition of marketing and its relationship to a market orientation: an extension of Cooke, Rayburn & Abercrombie. **Journal of Marketing Theory and Practice**, 12(4), p. 29-38, 2004.

DRUCKER, Peter F. **Administrando para o Futuro: os anos 90 e a virada do século**. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 1996.

FERREIRA, J.B; FERREIRA, F.M. A utilização do marketing digital em uma empresa prestadora de serviço. **Rev. da Universidade Vale do Rio Verde**. v. 16, n. 2, 2018.

GOMES, C. F.; REIS, H, M. Marketing digital: sites x redes sociais no Brasil. In: **Revista Interface Tecnológica da FATEC** Taquaritinga. Vol. 01, n.2, p. 53-62, jun. de 2016.

KINDER, Francis Hebert. **Marketing Digital e Marketing Tradicional**: uma análise comparativa. Universidade do Minho. Escola de economia e gestão. Out. 2012.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de Marketing**. 12. ed. São Paulo: 53 Pearson Prentice Hall, 2006.

KOTLER, Philip. **Marketing Essencial**: conceitos, estratégias e casos. 2. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Crocção de Valor**: conectando a empresa com os consumidores através das redes sociais e ferramentas colaborativas. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

LIMEIRA, Tania M. Vidigal. **E-marketing**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. **Gêneros Textuais Emergentes no Contexto da Tecnologia Digital**: hipertexto e gêneros digitais: Novas Formas de Construção de Sentido. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004 a. p. 13-67.

SANTOS, Alex Rosário. **A Influência do Marketing Digital na Decisão de Compra do Consumidor Brasileiro**. Paripiranga, 2010.

SILVA, Raquel Matos. **As Redes Sociais e a Evolução em Tempo Real**. O caso do Egito. Porto Alegre, 2011.

SOMOLON, Michael R. **O Comportamento do Consumidor**: comprando, possuindo e sendo. 9. Ed. Porto Alegre, RS: Bookman. 2011.

VAZ, Conrado Adolpho. **Os 8Ps do Marketing Digital**: O seu guia estratégico de marketing digital. São Paulo: Novatec, 2011.

VERA, L.A.R; GOSLING, M.S; SHIGAKI. Teoria da cultura do consumo: possibilidades, limitações e caminhos em estudos de marketing no Brasil. **Rev. de Gestão dos Países de Língua Portuguesa**. v. 18, nº 1, p. 15-32, Rio de Janeiro, Jan./Abr. 2019.

## **UM ESTUDO SOBRE O OLHAR DA TEORIA DA LIDERANÇA EM RELAÇÃO AO RECRUTAMENTO DE NOVOS GESTORES EM UMA COOPERATIVA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA REGIÃO DO RS**

Camila Gabriele Câmara<sup>1</sup>  
Jane Mello<sup>2</sup>

### **RESUMO**

O tema liderança está presente em qualquer organização, desde as familiares até as maiores empresas. É importante que as organizações possuam líderes que possam se adequar às situações reais da organização, pois isso pode fornecer melhores condições de trabalho e resultados alcançados pela equipe. Torna-se evidente que as atitudes de um líder serão o espelho para os seus colaboradores, refletindo de forma direta dentro de uma organização. Este artigo é um estudo de caso que possui o intuito de analisar a reformulação de liderança que uma cooperativa de assistência médica da região do RS está adotando, como forma de pesquisar quais os critérios utilizados para a reformulação e os resultados significados que serão gerados para a cooperativa. Quanto aos procedimentos técnicos, o estudo será de cunho bibliográfico, realizando uma revisão de bibliografia de caráter qualitativo. Nesta pesquisa, foi possível elencar os principais conceitos de liderança e percebeu-se a importância das competências exigidas estarem sempre em profundo desenvolvimento.

Palavras-chave: Liderança - Organizações - Competências.

### **INTRODUÇÃO**

Cada vez mais o conceito de liderança é analisado e pesquisado direcionando aos comportamentos organizacionais. Dessa forma, a liderança é idealizada como um dos papéis essenciais na vida profissional dos administradores. O grande desafio é na percepção e contratação deste colaborador, para que existam critérios de competência na escolha deste profissional.

---

<sup>1</sup> Mestre em Gestão Estratégica de Organizações pela Universidade Regional Integrada – URI. Psicóloga e professora. E-mail: camaracamila@hotmail.com

<sup>2</sup> Mestre em Gestão Estratégica de Organizações pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI. Contadora. E-mail: janemelloprevedello@bol.com.br



No domínio das Ciências Organizacionais em particular, a liderança é frequentemente tratada como equivalendo a chefia, a supervisão ou a gestão, não parecendo existir grande preocupação em distinguir tais conceitos (SANTOS, LIMA, 2018). Diversos estudos sobre liderança relacionavam ser líder com o cargo que era ocupado na empresa. Todavia, continuar com essa mesma ideia demonstra falta de conhecimento de como as organizações estão mudando (HELGESEN, 1990; CAMPOS, 2008).

Diante disso, percebe-se a grande valia da escolha de um gestor e como esse processo é mutável. Ora, a escolha de um gestor não precisa ser permanente, visto que a sociedade está evoluindo cada dia mais, tentando acompanhar as mudanças tecnológicas e suas gerações, de forma influenciadora nos setores do mercado de trabalho, onde se torna necessário novos valores pessoais e ideais profissionais, com uma nova análise de mercado. Todos esses novos processos são influenciados no setor organizacional, influenciando toda estrutura comportamental das empresas.

Liderança é um tema que faz parte do campo de estudos do comportamento organizacional, o mesmo envolve um estudo no comportamento dos indivíduos e grupos tudo dentro do contexto organizacional, bem como da própria estrutura e do comportamento da organização (SIQUEIRA, 2002; FONSECA, 2015).

O presente trabalho propõe, sobretudo, além da informação a respeito da estratégia de liderança, e da motivação, a importância destas temáticas não somente à linha de estudos, como também ao indivíduo que exerce e/ou pode buscar por exercer a liderança em seu verdadeiro conceito, o qual revela que, em suma, bons profissionais possuem a capacidade de se tornarem verdadeiros líderes ao mesmo tempo em que se encontram em constante processo de aprendizagem e apresentem o caminho da flexibilidade das características na intenção de propor não apenas um modelo único de gestão, mas a capacidade de discernir e utilizar as características dos modelos existentes, adequando-os às situações reais da organização. Assim como, nosso intuito não é finalizar o tema de liderança e suas competências, mas sim realizar este estudo de caso

onde possa ser revisto o desenvolvimento do processo de seleção e as competências necessárias para as lideranças.

## 1 REFERENCIAL TEÓRICO

A base teórica a seguir apresentada divide-se em quatro pontos centrais: Teorias de liderança; liderança e competências; Liderança motivacional e gestão de pessoas e recrutamento e Planejamento estratégico.

### 1.1 TEORIAS DE LIDERANÇA

A primeira abordagem vê a liderança como resultado de uma combinação de traços, enfatizando especialmente as qualidades pessoais do líder, onde o mesmo deveria possuir certas características de personalidade especiais que seriam facilitadoras no desempenho da liderança. Nesta teoria são enfatizadas qualidades intrínsecas da pessoa. Esta teoria permite concluir que os líderes já nascem como tal, não havendo a probabilidade de 'fazê-los' posteriormente por meio do uso de técnicas de desenvolvimento pessoal (FACCIOLI, 2008).

Existem três diferentes abordagens teóricas a respeito da liderança (LARA et. Al, 2000): - a teoria de traços de personalidade: sintetiza as características de personalidade do líder, tais como: a inteligência, o otimismo, a empatia, a flexibilidade, a comunicação, a perspicácia, o entusiasmo, a criatividade etc. ; - Teoria sobre estilos de liderança, defendido por White e Lippitt in Rego (1998), que refere-se aos estilos de comportamento adotados pelo líder: autoritário, liberal (Laissez-Faire) e democrático. Para Chiavenato (2004), na liderança são utilizados três tipos de liderança, que dependem do que as pessoas representam e as tarefas que irão desenvolver. Portanto, o líder pode ordenar as tarefas e/ou consultar os colaboradores antes de tomar uma decisão, utilizando os três estilos de liderança, que são autocrática, democrática e liberal.

Liderança situacional é um modelo de administração ideal para os momentos de crise. Por meio dele, as dificuldades são minimizadas e os

objetivos da corporação alcançados. O gestor com esse perfil delega as tarefas aos colaboradores de acordo com as aptidões ou deficiências que eles possuem, por isso, precisam estar atentos aos pontos fortes e fracos dos funcionários. De acordo com a Teoria da Liderança. Situacional de Paul Hersey e Kenneth Blanchard (1986), é de acordo com essa relação entre chefes e subordinados que se torna possível classificar a maturidade dos trabalhadores. Saber comandar um negócio e a equipe que dele faz parte nas horas de dificuldade é um diferencial do líder situacional. Esse profissional consegue contornar e eliminar os problemas, adaptando-se ao ambiente e delegando tarefas aos chefiados de acordo com cada perfil, demonstrando assim sensibilidade e atenção para perceber as aptidões individuais dos integrantes do grupo.

Independentemente dos tipos de liderança (autocrático, democrático ou liberal), o bom gestor, que se preocupa com o crescimento dos negócios, tem a capacidade de diagnosticar o subordinado exatamente do jeito que ele é, utilizando isso em favor da corporação. A definição de liderança situacional está diretamente ligada a esse tipo de atitude.

Para Hersey e Blanchard (1986), qualquer estilo de comando é eficaz, desde que seja adequado ao potencial do funcionário. Portanto, esta teoria pode colaborar para o êxito da corporação quando a figura da pessoa que manda se adapta às características de cada integrante do grupo, e estes, por si só, atuam de acordo com as estratégias de gestão e acompanhamento estabelecidas pelo chefe. Dessa forma, o gestor dá exemplos, direciona sobre como executar as tarefas, orienta, motiva, apoia e delega, enquanto os comandados entram no ciclo do desenvolvimento, aprendem, crescem e ainda se tornam líderes em potencial.

## 1.2 LIDERANÇA E COMPETÊNCIAS

Para Cavalcanti et al. (2006), ao longo dos tempos, o conceito de liderança vem passando por transformações, em função do contexto cultural, social e ambiental de estudiosos e pesquisadores do tema.

Para Hunter (2004), liderança é a habilidade de influenciar pessoas para trabalharem entusiasticamente, visando a atingir os objetivos identificados como sendo para o bem comum. Para o autor, os gerentes do velho paradigma têm, no novo paradigma, que desenvolver habilidades de liderança para atender às expectativas das pessoas e das organizações, neste cenário de mudanças.

Segundo Cavalcanti et al (2006), os estudos sobre liderança iniciaram-se com teorias bem simples e, com o tempo, as investigações se tornaram cada vez mais complexas. Entre as abordagens assumidas pelas diferentes escolas de pensamento em liderança, são analisadas as seguintes teorias: a teoria dos traços, as teorias comportamentais e o modelo contingencial.

Assim, a figura do líder toma novo aspecto, como propõe Pondy: A eficácia do líder repousa na sua habilidade de tornar uma atividade significativa para aqueles que estão nesse conjunto de papéis - não é mudar comportamentos, mas dar aos outros o senso de compreensão daquilo que estão fazendo e especialmente articulá-los para que possam comunicar-se sobre o sentido do comportamento deles. Essa dupla capacidade, dar sentido às coisas e colocá-las em linguagem significativa para um grande número de pessoas, dá ao líder enorme alavancagem”.” para administrar o sentido que as pessoas dão ao trabalho que fazem, é necessário conhecer como suas necessidades motivacionais o valorizam.

Segundo Fiedler, “[...] a liderança é uma interação altamente complexa entre o indivíduo e ao ambiente social e da tarefa. A liderança é uma transação contínua entre uma pessoa investida de posição de autoridade e o ambiente social.” (FIEDLER, 1996, IN PINA; CUNHA et al., 2006).

A liderança apresenta inúmeros significados, tantos quantos as pessoas que a tentaram definir. Definir liderança é como definir amor, democracia, paz ou liberdade. Embora cada um de nós, intuitivamente, saiba o que os outros querem dizer com estas palavras, elas não significam o mesmo para todas as pessoas (STOGDILL, 1974).

Ireland e Hitt definem liderança estratégica como: “[...] a capacidade de prever, imaginar, manter a flexibilidade, pensar estrategicamente e trabalhar com

outras pessoas para dar início às mudanças que proporcionarão um futuro viável para a empresa.” (IRELAND; HITT, 1999).

Para Maxwell, a função do líder vai muito além de apenas motivar funcionários para obter um bom desempenho, sendo que:

A responsabilidade pelo desenvolvimento das pessoas recai sobre o líder. E isso significa mais do que apenas ajuda-las a adquirir habilidades profissionais. Os melhores líderes ajudam os liderados não só em relação à carreira, mas também em relação à vida pessoal. Eles os ajudam a se tornar pessoas melhores, e não apenas bons profissionais. Os líderes potencializam os liderados. E isso é muito importante, pois promover o crescimento das pessoas gera crescimento para a organização. (MAXWEL, 2008, p.96).

Por isso, é de suma importância o conhecimento do líder para realizar suas tarefas, visando sempre atingir os objetivos da organização, com um ambiente de trabalho saudável para que os colaboradores possam estar motivados no trabalho.

Para os autores: Os homens e mulheres que chamados de líderes ressonantes estão desconhecidos e inspirando pessoas em suas organizações, instituições e comunidades. Estão encontrando novas oportunidades dentro dos desafios de hoje, criando esperança dentro do medo e do desespero. Esses líderes fazem as pessoas irem adiante– de maneira poderosa, pacífica e com propósito. E o fazem ao mesmo tempo em que administram os sacrifícios inevitáveis inerentes à função. Dão o máximo de si a serviço da causa, mas também se preocupam consigo, comprometendo-se com a renovação a fim de assegurar poder e sustentar a ressonância com o passar do tempo (BOYATZIS; MCKEE, 2006).

Para Fleury 2001 o conceito de competência é pensado como conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes (isto é, conjunto de capacidades humanas) que justificam um alto desempenho, acreditando-se que os melhores desempenhos estão fundamentados na inteligência e personalidade das pessoas. Em outras palavras, a competência é percebida como estoque de recursos, que o indivíduo detém. Embora o foco de análise seja o indivíduo, a

maioria dos autores americanos sinalizam a importância de se alinharem as competências às necessidades estabelecidas pelos cargos, ou posições existentes nas organizações. Dessa forma, quando o líder investe o seu desenvolvimento nas competências para a organização, ele também acaba investindo nele mesmo, de forma que consiga desenvolver novas habilidades que serão essenciais para sua vida.

Ainda, Fleury (2001) A noção de competência aparece assim associada a verbos como: saber agir, mobilizar recursos, integrar saberes múltiplos e complexos, saber aprender, saber engajar-se, assumir responsabilidades, ter visão estratégica. Do lado da organização, as competências devem agregar valor econômico para a organização e valor social para o indivíduo.

Por isso, dependendo da área de atuação de cada líder, ele poderá estimular e desenvolver melhor suas competências em determinada área, de forma que possa compreender melhor a questão a ser trabalhada dentro da sua equipe.

### 1.3 GESTÃO DE PESSOAS E RECRUTAMENTO

Segundo Romano (2002), a gestão das pessoas nas organizações, requer o conhecimento de sete fundamentais aspectos: o recrutamento e seleção/ dos elementos de toda a equipa, o desenho e estrutura do trabalho da equipe, a formação e desenvolvimento contínuo dos elementos da equipe, reduzindo as dissonâncias e incrementando as comunicações, a liderança da equipe, ao qual Romano designa de condução dos membros da equipe, a motivação, ou seja, o incentivo continua dos membros, e a avaliação do desempenho permitindo retroação e autodesenvolvimento de cada um dos membro e finalmente, a renumeração da equipe, assim, estabelecer um sistema de recompensas com base no desempenho e nos resultados alcançados.

“Gestão de pessoas pode se definir, como uma área muito sensível à mentalidade que predomina nas organizações. A mesma é contingencial e



situacional, pois ela depende de vários aspectos, como a cultura que existe em cada organização.” (CHIAVENATO, 2006, p. 65).

De acordo com Dutra (2009), a gestão de pessoas de seu desenvolvimento, de sua competência profissional e de sua carreira. As pessoas estão adquirindo consciência de seu papel e passam a cobrar de si mesmas a gestão de sua carreira, e da sua empresa as condições objetivas de desenvolvimento profissional”.

A organização tem a finalidade de atender às necessidades de seus clientes, contando obter um retorno financeiro justo pelos produtos ou serviços prestados. Para poder cumprir com sua finalidade maior, ela necessita de associações do trabalho de gestores, técnicos e de mais pessoas que constituem a sua força de trabalho. Cada organização tem sua forma ideal de gestão de pessoas, de acordo com seu estágio de vida e sua natureza, e de acordo com o meio ambiente, a cadeia de agregação de valores e a tecnologia dominante em seu contexto social (CORADINI, 2009).

Recrutamento e seleção de pessoas compõem um processo que está direcionado a área de recursos humanos, com a finalidade de escolha de candidatos para assumir determinadas vagas dentro de uma empresa. Para Malkovich e Boudreau (2000), recrutamento é um processo de identificação e atração de um grupo de candidatos, dos quais alguns serão escolhidos e contratados pela empresa. Para Limongi França e Arellano (2002), a seleção é a escolha do candidato mais adequado para organização, dentre os candidatos recrutados, por meio de vários instrumentos de análise avaliação e comparação de dados.

#### 1.4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Estratégia é o melhor caminho que uma empresa deve seguir. Envolve várias decisões no sentido de satisfazer as necessidades para as quais a empresa existe bem como para alcançar os resultados financeiros desejados.

Todas essas decisões devem ser consideradas estratégicas quando for difícil voltar atrás uma vez tomadas (ALMEIDA, 2007).

Planejamento estratégico é um conceito comum da administração, que significa o ato de pensar e fazer planos de uma maneira estratégica. Planejar estrategicamente significa usar os recursos disponíveis de forma eficiente, aumentando a produtividade de um indivíduo ou empresa. A gestão do tempo é crucial para qualquer empresa, pois é um dos recursos mais valiosos à nossa disposição.

A gestão estratégica dos riscos também é uma área importante para qualquer empresa. Em termos de planejamento estratégico pessoal, refere-se o ato de pensar a vida pessoal de forma estratégica, identificando a sua missão e valores, juntamente com as metas e objetivos no âmbito pessoal que o indivíduo pretende alcançar, para seleção de novos gestores e um ponto muito importante de abordar qual o objetivo, e o que levou a se candidatar para uma seleção de novos líderes e qual será a sua estratégia pessoal ou o seu diferencial que vai atribuir a organização.

Segundo Thompson et al. (1992) os objetivos de uma organização são os “fins” e as estratégias são os “meios” para alcançá-los, ou seja, a estratégia é meio que a organização utiliza para obter os objetivos pretendidos. Assim sendo, Mintzberg et al. (2006) classificam o processo de estratégia em três premissas básicas como: a. formulação de estratégias; b. análise de estratégias e c. formação de estratégias.

A formulação da estratégia está ligada a decidir como a estratégia será desempenhada. Essa premissa inclui a identificação das oportunidades e ameaças no ambiente da organização bem como a avaliação dos pontos fortes e fracos com recursos disponíveis, ou seja, a organização poderia fazer em termos de oportunidades ambientais e de decidir o que pode fazer em termos de habilidade e poder e que juntar essas duas seria alcançar o equilíbrio ideal. Valores pessoais, aspirações e ideias podem, ou melhor, devem influenciar na sua escolha final dos objetivos (MINTZBERG et al., 2006).

## 2 METODOLOGIA

O presente estudo de caso relata sobre novas estratégias que estão sendo elaboradas em uma cooperativa de assistência médica do RS, onde todos os gestores da área estão sendo convidados a participar de um processo seletivo juntamente com outros concorrentes. Junto a isso, cada setor de trabalho terá um gestor e um coordenador. De forma hierárquica, o coordenador será a pessoa que a equipe terá mais contato, seguido do gestor, e por último o gerente de negócios.

A cooperativa presta assistência à saúde em 27 municípios da região do RS, atendendo indiretamente mais de 100 mil pessoas. Possui como um dos seus negócios a Saúde ocupacional. O negócio de saúde ocupacional possui como objetivos: proteção no trabalho para empregados e empregadores, cumpre interesses da empresa e obrigações legais, revela condições de adaptação do trabalho às condições físicas e mentais dos trabalhadores. A Saúde Ocupacional visa atender a demanda de empresas interessadas em cumprir as legislações de Saúde e Segurança do Trabalho, diminuir o absenteísmo por meio da gestão da saúde e diminuir os riscos relacionados a acidentes e doenças no trabalho. Possui como serviços e benefícios: Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), Laudo Técnico (LTCAT), Consultas Clínicas, Exames Complementares, Audiometria, Avaliação Psicossocial, Exames Laboratoriais, Exames de Raio X, Treinamentos: CIPA (NR-05), Equipamentos de Proteção Individual (NR-06), Segurança em Instalações Elétricas (NR-10), Máquinas e Equipamentos (NR-12), Líquidos, Combustíveis e Inflamáveis/Benzeno (NR-20), Espaço Confinado (NR-33), Trabalho em Altura (NR-35), Orientações sobre preenchimento do PPP, Assessoria de Gestão de Segurança e Unidade Móvel.

A ideia de reformular os cargos de liderança surgiu de diversos fatores, como: burocracia, dificuldade de comunicação, otimização de pessoas, possibilidade para delegar funções e busca de resultados. Era notório como problemas pequenos não eram necessários passar por tanta burocracia até chegar ao gestor da área, bem como um dos principais objetivos foi sair da zona

de conforto. Para cada área de gestão selecionada, foram exigidos alguns requisitos como: possuir graduação, não ter advertências nos últimos 12 meses e estar há mais de 1 ano na função que desempenha. Além disso, foram exigidas competências comportamentais para cada cargo específico. Percebe-se que a cooperativa possui o intuito de fomentar novos líderes, de forma que estimule o seu autodesenvolvimento. Nota-se que a cultura da cooperativa é desenvolver e criar oportunidades para pessoas que já trabalham no local, de forma que esses colaboradores possam se sentir valorizados e buscam o aprendizado constante.

Esta forma de selecionar novos gestores está em andamento, de forma que é perceptível os resultados das seleções, onde há transparência e incentivo na busca do crescimento profissional.

## CONCLUSÃO

O conceito de liderança, cada vez mais, é discutido, de forma que vem sendo refletido sobre a importância da atuação de um bom líder e a diferença que ele faz na produtividade das organizações. Além, disso, percebe-se a importância do líder na medida em que torna possível a facilitação das discussões e questionamento do grupo, tendo em vista as novas formas de organizações do trabalho, suas habilidades, competências e a respectiva gestão.

Por mais distintas que sejam as organizações, os resultados esperados por um líder são os mesmos, que exista uma mudança e que exista uma contribuição positiva para a sociedade. Portanto, é necessário que seja elaborado o que é o papel gerencial e o que é considerado um gerente ideal. Porém, essa é uma análise particular de cada organização, diante dos seus princípios, missão e seus valores e é preciso que exista diálogo entre a organização e o colaborador, para que possa ser transmitido o que se espera de um líder.

As organizações devem estar preocupadas na questão de formar novos líderes, sendo de extrema importância prepara-los através de capacitação e avaliar periodicamente para se obter um feedback do seu desempenho como

gestor, sendo uma forma mais eficaz de medir a evolução do mesmo. se está desempenhando o seu papel conforme a expectativa da organização.

Partindo dos conceitos estudados de liderança, uma das principais funções do líder dentro da organização é criar o estímulo no colaborador, de forma que ele possa se sentir motivado para trabalhar e investindo o melhor que seja possível, influenciando de forma positiva e direcionando-os para o caminho certo.

Sendo assim os autores relatam que para ser um bom líder motivador é preciso dar exemplos, estar presente no dia- dia de suas atividades, sendo o espelho para sua equipe. O bom líder é aquele que sabe motivar sua equipe, acredita e confia nos seus integrantes e acima de tudo, o que dá exemplo nas tarefas. Hoje, percebe-se, que o conceito de liderança está sendo desmistificado, onde é diferenciado a função de chefia de um cargo de líder.

São os líderes que direcionam, coordenam e planejam as tarefas de uma organização, possuindo grande influência na satisfação dos colaboradores. É considerado um bom líder o profissional que influencia e incentiva os seus coordenados a realizarem o melhor trabalho para obter os melhores resultados para as organizações. Com esta influência exercida pelo líder, surge uma sugestão para o próximo estudo: Como a liderança pode influenciar na satisfação dos colaboradores?

No ano de 2021 a Cooperativa continua utilizando o mesmo padrão para seleção de gestores, onde vem demonstrando ser uma seleção justa com todos os colaboradores, incentivando a busca contínua do aprimoramento e realizando processos de seleção com transparência. Sendo assim, a pesquisa tem caráter contínuo, onde o aprimoramento da seleção possa ser realizada quando houver necessidade.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.I.R. **Manual de Planejamento Estratégico**. São Paulo: Atlas, 2007.

BOYATZIS, Richard; MCKEE, Anne. **O Poder da Liderança Emocional:** liderança vibrante com empatia, esperança e compaixão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

CAVALCANTI, Vera Lucia et al. **Liderança e Motivação.** Série Gestão de Pessoas. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CORADINI, Joziane Rizzetti; MURINI, Lisandra Taschetto. **Recrutamento e Seleção de Pessoal:** como agregar talentos à empresa. *Disciplinarum Scientia| Sociais Aplicadas*, v. 5, n. 1, p. 55-78, 2009.

CUNHA, Miguel Pina e, et. al. **Manual de Comportamento Organizacional e Gestão,** Lisboa: RhEditora, 2006.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de Recursos Humanos.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1981.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração.** 3. ed. Edit. Campus, 2004, p. 100 a 294.

DIAMANTE, Samuel; GRAHL, João Roberto. Tipos de liderança: Definições, objetivos e impactos. **Revista dos Alunos de Administração**, v. 1, p. 59-80, 2012.

DUTRA, Joel S.; **Gestão de Pessoas:** modelo, processos, tendências e perspectivas. 7. reimp. São Paulo: Atlas, 2009.

FACCIOLI, Cintya. Teorias de Liderança. 2008. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/carreira/teorias-de-lideranca/22664/>>. Acesso em: 21 out. 2021.

FLEURY, M. T. L.; FLEURY, A. **Construindo o Conceito de Competência.** *Revista de administração contemporânea*, v. 5. 2001. Disponível em: [www.scielo.com.br/pdf/rac/v5nspe/v5nspea10.pdf](http://www.scielo.com.br/pdf/rac/v5nspe/v5nspea10.pdf). Acesso em: 10 out. 2021.

FONSECA, Ana Márcia de Oliveira; PORTO, Juliana Barreiros; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo. **Liderança:** um retrato da produção científica brasileira. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 19, p. 290-310, 2015.

IRELAND, R. D., HITT, M. A. **Achieving and Maintaining Strategic Competitiveness in the 21st Century:** the role of strategic leadership. *The Academy of Management Executive*, v. 13, n. 1, p.43-57, 1999.

Lara, L., Lucca, R., Piva, S. (2000). **Liderança e Motivação no Ambiente Organizacional,** Monografia apresentada no curso de Organização, Sistemas



e Métodos das Faculdades Integradas Campos Salles, disponível para consulta em <http://www.maurolaruccia.adm.br/trabalhos/lider1.htm> consultado em 12 de outubro de 2020).

LIMONGI-FRANÇA, A. C.; ARELLANO, E. B. **Os Processos de Recrutamento e Seleção**. In: FLEURY, M. T. L. (Coord.). *As pessoas na organização*. São Paulo: Ed. Gente, 2002.

MAXWELL, John C. **O Livro de Ouro da Liderança**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008.

MILKOVICH, G. T.; BOUDREAU, J. W. **Administração de Recursos Humanos**. São Paulo: Atlas, 2000.

ROMANO, Adriano. **Gerência de Recursos Humanos – Liderança Situacional**, Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2002. Disponível em: <[http://www.cesarkallas.net/arquivos/faculdade/empreendimentos2/teoria/EI%20II%20Lideranca/Lider\\_Situac\\_monog\\_Adrmano.pdf](http://www.cesarkallas.net/arquivos/faculdade/empreendimentos2/teoria/EI%20II%20Lideranca/Lider_Situac_monog_Adrmano.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2021).

SIQUEIRA, M. M. M. **Medidas do Comportamento Organizacional** [Edição Especial]. *Estudos de Psicologia*, 7, 11-18, 2002. DOI: 10.1590/S1413-294X2002000300003

STOGDILL, R.M. **Handbook of Leadership: a survey of theory and research**. New York: Free Press, 1974.

Hersey, P., Blanchard, K. **Psicologia para Administradores**. 4. ed. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1986.

## **CAPITAL SOCIAL, LIDERANÇA E CONFIANÇA: UM ENSAIO TEÓRICO**

Patrícia da Rosa Portela Cé<sup>1</sup>  
Milton Luiz Wittmann<sup>2</sup>

### **RESUMO**

O presente artigo, como ensaio teórico, tem como objetivo analisar a importância do elemento confiança na liderança, como fator promotor de capital social, cujos conceitos norteadores são liderança, confiança e capital social. A liderança é um processo que pode ser compreendido como uma relação social entre indivíduos e tem como fator relevante o componente confiança entre líder e liderados. Sendo assim, conclui-se que estabelecidos os laços de confiança, esses resultam em cooperação entre os membros do grupo e conseqüentemente promovem o capital social. Sugere-se para futuros estudos explorar a percepção de líderes e liderados sobre o elemento confiança do capital social das organizações.

Palavras-chave: Liderança – Confiança – Capital Social.

### **INTRODUÇÃO**

O tema liderança frequentemente ganha espaço no mundo acadêmico, sendo exaltado pela literatura especializada em administração como o diferencial que tem a capacidade de melhorar o desempenho das organizações formais complexas (ALVES, 2010), neste porvir as organizações estão vendo a liderança como uma vantagem competitiva e por isso estão investindo em seu desenvolvimento (DAY, 2001). A liderança pode ser compreendida como um processo que influencia as atividades de um grupo organizado em seus esforços a fim de estabelecer e alcançar metas. Segundo Fonseca, Porto e Andrade (2015) no contexto organizacional, o processo de liderar pode ser visto como um conjunto de comportamentos que possibilitam ao gestor influenciar sua equipe.

Nesse alinhamento, o processo de liderar pode ser compreendido como uma relação social entre indivíduos e tem como fator relevante o componente

---

<sup>1</sup> Mestranda em Gestão Estratégia de Organizações da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, campus de Santo Ângelo.

<sup>2</sup> Doutor em Administração pela FEA/USP e Professor da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, campus de Santo Ângelo.

confiança entre líder e liderados, ou seja, a relação será mais próxima se os liderados confiarem em seu líder (SANTOS; CARNIELLO, 2014). A confiança nas competências do líder, bem como a confiança sentida entre líderes e liderados em suas declarações, honestidade, justiça, transparência e boa vontade demonstram a necessidade de uma liderança relacional nas organizações (USLU; OKLAY, 2015).

McCallum e O'Connell (2009) ressaltam que a volatilidade é explícita dentro das organizações, pois sofrem mudanças contínuas nos relacionamentos com os *stakeholders* e na crescente competitividade, assim como a virtualidade apresenta oportunidades e desafios para líderes, pois o trabalho ocorre mais acelerado em relação ao tempo e espaço, devido a tecnologia que proporciona a comunicação global. Dada as demandas do atual cenário, onde os negócios são baseados nos relacionamentos, as organizações e seus líderes enfrentam o desafio de produzir uma gama de relações que se sustentem a fim de promover o capital social.

Capital Social pode ser definido como características da organização social, como redes, normas e confiança, que resultam na cooperação para o benefício de todos (PUTNAM, 1993). Sendo assim, o objetivo desse ensaio teórico é analisar a importância do elemento confiança na liderança, como fator promotor de capital social.

Além dessa introdução, esse texto está dividido em outras 3 seções. A próxima seção apresenta uma discussão sobre liderança e confiança. A terceira seção apresenta uma discussão sobre o capital social. Por fim, são realizadas as conclusões desse ensaio teórico.

## **1 LIDERANÇA E CONFIANÇA**

Devido as constantes mudanças e transformações, que o mundo vem sofrendo, as organizações vão em busca de maneiras que as façam obter os melhores resultados como, por exemplo, melhor qualidade de produtos e serviços, inovação, compartilhamento de informações e ações que melhorem o

desempenho da organização. Dessa forma, a liderança tem papel importante, pois tem a capacidade de influenciar as atividades de determinado grupo organizado para, através de seus esforços, estabelecer e alcançar metas (FONSECA; PORTO; ANDRADE, 2014). Para Day (2001) a liderança é um processo social que envolve todos os atores de uma comunidade. Para o autor cada pessoa é considerada um líder, sendo a liderança conceituada como um efeito e não uma causa. Assim sendo, o desenvolvimento da liderança acontece a partir dos sistemas relacionais de cooperação, que ajudam a construir compromissos entre os membros de um grupo.

Almondes, Teixeira e Vieira (2020) em seus estudos citam Spisak et al (2015), que definem liderança como um processo adaptativo no qual indivíduos são referenciais para influenciar comportamentos, tendo como objetivo, solucionar os desafios que surgem no ambiente. Logo, é necessário pensar na responsabilidade dos líderes em conduzir seus liderados para o alcance de objetivos organizacionais, através da motivação, capacitação, integridade e confiança (ALMONDES; TEIXEIRA; VIEIRA, 2020). Para Rennó (2001) uma pessoa confia em outra pois tem expectativas sobre o modo como essa outra pessoa irá reagir, sendo assim, confiar no outro reforça a ação coletiva e a cooperação.

Em seus estudos, Strömgren et al (2017) destacaram que a liderança, que foca na relação de confiança, motiva as pessoas a se empenharem mais. Os líderes focados nos relacionamentos utilizam fatores como inspiração, motivação e confiança para alcançar objetivos. Um líder eficiente compreende que as relações sociais entre membros de uma organização e entre pessoas além dos limites organizacionais, têm a capacidade de alavancar as redes sociais e pessoais de indivíduos para o benefício da organização (McCALLUM; O'CONNELL, 2009). A abordagem da liderança orientada para os relacionamentos se conecta com o capital social, pois ele depende de fatores como relação, reconhecimento, reciprocidade e confiança (STRÖMGREN et. al, 2017).

Para Maak (2007) é fundamental que o líder atue como intermediário de capital social. Para o pesquisador, estudos sobre liderança responsável e seu papel na construção do capital social contribuem para a construção de um mapa dos relacionamentos complexos de uma organização e de suas partes interessadas. Líderes que se empenham nos relacionamentos de confiança com seus liderados, exercem uma influência positiva no capital social (PASRICHA; RAO, 2018). Portanto, o líder sendo o representante de um grupo de trabalho, deve buscar fortalecer uma relação com seus liderados, baseada na confiança, para gerar cooperação na organização e promover o capital social da mesma.

O processo de liderança envolve a personalidade e o comportamento do líder, assim como, envolve as percepções dos liderados sobre o líder e o contexto da liderança, sendo que o líder deve estruturar ou reestruturar situações, percepções e expectativas dos membros da equipe. Dessa maneira, a liderança vai além da ideia de o líder necessitar possuir características ou comportamentos prescritos para determinadas situações, a liderança é um processo relacional entre líder e liderados, sendo moldada pelo contexto (McCALLUM; O'CONNELL, 2009).

Para ser aceito de maneira espontânea, o líder dependerá das percepções que seus liderados terão dele. Se os liderados tiverem uma percepção positiva acerca do líder, o resultado terá maior credibilidade e comprometimento dos liderados com a equipe e com a organização (BERGAMINI, 2002). Zanini et al (2012) afirmam que o fator confiança exerce um impacto significativo sobre os resultados da organização. Os autores relatam que em relação ao desempenho do líder, a percepção do caráter do líder influencia a vulnerabilidade do liderado em relação a hierarquia, sendo assim, as percepções sobre a confiabilidade do líder se tonam importantes.

A confiança na liderança tornou-se um dos elementos mais importantes nas pesquisas e práticas de gestão, pois exerce uma grande influência sobre os resultados organizacionais, sobre os comportamentos e sobre as atitudes dos liderados (BAI; LI; XI, 2012). Rousseau et al (1998) citado por Bai, Li e Xi (2012), definiram confiança como um estado psicológico que envolve a disposição de

aceitar a vulnerabilidade com base nas expectativas de intenções ou comportamentos positivos das partes com as quais se interage. Purdue (2015) aponta Humphrey (1998) que define a confiança como a aceitação do risco e da vulnerabilidade consequentes da ação de outros e na expectativa de que o outro não explore tal vulnerabilidade. Separando a confiança em “confiança de competência” e “confiança de boa vontade”, o autor afirma que a primeira refere-se a confiar que o outro tem a capacidade de controlar o risco cumprindo seus compromissos, enquanto a segunda tem uma aceitação emocional do compromisso moral do outro em não explorar sua vulnerabilidade (PURDUE, 2015).

Autores como Avolio e Gardner (2005) há algum tempo já se dedicam a estudar sobre as relações de confiança entre líderes e liderados e destacam os princípios de reciprocidade e congruência de valores, que explicam os processos pelos quais os líderes autênticos estabelecem trocas sociais positivas com seus seguidores. Quando os líderes processam as informações de maneira imparcial, exibem integridade pessoal em uma relação autêntica com seus liderados, o relacionamento entre líder e liderados será caracterizado por elevados níveis de respeito e afeto positivo, o que gera confiança entre eles (AVOLIO; GARDNER, 2005).

De fato, a liderança autêntica parece ser a liderança que se aproxima muito da relação baseada na confiança entre líderes e liderados. Bhindi et al (2008) salientam que a liderança autêntica envolve duas forças que se misturam. A primeira força é transformadora de si mesmo e dos outros, com um propósito moral e ético superior, cujo propósito é conquistado pelo líder e concedido pelos seguidores. Não depende do poder do líder, mas da credibilidade reconhecida no líder ao longo do tempo, pois é um processo coletivo que envolve líder e liderados. A segunda força é a busca por um elevado código moral ou padrão ético de conduta. A confiança na liderança tornou-se um dos elementos mais importantes nas pesquisas e práticas de gestão, pois exerce uma grande influência sobre os resultados organizacionais, sobre os comportamentos e sobre as atitudes dos liderados (BHINDI et. al, 2008).



Para Covey, quando a confiança diminui os relacionamentos e os negócios ficam mais lentos, o que implica no aumento de custos e quando a confiança aumenta os relacionamentos e os negócios são mais fluidos. Para o autor, a confiança funciona como um motor dos relacionamentos e da economia, assim, se faz necessário que o líder adote práticas que fortaleçam a confiança entre o grupo de trabalho. O autor ainda destaca treze comportamentos de líderes de alta confiança: falar francamente, demonstrar respeito, criar transparência, corrigir e reparar erros, demonstrar lealdade, apresentar resultados, aperfeiçoar-se, enfrentar a realidade, esclarecer expectativas, praticar a responsabilidade, escutar primeiro, cumprir promessas e confiar nos outros (COVEY; 2017).

A confiança interpessoal é um dos principais valores associados ao comportamento político (RENNÓ; 2001). O autor corrobora da ideia de Putnam de que a confiança, solidariedade e tolerância são atributos do comportamento cívico. A confiança reforça a ação coletiva, pois minimiza comportamentos oportunistas, como por exemplo, atos isolados e imediatistas. Putman ressalta que a confiança promove a cooperação, pois quanto maior o nível de confiança em uma comunidade, maior será a probabilidade de haver cooperação entre o grupo comunitário e conseqüentemente, quanto maior a cooperação, mais confiança entre si o grupo desenvolverá. A confiança necessária para estimular a cooperação não é confiança cega, para o estudioso a confiança implica em uma previsão do comportamento de um ator independente, ou seja, você confia na pessoa porque conhece sua disposição, suas alternativas e possíveis conseqüências, suas capacidades e espera que ela prefira agir da maneira adequada, sendo essa confiança o componente básico do Capital Social (PUTMAN; 1993).

## **2 CAPITAL SOCIAL**

A primeira análise contemporânea do capital social foi feita por Pierre Bourdieu em 1980, que o definiu como um agregado de recursos reais ou

potenciais validados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento mútuo ou reconhecimento (PORTES, 1998 apud MAAK, 2007). Para Bourdieu a sociabilidade gera benefícios, pois os lucros obtidos da participação em um grupo são a base da solidariedade, ou seja, as redes sociais são construídas por meio de estratégias de investimento nas relações do grupo de vantagem mútua (MAAK, 2007).

Fukuyama (1996) citado por Cunha (2000) define capital social como a capacidade que as pessoas têm de trabalharem em organizações da sociedade civil, de maneira conjunta, com o intuito de alcançar os mesmos objetivos. Para tanto, a capacidade de união dos membros do grupo dependerá do grau de partilha de normas e valores da comunidade e da capacidade destas em sujeitar os interesses individuais aos interesses do grupo. Dessa forma, a confiança entre os membros do grupo tem elevada importância.

Putman (1993) destaca que o capital social se relaciona com características como confiança, normas e sistemas da organização social. Dessa forma, com ações coordenadas, a sociedade apresenta melhores resultados e se desenvolve. Para o autor, a confiança é o elemento básico do capital social. Coleman (1988) afirma que o capital social não é singular, pois se estrutura a partir das relações, ou seja, o capital social existe pois há relações e é isso que o diferencia de outras formas de capitais.

Santos e Carniello (2014) ressaltam que a partir das principais definições de capital social, é possível perceber que ele acontece devido as relações que se estabelecem. Sendo os seres humanos seres sociáveis que vivem em grupo direta ou indiretamente, torna-se quase impossível não se relacionar no sentido de influenciar ou ser influenciado. Logo, o capital social é resultado de diversos contextos, dentre eles, das relações entre líder e liderados.

A ênfase do reconhecimento e benefício mútuo do capital social, evidencia que o acesso e o uso do mesmo, não visa beneficiar apenas um único indivíduo, como o líder. Maak (2007) destaca que o líder é fundamental para promover o capital social das partes interessadas em prol de um bem comum, pois ao estabelecer relações de confiança com os membros do grupo, o líder

constrói pontes e conecta essas partes, com o objetivo de envolvê-los para ter uma visão significativa do negócio. Uma liderança estratégica eficiente, constrói e implanta o capital social que conduzirá para resultados comerciais positivos. McCallum e O'Connell (2009) apontam alguns elementos que contribuem para que líderes promovam o capital social. Em primeiro lugar, os líderes não veem sua liderança como uma posição ou título, mas sim como uma posição de responsabilidades com as partes interessadas. Em segundo, os líderes se esforçam para formar parcerias, escutando e questionando todos os membros do grupo que têm capacidades para trabalhar como parceiros deles e não como membros de uma hierarquia tradicional. Em terceiro, no grupo desses líderes há o compartilhamento de conhecimento entre os membros, o que gera energia e criatividade. Por fim, os líderes administram o paradoxo de competir e colaborar com outras organizações, ou seja, as fronteiras entre projetos competitivos e cooperativos são gerenciadas por esses líderes.

Strömgren et al (2017) demonstram em seus estudos que a liderança focada no relacionamento motiva as pessoas e reflete em um bom desempenho. Os líderes se utilizam de fatores determinantes para uma liderança relacional, como inspiração, motivação, estímulo intelectual, influência idealizada e consideração com o outro. Os pesquisadores concluem que a abordagem da liderança orientada para o relacionamento se conecta ao capital social, pois o mesmo apresenta características que dependem das relações, como reconhecimento, reciprocidade e confiança.

Importante ressaltar os estudos de Tansley e Newell (2007) quando afirmam que a confiança antecede o capital social. Para os autores, a confiança é o resultado da ação coletiva e a partir disso, explora-se o capital social. É necessário que a confiança no líder e entre os membros do grupo se desenvolva rapidamente para que o trabalho em equipe transcorra com bons resultados. Em um grupo onde o nível de confiança no líder e entre os membros é baixa, a tendência é desperdiçar tempo e energia em conflitos e não estabelecer e fazer uso do capital social.

Dois pontos fazem com que o capital social se distingue de outros tipos de capital. O primeiro é o caráter de propriedade conjunta, sem direitos de exclusividade para os indivíduos e o segundo, é o fato de quanto mais usar, mais aumentará o capital social (MAAK, 2007). Para Maak (2007), qualquer tentativa de fazer uso do capital social de maneira unidimensional está fadada ao fracasso. Portanto, para o autor, os líderes não podem apenas construir e usar o capital social em benefício próprio ou para apenas o benefício da organização, sem investir na reciprocidade. Os líderes podem obter créditos se os relacionamentos com as partes interessadas forem fortes o bastante para aproveitar os recursos em comum. O capital social trata-se de recursos compartilhados que podem ser mobilizados para uma ação responsável que beneficie todas as partes interessadas.

Maak afirma que para o líder ter sucesso e construir relacionamentos sustentáveis com as partes interessadas, ele deve certificar-se de que isso seja feito por motivos certos. Para que o capital social surja, é necessário que se estabeleça um certo nível de confiança. Maak ressalta que a confiança é um recurso delicado, devendo ser tratada tanto como uma fonte de capital social, quanto o resultado do mesmo, uma vez que o engajamento das partes interessadas resulte em resultados frutíferos para todas as partes que perseguem um objetivo em comum (MAAK, 2007).

Líderes responsáveis estabelecem relacionamentos estáveis com parceiros de confiança e com o passar do tempo, os laços se acumulam em uma rede mutuamente benéfica, gerando o capital social para as partes interessadas. Para Maak há uma diversidade muito grande entre os parceiros, o que aumenta as expectativas em relação à rede social. Sendo assim, gerenciar e liderar em uma ampla rede de relacionamentos requer um líder versátil, com inteligência emocional e ética (MAAK, 2007).

## CONCLUSÃO

Atualmente os negócios são baseados nos relacionamentos interpessoais. Logo, as organizações e seus líderes enfrentam o desafio de produzir uma rede de relacionamentos que se sustentem e que promovam o capital social. Nesse sentido, a liderança é compreendida como uma relação social entre indivíduos, tendo como um dos principais elementos a confiança entre líderes e liderados.

Confiar nas competências do líder e em suas declarações, transparência e boa vontade demonstram a necessidade de uma liderança voltada para as relações nas organizações. Dessa maneira, o objetivo desse ensaio teórico foi analisar a importância do elemento confiança na liderança, como fator promotor de capital social. Para alcançar o objetivo proposto, foram utilizadas referências bibliográficas que permitiram trazer elementos relacionados com os conceitos de liderança, confiança e capital social.

Os resultados de uma liderança dependerão das percepções que os liderados terão do líder. Se os liderados tiverem uma percepção positiva acerca do líder, o resultado será maior credibilidade e comprometimento dos liderados. Os resultados demonstraram que a confiança no líder exerce influência positiva sobre os resultados na organização, sobre o comportamento e sobre as atitudes dos liderados. Quanto maior o nível de confiança em um grupo, maior será o nível de cooperação e quanto mais cooperação, maior confiança o grupo terá entre si.

Evidenciou-se com o estudo que uma liderança focada no relacionamento motiva os liderados e gera bons resultados. Líderes que utilizam fatores como inspiração, motivação, estímulo intelectual, influência idealizada, respeito, transparência nas informações e compartilhamento de conhecimentos, reforçam os laços com o grupo, gerando confiança e desenvolvendo o capital social.

Sendo assim, conclui-se que líderes responsáveis estabelecem relacionamentos estáveis com parceiros de confiança e com o passar do tempo, os laços se acumulam em uma rede mutuamente benéfica, que cooperam entre si e geram o capital social.

O estudo limitou-se a pesquisa bibliográfica. Para próximos estudos sobre o tema, sugere-se uma pesquisa que explore a percepção de líderes e liderados sobre o elemento confiança da capital social das organizações, com pesquisas aplicadas junto a organizações.

## REFERÊNCIAS

- ALMONDES, R. S.; TEIXEIRA, A.; VIEIRA, V. A. Liderança autêntica e as dimensões do comprometimento organizacional. **Revista Eletrônica de Administração e Turismo**, v. 14, n. 1, p. 1-19, 2020.
- ALVES, S. Liderança organizacional: discussão sobre um conceito-chave à Administração. **Revista Pensamento Contemporânea em Administração**. Rio de Janeiro, v.4, n.1, p. 43-53, 2010.
- AVOLIO, B. J.; Gardner, W. L. Authentic leadership development: getting to the root of positive forms of leadership. **The Leadership Quarterly**, v.16, n.3, p. 315–338, 2005.
- BAI, Y.; LI, P. P.; XI, Y. The distinctive effects of dual-level leadership behaviors on employees' trust in leadership: an empirical study from China. **Asia Pac J Manag**, n. 29, p. 213-237, 2012.
- BERGAMINI, C. W. A importância da credibilidade na liderança eficaz. **Revista de Economia e Administração**, v.1, n.2, p. 33-50, 2002.
- BHINDI, N. et al. Authentic leadership in education: a cross-country phenomenon – or, leaders in their own mind? Paper presented at the Enhancing the Heart, Enriching the Mind at the international leadership conference. **New Zealand Educational Administration and Leadership Society (NZEALS)**. Auckland, 2008.
- COLEMAN, J. S. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology, Chicago**, v. 94, p. 95-120, 1988.
- COVEY, S. M. R. **A Velocidade da Confiança**: o elemento que faz toda a diferença. 1ª ed. Rio de Janeiro: Altas Book, 2017.
- CUNHA, L. A. G. Confiança, capital social e desenvolvimento territorial. **RA'EGA**, n. 4, p. 49-60, 2000.
- DAY, D. V. Leadership Development: A review in context. **The Leadership Quarterly**, v. 11, n. 4, p. 581 – 613, 2001.



FONSECA, A. M. O; PORTO, J. B.; ANDRADE, J. E. B. Liderança: um retrato da produção científica brasileira. **RAC**, v. 19, n.3, p. 290-310, 2015.

MAAK, T. Responsible leadership, stakeholder engagement, and the emergence of Social Capital. **Journal of Business Ethics**, n. 74, p. 329 – 343, 2007.

McCALLUM, S.; O'CONNEL, D. Social capital and leadership Development: building stronger leadership through enhanced relational skills. **Leadership & Organization Development Journal**, v. 30, n. 2, p. 152-166, 2009.

PASRICHA, P.; RAO, M. K. The effect of ethical leadership on employee social innovation tendency in social enterprises: Mediating role of perceived social capital. **Creat Innov Manag**, n. 27, p. 270-280, 2018.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RENNÓ, L. R. Confiança Interpessoal e Comportamento Político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina. **Revista Opinião Pública**, v. 7, n.1, p. 33-59, 2001.

SAMPSON, R. J.; GRAIF, C. Neighborhood Social Capital as Differential Social Organization Resident and Leadership Dimensions. **American Behavioral Scientist**, v. 52, n. 11, p. 1579- 1605, 2009.

SANTOS, A. C.; CARNIELLO, M. F. Capital Social e Liderança na Organização do Trabalho: um estudo da relação de confiança. XVIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica, XIV Encontro Latino Americano de PósGraduação e IV Encontro de Iniciação à Docência – Universidade do Vale do Paraíba, 12., 2014, Paraíba. **Anais eletrônicos...** Paraíba: UNIVAP, 2014.

STRÖMGREN, M. et al. Leadership quality: a factor important for social capital in healthcare organizations. **Journal of Health Organization and Management**, v. 31, n.2, p. 175-191, 2017.

TANSLEY, C.; NEWELL, S. Project social capital, leadership and trust: a study of human resource information systems Development. **Journal of Managerial Psychology**, v. 22, n. 4, p. 350-368, 2007.

USLU, F.; OKLAY, E. The effect of leadership on organizational trust. In: KARADAG, E. **Leadership and organizational outcomes**. Springer, Cham. 2015. p. 185-198.

ZANINI, M. T. et al. Os elementos de coordenação informal em uma unidade policial de operações especiais. **RAC**, v. 17, n.1, p. 106-125, 2013.

## **OBRIGAÇÕES DOS FIADORES: DAS INSTITUTAS À CONTEMPORANEIDADE**

Camila Fernanda Perchim Mensch<sup>1</sup>  
Daniara Specht Lemos da Silva<sup>2</sup>  
Renata Lukrafka Kowalczyk<sup>3</sup>  
Adriano Nedel dos Santos<sup>4</sup>

### **RESUMO**

Este artigo tem como temática a comparação entre as Institutas de Justiniano e o Código Civil no que tange ao Direito das Obrigações e, mais especificamente, o instituto da fiança. A pesquisa busca mostrar a importância do Direito Romano para a formação do direito atual, através da comparação de legislações destes. O presente estudo visa percorrer as linhas temporais do direito civil, destacando a concepção e a evolução do entendimento legislativo a respeito das obrigações dos fiadores, partindo do conteúdo do Corpus Iuris Civilis. O método de abordagem é dedutivo, enquanto os métodos de procedimento são histórico, comparativo, bibliográfico e documental. O referencial teórico, para a pesquisa acerca do “Código de Justiniano” é baseado, principalmente, nos seguintes autores: TARTUCE (2020); JUSTINIANO (2001); GUILHERME (2017). Assim, a partir desta análise é possível identificar a influência de legislações antigas, através de comparações analíticas, nos institutos jurídicos hodiernos.

Palavras-chave: Obrigações – Fiança - Institutas de Justiniano - Código Civil.

### **INTRODUÇÃO**

O Direito no Brasil, assim como em demais lugares, é resultado de uma constante evolução, e esta totalidade abrange séculos de aprimoramento de princípios reguladores das relações jurídicas de diversas sociedades, ainda que

---

<sup>1</sup> Autora do artigo. [camilamensch7@gmail.com](mailto:camilamensch7@gmail.com)

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Direito - 4º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. [spechtdaniara@gmail.com](mailto:spechtdaniara@gmail.com)

<sup>3</sup> Acadêmica do Curso de Direito – 4º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. [renatakowalczyk@gmail.com](mailto:renatakowalczyk@gmail.com)

<sup>4</sup> Mestre em Direito pela URI. Orientador. Professor do curso de Direito das Faculdades Integradas Machado de Assis e Advogado. [adrianonedel@hotmail.com](mailto:adrianonedel@hotmail.com)

o regramento disciplinar se converta conforme o contexto político, econômico e social do momento histórico vigente.

O sistema jurídico romano foi o de maior influência na formação basilar de outros ordenamentos, tanto que atualmente percebe-se a persistência de muitos institutos, sendo alguns muito similares à forma como concebidos na Antiguidade. O acervo normativo da sociedade brasileira não difere disto e possui suas origens, principalmente, no Corpus Iuris Civilis (Corpo de Lei Civil), obra revolucionária da jurisprudência, cuja publicação deu-se por ordem do imperador bizantino Justiniano I.

A manutenção de institutos desta legislação até os dias atuais se deve à forma como foi organizada, sendo um dos métodos responsáveis por unificar a expansão do império romano, além de sua popularidade por ser um sistema dinâmico, ocasionado pela diversidade e interação das fontes, flexível nas resoluções.

Portanto, esse trabalho busca analisar esta obra em consonância à legislação brasileira atual, identificando itens análogos como fundamento da plausível constatação da influência do direito romano na constituição jurídica contemporânea. Dessa forma, será abordado precisamente a esfera dos fiadores, pelo procedimento de pesquisa bibliográfica, histórica, documental e comparativa.

## **1 DAS OBRIGAÇÕES**

Em princípio, é válida a compreensão do contexto ao qual se fixa o direito das obrigações, considerando o nexu entre as etapas, não tão somente deste ramo, mas da maioria das designações do Direito, principalmente, por ser a base de toda relação jurídica privada, repercutindo em inúmeros atos do cotidiano social. Além disso, por tratar-se de pesquisa comparativa, este viés introdutório é imprescindível para conhecimento de concepções da matéria, ainda que partindo de entendimentos hodiernos.

Antes do conceito propriamente dito, é importante compreender a origem da terminologia, e conseqüentemente, seu significado. No direito romano, cerne da análise, a obrigação, intitulada *obligatio* definia um elo ao qual as pessoas se submetiam e se mantinham, por escolha, obrigando-lhes a cumprir uma prestação.

## 1.1 CONCEITUAÇÃO INICIAL

O título XIII do Livro Terceiro das Institutas do Imperador Justiniano (também chamadas de *Corpus Juris Civilis*, ponto central do presente estudo, trata das obrigações. O texto introdutório deste Título traz a seguinte conceituação: Passemos agora às obrigações. A obrigação é um vínculo de direito, constituído com base no nosso direito civil, que nos força rigorosamente a pagar alguma coisa. (JUSTINIANO, 2001, p. 154).

No Código Civil vigente, não há uma conceituação direta de obrigação. Sendo assim, o conceito de obrigações pode ser encontrado na doutrina, sendo elencado por diversos autores renomados do Direito Civil. Para Tartuce:

[...] conceitua-se a obrigação como a relação jurídica transitória, existente entre um sujeito ativo, denominado credor, e outro sujeito passivo, o devedor, e cujo objeto consiste em uma prestação situada no âmbito dos direitos pessoais, positiva ou negativa. Havendo o descumprimento ou inadimplemento obrigacional, poderá o credor satisfazer-se no patrimônio do devedor. (TARTUCE, 2020, p. 4).

Desta forma, refere-se ao Direito das obrigações como um ramo do Direito Civil, que por sua vez, trata-se de um conjunto de normas regulamentadoras, especificamente das relações jurídicas horizontais, e eminentemente pessoais (sem tipicidade). Ademais, são determinadas de forma transitória e vincula o credor, sujeito ativo, ao devedor, sujeito passivo. O objeto da obrigação é a prestação econômica, podendo ser positiva, caracterizada pela obrigação de dar e de fazer, ou negativa, sendo a obrigação de não fazer. Assim, este elemento objetivo deve ser lícito, possível e economicamente estimável, então, a obrigação inadimplida terá garantia: o patrimônio do devedor. Logo, a partir desta

conceituação e diferenciação inicial, passamos para a análise de outros elementos pertinentes às obrigações.

## 1.2 CLASSIFICAÇÕES DAS OBRIGAÇÕES

O § 1º do Título XIII das Institutas (DAS OBRIGAÇÕES) elenca uma divisão suprema destas, reduzindo-as a dois gêneros: civis e pretorianas. As obrigações civis diziam respeito àquelas estabelecidas por lei ou aprovadas pelo direito civil. Já as obrigações pretorianas, também denominadas honorárias, são as instituídas pelo pretor<sup>1</sup> através do uso de sua jurisdição (JUSTINIANO, 2001).

Ainda, o § 2º do mesmo Título nos encaminha para a divisão das obrigações em quatro espécies, cujo critério é a forma na qual se originam, quais sejam: através de um contrato, quase contrato, delito ou quase delito. Ademais, são abarcadas também outras quatro espécies, referentes à origem do contrato. Estas, subdividir-se-iam em: as quais se contraem mediante a tradição da coisa, por palavras, por escrito ou pelo mero consentimento (JUSTINIANO, 2001, p. 154-155).

No contexto atual, baseado no Código de 2002, existem diversas classificações quanto às obrigações, cada uma tendo como norte um critério distinto. Com base no estudo de Flávio Tartuce, elaborou-se uma tabela exemplificativa, de forma a facilitar a visualização das mencionadas classificações, que encontra-se abaixo:

Tabela 1: Classificação das Obrigações

Critério	Classificações
1. Quanto ao conteúdo do objeto obrigacional	a) obrigação positiva de dar: “aquela em que o sujeito passivo compromete-se a entregar alguma coisa, certa ou incerta” (TARTUCE,

<sup>1</sup> De acordo com a definição de Daniel Cassiano, os pretores eram os magistrados responsáveis por realizar uma investigação inicial dos pedidos das partes, determinar os limites do conflito, passá-lo ao juiz e ainda instruí-lo na decisão final (CASSIANO, 2016).

	<p>2020, p. 45).</p> <p>b) obrigação positiva de fazer: “ obrigação positiva cuja prestação consiste no cumprimento de uma tarefa ou atribuição por parte do devedor” (TARTUCE, 2020, p. 58).</p> <p>c) obrigação negativa de não fazer: tem como objeto a abstenção de uma conduta.</p>
2. Quanto à prestação de elementos obrigacionais	<p>a) simples: singularidade de objetos: um credor, um devedor e um objeto.</p> <p>b) compostas: multiplicidade de sujeitos. Estas dividem-se em:</p> <p>b.1) compostas objetivas (alternativas, facultativas e cumulativas);</p> <p>b.2) compostas subjetivas (solidárias, fracionárias e divisíveis).</p>
3. Quanto à (in)divisibilidade do objeto obrigacional	<p>a) divisível: pode ser cumprida de forma fracionada;</p> <p>b) indivisível: não admite fracionamento.</p>
4. Quanto ao conteúdo	<p>a) de meio: “o devedor só é obrigado a empenhar-se para perseguir um resultado, mesmo que ele não seja alcançado” (TARTUCE, 2020, p. 102).</p> <p>b) de resultado: “a prestação só é cumprida com a obtenção de um resultado, geralmente oferecido pelo devedor previamente” (TARTUCE, 2020, p. 102).</p> <p>c) de garantia: “o seu objetivo é uma garantia pessoal, oferecida por força de um instrumento contratual” (TARTUCE, 2020, p. 107).</p>
5. Quanto à liquidez	<p>a) líquida: “certa quanto à existência, e determinada quanto ao objeto e valor” (TARTUCE, 2020, p. 108).</p> <p>b) ilíquida: “incerta quanto à existência e indeterminada quanto ao conteúdo e valor” (TARTUCE, 2020, p. 108).</p>
6. Quanto à presença ou não de elemento accidental	<p>a) pura ou simples: não está sujeita a condição, termo ou encargo.</p> <p>b) condicional: contém cláusula que subordina seu efeito a um evento futuro e incerto.</p> <p>c) a termo: subordina sua cláusula a um evento futuro e certo.</p> <p>d) modal ou com encargo: onerada por um encargo à pessoa contemplada pela relação jurídica.</p>



7. Quanto à dependência	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) principal: independe de qualquer outra para ter existência, validade ou eficácia.</li> <li>b) acessória: tem sua existência, validade ou eficácia subordinada a outra relação jurídica obrigacional.</li> </ul>
8. Quanto ao local para cumprimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) quesível: tem o seu cumprimento no domicílio do devedor.</li> <li>b) portátil: tem o seu cumprimento no domicílio do credor.</li> </ul>
9. Quanto ao momento para cumprimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) instantânea com cumprimento imediato: é cumprida imediatamente após sua constituição.</li> <li>b) de execução diferida: o cumprimento deverá ocorrer uma vez só, no futuro.</li> <li>c) de execução continuada: o cumprimento se dá por meio de subvenções periódicas.</li> </ul>

Fonte: autoria própria, com base na doutrina de Tartuce (2020).

Ainda, é oportuno mencionar uma divisão de suma importância para a prática do direito obrigacional: os conceitos de obrigação *propter rem* e obrigação natural. A obrigação *propter rem* encontra-se entre os direitos pessoais patrimoniais e os direitos reais. De acordo com Tartuce, “Essa obrigação pode ser conceituada como aquela de determinada pessoa, por força de um direito real, pela relação que a mesma tem com um bem móvel ou imóvel.” (TARTUCE, 2020, p. 112), além de considerar-se que ela acompanha a coisa (TARTUCE, 2020).

A obrigação natural, de outro modo, “[...] é aquela em que o credor não pode exigir a prestação do devedor, já que não há pretensão para tanto.” (TARTUCE, 2020, p. 114). Tais obrigações são consideradas incompletas, haja vista serem inexigíveis, mas quando cumpridas espontaneamente são consideradas válidas. Elas estão previstas no código civil nos artigos 882 (dívida prescrita), 814 e 815 (dívidas resultantes de apostas e jogos não legalizados) e 588 (mútuo feito a menor sem a devida autorização daquele a quem a guarda couber) (BRASIL, 2002).

## 2 DOS FIADORES

O ponto central do presente estudo trata-se da comparação entre o conceito de fiança para as Institutas de Justiniano e para o Código Civil de 2002, bem como os demais dispositivos que regulamentam a questão e a ela se fazem pertinentes. Nas Institutas, o Título XX é o qual, predominantemente, regulará as questões relacionadas à fiança; no Código Civil, encontra-se no Título VI, Capítulo XVIII e divide-se em três subseções, as quais serão trabalhadas nos pontos a seguir.

## 2.1 DISPOSIÇÕES GERAIS

Inicialmente, mostra-se oportuno conceituar a fiança, também denominada caução fidejussória. De acordo com o Código Civil de 2002, em seu art. 818, “Pelo contrato de fiança, uma pessoa garante satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não a cumpra” (BRASIL, 2002). Ademais, a doutrina classifica a fiança como um contrato unilateral, gratuito e acessório, o qual produz obrigação somente para a pessoa do fiador (GOMES, 2019).

O parágrafo introdutório do Título XX das Institutas de Justiniano, por sua vez, possui a seguinte conceituação: “Pelo promitente costumam obrigar-se os outros, chamados de fiadores, os quais costumam ser aceitos pelos homens quando estes zelam por se garantir com mais segurança.” (JUSTINIANO, 2001, p. 166). Em todas as definições elencadas, percebe-se a figura do fiador como garantidor pessoal do cumprimento de uma obrigação, tratando-se de um contrato subsidiário ao contrato principal (GOMES, 2019).

Seguindo a cronologia do Código Civil, temos o art. 819, que versa: A fiança dar-se-á por escrito, e não admite interpretação extensiva. Na interpretação de Guilherme, o fato de não admitir interpretação extensiva significa que o fiador responde apenas pelo que está expresso no contrato, e todas as dúvidas se resolvem em seu proveito. Ademais, como explicita a

primeira parte do artigo, o contrato deverá ser escrito, não sendo admitido o contrato verbal (GUILHERME, 2017).

No que tange a esta questão, as Institutas de Justiniano admitem que o fiador seja tomado em todas as obrigações, sejam elas reais, verbais, literais ou consensuais (§ 1º, Título XX). Há, no § 7º do citado Título, previsão das palavras (gregas) a serem utilizadas para que se constitua um fiador, quais sejam: *tê emê seleiô, legô, theló*. Quanto à admissão de interpretação extensiva, as Institutas são omissas (JUSTINIANO, 2001).

O artigo 820 do Código Civil, trata do seguinte ponto: “Pode-se estipular a fiança, ainda que sem consentimento do devedor ou contra a sua vontade”. Por ser contrato acessório de interesse exclusivo do credor, não há necessidade de concordância da parte do devedor (GUILHERME, 2017). As Institutas, no parágrafo 1º do Título em questão, trazem a seguinte noção, que corrobora com a que atualmente se apresenta no Código Civil:

E não importa, tampouco, se a obrigação é civil ou natural, a que se acresça um fiador, a ponto de poder ele obrigar-se mesmo por um escravo, sendo estranho aquele que recebeu fiança pelo escravo ou o próprio proprietário deste, sobre o que a ele é devido pelo direito natural. (JUSTINIANO, 2001, p. 166).

Evidente que, na conjuntura atual da sociedade brasileira, não admite-se mais o trabalho escravo. Ainda assim, a previsão de independência do consenso do devedor já existia.

O art. 821 do Código prevê que “As dívidas futuras podem ser objeto de fiança; mas o fiador, neste caso, não será demandado senão depois que se fizer certa e líquida a obrigação do principal devedor” (BRASIL, 2002). O artigo mencionado é claro: o fiador só fica obrigado quando a dívida for líquida e certa. As Institutas, no § 3º do Título base do capítulo, indicam que a fiança pode ser anterior ou sucessiva à obrigação. O texto não traz maiores detalhes, apenas admite a possibilidade de fiança em relação à dívidas futuras (JUSTINIANO, 2001).

O art. 822, por sua vez, dispõe sobre os acessórios da dívida. Em sua íntegra: Não sendo limitada, a fiança compreenderá todos os acessórios da dívida principal, inclusive as despesas judiciais, desde a citação do fiador. Quando na fiança não há valor limitado, os acessórios da dívida serão incluídos naquela. São acessórios, de acordo com Guilherme: despesas judiciais, juros moratórios, honorários advocatícios, etc. Quando há limitação, o fiador responde apenas até determinada quantia ou data (GUILHERME, 2017).

O art. 823 versa: A fiança pode ser de valor inferior ao da obrigação principal e contraída em condições menos onerosas, e, quando exceder o valor da dívida, ou for mais onerosa que ela, não valerá senão até ao limite da obrigação afiançada. Em outras palavras, não é possível contrair fiança de valor ou condições superiores à dívida, pois o acessório não pode exceder o principal. A situação inversa, porém, é totalmente plausível (GUILHERME, 2017).

O § 5º do Título XX das Institutas de Justiniano regulam, justamente, ambos os artigos antecedentes. Do mesmo modo, os fiadores não podem dever mais do que o devedor, pela justificativa de que o acessório não pode se sobrepor ao principal. A situação contrária, aqui, também é admitida. Quando a obrigação fidejussória é menor do que a dívida, há uma limitação, portanto os acessórios nem sempre acompanham o principal. Ademais, Justiniano preocupou-se em definir o que seria mais e menos nesta relação: “O mais e o menos são entendidos não só em relação à quantia, mas também em função do tempo maior e menor: mais significa dar uma coisa já; menos significa dá-la após um certo tempo.” (JUSTINIANO, 2001p. 34). O art. 824 possui a seguinte redação:

Art. 824. As obrigações nulas não são suscetíveis de fiança, exceto se a nulidade resultar apenas de incapacidade pessoal do devedor.

Parágrafo único. A exceção estabelecida neste artigo não abrange o caso de mútuo feito a menor. (BRASIL, 2002).

Para explicar este dispositivo, invocam-se as palavras de Guilherme: “As obrigações nulas (art. 166 do CC) serão insuscetíveis de fiança. Desse modo,

diante de uma nulidade, não haveria o que garantir pelo contrato acessório.” (GUILHERME, 2017, p. 463). Neste ponto, as Institutas Justinianas também são omissas, não considerando especificando questões que relacionam contratos nulos e fianças.

Os artigos 825 e 826 do Código Civil também não encontram substrato nas Institutas, portanto, serão anexados e explicados a seguir sem a realização de comparações, ora inexistentes.

Art. 825. Quando alguém houver de oferecer fiador, o credor não pode ser obrigado a aceitá-lo se não for pessoa idônea, domiciliada no município onde tenha de prestar a fiança, e não possua bens suficientes para cumprir a obrigação.

Art. 826. Se o fiador se tornar insolvente ou incapaz, poderá o credor exigir que seja substituído. (BRASIL, 2002).

O primeiro dos artigos mencionados diz respeito à aceitação do credor quanto ao fiador, haja vista o primeiro ter o direito de certificar-se de que o segundo é uma pessoa idônea e possui meios para extinguir a dívida do devedor. O art. 826, por seu turno, regula a substituição do fiador, em caso de insolvência do fiador original (GULHERME, 2017).

## 2.2 DOS EFEITOS DA FIANÇA

A próxima seção relativa à fiança do Código Civil trata sobre os efeitos desta. O primeiro artigo deste trecho versa:

Art. 827. O fiador demandado pelo pagamento da dívida tem direito a exigir, até a contestação da lide, que sejam primeiro executados os bens do devedor.

Parágrafo único. O fiador que alegar o benefício de ordem, a que se refere este artigo, deve nomear bens do devedor, sitos no mesmo município, livres e desembargados, quantos bastem para solver o débito. (BRASIL, 2002).

Na atualidade, o fiador pode exigir que os bens do devedor sejam executados primeiro, contanto que indique os bens sobre os quais não recaia nenhum ônus e que estejam situados no mesmo município (GUILHERME, 2017). As Institutas de Justiniano não prevêm tal situação, sendo omissas neste ponto.

O artigo 828 do Código Civil, por sua vez, trata dos casos em que o benefício do artigo anterior não será eficaz. São esses: se ele renunciou o benefício expressamente no contrato; se obrigou-se como principal pagador ou devedor solidário; e nos casos de insolvência e falência do devedor (GUILHERME, 2017). Semelhantemente, as Institutas não discorrem sobre. O art. 829, por sua vez, diz:

Art. 829. A fiança conjuntamente prestada a um só débito por mais de uma pessoa importa o compromisso de solidariedade entre elas, se declaradamente não se reservarem o benefício de divisão.

Parágrafo único. Estipulado este benefício, cada fiador responde unicamente pela parte que, em proporção, lhe couber no pagamento. (BRASIL, 2002).

O artigo anteriormente colacionado diz respeito à existência de dois ou mais fiadores que, salvo divisão estabelecida em contrato, respondem solidariamente pelo compromisso. O parágrafo único alude justamente ao benefício de divisão, mencionando que cada fiador responde apenas pela proporção que lhe couber (GUILHERME, 2017). Quanto à solidariedade entre fiadores, as Institutas foram claras:

§ 4º No caso de existência de vários fiadores, independentemente de seu número, cada um se obriga solidariamente, de modo que o credor fica livre para exigir solidariamente o seu crédito de qualquer deles. Mas em virtude de uma epístola do divino Adriano, o credor se verá obrigado a exigir a sua parte de cada um dos fiadores solventes por ocasião da contestação da lide, pelo que se um dos fiadores não era solvente nesta ocasião, irá onerar os outros. Porém, se o credor obteve o total de um fiador será apenas em detrimento deste se aquele por quem deu fiança não for solvente. E isso só é imputável a si próprio, já que podia ter recorrido à epístola do divino Adriano e requerer houvesse demanda só pela sua quota-parte. (JUSTINIANO, 2001, p. 166).



Como faz-se possível observar mediante a comparação entre os dois textos acima, as Institutas abrigam a solidariedade entre fiadores, bem como a possibilidade de divisão entre esses (através da referida “epístola do divino Adriano”), de modo demasiado semelhante com o adotado pelo Código Civil. Ainda sobre o assunto, discorre o art. 830 do Código: Cada fiador pode fixar no contrato a parte da dívida que toma sob sua responsabilidade, caso em que não será por mais obrigado. De forma símile, o fiador que se obrigar por determinado débito não responderá por nada que desse exceda (GUILHERME, 2017).

O artigo 831 é claro quanto a procedência mediante pagamento do débito por apenas um dos fiadores - mediante insolvência, a parte do fiador insolvente será dividida entre os demais, definindo que o pagador poderá cobrar a quota-parte dos demais fiadores e a totalidade do devedor, sub-rogando-se nos direitos do credor (GUILHERME, 2017). *In verbis*:

Art. 831. O fiador que pagar integralmente a dívida fica sub-rogado nos direitos do credor; mas só poderá demandar a cada um dos outros fiadores pela respectiva quota.

Parágrafo único. A parte do fiador insolvente distribuir-se-á pelos outros. (BRASIL, 2002).

Neste ponto, as Institutas, no Título XX, § 4º, já anteriormente comentado, dizem: “Porém, se o credor obteve o total de um fiador será apenas em detrimento deste se aquele por quem deu fiança não for solvente” (JUSTINIANO, 2001, p. 166). Portanto, aqui é assegurada a sub-rogação do fiador aos direitos do credor. Ademais, o § 6º do mesmo título garante o direito de ação de mandato para repetição de pagamento ao fiador que saldou a dívida (JUSTINIANO, 2001).

O artigo 832 define que: “O devedor responde também perante o fiador por todas as perdas e danos que este pagar, e pelos que sofrer em razão da fiança” (BRASIL, 2002). As Institutas, por sua vez, não garantem ao fiador o direito de cobrar as perdas e danos pagos/sofridos em razão da fiança, garante, apenas, o direito de repetir o pagamento, no § 6º, *In verbis*: “Se o fiador saldar dívida do réu, terá contra este uma ação de mandato para que possa repetir o pagamento.” (JUSTINIANO, 2001, p. 167).

O artigo seguinte prevê que: “Art. 833. O fiador tem direito aos juros do desembolso pela taxa estipulada na obrigação principal, e, não havendo taxa convencionada, aos juros legais da mora.” (BRASIL, 2002). Conforme o presente artigo, a taxa convencionada e os juros legais são incluídos na obrigação principal (GUILHERME, 2017). As institutas, novamente, não regulam esta questão.

No art. 834, também não trabalhado por Justiniano nas Institutas, o credor que demora a iniciar a execução contra o devedor enseja ao fiador a promoção do andamento da ação, visando evitar que sua responsabilidade se prolongue (GUILHERME, 2017). Quanto ao artigo 835, aplicado à fiança locatícia, não há correspondência nas Institutas. Portanto, traz-se explicação de Guilherme sobre o dispositivo:

Tendo em vista o art. 835, fortalece-se a tendência jurisprudencial, ou seja, a tese de aplicação da exoneração do fiador às hipóteses de fiança locatícia, por meio da simples notificação ao credor, sem a necessidade de se esperar a efetivação da desocupação do imóvel pelo inquilino. Ao proprietário, solapado de sua garantia, resta o direito de exigir nova garantia, seja pessoal ou real, do locatário, que, se não o prover, poderá sofrer denúncia do contrato e ser despejado. O art. 835 inova em apresentar o prazo de sessenta dias após a notificação autoexoneratória do fiador em que este continua “obrigado por todos os efeitos da fiança”, solapando, assim, a vetusta redação que o deixava obrigado pelos efeitos da fiança anteriores ao ato amigável, ou à sentença que o exonerar. (GUILHERME, 2017, p. 467).

O último artigo da seção trata do seguinte: “Art. 836. A obrigação do fiador passa aos herdeiros; mas a responsabilidade da fiança se limita ao tempo decorrido até a morte do fiador, e não pode ultrapassar as forças da herança” (BRASIL, 2002). Aqui, de acordo com Guilherme (2017) após a morte do fiador, ocorrem dois efeitos distintos, quais sejam: a fiança é contrato personalíssimo, portanto, a partir da morte do fiador, o contrato estará automaticamente extinto; a obrigação de solver a dívida, contraída pelo fiador quando ainda vivo, obriga os herdeiros no limite da herança, uma vez que a sua obrigação foi originada em vida (GUILHERME, 2017).

As Institutas tratam do assunto de forma simplificada, anunciando, em seu Título XX, § 2º, que “O fiador não obriga apenas a si mesmo, deixando também obrigado o herdeiro” (JUSTINIANO, 2001, p. 166). Nisto consiste a Seção II que trata sobre a fiança no Código Civil, e sua comparação com o disposto nas Institutas de Justiniano.

### 2.3 DA EXTINÇÃO DA FIANÇA

A priori, urge consignar que o esperado quanto a extinção dos contratos é o adimplemento, ou seja, o cumprimento. Tal pressuposto torna-se efetivo com o pagamento, que é o ato efetuado pelo devedor, voluntário e concreto, da prestação devida ao credor, no lugar, forma e tempo previsto. Este ideal advém de conceituação próxima encontrada nas Institutas, em seu Título XXIX - De que modos se extingue a obrigação. Este preâmbulo adverte que toda obrigação se extingue mediante o pagamento da dívida, ou se for dada uma coisa por outra, caso o credor com isso consista. Tampouco importa quem seja o pagador, se o próprio devedor ou outra pessoa por ele: o devedor fica liberado uma vez que outro salde a dívida por ele, independente de ter ciência disso, ignorá-lo ou ocorrer contra a sua vontade. [...]. se o fiador paga não somente ele se libera como também o réu. Em partes, a legislação atual ainda vale-se da mesma prerrogativa, onde de acordo com Guilherme (2017), qualquer interessado juridicamente no cumprimento da obrigação, poderá pagá-la, inclusive, a terceiros. Como pode ser percebido na própria previsão legal.

Art. 304. Qualquer interessado na extinção da dívida pode pagá-la, usando, se o credor se opuser, dos meios conducentes à exoneração do devedor.

Parágrafo único. Igual direito cabe ao terceiro não interessado, se o fizer em nome e à conta do devedor, salvo oposição deste.

Art. 305. O terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar; mas não se sub-roga nos direitos do credor. Parágrafo único. Se pagar antes de vencida a dívida, só terá direito ao reembolso no vencimento. (BRASIL, 2002).

Cabe ressaltar que legalmente é proibido locupletamento à custa alheia. Desta forma, exige-se ação *in rem verso*, terminologia também empregada para ação de repetição do indébito.

[...] o *in rem verso*, por seu sentido obrigatório, quer exprimir o que é feito por uma pessoa em benefício ou proveito de outrem. O parágrafo único dispõe que caso pague a dívida antes de vencida, o terceiro não interessado, somente terá direito ao reembolso no vencimento. (GUILHERME, 2017, p. 200).

Outro ponto importante é quanto à ciência da quitação da obrigação, haja vista que nas Institutas este fator é salientado, parágrafo inicial. Enquanto o Código atual prevê: “Artigo 306. O pagamento feito por terceiro, com desconhecimento ou oposição do devedor, não obriga a reembolsar aquele que pagou, se o devedor tinha meios para ilidir a ação.” (BRASIL, 2002). Neste ínterim, para fins exemplificativos, ilidir significa dizer que o devedor possuía meios de refutar a ação.

Atualmente, há previsões específicas no ordenamento, como na Seção II, denominada dos efeitos da fiança, precisamente no artigo 835, e na Seção III do Código Civil, a qual, elenca as possibilidades de extinção, abordadas de modo breve.

Nesse sentido, delimita o posicionamento permitido dos fiadores perante casos relativos a tempo indeterminado e determinado. Isto porque o artigo 835 declara que quando prestação por tempo indeterminado, o fiador possui o direito de se exonerar da obrigação, se responsabilizando dos efeitos por sessenta dias, a partir da notificação ao credor. Por analogia, o oposto, isto é, casos com a delimitação temporal, só é extinta se ocorrer alguma possibilidade conjecturada, antes disso, a simples vontade do fiador não é fator suficiente para rompimento da obrigação antes do prazo convencionado.

Art. 835. O fiador poderá exonerar-se da fiança que tiver assinado sem limitação de tempo, sempre que lhe convier, ficando obrigado por todos os efeitos da fiança, durante sessenta dias após a notificação do credor. (BRASIL, 2002).

Em conformidade com o supracitado, a localização das hipóteses de extinção no Código Civil faz-se presente nos artigos 837 a 839. Cabe ressaltar as demais eventualidades que permitem o símile fim, sendo assim, as descrições da Seção III são de caráter exemplificativo. Um exemplo disto é a morte do fiador, que por sua vez, suscita a extinção, ainda que a obrigação seja transmitida aos herdeiros.

Art. 836. A obrigação do fiador passa aos herdeiros; mas a responsabilidade da fiança se limita ao tempo decorrido até a morte do fiador, e não pode ultrapassar as forças da herança. (BRASIL, 2002).

Logo, através do artigo 836, pode-se perceber que os herdeiros substituem a obrigação do devedor, desde que restrita às forças da herança. E responsabilidades manifestadas após a morte do fiador, não possuem poderio capaz de lhes abranger.

A outra perspectiva salientada refere-se aos artigos da seção específica da extinção, iniciando com as possibilidades de exceções pessoais ou extintivas, sendo um meio de defesa à cobrança.

Art. 837. O fiador pode opor ao credor as exceções que lhe forem pessoais, e as extintivas da obrigação que competem ao devedor principal, se não provierem simplesmente de incapacidade pessoal, salvo o caso do mútuo feito a pessoa menor. (BRASIL, 2002).

As causas previstas no Código Civil que desobrigam o fiador estão elencadas no artigo 838, e são aplicáveis ainda que seja solidário. O inciso I menciona casos de concessão moratória ao devedor, sem consentimento, isto significa, a ampliação do prazo. Já o inciso II cita situações em que o fiador fica impossibilitado de exercer seu direito de sub rogação ou de preferência, por fato ocasionado pelo devedor. Por fim, o inciso III, prevê a hipótese de extinção se o credor aceitar dação em pagamento. Embora, nesta última conjectura, a evicção restabeleça a obrigação, a fiança não retorna.

As próximas constatações farão-se mediante avaliação do Título XXIX, citado anteriormente, das Institutas. O § 1º, no que lhe concerne, define a possibilidade de extinguir a obrigação mediante *acceptilatio*, termo jurídico que refere-se a remissão ou perdão de dívida não paga, desde que o devedor pronuncie as seguintes palavras: “Tens como recebido aquilo que eu te prometi?” e responda-lhe “Tenho”. Este entendimento baseia-se na ideia de que, obrigações contraídas verbalmente, assim também podem ser dissolvidas, portanto, só é válido neste íterim.

O § 2º elucida uma estipulação inovadora, chamada vulgarmente de Aquiliana, que objetiva “[...] reduzir a estipulação a uma obrigação de qualquer natureza e extingui-la mediante *acceptilatio*.” (JUSTINIANO, 2001, p. 166).

De modo congênere ao hodierno, a novação também é um meio utilizado. O exemplo utilizado na íntegra das Institutas, em seu § 3º, é oportuno para exemplificação do conceito, posto que a intervenção de uma nova pessoa, faz nascer uma nova obrigação, em que a primeira, extinta, é sub rogada na segunda. Ressalta-se que a novação só ocorre se houver algo na estipulação anterior, podendo ser acrescido ou retirado uma condição, um prazo ou um fiador. Ou seja, somente se realiza este meio se o que eles contrataram tenha o intuito de novar a obrigação anterior, caso contrário, persiste a anterior somada à primeira. Esta possibilidade é abrangida pelo Código Civil de 2002: “Art. 366. Importa a exoneração do fiador a novação feita sem seu consentimento com o devedor principal.” (BRASIL, 2002).

Logo, pode-se verificar que o credor e o devedor assumem uma nova obrigação, e caso ocorra sem a anuência do fiador, o contrato será extinto.

O último parágrafo das Institutas, § 4º, prevê a extinção pela vontade contrária, válido para todos os contratos oriundos de consentimento. Destarte, o negócio não realizado, isto é, sem pagamento efetivado e entrega concluída, pode resultar em desistência da compra e venda, com liberação mútua.

## CONCLUSÃO



Neste trabalho, pode-se perceber a influência do Corpus Iuris Civilis na formação do ordenamento jurídico contemporâneo, precisamente, neste caso, em relação às obrigações contratuais, dos fiadores, no Direito Civil. Logo, suas concepções são percebidas na íntegra (retirar) do Código Civil atual. Haja vista que são abordados os interesses, materiais e morais, de acordo com os valores, desde a classificação até as possibilidades de extinção da obrigação. E tais artigos estão presentes, parcialmente, com atualizações emolduradas conforme o contexto social e econômico.

Por meio da escrita deste artigo, foi possível perceber a influência do direito romano no direito brasileiro, comparar os conceitos básicos do direito obrigacional nas Institutas de Justiniano com o Código Civil de 2002, com foco específico no que diz respeito aos contratos de fiança. Ademais, pode-se aprimorar os conhecimentos a respeito da história do Direito, acumulando aprendizados para a jornada da graduação. Por ser um documento extenso e extremamente interessante, muitos trabalhos ainda podem ser desenvolvidos no que tange à comparações entre as Institutas e a legislação atual.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, Diário Oficial da União, 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm)>. Acesso em: 02 jun. 2021.

CASSIANO, Daniel. **História do Direito Romano**: resumo. 2016. Disponível em: <<https://dcassiano.jusbrasil.com.br/artigos/407898407/historia-do-direito-romano-resumo>>. Acesso em: 16 jun. 2021.

GOMES, Orlando. **Contratos**. Atualizadores: Edvaldo Brito e Reginalda Paranhos de Brito. 27. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. 494p.

GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. **Código Civil Comentado e Anotado**. 2.ed. Barueri, São Paulo: Editora Manole, 2017. 1020 p.

JUSTINIANO. **Institutas do Imperador Justiniano** - Institutiones D. Justiniani. Tradução e notas de Edson Bini. Bauru, São Paulo: EDIPRO, 2001.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil**: direito das obrigações e responsabilidade civil. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. 703 p.

## **PLANEJAMENTO DE COMPRAS DE FINAL DE ANO PELO CONSUMIDOR DE VAREJO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO INHACORÁ – RS.**

Aline Tainara Heis<sup>1</sup>  
Nicoli Maria Kirch<sup>2</sup>  
Viviane Graziele Pedó<sup>3</sup>  
Jesildo Moura de Lima<sup>4</sup>

### **RESUMO**

O tema da pesquisa “Identificar qual o comportamento e como ocorre o planejamento das compras de final de ano”, a delimitação do tema “Identificar como os consumidores, se comportam e se planejam em relação as compras de final de ano no município de São José do Inhacorá – RS”. O problema “Como se comporta e como o consumidor, de São José do Inhacorá – RS, planeja suas compras de final de ano? ”, objetivo geral “Compreender qual é o comportamento e como o consumidor planeja suas compras de final de ano, no município de São José do Inhacorá”. É possível perceber que uma organização que procura se tornar cada vez mais competitiva no mercado. Principais aspectos do referencial teórico marketing, marketing de varejo, mercado e preocupação ambiental. A metodologia adotada método de abordagem: dedutivo, quantitativo e qualitativo, método de procedimento: pesquisa bibliográfica, estatística, pesquisa descritiva e estudo de caso. Nas técnicas de coleta: observação direta intensiva e questionário, técnica de análise: conteúdo e estatística descritiva. Foi realizada uma pesquisa com munícipes acima de 15 anos, utilizando-se de um grau de confiança 90% e margem de erro de 6%, obtendo-se amostra 181 habitantes, se analisar como este se comportam frente as compras de final de ano. Obteve-se que a maior porcentagem foram mulheres, residentes do meio urbano, na faixa etária de 20 a 29 anos. Esta pesquisa possui extrema importância, pois incentiva a população a realizar o planejamento das compras de final de ano, e ao mesmo tempo beneficia também os comerciantes locais.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Bacharelado em Administração – 8º Semestre. Sociedade Educacional Três de Maio – Setrem. [aline.heis2014@gmail.com](mailto:aline.heis2014@gmail.com)

<sup>2</sup> Acadêmica do curso de Bacharelado em Administração – 8º Semestre. Sociedade Educacional Três de Maio – Setrem. [nkirch2@gmail.com](mailto:nkirch2@gmail.com)

<sup>3</sup> Acadêmica do curso de Bacharelado em Administração – 8º Semestre. Sociedade Educacional Três de Maio – Setrem. [vivipedo@gmail.com](mailto:vivipedo@gmail.com)

<sup>4</sup> Mestre e Doutor em Desenvolvimento Regional pela UNIJUI. Especialista em Gestão de Marketing e Comunicação, Graduação de Bacharel em Administração pela Sociedade Educacional Três de Maio. Diretor Técnico de Empreendimentos na INPLAN - Assessoria Ltda. Professor da Faculdade: Sociedade Educacional de Três de Maio - SETREM nos cursos de Pós-graduação e Graduações em Agronomia Administração e Design de Modas. [jesildo.lima@gmail.com](mailto:jesildo.lima@gmail.com)

Palavras-chave: Pesquisa de Marketing – Planejamento – Consumidores  
- Final de Ano.

## INTRODUÇÃO

Para as empresas que desejam além de vender, criar uma relação e fidelizar o cliente, deve-se ter em mente que o mesmo, é uma das pessoas mais importantes do processo.

Levando em consideração a grande importância deste assunto, este artigo teve como tema: “Identificar qual o comportamento e como ocorre o planejamento das compras de final de ano” e a delimitação do tema como: “Identificar como os consumidores, se comportam e se planejam em relação as compras de final de ano no município de São José do Inhacorá – RS”, onde o problema de pesquisa é “Como se comporta e como o consumidor, de São José do Inhacorá – RS, planeja suas compras de final de ano? ”.

Portanto, o objetivo do artigo foi compreender qual é o comportamento e como o consumidor planeja suas compras de final de ano, no município de São José do Inhacorá - RS, através de um questionário aplicado com uma amostra de 172 municípios.

Compreender o comportamento, além do planejamento que o consumidor realiza antes de procurar um estabelecimento é fundamental, buscando o levantamento de dados que mostrem qual a possibilidade deste consumidor vir a adquirir determinado produto e qual o produto que ele provavelmente estaria procurando, para que assim, investir em estratégias que lhe façam procurar o seu estabelecimento.

Saber valorizar e observar como o consumidor irá se portar após determinada compra, também se torna fundamental, pois deve-se lembrar que, por exemplo, este consumidor possui pessoas próximas a ele, e que em muitas vezes o mesmo relata suas experiências junto a determinado estabelecimento, e caso o consumidor tenha ficado insatisfeito, a probabilidade dele contar a mais pessoas é muito mais alta.

Sendo assim, evidencia-se a importância de realizar uma pesquisa voltada a compreender como o consumidor planeja e se comporta durante as compras de final de ano. Levando-se em consideração o período que é marcado por um crescimento de festividades e conseqüentemente de vendas, além da possibilidade oferecida a partir dos resultados, de se investir em estratégias que possam alavancar ainda mais as vendas, e conseqüentemente, o sucesso da organização.

A amostra de 172 pessoas, foi identificada através da utilização da margem de erro de 6% e do grau de confiança de 90%, além disto, considerou-se apenas aqueles habitantes que possuem mais de 15 anos. Ao realizar a distribuição e coleta, obteve-se o total de 181 formulários respondidos, destes, 92 formulários respondidos de modo impresso e 91 formulários através da ferramenta de formulários do Google.

O artigo está organizado em três partes, sendo no primeiro momento, os aspectos metodológicos, que relata qual o tipo de abordagem, procedimentos e técnicas que foram utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa. No segundo, tem-se o referencial teórico, que traz conceitos de autores sobre os temas mais importantes. Para encerrar, tem-se a apresentação, análise e discussão dos resultados, onde é trazido os resultados obtidos, as informações estarão dispostas em figuras que representam os gráficos elaborados a partir das respostas coletadas.

## **1 REFERENCIAL TEÓRICO**

Este capítulo contém o embasamento teórico da pesquisa, abordando os seguintes tópicos: Marketing, marketing de varejo, mercado e preocupação ambiental.

### **1.1 MARKETING**

O marketing é considerado como sendo um processo tanto gerencial como social, onde através deste os indivíduos e seus grupos alcançam os resultados almejados e os quais necessitam, de modo a trocar e criar produtos, para posterior venda com outros indivíduos (GARCIA, 2004).

Segundo Garcia (2004), o marketing está relacionado diretamente com o cliente, de modo a conquista-lo e se relacionar de maneira lucrativa com os mesmos. Sendo que a meta do marketing considerada por este autor, é manter os atuais clientes, valorizando-os ao máximo, e atrair ainda mais novos, proporcionando a estes uma enorme satisfação. “Marketing está diretamente relacionado a atender necessidades e satisfazer as demandas dos consumidores, criando-se um elo entre empresa e cliente, com objetivo de gerar valores mútuos.” (GARCIA, 2004, p. 15).

Um dos seus principais objetivos, segundo Stecca e Ávila (2015), é compreender e conhecer tão bem o seu cliente, de modo que o produto ou serviço oferecido se molde ao cliente, e que este produto acabe se vendendo de maneira natural. A principal função do marketing é atrair potenciais clientes, através da identificação das necessidades ainda não satisfeitas, colocando no mercado, deste modo, estes produtos que venham a atingir estas necessidades, sendo deste modo, responsável também, pela venda e ao relacionamento com os clientes.

## 1.2 MARKETING DE VAREJO

O varejo é considerado como sendo uma organização que vende seus produtos a consumidores finais, sendo este varejista, a última etapa de negociação antes do produto chegar ao seu consumidor final (CANTO e FEITOZA, 2011).

O marketing de varejo é um marketing que visa não somente o aumento das vendas de seu produto, mas também uma percepção de um bom empreendimento totalmente positivo abrangendo a empresa como um todo de maneira que possa buscar a fidelidade de seus

clientes, tornando assim uma atividade comercial incluindo os bens e serviços diretamente aos consumidores finais. (LIMA, 2018, p. 07).

Já para YOSHIOKA, o papel do marketing no varejo é propiciar “[...] momentos mágicos”, para que assim, seu cliente tenha sempre uma imagem positiva de todos os momentos onde teve contato com a empresa. “Se os clientes que estão sendo atendidos em uma loja não voltarem para comprar novamente é porque o marketing deve estar sendo feito de maneira equivocada.” (YOSHIOKA, 2009, p. 04).

### 1.3 MERCADO

A definição mais comum para mercado, conceitua como sendo um ambiente virtual ou social no qual se possui condições de troca bens e serviços. Entende-se também como mercado, uma organização ou instituição na qual ofertantes ou vendedores estabelecem uma relação de comércio com os demandantes ou compradores, com o propósito realizar acordos, trocas ou transações comerciais (ABREU, 2018).

O mercado inicia quando um grupo de vendedores e compradores se unem, permitindo, deste modo, uma relação de oferta e demanda. Os primeiros mercados que surgiram, funcionavam através de troca, porém quando surge a moeda, se tem o desenvolvimento de códigos de comércio. Além disto, o aumento da produção, proporcionou o aparecimento de intermediários que ficam entre os produtores e consumidor final (FERNANDES, 2019).

### 1.4 PREOCUPAÇÃO AMBIENTAL

“A busca pela harmonia entre o homem e o meio ambiente vem sendo cada vez mais debatida nas últimas décadas como fator essencial para a sobrevivência, não somente da espécie humana, como de todo o planeta.” (BORGES, 2007, p. 03).



Os países considerados como desenvolvidos, já possuem em muitos casos, uma preocupação e responsabilidade ambiental. Por exemplo, na Europa os consumidores, são mais fieis as empresas que mostram suas preocupações com o ambiente, e atribuem menor grau de confiança as que não demonstram esta preocupação (GIL e JÚNIOR, 2008). “Desta forma, observa-se que o meio ambiente vem sendo reconhecido ao longo do tempo, não apenas como uma fonte de recursos, mas como um bem a ser preservado pela sociedade.” (BORGES, 2007, p. 03).

## 2 METODOLOGIA

Segundo Lovato, “[...] metodologia da pesquisa é o ramo da filosofia da ciência que explora os métodos que o pesquisador utiliza para chegar a seus postulados.” (LOVATO, 2013, p. 27).

As abordagens que foram utilizadas para a elaboração da presente pesquisa são os métodos, dedutivo, quantitativo e qualitativo. O método dedutivo foi utilizado para identificar como o consumidor se planeja e como se comporta, partindo do comparativo de premissas consideradas antes da elaboração do capítulo 3 (resultados).

Já abordagem quantitativa foi utilizada na coleta dos dados, sua contabilização e análise, pois neste tipo de abordagem são considerados dados numéricos. E por fim abordagem qualitativa, que envolve características sobre determinada informação, foi usada para analisar as características não numéricas dos resultados obtidos.

Com relação aos procedimentos, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica, estatística, a pesquisa descritiva, e o estudo de caso. A pesquisa bibliográfica, foi utilizada para a elaboração da fundamentação teórica, bem como para a identificação de como o consumidor planeja e se comporta, no momento de realizar suas compras de final de ano, a partir de livros, revistas, *sítes* e demais fermentas.

A pesquisa descritiva foi utilizada para identificar pontos fundamentais para a presente pesquisa, deste modo será utilizado características e descrições sobre o assunto a ser pesquisado. Deste modo o método estatístico foi utilizado no presente trabalho para a elaboração estatística, onde se tem em diversas etapas os dados numéricos necessários para a realização desta pesquisa. O estudo de caso foi utilizado para obter-se maiores informações sobre o consumidor, identificando como este se comporta e planeja suas compras de final de ano.

No que diz a respeito das técnicas de coleta que foram utilizadas para a elaboração do presente trabalho são a técnica de observação direta intensiva e questionário. Utilizou desta técnica de observação direta intensiva para realizar o levantamento dos dados junto aos habitantes do município de São José do Inhacorá – RS. E também foi feita a aplicação de questionário para os habitantes, maiores de 15 anos, do município de São José do Inhacorá – RS, para verificar como os consumidores desta cidade, planejam e se comportam em relação as compras de final de ano.

As técnicas de análise que foram utilizadas para a elaboração do presente trabalho são: a técnica de análise de conteúdo e estatística descritiva. Foi utilizada a análise de conteúdo para análise dos dados obtidos através dos formulários. Deste modo, este tipo de técnica de análise, foi utilizada através de, por exemplo, gráficos e tabelas que foram desenvolvidos para expor os dados obtidos na coleta de dados.

### **3 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Neste capítulo, são apresentados os resultados obtidos após a coleta dos dados a partir dos formulários aplicados aos habitantes do município de São José do Inhacorá - RS. Tendo-se subtítulos voltados a pesquisa de campo, realizada com a entrega e envio dos formulários, e uma cessão que se realizou o comparativo entre resultados obtidos com esta pesquisa nos anos anteriores. A presente pesquisa foi aplicada e desenvolvida pelas acadêmicas do 6º

semestre do Curso de Bacharelado em Administração da Sociedade Educacional Três de Maio (SETREM), Aline Tainara Heis, Nicoli Maria Kirch e Viviane Grazielle Pedó.

Utilizou-se grau de confiança de 90% e margem de erro de 6%, levando-se em consideração também apenas pessoas maiores de 15 anos, com o auxílio da calculadora online do SurveyMokey identificou-se que seriam necessários a coleta de 172 pessoas. No momento de distribuição conseguiu-se a coleta do total de 181 formulários, destes, 92 formulários impressos e 89 vias ferramenta do Google Forms, com perguntas voltadas principalmente ao comportamento e planejamento das compras de final de ano.

Deve-se destacar, que no ano de elaboração da presente pesquisa (2020), devido a pandemia do Covid – 19, a técnica de coleta foi alterada passando da técnica de entrevista, para a de formulário. Além disto no ano anterior, teve-se algumas limitações de população, onde era necessária uma certa quantia de homens e mulheres, além de determinado número de pessoas residentes no perímetro urbano e rural, o que não foi exigido no ano de 2020, justamente pela dificuldade de coleta.

### 3.1 HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO INHACORÁ

Segundo o site do município de São José do Inhacorá - RS (2018), o município de São José do Inhacorá é considerado um pequeno município que possui cerca de 76,7 Km<sup>2</sup>, o nome “Inhacorá” no tupi guarani, referindo-se a “campo cercado pela natureza”, o município está localizado no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e conta com uma população de 2.200 habitantes (conforme censo do IBGE do ano de 2010). A densidade demográfica é de 28,68 hab/km<sup>2</sup>, a expectativa de vida ao nascer é de 77,76 anos e o PIB per capita (por habitante), no ano de 2010, era de R\$ 16.318,00.

Segundo o site do município, na data de 5 de outubro de 1948, o município foi considerado como distrito, estando 16 km da sede municipal, que na época

era Três de Maio. Já em 1992, tornou-se município, então governada por Abílio Graef (Prefeito) e Alceu Inácio Fernandes (Vice-Prefeito).

### 3.2 RESULTADOS ALCANÇADOS

Através da distribuição e envio de formulários à população residente no município de São José do Inhacorá, com o objetivo de compreender mais sobre o planejamento das compras de final de ano realizadas pelos habitantes desta cidade, obteve-se um total de 181 formulários respondidos por pessoas acima de 15 anos de idade, onde posterior à coleta, foi necessária a tabulação, para neste momento apresentar a elaboração das análises dos dados coletados.

Neste sentido, utilizou-se 92 formulários impressos e 89 via formulário do Google Forms, cada questionário contava com uma lista de 21 perguntas objetivas, e algumas, dependendo da resposta, deveriam ser descritas, a coleta ocorreu nos meses de outubro e novembro de 2020.

#### 3.2.1 Apresentação e análise da pesquisa de campo

Neste tópico, apresenta-se os resultados coletados com 181 habitantes, acima de 15 anos, do município de São José do Inhacorá – RS, onde os questionamentos sobre o planejamento das compras de final de ano dos mesmos, estão tabuladas em figuras a seguir, tornando mais fácil e simples a compreensão dos dados alcançados.

Neste sentido, utilizou-se 92 formulários impressos e 89 via formulário do Google Forms, cada questionário contava com uma lista de 21 perguntas objetivas, e algumas, dependendo da resposta, deveriam ser descritas, a coleta ocorreu nos meses de outubro e novembro de 2020.

Foram questionadas questões referentes à se os respondentes residem no perímetro urbano ou rural, o sexo, faixa etária, estado civil e escolaridade.

Sobre o local de morada dos habitantes do município de São José do Inhacorá, obteve-se mais respondentes da zona urbana, com 62,98% e 37,02%

moradores da zona rural. Já em relação ao sexo, a maior parte dos respondentes é do sexo feminino, representando 69,91%, e o sexo masculino representa menos da metade das mulheres, 30,39%.

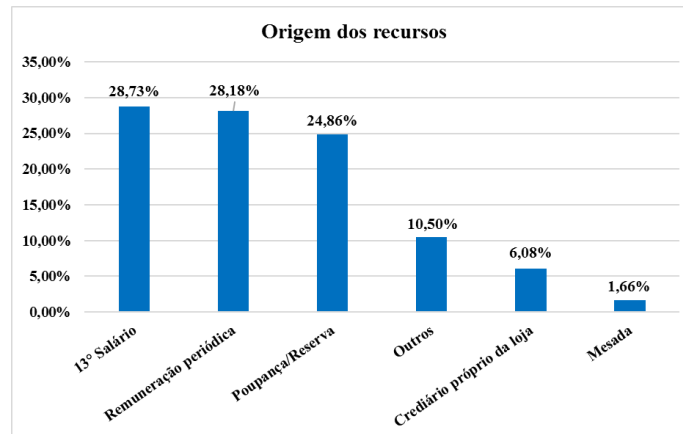
Analisando a faixa etária dos mesmos, notou-se que a maior parte da população respondente é de jovens e adultos, onde possuem entre 20 e 49 anos, representando juntos 69,61%, pôde-se verificar também que apenas 6,63% destes, possuem mais de 60 anos.

Ao que diz respeito ao estado civil de quem respondeu ao formulário, fica perceptível que a maior parte deles é solteiro ou casado, sendo respectivamente, 39,78% e 39,22%. A alternativa de união estável obteve, 16,02%, em seguida vem os divorciados que representa 2,21% das respostas, separados com 1,66% das respostas, e viúvos com 1,10%.

Referente à escolaridade dos respondentes, a maior porcentagem de respostas foi de possui o ensino médio completo, com 30,39% do total, o fundamental incompleto vem em seguida com 18,23% e o superior incompleto com 17,68%, os três juntos representam a maioria das respostas, totalizando 66,30%.

Em relação ao salário de cada indivíduo, foi questionado qual é a renda mensal do respondente, levando em consideração que o salário mínimo nacional, é de R\$ 1.045,00. A alternativa com menos respostas foi a de mais de 20 salários mínimos, que obteve apenas 1 resposta, representando 0,55%, pessoas que não possuem rendimento representam 9,39% dos respondentes, correspondendo a 4ª alternativa mais assinalada. Sendo que a maior parte dos questionados, possuem renda de 1 a 2 salários mínimos, 39,23%, e até um salário mínimo, 27,62%. “Começou a valer no dia 1º de janeiro o novo salário mínimo nacional, de R\$ 1.039,00. A partir de 1º de fevereiro, no entanto, esse valor sobe novamente, para R\$ 1.045,00.” (G1, 2020, p. 01).

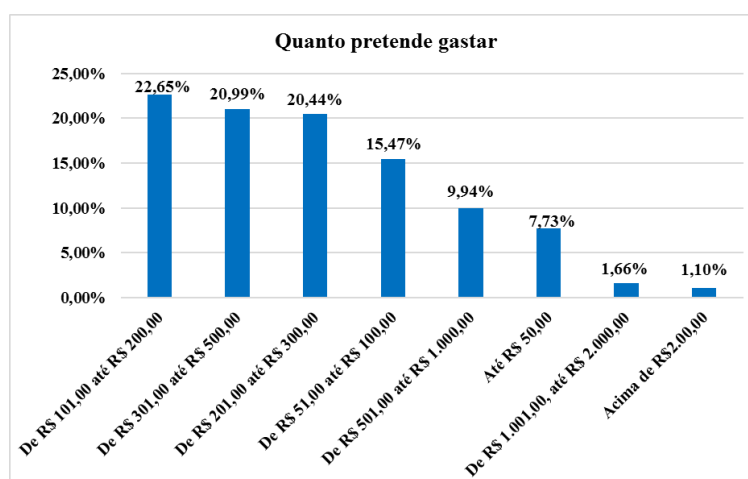
Figura 06: Origem dos recursos



Fonte: Produção dos pesquisadores (2020).

Na Figura 06, tem-se a pergunta de referência a origem dos recursos que serão destinados às compras de final de ano. Foi possível verificar que a maior parte dos recursos utilizados para este tipo de compra, será através do 13º salário e da remuneração periódica, representando respectivamente 28,73% e 28,18%, e a menor resposta seria a alternativa da mesada com 1,66% do total de respostas.

Figura 07: Quanto pretende gastar



Fonte: Produção dos pesquisadores (2020).



Após analisar o posicionamento da população sobre a origem do dinheiro, na figura 07, estão ilustrados os dados obtidos sobre quanto pretendem gastar nas compras. Pelo o que se pode perceber, destacam-se as pessoas que pretendem gastar entre R\$ 101,00 a R\$ 200,00 com uma porcentagem de 22,65%, por segundo de R\$ 301,00 a R\$ 500,00 com 20,99% da população entrevistada, em seguida de R\$ 201,00 a R\$ 300,00 com 20,44%, de R\$ 51,00 a R\$ 100,00 cerca de 15,47%, de R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00 cerca de 9,94%, até R\$50,00 com 7,73%, e de R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00 cerca de 1,66% e acima de R\$ 2.000,00 com 1,10%, da amostra entrevistada.

Os dados sobre o hábito de pesquisa de preço antes de efetuar uma compra. Foi analisado que 45,30% da população pesquisada relatou que às vezes realiza a pesquisa de preço antes de comprar qualquer produto, já aqueles que pesquisam sempre possui 41,99% das respostas. Já 9,94% responderam que raramente tem hábito de pesquisar o preço e 2,76% que nunca fazem o mesmo. Assim percebe-se que a maioria destas pessoas questionadas, já possui como hábito planejar suas compras, seja de final de ano ou períodos afins, sendo uma ótima forma de se organizar e realizar de forma vantajosa a compra.

Os dados referentes aos meios de pagamento que as pessoas mais utilizam na hora de realizar uma compra. O meio que apresentou destaque é o dinheiro em espécie com 39,23%, em seguida o cartão de crédito com 23,76%, com 12,71% o cartão de débito. Nota-se que com 8,29% o cheque, 7,18%, transferência bancária com 5,52%, moeda virtual com 2,21% e boleto bancário com 1,10% como principal meio de pagamento.

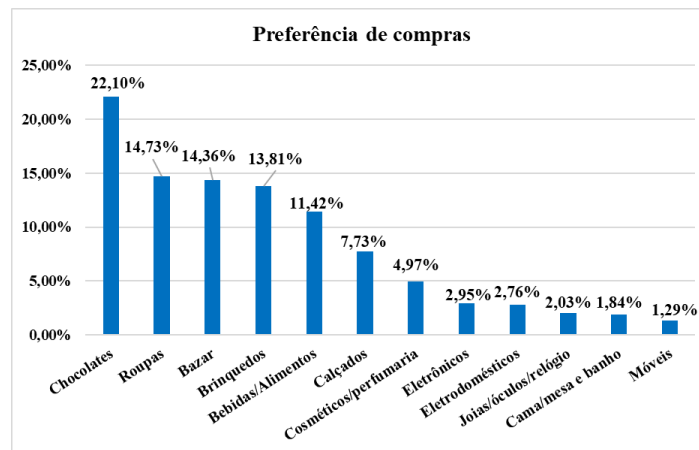
Assim fica evidente que a população procura ter o dinheiro em mãos no momento de realizaram as compra, o que pode estar provocando esta ação é buscar desconto, que ao pagar à vista em dinheiro, ele entra no caixa no momento da venda.

De acordo com o pagamento à vista no ato da compra foi o mais citado com 71,27%, já parcelado no cartão com 12,15%, parcelado na empresa com

10,50% e a prazo, mas não parcelado com pagamento no final do mês com 6,08%.

Nota-se que os habitantes deste município preferem não ter a preocupação com boletos ou com parcelas, procurando evitar que uma se atrase ou que acabem não tendo mais o valor necessário para a quitação desta parcela, ou até mesmo não lembrar que determinada parcela irá ser descontada do seu cartão, podendo não se dar conta de onde foi descontado tal valor.

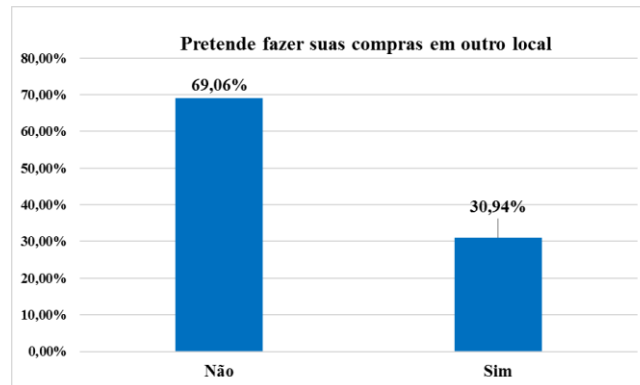
Figura 11: Preferência De Compras



Fonte: Produção dos pesquisadores (2020).

Conforme a Figura 11, tem-se os três segmentos mais escolhidos pela população para realizar as compras de final de ano. Estes segmentos são os chocolates com 22,10%, as roupas com 14,73 % e o bazar com 14,36%, sendo eles os mais priorizados na compra de final de ano.

Figura 12: Pretende fazer suas compras em outro local



Fonte: Produção dos pesquisadores (2020).

Na Figura 12, como exposto anteriormente, está descrito os dados referentes a intenção de comprar no município de São José do Inhacorá ou em outros. Onde verifica-se que a maioria, com 69,06%, da população não pretende comprar fora do município para contribuir com o comércio local, e 30,94% pretende comprar fora.

É importante destacar que a população de São José do Inhacorá, através das respostas levantadas, se importa com o comércio local, buscando adquirir produtos dentro do município, mesmo que em alguns casos possa não se ter tanta variedade de produtos e os produtos exatamente como desejados.

Se referindo aos munícipes pesquisados que pretendem realizar as compras de final de ano em outro local, um dos principais locais citados foi Três de Maio - RS com a porcentagem de 62,50% da realização das compras. Após, com 16,07% responderam que outros locais, 10,71% na internet, no estado de Santa Catarina com 5,36%, nas cidades mais próximas com 3,57% e com 1,79% irá realizar em Santa Maria.

Estão os dados referentes ao posicionamento das pessoas sobre as compras no comércio local. As duas alternativas mais citadas foram o preço com 16,57% e a acessibilidade com 15,47% da população entrevistada. Logo em seguida, com 14,73% foram os que responderam que contribuir com o comércio local é um dos motivos, 12,71% diz que o atendimento é um dos motivos de compra, diversidade de opções com 10,13%, variedade dos produtos 7,92%,

promoção de vendas 6,63%, condições de pagamento e formas de pagamento com 5,71 cada um e com 4,42% a qualidade.

Tem-se os fatores que influenciam na hora da escolha de um determinado ponto de venda. Como resultado, o fator atendimento obteve a porcentagem de 20,07%, em seguida o preço com 19,34% e qualidade com 11,60%. Já os outros fatores que influenciam na escolha da loja obtiveram menores porcentagens.

Ainda neste mesmo contexto, foi questionado se o respondente busca saber se o produto adquirido é nacional ou importado, onde a maior parte deles não busca saber isso, sendo responsável por 69,61% das respostas e sua minoria, 30,39% se preocupa em saber a origem da sua compra.

Seguindo esta linha de questionamentos, foi questionado se no ato da compra, o respondente leva em conta se o produto mantém um compromisso social ou ambiental, os que não possuem essa preocupação representam 49,72% do total de respostas, seguido por sim, com 27,62% das respostas e os que não sabiam responder, com 22,65% das respostas.

Ainda relacionando com a preocupação ambiental foi questionado sobre qual é o destino que os municípios empregam às embalagens dos presentes e produtos, onde a maior parte destina ao lixo, representando 49,17%, quem realiza a reutilização em casa são 38,12%, envio à reciclagem 11,60%, e 1,10% à aqueles que queimam essas embalagens.

Tem-se os resultados obtidos a partir da questão que se referia à qual meio de comunicação que o respondente acredita melhor divulgar as promoções de vendas/ofertas/empresas no município. A grande maioria, diz que a internet é a melhor ferramenta, com 77,35% das respostas, o rádio obteve 8,29%, material promocional, com 6,08%, telefone com 4,42%, televisão com 1,66%, e por último, possuindo a mesma porcentagem de respostas, o jornal e veículo de som com 1,10%.

Estão apresentadas as respostas sobre aqueles que compram ou não pela internet. Obteve-se o percentual de 65,19% para a resposta sim, e 34,81 para não. Como esperado, a maior parte da população já aderiu às compras online. Apesar de a maioria das pessoas comprar pela internet, ainda existe um

percentual significativo de pessoas que ainda não aderiram à esta nova forma de comprar, sendo um município menor, com menos diversidade de pontos de venda do que em cidades maiores, esperava-se um percentual maior de adeptos às compras online.

Conforme esta questão se refere à qual é o principal motivo dos munícipes comprarem ou não pela internet. Segundo as respostas obtidas, o preço, a diversidade de opções e a acessibilidade são os motivos mais relevantes para os respondentes, onde somados, são responsáveis por 56,90% das respostas, seguidos pela promoção de vendas com 8,29%, confiança na entrega e variedade dos produtos com 7,73% cada, outros com 7,73% (estas respostas eram sobre a confiança em comprar pela internet e ao fato de não se ter a possibilidade de provar determinado produto), atendimento com 3,87%, condições de pagamento e qualidade com 2,76% cada um, e por fim formas de pagamento como menos importante, com 2,21% do total das respostas.

A Figura 19 apresenta os resultados obtidos referentes à principal intenção de compra para o final do ano dos respondentes, onde o maior percentual pretende presentear os membros da família (78,45%), seguido por presentear amigos e afins (9,94%), presentear-se (9,94%), por último presentear o “amigo secreto” (1,66%).

## CONCLUSÃO

A pesquisa teve-se como delimitação do tema “Identificar como os consumidores, se comportam e se planejam em relação as compras de final de ano no município de São José do Inhacorá – RS”, a problemática foi “Como se comporta e como o consumidor, de São José do Inhacorá – RS, planeja suas compras de final de ano?”.

Deste modo, a realização da presente pesquisa surge como uma ferramenta para compreender como a população do município em estudo (São José do Inhacorá), se comporta, entendendo quanto pretende gastar, quais os artigos que pretende adquirir, qual será a pessoa presenteada, etc., pode-se

investir de maneira estratégica para atrair esse cliente até um estabelecimento específico.

Através da realização da presente pesquisa e dos dados coletados, pode-se verificar que o objetivo geral, que foi “compreender qual é o comportamento e como o consumidor planeja suas compras de final de ano, no município de São José do Inhacorá”, e a problemática de pesquisa “como se comporta e como o consumidor, de São José do Inhacorá – RS, planeja suas compras de final de ano?”, foram alcançados, pois foi possível compreender como se comporta e como acontece o planejamento das compras de final de ano no município de São José do Inhacorá, onde pode-se verificar que a maior parte dos munícipes respondentes, pretendem adquirir os produtos de final de ano na própria cidade, por exemplo, pensando principalmente no preço, acessibilidade, contribuição com o comércio local e o atendimento.

Do mesmo modo, os objetivos específicos também foram alcançados, pois como já citado, identificou-se como se comporta consumidor ao realizar suas compras de final de anos. Levantou-se ainda o valor que os munícipes pretendem gastar, onde a maior parte pretende gastar entre R\$ 101,00 e R\$ 300,00 e a maior parte dos munícipes pretende presentear membros da família (718,45%).

Sendo assim, foi possível identificar que os habitantes de São José do Inhacorá, planejam suas compras e quais seus hábitos, pensando, por exemplo, em quanto irão gastar e onde pretendem realizar estas compras. Verificou-se que grande parte da população (65,19%) realiza compras pela internet, mostrando que mesmo sendo uma cidade pequena, seus habitantes buscam modos de adquirir aquilo que procuram, o que faz mais uma das hipóteses serem alcançadas.

Ocorreu a elaboração, aplicação, tabulação, análise e cálculo dos resultados obtidos através dos formulários aplicados, o que fez com que mais três hipóteses fossem alcançadas. Elaborou-se o projeto e posterior relatório, além de acontecer a exposição através de uma apresentação a banca avaliadora dos resultados alcançados durante toda a construção do presente trabalho.



Ressalta-se que houve dificuldades principalmente em relação ao momento enfrentado durante a realização da distribuição e coleta dos formulários, na qual a pandemia do Covid-19, impôs algumas medidas, que dificultaram no momento de coleta dos dados. Além disto, notou-se que grande parte dos habitantes de São José do Inhacorá – RS, não teve muita vontade de auxiliar o grupo, o que dificultou o alcance da meta de pessoas necessárias para validação da presente pesquisa.

Sendo assim, destaca-se a necessidade da continuidade de pesquisas nesta área, pois através desta, é possível identificar como seu cliente se comporta e como age no momento de realizar suas compras.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Valerya. **Afinal, Qual a Melhor Definição para Mercado?** 2018. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/afinal-qual-a-melhor-definicao-para-mercado-1.1983899>>. Acesso em: 01 out. 2020.

BORGES, F. H. **O Meio Ambiente e a Organização.** Um estudo de caso baseado no posicionamento de uma empresa frente a uma nova perspectiva ambiental. São Carlos. 2007. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18140/tde-07042008-100649/publico/FernandoHagiharaBorges.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2020.

CANTO, A. L. J; FEITOZA, A. C. **Marketing de Varejo:** supermercado Avenida Lins. São Paulo. 2011. Disponível em: <<http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/53992.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2020.

FERNANDES, Francisca Tainara Alves. **Estruturas de Mercado.** 2019. Disponível em: <<https://administradores.com.br/artigos/estruturas-de-mercado>>. Acesso em: 01 out. 2020.

G1. **Salário Mínimo em 2020:** veja o valor. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/01/03/salario-minimo-em-2020-veja-o-valor.ghtml>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo. 2008. ISBN 9788522451425.

LIMA, Eliane Ferreira. **Marketing de Varejo:** a importância do relacionamento e fidelização dos clientes nas microempresas. 2018. São Paulo. Disponível em:



11 e 12 de nov. de 2021  
ISBN: 2177-1103.

<<https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTccs/1511480819.pdf>>. Acesso em: 01 de Outubro de 2020.

LOVATO, A. **Metodologia da Pesquisa**. Três de Maio: SETREM, 2013. ISBN 9788599020050.

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO INHACORÁ. 2018. **Histórico do Município**. Disponível em: <<https://www.saojosedoinhacora.rs.gov.br/site/conteudos/1466-historico-do-municipio>>. Acesso em: 5 nov. 2020.

SURVEYMONKEY. **Calculadora de Tamanho de Amostra**. Disponível em: <<https://pt.surveymonkey.com/mp/sample-size-calculator/>>. Acesso em: 28 set. 2020.

YOSHIOKA, Daniela Sayuri. **Importância, Estratégias e Atuação do Marketing no Varejo**. São Paulo. 2009. Disponível em: <<http://www.unisalesiano.edu.br/encontro2009/trabalho/aceitos/CC36665281809.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2020.

## **O PROFISSIONAL DO DIREITO COMO PROTAGONISTA DA PROMOÇÃO DE SOLUÇÕES PACIFICADORAS DE CONFLITOS ATRAVÉS DAS TÉCNICAS SISTÊMICAS**

Magda Helena Fernandes Medina Pereira<sup>1</sup>  
Franciele Seger<sup>2</sup>

### **RESUMO**

A presente pesquisa discorre sobre o Direito Sistêmico, prática alicerçada no pensamento sistêmico e nas “Ordens do Amor” ou “Leis Sistêmicas” de Bert Hellinger, o qual preceitua a práxis da Ciência Jurídica com atendimento humanizado e consensual, através do desenvolvimento de competências relacionais, a fim de resolver conflitos. O recorte temático estuda o Direito Sistêmico, sua gênese, evolução histórica e os avanços no Brasil, bem como examina a prática jurídica com viés sistêmico, frente aos desafios impingidos pela crescente e exacerbada demanda judicial e as afetações sociais atinentes ao tema. A fim de alcançar o objetivo proposto, tem-se como base teórica, em especial, os autores Bert Hellinger, Fritjof Capra, Luís Alberto Warat, Kazuo Watanabe, entre outros, bem como o ordenamento jurídico relativo ao tema. Outrossim, trata-se de pesquisa com natureza teórica e análise de dados de forma qualitativa, bem como utiliza-se a interpretação de dados através do método hipotético-indutivo. Por fim, tem-se como conclusão que o Direito Sistêmico é ferramenta humanizadora e pacificadora, que propicia ao profissional do Direito desenvolver competências relacionais que oportunizam a percepção dos sistemas sociocultural e familiar das pessoas envolvidas em conflitos, bem como os sentimentos, ocultos aos autos processuais, que movem as partes ao litígio. Dessa forma, com a ressignificação do conflito e a instrumentalização dos juristas, torna-se possível a evolução da conduta profissional, fazendo que os operadores do Direito passem a ser arquitetos na resolução pacificadora de conflitos.

Palavras-chave: Direito Sistêmico – Consensual – Humanizada – Ordens do Amor.

### **INTRODUÇÃO**

A solução imposta em decisão judicial, frequentemente, carece de capacidade de levar a paz às partes ou, verdadeiramente, resolver um conflito

---

<sup>1</sup> Bacharela em Direito pela Fundação Educacional Machado de Assis - FEMa. Graduada em Letras pelo Centro Universitário Ritter dos Reis de Porto Alegre. Mediadora Judicial certificada pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul – TJRS. E-mail: magdahmedina@hotmail.com

<sup>2</sup> Mestre em Direito pelo Programa de Pós- Graduação Stricto Sensu em Direito Doutorado e Mestrado, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI, campus Santo Ângelo. Advogada. Professora do Curso de Direito das Faculdades Integradas Machado de Assis. franciele@fema.com.br

posto, haja vista que o essencial não é visível em autos de processos judiciais, situação que pode repercutir em reincidentes controvérsias entre indivíduos. Nesse contexto, emerge a necessidade de abordagem mais humana do Direito.

Considera-se ser relevante este estudo, devido a discutir o tema sob diversas óticas, devido a cada ponto de vista ser convite à ponderação, buscando-se responder se a práxis jurídica, com o enfoque no pensamento sistêmico, pode ou não atender, de forma mais sensível, humanizada e adequada, os interesses de indivíduos envolvidos em conflitos, sendo tema atual e relevante aos operadores do Direitos, assim como à sociedade brasileira contemporânea em geral.

Tem-se como objetivo geral evidenciar que o modelo litigante constitui prática profissional inadequada e obsoleta, ante o cenário social brasileiro da contemporaneidade, haja vista o exacerbado cômputo de processos que tramitam no Poder Judiciário, sendo o modelo sistêmico alternativa coerente e conciliadora, que visa a paz e harmonia entre pessoas envolvidas em controvérsias, visto que percebe, interpreta e aplica o Direito de forma humanizada.

Por sua vez, como objetivos específicos, apresentar os pressupostos do Direito Sistêmico, sua gênese e avanços no Brasil, verificar sobre a crise instaurada no Poder Judiciário, decorrente da morosidade na tramitação de processos, e o posicionamento do ordenamento jurídico pátrio sobre a prática e incentivo à utilização de métodos autocompositivos. Por derradeiro, demonstrar que a prática sistêmica constitui meio hábil e valioso para propiciar a transformação da postura profissional de profissionais do Direito.

Na presente pesquisa, a fim de alcançar os objetivos propostos, utiliza-se a interpretação de dados através do método hipotético-dedutivo. A natureza da pesquisa é teórica, haja vista a investigação ser lastreada nas normas jurídicas vigentes, bem como em pertinente e atualizada bibliografia. Concernente aos fins, analisam-se os dados de forma qualitativa, visto que se prima pela ponderação, conforme os padrões propostos na pesquisa sobre o material obtido.

Ante o exposto, abordar-se-á, inicialmente, sobre a origem do Direito Sistêmico, que tem por preceitos as “Ordens do Amor” ou “Leis Sistêmicas” de Bert Hellinger, as quais, por sua vez, têm seus alicerces no pensamento sistêmico. Outrossim, no subtítulo “1.1”, haverá a exposição sobre a ascensão do Direito Sistêmico no Brasil. Por fim, o subtítulo “1.2”, tratará sobre a eficácia e os benefícios da prática sistêmica na resolução de controvérsias e na redução de processos judiciais.

## **1 AS “ORDENS DO AMOR” OU “LEIS SISTÊMICAS” DE BERT HELLINGER**

Inicialmente, cabe salientar que, embora a base do Direito Sistêmico<sup>1</sup>, expressão cunhada por Sami Storch, esteja ligada às Leis Sistêmicas de Bert Hellinger, a gênese de seus preceitos se encontra no pensamento sistêmico, o qual envolve conhecimentos e experiências multidisciplinares. Dessa forma, a fim de melhor compreender tais alicerces, faz-se imprescindível expor, primordialmente, a visão do macrossistema, ou seja, do pensamento sistêmico.

Forjado por descobertas e experiências de eminentes pensadores, cientistas, matemáticos e filósofos, ao longo de séculos, o pensamento sistêmico traz em seus preceitos que “o todo está conectado a cada célula e que cada uma delas exerce influência sobre o sistema”, visão que mudou paradigmas em diversas áreas do conhecimento. (CARVALHO, 2018, p. 22).

Surgido no século XX, o pensamento sistêmico revolucionou o paradigma científico vigente no século XIX, uma vez que o “mundo deixa de ser visto como uma máquina e passa a ser compreendido como uma rede”. (CAPRA e MATTEI, 2018, p. 12). Ante a tal contexto, os impactos da eclosão do pensamento sistêmico foram sentidos em diversas áreas do conhecimento, a exemplo da Ciência Jurídica, tendo suas sementes caído em diversos solos, inclusive o brasileiro. Nesse cenário, frutificaram as “Leis Sistêmicas” ou “Ordens de Amor”, de Bert Hellinger.

---

<sup>1</sup> Salienta-se que o termo “Direito Sistêmico”, foco do presente estudo, não tem vinculação com a idêntica nomenclatura trabalhada por Niklas Luhmann.

O alemão Anton Suitbert Hellinger, que ficou conhecido como Bert Hellinger, nasceu na cidade de Leimen, na Alemanha, no ano de 1925. Formou-se em Filosofia, Teologia, Pedagogia e, posteriormente, adentrou na área da Psicanálise. Além disso, foi missionário católico, durante 16 anos, junto a tribos Zulus, no sul da África.

A partir de suas experiências missionárias e como psicanalista, por meio da Terapia Primal, Análise Transacional e de métodos hipnoterapêuticos, chegou a uma visão sistêmica sobre conflitos: o desenvolvimento de sua Terapia Sistêmica Familiar.

Nesse sentido, Hellinger (2007) esclarece que o “insight” conclusivo para chegar à “psicoterapia sistêmica” ocorreu durante a prática de “Análise do *Script* segundo Eric Berne”:

[...] Ele partiu da constatação de que cada pessoa vive de acordo com determinado padrão. Esse padrão pode ser encontrado em histórias literárias como contos de fadas, romances, filmes, etc., que impressionaram essa pessoa. Pede-se a ela que mencione uma história que a comoveu em sua primeira infância — ainda antes do quinto ano de vida —, e uma segunda história que a comove atualmente. Então se comparam essas duas histórias e a partir do elemento comum a ambas se deduz qual é o secreto plano de vida daquela pessoa. Eric Berne acreditava que esse *script* resultava das primeiras mensagens que os pais transmitem aos filhos. [...]. (HELLINGER, 2007, p. 398).

Todavia, Hellinger percebe que os *scripts* de Berne, que são “planos de vida pelos quais as pessoas se orientam”, resultavam de experiências antigas, transmitidas ou não pelos pais. Logo, as ações comportamentais desenvolvidas pelas pessoas ao longo de suas vidas, sobretudo as atitudes que acabam por gerar conflitos, seriam fruto de vivências e experiências ocorridas no próprio passado ou de seus antepassados. Dessa forma, esses comportamentos, conseqüentemente, acabam por refletir no círculo familiar no futuro.

Bert Hellinger (2007), a partir de sua conclusão, continuou o trabalho com as histórias de *scripts* e, ao longo do caminho, observou que, muitas vezes, elas não eram relacionadas à pessoa que a contava, mas a outro indivíduo de sua família:



[...] Por exemplo, certa vez encontrei um homem que em criança se impressionara muito com a história de Otelo. Aí me ocorreu, de repente, que essa história não poderia referir-se a ele mesmo, pois uma criança não pode vivenciar o que Otelo vivenciou. Então perguntei-lhe, de chofre: que homem de sua família matou alguém por ciúme? Ele respondeu: meu avô. Sua mulher lhe fora infiel e ele fuzilou o amante. Desde então, passei a distinguir muito claramente, quando trabalhava com *scripts*, se a história dizia respeito a uma vivência do próprio cliente ou de alguma outra pessoa. Assim deparei, pela primeira vez, com a dimensão sistêmica dos problemas e dos destinos pessoais. [...]. (HELLINGER, 2007, p. 399).

Entretanto, Bert (2007) acrescenta que suas observações não foram as únicas fontes para moldar a psicoterapia sistêmica, haja vista Eric Berne, ainda que de forma não reconhecida, ter utilizado dimensão sistêmica de conflitos na prática de análise através de *scripts*. Assim, Hellinger, a partir de novos conhecimentos, introduziu elementos em seu modelo de psicoterapia sistêmica, quais sejam: o amor, a compensação, bem como os “direitos iguais de pertencimento”. O primeiro, o amor:

[...] atua por trás de todos os comportamentos, por mais estranhos que nos pareçam, e também de todos os sintomas de uma pessoa. Por esse motivo, é fundamental na terapia que encontremos o ponto onde se concentra o amor. Então chegamos à raiz, onde se encontra também o caminho para a solução, que sempre passa também pelo amor. Isso eu vivenciei primeiro na terapia primal e, em seguida, também na análise do script e na terapia familiar. Notei que grande parte do tão decantado trabalho com emoções, onde o terapeuta diz ao cliente “Solte sua raiva”, deixa escapar o essencial. Já vi casos em que alguém é incitado a dizer aos pais que está furioso com eles ou mesmo que deseja matá-los, e mais tarde se castiga severamente por isso. A alma da criança não tolera nenhuma depreciação dos pais. Só quando vi isso é que tomei plena consciência da dimensão desse amor. Por isso, procuro sempre e antes de tudo pelo amor, e oponho-me a tudo que o coloque em risco. (HELLINGER, 2007, p. 407).

Nesse sentido, o psicoterapeuta salientou que “[...] a necessidade de compensação entre o dar e o tomar, e entre os ganhos e perdas é tão forte que não pode ser superestimada [...]”, uma vez que atua em todos os níveis da mente. Além disso, acrescentou que, em nível inconsciente, poderá atuar “[...] como uma necessidade de compensação no mal.” (HELLINGER, 2007, p. 407).

Hellinger (2007) define o terceiro elemento, os “direitos iguais de

pertencimento”, como um movimento que, inicialmente, descobre o que foi separado no sistema familiar e a forma para uni-lo novamente, a fim de que todos os integrantes de mesma família, independentemente de estarem vivos ou mortos, tenham igual direito de pertencer ao seu grupo familiar:

[...] a alma demonstra, por seu modo de reagir à negação ou ao reconhecimento desse direito, que se trata aqui de uma lei básica, intimamente reconhecida por todos. Portanto quando qualquer membro é excluído, reprimido ou esquecido, a família e o grupo familiar reagem como se tivesse acontecido uma grande injustiça que precisa ser expiada. [...]. (HELLINGER, 2007, p. 408).

Ante a compilação de seus conhecimentos e vivências como psicoterapeuta, junto a casais e famílias de diversos países, o alemão percebeu que, independentemente de aspectos socioculturais peculiares de cada região, leis arcaicas, denominadas de Ordens do Amor ou Leis Sistêmicas, atuavam sobre conflitos familiares.

Segundo Hellinger (2007), no seio familiar, existem conflitos que parecem ser insolúveis, os quais somente através do amor poderão ser superados e resolvidos. Entretanto, ante a situações familiares cotidianas, não basta ocorrer esse sentimento de forma recíproca, faz-se necessário que o amor tenha uma ordem:

Essa ordem estabelece, no relacionamento sistêmico, que “[...] algo nefasto seja expiado por meio de algo nefasto e que os ‘pequenos’, inocentes, paguem e expiem pelos ‘grandes’ [...]”, assim como que a solução desses conflitos se submeta a outra ordem, que atende salutarmente às necessidades de vínculo e compensação, ambas “Ordens do Amor.” (HELLINGER, 2007, p. 7).

Nesse sentido, conforme Carvalho (2018), a existência de “consciência de clã”, norteadas por ordens arcaicas, também chamadas de “Ordens do Amor” ou “Leis Sistêmicas”, têm três princípios ou necessidades: pertencer ao grupo ou clã, ter hierarquia dentro do grupo ou clã e haver equilíbrio nos relacionamentos em relação a dar e receber. (CARVALHO, 2018, p. 31-32).

Segundo Mendes e Lima (2017), em sentido semelhante, as Leis Sistêmicas da hierarquia, do pertencimento, e do dar e receber têm as seguintes

características:

[...] a primeira lei consiste que os entes mais velhos preferem aos mais novos e deve haver uma hierarquia entre os membros da família um respeito aos ascendentes, já a segunda lei trata que todos devem fazer parte do sistema familiar, sem haver qualquer tipo de exclusão, seja falecido, doente, pobre, deficiente, idoso, etc. Todos devem ser incluídos, reconhecidos e amados e a terceira ordem do amor significa que deve haver um equilíbrio entre o dar e o receber para que não haja um sentimento de dívida com o outro, mas de amor, pois à medida que dou amor, recebo também, havendo um movimento nesse sentido, em que todos os membros da família se beneficiam. (MENDES e LIMA, 2017, p. 1).

A partir deste conjunto de percepções, houve ambiente favorável para que Hellinger criasse um modelo básico de psicoterapia para “[...] reconhecer e resolver as perturbações nas relações familiares” e, ante a tais constatações, o psicoterapeuta alemão iniciou o trabalho com “Constelações Familiares”, técnica que faz emergir a realidade sistêmica familiar. (HELLINGER, 2007, p. 402).

Dessa forma, o trabalho de Hellinger foi difundido para vários países, tornando-se a base para a construção do Direito Sistêmico no Brasil. (FERNANDES e ANDRADE, 2018, p. 300). Assim sendo, no subtítulo a seguir, abordar-se-á sobre a evolução do Direito Sistêmico no Brasil.

## 1.1 O SURGIMENTO E AVANÇO DO DIREITO SISTÊMICO NO BRASIL

Antes de adentrar na concepção de Direito Sistêmico, faz-se imprescindível mencionar sobre a origem da expressão “Constelação Familiar”, que, conforme Fiegenbaum (2018), derivou de traduções de vocábulos alemães e ingleses, até receber a mencionada denominação no Brasil:

[...] recebeu a designação “Constelação Familiar”, expressão derivada do termo alemão *familien aufstellung*, que, em tradução literal, quer dizer “colocação”, “posicionamento”, “disposição” familiar. A expressão, traduzida para o inglês com o sentido de “agrupar”, resultou em *constellation*, com significado [...] de posicionar certos elementos numa dada configuração que torne a questão mais clara aos olhos de todos. (MELLO, 2015, apud FIEGENBAUM, 2018, p. 70).

Outrossim, Fiegenbaum (2018) esclarece que o termo “constelação”

encontrou sentido no Brasil, haja vista essa técnica consistir “[...] na representação/posicionamento/disposição tridimensional de relações e agrupamentos humanos que parte da concepção de que toda pessoa, invariavelmente, está inserida em um sistema [...]” (FIEGENBAUM, 2018, p. 70).

Cabe oportunamente mencionar que “Constelação Familiar” é uma das espécies do gênero de constelações, as quais têm visão sistêmica. Assim sendo, a fim de abarcar as demais ramificações de constelações, tais como: estrutural, organizacional, entre outras, será utilizado no presente trabalho o termo “Constelação Sistêmica”.

Observa-se que as “Constelações Sistêmicas” se constituem em “teoria regente do Universo”, devido a serem alicerçadas nos princípios do pensamento sistêmico, as quais têm por escopo resolver um conflito de forma harmônica e eficaz, desde a sua origem, resultado que, por vezes, não é obtido em processos judiciais. Essa nova visão para a resolução de conflitos adentrou no meio jurídico brasileiro, através da contribuição de vários juristas (SZIMANSKI; GIMENES, 2018).

No que tange à prática do Direito Sistêmico no Brasil, a partir de meados do século XX, a audácia e a visão futurista do jurista Prof. Dr. Luís Alberto Warat e, posteriormente, a do Juiz de Direito Dr. Sami Storch desbravaram caminhos, bem como lançaram sementes dos preceitos sistêmicos no solo pátrio, a fim de fazer germinar no Direito brasileiro essa forma humanizada de perceber e tratar conflitos.

Profundo conhecedor da Ciência Jurídica, o professor e advogado Warat (2010) salientou que a sensibilidade não faz parte da práxis jurídica, pois operadores do Direito adotam uma postura fechada, ante a percepção de conflitos postos pelas partes, assim como consideram os “[...] processos apenas como algo formal e burocrático, submetidos a uma legislação processual que diz mais que a vida, que os sentimentos e afetos que estão sendo tratados”. (WARAT, 2010, p. 41).

Nesse contexto imerso no pensamento sistêmico, o notável jurista propôs

mediação de conflitos, por meio de “Constelação Sistêmica”, a qual denominou de “terapia do amor mediado”, que não se trata de um modelo de mediação, mas “[...] uma forma de cultura e de entender a vida que fala de amor [...]”, a qual é alicerçada na sensibilidade. (GOULART, 2018, p. 2).

Assim sendo, o eminente professor abriu caminho para que o pensamento sistêmico firmasse as suas raízes no solo brasileiro e ampliasse o horizonte de operadores do Direito, a fim de haver visão inovadora e humanizada para a prática jurídica e, conseqüentemente, ocorrer reflexo desta postura na forma desses profissionais resolverem conflitos.

No que diz respeito ao Juiz de Direito Sami Storch, ele foi o precursor da utilização de “Constelações Sistêmicas” no âmbito do Poder Judiciário brasileiro. O magistrado, movido pela vontade de “[...] promover alguma mudança na realidade das coisas, no sentido de que a Justiça fosse mais justa [...]”, iniciou a utilização de constelações no judiciário. (STORCH, 2020, p. 34).

O magistrado, a partir de 2004, antes de se tornar Juiz de Direito, teve seu primeiro contato com “Constelações Familiares”, bem como, em 2006, ao se tornar Juiz, iniciou a prática sistêmica “[...] adotou o olhar e a postura sistêmica na magistratura [...]” através de treinamentos, e, no ano de 2010, iniciou efetivamente suas experiências na constelação de processos judiciais. (STORCH; MIGLIARI, 2020, p. 316).

Nesse afã, Storch, após suas “[...] primeiras experiências com constelações familiares em audiência [...]”. Criou o Blog Direito Sistêmico, com a publicação do texto ‘O que é Direito Sistêmico?’ “[...]” e oficialmente cunhou a expressão “Direito Sistêmico”, em 29/11/2010, data considerada pelo magistrado como “[...] o registro de nascimento” da aludida expressão. (STORCH; MIGLIARI, 2020, p. 316).

Segundo Sami Storch (2010), a expressão “Direito Sistêmico”, é uma “[...] visão sistêmica do Direito, pela qual só há direito quando a solução traz paz e equilíbrio para todo o sistema.” (STORCH, 2010, p. 1). Além disso, é resultado do exame do Direito sob a ótica das “Ordens do Amor” e das “Constelações Familiares Sistêmicas” desenvolvidas por Bert Hellinger.

Para Storch (2010), em que pese o Direito ter como referência as leis positivadas, as relações humanas nem sempre são guiadas pelas normas jurídicas, visto que “[...] os conflitos entre grupos, pessoas ou internamente em cada indivíduo são provocados em geral por causas mais profundas do que um mero desentendimento pontual, e os autos de um processo judicial dificilmente refletem essa realidade complexa.” (STORCH, 2010, p. 1).

O Juiz de Direito introduziu a visão e a técnica sistêmica, com discrição, no ano de 2012, em audiências da Vara de Família, através da utilização de frases de efeito. Posteriormente, inseriu técnicas de meditação e a “Constelação Sistêmica”, assim como, devido ao alto índice de sucesso ao ser empregado o Direito Sistêmico, expandiu essa prática para a Vara de Infância e Juventude.

Ante a esses resultados, a iniciativa de Sami Storch foi disseminada para as Varas de Violência Doméstica, Criminal, de Execuções Penais, no Direito Empresarial, entre outras áreas do Direito, influenciando inúmeros operadores do Direito. Em vista disso, o Juiz de Direito recebeu “[...] menção honrosa do Conselho Nacional de Justiça, na 5ª edição do Prêmio Conciliar é Legal, em 2015.” (SZIMANSKI; GIMENES, 2018, p. 327).

Pertinente aos avanços do Direito Sistêmico na atualidade, segundo informe do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, em 03/04/2018, essa prática está presente em “[...] Unidades de Justiça de pelo menos 16 Estados e o Distrito Federal [...]”, dados que demonstram o rápido avanço dessa práxis por todo o território nacional, visto que abre caminho para a pacificação social. (CNJ, 2018, p. 2).

Observa-se, nesse sentido, que em razão da franca expansão do procedimento sistêmico e o reconhecimento desse resultado pelo CNJ, que o método contribui expressivamente para a resolução de conflitos de forma eficaz e pacificadora, oportunizando à sociedade a troca de lentes do litígio para a consensualidade. Assim sendo, analisar-se-á, no tópico seguinte, o Direito Sistêmico e a “Constelação Sistêmica” como instrumentos para reduzir a vasta demanda judicial.



## 1.2 O DIREITO SISTÊMICO COMO FERRAMENTA EFICAZ, HUMANIZADA E PACIFICADORA PARA RESOLVER CONTROVÉRSIAS

Conforme Silvério (2019), entre “[...] 2009 até 2017, todos os anos mais de 20 milhões de novos casos foram acrescentados ao acervo do Poder Judiciário, inclusive, em alguns anos, quase chegavam a 30 milhões de processos.” Assim sendo, observa-se que a sociedade brasileira buscou maciça e desmedidamente o Poder Judiciário para resolver suas contendas, assim demonstrando a propensão para a cultura litigante (SILVÉRIO, 2019, p. 35).

No afã de resolver conflitos de forma igualitária, a população hipossuficiente buscou na jurisdição do Estado o meio para garantir seus direitos e, em especial, a partir da promulgação da Lei nº 9.099/1995, Lei dos Juizados Especiais, que conforme o seu art. 2º, tem como princípios a oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e a celeridade, houve busca desenfreadamente da Justiça para serem equacionadas controvérsias.

Porém, em que pese a observada preocupação constitucional em propiciar a igualdade social no acesso à Justiça, através de legislação com caráter mais informal e célere, entre outros atributos normativos, não houve expansão proporcional dos recursos materiais e humanos do Poder Judiciário, a fim de atender à crescente avalanche de processos que, anualmente, eram distribuídos na Justiça.

À vista disso, conforme Silvério (2019), restou frustrada e inviabilizada a realização efetiva da função pacificadora e social do Poder Judiciário, visto que “[...] o acesso à Justiça como garantia constitucional não se confunde com a mera apreciação da lide [...]”, uma vez que, ante as dificuldades para atender à constante ampliação da demanda judicial, houve a conseqüente morosidade para processar e julgar essas ações. (SILVÉRIO, 2019, p. 36).

Sobrecarregado pelo volume exacerbado e em crescimento de processos judiciais, o Poder Judiciário enfrenta o desafio de julgar de maneira célere e eficiente as ações judiciais, que, no ano de 2019, somaram mais de 77 milhões de demandas, as quais tramitam nos Tribunais brasileiros. Dessa forma, ao se fazer uma média de ajuizamento de ações, a cada cem mil habitantes, 12.211

ingressaram com um processo judicial em 2019 (BUHATEM, 2020).

Segundo “[...] Watannabe (sic) (2007. p. 6-10) [...]”, faz-se imprescindível combater a “[...] cultura da sentença, a qual é estimulada desde a formação acadêmica dos aplicadores do direito [...]”, haja vista ter o caráter de ser medida paliativa, visto que não resolve o conflito, “[...] sendo essencial que se adote uma cultura de pacificação entre aplicadores do direito.” (WATANABE, 2007, p. 6-10, *apud* SILVÉRIO, 2019, p. 38). Entretanto, cabe salientar que a busca por meio alternativo para resolver conflitos, em nenhum momento exclui ou desqualifica, caso necessário, a utilização do meio judicial.

Na busca por amenizar os efeitos da cultura litigante da sociedade brasileira, bem como buscar incentivar meios consensuais para resolver conflitos, o advento da Resolução n° 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que instituiu a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses, ou seja, o Sistema Multiportas, trouxe mecanismos alternativos e consensuais aos cidadãos, para equacionar controvérsias.

No art. 2° do mencionado Diploma Legal, foram elencadas as medidas necessárias para proporcionar serviço de qualidade à Justiça, assim como a disseminação da cultura paz, tais como: centralização das estruturas judiciárias, adequada formação e treinamento de servidores, conciliadores e mediadores, assim como o acompanhamento estatístico específico (CNJ, 2010).

Nessa toada, o Juiz de Direito Sami Storch iniciou, em 2010, a prática do Direito Sistêmico e da “Constelação Sistêmica”, com a finalidade de buscar resolver de forma humanizada, pacificadora, efetiva e justa as demandas judiciais, visto que através da visão sistêmica é propiciado descortinar o que está subjacente aos autos processuais.

No mesmo ângulo, aduzem Melo e Souza (2020), que essa prática “[...] tem ganhado amplitude, à medida que sua atuação no campo jurídico tem contribuído na função social do Estado para a pacificação dos conflitos por meio de uma perspectiva de justiça mais humana.” (MELO e SOUZA, 2020, p. 124). Ante a essas afirmações, infere-se que a prática sistêmica é meio efetivo, sensível e adequado para resolver conflitos da sociedade.

Consoante a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Santa Catarina, a prática sistêmica deve ser expandida na advocacia, haja vista o Direito Sistêmico ser conhecimento que amplia “[...] a consciência e transforma a percepção sobre os conflitos [...]”, além de propor “[...] a releitura de conflito com base em áreas do saber filosóficas e relacionais, até então desconhecidas pela epistemologia jurídica.” (OAB/SC, 2020, p. 6).

Ainda, conforme a 1ª Promotoria de Justiça de Itajubá/MG, a abordagem interdisciplinar do Direito Sistêmico “[...] contribui significativamente para estabelecer um olhar ampliado sobre um conflito, bem como para identificar as causas profundas que o originaram [...]”, além de viabilizar soluções que, não aconteceriam “[...] por meio da abordagem clássica e cartesiana [...].” (CAMARGO JÚNIOR, 2018, p. 18).

Além disso, consoante declarações da Procuradora de Justiça Vanja Fontanele, o Direito Sistêmico, em razão de trazer inovação e eficiência para a prática jurídica, acaba por romper com modelos dogmáticos, haja vista sua proposta sobrepujar as partes “[...] porque leva todos a observar a origem do problema e faz uma imersão na alma de cada um. O resultado será mais paz para a sociedade na medida que pondera a tolerância e a serenidade.” (MPCE, 2020, p. 1).

Assim sendo, a prática sistêmica transcende à visão dogmática do Direito, haja vista ter enfoque não só nas partes, mas no cerne das contendas. Dessa forma, depreende-se que, por seu caráter inovador, abrangente e humanizado, o Direito Sistêmico instrumentaliza os operadores do Direito para buscarem ir além do que as leis positivadas, sendo um verdadeiro convite para a efetivação da paz social.

A Defensora Pública Dra. Patrícia Pithan Pagnussatt Fan, que atua na Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, afirma que a abordagem sistêmica, que tem ampla divulgação e utilização no Direito, propicia aos assistidos pela instituição “[...] potencializar a resolução das suas questões [...]”, uma vez que se sentem acolhidos e “[...] pertencentes ao seu núcleo familiar [...].” (DPE/RS, 2020, p. 2).

Ante o exposto, resta evidenciado que o Direito Sistêmico é ferramenta eficaz, humanizada e pacificadora para resolver controvérsias, nos âmbitos extrajudicial e judicial. Além de propiciar a redução da cultura litigante da sociedade brasileira, sendo prática amplamente utilizada por operadores do Direito de diversos segmentos. Assim sendo, no próximo capítulo, abordar-se-á a evolução das normas jurídicas rumo à cultura conciliatória de controvérsias.

## CONCLUSÃO

Ante o número crescente e exacerbado de processos ajuizados anualmente no Poder Judiciário, depreende-se que a decisão de sentença judicial não proporciona a paz para as partes, haja vista abarcar somente o que está visível nos autos processuais. Além de manter a cultura litigante da sociedade, situação que pode repercutir em reiteradas controvérsias, visto que o ajuizamento de ações não contempla os reais sentimentos das partes.

Nesse cenário, observa-se que o Poder Judiciário enfrenta uma crise há vários anos, haja vista necessitar equacionar os processos que tramitam nos Tribunais e dar vazão às demandas que, possivelmente, serão ajuizadas na Justiça, encontrar meios para tornar mais célere e qualificada a sua prestação jurisdicional, bem como estimular na sociedade a troca de lentes da cultura litigante para a consensual.

Frente a esse contexto e desafios, o presente trabalho objetivou evidenciar que o modelo profissional voltado à prática individualista e litigiosa não condiz com o contexto social contemporâneo brasileiro, haja vista estar em expansão o cômputo de processos ajuizados na Justiça, sendo a práxis sistêmica alternativa para a prática jurídica conciliadora, a qual busca a paz e harmonia entre as pessoas envolvidas em controvérsias, visto que abarca, interpreta e aplica o Direito de forma humanizada.

Buscou-se apresentar os preceitos do Direito do Sistêmico, sua origem, evolução histórica e avanços no Brasil. Outrossim, verificar sobre a crise instaurada no Poder Judiciário e o posicionamento do ordenamento jurídico

sobre o incentivo à práxis de métodos autocompositivos. Por fim, demonstrar que as técnicas sistêmicas constituem meio hábil, sendo valioso instrumento para propiciar a transformação da postura profissional de operadores do Direitos.

Tem-se que foi alcançado o objetivo do presente trabalho, devido a ter demonstrado que o modelo litigioso e individualista para resolver conflitos mostra-se inadequado, frente aos desafios impingidos pelo crescente número de processos ajuizados no Judiciário, assim como não contempla às necessidades da sociedade brasileira, sendo o Direito Sistêmico ferramenta para a práxis jurídica humanizada, que visa a pacificação e harmonia entre os indivíduos envolvidos em conflitos, pois descortina sentimentos.

Ao longo da pesquisa, restou ratificada a hipótese de que a prática sistêmica corrobora com a vocação pacificadora do ordenamento jurídico, bem como propicia de forma célere, eficaz e sensível o equacionamento de conflitos inter-relacionais, sendo postura a ser seguida pela sociedade brasileira. Assim, ante ao alcance altamente positivo do Direito Sistêmico, tem-se que sua prática deve ser difundida e incentivada.

Por derradeiro, concluiu-se que, diante dos avanços e benefícios do Direito Sistêmico no âmbito do Poder Judiciário e na prática jurídica de diversas áreas do Direito, os preceitos sistêmicos podem atender de forma mais humanizada os interesses de pessoas em situação de conflito, pois abarca, concomitantemente, o contexto familiar e a rede de relações de cada indivíduo com o sistema que está inserido, possibilitando ao profissional do Direito amplas perspectivas para arquitetar solução pacífica e humanizada de conflitos.

## REFERÊNCIAS

- BUHATEM, Marcelo. A justiça e os números que não consolam. **Revista Consultor Jurídico**, 09/set./2020. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-set-09/marcelo-buhatem-numeros-nao-consolam>>. Acesso em: 31 maio 2021.
- CAMARGO JÚNIOR, Jefferson Lynconl Nefitt. **A Contribuição do Pensamento Sistêmico no Âmbito da Atuação Resolutiva do Ministério Público**. Disponível em: <<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/direito/contribuicao-pensamento-sistematico-ambito-atuacao-resolutiva-ministerio-publico.htm>>. Acesso em: 03 jun. 2021.
- CAPRA, Frijof. MATTEI, Ugo. **A Revolução Ecojurídica: o direito sistêmico em sintonia com a natureza e a comunidade**; tradução Jeferson Luiz Camargo. São Paulo: Cultrix, 2018.
- CARVALHO, Bianca Pizzatto. **Constelações Familiares na Advocacia Sistêmica: uma prática humanizada**. Joinville: Manuscritos, 2018.
- CNJ. **Constelação Familiar: no firmamento da Justiça em 16 Estados e no DF/CNJ 15 anos**. Revista CNJ, 03/abr./2018. Brasília: CNJ, 2018. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/constelacao-familiar-no-firmamento-da-justica-em-16-estados-e-no-df/>>. Acesso em: 30 set. 2020.
- BRASIL. **Resolução n.º 125 de 29 de novembro de 2010**. Disponível em: <[https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2016/03/resolucao\\_125\\_29112010\\_11032016150808.pdf](https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2016/03/resolucao_125_29112010_11032016150808.pdf)>. Acesso em: 14 ago. 2020.
- DPE/RS. **Realizadas de Maneira Virtual, Sessões de Constelação Familiar na Defensoria Pública quadruplicam em Dois Meses**. Ascom, 09/09/2020. Disponível em: <<https://www.defensoria.rs.def.br/realizadas-de-maneira-virtual-sessoes-de-constelacoes-familiares-na-defensoria-publica-quadruplicam-em-dois-meses>>. Acesso em: 30 maio 2021.
- FERNANDES, Elaine Cristina Graf; ANDRADE, Yorhana Morena Moises de. O início da aplicação do Direito Sistêmico. In: **Anais do IV Congresso Catarinense de Direito Processual Civil**, p. 298-310, 2018, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí/SC. Itajaí: UNIVALI, 2018, versão eletrônica. Disponível em: <<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/accdp/article/view/13633/7718>>. Acesso em: 08 jun. 2021.



FIGENBAUM, Magda. **A Aplicação das Constelações Sistêmicas a Conflitos Familiares de Casos Recepcionados e Atendidos pelo Núcleo de Prática Jurídica do curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina no Período de Março de 2017 a Outubro de 2018**: um estudo de caso. Dissertação de Mestrado. Orientadora Grazielly Alessandra Baggenstoss. 2018. Versão eletrônica. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/211301/PDPC-P0027-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>>. Acesso em: 14 mar. 2021.

GOULART, Juliana Ribeiro. Uma leitura particular da mediação em Luis Alberto Warat. **Revista Justificando**, 10/ago./2018. Disponível em: <<http://www.justificando.com/2018/08/10/uma-leitura-particular-da-mediacao-em-luis-alberto-warat/>>. Acesso em: 14 out. 2020.

GOULART, Juliana Ribeiro. **Ordens do Amor**: um guia para o trabalho com constelações familiares. Tradução: Newton de Araújo Queiroz. 3. reimpressão da 1. ed. São Paulo: Cultrix, 2007.

MELO, Vanessa Siqueira; SOUZA, José Marcos Benício de. Terceira onda renovatória o direito sistêmico na resolução dos conflitos judiciais e/ou extrajudiciais. **Revista Interfaces do Conhecimento**, v. 2, n. 3, (ago./dez.2020), p. 113-130, Barra das Garças/MT, 2020. Disponível em: <<http://periodicos.unicathedral.edu.br/revistainterfaces/article/view/536>>. Acesso em: 14 mar. 2021.

MENDES, Ana Tarna dos Santos; LIMA, Gabriela Nascimento. **O que vem a ser Direito Sistêmico?** Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/54930/o-que-vem-a-ser-direito-sistemico>>. Acesso em: 30 ago. 2020.

MPCE. Procuradoria Geral de Justiça. **Videoconferência do CEAF Aborda Direito Sistêmico na Atuação do MP**, 16/set./2020. Disponível em: <<http://www.mpce.mp.br/2020/09/16/videoconferencia-do-ceaf-aborda-direito-sistemico-na-atuacao-do-mp/>>. Acesso em: 09 jun. 2021.

OAB/SC. **Comissão de Direito Sistêmico**. Disponível em: <<https://www.oab-bnu.org.br/comissoes/21157-comissao-de-assuntos-da-saude-3.html>>. Acesso em: 29 abr. 2021.

SILVÉRIO, Eduardo. **Monografia de Curso de Direito: Direito Sistêmico: a Constelação Familiar na resolução de conflitos familiares**. Florianópolis: Unisul, 2019. 58 p. Disponível em: <<https://riuni.unisul.br/handle/12345/7685>>. Acesso em: 16 jun. 2021.

STORCH. Sami; MIGLIARI, Daniela. **A Origem do Direito Sistêmico**: pioneiro do movimento de transformação da Justiça com as Constelações Familiares. 1. ed. Brasília: Tagore Editora, 2020.

STORCH, Sami. **O que é Direito Sistêmico**. 2010. Disponível em:  
<<https://direitosistemico.wordpress.com/2010/11/29/o-que-e-direito-sistemico/>>.  
Acesso em: 29 jul. 2020.

SZIMANSKI, Greice Daiane Dutra; GIMENES, Charlise Paula Colet. A constelação sistêmica como forma de realização da justiça. In: Mostra Regional de Trabalhos Jurídicos de Trabalhos Jurídicos/Organização: Paulo Adroir Magalhães Martins, Rosângela Angelin, p. 325-328, 2018, Santo Ângelo/RS. **Anais da XVIII Mostra Jurídica de Trabalhos Jurídicos**. Santo Ângelo: FuRi, 2018. 728p. Versão eletrônica. Disponível em:  
<[http://san.uri.br/sites/site\\_novo/wp-content/uploads/2018/08/ANAIS01-08-2018.pdf](http://san.uri.br/sites/site_novo/wp-content/uploads/2018/08/ANAIS01-08-2018.pdf)>. Acesso em: 02 maio 2021.

WARAT, Luís Alberto. Eco-cidadania e Direito: alguns aspectos da modernidade, sua decadência e transformação. **Revista CCJ**, n. 28, ano 15, jun./1994 - p. 96-110. Disponível em:  
<<https://www.yumpu.com/pt/document/read/13444782/rbuscalegisccjufscbr-eco-Cidadania-e-direito-egov-ufsc>>. Acesso em: 13 dez. 2020.

## **OPERAÇÕES DE DAY TRADER EM CFD NA BOLSA DE VALORES UTILIZANDO A ANÁLISE TÉCNICA**

Diogo Felipe Dierings<sup>1</sup>  
João Antonio Cervi<sup>2</sup>  
Lauri Aloisio Heckler<sup>3</sup>

### **RESUMO**

O presente trabalho relata uma modalidade de investimento em renda variável do mercado financeiro, tendo como fins trazer conteúdo educacional e desenvolver conhecimentos sobre a modalidade de investimentos em CFD, trazendo uma oportunidade de alcançar o começo de uma possibilidade de investir, considerando-se o período de análise de março de 2020 a agosto de 2021. A questão problema que se apresenta é como construir uma viabilidade de aplicação da análise técnica em CFD? Portanto, este trabalho tem como objetivo geral trazer uma abordagem referente à análise técnica em renda variável em CFD com utilização de ferramentas e indicadores que busca prever o percurso do preço. Para isso, é abordada uma performance de como funciona o mercado com análise técnica e acompanhados de ilustrações para a melhor compreensão. A metodologia de pesquisa tem como ponto de vista da sua natureza aplicada e explicativa, desenvolvida com uma base de investigação dedutivo e qualitativo. investidores consistentes utilizam um gerenciamento do capital, evitando perdas nas operações. Já este artigo tem seu desenvolvimento em torno da análise técnica, levando em consideração teorias e um modelo operacional vivenciado pelo autor, referenciado na consulta bibliográfica dos seguintes autores, Lemos, Fiscalti e Ferreira. Seu público alvo atinge leitores que não possuem nenhum tipo de conhecimento ou muito pouco sobre o mercado e as operações de CFD, isso tendo em vista os números crescentes de novos investidores que estão entrando neste mercado, a fins de orientar sobre os riscos e como é realizado na pratica.

Palavras-chave: CFDs – Análise Técnica – Gerenciamento – Investimento de risco.

---

<sup>1</sup> Acadêmico do Curso de Administração. 4º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. diogo.dierings@gmail.com

<sup>2</sup> Mestre em Engenharia de Produção (UFSM). Orientador. Professor do Curso de Administração

<sup>3</sup> Mestre pela Universidade Regional Integrada (URI). Orientador. Professor do Curso de Ciência Contábeis e Administração. Faculdades Integradas Machado de Assis. lauriheckler@fema.com.br

## INTRODUÇÃO

A palavra *Trader* vem do inglês e significa troca, comerciante, e tem como objetivo realizar operações na bolsa de valores, seja de compra ou venda de ações em busca de um lucro por cada operação. Operações de *day trader* exige muito do investidor no início, tanto por não ter adquirido o conhecimento e experiência para poder atuar no mercado financeiro. O artigo tem por delimitação o estudo de investimentos em renda variável em CFD através de operações de *day trader*, analisado no período de março de 2020 a agosto de 2021.

Busca-se construir uma viabilidade para esse tipo de operação sem que haja grandes perdas de capital do investidor. Já que o principal problema de investir nesta modalidade de CFD está em identificar o momento correto de comprar ou vender um ativo.

O termo CFD vem do inglês *Contracts For Difference*, ou contrato por diferença, sendo uma forma de investimento no mercado financeiro brasileiro, bem como no internacional. Sua negociação acontece através de um acordo entre compradores e vendedores, dispostos a pagar a diferença do preço do ativo no ato da compra e venda em determinado período.

Portanto, operações de *Day Trade* é a compra ou venda de ativos como ações, índices, dólar com início e término no mesmo dia. Certamente já se ouviu falar em exemplos como, compra de um ativo hoje e finalizada a operação amanhã, próxima semana, mês ou ano, no entanto, essas operações são caracterizadas como *Swing Trade*.

Para quem quiser adquirir essa modalidade de investimentos precisa primeiramente ter uma conta em uma corretora de investimentos. Atualmente está-se num dos melhores momentos para investir no quesito de corretagem zero que as corretoras proporcionam, onde não há custos para abrir sua conta e outros tipos de custos adicionais, tornando-se um aspecto benéfico que incentivam a entrada de novos investidores no mercado. Após ter uma conta na corretora, deve-se adquirir ou alugar uma plataforma que a própria corretora

disponibiliza de terceiros para poder realizar as operações e alocar um capital financeiro e nela alocar sua garantia.

No mercado financeiro há duas formas se realizar a análise, são elas através da análise técnica e análise fundamentalista. Desta forma, a questão problema que se apresenta é como construir uma viabilidade de aplicação da análise técnica em CFD?

Portanto, este artigo tem por objetivo trazer uma abordagem referente à análise técnica em renda variável em CFD com utilização de ferramentas e indicadores que buscam nortear o percurso do preço. Porém, cabe ressaltar que a análise fundamentalista leva em consideração eventos, fluxo de caixa, dados divulgados pela empresa entre outros.

O trabalho propõe uma apresentação de pesquisa bibliográfica de autores como Flávio Lemos como também apresenta conceitos teóricos e práticos usado pelo autor.

O artigo apresenta sua estrutura especificando o que é bolsa de valores e abordando dados crescentes de investidores dos últimos dois anos. Trazendo um referencial teórico sobre o assunto, na sequência a metodologia, continua apresentando o que são CFD com sua análise técnica, buscando construir uma viabilidade de atuação no mercado financeiro adotando-se ferramentas e modelo de análise, finalizando com a conclusão e o entendimento de que para operacionalizar no mercado de CFD, exige-se estudo, dedicação e muita prática e seguido com planejamento de capital.

## 1 REFERENCIAL TEÓRICO

Muitos talvez devem se perguntar, mas afinal, o que é bolsa de valores, como funciona o mercado? Respondendo essa questão, segundo by Rico.com.vc “A bolsa de valores funciona como um mercado organizado para a negociação dos ativos financeiros [...]”. (by Rico.com.vc, 2018, n.p.).

Na sequência, busca-se apresentar dados de investidores que ingressaram no último ano no mercado segundo Ferreira.

Dados divulgados pela xp investimentos apontam que “Em setembro, o número de investidores pessoas físicas (PFs) na Bolsa brasileira (B3) chegou a 3.065.775, ultrapassando a marca dos 3 milhões de indivíduos, com um crescimento de 3,63% vs. o mês passado. Comparado ao final de 2019, quando encerramos o ano com 1.681.033 indivíduos, já vemos uma alta expressiva de +82,37%. Considerando também o número de pessoas jurídicas na Bolsa, que em setembro chegou à 31.214, o número total de investidores atinge 3.096.989. [...]” (FERREIRA, 2020, n.p.).

Já o número de pessoas físicas que realizaram ao menos uma operação de *day trader* chega em 486.676 até agosto deste. Porém, de acordo com Goeking, uma pesquisa realizada até 2018 aponta que “[...] 99,4% desistem antes de completarem 300 pregões [...]” (GOEKING, 2020, n.p.), por não apresentarem lucro neste modelo de operação (GOEKING, 2020).

CFD é um tipo de investimento classificado como derivativo, o que significa que é um instrumento financeiro cujo valor é derivado de outro ativo base. Normalmente, eles se baseiam na movimentação dos preços de divisas e em certos índices externos que geram ganhos ou perdas ao negociador.

Por meio dele, não é necessário que o investidor realize a compra ou venda, porém sua operação ainda possui riscos e oscilações consideráveis. Por isso, é considerado uma opção para investidores que possuem perfil ousado. (FISCALTI, 2020, n.p.).

Lemos coloca que: A análise técnica sustenta-se sobre três premissas fundamentais que funcionam como pilares.

A ação do mercado desconta tudo. O analista técnico acredita que tudo se encontra na formação do “preço”. As diversas variáveis fundamentais, políticas, psicológicas ou de qualquer outra ordem estão, na realidade, refletidas nos preços do mercado. Conseqüentemente, o estudo da ação dos preços envolve o conhecimento dos demais fatores necessários (LEMOS, 2018).

Os preços movem-se em tendência. O propósito de representar a ação dos preços em um gráfico é identificar tendências futuras destes nos estágios iniciais de desenvolvimento e tentar tirar proveito dessas tendências para a obtenção de lucro. Dessa forma, uma tendência em vigência tem maior probabilidade de permanecer em vigência do que de reverter. Essa premissa é uma adaptação da primeira Lei de Newton (LEMOS, 2018).



A história se repete. Os preços também refletem variáveis psicológicas inatas ao ser humano. Se formos estudar um pouco de Psicologia Social, veremos que os padrões comportamentais do ser humano tendem a se modificar de forma muito sutil, ou mesmo a permanecer estáticos no tempo. Como esses padrões funcionaram bem no passado, considera-se que deverão continuar dando bons resultados no futuro (LEMOS, 2018).

Apesar disso, podem ser identificadas algumas críticas à análise técnica. A mais comum delas consiste na afirmação de que, se todo mundo conhecer os padrões gráficos, a análise técnica se tornará uma profecia autorrealizável. Na realidade, mesmo que isso fosse verdade, devemos ter em mente que estamos lidando com uma matéria ainda bastante subjetiva, muito mais próxima de uma arte do que de uma ciência. Os padrões gráficos raramente são tão claros a ponto de vários investidores concordarem ao mesmo tempo com sua interpretação. Além disso, as decisões de investimento são tomadas levando-se em conta vários aspectos, como horizonte de investimento e grau de aversão ao risco dos investidores. É preciso ter a clara noção de que os preços são afetados pelo resultado direto da Lei da Oferta e da Procura. (LEMOS, 2018, p. 26).

O preço algumas vezes retorna ao ponto de rompimento do vértice antes de prosseguir na direção do rompimento. Esse retorno oferece uma segunda chance de participar com uma relação melhor de retorno/risco. Os dois tipos de projeção devem ser encarados como diretrizes, e não como regra. A análise técnica é dinâmica e a monitoria do mercado é necessidade constante. (LEMOS, 2018, p. 125).\*

Comparamos a leitura dos gráficos à de uma partitura musical. Se você é um analfabeto musical, você não lê, não entende nem escuta as diversas notas, semínimas, colcheias e nem seu andamento em allegro com pausas. Um músico, porém, consegue ler, escutar e ainda cantarolar uma partitura. A leitura gráfica é um processo similar. O analista bem treinado consegue visualizar e antecipar os movimentos do mercado para prontamente dar resposta à oscilação. Por algumas vezes, o analista “escuta” o mercado gritar que vai cair ou subir. Tenha paciência e treine bastante, não se preocupe se demorar um pouco para ler as informações com precisão. (LEMOS, 2018, p. 34).

O objetivo principal do investidor que utiliza a análise técnica é identificar uma tendência em seu estágio inicial e tirar proveito dela para obter lucro. Em outras palavras, comprar barato e vender caro. Em um gráfico, isso pode ser

percebido por meio do sentido dos topos e dos fundos nos preços (LEMOS, 2018, p. 67).

## 2 METODOLOGIA

O processo metodológico consiste em definir o caminho utilizado para a elaboração da pesquisa com o objetivo de desvendar uma viabilidade para a atuação no mercado financeiro através de operações em CFD utilizando a análise técnica. A metodologia irá abordar conceitos e ferramentas utilizados pela análise técnica como também irá abordar sobre o gerenciamento do capital e como poderá aproveitá-la para manter e alavancar o capital.

### 2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

O estudo é categorizado quanto à sua natureza como uma pesquisa teórica empírica e explicativa, buscando ampliar o conhecimento sobre as operações em CFD utilizando a análise técnica.

Quanto à forma de abordagem foi realizada uma pesquisa qualitativa, pois envolve a percepção como experiência prática de autores especializados no segmento financeiro. É também considerada quantitativa tendo em vista que na demonstração prática das ilustrações demonstradas, utilizaram-se períodos de tempo destacando o movimento preço

E quanto aos objetivos da pesquisa ela é classificada como aplicada, em virtude de a modalidade CFD não ser de conhecimento de muitas pessoas. Objetivando gerar conhecimento para a aplicação de técnicas e ferramentas para o desenvolver da análise

Quanto aos procedimentos utilizados para o desenvolver da pesquisa é considerada como pesquisa bibliográfica e explicativa em relação a interpretação dos fluxos financeiros plotados em gráficos que visa ilustrar os preços dos ativos, bem como proporcionar maior familiaridade com o problema por meio do levantamento dos dados bibliográficos e experiências práticas.

## 2.2 GERAÇÃO DE DADOS

Os dados foram gerados no período de março de 2020 a agosto de 2021 por meio da documentação indireta, através de pesquisas de livros e sites relacionados ao tema de finanças. Procurou-se realizar uma análise sobre o tema em relação à construção de uma viabilidade de atuação no mercado financeiro.

Adotou-se uma modalidade de investimento em renda variável através de operações em CFD, analisando um modelo operacional através da análise técnica e um modelo de planejamento do capital financeiro para alocar em cada operação.

## 2.3 ANALISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Os dados foram analisados de modo comparativo, e sendo abordado de forma explicativa. Essa modalidade de operação está disponível e acessível para qualquer consumidor. Sua rentabilidade de ganho de capital está vinculada diretamente no acerto das operações e tendo ao lado um gerenciamento financeiro.

## 3 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS TÉCNICOS

A análise técnica é a interpretação do mercado no momento em relação ao seu passado para poder prever o futuro, entre outras formas de explicação é uma estratégia adotada como no xadrez ou em outros esportes. Outro recurso de visualização gráfica bem eficaz é o *price action*, cuja tradução é preço da ação.

Nas plataformas, tem-se uma enorme gama de indicadores e ferramentas gráficas que pode-se utilizar para a tomada de decisão. Porém, neste artigo é apresentada apenas as ferramentas linha de tendência, linhas de suporte e

resistência, tendo como tempo gráfico de um minuto, considerando que todos os tempos gráficos são iguais.

### 3.1 PRICE ACTION

Price action significa ação do preço, ou seja, é o estudo do gráfico sem nenhuma utilização de indicador. Para que se possa desenvolver essa habilidade grafista requer estudo e tempo de tela. O price action é constituída principalmente pela teoria de *Dow*, suportes e resistências que são os fundos e topos, linhas de tendências seja de alta ou de baixa, padrões de candles, figuras gráficas

A Teoria de *Dow* diz que o preço tem apenas três tendências. Tendência de alta, tendência de baixa e a tendência neutra que é a consolidação. E ressalta que toda tendência continua em vigor até que ela seja substituída por outra (LEMOS, 2018).

Para melhor entendimento de como se dá o processo de movimento do preço, pode-se observar a Ilustração 1, onde suportes são demarcados com uma linha no fundo do movimento do preço, com a expectativa de que adiante quando o preço retornar ao mesmo ponto ele respeite e volte a subir. O mesmo vale para a resistência, porém a resistência estará no topo. A explicação resulta na lei da oferta e demanda, sendo que em 2 de outubro de 2020 o Índice Ibovespa estava nos 93.525 pontos, após esse ponto houve uma valorização, conseqüentemente, quando o valor retornará ao mesmo patamar, ter-se-á uma nova expectativa de valorização. Considera-se que, se antes a esse preço houve uma forte valorização, a expectativa é que quando chegar novamente a esse preço, volte a valorizar, o que ocorreu no final de outubro, chegando até seus 107.900 pontos, rompendo a resistência.

## Ilustração 1: Suportes e Resistências



Fonte: Corretora Clear (2020) Nelogica.<sup>1</sup>

Percebe-se na Ilustração acima que o comportamento do preço é contínuo, ou seja, após o rompimento de uma resistência ela se torna um suporte, e quando o preço retorna no mesmo ponto do rompimento ele passa a se valorizar novamente.

As linhas de tendências, seja de alta ou baixa determinam a tendência do preço. Na análise técnica se dá a preferência por operar a favor da linha, ou seja, se opera a favor da tendência. Quando o preço demonstra um padrão altista, espera-se o melhor momento para a compra, ou vice-versa, o melhor ponto de entrada está sempre no rompimento da linha do *pullback*. O *pullback* é a volta que o preço faz diante a tendência, em outras palavras, se a tendência é de alta o *pullback* será uma pequena queda, conforme apresentado na Ilustração 2.

<sup>1</sup> Somos uma empresa de tecnologia que desenvolve soluções para o mercado financeiro, realizando o roteamento (comunicação) da sua ordem com a Bolsa, agilizando o processo com ferramentas operacionais de altíssimo nível. (NELOGICA, 2020, n.p.)

## Ilustração 2 – Pullback e linha de tendência



Fonte: Corretora Clear (2020) Neológica.

Como descrito no parágrafo anterior, realizar uma entrada no rompimento de um *pullback* é a mais assertiva, diminui as chances de errar a análise como o gerenciamento se torna positivo para a operação.

Resumidamente, o *price action* é uma forma de leitura gráfica, levando principalmente em consideração o fluxo do preço, sendo uma das formas mais antigas de se ver o gráfico comparando com outros indicadores.

Exemplos de indicadores mais usados que ajudam na tomada de decisão para o *trader* são, as Médias Moveis, linhas de *Fibonacci*, Volume, Bandas de *Bollinger* entre outros. Reforçando que cada técnica pelo qual o *Trader* optar necessita-se que seja bem dominado, caso contrário poderá causar dano ao patrimônio.

### 3.2 FIGURAS GRAFICAS E PADROES DE CANDLES



As figuras gráficas são movimentos repetidos que quando se formam determinam para onde o preço irá se deslocar nos próximos minutos. As figuras mais conhecidas são o retângulo, que também pode ser considerado como consolidação, ou seja, o preço anda em linha reta, não demonstra uma tendência altista ou baixista.

Outra figura é o ombro cabeça ombro (OCO), após que ela é formada determina a virada de tendência, ela pode ser visualizada no final de uma tendência de alta ou baixa, dando início a uma nova tendência, como demonstra a Ilustração 3.

Ilustração 3 – Ombro cabeça ombro



Fonte: Investificar

Também tem-se o fundo ou topo duplo, para que uma tendência de alta esteja em vigor ela precisa obrigatoriamente romper o topo anterior, caso ocorra um topo duplo na mesma zona de preço, demonstra uma fraqueza altista, podendo ocorrer uma virada de tendência. Observam-se este exemplo na Ilustração 4

#### Ilustração 4 – Fundo duplo e consolidação



Fonte: Corretora Clear (2020).

Os padrões de *candles* demonstram a suposta virada de uma tendência e a força dela, seja de curto ou longo período. Existem vários padrões que podem ser observados, mas aqui falaremos dos padrões de *candles* martelo, engolfo e o *doji*. O martelo, tem esse nome pelo fato do *candle* demonstrar um retorno grande e fechar com um corpo pequeno. O engolfo, é visível quando ele tem o seu fechamento, ele acaba deixando um corpo maior do que o normal, engolfando mais de um *candle* anterior. O *doji* é visível por deixar um *candle* pequeno e sem movimento altista ou baixista. Vaja um exemplo de cada na Ilustração 5.

### Ilustração 5 – Engolfo e Martelo



Fonte: Criptobitbr.wordpress (2017).

Esses padrões gráficos como as figuras podem ser visualizadas tanto nos topos e fundos relevantes, são apenas uma referência na hora de interpretar o gráfico, não se aconselha operá-los a não ser que haja outras variáveis que confirmam e nova tendência em formação.

### 3.3 GERENCIAMENTO DO CAPITAL

Operações de CFD são considerados de alto risco. Portanto, o gerenciamento do capital para as operações é crucial, para evitar danos ao patrimônio nesse tipo de operação. Para fins de compreensão considere o seguinte exemplo hipotético para o mini índice Ibovespa. Valor de banca alocado para operação R\$ 1.000,00.

Considerando o ativo mini índice, um valor razoável de perda é de 150 pontos, com um contrato iria totalizar um financeiro de R\$ 30,00 e deverá buscar no mínimo R\$ 60,00 ou 300 pontos de ganho, que é determinado como um gerenciamento de dois pra um, ou seja, seu objetivo por operação é buscar ganhar o dobro do que irá arriscar, dentre três operações que você realizar, caso perca dois e ganhe uma você estará no zero a zero. Reforçando que para perder todo o capital alocado terá que perder 33 vezes consecutivas.

Cada ativo, seja mini índice, mini dólar ou ações há uma diferença entre a margem de pontos que determina o ganho ou a perda do financeiro, por

exemplo no mini índice cada ponto vale R\$ 0,20 centavos, já no mini dólar um ponto vale R\$ 10,00 reais.

O gerenciamento é um planejamento que cada investidor terá que desenvolver, há diversas formas de fazê-lo. Levando sempre em consideração a taxa de assertividade e o quanto está disposto a perder e ganhar num dia.

Mesmo sendo iniciante, não sabendo operar bem é muito difícil perder dinheiro no mercado, desde que, domine um gerenciamento de risco correto, não expondo grandes porcentagens do capital total.

Outra grande vantagem para você que quiser entrar nesse mercado, poderá realizar *replay* de mercado ou realizar as operações em contas demo, não expondo de imediato um capital.

## CONCLUSÃO

Apresentou-se o conhecimento e suas diferenças sobre operações de *day trader* em CFD em relação a outras modalidades de investimentos como também abrangeu a busca de uma viabilidade de ganho utilizando a análise técnica. Contudo, pode-se perceber em relação ao problema definido que são operações de alto risco.

Atendendo o objetivo do trabalho apresentou-se uma modalidade de investimento na bolsa de valores, com um conteúdo educacional e formas da sua aplicação. Ser um investidor requer muito profissionalismo, dedicação, como qualquer outra área. No entanto, é um mercado que está à disposição de qualquer pessoa, mas dependerá exclusivamente dela o seu êxito nele. Cabe ressaltar que muitos de nós nunca tivemos uma educação financeira e por esse fator a profissão de analista técnico do mercado financeiro pode não ser visto de maneira tão compreensiva.

Com relação a questão problema, a mesma foi respondida no âmbito do capítulo três onde foram desenvolvidas a questão do *price action*, figuras gráficas e padrões de análise de candles e por fim um exemplo desenvolvido sobre o gerenciamento de capital.

Este profissional ganhará com o tempo cada vez mais espaço, e poderá ser um profissional altamente demandado por instituições financeiras e empresas como gestores financeiros. Analistas de mercados futuros ou ações, será um profissional que contribuirá muito na tomada de decisão das empresas quando se trata de aplicar ou realizar um investimento para obter maiores ganhos.

Compreende-se que é uma profissão de renda variável, os resultados dependerão da assertividade e organização. Trabalha-se sempre com uma expectativa de que o preço atingirá tal patamar de preço em determinado tempo, pois não tem como afirmar com garantias de algo que não ocorreu ainda.

Portanto, a análise técnica é uma ferramenta que será aperfeiçoada com o passar do tempo a partir da experiência do investidor *trader* e o quando ele o domina, exigindo uma interpretação gráfica. Nesta área de operações de day trader em CFD necessita-se de constante aplicação prática, assim evidenciando a necessidade de mais estudos e pesquisas para o desenvolvimento prático do modelo operacional que o investidor deseja adotar.

O que talvez interesse a todos é o retorno financeiro que essas operações podem trazer com o tempo. Quando falamos dessa modalidade de investimentos, possui-se uma grande oportunidade de alavancar o capital, mas da mesma forma que podemos multiplica-lo podemos perdê-lo.

Conclui-se que as operações em CFD são de alto risco a novos investidores que desejam ingressar neste mercado de renda variável sem o seu devido conhecimento teórico e prático. O presente trabalho contribui de maneira com que o novo investidor possa atentar-se aos seus riscos e adotar uma modelo operacional que o melhor define seguido de um planejamento financeiro.

## REFERÊNCIAS

By, Rico.com.vc. **O Que é a Bolsa de Valores, Como Funciona, Dicas para Investir [Guia]**. 2018. Disponível em: <<https://blog.rico.com.vc/bolsa-de-valores-o-que-e>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

CRIPTOBITBR.WORDPRESS. **2017/12/24 Candles**. 2020. Disponível em: <<https://criptobitbr.wordpress.com/2017/12/24/candles/>>. Acesso em: 31 out. 2021.

FERREIRA, Fernando. Mais de 3 Milhões de Investidores PFs na Bolsa – para onde iremos agora? 2020. Disponível em: <[https://conteudos.xpi.com.br/acoes/relatorios/mais-de-3-milhoes-de-investidores-na-bolsa-para-onde-iremos-agora/?gclid=Cj0KCQiA-rj9BRCAARIsANB\\_4ACjwyc1zCrPXGxosdg3gfq82YNJNtGDDzIKtGIk5p2hJ7p8qrza9AaAiZLEALw\\_wcB](https://conteudos.xpi.com.br/acoes/relatorios/mais-de-3-milhoes-de-investidores-na-bolsa-para-onde-iremos-agora/?gclid=Cj0KCQiA-rj9BRCAARIsANB_4ACjwyc1zCrPXGxosdg3gfq82YNJNtGDDzIKtGIk5p2hJ7p8qrza9AaAiZLEALw_wcB)>. Acesso em: 05 out. 2020.

FISCALTI. **Cfd O Que é e Como Funciona esse Contrato e Quais os Ganhos**. 2020. Disponível em: <<https://www.fiscalti.com.br/cfd-o-que-e-como-funciona-esse-contrato-e-quais-os-ganhos/>>. Acesso em: 31 out. 2021.

GOEKING, Weruska. **Número e Day Traders Dobra em 2020 com Busca de Lucro Rápido**. 2020. Disponível em: <<https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/noticia/2020/09/15/numero-de-day-traders-dobra-em-2020-com-busca-de-lucro-rapido.ghtml>>. Acesso em: 15 set. 2020.

NELOGICA. **Profit**: tudo o que você precisa saber antes de começar a operar! 2020. Disponível em: <<https://blog.nelogica.com.br/tudo-o-que-voce-precisa-saber-antes-de-comecar-a-operar-com-o-profit/>>. Acesso em: 22 mar. 2020.

INVESTIFICAR. **Padrões Gráficos no Mercado Financeiro**: como usar a seu favor. 2020. Disponível em: <<https://www.investificar.com.br/analise-grafica-identificar-queda-acoes/>>. Acesso em: 31 out. 2021.



## **A UTILIZAÇÃO DAS FERRAMENTAS DE MARKETING NO PROCESSO DE FIDELIZAÇÃO DE CLIENTES**

Fernanda Thaís Buss<sup>1</sup>  
Denise Felber Chaves<sup>2</sup>

### **RESUMO**

O presente artigo teve como finalidade analisar as ferramentas de marketing no processo de fidelização de clientes em uma academia, a Physicus Academia, localizada na cidade de Santa Rosa/RS, no período de novembro de 2020 a fevereiro de 2021. O problema proposto é verificar como as ferramentas de marketing podem auxiliar na comunicação e atração de clientes em uma empresa do ramo esportivo. Como objetivo, buscou-se analisar as ferramentas de marketing, como elas auxiliam para fidelizar clientes e quais as ações de marketing que contribuem para a empresa em estudo. A pesquisa traz conceitos sobre o marketing, plano de marketing, composto de marketing, captação, retenção e fidelização de clientes e as ferramentas de marketing. A categorização da pesquisa se refere quanto à sua natureza como uma pesquisa teórica e aplicada, o tratamento de dados é qualitativo e quantitativo, os fins da pesquisa são exploratória, descritiva e explicativa e a conduta em relação aos dados é bibliográfica, documental e um estudo de caso. Conclui-se que as ferramentas de marketing são fundamentais na fidelização de clientes, e que esses gostam de receber informações da empresa através do marketing tradicional e digital, devendo a empresa buscar formas de divulgação que levem informações nos canais de comunicação da preferência do consumidor.

Palavras-chave: Marketing - Fidelização de Clientes - Marketing Mix.

### **INTRODUÇÃO**

As ações de marketing nos dias atuais tem grande importância na busca e fidelização de novos clientes. Por se tratar de uma academia de musculação e aulas coletivas, verifica-se como a implantação dos métodos de marketing ajuda a melhorar os negócios e a fidelizar cada vez mais os novos usuários e os já existentes.

---

<sup>1</sup> Pós-Graduada em Especialização em Gestão e Legislação Tributária e Empresarial.  
Faculdades Integradas Machado de Assis. fernanda\_thais13@hotmail.com

<sup>2</sup> Ensino Científico e Tecnológico. Orientadora. Professora dos Cursos de Graduação da FEMA.  
Faculdades Integradas Machado de Assis. denisef@fema.com.br

O tema abordado neste estudo é a utilização das ferramentas de marketing no processo de fidelização de clientes, com a delimitação direcionada para a Physicus Academia, localizada na cidade de Santa Rosa/RS, no período de novembro de 2020 a fevereiro de 2021, buscando manter a qualidade do ambiente e do atendimento e também atrair novos clientes. O problema que motiva o estudo é: como as ferramentas de marketing podem auxiliar na comunicação e atração de clientes em uma empresa do ramo esportivo?

Como objetivo geral o artigo traz a análise das ferramentas de marketing, mostrando como elas auxiliam para fidelizar clientes e quais as ações de marketing que contribuem para a empresa em estudo. Como objetivos específicos o estudo busca: conhecer as ferramentas de marketing, compreendendo sua importância e necessidade para as empresas; verificar as ações de marketing desenvolvidas pela Physicus Academia; estudar as preferências dos clientes em relação ao consumo de marketing e; apresentar ações de melhoria que podem ser aplicadas na organização, que gerem resultados positivos e auxiliem na fidelização de clientes.

A metodologia adotada quanto à sua natureza, considera-se como uma pesquisa teórica e aplicada; referente ao tratamento dos dados, a pesquisa é quantitativa e qualitativa; os fins da pesquisa são exploratória, descritiva e explicativa e a conduta em relação aos dados da pesquisa é bibliográfica, documental e um estudo de caso.

Os principais autores mencionados e que tiveram maior relevância na elaboração do presente artigo são: Ligia Castiglioni, Marcos Cobra, André Torres Urdan, Alexandre Luzzi Las Casas, Valesca Persch Reichelt, Fernando Roberto Santini e Luiz Claudio Zenone.

O artigo é constituído de três etapas, sendo a primeira delas o referencial teórico, que abrange os conceitos sobre marketing, composto de marketing, captação, retenção e fidelização de clientes, ferramentas de marketing e o marketing de relacionamento; a segunda etapa se refere à metodologia aplicada na categorização da pesquisa, os dados coletados e a análise e interpretação dos dados; e a terceira etapa é composta pela análise dos resultados, que

apresenta a análise das ações de marketing desenvolvidas pela Physicus Academia, a visão dos clientes em relação a consumo de marketing e sugestões de ações de marketing para a Physicus Academia.

## **1 REFERENCIAL TEORICO**

Para realização deste estudo foram abordados temas como: conceitos de marketing, composto de marketing, captação, retenção e fidelização de clientes e ferramentas de marketing.

### **1.1 CONCEITOS DE MARKETING**

Marketing é uma ferramenta utilizada pelas empresas e organizações para atender as necessidades de seus usuários e conforme Las Casas pela definição da American Marketing Association (AMA), o marketing refere-se a métodos, técnicas e ações que tem o propósito de valorizar estipuladas marcas ou produtos, com o objetivo de ampliar sua importância para o público-alvo, isto é, o consumidor (LAS CASAS, 2019).

Um dos desafios do marketing, de acordo com Reichelt, é compreender as exigências do cliente. Diante disso, considera-se que uma de suas funções é entender para atender, ou seja, “[...] pesquisar todos os aspectos da vida do consumidor - seus hábitos, crenças e preferências -, assim como entender o seu cotidiano e as necessidades que essa vida atribulada traz [...]” (REICHELT, 2013, p. 16).

Diante das referências acima, o objetivo, a missão e a importância do marketing podem ser definidos, de acordo com os estudos de Castiglioni, da seguinte maneira:

O marketing é a estratégia mais efetiva para gerar vendas, sendo esse seu principal objetivo, elaborado por meio de diversos métodos e técnicas de planejamento e criação com base na concorrência e nas necessidades do consumidor. A missão é determinar quais são as necessidades do consumidor e do mercado e verificar novas oportunidades para produtos e serviços, detectando possibilidades

para implementar a estratégia mais assertiva com o cenário atual do mercado a ser avaliado. (CASTIGLIONI, 2014, p. 09).

Segundo Las Casas, que estudou as ideias de Philip Kotler, “marketing é a ciência e a arte de explorar, criar e entregar valor para satisfazer as necessidades de um mercado-alvo com lucro. Marketing identifica necessidades e desejos não realizados [...]” (KOTLER, 1994, p. 31 apud LAS CASAS, 2019, p. 02).

Marketing são ações e estratégias que, conforme Reichelt, têm o intuito de atrair e reter clientes, tendo como responsabilidade “[...] fazer com que o produto de uma dada empresa esteja disponível no lugar certo, no tempo certo e a um preço considerado aceitável pelo comprador.” (REICHELT, 2013, p. 17).

Portanto, o marketing é o meio de contato entre o cliente e a empresa e existe para atender e entender as demandas dos compradores e usuários, e dessa forma gerar valor aos produtos que satisfaçam as suas necessidades, atendendo suas exigências e da mesma maneira aumentando as vendas. Para que isso ocorra é necessário um plano de marketing.

O plano de marketing, pode ser um documento escrito, uma planilha, ou até um organograma, que conforme Grewal e Levy é “[...] composto por uma análise da situação de marketing atual, das oportunidades e ameaças à empresa, pelos objetivos e estratégias de marketing detalhados com relação aos 4 Ps, por planos de ação e por demonstrações de resultados [...]” (GREWAL; LEVY, 2016, p. 28).

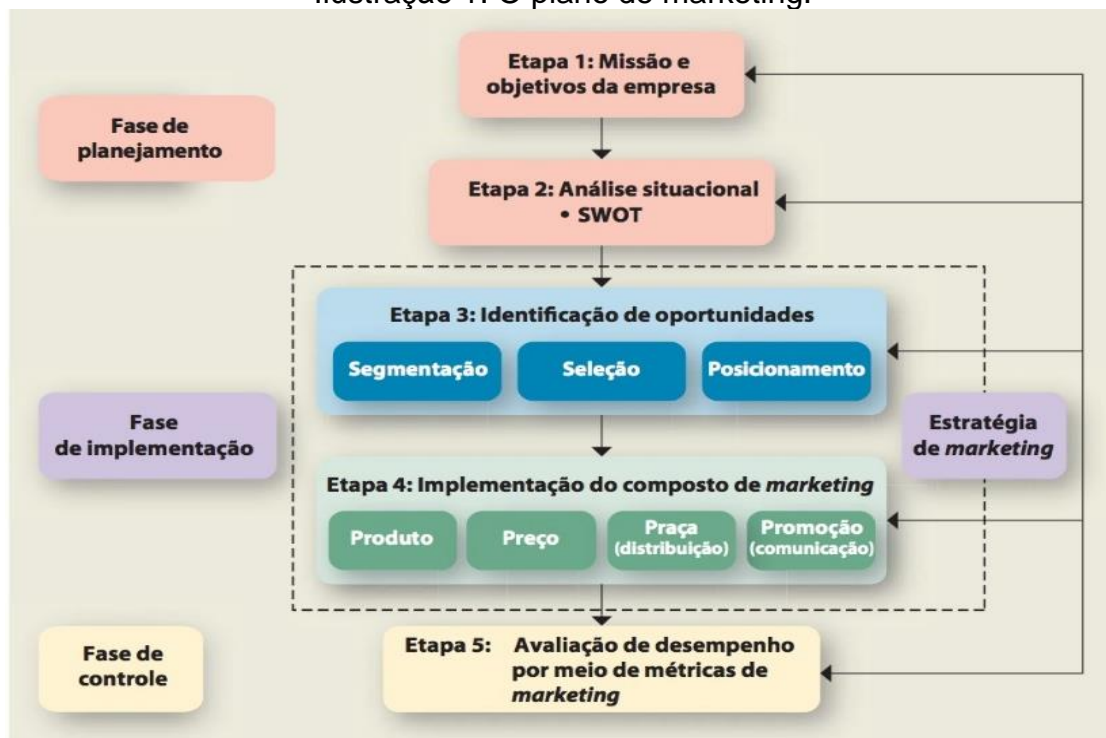
Para o setor de marketing das empresas, de acordo com Ferrell e Hartline, o plano de marketing oferece uma definição minuciosa das ações que são essenciais para que o programa de marketing seja levado à risca, visto como um documento de ação, isto é, o guia a ser seguido para a implantação, análise e controle de marketing. A diferença de um plano de marketing bem sucedido é a sua aptidão para atingir as metas e objetivos estabelecidos (FERRELL; HARTLINE, 2016).

As formas de estruturar o plano de marketing, e o motivo do seu desenvolvimento e foco são analisados a seguir, conforme os estudos de Farias, Duschitz e Carvalho:

Os planos podem ser desenvolvidos para produtos, marcas, públicos-alvo ou até mesmo setores específicos. Um plano de marketing também pode focalizar um elemento em especial do composto mercadológico, como o plano promocional, o planejamento dos canais de distribuição ou o plano de precificação. (FARIAS; DUSCHITZ; CARVALHO, 2016, p. 116).

O processo de planejamento é esclarecido por Zenone como uma tarefa simples, elaborada em fases, ou seja, verificar os ambientes internos e externos, traçar os objetivos e metas que serão realizados, criar estratégias, observar constantemente as ações e controlar os resultados obtidos (ZENONE, 2013). Dessa forma, exemplificando o que foi citado acima, Grewal e Levy trazem a ilustração 01:

Ilustração 1: O plano de marketing.



Fonte: Grewal; Levy (2016, p. 29).

Portanto, o plano de marketing é composto por fases e etapas, as quais devem ser seguidas para que o sucesso seja alcançado. Iniciando pela fase de planejamento, está o período em que se definem os objetivos e metas da empresa e após uma análise situacional, que seria a avaliação do espaço externo e interno; então, vem a fase de implementação, na qual ocorre a estratégia, que abrange as etapas de identificação de oportunidades e os 4 Ps do composto de marketing; e, por fim, a fase de controle, que compreende a avaliação de desempenho.

No entendimento de Garcia, o plano de marketing tem dois níveis, sendo estes o estratégico e o tático, os quais a autora define como:

O plano de marketing estratégico irá estabelecer os mercados-alvo e a proposta de valor que será oferecida, com base em uma análise das oportunidades do mercado. O plano de marketing tático irá especificar as estratégias de marketing, que incluem a determinação de preço, canais de vendas e serviços, características do produto, promoções e comercialização. (GARCIA, 2019, p. 270).

Assim sendo, o planejamento estratégico de marketing, na definição de Farias, Duschitz e Carvalho, é quando uma empresa é averiguada de diversas formas, de modo que seja determinada a direção que a mesma deve seguir, através de uma orientação que possa ser monitorada por suas atitudes concretas (FARIAS; DUSCHITZ; CARVALHO, 2016).

Portanto, o plano de marketing é caracterizado como uma ferramenta de fundamental importância nas organizações, uma vez que é por meio dele que os objetivos empresariais são traçados, junto com a análise, a implementação e o controle, permitindo assim verificar o melhor rumo que a empresa deve seguir para conseguir atingir esses objetivos da maneira correta.

## 1.2 COMPOSTO DE MARKETING

Como forma estratégica de inserir os produtos no mercado e atender aos clientes de forma satisfatória, segundo Zenone, em 1960, Jerome McCarthy formulou os quatro Ps: *Product* (Produto), *Price* (Preço), *Place* (Lugar) e



*Promotion* (Promoção), caracterizando o mix ou composto de marketing adotados como fatores básicos para compor a técnica de mercado das organizações (ZENONE, 2013).

A definição que Castiglioni tem sobre os 4 Ps, conhecidos como mix de marketing, é de que eles são “[...] tópicos que criam um balanço de pontos fortes e fracos, que irão compor a estratégia para inserção do produto no ponto de venda.” (CASTIGLIONI, 2014, p. 29).

Dessa maneira, para o melhor entendimento sobre cada “P” do composto de marketing, Reichelt explica que “O “P” de produto se refere ao produto ou serviço que é ofertado ao mercado pra satisfazer às necessidades do público-alvo, bem como à sua marca e à embalagem, que fazem parte da oferta total da empresa.” (REICHELT, 2013, p. 84).

O produto pode ser considerado, de acordo com Cobra e Urdan, como um bem tangível, ou seja, que pode ser tocado e testado, podendo esses bens serem duráveis ou não; e também como um bem intangível, o qual não se pode tocar, mas é conceituado como serviços, entidades, pessoas ou lugares (COBRA; URDAN, 2017).

No momento em que o produto é definido, este passa para o segundo “P”, o preço, no qual é determinado certo valor aos bens ofertados e suas formas de pagamento. Para Reichelt, para o preço ser elaborado, é preciso considerar os custos, os clientes e a concorrência, pois os custos são a base para formar o preço, uma vez que é o valor mínimo que se pode cobrar pelo bem para que a empresa não tenha prejuízos; já os clientes estabelecem o valor máximo que o produto pode ter, de acordo com o seu entendimento sobre o mesmo; e, por fim, os concorrentes definem diversos preços intermediários, dessa forma possuem boa parte da responsabilidade na formação dos valores (REICHELT, 2013).

Preço é o valor que o cliente paga, em forma de troca, para obter um bem ou um serviço. Castiglioni justifica que entre os constituintes do mix de marketing, é apenas o preço que produz receitas para a organização e estabelece sua rentabilidade e atuação no mercado, sendo, assim, um elemento fundamental para o sucesso do marketing (CASTIGLIONI, 2014).

### Castiglioni explica sobre a criação de estratégias de preço:

Ao se elaborar a estratégia de preço de um produto, deve-se considerar o seguinte: ele deve ser suficientemente adequado, para proporcionar lucro a quem o está produzindo ou comercializando, porém não pode ser tão alto que desestimule a compra pelo consumidor. Afinal, sempre se procura comprar produtos mais baratos. Ele também deve ser suficientemente baixo, a fim de que seja atrativo aos clientes. Contudo, não pode ser demasiadamente baixo, pois pode depreciar o produto aos olhos dos clientes, que podem pensar que há algo de errado nele, além de não ser interessante produzi-lo e comercializá-lo, pois não gerará lucro significativo. (CASTIGLIONI, 2014, p. 31).

Na sequência vem o terceiro “P”, a praça, considerada como distribuição, que no entendimento de Grewal e Levy, corresponde a todas as tarefas necessárias para que o produto chegue até o cliente no momento em que este o deseja. A praça pode estar mais relacionada ao canal de marketing, que é a maneira que as empresas utilizam para integrar todos os envolvidos no processo, como uma cadeia de valores, ou seja, desde os fornecedores de mercadorias, fabricação, estocagem e produto final nas lojas e empresas vinculadas na operação, de forma que o produto seja fabricado e entregue na quantidade certa, enviada para os lugares corretos e no tempo adequado, baixando os custos e contentando o consumidor (GREWAL; LEVY, 2016).

Assim sendo, a praça é fundamental no processo de marketing, buscando sempre a melhor forma e local para atender o comprador e no momento em que ele precisa ou deseja, pois, segundo Garcia “[...] de nada adianta ter um produto ótimo, com preço que o cliente está disposto a pagar, comunicar e convencer o cliente, se ele não consegue comprar quando deseja. Ou pior, se ele não recebe quando compra.” (GARCIA, 2019, p. 45).

E, por fim, o “P” de promoção, que se refere à divulgação do produto na mídia, seja no rádio, televisão, celular, internet, entre outros. Dessa forma, Reichelt traz a explicação de que o termo promoção tem o intuito de promover o produto: “[...] depois que a organização desenvolveu uma oferta para o mercado, estabeleceu o preço e distribuiu o produto, ela finalmente pode divulgá-lo,

utilizando diversas ferramentas de comunicação com o público-alvo.” (REICHELT, 2013, p. 85).

Como mencionado acima, a promoção abrange diversas formas de divulgação, que são apresentadas a seguir, bem como a sua definição, de acordo com os estudos de Cobra e Urdan, que também descrevem a importância da comunicação nesse processo:

Compreende a propaganda, as relações públicas, a promoção de vendas, a venda pessoal e o merchandising. A promoção visa estimular as vendas e pode ser entendida como um conjunto de esforços para fazer com que o produto ou serviço seja percebido pelo cliente. A estratégia de comunicação é o elemento-chave para tornar o produto conhecido e desejado pelo consumidor. A comunicação não se limita a informar o mercado acerca de um produto ou serviço por meio da propaganda e estimular a compra por meio da promoção. (COBRA; URDAN, 2017, p. 8).

Dessa maneira, os quatro Ps, ou mix de marketing, têm suma importância na elaboração das estratégias para alcançar o lucro das empresas e a satisfação dos clientes, escolhendo um produto que seja de interesse do comprador, que tenha um preço adequado, que possua uma boa distribuição e esteja sempre disponível aos clientes e que seja bem divulgado, na forma de atrair sempre mais consumidores.

### 1.3 CAPTAÇÃO, RETENÇÃO E FIDELIZAÇÃO DE CLIENTES

O termo fidelidade pode abranger muitas definições, como, por exemplo, lealdade, integridade, constância, verdade, entre outras, mas nesse capítulo a fidelidade diz respeito a clientes, bem como sua captação e retenção, ou seja, atrair novos consumidores, conservar e fazer com que permaneçam para que se tornem clientes fixos e efetivos da empresa.

A fidelização é um estágio a ser alcançado e conforme Madruga, ela não vai ser infinita, entretanto, quanto maior o a durabilidade do relacionamento com o consumidor, maior a possibilidade de benefícios para ambos, pois uma empresa considerada vigorosa, com clientes relevantes por um grande período

de tempo, auferir uma margem de lucro considerável para aplicar na formação de benefícios e valores para os consumidores que tem maior empenho para com a organização (MADRUGA, 2010).

Quando o cliente torna-se fiel a alguma empresa ou marca, ele comprará os produtos por repetidas vezes, portanto, no entendimento de Reichelt, a fidelidade total de clientes é definida da seguinte forma:

A fidelidade total resulta em um comportamento de compra da marca preferida independente dos custos, o cliente simplesmente não aceita nenhuma outra marca em lugar da preferida. Porém, não são todas as empresas que podem atingir esse estágio avançado de fidelidade. Isso requer, no mínimo, superioridade do produto ou serviço, além de consumidores que podem tornar-se defensores determinados da marca e um ambiente social favorável. Se esses requisitos não forem atingidos ou forem inatingíveis, a fidelidade se tornará mais precária. (REICHELT, 2013, p. 124).

O momento da fidelização, para Santini, acontece quando “[...] temos um produto de qualidade, cujo valor é percebido claramente pelo cliente como preço justo e que ele esteja disposto a pagar, disponibilizado no local onde o cliente queira adquiri-lo, e que ele saiba disso por meio de uma comunicação eficaz.” (SANTINI, 2013, p. 25). O autor afirma, ainda, que se a empresa dispuser de todas estas diligências, resultará na retenção do consumidor e que a importância deste deve ser atribuída pelo montante de todas as transações praticadas por ele durante toda sua existência e não por apenas uma só, e também pelas indicações e divulgações que este pode fazer em relação a organização (SANTINI, 2013).

De acordo com as informações descritas acima, é possível ter a percepção de que a fidelização dos clientes faz com que estes disseminem informações favoráveis sobre a empresa, o que faz com que cada vez o número de usuários aumente, no entanto, Zenone aborda quando o contrário acontece, ou seja, quando os clientes divulgam referências negativas a respeito:

A importância da fidelização de clientes é reforçada pelo potencial destrutivo dos clientes insatisfeitos, que deixam de efetuar compras com a empresa. Esses clientes, além de não serem mais fiéis, podem prejudicar o desenvolvimento de novos negócios e a conquista de

novos clientes. Ainda segundo Las Casas (2006), 91% dos clientes insatisfeitos jamais comprarão dessa mesma empresa e comunicarão sua insatisfação a pelo menos nove pessoas. (ZENONE, 2017, p. 7).

Conseqüentemente, a fim de evitar essa divulgação negativa e no intuito de captar e fidelizar novos clientes, é importante entender que o atendimento mais individualizado com cada pessoa, ajudará nesse processo, pois Las Casas afirma que nos primórdios do surgimento do marketing, as empresas abordavam um número significativo de pessoas com necessidades e desejos parecidos, porém, com o crescimento da concorrência e das exigências particulares de cada usuário, as empresas foram diminuindo o seu foco e dessa forma foram surgindo os nichos, que são grupos menores de clientes, dentro de grupos maiores. Com a chegada da Internet, a aproximação com os clientes foi ainda maior através do marketing um a um, permitindo um atendimento particular com cada consumidor e, por consequência, se potencializou a personalização em massa, que são mercadorias criadas sob medida para um amplo grupo de clientes (LAS CASAS, 2019).

A fidelidade pode ser associada com a satisfação, pois conforme os apontamentos de Reichelt, à proporção que a lealdade e a satisfação dos consumidores aumentam, a empresa pode considerar ele como um ativo, cujo valor se amplia com o decorrer dos anos. Por esta razão é fundamental que as entidades tenham clientes fidelizados e verdadeiros, pois estes geram menos custos, uma vez que não será necessário que a empresa gaste muito de seus recursos para a retenção dos mesmos e também porque a rotatividade de clientes aumenta as despesas, e virtude de a empresa ter que convencer e conquistar os novos compradores, utilizando dos serviços iniciais para novos fregueses, assim sendo, entende-se que é mais rentável conservar os clientes efetivos, ao invés de atrair novos (REICHELT, 2013).

Um consumidor fidelizado, mantém sua relação com a empresa por mais tempo, adquirindo sempre os produtos desta, podendo ser os mesmos que já conhece ou até mesmo os lançamentos, pois acredita e confia nas mercadorias que a organização possui, em vista disso, Santini afirma que estes clientes também “[...] falam favoravelmente da empresa e de seus produtos, são fieis à

marca e menos sensíveis ao preço; além disso, oferecem ideias sobre produtos ou serviços à empresa e reduzem os custos das transações que as empresas têm com eles.” (SANTINI, 2013, p. 25).

Como mencionado anteriormente, o atendimento customizado com cada cliente, que é chamado de marketing um a um, aumenta as chances de retenção e fidelização, Las Casas explica este conceito de marketing como:

O marketing um a um é usado para que se obtenha lealdade. Utilizando a personalização em massa e o banco de dados, a empresa coleta informações detalhadas de cada cliente. Quanto mais tempo ele se mantiver comprando da empresa, maior será o nível de detalhamento. Se um concorrente fizer alguma oferta para ele, quanto tempo levará para coletar todas essas informações? Por isso, a interatividade passa a ser melhor quanto mais se souber dos clientes. Nas empresas que se utilizam do marketing um a um, alguns componentes do produto são pré-fabricados e, posteriormente, montados digitalmente, à medida que vão passando pela linha de produção. (LAS CASAS, 2019, p. 46).

O processo de captação, retenção e fidelização de clientes está relacionado com a sua satisfação com os produtos e com a empresa, pois no momento em que esse cliente fica realizado, ele voltará a comprar outras vezes no estabelecimento, por saber dos bons produtos e do serviço que o mesmo dispõe, e, muitas vezes esse consumidor deixará de avaliar o preço e optará em escolher pela qualidade, ajudando a promover a empresa, visto que se torna um cliente verdadeiro e fiel, que não abandona essa organização, visando que esse relacionamento traz benefícios para ambos. Portanto é pertinente para instituição fidelizar seus clientes, uma vez que estes vão divulgar e transmitir para outras pessoas a sua satisfação e contentamento com os produtos e a empresa.

Entretanto é necessário que todos possuam essa fidelidade e não apenas os clientes do estabelecimento, mas bem como seus acionistas e funcionários dos diversos setores que constituem a organização, pois de nada adianta um cliente promover essa empresa, se os próprios donos ou colaboradores não tem essa lealdade para com o negócio e não acreditam no seu potencial de crescimento.



## 1.4 FERRAMENTAS DE MARKETING

O marketing abrange diversas ferramentas, isto é, diferentes maneiras de propagar o marketing para o público. A introdução do marketing pode ocorrer tanto pelo meio físico quanto pelo meio virtual, portanto temos entre as principais ferramentas: o marketing tradicional, marketing digital, inbound marketing, e-mail marketing e o uso de aplicativos.

O marketing tradicional é caracterizado, conforme as ideias de Kotler, Kartajaya e Setiawan, como uma publicidade tradicional que inclui: revistas, jornais, rádio, televisão, telefone (através do telemarketing), mala direta (cartões-postais e catálogos) e outdoors (KOTLER; KARTAJAYA; SETIAWAN, 2017).

O marketing digital, por outro lado, visa à interação com o cliente através das mídias digitais e de acordo com Gabriel e Kiso:

O marketing em ambiente digital coloca você nos mesmos canais, para que seus clientes em potencial possam vê-lo, aprender mais sobre você, consultar mais informações sobre seus produtos ou serviços, comprar e receber atendimento. Ou seja, fazer a jornada completa do cliente por meio dos canais digitais. (GABRIEL; KISO, 2020, p. 83).

Dessa forma, com o passar dos anos o marketing teve uma constante evolução, uma vez que, segundo Révillion et al, que estudou as ideias de Kotler, Kartajaya e Setiawan, no início a maneira que as empresas utilizavam para atingir seus clientes eram as mídias físicas, entretanto com o crescimento da tecnologia as mídias digitais também adquiriram sua importância. Enquanto o marketing digital depende da tecnologia, como por exemplo, as redes sociais, o marketing tradicional apresenta a necessidade de interação física entre o cliente e o produto, para posteriormente adquiri-lo (KOTLER; KARTAJAYA; SETIAWAN, 2010 apud RÉVILLION et al, 2019).

Dentre as ferramentas do marketing, há também o inbound marketing, no qual a empresa produz conteúdo que, de acordo com Garcia, “[...] atrai voluntariamente os clientes para seus blogues e sites e com essa visita são realizadas ações para a construção de relacionamentos consistentes e

duradouros e, conseqüentemente, levar o cliente a comprar e se tornar fiel à marca.” (GARCIA, 2019, p. 50).

O inbound marketing, conforme Révillion et al, é um grande aliado do marketing digital, pois:

Com o objetivo de desenvolver um relacionamento sólido com os clientes, o marketing digital está aliando-se a novas ferramentas e alternativas para cativar seu público-alvo; uma delas é o inbound marketing. A estratégia, também chamada de “novo marketing” ou “marketing de atração”, já ocupa lugar de destaque no mercado e está entre as maiores aliadas das equipes comerciais. Isso ocorre porque sua utilização promete a efetivação da compra ou serviço e ainda vai além: o inbound marketing visa a transformar os clientes em embaixadores da marca. (RÉVILLION et al, 2019, p. 132).

Outra ferramenta de marketing, mais antiga, porém não menos relevante, é o e-mail marketing, e sua importância se dá, segundo Gabriel e Kiso, “[...] principalmente quando se trata de compartilhar assuntos longos ou se precisa fazer conexões de comunicações com bancos de dados para possibilitar rastreamento e continuidade de ações que geram o relacionamento.” (GABRIEL; KISO, 2020).

Apesar de muitos acharem o e-mail marketing uma forma ultrapassada, Révillion afirma que ainda é uma ferramenta muito importante para a relação das empresas com seus clientes, visto que a maioria das pessoas dispõe de no mínimo uma conta de e-mail e a verificam com regularidade. Outro ponto positivo é que o e-mail marketing necessita de baixo investimento por não demandar impressões e gastos com divulgações físicas, além de observar a preferência e gerar retornos com maior efetividade, uma vez que fornece dados que determinam a origem dos leads que alcançam canal da empresa (RÉVILLION et al, 2019).

Os aplicativos também se tornaram uma ferramenta do marketing, pois conforme Gabriel e Kiso, o aumento de *hardware mobile*, a abundância de aplicativos e a propagação de seu uso, tornam os aplicativos muito relevantes para o marketing, sendo como o próprio produto, no caso de aplicativos

particulares das marcas, ou como mídia e anúncios em aplicativos de terceiros (GABRIEL; KISO, 2020).

A ferramenta do marketing de relacionamento também é determinante, pois traz a importância da relação que a empresa tem com seus consumidores, o qual também é conhecido pela sigla CRM que em inglês significa *Customer Relationship Management*, e, conforme as ideias de Reichelt, o CRM é o encarregado por identificar e gerar conhecimento sobre os clientes, bem como da construção de um relacionamento com os mesmos e de adequar o entendimento que o comprador tem em relação à organização e seus produtos (REICHELT, 2013).

No ponto de vista de Madruga, marketing de relacionamento significa “[...] atrair, realçar e intensificar o relacionamento com clientes finais, clientes intermediários, fornecedores, parceiros e entidades governamentais e não governamentais, através de uma visão de longo prazo na qual há benefícios mútuos” (MADRUGA, 2010, p 18).

Assim sendo, o CRM (*Customer Relationship Management*) ou marketing de relacionamento, é uma ferramenta digital, ou seja, um sistema de aproximação entre cliente e empresa, podendo ser facilitada através de um banco de dados, que mantém todas as informações necessárias sobre os consumidores, visando satisfazer a individualidade de cada um e mantendo um vínculo não apenas no ato da negociação, mas sim no pós venda, ou seja, manter uma relação de longo prazo, garantindo assim que o cliente retorne por sua lealdade e preferência.

As ferramentas de marketing devem ser trabalhadas pelas empresas para garantir visibilidade da marca e auxiliar na fidelização de clientes.

## 2 METODOLOGIA

A metodologia objetiva evidenciar os métodos que serão utilizados no trabalho e explicar os procedimentos técnicos do tema estudado, dessa forma a

metodologia desse artigo está organizada em três tópicos: categorização da pesquisa, geração de dados e análise e interpretação dos dados.

## 2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

Quanto à sua natureza, considera-se como uma pesquisa teórica e aplicada, pois necessita de um embasamento teórico para resolver os problemas expostos, ou seja, é teórica, pois apresenta estudos e pesquisas de diferentes autores, que dão estrutura ao presente artigo e posteriormente essas teorias são aplicadas na prática, dessa forma é também uma pesquisa aplicada.

Em relação ao tratamento dos dados, a pesquisa é conceituada como mista, sendo quantitativa, uma vez que explica os conteúdos através de dados brutos e diretos, obtidos por meio de questionários com o gestor e com uma amostra dos clientes, a fim de recolher os dados que serão analisados. Também é considerada como uma pesquisa qualitativa, pois busca compreender as preferências, o comportamento e as experiências individuais do público entrevistado.

Os fins da pesquisa são exploratória, descritiva e explicativa. É exploratória por se tratar de estudos bibliográficos e um estudo de caso feito através de entrevistas com as pessoas que frequentam a Physicus academia. É caracterizada como descritiva, pois possui a coleta de dados por meio de questionários. E, por fim, é explicativa porque além de explorar e descrever os dados, a pesquisa busca entender as causas e os efeitos que esses dados apresentam.

A conduta em relação aos dados da pesquisa pode-se considerar como bibliográfica, documental e estudo de caso, visto que, é bibliográfica por se basear em materiais anteriormente publicados por autores diversos; documental por abranger informações restritas, como as respostas do questionário realizado com os clientes e dados que apenas a Physicus Academia possui; e um estudo de caso por estudar um problema, analisar e apresentar melhorias para a empresa através dos resultados obtidos.

## 2.2 GERAÇÃO DE DADOS

A coleta ou geração dos dados é o momento em que se define a forma como as informações essenciais para a pesquisa serão coletadas. Neste caso foi aplicada a documentação indireta, através de pesquisas bibliográficas, buscando compreender as ferramentas do marketing e sua importância na fidelização de clientes.

Na documentação direta, foram elaborados e aplicados dois questionários, um para o gestor da empresa, contendo 6 questões abertas, visando conhecer o perfil e as opiniões do gestor em relação ao marketing da academia, a qual o mesmo coordena. O questionário aos clientes foi aplicado com 124 consumidores contendo 12 questões fechadas, visando entender o comportamento e as preferências dos alunos em relação ao marketing.

O questionário com o gestor foi aplicado no dia 28 de janeiro de 2021, de forma digital, onde foi enviado um link com as perguntas, através de uma rede social, permitindo que o gestor responda e envie as respostas, ficando estas salvas no mesmo link. O questionário com os clientes também foi realizado de maneira digital, do dia 21 de janeiro até o dia 04 de fevereiro de 2021, o qual foi enviado através de redes sociais para os alunos, eles selecionaram as respostas que melhor se adequaram à sua opinião e ao final enviavam, ficando todas as respostas computadas.

## 2.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

É necessário que os dados sejam coletados e organizados, para então serem analisados. Em vista disso, o método de abordagem utilizado na interpretação dos dados é o hipotético-dedutivo, pois se buscou atingir a solução para um problema. Também compreende o método comparativo, em relação aos dados com características qualitativas.

Após a aplicação dos questionários, os dados foram tabulados e analisados, de maneira descritiva, sendo comparados com os conceitos do referencial teórico, dessa forma, estabelecendo uma relação entre os dados, o que gera maior compreensão do tema abordado e por fim são apresentadas sugestões de melhoria à empresa.

### **3 ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS**

Conhecer as ferramentas de marketing é fundamental para a definição das estratégias de marketing que a empresa deseja adotar. Dessa forma nos tópicos a seguir serão apresentados os dados obtidos na Physicus Academia, de acordo com as ações de marketing desenvolvidas pela empresa, a visão dos clientes em relação ao consumo de marketing, bem como a sua análise e sugestões de melhorias propostas para a empresa a partir dos resultados obtidos.

#### **3.1 ANÁLISE DAS AÇÕES DE MARKETING DESENVOLVIDAS PELA PHYSICUS ACADEMIA**

No questionário realizado com o gestor da empresa estudada, buscou-se conhecer um pouco do perfil do mesmo e do tempo de empresa. O proprietário e gestor é formado em licenciatura e bacharel em Educação Física. A empresa tem doze anos de funcionamento e o gestor está no cargo desde sua abertura.

Foi solicitado ao gestor como é realizado o marketing da empresa, qual o tipo de marketing utilizado pela Physicus Academia, se é mais voltado ao Marketing digital, ou ao tradicional, e ele informou que a academia possui uma empresa terceirizada que analisa o momento atual e vincula a estratégia de marketing, entretanto praticamente 99% são voltados ao marketing digital.

Nesse sentido, de acordo com Révillion et al, que estudou as ideias de Kotler, Kartajaya e Setiawan, o marketing digital abrange a associação entre experiências dos clientes e plataformas através da comunicação por meios



digitais, possibilitando que as empresas aprimorem a relação e a comunicação que possui com seus clientes atuais, bem como clientes em potencial (KOTLER; KARTAJAYA; SETIAWAN, 2016 apud RÉVILLION et al, 2019).

O fato da Physicus Academia possuir outra empresa que preste o serviço de marketing é de grande valia para estarem sempre conectados com as mudanças que possam ocorrer na era digital em que vivemos e o fato de 99% do marketing ser digital, mostra que a tecnologia está cada vez mais avançada e predominante.

Também foi questionado sobre os canais de comunicação digitais com os clientes que a empresa utiliza, qual o prazo máximo de resposta dentro de cada um deles e se existe uma pessoa responsável por esse atendimento. O gestor afirmou que possuem os seguintes canais: instagram, facebook e whatsapp. O tempo de resposta deve ficar sempre entre 5 a 15 minutos e que em cada turno tem um profissional responsável para tal atividade.

Conforme se pode perceber, a Physicus Academia faz uso de diferentes mídias sociais para se relacionar com seus clientes. De acordo com Rocha e Trevisan essas mídias consistem em um método de criação contínuo de informações, no qual há o encontro de tecnologia, conteúdos, plataformas, serviços e propaganda (ROCHA; TREVISAN, 2020).

De acordo com o relato do gestor, empresa estudada utiliza as redes sociais para estar em contato com seus clientes. O baixo prazo de retorno para as mensagens recebidas e o fato de possuírem um profissional específico para desenvolver a atividade em cada turno do expediente, é fundamental, permitindo que os clientes não fiquem aguardando muito tempo por respostas, havendo sempre alguém disponível para atendê-los.

Em relação ao contato direto com os alunos, foi abordado se empresa estabelece outros contatos com o cliente além do realizado no momento da contratação do serviço e do período de prestação deste e se caso tenha, qual canal de comunicação é utilizado. Em resposta, o gestor trouxe que sim, que possuem um pós-venda que é feito pelas consultoras de vendas e um contato que é realizado e chamado de P30, o qual é direcionado aos alunos faltantes,

com contratos a vencer e inativos. Essa interação é efetuada pelos treinadores da academia e ambos os contatos são realizados por whatsapp ou ligação.

Os indicadores de satisfação dos consumidores, segundo Haddad e Marangoni, estão interligados com as qualidades valorizadas pelos mesmos, conforme a variedade do produto ou serviço, como um bom atendimento, pós-venda, agilidade e resposta às dúvidas, e demais questões que fortalecem a percepção de boa qualidade e posicionamento estratégico da organização (HADDAD; MARANGONI, 2019).

Como se percebe, o contato com o cliente, não somente no momento da venda do produto ou serviço, pode se tornar um indicador de satisfação, uma vez que o cliente se sente valorizado ao não ser lembrado apenas no ato da negociação, mas sim quando é procurado com mais frequência ou respondido em tempo hábil, gerando uma boa imagem para a empresa e demonstrando que a mesma se importa com seus clientes.

Outra pergunta realizada, foi em relação às quais ações são feitas para atrair novos clientes e para fidelizar os já existentes, onde o gestor informou que toda semana a estratégia de marketing é ajustada, pois o mercado se modifica e a academia precisa se modificar junto.

Seguindo essa linha de pensamento, Las Casas traz que o conceito de fidelização é quando os clientes permanecem adquirindo de uma empresa, pois acreditam que ela possui serviços e produtos de boa qualidade, dessa forma, estão sempre colaborando para o seu crescimento e não abandonam esse estabelecimento ou organização. Porém, essa fidelidade deve ser de forma integralizada, englobando todos os funcionários e inclusive os acionistas da empresa (LAS CASAS, 2019).

É importante a empresa estar sempre atenta às mudanças que ocorrem dentro do marketing e da sociedade em si, buscando se adequar as transições e mantendo um padrão de constância entre toda a equipe, tanto gestores como funcionários, pois quando o cenário se altera, quem está ao seu redor deve acompanhar as mudanças, a fim de se adaptar ao novo.

Por fim, o gestor foi questionado sobre sua perspectiva de mercado para os próximos 5 anos, como ele vê o espaço de atuação, os serviços, os clientes, a marca, e sua empresa dentro desse espaço e se acredita que o marketing terá influência. Como resposta ele afirmou que tudo ainda é uma incógnita, que as mudanças que estão ocorrendo torna necessário repensar, buscando estarem mais alinhados com seus clientes. No momento uma das coisas que ele mais tem certeza, é que os colaboradores terão que ser mais presentes na vida dos clientes que atendem e que cada vez terão que ser mais proativos, pois de nada adianta a empresa se adequar ao cenário atual e seus funcionários ficarem ultrapassados. Em relação ao marketing, afirmou que sim, que cada vez mais ele terá importância na vida dos empreendedores.

Em marketing, existe o termo “agregar valor ao cliente”, e conforme Zenone, difundir os valores da empresa demonstra o comprometimento com a sociedade; isto significa manter os preços justos, preservar o equilíbrio entre o produto e ambiente, ser ético com os funcionários, clientes, fornecedores, parceiros, etc. Os valores se revelam mediante relacionamentos, os quais devem ser fundamentados no respeito e na confiança. Isso quer dizer que deve existir uma aliança com os colaboradores, fornecedores e demais parceiros, determinando um grande vínculo profissional (ZENONE, 2013).

A forma como as pessoas e empresas convivem e se comunicam se altera a cada dia, por isso é importante a empresa estar sempre conectada ao cenário atual, levar as mudanças que acontecem no meio exterior para dentro da academia, de forma a manter um equilíbrio. Também é fundamental que a empresa mantenha a aliança profissional, mencionada acima, com os seus colaboradores, de modo a ter uma equipe uniforme e alinhada, na busca do mesmo propósito.

Através das perguntas realizadas ao gestor, foi possível conhecer melhor os critérios e ações da Physicus Academia, bem como as opiniões do proprietário em relação ao marketing e sua influência nos dias atuais. Buscou-se ainda entender a visão dos clientes, o que está descrito no próximo tópico.

### 3.2 A VISÃO DOS CLIENTES EM RELAÇÃO AO CONSUMO DE MARETING

De acordo com o questionário aplicado aos clientes da Physicus Academia, foram obtidas suas preferências em relação ao marketing, aos meios de comunicação utilizados e demais conteúdos disponibilizados pela empresa.

Inicialmente foram abordados sobre qual das formas de comunicação do marketing tradicional eles preferem para obter conteúdo e, com isso, se obteve o seguinte resultado: 41,1% preferem a televisão, 27,4% não obtém conteúdo de nenhuma forma tradicional, 16,9% preferem panfletos, 8,9% escolheram o rádio, 3,2% optaram pelo jornal e 2,4% preferem as revistas.

De acordo com as formas de comunicação, conforme Zenone, os canais de distribuição, seja para venda ou marketing, auxiliam para disponibilizar o produto almejado pelo consumidor, ocasionar relacionamentos convenientes para as diferentes marcas, favorecer a compra por impulso, entre outras probabilidades (ZENONE, 2013).

Considerando as porcentagens obtidas com as respostas, a televisão tem a preferência entre o público entrevistado, entretanto, o percentual de pessoas que optou por nenhuma forma de marketing tradicional é um número muito significativo em relação ao total, uma vez que os mesmos não desejam receber informações de nenhum meio citado, isso demonstra que o marketing tradicional está perdendo a força entre a população.

Após, foram questionados se preferem receber conteúdo através do marketing tradicional ou do digital, sendo que 92,7% responderam que preferem o marketing digital e 7,3% optaram pelo marketing tradicional.

De acordo com as ideias de Las Casas, o marketing digital proporciona uma imensa oportunidade para que as empresas executem suas técnicas de posicionamento de mercado e aumentem suas chances de negócio, sendo que a Internet se tornou uma realidade no dia a dia das pessoas e das organizações (LAS CASAS, 2019).

A praticidade e comodidade vêm alcançando cada vez um público maior e na Physicus Academia isto também acontece. Conforme os resultados

expostos, apesar de que a grande maioria prefere consumir conteúdos através do marketing digital, isso não faz com que o tradicional se torne menos importante, pois enquanto houver público que utilize os meios do marketing tradicional, mesmo que seja um número mínimo de pessoas, este se torna imprescindível.

Também foram indagados sobre a frequência que os mesmos acessam a internet, onde 54% afirmaram que acessam diariamente e 46% estão sempre conectados, e qual dispositivo utilizam com mais frequência para se conectar a internet, sendo que 97,6% preferem o celular, 1,6% utilizam o computador e 0,8% usam o notebook.

A internet se tornou indispensável para a sociedade, segundo Révillion et al, ela aperfeiçoou os negócios e o mercado, unificando rapidez e dinamismo às mais distintas negociações. As transações on-line são uma realidade moderna e atual, que se desenvolvem através da rede de computadores. Assim, a área corporativa tem alcançado uma base maior de clientes mediante seus sites e redes sociais (RÉVILLION et al, 2019).

Com a questão anterior, percebe-se que a tecnologia está 100% presente na vida das pessoas, uma vez que nenhum entrevistado respondeu que nunca acessa a internet, ou que acessa semanalmente, todos se mantem conectados diariamente, sendo a maior parte através do celular, restando poucas pessoas que ainda utilizam o notebook e o computador para se conectar.

Em seguida, foi perguntada a frequência com que os clientes acessam seus e-mails, e os resultados foram: 41% acessam diariamente, 32,3% acessam semanalmente, 16,1% estão sempre conectados, 7,3% acessam mensalmente e 3,2% nunca acessam. Os que nunca acessam o e-mail ou que acessam com pouca frequência, informaram as seguintes justificativas: 78,8% preferem mensagens instantâneas dentro da rede social, 12,1% tem e-mail apenas para acessar redes sociais e 9,1% não utiliza, pois não gosta de ler e-mails.

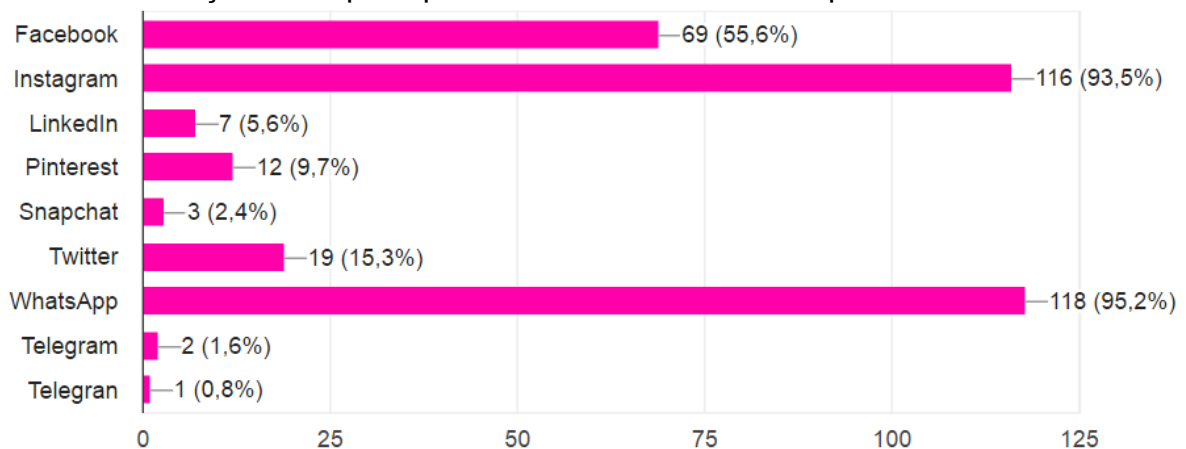
Como o e-mail não é mais uma novidade para as pessoas, Gabriel e kiso afirmam que nas decisões sobre as estratégias de marketing, o e-mail acaba sendo desconsiderado, visto como um recurso ultrapassado, porém não significa

que as novas tecnologias causem a redução da vida útil das tecnologias antigas, mas sim uma sincronia entre elas, onde cada uma pode ocupar o seu lugar no marketing, de acordo com a sua natureza (GABRIEL; KISO, 2020).

O e-mail é uma ferramenta fundamental no nosso dia a dia, pois de acordo com o questionário, apenas 3,2% das pessoas entrevistadas não acessam o seu e-mail, sendo que 96,8% se conectam no mínimo uma vez por mês. Sua funcionalidade pode ser de grande valia, visto que é possível apresentar maior número de dados, imagens que prendam a atenção do leitor e pontos que provoquem o seu interesse.

Em relação às redes sociais, os clientes foram questionados sobre quais eram as mais utilizadas por eles, podendo escolher mais de uma opção e sugerir opções que não estivessem descritas, obteve-se as seguintes respostas:

Ilustração 2: As principais redes sociais utilizadas pelos clientes



Fonte: Produção da pesquisadora.

As redes que são consideradas sociais recebem este nome justamente por envolverem relações sociais entre as pessoas. Conforme Rocha e Trevisan, a rede social é um sistema aberto, criativo e sujeito a inovação e mudanças, sem abalar o seu equilíbrio. Entretanto é necessário se adaptar e ser flexível para atuar em um espaço identificado pela complexidade, necessidade de mudança e informações (ROCHA; TREVISAN, 2020).

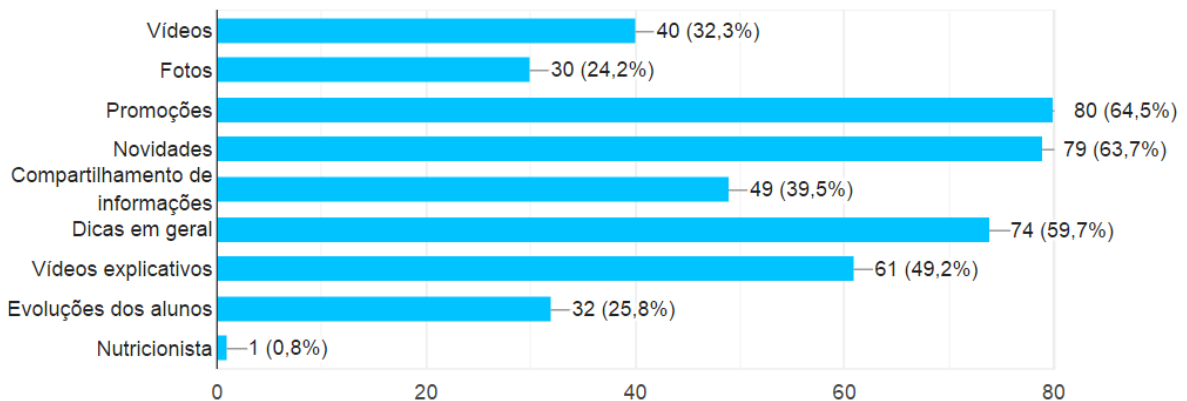
O número de pessoas que preferem o whatsapp e o instagram é considerável, sendo as duas redes sociais mais utilizadas pelos entrevistados,



respectivamente. Ambas possuem o sistema de envio de mensagens instantâneas, sendo por textos, áudios, fotos, vídeos, etc., de forma simples e rápida, facilitando a comunicação entre as pessoas. Outra rede social que está surgindo recentemente é o Telegram, a mesma não estava especificada entre as opções a serem selecionadas e mesmo assim 3 pessoas a sugeriram.

Outra pergunta foi sobre o conteúdo que os alunos gostariam de receber da Physicus Academia, sendo possível selecionar mais de uma opção já descrita, ou de sugerirem outras opções, dessa forma, o resultado foi o seguinte:

Ilustração 3: Conteúdos que os alunos gostariam de receber da Physicus Academia



Fonte: Produção da pesquisadora.

De acordo com as preferências de cada cliente, o marketing de relacionamento é fundamental para o negócio, pois na visão de Demo, que estudou os conceitos de Payne, ele fornece a possibilidade de usar informações, aprender mais sobre os clientes, proporcionar valor através de ofertas individualizadas e criar relacionamentos longos e duradouros. Para tanto é preciso que a empresa tenha métodos, procedimentos e pessoas incorporadas para que a natureza do marketing seja a ideologia que conduz o negócio (PAYNE, 2006 apud DEMO, 2015).

Entre os conteúdos apresentados, os clientes optaram em receber promoções, novidades e dicas em geral, dessa forma a empresa pode se basear nas opiniões de seus consumidores para criar conteúdos de marketing que

melhor atendem as suas preferências, de maneira a atender as expectativas individuais de cada cliente, que muitas vezes podem ser as dúvidas da maioria.

Em sequência, os alunos foram indagados se os mesmos acessam o Facebook e Instagram da academia para ficarem por dentro das novidades, sendo que 67,7% responderam que sim e 32,3% responderam que não acessam.

Como a academia utiliza as redes sociais para divulgações, de acordo com Rocha e Trevisan é considerável elaborar um cronograma de conteúdos a serem publicados, definindo datas e comprometimento sobre sua criação, dessa forma se evitam as correrias e postagens de última hora, porém é necessário que exista flexibilidade para publicações de oportunidades e assuntos que possam surgir (ROCHA; TREVISAN, 2020).

Como a maioria dos alunos acessam as redes sociais da academia, é relevante que haja a divulgação de conteúdos desejados nelas, todavia, é importante que a Physicus Academia analise o porquê de 32,3% dos clientes não acessarem e quais conteúdos seriam interessantes para despertar o interesse nos mesmos, de modo que eles também passem a se conectar mais com a empresa.

A pergunta seguinte buscou entender de que maneira os alunos preferem ver o conteúdo nas redes sociais da academia, na qual as respostas foram: 70,2% preferem ver nos storys, 20,2% preferem ver as publicações no feed e 9,7% preferem que o conteúdo seja enviado por whatsapp. Também foram questionados sobre a sua preferência para estar em contato com uma empresa, onde 57,3% escolheram o whatsapp, 29% preferem o instagram, 11,3% optaram pelo e-mail e 2,4% votaram no facebook.

Segundo as ideias de Révillion et al, o fato de empresas utilizarem as redes sociais, é uma grande tendência no marketing digital. Esse cenário ofertou mudanças tecnológicas e culturais, as quais remodelaram o ambiente do marketing, dessa forma, entender sobre as funcionalidades e o perfil dos clientes que usufruem das mídias sociais é indispensável para estruturar qualquer prática de marketing (RÉVILLION et al, 2019).

Ter o conhecimento sobre o favoritismo dos alunos em relação às postagens da academia é muito importante, uma vez que a empresa pode organizar seu conteúdo de acordo com as preferências, focando no meio que mais possui visualizações e interações, que nesse caso seria através dos storys. Já para entrar em contato com seus clientes, a empresa tem a informação que a maioria prefere o whatsapp, dessa forma pode utilizá-lo de forma proveitosa tanto para a empresa, quanto para o cliente para manterem a comunicação.

No que se referem aos treinos realizados pelos alunos na academia, foram abordados sobre sua preferência para obtê-los, dos quais 33,1% preferem imprimir o treino, 33,1% escolhe acessar pelo aplicativo da academia no celular, 20,2% prefere salvar o treino no celular, 12,9% não possui nenhum treino salvo e 0,8% preferem escolher o próprio treino.

Atualmente os aplicativos estão garantindo um grande espaço na vida das pessoas, portanto, segundo Rocha e Trevisan, é fundamental entender que o mundo dos aplicativos como um recurso, que pode se dar através da comunicação ou da prestação de serviços, sendo associado a mercadorias ou não, e e-commerce, representa o avanço da forma de relacionamento que se demonstra inesgotável, e corresponde um crescimento espontâneo das tecnologias (ROCHA; TREVISAN, 2020).

Entre os resultados obtidos, houve a mesma quantidade de votos para os alunos que preferem imprimir o treino e os que preferem acessar através do aplicativo da academia, ou seja, apesar da tecnologia ser uma grande aliada nos dias atuais, os métodos tradicionais ainda são indispensáveis, visto que muitas pessoas ainda utilizam os treinos de forma impressa.

Por fim, foram questionados sobre o motivo que os levou a se tornarem clientes da Physicus Academia, podendo escolher mais de uma opção de resposta, ficando as respostas tabuladas da seguinte maneira: 48,4% pelo atendimento, 42,7% por indicação de amigos, 41,9% pelos preços, 41,1% pela localização e 16,1% por anúncios.

Pelo fato da fidelização estar ligada a satisfação, Zenone esclarece que quando o cliente se satisfaz, este volta a comprar o produto espontaneamente,

isto é, sem a necessidade das ações de marketing a todo o momento, porém o consumidor pode se tornar mais cauteloso e exigente, fazendo analogias entre produtos e marcas, optando sempre pelo melhor. Portanto não significa apenas em ofertar o excelente, pois o que realmente importa é o que o cliente considera como melhor e a satisfação de seus desejos, que estão sempre em constante transição (ZENONE, 2017).

A questão anterior reflete nitidamente o quanto a satisfação dos clientes é fundamental para sua fidelização, uma vez que o atendimento que os alunos encontram na Physicus Academia é o principal fator para sua preferência pela empresa, aliado da indicação de amigos e dos preços apresentados, contudo o marketing na forma de anúncios ficou entre a opção menos votada, o que demonstra que até podem ter se tornado alunos da academia através dos anúncios, mas o que os fazem permanecer é a satisfação dos seus desejos.

Após a análise dos questionários foram feitas sugestões de ações de marketing a empresa.

### 3.3 SUGESTÕES DE AÇÕES DE MARKETING PARA A PHYSICUS ACADEMIA

De acordo com as respostas obtidas do gestor e dos clientes da Physicus Academia, pode-se observar que o marketing da empresa tem o seu foco basicamente no digital e as preferências da maioria dos alunos também estão voltadas ao marketing digital, entretanto conforme visualizado nas primeiras perguntas do questionário aplicado aos clientes, os meios tradicionais ainda são citados por eles: televisão, panfletos, rádio, jornal e revistas.

Constatou-se que um percentual de mais de 7% prefere meios tradicionais e a empresa precisa estar onde o cliente está e usar os canais de comunicação de sua preferência. Assim, sugere-se que eventualmente a empresa invista nessas formas de marketing tradicional, as quais podem ser realizadas da seguinte maneira: investir em propagandas na televisão uma vez ao mês, fazer panfletos para distribuir em diferentes pontos da cidade com programas de

fidelização semestralmente, investir em programas de rádio semanais ou dar entrevistas referentes ao marketing de conteúdo, publicar textos em jornais uma vez a cada duas semanas ou em revistas voltadas ao marketing de conteúdo, como por exemplo, a importância de realizar atividade física ou demais assuntos relacionados à saúde, e também realizar publicações através da mídia paga uma vez ao mês.

Também é importante ressaltar que 96,8% dos alunos entrevistados utilizam o e-mail. Dessa forma, é relevante que seja enviado marketing de conteúdo via e-mail para os clientes, como por exemplo, informações sobre exercícios, alimentação ou qualquer assunto que esteja relacionado à saúde física e até mesmo vincular os benefícios que a saúde física pode trazer para a saúde mental, uma vez durante a semana.

É fundamental para a empresa manter o marketing de relacionamento, que na definição de Las Casas, são ações de marketing que têm o propósito de preservar o consumidor no período de pós-venda, ou seja, não apenas no momento da compra. A empresa deve ter muita atenção quanto à qualidade de seus produtos e serviços, pois somente assim se retém clientes. O autor argumenta ainda da importância da organização ter um banco de dados atualizado, pois nele estão as informações fundamentais para a administração dos relacionamentos da organização com seus clientes (LAS CASAS).

Sugere-se também que a empresa invista nas demais redes sociais citadas pelos alunos na lustração 4, que ainda não são utilizadas pela Physicus Academia com tanta frequência, de modo que inicialmente não há a necessidade de postagens constantes, mas sim publicações eventuais, definindo um cronograma de uma publicação a cada duas semanas e aumentando caso se constate uma interação com o público por essas redes.

Da mesma forma, o cronograma de publicações se aplica com a pergunta que buscou entender de que maneira os alunos preferem ver o conteúdo nas redes sociais da academia e a sua preferência para estar em contato com uma empresa; sugere-se que sejam feitas mais publicações durante a semana para postar no story, tanto do instagram e facebook e também no status do whatsapp

pelo fato dos alunos verem mais, mas também é importante as postagens no feed do instagram e facebook, conforme a preferência dos alunos entrevistados na ilustração 5, potencializando os conteúdos em promoções, novidades, dicas em geral e vídeos explicativos sobre temas diversos ou até mesmo dos alunos treinando. Também recomenda-se que seja enviado marketing de conteúdo via whatsapp para os clientes, como por exemplo, dicas de treinos, nutrição, cuidados com a saúde física e novidades.

Novamente é importante a relação da empresa com o marketing de relacionamento, pois Reichelt afirma que a empresa deve estar apta para modificar sua conduta de acordo com as características individuais de seus clientes, tendo como base o que os consumidores informam para a empresa ou no que esta analisou sobre eles. Através da percepção dessas informações individuais, a empresa consegue ter um tratamento diferenciado com seus clientes e até mesmo adquirir conhecimento com eles (REICHELT, 2013).

Como 32,3% dos clientes entrevistados não acessam o instagram e o facebook da academia para ficar por dentro das novidades, sugere-se ações que incentivem o uso dessas redes sociais, como por exemplo, a realização de sorteios em que os alunos precisem fazer publicações e menções da academia para participarem, de forma que aumente o número de acessos no perfil da Physicus Academia e que as publicações apareçam com maior frequência para os alunos que estão interagindo com a empresa.

Em relação às redes sociais, Haddad e Marangoni afirmam que as mesmas disponibilizam serviços que objetivam facilitar a interação entre os usuários e armazenar informações e dados que possam ser parâmetros para as empresas divulgarem seu trabalho. Os autores acrescentam ainda, que as empresas divulgam em suas páginas dados relevantes que devem ser regularmente monitorados através dos likes, dos diferentes pontos de vista ou se existem fake news que influenciam na visão de sua imagem (HADDAD; MARANGONI, 2019).

De acordo com as sugestões mencionadas espera-se que a empresa tenha melhoras em seus negócios e na interação com seus clientes, visando



agregar mais conteúdo e satisfação para os mesmos e dessa forma intensificar o relacionamento entre as partes.

## CONCLUSÃO

O presente artigo buscou compreender como a utilização das ferramentas de marketing auxilia no processo de fidelização de clientes, visando solucionar o problema de como as ferramentas de marketing podem auxiliar na comunicação e atração de clientes em uma empresa do ramo esportivo.

Através das pesquisas realizadas, conclui-se que as ferramentas de marketing são fundamentais na fidelização de clientes, uma vez que abrangem formas de marketing que a Physicus Academia ainda não utiliza e que poderá aplicar em suas estratégias, como por exemplo o marketing tradicional, uma vez que após conhecer as ferramentas de marketing e a sua importância, a empresa poderá desenvolver ações a partir das opiniões expressas pelos alunos em relação ao consumo de marketing.

Desta forma, o problema da pesquisa que foi: como as ferramentas de marketing podem auxiliar na comunicação e atração de clientes em uma empresa do ramo esportivo, foi solucionado e descrito no desenvolvimento do capítulo 3, através da pesquisa com o gestor e com os clientes, seguido das sugestões de melhoria.

O objetivo geral do trabalho foi a análise das ferramentas de marketing e como elas auxiliam para fidelizar clientes e quais as ações de marketing que contribuem para a empresa em estudo e para alcançá-lo foram definidos objetivos específicos. O primeiro deles foi conhecer as ferramentas de marketing, compreendendo sua importância e necessidade para as empresas e foi respondido no referencial teórico. O segundo objetivo específico foi verificar as ações de marketing desenvolvidas pela Physicus Academia, o qual foi respondido no tópico 3.1 do capítulo 3. O terceiro objetivo específico foi estudar as preferências dos clientes em relação ao consumo de marketing, e foi respondido no tópico 3.2 do capítulo 3. E, por fim, o quarto objetivo específico foi

apresentar ações de melhoria que podem ser aplicadas na organização, que gerem resultados positivos e auxiliem na fidelização de clientes, de modo que foi respondido no tópico 3.3 do capítulo 3.

Pode-se concluir que as ferramentas de marketing são essenciais na fidelização de clientes, e que esses tem interesse em receber conteúdo da empresa através do marketing tradicional e digital, dessa forma a empresa necessita buscar formas de divulgação que levem conteúdo nos canais de comunicação da preferência dos clientes.

Portanto conclui-se que esta pesquisa é de suma importância para a empresa, pois oferece dados relevantes e fundamentais para processo decisório, de forma que a academia pode optar em expandir seus métodos de marketing a fim de atingir um maior número de pessoas que possam se tornar futuros clientes. Para o meio acadêmico, o estudo é de grande proporção, pois fornece conhecimentos sobre o marketing, que é um tema muito amplo e está cada vez mais presente na vida das pessoas e empresas nos dias atuais. Para a acadêmica, o estudo é muito significativo, pois ampliou os conhecimentos sobre um tema que está se expandido muito na atualidade, e, agora, está apta a identificar como o marketing auxilia na comunicação e atração de clientes em uma academia e fazer suas recomendações a respeito do assunto, propondo melhorias.

## REFERÊNCIAS

CASTIGLIONI, Ligia. **Comunicação e Marketing Empresarial**. 1. ed. São Paulo: Érica: Saraiva, 2014.

COBRA, Marcos; URDAN, André Torres. **Marketing Básico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

DEMO, Gisela. (Org.). **Marketing de Relacionamento e Comportamento do Consumidor**: estado da arte, produção nacional, novas medidas e estudos empíricos. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FARIAS, Cláudio V. S.; DUSCHITZ Caroline; CARVALHO, Gustavo Meneghetti de. **Estratégia de Marketing**. 1. ed. Porto Alegre: Sagah, 2016.

FERRELL, O.C.; HARTLINE, Michael D.. **Estratégia de Marketing: teoria e casos**. 3. ed. brasileira. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

GABRIEL, Martha; KISO, Rafael. **Marketing na Era Digital: conceitos, plataformas e estratégias**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

GARCIA, Solimar. **Marketing para Cursos Superiores**. 1. ed. São Paulo: Blucher, 2019.

GREWAL, Dhruv; LEVY, Michael. **Marketing**. 4. ed. Porto Alegre: AMGH, 2016.

HADDAD, Helder; MARANGONI, Matheus Matsuda. **Gestão de Marketing 4.0**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. **Marketing 4.0**. 1. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Administração de Marketing**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MADRUGA, Roberto. **Guia de Implementação de Marketing de Relacionamento e CRM**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

REICHELDT, Valesca Persch. **Fundamentos de Marketing**. 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2013.

RÉVILLION, Anya Sartori Piatnicki et al. **Marketing Digital**. 1. ed. Porto Alegre: Sagah, 2019.

ROCHA, Marcos; TREVISAN, Nanci. **Marketing nas Mídias Sociais**. 1. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

SANTINI, Fernando Roberto. **Gestão de Marketing**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

ZENONE, Luiz Claudio. **Fundamentos de marketing de relacionamento: fidelização de clientes e pós-venda**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ZENONE, Luiz Claudio. **Marketing: conceitos, ideias e tendências**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

## DESAFIOS EDUCACIONAIS DO SÉCULO XXI COM FOCO NO ENSINO SUPERIOR

Mariel da Silva Haubert<sup>1</sup>  
Nedisson Luis Gessi<sup>2</sup>  
Denise de Almeida Machado<sup>3</sup>  
Juliane Colpo<sup>4</sup>  
Antonio Roberto Lausmann Ternes<sup>5</sup>

### RESUMO

O presente artigo discute a educação em um contexto do Ensino Superior. Delimita-se a pensar sobre as formas de ensino e aprendizagem, os desafios e os contextos já vividos ou que podem ser vivenciados a partir de novas posturas assumidas ao fazer docente. Para além disso, apresenta reflexões acerca de um ensino tradicional com foco nas potencialidades que podem ser desenvolvidas a partir de metodologias ativas e pelo exercício da lei no que tange a curricularização da extensão. Para tratar desta, apresenta ações documentadas das Faculdades Integradas Machado de Assis, da Instituição de Ensino FEMA, Santa Rosa/RS. O objetivo deste texto é contribuir para com o contexto da educação no que se refere ao Ensino Superior. Para tanto, desenvolve as ideias a partir de alguns traços teóricos ancorados em Carr W. e Kemmis, Gadotti, Fiorentini, dentre outros. A escrita do artigo justifica-se pela relevância do tema e por estudos realizados nesta área de conhecimento. Percebe-se, em análise, as possibilidades de potencializar o desenvolvimento humano a partir de novos contextos de ensino e aprendizagem, para além do que a educação tradicional realiza. Aponta-se a necessidade de aliar teoria e prática, refletir sobre o fazer docente, buscar estratégias para contribuir com o processo de aprendizagem e investir na curricularização da extensão.

Palavras-chave: Desafios – Docência – Ensino Superior – Ensino e Aprendizagem – Extensão.

<sup>1</sup> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3174-354X> Doutora em Educação nas Ciências (UNIJUÍ), Mestre em Educação nas Ciências (UNIJUÍ). Faculdades Integradas Machado de Assis (FEMA). Endereço: Rua Piratini, 91, Tuparendi – RS. E-mail: [mariel@fema.com.br](mailto:mariel@fema.com.br)

<sup>2</sup> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4508-2826> Doutor em Desenvolvimento Regional (UNIJUI), Mestre em Ensino Científico e Tecnológico (URI). Faculdades Integradas Machado de Assis (FEMA) Endereço: Rua das Gérberas, 400, Santa Rosa – RS. E-mail: [nedisson@fema.com.br](mailto:nedisson@fema.com.br)

<sup>3</sup> ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8486-3724> Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos – SP, Mestre em Educação nas Ciências (UNIJUÍ). Faculdades Integradas Machado de Assis (FEMA). Rua Rui Barbosa, 175, Bairro São José- Giruá – RS.

<sup>4</sup> ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7798-6275> Mestre em Educação nas Ciências (UNIJUI) Faculdades Integradas Machado de Assis (FEMA) Endereço: Rua: Osvaldo Cruz, 60, Santa Rosa – RS. E-mail: [jcolpo@fema.com.br](mailto:jcolpo@fema.com.br)

<sup>5</sup> ORCID:

## INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda os desafios da educação com foco no Ensino Superior no que se refere ao contexto do ensino e da aprendizagem, ao fazer docente, as práticas pedagógicas desenvolvidas e as ações quanto ao processo de curricularização da extensão desenvolvidas pelas Faculdades Integradas Machado de Assis/FEMA, Santa Rosa, RS. Busca-se enfatizar a importância de estudos continuados, de práticas reflexivas para o desenvolvimento do sujeito em processo de formação.

Para tanto, o texto está dividido em quatro capítulos. O primeiro apresenta o contexto do ensino e aprendizagem no Ensino Superior com foco na reflexão sobre algumas formas já arcaicas de trabalho docente e na possibilidade de novas posturas para um trabalho engajado, de novas realidades. Busca-se afirmar que o profissional, no contexto atual, necessita assumir uma postura de mediador, capaz de sair de discursos meramente teóricos e significar a sua prática.

O segundo capítulo aborda o papel do professor, como mediador de práticas pedagógicas inovadoras, pois a tecnologia e os instrumentos de trabalho, na contemporaneidade, são muitos. Aponta-se que o professor precisa acompanhar o processo evolutivo e usar as ferramentas que estão disponíveis para dar conta de sujeitos que vivem a era tecnológica, interessados no mundo digital.

Já o terceiro capítulo trata especificamente do professor no contexto acadêmico que vem há muito tempo em um processo desgastado, de mesmas ferramentas, que precisa se reinventar em um contexto de pesquisa, ensino e extensão, a partir da relação ação/reflexão/ação, teoria e prática. Vê-se que o professor precisa ir além de ações fragmentadas, assumir uma postura de diálogo para cumprir com o seu lugar e papel.

O último capítulo deste artigo apresenta um diálogo entre a academia e a curricularização da extensão, com foco nas atividades da Instituição FEMA. Trata dos vínculos da academia e a sociedade e sobre a importância da

integração dos saberes acadêmicos e populares para potencializar a produção de conhecimentos e promover o protagonismo humano.

## **1 ENSINO E APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR**

O modo como está estruturado tanto a escola como a universidade nos dias atuais, evidencia um modelo de educação que existe há mais de um século, modelo esse que contribui para a disseminação do conhecimento e também visa reduzir as desigualdades a partir da ascensão social proporcionada pelo saber. No entanto, este mesmo modelo se mostra, atualmente, incapaz de sustentar os novos desafios da sociedade contemporânea.

O atual modelo parte da premissa que a realidade prática se dá a partir da aplicação direta da teoria, por isso aplica boa parte do seu tempo transmitindo informações teóricas, na expectativa que o estudante seja capaz de dar aplicabilidade a ela quando necessário. Mas, de fato, não é isso que ocorre. Quando o estudante se depara com a prática (geralmente tardiamente), vê-se despreparado para enfrentá-la.

O foco paradigmático do atual modelo está no que o professor ensina e não no que o estudante aprende. Se o professor fosse avaliado pelo que o estudante aprendeu e não pelo que ele ensinou, a realidade educacional seria muito melhor. A base do atual modelo é “ouvir-entender-memorizar-repetir-exercitar”. A estrutura curricular é fragmentada em disciplinas e pressupõe que, de algum modo, o estudante seja capaz de realizar a integração destes elementos. Soma-se a essa realidade a falta de preparo e formação do professor para ser um educador. Ele é um profissional de determinada especialidade que procura transmitir o que sabe de algum modo empírico, do mesmo modo que seus professores fizeram com ele.

Não obstante a isso, confunde-se ensino com aula. As DCNs (Diretrizes Curriculares Nacionais), preconizam a formação de um egresso com perfil generalista, humanista, crítico e reflexivo. Estas competências propostas são impossíveis de serem desenvolvidas somente por meio de aulas expositivas.



Nos dias de hoje, a evolução dos meios de comunicação e informação mudou a forma como vemos e nos comunicamos, promovendo impactos diretos na sociedade, educação, cultura, economia, relações pessoais. No entanto, há 30 anos os educadores prestavam pouco atenção ao trabalho dos cientistas cognitivos, e os pesquisadores do campo das ciências cognitivas trabalhavam distantes da realidade das salas de aula. Hoje, o que percebemos é uma aproximação maior dos pesquisadores cognitivos com os ambientes educacionais, dedicando maior tempo aos processos de gestão da aprendizagem por parte dos professores, testando e refinando suas teorias em salas de aulas reais.

Assim, torna-se necessário pensar novos modelos para novos tempos, modelos preocupados em facilitar a aprendizagem, minimizar o excesso de aulas expositivas que segundo estudos demonstraram baixo impacto de aprendizagem. Há possibilidades de mudar o foco do aluno, de sujeito passivo para um sujeito autônomo e capaz de aprender a aprender. Assim, percebe-se a necessidade de mudanças para atender os novos desafios da contemporaneidade. Destaca-se, aqui, a passagem da ênfase no conteúdo e no conhecimento conceitual (declarativo) para a ênfase nas competências e no conhecimento estratégico. Mudanças de foco na metodologia expositiva de ensino para metodologias ativas de aprendizagem, ou simplesmente mudança do foco no ensino para o foco na aprendizagem.

A mudança do foco no ensino para o foco na aprendizagem requer uma ruptura do paradigma educacional atual, em que o ensino pela transmissão de conteúdos com ênfase conceitual preso em estruturas disciplinares, ceda espaço para um modelo de aprendizagem que valoriza o manejo estratégico do conhecimento, ou seja, um modelo que permita ao estudante aprender: a ter o conhecimento de como desenvolver conhecimento e conhecer e aplicar procedimentos sobre como, quando e onde utilizar o conhecimento, ou seja, ênfase na aplicabilidade.

Dessa forma, o novo modelo teria o professor como um mediador do processo de aprendizagem, capaz de criar um ambiente propício para a

aprendizagem, gerando um conjunto de problemas, dentro dos quais o estudante (agora sujeito ativo do processo) busque informações e a transforme em conhecimento que possa ser aplicado para resolução dos problemas gerados, com vistas a busca de respostas criativas, inovadoras e originais para solução de tais problemas. Os novos modelos são desafiadores, pode-se destacar alguns elementos que constituem o modelo com foco na aprendizagem: Aprendizagem centrado no estudante – protagonismo do estudante; Aulas estruturadas por meio dos objetivos de aprendizagem; O professor como mediador, motivador e desafiador; Espaço para aprender a aprender; estímulo a criatividade, a inovação, a solução de problemas e a contextualização com a realidade do estudante; Ampliação da interatividade; Foco na aplicabilidade; Uso de estratégias como metodologias ativas dentre outras; Currículos integrados em que as competências sejam trabalhadas ao longo do processo de aprendizagem, focada na solução de problemas reais.

Em síntese, há muitos especialistas em educação que defendem a tese de que os atuais contextos educacionais que conhecemos hoje, sejam substituídos por “espaços de aprendizagem” bastante diversificados. Além da tecnologia, o professor é peça chave para o sucesso desses espaços. Assim, o perfil desse profissional requer novas habilidades, dentre as quais o professor passa a ajudar o estudante a transformar a informação em conhecimento e sua aplicabilidade, na busca de soluções criativas e inovadoras para os problemas demandados pela sociedade contemporânea.

## **2 O PROFESSOR COMO MEDIADOR DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS NA CONTEMPORANIEDADE**

No tocante aos vários aspectos das práticas pedagógicas inovadoras contemporâneas, vê-se como objeto de análise o “professor”, sendo ele um dos pontos chaves na condução das práticas pedagógicas inovadoras, com papel relevante em tempos de grandes transformações no contexto educacional do século XXI. Mas, é necessário pensar sobre a preparação do professor em um

cenário de constantes mudanças, impactadas, principalmente, pelo acelerado desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação que, por sua vez, vem transformando a maneira de comunicar, relacionar e aprender. Em um mundo cada vez mais inteligente, diga-se, aqui, o grande avanço da inteligência artificial é uma realidade nos mais diversos campos do conhecimento, inclusive na educação que, conforme o relatório *Intelligence Unleashed*, elaborado pelo grupo britânico Pearson, mostra que a utilização de recursos de inteligência artificial na educação tem avançado a passos largos.

No mundo inteiro, cada vez mais escolas e universidades lançam mão das máquinas inteligentes para aprimorar o ensino e o aprendizado. Sendo assim, são necessários professores mais versáteis, pois, de acordo com Fava (2018), “[...] versatilidade tem relação com a capacidade de ampliar o conhecimento em situações diferentes”. Neste mundo em rápida metamorfose, cada vez mais, os professores deverão ser capazes de buscar a adaptação, crescer e aprender constantemente, pois, conforme Freire (1997), “[...] quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.” Da mesma forma, os estudantes devem estar preparados para uma educação do futuro, não basta apenas ter conhecimento: é preciso saber aplicá-los. Aos professores, não basta ter o conhecimento se não souber potencializá-lo e poder abstrair o melhor de cada estudante, propondo modelos inovadores e repensando a prática em sala de aula.

Portanto, para que habilidades sejam desenvolvidas pelos estudantes, tanto de profundidade (pensamento analítico e resolução de problemas), quanto de amplitude (raciocínio indutivo, dedutivo, síntese, trabalho em equipe e criatividade), são imprescindíveis professores preparados para atender a tamanho desafio. Os professores, cada vez mais, terão de voltar “aos bancos escolares”, utilizando aqui uma metáfora para elucidar a necessidade de o professor estar constantemente em aperfeiçoamento, ou seja, atento as inovações que surgem no mundo educacional. Segundo Carmo (2018), é preciso buscar novas estratégias pedagógicas para garantir um aprendizado mais

interativo, instigante e ligado com as situações reais do dia a dia, e o professor é peça chave nesse processo.

Para que seja possível potencializar o ensino e a aprendizagem, as instituições educacionais também precisam ser versáteis, investir constantemente na formação continuada de seus professores, em infraestrutura e ambientes adequados para tornar possível o desenvolvimento de práticas de forma inovadora. Nesse contexto, todos ganham: os estudantes, os professores, a instituição e a comunidade de forma geral.

### **3 O PROFESSOR EM UM CONTEXTO ACADÊMICO**

O contexto acadêmico, por muito tempo, baseou-se em conteúdos pragmáticos, em racionalidade técnica, no exercício puro da profissão, em uma prática tecnicista, a fim de cumprir com seus currículos e com suas normas e regras formais que o modelo exigia. Porém, pensar a educação acadêmica por essa perspectiva não faz mais sentido, uma vez que, para o desenvolvimento humano, não se pode atribuir limites de tempo e espaço. O saber, na perspectiva do crescimento pessoal e intelectual, precisa ser mais dinâmico, considerar o entrelaçamento entre teoria e prática, propor situações em que a pesquisa, o ensino e a extensão sejam consideradas para a formação do sujeito. Assim, vê-se como fundamental o papel e o lugar do professor que visa uma prática reflexiva e investigativa.

O professor precisa olhar para a sua prática dando prioridade ao pensamento crítico, pois, ao vivenciar as suas ações, consegue reelaborar os conhecimentos teóricos e vivenciar situações de ensino e aprendizagem mais significativas. Ao perceber tais aspectos, oportuniza-se variados contextos que podem contribuir para uma rede de interconexões e interlocuções que valorizam um entrecruzamento entre os saberes e novas atribuições de sentidos e significados.

Nos anos 70, não havia um incentivo para uma prática reflexiva, foi um período de tecnicismo, em que o cumprir com o proposto era suficientemente

aceito. Nos anos 80, começou-se o desenvolvimento de práticas pedagógicas, porém ainda de forma tímida, sem grande expressão no contexto do ensino e aprendizagem. Nos anos 90, deu-se sequência ao que já estava sendo trabalhado, mas sem grande representatividade. Dessa forma, percebe-se que uma prática emancipatória é recente e que precisa ser discutida no contexto de formação do professor.

Sabe-se que ainda existe uma postura que supervaloriza saberes provenientes da formação técnica, praticados e produzidos por professores no exercício da profissão. Isso, decorre, muitas vezes, de uma cultura pragmática do conhecimento que exclui a reflexão teórica. Para tanto, é relevante compreender a diferença de conhecimento e saber. Conhecimento, na perspectiva de Shulman e Fiorentini, é a produção científica, rígida, aceita pelo formalismo das academias, enquanto o saber é um processo mais dinâmico, um modo de conhecer, sem tantas regras de validação. Historicamente, a formação do professor centrava a força no conhecimento que deveria possuir a partir do estudo de uma área ou conteúdo. Hoje, busca-se valorizar o saber do professor que constitui o ensino e a aprendizagem, o conhecimento pedagógico e curricular para fins de uma prática que valoriza a criatividade, criticidade em busca da emancipação de sujeitos em processo de desenvolvimento.

Para tanto, o professor, a partir de sua formação, precisa se reinventar, modificar concepções, posturas e crenças que o impeçam de transformar e se transformar no contexto das práticas educativas. A priori, é necessário atribuir importância a teoria e a prática em um processo de relacionamento na construção dos saberes. Assim, é relevante dizer que essa postura tem um caráter evolutivo, sem fim determinado, constitui-se pela interação com o outro, é contextualizado em situações determinadas dentro de uma prática pedagógica, considera a emoção em um processo de produção de sentidos e significados.

Carr e Kemmis avançam nessa discussão ao situar os saberes docentes a formação de professores e a prática pedagógica num contexto de práxis emancipatória.

Com o objetivo de romper com a principal limitação do profissional de ensino,

propõem que os próprios professores construam uma teoria de ensino por meio da reflexão crítica sobre seus próprios conhecimentos práticos (contribuições de Marx – crítica ideológica – e de Paulo Freire – processo de conscientização) (p.224-225). A proposta, por eles elaborada, de uma ciência educativa crítica, é chamada de teoria crítica do ensino.

Dessa forma, percebe-se que a formação inicial do professor não pode continuar dicotomizando teoria e prática, além de que eixos teóricos devem continuar tendo destaque, porém, relacionado à prática pedagógica como forma de problematização e a interação é importante para estabelecer o diálogo com o mundo. Conforme Carr e Kemmis (1988),

Alguns de nossos saberes se desfizeram logo que começamos a considerá-los seriamente como guias de ação; outros resultaram modificados, aprofundados, melhorados através da análise e da verificação ativa. O saber do professor proporciona um ponto de partida para a reflexão crítica. Simplesmente, não pode dar-se por pronto ou sistematizado na teoria, nem tornar-se definitivo na prática. (CARR; KEMMIS, 1988, p.61).

A relação da teoria com a prática pode auxiliar na formação do professor e na sua relação com o acadêmico de forma contínua e coletiva, utilizando a prática pedagógica como processo de reflexão. A teoria e a prática precisam ser assumidas pelo profissional da educação, mas, para isso, é preciso investir no pensar pedagógico, assumir uma postura crítica em relação ao fazer docente. Os saberes do professor não podem se apresentar de forma fragmentada, parcial. Por isso, acredita-se que a melhor forma de cumprir efetivamente com esse papel é pensar dialeticamente o teórico e o prático.

#### **4 NOVOS DESAFIOS: A ACADEMIA E A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO**

Na tentativa de manter vivo os vínculos entre universidade e sociedade, a proposta de curricularização da extensão lança mais um desafio aos



professores, além dos já citados. Apesar dessa ideia não ser nova, ainda causa um certo alvoroço na academia, uma vez que sua proposta está na superação de uma prática fragmentada de pequenos projetos, bastante comum nas Instituições de Ensino Superior, para uma prática integradora e indissociável do ensino e da pesquisa.

Relacionada a essa dificuldade, está a compreensão de tal proposta ao que confere aos aspectos sociais, filosóficos, antropológicos e educacionais. Foram longos debates para chegar até a versão atual de extensão universitária sustentada por uma visão mais popular e emancipatória, avanço comparado ao primeiro Plano Nacional de Educação de 2001-2010 em suas metas 21 e 23, o qual instituiu a obrigatoriedade de 10% dos créditos curriculares exigidos para a graduação, integralizados em ações extensionistas.

De acordo com Gadotti (2017), essa nova centralidade da extensão oferece a oportunidade para pensar a universidade como um todo, tendo a Educação Popular como referencial. Para ele, uma das grandes questões da extensão é a indagação sobre o sentido da universidade, tendo em vista o aperfeiçoamento dessas instituições ao que tange o ensino, a pesquisa e a comunidade. O autor enfatiza que a preocupação em manter os vínculos com a sociedade se deu apenas na década de 1960, com ações voltadas para as classes populares. Antes disso, a extensão não era reconhecida como função da universidade, esta limitava-se a divulgação de pesquisa a um público seletamente instruído.

O elitismo não marca apenas as relações econômicas, ele invade o cenário educativo do Brasil. A extensão em nosso país enfrentou muita resistência, isso porque vinculou a pesquisa a educação popular, essa aproximação não agradava os desejos dos mais autoritários. Uma vez identificados, muitos movimentos com essa característica foram dissolutos, especialmente em governos militares, período em que o elitismo aflorou em nosso país.

Alguns documentos posteriores, tais como: Reforma Universitária de 1968 (Lei 5.540/68), a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases de

1996, consagraram o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, estabelecendo a extensão como uma das finalidades da universidade. Além do mais, essas legislações e orientações compreendem a extensão no ensino superior como fator de grandes implicações e mudanças sociais.

Tal entendimento traz a universidade para o centro da discussão social, passa a ser vista como uma instituição potencializadora de diálogos e de transformações. Nesse movimento, a universidade se recria e conquista novos espaços e saberes, tão necessários a ela e a democracia social. Se estabelece uma “mão dupla”, ou seja, uma contínua e constante troca de saberes científicos e popular, não a mérito de assistencialismo, mas considerando todas as experiências e necessidades da sociedade, criando alternativas concretas com base no diálogo Universidade-Sociedade, construindo consensos em busca da superação da tradição assistencialista e produzindo conhecimento acadêmico e científico de alto nível em favor dos cidadãos (OLIVEIRA NETO ET, ORGS., 2015).

### 3.1 A FEMA NO CONTEXTO DA EXTENSÃO

De acordo com a Resolução nº 7, de 2018, a extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

As Faculdades Integradas Machado de Assis – Santa Rosa/RS, compreendem que o vínculo entre aprendizagem e ensino não é causal, ou seja, o ensino não necessariamente causa a aprendizagem, isso porque nem todo ensino pauta-se na aprendizagem. Ensinar e aprender estão vinculados ontologicamente e a significação da aprendizagem depende das atividades geradas por um ensino intencional e qualitativo.

A concepção de educação assumida pela instituição é desenvolvida a partir da intencionalidade específica da educação superior, exarada nas finalidades que a Carta Magna da Educação Brasileira apresenta em seu artigo 43, dos quais se destaca os seguintes: incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do mundo em que vive; promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por intermédio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação e promover a extensão, aberta a toda comunidade, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Com base nesse documento, bem como legislações e teorias acerca da extensão, a FEMA cria mecanismos de integração entre o saber acadêmico e o saber popular, potencializando a produção do conhecimento, promovendo o protagonismo das comunidades e fortalecendo os vínculos da comunidade acadêmica com a sociedade. Da mesma forma, apoia atividades voltadas para a produção e preservação cultural e artística, econômica e social que visam a formação de cidadãos éticos e comprometidos com o bem comum.

As Faculdades Integradas Machado de Assis contam com uma equipe voltada para o apoio e o fomento de ações e experiências extensionistas. O Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (NPPGE) desenvolve um trabalho de forma integrada com os Núcleos NAP (Núcleo de Atendimento Pedagógico e Psicológico) e NITED (Núcleo de Inovação e Tecnologias Educacionais) em prol do saber articulado entre ensino, pesquisa e extensão.

Para além do ensino, estão as relações que se estabelecem nesse processo, as relações homem-mundo, e os caminhos de transformações oriundos dessa relação, as quais impactam a universidade e o meio social. No entanto, é grande o desafio da curricularização da extensão, especialmente no período em que se vive. Esforços são aumentados para que não se perca o principal elemento deste processo, a saber: a transformação social e acadêmica.

## CONCLUSÃO

Os desafios educacionais do século XXI, no Ensino Superior, são muitos. Com o presente artigo, buscou-se desenvolver o pensamento em torno dessa temática que pode contribuir para com o desenvolvimento dos sujeitos em processo de formação e para com as instituições de ensino que, para além de uma profissão, precisam contribuir, de forma mais precisa, com a sociedade de um modo geral. Pensar a educação é possibilitar novas perspectivas a partir de uma realidade vencida, que precisa urgentemente de novas ações e contribuições por parte de formadores.

Verifica-se, dessa forma, que o fazer docente é muito importante no processo de apropriação do conhecimento. As relações do conteúdo com a realidade, as formas de aplicabilidade teórica, a relação teoria e prática, as metodologias ativas, a tecnologia, a relação do homem com o mundo precisam ser consideradas no processo de ensino e aprendizagem. Não há mais lugar para espaços limitados, não cabe mais ouvir uma única voz. Hoje, as vozes precisam ser intercruzadas, em um processo dinâmico, interativo e de mediação.

Dessa forma, acredita-se que todos os sujeitos são importantes no processo educacional e, para que possamos lograr êxito, neste tempo, há de se buscar novas formas de ensino e de aprendizagem. A partir de mentes abertas, poder-se-á caminhar em busca da prosperidade humana.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei n. 9.394/96**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação. **Lei n. 10.172/2001**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Resolução n. 7 de 18 de dezembro de 2018. Disponível em: <<http://mec.gov.br>>. Acesso em: 29 jul. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Reforma Universitária**: relatório do grupo de trabalho criado pelo decreto n. 62937/68. Brasília: Presidência da República, 1968.

CARR, W. e KEMMIS, S. **Teoria Crítica de la Enseñanza**: la investigación-acción en la formación del profesorado. Barcelona – Espanha: Ed. Martinez Roca, 1988.

GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária**: Para quê?. Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em: Acesso em: 28 fev. 2019.

FIORENTINI, D.; SOUZA JÚNIOR, A. J. de; MELO, G. F. A. **Saberes Docentes**: um desafio para acadêmicos e práticos. In: GERALDI, C. M. C. et al. (Org.). Cartografia do trabalho docente: professor(a)-pesquisador(a). Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 307-335.

OLIVEIRA NETO, Lutgardes de, Marcelo Carbone Carneiro e Paulo Noronha Lisboa Filho (org). **Universidade e Sociedade**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

## LINGUAGEM JURÍDICA NO PROCESSO

Bruna Tais Mallmann<sup>1</sup>  
Gabriela Nascimento de Oliveira<sup>2</sup>  
Karina Maria Parahyba<sup>3</sup>  
Mariel da Silva Haubert<sup>4</sup>

### RESUMO

Este artigo busca apresentar um estudo em relação a linguagem jurídica no processo, abordando as dificuldades que se encontram em uma comunicação com excesso de termos técnicos e palavras rebuscadas que são empecilhos para as pessoas que procuram a justiça para a resolução do conflito. Desse modo, a partir do método de abordagem dedutivo, de procedimento bibliográfico, busca-se fazer uma breve análise acerca da alternância da linguagem que o profissional do direito deve possuir, adaptando a mesma de acordo com a situação a ser enfrentada. Além disso, é discutido acerca da simplificação da linguagem jurídica, tornando esta acessível a todos. Por ser rica em seus mais diversos aspectos, demasiadas vezes ocorrem dificuldades em se utilizar a linguagem em cada caso concreto. No que tange ao mundo jurídico, uma boa comunicação, sendo verbal ou não, pode estar inserida em seus mais diversos contextos. Por isso, constata-se que é imprescindível que o operador do Direito desenvolva de forma eficaz e coerente a comunicação no seu trabalho.

Palavras-chave: Simplificação da Linguagem Jurídica – Juridiquês – Papel do Advogado.

### INTRODUÇÃO

Para o profissional do direito, escrever corretamente significa assumir valores maiores do que em outros setores da sociedade, porque a linguagem é

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Direito - 4º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. Bolsa integral (100%) ProUni. Integrante do grupo de Extensão: DA DIGNIDADE HUMANA À PLENA CIDADANIA: LIBERDADE E IGUALDADE COMO PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE. brunatmallmann@gmail.com.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Direito - 4º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. Integrante do projeto de pesquisa: PRÁTICAS DE PRODUÇÃO TEXTUAL: O ESCREVER E O SIGNIFICAR EM UM CONTEXTO ACADÊMICO. gabiinascimento.gn@gmail.com.

<sup>3</sup> Acadêmica do Curso de Direito - 4º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. Bolsa integral (100%) ProUni. karinaparahyba.cr@gmail.com

<sup>4</sup> Doutora em Educação nas Ciências pela UNIJUÍ. Mestre em Educação nas Ciências pela UNIJUÍ. Orientadora. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão – NPPGE. Coordenadora do Projeto de Pesquisa Práticas de Produção Textual: o escrever e o significar em um contexto acadêmico. Professora do Curso de Direito das Faculdades Integradas Machado de Assis. mariel@fema.com.br



o meio de comunicação do advogado, utilizado para transmitir as ideias, percepções, argumentos. Desse modo, a comunicação necessita do emprego de palavras contextualizadas para que emissão e recepção da mensagem seja satisfatória a todos.

Tendo em vista que a linguagem é uma ferramenta essencial para o exercício da profissão do advogado, é necessário que o mesmo possua conhecimento dos níveis de linguagem, uma vez que o profissional do direito precisa adequar a sua linguagem de acordo com a situação em que se depara. Diante disso, deve ser observado o uso exacerbado de uma linguagem técnica em distintas situações, analisar em quais ambientes deve ou não ser utilizada. Visando, assim, uma comunicação clara e efetiva, não apenas com quem possui o conhecimento acerca da linguagem jurídica, mas também com indivíduos leigos ao assunto.

Nos tocantes da vida cotidiana do operador do Direito, a linguagem, de forma mais direta, a palavra, se torna o instrumento essencial para um efetivo trabalho de qualquer profissional na área, levando-se em conta que o principal objetivo está voltado a desempenhar um papel de intermediação na prestação jurisdicional, focando na satisfação das necessidades da sociedade. Nesse viés, considera-se de suma importância que o agente de Direito domine o conhecimento acerca de sua área de atuação e a linguagem exigida de forma contextualizada, considerando a demanda e proporcionalidade dos deveres e obrigações que a ele recaem.

Assim, busca-se apresentar três capítulos para refletir acerca da linguagem empregada no campo do Direito. O primeiro foca a discussão na linguagem jurídica e na necessidade de fazer-se compreender nos diferentes espaços de atuação. O segundo aborda a linguagem jurídica relacionada ao cliente e ao processo de construção da comunicação. Já o terceiro capítulo trata do vocabulários e demandas do advogado.

## **1 LINGUAGEM JURÍDICA E SUA NECESSIDADE DE COMPREENSÃO**

A adequação da linguagem jurídica à sociedade é importante no processo, visto que ele é um procedimento pelo qual os cidadãos buscam a satisfação da lide, garantir seus direitos e deveres e, para que isso seja possível, necessita-se de uma linguagem clara por meio dos envolvidos, para que não ocorra a exclusão de indivíduos leigos ao assunto:

[...] muitos indivíduos que não possuem o domínio da referida linguagem são absolutamente excluídos de interações importantes para o exercício básico da cidadania. O discurso jurídico, tradicionalmente permeado por expressões pouco usuais no cotidiano da sociedade, pode causar problemas ao leigo que tentar conhecer seus direitos, servir-se do sistema judiciário, obter assistência jurídica, dentre outros aspectos que são envolvidos no exercício de sua cidadania. (BUSTILLO; GONÇALVES; NASCIMENTO, 2017, p.2).

Quando a linguagem não é clara, dificulta a interação dos cidadãos com o mundo jurídico, gerando empecilhos ao acesso à justiça, ferindo a constituição, ofendendo o princípio da inafastabilidade da jurisdição que corresponde a uma garantia que permite aos cidadãos o acesso à justiça para obter a decisão mais adequada possível ao caso concreto, princípio que se encontra no art. 3º, caput, CPC: “Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.”

A incompreensão da linguagem jurídica retira o direito de participar da sociedade, faz com que a justiça se torne ausente, pois as pessoas comuns não entendem o que os operadores do direito falam e, dessa forma, causa uma barreira entre a lei e os indivíduos que dela deveriam se beneficiar. Muitos estudiosos já apontam reflexões sobre a preservação da atual linguagem jurídica, pessoas estas que alegam que o juridiquês é um preciosismo e precisa ser discutido.

[...] a conscientização da necessidade de se simplificar o juridiquês caminha a passos muito lentos. Isso porque há muitos defensores da preservação da atual linguagem jurídica, que prezam pelas erudições e pelo requinte como tradição da ciência do direito. Adiciona-se, ainda, que existe muita divergência entre aqueles que clamam por uma simplificação dessa linguagem. Mesmo entre aqueles que defendem uma prática jurídica clara e concisa, por vezes, há certa confusão no que se clama ser clareza e boa técnica com rebuscamento e excessos que apenas prejudicam a recepção da mensagem, não apenas pelo

grande público, mas também no meio profissional. Portanto, as opiniões acerca de como o discurso em questão deveria se caracterizar são, ainda, muito divergentes. (BUSTILLO, GONÇALVES e NASCIMENTO, 2017, p.6).

Embora a linguagem jurídica seja considerada uma modalidade de prestígio por seus operadores, a imagem judiciária está sofrendo forte depreciação, não apenas por causa do juridiquês, mas também pelo uso incontrolado de arcaísmos e de latinismos, os quais criam barreiras comunicativas, não apenas quando a comunicação é com um leigo, mas também quando a comunicação é entre colegas de profissão. O excesso de palavras técnicas pode causar dificuldades na compreensão, incômodo e desconforto.

A elaboração de uma linguagem processual clara, livre do uso excessivo de termos jurídicos sem ignorar o aspecto formal da linguagem e o vocabulário técnico do direito é possível. Para tanto, é necessário investir no incentivo a uma linguagem clara, acessível a todos, desde a educação dentro das instituições superiores até o exercício da profissão. A formação acadêmica pode preparar os futuros juristas para que sejam capazes de produzir uma linguagem processual efetiva, a qual será capaz de promover a democratização do discurso jurídico e, conseqüentemente, acesso à justiça por todos os que dela necessitarem. Não se trata de algo simples e rápido, é um processo complexo, que se inicia na formação acadêmica e perdura por toda a carreira do jurista, pois sempre é possível evoluir. Não se trata de desrespeitar a linguagem formal e, sim, torná-la compreensiva a todos, mantendo as regras gramaticais.

Com base no que foi mencionado acima, apresenta-se a linguagem jurídica no contexto de comunicação com o cliente. A partir do próximo capítulo, será possível perceber as reais intenções do presente artigo.

## **2 A LINGUAGEM JURÍDICA NO CONTEXTO DO PROCESSO E DO CLIENTE**

A linguagem jurídica é formada por expressões técnicas que, muitas vezes, não são compreendidas por leigos no assunto. Desse modo, o advogado deve se atentar para com a linguagem utilizada com o seu cliente, mas, também,

observar e atender as formalidades que o processo requer. Pode-se afirmar que a linguagem é a ferramenta mais importante na profissão do advogado, pois é por meio dela que o profissional pode pleitear em juízo, buscando alcançar os pedidos de seu cliente. Logo, para que ocorra uma comunicação clara, objetiva e efetiva na relação cliente e advogado, é necessário que haja entre eles um diálogo de forma simples, com o intuito de o profissional ser compreendido pelo cliente, ou seja, é preciso que o advogado se adapte a linguagem do seu cliente.

Diante da importância que a linguagem exerce na profissão de advogado, é necessário que o mesmo procure sempre melhorar o seu vocabulário, buscando expressões adequadas de acordo com a situação em que opera. É perceptível que o advogado enfrente em seu cotidiano os diversos níveis de linguagem, seja ela no nível culto, no nível comum ou ainda no nível popular. O nível culto é usado em julgamentos em tribunais ou cerimônias que requerem tal formalidade. Esse nível de linguagem é utilizado por cientistas e diplomatas, e abrange a linguagem técnica e científica, bem como a linguagem profissional e burocrática. O nível comum consiste em uma linguagem sem formalidades. E o nível popular é uma linguagem informal, descontraída e espontânea, que objetiva uma comunicação clara.

Observa-se que o excesso do uso de terminologias técnicas e formalidades na linguagem de profissionais do direito ganhou o nome de “juridiquês”. O juridiquês está presente não só em processos, decisões judiciais ou audiências, mas também em consultas jurídicas e diálogos. Tendo em vista que a utilização dessa linguagem impede o acesso a compreensão da matéria jurídica por parte da população ou, em casos isolados, do próprio cliente que é o maior envolvido na situação.

Observa-se que há duas correntes de pensamento acerca do rebuscamento excessivo da linguagem jurídica. A primeira defende que a linguagem jurídica deve ser mais clara e objetiva, o que vem torná-la mais simples com a finalidade de proporcionar um acesso mais amplo a população. Além disso, sanar as dificuldades e incompreensões que um leigo possui ao ler um texto jurídico, ou seja, esse pensamento tem o intuito de que a linguagem

jurídica seja compreendida por todos, e não apenas por um pequeno grupo da sociedade que possui o conhecimento.

Já a segunda corrente de pensamento defende que o uso do juridiquês é a forma de expressão que compõe a própria identidade da esfera jurídica, sendo assim indispensável a utilização da linguagem técnica. E sua simplificação acarretaria o empobrecimento da linguagem, bem como dispensaria o papel do advogado ao repassar as informações ao seu cliente.

A temática acerca do juridiquês foi pautada de modo significativo pelo juiz João Batista de Matos Dantas da 4<sup>o</sup> Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4<sup>o</sup> Região (RS). Na ocasião, proferiu uma sentença utilizando a linguagem coloquial em um processo que envolvia um pedreiro que pleiteava vínculo de emprego e indenização por danos morais após sofrer um acidente em uma obra particular. Todo o acórdão foi elaborado dentro da linguagem coloquial, sendo possível que qualquer pessoa leiga ao assunto o compreendesse. Observa-se que foi utilizado desse meio para refletir acerca do juridiquês e de uma possibilidade de simplificação da linguagem jurídica.

Pode-se analisar que não há nenhuma normativa que trate especificadamente do juridiquês, porém é importante considerar o artigo 59 da Constituição Federal em seu parágrafo único, o qual afirma que: “Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis”, em consonância com Lei Complementar de número 95, de 26 de fevereiro de 1998, em seu artigo 11, estabelecendo que:

As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observadas, para esse propósito, as seguintes normas:

I - para a obtenção de clareza:

- a) usar as palavras e as expressões em seu sentido comum, salvo quando a norma versar sobre assunto técnico, hipótese em que se empregará a nomenclatura própria da área em que se esteja legislando;
- b) usar frases curtas e concisas;
- c) construir as orações na ordem direta, evitando preciosismo, neologismo e adjetivações dispensáveis;

II - para a obtenção de precisão:

- a) articular a linguagem, técnica ou comum, de modo a ensejar perfeita compreensão do objetivo da lei e a permitir que seu texto evidencie com clareza o conteúdo e o alcance que o legislador pretende dar à norma. (BRASIL, 1988).

Diante da análise desses artigos, pode-se observar a preocupação com uma linguagem clara, efetiva e que seja possível de ser compreendida. Porém, além desses artigos que versam sobre o juridiquês de forma indireta, é importante destacar o Projeto de Lei 7.448/06 criado pela Deputada Federal Maria do Rosário, o qual pretendia alterar o artigo 458 do Código de Processo Civil de 1973, porém o mesmo não foi aprovado.

Esse Projeto de Lei obtinha a finalidade de facilitar o entendimento da linguagem jurídica utilizada nas sentenças judiciais. Destacando-se em seus trechos:

Art. 458. IV — a reprodução do dispositivo da sentença em linguagem coloquial, sem a utilização de termos exclusivos da Linguagem técnico-jurídica e acrescida das considerações que a autoridade Judicial entender necessárias, de modo que a prestação jurisdicional possa ser plenamente compreendida por qualquer pessoa do povo. Ainda, destaca-se, § 1º A utilização de expressões ou textos em língua estrangeira deve ser sempre acompanhada da respectiva tradução em língua portuguesa, dispensada apenas quando se trate de texto ou expressão já integrados à técnica jurídica.

Portanto, tendo em vista que não se possui normativa específica que verse acerca do juridiquês, é preciso que o próprio profissional do direito identifique os momentos mais adequados para a utilização de uma linguagem mais técnica ou mais simples. Isso para que a comunicação seja clara e efetiva entre as partes.

### **3 VOCABULÁRIO JURÍDICO: EXIGÊNCIAS E DEMANDAS AO ADVOGADO**

A Língua Portuguesa é rica em seus mais diversos aspectos, possuindo grande valor em seus recursos, o que pode vir a explicar a demasiada dificuldade ao momento em que é utilizada em cada caso concreto. Ao se tratar do Direito, uma boa comunicação, seja esta verbal ou não verbal, em seus mais diversos contextos, é imprescindível que o agente do Direito realize de forma eficaz e coerente o seu trabalho. Assim, “O Direito é, por excelência, entre as que mais



o sejam, a ciência da palavra. Mais precisamente: do uso dinâmico da palavra.” (REOLON, 2010, p. 180-191).

O saber expressar-se da forma adequada é crucial no mundo jurídico, uma vez em que é por meio das palavras que o profissional do Direito irá redigir tudo o que o seu cliente propõe ao pedido, estabelecendo uma ordem de fatos e pensamentos a partir de escrita adequada. A organização depende de ideias textuais conexas – a coerência - e de palavras que sejam intimamente conectadas umas com as outras – a coesão. Essa formação de ideias tende a se interligar ao seu conhecimento profissional, objetivando satisfazer as necessidades de seu cliente e, ao mesmo tempo, atender as exigências impostas em referência ao uso correto do vocabulário jurídico.

Escrever nem sempre é uma tarefa prazerosa, principalmente ao se tratar da complexidade dos textos jurídicos. As autoridades exigem uma escrita clara e coesa, a qual torne suas intenções objetivas e transparentes. No entanto, ao mesmo que demandam uma escrita clara, exigem que o profissional faça o uso de um vocabulário preciso e de acordo com as formalidades que o pleito requer. Saber empregar adequadamente a palavra, fazendo com que a mesma se encaixe perfeitamente ao contexto, é considerado uma técnica graciosa e artística, e o advogado, antes que qualquer outra pessoa, tem a necessidade de dominá-la, pois é pela comunicação que se busca pleitear a necessidade de seu cliente e, ao mesmo tempo, desempenhar as normas exigidas ao caso.

Na linguagem jurídica, o profissional do Direito possui a difícil tarefa de se expressar corretamente, buscando melhorar o seu vocabulário e corrigir eventuais deficiências, uma vez que uma linguagem deficiente pode ser punida em juízo, levando o advogado em hipóteses como: perder o processo; obter parcialmente o que desejava, ou; acabar por não ser compreendido inteiramente. Portanto, o profissional deve fazer o uso de terminologias técnicas, as quais enriquecem o conteúdo textual e visam demonstrar objetividade no que diz respeito a seu conteúdo, mas que também sejam claras e eficientes ao contexto exigido, favorecendo o entendimento de quem obtiver contato com o processo, seja este leigo ou culto ao mundo jurídico.

No entanto, não é sempre que o advogado consegue o feito de ser compreendido de maneira clara. Em sua grande maioria, isso ocorre pelo fato de que o profissional se utiliza de termos defasados, arcaicos e antiquados, figuras de linguagem extravagantes, fazendo o uso de palavras fora do seu contexto e, muitas vezes, consideradas em desuso pelo vocabulário jurídico, ou seja, uso do famoso “Juridiquês”.

A clareza de pensamentos está profundamente interligada com o palavreado claro e preciso. No Direito, o eficaz sentido das palavras se faz de suma importância em todo e qualquer sistema jurídico, pois para que de fato seja atingido o fim desejado deve-se considerar todo o valor empregado no vocabulário técnico, estabelecendo relações de coesão, coerência, fixando uma relação harmônica entre o sistema técnico da língua e a transparência de pensamento exigida.

Ao expressar-se oralmente, o agente de Direito faz o uso de expressões e gestos que exteriorizam o pensamento e ideia gerada em sua mente, no entanto, em diversos momentos ocorrem determinados descuidos ocasionados pela falta de atenção e cautela acerca da comunicação verbal, a qual vem a acarretar uma má pronúncia e um estilo viciado. Nestas questões, o advogado possui a necessidade de manter-se sempre em constante prática, tanto na forma escrita quanto em sua forma oral, buscando melhor sua comunicação e a forma como redige suas ideias ao mundo externo.

Para que haja efetiva prática visando uma boa comunicação, o agente deve buscar constantes meios de conhecimento, como livros, artigos científicos, revistas acadêmicas, prática de escrita e fala constantes, dentre outros. Assim, vê-se que o domínio da leitura pode contribuir ao domínio da escrita, prática a qual é indispensável no contexto atual, não apenas para que o agente de Direito realize seu trabalho com eficiência, mas para que compreenda melhor a realidade em que está inserida a sociedade. Sobre isso, afirma Henrique Andrade na seguinte citação:

Não basta, porém, ser alfabetizado para fazer da leitura um ato de 'crítica', que envolve constatação, reflexão e transformação de

significados. [...] A leitura é uma atividade necessária no mundo de hoje e não deve restringir-se às finalidades de estudo. É preciso ler para se informar, para participar, para ampliar conhecimentos e alcançar uma compreensão melhor da realidade atual. (ANDRADE e HENRIQUES, 1999, p. 49).

Uma vez que a linguagem, de maneira mais específica, a palavra, é o instrumento primordial de trabalho para todo e qualquer profissional do Direito, deve-se considerar que o objetivo visado pelo agente no desempenho diário de sua atividade seja o de servir de intermédio para a efetiva concretização e realização da prestação jurisdicional com foco na satisfação do interesse do cliente. Sendo assim, o operador de Direito tem a responsabilidade de dominar o conhecimento referente a sua área de atuação e a linguagem adequada, tomando conhecimento da proporcionalidade real dos deveres e obrigações que possui acerca de seu trabalho perante a sociedade. Dessa forma, "O Direito é a profissão da palavra e ao jurista, mais do que a qualquer outro profissional, cumpre utilizar corretamente a Língua Portuguesa. Para o jurista e para o advogado, a palavra é o seu cartão de visitas." (GONÇALVES, 1997, p. 13).

Por fim, o saber se expressa de maneira adequada pela busca constante do conhecimento acerca da língua de seu povo. Estimular as pessoas a conhecerem melhor o seu idioma e a sua linguagem possibilita a formação de cidadãos e profissionais mais ativos nas atribuições de suas atividades, em busca de um país mais maduro, desenvolvido, democrático e capacitado a compreender o seu semelhante.

## CONCLUSÃO

Mediante o exposto, existe algo importante na comunicação jurídica, e não é a beleza da sofisticação da linguagem, mas, sim, a clareza, a concisão e a precisão que se apresenta por meio de um raciocínio lógico e coerente. A necessidade de simplificação da linguagem jurídica não pode ser confundida como incentivo ao desuso de termos técnicos necessários ao contexto forense, a simplificação nada mais é do que o combate ao excesso. Uma linguagem

simplificada é um instrumento que possibilita o acesso à justiça, quebrando a barreira comunicativa entre o direito e os indivíduos leigos.

Portanto, o uso exagerado da linguagem técnica pelos profissionais do direito em sentenças, audiências, textos jurídicos e até mesmo em consultas jurídicas impede a compreensão da linguagem. Diante disso, deve haver adaptações na linguagem do profissional, de acordo com a situação vivida, além de levar em consideração o nível de linguagem que o seu receptor/ouvinte possui, pois, nesses casos, geralmente o cliente é o próprio receptor, e não possui o conhecimento acerca da linguagem jurídica, porém é o maior interessado no processo. Dessa forma, é preciso haver uma linguagem clara e precisa entre o profissional do direito e seu cliente, a fim de haver a compreensão plena da mensagem que está sendo transmitida e evitar que ocorra equívocos de interpretação.

Finalmente, ter o conhecimento acerca da linguagem de seu povo e saber como utilizá-la de maneira adequada em seu cotidiano e em seu ambiente de trabalho, faz com que a comunicação seja mais eficiente, demonstra o sentimento de respeito, admiração e amor pela sua nação e por tudo aquilo que engloba as mais diversas culturas. A ausência de termos obscuros e o constante estímulo de desenvolvimento da linguagem apresentado as pessoas, podem contribuir para que todos se sintam parte do idioma e, isso, pode possibilitar a formação de cidadãos e profissionais mais ativos na sociedade.

## REFERÊNCIA

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 7.448**, de 2006. Disponível em:  
<[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=416293](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=416293)>. Acesso em: 20 out. 2021.

BRASIL. **Código de Processo Civil** (2015). Código de Processo Civil Brasileiro. Brasília, DF: Senado, 2015. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm).  
Acesso em: 22 out. 2021

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho, Região 4. **Acórdão nº 0000869-29.2013.5.04.0241 RO** de 17 de março de 2016. Disponível em:

<<http://s.conjur.com.br/dl/juiz-redige-decisao-linguagem-coloquial.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2021.

BUSTILLO, Luísa Nascimento; GONÇALVES, Jean Cleber; NASCIMENTO, Grasiela Augusta Ferreira. **O Jurídiquês e sua Complexidade como Barreira entre o Cidadão Leigo e o Mundo Jurídico**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SALESIANO DE EDUCAÇÃO, IV, 2017, Lorena, Anais eletrônicos. Disponível em: <[http://www.lo.unisal.br/sistemas/conise2017/anais/207\\_13500816\\_ID.pdf](http://www.lo.unisal.br/sistemas/conise2017/anais/207_13500816_ID.pdf)>. Acesso em: 22 out. 2021.

REOLON, Suzana Minuzzi. **Direito e Justiça**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 180-191, jul./dez. 2010.

PORTO, Ana Paula Teixeira. Profa. Ms; PORTO, Luana Teixeira. Profa. Ms. **Língua Portuguesa Aplicada ao Direito**. Santa Cruz do Sul, março de 2006.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 20 out. 2021.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei Complementar nº 95**, de 26 de fevereiro de 1998. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1998/leicomplementar-95-26-fevereiro-1998-363948-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 20 out. 2021.

REOLON, Suzana Minuzzi. **A Linguagem Jurídica e a Comunicação entre o Advogado e seu Cliente na Atualidade**. *Direito & Justiça*, v. 36, n. 2, p. 180-191, jul. /dez. 2010. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/article/view/9101>>. Acesso em: 22 out. 2021.

TORRES, Isabelle Christine Soares. **Linguagem Jurídica: juridiquês como barreira à compreensão e acesso à justiça**. 2018. Disponível em: <<http://repositorio.asc.es.edu.br/handle/123456789/1586>>. Acesso em: 20 out. 2021.

WAGNER, Luiz Roberto. Obra: **Português: o estranho dialeto jurídico**. v.5 - n.1 – 2008.

## **MULHERES E A POBREZA MENSTRUAL: A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE ABSORVENTES COMO PRESSUPOSTO DE EFICÁCIA DA DIGNIDADE HUMANA**

Milena Alberti<sup>1</sup>  
Bianca Tams Diehl<sup>2</sup>

### **RESUMO**

O tema do artigo recai sobre as mulheres e a pobreza menstrual. A delimitação temática do estudo incide sobre a necessidade de distribuição gratuita de absorventes como pressuposto de eficácia da dignidade, com base em dados da UNICEF e em estudos doutrinários, nos anos de 2020 e 2021. Considerando que a pobreza menstrual é um grave mazela social, o problema de pesquisa repousa no seguinte questionamento: por que há resistência em promover a saúde menstrual das mulheres brasileiras? A indagação sugere duas hipóteses, quais sejam: a) A resistência na promoção da saúde menstrual ocorre pela deficiência na representatividade das mulheres na política brasileira. b) A resistência se dá por uma falsa compreensão de que absorventes consistem em itens supérfluos e que o não fornecimento não viola a saúde ou a dignidade das mulheres. A pesquisa foi construída em dois capítulos, que coincidem com os objetivos específicos. Inicialmente, apresenta-se os aspectos sobre a dignidade da pessoa humana, o direito à saúde e a importância da saúde menstrual. Posteriormente, estuda-se os aspectos legais da distribuição de absorventes de forma gratuita no Brasil. A metodologia adotada caracteriza-se como teórico-empírica, de cunho explicativo, de natureza quantitativa e qualitativa no tratamento dos dados bibliográficos e documentais. O método de abordagem é hipotético-dedutivo. Ao final, foi possível concluir que a promoção da saúde menstrual consiste em uma questão de higiene, de humanidade, de dignidade e de saúde pública, que deve ser encorajada e estimulada pelo governo mediante ações afirmativas, políticas públicas e programas de conscientização.

**Palavras-chave:** Menstruação – Saúde – Dignidade.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do 10º semestre do curso de Direito nas Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA. E-mail: milenaalberti27@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). Mestre em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Especialista em Ciências Jurídicas pela Universidade Candido Mendes (UCAM). Graduada em Direito pela UNIJUI. Professora e Coordenadora do curso de Direito das Faculdades Integradas Machado de Assis (FEMA). Coordenadora do Projeto de Pesquisa Tutela Constitucional dos Direitos dos Vulneráveis e do Projeto de Extensão A Mediação de Conflitos nas Escolas: um caminho para a realização da cultura de paz e da cidadania, ambos do Curso de Direito da FEMA. direitofema1@gmail.com



## INTRODUÇÃO

O tema do presente artigo recai sobre a pobreza menstrual das mulheres. A delimitação temática do estudo incide sobre a pobreza menstrual das mulheres no Brasil, a partir da análise da distribuição gratuita de absorventes como pressuposto de eficácia da dignidade humana, com base em dados fornecidos pela UNICEF e em estudos doutrinários, no período compreendido entre os anos de 2020 e 2021.

Considerando que a menstruação é um processo fisiológico da natureza feminina e que a falta da devida assistência pode gerar pobreza menstrual, ensejando uma grave mazela social, o problema de pesquisa repousa no seguinte questionamento: Por que há resistência em promover a saúde menstrual das mulheres brasileiras? A indagação sugere duas hipóteses, que pautarão a análise do artigo, quais sejam: a) A resistência na promoção da saúde menstrual ocorre pela deficiência na representatividade das mulheres na política brasileira. b) A resistência se dá por uma falsa compreensão de que absorventes consistem em itens supérfluos e que o não fornecimento não viola a saúde ou a dignidade das mulheres.

A justificativa do trabalho se dá pela relevância temática, uma vez que a menstruação, até hoje, é um tabu na sociedade brasileira e as informações sobre o ato de menstruar são escassas. Muitas meninas, inclusive, apenas vêm a aprender o que é a menstruação nas Escolas, ou até mesmo no momento da menarca, pois o assunto é pouco mencionado junto das famílias.

Por conseguinte, o estudo é pertinente e necessário pois o direito à saúde menstrual é intrinsecamente ligado à dignidade humana das mulheres, assim, o fornecimento de absorventes de forma gratuita consiste em um meio de garanti-la. Ademais, há três projetos de lei que serão abordados no decorrer da pesquisa que falam sobre a saúde menstrual, portanto, a pesquisa se justifica também pela atualidade do tema.

O estudo foi construído em dois capítulos, que coincidem com os objetivos específicos da pesquisa. Assim, em um primeiro momento, apresenta-se os aspectos sobre a dignidade da pessoa humana, sobre o direito à saúde e, por

fim, sobre a importância da saúde menstrual. Em um segundo momento, estudamos aspectos legais da distribuição de absorventes de forma gratuita no ordenamento brasileiro.

A metodologia adotada para a realização da pesquisa caracteriza-se como teórico-empírica, de cunho explicativo, natureza quantitativa e qualitativa no tratamento dos dados bibliográficos e documentais. O método de abordagem é hipotético-dedutivo.

## **1 DIREITO À DIGNIDADE E À SAÚDE: IMPORTÂNCIA DA PROMOÇÃO DA SAÚDE MENSTRUAL**

Inicialmente, antes de abordar os aspectos relevantes da pesquisa e demonstrar que a pobreza menstrual consiste em uma grave mazela social, é necessário falar sobre o direito à saúde e o direito à dignidade.

A dignidade da pessoa humana é princípio fundamental no ordenamento jurídico brasileiro. Tal princípio está consolidado no art. 1º, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, nos seguintes termos:

Art. 1º: A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamento:

[...]

III- a dignidade da pessoa humana; [...] (BRASIL, 1988).

Entretanto, embora muito se fale sobre a dignidade da pessoa humana, conceituar tal princípio é muito difícil. Ingo Wolfgang Sarlet define dignidade – diga-se de passagem, de forma brilhante – como uma qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano, que o faz merecedor de respeito por parte do Estado e da comunidade, implicando, nesse sentido, um complexo de direitos e de deveres fundamentais (SARLET, 2011).

Tais direitos e deveres têm por objetivo assegurar às pessoas de que estarão a salvo de qualquer ato de cunho degradante e desumano. Ainda, tem intrínseca relação com a garantia de condições mínimas existentes para uma vida saudável, além de propiciar e de promover sua participação ativa e

responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos (SARLET, 2011).

Assim, a partir desse conceito, é possível entender que o direito à dignidade é inerente a todos os seres humanos, tão somente pela condição de serem humanos. Assim, devem ser vistos, respeitados pelo Estado, pela comunidade, e têm direito a promover os destinos da própria existência, bem como da vida em comunhão com os indivíduos com quem convivem.

Neste ponto, é importante salientar que dentre os direitos e deveres fundamentais que o direito à dignidade implica, encontra-se o direito à saúde. O direito à saúde está previsto no rol de direitos fundamentais da Constituição Federal de 1988, qualificando-se como um direito social, também podendo ser chamado de direito fundamental de segunda geração. Nesse sentido, sobre as gerações de direitos, é importante trazer o entendimento de Valdirene Ribeiro de Souza Falcão, qual seja:

A classificação de Karel Vasak identifica os direitos de 1º geração, como os direitos individuais, consubstanciados nos direitos e garantias individuais e políticos (são as denominadas “liberdades públicas”). Os direitos de 2º geração, por sua vez, seriam os direitos econômicos, sociais e culturais, surgidos no início do século XX, que tinham como primado a busca pela igualdade social. Na sequência, temos os direitos de 3º geração, também denominados “direitos de solidariedade ou fraternidade”, que dizem respeito à necessidade de se tutelar o meio ambiente, os consumidores, o desenvolvimento de povos e nações, enfim, trata-se de novos direitos, de natureza específica, haja vista que protegem direitos difusos e coletivos. (FALCÃO, 2013, p. 220).

Assim, é possível verificar que o direito à saúde enquadra-se no rol dos direitos sociais, que têm por objetivo principal, o alcance da igualdade. Ademais, neste ponto é importante salientar que os direitos de primeira geração compreendem as liberdades negativas, que impõem ao Estado um não-agir ou dever de abstenção.

Diferente ocorre nos direitos de 2º geração, que englobam as liberdades positivas, as quais impõem um dever de agir estatal. Desse modo, o Estado deve promover a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade

e à infância, a assistência aos desamparados, na forma do art. 6º da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Nesse ponto, é importante salientar que o rol de direitos sociais não está previsto apenas no art. 6º, existindo direitos sociais espalhados em toda a Constituição. Ademais, sobre o direito à saúde, o art. 196 da Constituição Federal dispõe que “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988).

Assim, voltando ao objetivo central do artigo, o Estado deverá promover a saúde, que é direito de todos. Todavia, embora a Constituição assegure a saúde como um direito de todos, há poucos mecanismos de promoção da saúde menstrual, o que viola os direitos fundamentais das mulheres, bem como a dignidade.

Estudos realizados pela UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância - demonstram que a pobreza menstrual consiste em um fenômeno complexo, multidimensional e transdisciplinar, caracterizado por alguns pilares como: falta de acesso a produtos adequados para o cuidado da higiene menstrual; questões estruturais como a ausência de banheiros seguros e em bom estado de conservação; insuficiência ou incorreção nas informações sobre a saúde menstrual e autoconhecimento sobre o corpo e os ciclos menstruais; tabus e preconceitos sobre a menstruação que resultam na segregação de pessoas que menstruam de diversas áreas da vida social, dentre outros fatores (UNICEF, 2021).

Ademais, segundo os dados trazidos pela UNICEF, a ausência de acesso adequado a produtos de higiene menstrual levam as mulheres e meninas que menstruam a usarem soluções improvisadas para conter o sangramento, como, por exemplo, uso de panos velhos, roupas usadas e até, em alguns casos, miolo de pão. O uso desses meios de contenção pode causar diversos problemas fisiológicos, além de prejudicar a saúde emocional (UNICEF, 2021). Nesse sentido:

Como consequência desse insuficiente ou inadequado manejo da menstruação podem ocorrer diversos problemas que variam desde questões fisiológicas, como alergia e irritação da pele e mucosas, infecções urogenitais como a cistite e a candidíase, e até uma condição que pode levar à morte, conhecida como Síndrome do Choque Tóxico. Do ponto de vista de saúde emocional, a pobreza menstrual pode causar desconfortos, insegurança e estresse, contribuindo assim para aumentar a discriminação que meninas e mulheres sofrem. (UNICEF, 2021, p.11-12).

Assim, é evidente que a pobreza menstrual é uma grave mazela social, pois viola direitos como o direito à saúde, à dignidade e em alguns determinados casos, pode levar à morte. Além disso, além das questões fisiológicas, causa danos emocionais, como desconforto, insegurança e estresse.

Assim, é dever do Estado promover a higiene menstrual, por meio de políticas públicas de distribuição de absorventes e também programas de conscientização, para auxiliar as mulheres a compreenderem a menstruação e terem acesso às informações necessárias sobre o ato de menstruar. No próximo capítulo, será abordada a necessidade de distribuição gratuita de absorventes e os instrumentos relativos à temática no ordenamento jurídico brasileiro.

## **2 DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE ABSORVENTES: ASPECTOS LEGAIS NO BRASIL**

No Brasil, há pouco a pobreza menstrual começou a ser discutida. Até meados de 2021, não havia nenhuma legislação existente com o objetivo de promover a saúde menstrual, o que representa uma grande inércia dos legisladores no tocante aos direitos das mulheres.

O ente da federação pioneiro na legislação sobre a matéria foi o Município de São Paulo. Tal Município sancionou, em julho desse ano, o Projeto de Lei n.º 388/2021, que posteriormente tornou-se a Lei n.º 17.574/2021, a qual instituiu o programa de cuidados com as estudantes na Rede Municipal de Ensino de São Paulo, que, dentre outros pontos, determina o fornecimento de absorventes para estudantes da rede municipal de ensino, dentro do ambiente escolar, no intuito

de evitar a evasão estudantil. Nesse sentido, a redação dos primeiros artigos do dispositivo é a seguinte:

Art. 1º As Unidades Educacionais de Ensino Fundamental e Médio deverão organizar uma cesta de itens de higiene que contenha **absorvente descartável, externo e interno, para oferecimento às alunas no espaço escolar, sempre que se fizer necessário.**

§ 1º A cesta de itens deve se manter abastecida para que não falem insumos para o uso das estudantes.

§ 2º Poderá ser estimulada a oferta de absorventes sustentáveis.

Art. 2º A cesta poderá conter, entre outros itens, lenço umedecido, desodorante sem perfume, escova de dente, creme dental, fio dental e sabonete para uso dos estudantes sempre que precisarem. [...] (MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 2021). [grifo nosso].

Os dispositivos supracitados representam uma grande inovação no ordenamento jurídico brasileiro, pois pela primeira vez a menstruação, que é um assunto de extrema importância foi colocada em pauta. Além disso, representa o fim de uma grande inércia legislativa, uma vez que pela primeira vez a menstruação é objeto de debate no ordenamento.

A legislação do Município de São Paulo tem por objetivo, dentre outros pontos, a promoção da higiene menstrual. Para alcançar tal objetivo, determina que as unidades educacionais de Ensino Fundamental e médio deverão organizar cesta de itens de higiene, tais como absorvente descartável, externo e interno, para oferecimento das alunas no ambiente escolar (MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 2021).

Além do Município de São Paulo, a promoção da saúde menstrual também foi colocada em pauta no estado da Paraíba, onde foi criado o programa Dignidade Menstrual, instituído pela Lei n.º 12.048/21. O programa estabelece a distribuição e absorventes e coletores menstruais nas redes públicas de saúde, assistência social e também no sistema prisional (PARAÍBA, 2021). Nesse sentido, o art. 2º da referida lei enumera os objetivos do programa, quais sejam:

Art 2º: O Programa Estadual Dignidade Menstrual têm por objetivos:  
I - garantir gratuitamente na rede pública de saúde, educação, assistência social e sistema prisional e socioeducacional a distribuição de absorventes (internos/externos) descartáveis ou reutilizáveis, coletores menstruais e calcinhas absorventes, para crianças,



adolescentes, mulheres em idade reprodutivo e/ou no climatério e homens trans;

II - garantir a dignidade menstrual por meio do acesso a informação e a produtos de higiene e saúde menstrual;

III - promover ações para combater a desinformação e tabu sobre a menstruação, com ações de acesso a informação sobre a saúde integral das mulheres, produtos menstruais e direitos sexuais e reprodutivos;

IV - combater a desinformação e tabu sobre a menstruação, com a ampliação do diálogo sobre o tema nos espaços da rede pública e privada de saúde, na comunidade escolar, serviços da rede socioassistencial e outros;

V - prevenir e reduzir os problemas e agravos a saúde decorrentes da falta de acesso a produtos de higiene menstrual e informação sobre a saúde integral das mulheres;

VI - oferecer assistência integral com apoio psicológico, social, terapia hormonal, não hormonal e outros a pessoas do sexo feminino que estão em processo de climatério e menopausa;

VII - garantir absorventes, papel higiênico, água e sabão nos banheiros das instituições estaduais da Paraíba;

VIII - realizar campanhas anuais de conscientização, formação e sensibilização sobre a dignidade menstrual, com palestras, capacitações, elaboração de cartilhas e mídias digitais, folhetos explicativos e outros, em parceria com órgãos públicos, privados e/ou sociedade civil. (PARAÍBA, 2021).

A legislação mencionada se mostra muito completa, uma vez que além de trazer disposições sobre a distribuição gratuita de itens de higiene menstrual, prevê ações sociais e campanhas de conscientização sobre a dignidade menstrual.

Por fim, mas não menos importante, no âmbito da União, recentemente foi sancionada a Lei n.º 14.214/2021, que institui o programa de proteção e promoção da saúde menstrual. O programa do governo federal tem por objetivos combater a precariedade menstrual, identificada como a falta de acesso a produtos de higiene e a outros itens necessários ao período da menstruação feminina, ou a falta de recursos que possibilitem a sua aquisição, além de oferecer garantia de cuidados básicos de saúde e desenvolver meios para a inclusão das mulheres em ações e programas de proteção à saúde menstrual (BRASIL, 2021).

Entretanto, o ponto referente à distribuição gratuita de absorventes foi objeto de veto presidencial. Isso demonstra que, embora a menstruação seja um ato involuntário e fisiológico para meninas e mulheres, ainda existe um tabu

sobre a temática, o que leva a uma falsa compreensão de que a distribuição de absorventes é supérflua.

Nesse ponto, é importante salientar a relevância da representatividade feminina na política, no sentido de ocupar espaço de fala, de poder e de decisão, hoje majoritariamente ocupados pelos homens. Hoje, apenas 15% das legislatura no Congresso Nacional são de mulheres, o que demonstra que, apesar de toda a igualdade consagrada na Constituição Federal, ainda é difícil a ocupação de determinados espaços por mulheres (MELLO, 2021).

Um exemplo que comprova a importância de termos mais mulheres ocupando cargos políticos é a Lei n.º 14.124/21 que instituiu o programa de proteção e promoção da saúde menstrual. O projeto da referida legislação foi de proposta da deputada federal Marília Arraes, do Partido dos Trabalhadores de Pernambuco e rechaçada por muitos parlamentares homens (SENADO FEDERAL, 2019).

Assim, verifica-se que a presença de mulheres no Poder Legislativo Federal e nas Assembleias legislativas estaduais é importante para colocar em pauta pleitos femininos, tais como a pobreza menstrual, a violência doméstica e outras questões que são de maior interesse das mulheres, sobretudo daquelas que sofrem com tais mazelas.

Ademais, como já salientado, o ato de menstruar é fisiológico, involuntário e não se tem controle de quando e onde irá acontecer. Portanto, o acesso à absorventes não é um item supérfluo, mas sim necessário à saúde física e emocional das meninas e das mulheres, além de um direito e passaporte ao alcance da dignidade humana.

O fornecimento de absorventes em banheiros femininos é tão importante quanto o fornecimento de papéis higiênicos e sabonetes, uma vez que trata-se de questão de higiene e de saúde pública.

Desse modo, é possível afirmar que há, a passos lentos, evoluções sobre a temática no ordenamento brasileiro, no entanto, precisa-se evoluir muito. A saúde menstrual deve ser promovida pela sociedade e pelo Estado, por meio de

ações afirmativas, de campanhas de conscientização e de políticas públicas, no intuito de viabilizar a proteção e o combate à pobreza menstrual.

## CONCLUSÃO

Diante dos aspectos apontados, é possível afirmar que a promoção, a prevenção e a proteção da saúde menstrual consiste em promover a dignidade de diversas meninas e mulheres brasileiras que não possuem, por muitas vezes, conhecimento, condições econômicas e discernimento sobre o ato de menstruar.

O governo brasileiro, ao longo dos anos, restou inerte sobre a questão, nitidamente por desinteresse, não por desconhecimento de causa. Apenas no ano de 2021 a pobreza menstrual foi colocada em pauta, o que representa uma imensa inércia legislativa e demonstra, com clareza, a deficiência da representatividade feminina na política brasileira, logo, o descaso.

Assim, considerando que o problema de pesquisa consiste em compreender por qual motivo há resistência em promover a saúde menstrual das mulheres brasileiras, a fim de garantir a dignidade humana, com o fornecimento de absorventes de forma gratuita, é possível acolher parcialmente ambas as hipóteses, quais sejam: a resistência na promoção da saúde menstrual ocorre, sim, pela deficiência na representatividade das mulheres na política brasileira; e também se dá pela falsa compreensão de que absorventes consistem em itens supérfluos e que o não fornecimento não viola a saúde ou a dignidade das mulheres.

No entanto, a concepção de que os absorventes são itens supérfluos e de que seu não fornecimento não viola a saúde ou a dignidade de mulheres e de meninas é equivocada, conforme justificado e fundamentado no estudo ora apresentado. A promoção da saúde menstrual consiste em uma questão de higiene, humanidade, dignidade e de saúde pública, que deve ser encorajada e estimulada pelo governo mediante ações afirmativas, políticas públicas e programas de conscientização.

Somente assim, a pobreza menstrual poderá ser combatida, dando efetividade aos direitos constitucionalmente previstos e resguardando os direitos fundamentais de diversas mulheres e meninas que se encontram nessa situação.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Diário Oficial Da União**, Brasília, DF, 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei n.º 14.214, de 06 de outubro de 2021. **Diário oficial da União**, Brasília, 06 de outubro de 2021. Disponível em: L14214 (planalto.gov.br). Acesso em 31 de outubro de 2021.

ESTADO DA PARAÍBA. Lei n.º 12.048, de 14 de setembro de 2021. **Diário Oficial do estado da Paraíba, 2021**. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/pb/lei-ordinaria-n-12048-2021-paraiba-institui-e-define-diretrizes-para-o-programa-estadual-dignidade-menstrual-no-estado-da-paraiba-com-o-objetivo-de-pro-mover-o-acesso-a-absorventes-internos-externos-descartaveis-e-ou-reutilizaveis-coletores-menstruais-e-calcinhas-absorventes-para-criancas-adolescentes-mulheres-em-idade-reprodutiva-e-homens-trans-e-de-conscientizacao-sobre-a-menstruacao-enquanto-processo-natural-no-ciclo-de-vida-das-mulheres-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 31 out. 2021.

FALCÃO, Rosilene Ribeiro de Souza. Os direitos fundamentais e o princípio da dignidade humana. **Revista SJRJ**, Rio de Janeiro, vol. 20, n. 38, p. 227-239, dez. de 2013. Disponível em: <<https://www.jfrj.jus.br/sites/default/files/revista-sjrj/arquivo/465-2049-2-pb.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2021.

MELLO, Karine. Com pouca representatividade na política, mulheres ainda buscam direitos. Projeto que cria líder na bancada feminina será votado hoje. **Agência de Notícias**, 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-03/com-pouca-representatividade-politica-mulheres-ainda-buscam-direitos>>. Acesso em: 02 nov. 2021.

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Lei n.º 17.574, de 12 de julho de 2021. **Prefeitura do Município de São Paulo**, 12 de julho de 2021. Disponível em: LEI Nº 17.574 DE 12 DE JULHO DE 2021 « Catálogo de Legislação Municipal (prefeitura.sp.gov.br). Acesso em: 31 out. 2021.



11 e 12 de nov. de 2021  
ISBN: 2177-1103.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 9. ed., rev. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

UNICEF. **Pobreza Menstrual no Brasil**: desigualdades e violações de direitos. Unicef, 2021. Disponível em: <dignidade-menstrual\_relatorio-unicef-unfpa\_mai2021.pdf>. Acesso em: 31 out. 2021.

## OS MUTANTES E AS MINORIAS SOCIAIS: OS INIMIGOS DA VIDA FICTÍCIA E DA VIDA REAL.

Pietro von Borowski<sup>1</sup>  
Wesley Blaynner da Silva Lima<sup>2</sup>  
Bianca Tams Diehl<sup>3</sup>

### RESUMO

O tema do artigo é a vulnerabilidade das minorias sociais. A delimitação temática desse estudo é a comparação dos mutantes, grupo de personagens superpoderosos representados no título *X-Men*, com as minorias sociais na vida real, enquanto objetos de perseguições e construções como inimigos, logo, marginalizados. A pergunta que norteia a pesquisa repousa no seguinte questionamento: Em que medida os mutantes criados no mundo fictício da *Marvel Comics* representam minorias sociais, a partir da construção desses sujeitos como inimigos do padrão social e humano? O objetivo geral é encontrar nos mutantes um paralelo imaginário/temático para as minorias da vida real, tais quais mulheres, negros, indígenas, LGBTQIA+, dentre outros. A metodologia caracteriza-se como teórica, de cunho qualitativo e com fins explicativos. O método de abordagem para a análise e a interpretação das informações é dedutivo. A contribuição do trabalho é de que os receptores tomem conhecimento da representação fictícia, ainda que em paralelos, sobre problemas sociais cada vez mais emergentes e como esses assuntos existem na vida real a partir da construção e da identificação de grupos minoritários como inimigos dos padrões sociais. Conclui-se, ao final, que, tendo sua história e narrativa desenvolvidas a partir do eixo temático de segregação e discriminação, os *X-Men* representam no mundo literário uma interessante abordagem dos problemas políticos e sociais das minorias, porquanto ambos são visualizados como elementos marginalizados e discriminados da sociedade em que atuam. A repercussão esperada é a de que atinja tanto a instituição de ensino quanto a sociedade em geral.

---

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de Direito – 10º semestre, das Faculdades Integradas Machado de Assis (FEMA). Pesquisador do Grupo de Estudos Tutela Constitucional dos Direitos dos Vulneráveis das Faculdades Integradas Machado de Assis (FEMA). [pietrovonb@gmail.com](mailto:pietrovonb@gmail.com)

<sup>2</sup> Acadêmico do curso de Relações Internacionais – 6º semestre, da Universidade Estadual de Paraíba (UEPB). [blaynnerwesley@gmail.com](mailto:blaynnerwesley@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutora em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). Mestre em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Especialista em Ciências Jurídicas pela Universidade Candido Mendes (UCAM). Graduada em Direito UNIJUI. Professora e Coordenadora do curso de Direito das Faculdades Integradas Machado de Assis (FEMA). Coordenadora do Projeto de Pesquisa Tutela Constitucional dos Direitos dos Vulneráveis e do Projeto de Extensão A Mediação de Conflitos nas Escolas: um caminho para a realização da cultura de paz e da cidadania, ambos do Curso de Direito da FEMA. [direitofema1@gmail.com](mailto:direitofema1@gmail.com)



Palavras-chave: Mutantes – Minorias – *X-Men* – Inimigo.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo trata da representação dos mutantes dentro do universo fictício da Marvel Comics como inimigos dos padrões sociais e humanos, em correspondência às minorias sociais da vida real. A delimitação se dá em torno da construção literária do grupo de personagens superpoderosos, os *X-Men* e outros grupos, como conjunto que faz analogia às minorias, desde a sua criação na década de 1960 até os dias atuais, a partir dos discursos diversos, cada qual dentro de sua área (fictícia/real), que constroem tais sujeitos como inimigos sociais, logo, marginalizados, discriminados e negligenciados.

Busca-se, primeiramente, encontrar nos mutantes um paralelo imaginário/temático para as minorias da vida real, tais quais mulheres, negros, indígenas, LGBTQIA+, dentre outros. Assim, tem-se por norte a seguinte pergunta: Em que medida os mutantes criados no mundo fictício da *Marvel Comics* representam minorias sociais, a partir da construção desses sujeitos como inimigos do padrão social e humano?

Tal discussão faz-se necessária diante do avanço das discussões acerca do espaço político das minorias dentro da sociedade. A vulnerabilidade latente deste grupo é um assunto cada vez mais em voga no seio jurídico e social e merece destaques, sobretudo observando a representação midiática feita a partir dos mutantes, dos *X-Men*.

Para tanto, far-se-á análise metodológica de cunho qualitativo, baseada em estudo bibliográfico e doutrinário, pertinentes ao tema. Dessa forma, para melhor compreensão do tema abordado, o estudo é dividido da seguinte forma: primeiramente, a seção intitulada “Os *X-Men* da Ficção e as Minorias Sociais da Realidade”, estabelecem-se ligações entre o mundo literário no qual habitam os sujeitos denominados mutantes e as minorias sociais da vida real; e, em seguida, em “Os Inimigos da Sociedade e sua Marginalização”, observar-se-á a construção dos inimigos na sociedade, a partir da formação de discursos e

padrões para com as minorias na vida real e para com os mutantes na literatura imaginária.

## 1 REFERENCIAL TEÓRICO

### 1.1 OS X-MEN DA FICÇÃO E AS MINORIAS SOCIAIS DA REALIDADE

Sendo uma das maiores equipes de super-heróis da cultura pop, os *X-Men* tiveram sua estreia em 1963, pela editora *Marvel Comics*, criados por Stan Lee e seu parceiro Jack Kirby. Surgindo no meio da Guerra Fria e numa conturbada fase de tensões raciais que estava se instalando nos Estados Unidos, os *X-Men* vieram para representar, como alegorias, as diversas minorias e grupos sociais marginalizados (COLEÇÃO HISTÓRIA MARVEL, 2014).

Ilustração 1 - Os "Fabulosos X-Men", por David Marquez



FONTE: (UNCANNY X-MEN, 2018).

A sua primeira publicação foi intitulada de *The Uncanny X-Men*<sup>1</sup> e, embora tenha chegado ao Brasil como “Os Fabulosos X-Men”, o termo *uncanny* quer dizer esquisito, estranho e são assim justamente por funcionarem como alegorias às minorias sociais.

<sup>1</sup> Os Esquisitos *X-Men*, em tradução literal.

Dentro da história os mutantes são super-humanos que nascem, diferente do resto da população, com um gene capaz de lhes conceder habilidades inatas, principalmente super-humanas, chamado de “Gene X”. Esta condição genética que acomete uma pequena parcela da população mundial, dentro do universo fictício da editora Marvel Comics, é considerada como um salto evolucionário da espécie humana, recebendo a nomenclatura científica (e imaginária) de *homo superior*, o que representa a ascensão do então *homo sapiens*.

Os mutantes iniciaram sua história com duas oposições políticas e ideológicas centradas no Professor X, uma clara analogia ao Reverendo Martin Luther King Junior, com um discurso pacífico de coexistência entre humanos e mutantes, sua evolução genética, para com Magneto, sendo a representação de Malcom X, com o discurso de resposta agressiva às opressões (MACIEL, 2019). Alguns exemplos de mutantes conhecidos pelo grande público são: Wolverine, capaz de se curar de qualquer ferida; Jean Grey, a mutante telepata e telecinética; Tempestade, cuja mutação lhe concede controle sobre o clima; e Noturno, o mutante que, além dos poderes de teleporte, também possui uma fisionomia animal, com o corpo repleto de pelos azuis, presas afiadas, cauda, mãos e pés que se parecem patas.

Com o decorrer dos anos, os mutantes foram ganhando nova roupagem, adaptando-se e representando de forma cada vez mais explícita os problemas de segregação, perseguição e ódio aos diferentes, tudo isso enquanto lutavam contra alienígenas, super-vilões e entidades cósmicas superpoderosas.

Em suas histórias, são abordadas de maneira regular como os mutantes combatem a manifestação do preconceito e da discriminação pelas suas características inatas, inobstante estejam se arriscando diariamente pelo bem comum da sociedade. Nesse sentido, tal qual na sociedade real, a intolerância e o ódio dificultam a existência e o convívio dos seres humanos em comunhão. A existência em determinadas comunidades pode acabar se tornando sôfrega e cansativa se os sujeitos não se encaixarem nos padrões “naturais” e “obrigatórios” de normalidade exigidos socialmente.

Thomas Marshall, um sociólogo britânico que possui estudos a respeito de problemas sociais e cidadania, comenta que a cidadania só é efetiva se ocorrer a conquista de direitos (SILVA, 2017). Ele afirma que os homens nunca serão plenamente iguais, mas que essa desigualdade só se torna negativa quando possui características qualitativas. Seu pensamento segue afirmando que a cidadania não pode ser algo imposto, com exceção para as crianças por não serem capazes de tomar decisões importantes sozinhas, mas que o sentimento de cidadania brota dentro de cada indivíduo (DAUD; DAUD, 2016). Ou seja, a cidadania decorre de um processo social de inclusão, de crescimento e de expansão de direitos.

Esse, em verdade, nada mais é do que as lutas das minorias sociais pela ampliação de espaço político e pela garantia de direitos fundamentais básicos, tais quais a educação, a saúde e a integridade física. Faz-se lembrança, por exemplo, da história da garota chamada Ruby Bridges, cujos fatos são narrados na película chamada A História de Ruby Bridges”.

**Ilustração 2** - A menina Ruby enfrenta os protestos por ser a primeira garota negra a frequentar uma escola predominantemente branca.



FONTE: (A HISTÓRIA DE RUBY BRIDGES, 1998).

Ruby foi a primeira garota negra a ir estudar em uma escola, que até então apenas pessoas brancas frequentavam. Isso gerou revolta entre os pais a ponto



de surgirem protestos com cartazes contra a presença da menina. Esses pais chegaram até a retirar seus filhos das salas de aulas. Naquele dia mais de quinhentos estudantes foram levados da escola pelo simples fato de uma criança negra estar presente ocupando um espaço (A HISTÓRIA DE RUBY BRIDGES, 1998).

Percebe-se que, paralelamente no mundo das histórias em quadrinhos, ocorre com os mutantes algo parecido. No mundo fictício, os *homines superiores* possuem um refúgio para acolher, cuidar, ensinar e educar crianças e adolescentes mutantes que foram perseguidos, abandonados e sofreram diversas outras perseguições, mas estar ali representava uma ameaça para os humanos que viviam ao redor, pois representavam a união do grupo enquanto membros políticos na persecução de seus direitos.

**Ilustração 3** - Jean Grey, Scott Summers e Emma Frost, mutantes e membros dos "X-Men", enfrentando protestos anti-mutantes em frente ao refúgio, o Instituto Xavier.



FONTE: (NOVOS X-MEN POR GRANT MORRISON, 2021).

Mesmo que o Quarteto Fantástico, um grupo de super-humanos com poderes de fogo, invisibilidade e até um com o corpo coberto por uma estrutura rochosa, ou os Vingadores, não sofriam e nem eram considerados inimigos da sociedade, mas sim como heróis pelos olhos populares, os mutantes permaneceram sendo alvos de preconceito e discriminação pela sua condição natural.

Isso acontece porque não são os poderes que representam uma ameaça. O que representa a ameaça para essas pessoas é a diferença genética e de crenças: o inimigo não precisa segurar uma arma para assim ser considerado. Essa manifestação de ódio pelo diferente fez com que Ruby fosse lida como uma ameaça para a sociedade branca “de bem”, sendo que era apenas uma garotinha tentando ter acesso à educação. Nessa esteira, como diz Humberto Eco:

[...] desde o princípio que são construídos como inimigos não tanto os diferentes que nos ameaçam directamente (como seria o caso dos bárbaros), mas aqueles que alguém tem interesse em representar como ameaçadores, ainda que não nos ameacem directamente, de modo que não é tanto o seu carácter ameaçador que faz ressaltar neles a diferença, mas é a sua diferença que se torna sinal de carácter ameaçador. (ECO, 2021, p. 13-14).

Humberto Eco disserta, ainda, que a presença do inimigo pode ser construída a partir do sentimento de intrusão. Pensamento que se consolidou com as épocas, como as ameaças que pairam sobre um determinado território ou para com um determinado e específico grupo de pessoas.

Essa situação pode ser percebida no discurso da personagem Jean Grey, na ilustração 3, quando ela diz “Moramos aqui. Vivo aqui desde criança.” É nesse momento que a jovem professora, expressando seu sentimento de cidadania, sente que pertence àquele lugar, que apesar de estarem tentando tirá-la dali e excluí-la da comunidade/sociedade, sabe que pode e deve ocupar aquele espaço.

A partir de então, pode-se conceber as características cruciais à cidadania, segundo o conceito de Marshall, a qual é dividida em três categorias, quais sejam: os direitos civis, correspondentes aos direitos básicos e liberdade como o direito a voz, direito de ir e vir, pensamento, crença etc.; os direitos políticos, tais como os de poder participar da política, pelo direito ao voto ou a ocupar cargos públicos; e os direitos sociais, sendo estes ao bem estar, à educação, à segurança, dentre outros. Pressupõe-se, de acordo com o seu pensamento, que o sentimento de participação social só pode ser alcançado por



meio da educação, que apesar de ser um direito social deve ser garantido pelo Estado (DAUD; DAUD, 2016).

## 1.2 OS INIMIGOS DA SOCIEDADE E SUA MARGINALIZAÇÃO

Na situação dos mutantes, enquanto membros de uma sociedade intolerante, o direito à educação e à segurança lhes é negado até mesmo quando buscam tais elementos por si só, o que significa o mesmo que ter sua cidadania negada em todos os aspectos. “Mutantes vão embora” não é um discurso muito distante daqueles que se revoltam contra as minorias sociais que lutam por conquistar seu espaço político, os quais se baseiam justamente na exclusão dessas pessoas como membros da sociedade em que vivem, o que se reflete em diversas áreas de suas vidas como, por exemplo, a inclusão no mercado de trabalho.

Um paralelo interessante, nesse sentido, é a Feiticeira Escarlata, que tinha o sonho de ser atriz, mas por ser uma mutante, não conseguiu devido a intolerância e ao preconceito. Na vida real, mulheres trans, segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais, estão mais sujeitas à marginalização. Isso ocorre por falta de oportunidades de emprego em praticamente qualquer área de atuação, o que acaba restando para essas pessoas o trabalho na prostituição, que assola 90% de mulheres trans e travestis (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS, 2019).

No que tange à participação política de minorias sociais em cargos públicos, existe pouca participação. Em uma matéria publicada em dezembro de 2020 pela Folha de São Paulo, pessoas negras ocupam apenas 15% (quinze por cento) dos cargos no serviço público federal (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020).

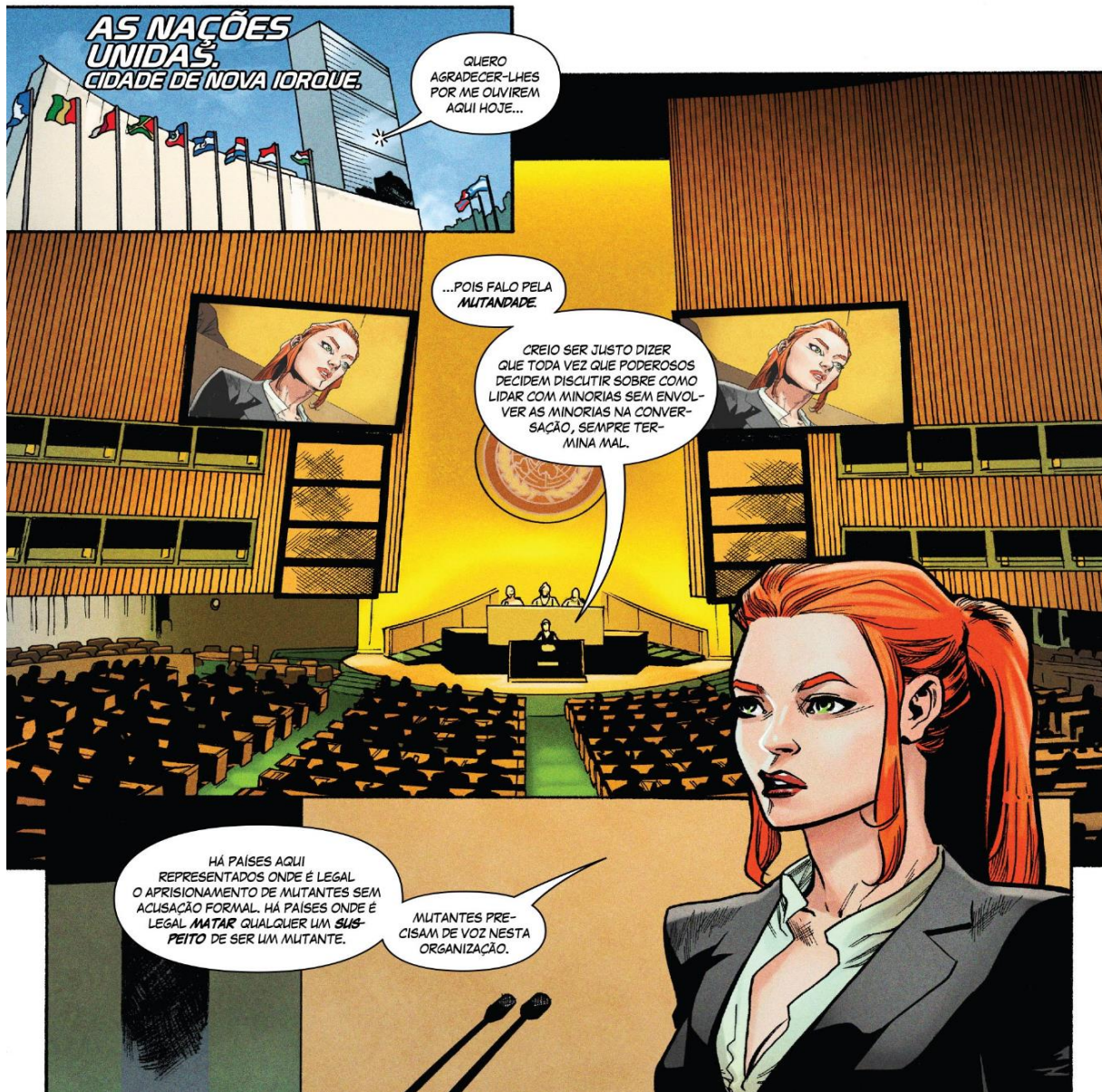
Em uma palestra ao Centro Acadêmico de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (CARI UNIFESP), a Embaixadora Irene Vida Gala comentou sobre a vida de mulheres brasileira no exterior. Apontou que a maioria delas está no exterior por causa de casamentos e, nos casos de agressões ou outros tipos de violência, as mulheres não eram assistidas pelas

embaixadas, pois a maioria dos cargos eram ocupados por homens. Ainda nesse tocante, não existiam projetos ou propostas desses projetos para que essas mulheres fossem devidamente acolhidas. Essas foram experiências que a embaixadora viveu como chefe do Consulado do Brasil em Roma (GALA, 2020).

Situação semelhante com minorias, dentro do cenário de relações internacionais, ocorreu em 2016, quando Laurent Stefanini não foi aceito como embaixador representante da França no Vaticano. A recusa veio do chefe de Estado, o Papa Francisco, e algumas das razões que podem ter levado a recusa de Stefanini é o fato de ser um homem homossexual, apesar de católico praticante, o que representa uma espécie de retaliação ao reconhecimento da união homoafetiva na França em 2013 (MENDES, 2018).

Um outro caso aconteceu com um embaixador dos Estados Unidos na República Dominicana, o qual foi criticado pelas autoridades católicas do país como incapaz, pois a sua homossexualidade agredia os valores religiosos e, por isso, não estava à altura de ser um representante dos EUA (CARMO, 2016).

**Ilustração 4** - Jean Grey discursa na sede da Organização das Nações Unidas como porta-voz da espécie mutante, em história fictícia.



FONTE: (X-MEN, 2019).

Na ilustração 4, Jean Grey, uma representante dos mutantes, agindo como diplomata, comenta sobre países em que mutantes podem ser presos ou até mesmo mortos, existindo mais um paralelo aqui entre as minorias sociais e a espécie fictícia.

No mundo real, por sua vez, urge elencar que cerca de trinta e seis Estados africanos criminalizam a homossexualidade e alguns desses países possuem até mesmo a pena de morte para essas pessoas, uma vez que são consideradas práticas criminosas (CALÇADO; HUMBERTO, 2018).

Por exemplo, em um discurso para a 68ª Assembleia Geral das Nações Unidas, o ex-presidente da Gâmbia, Yahya Jammeh, afirmou que seu país não admite e não tolera a homossexualidade, porquanto aquilo que desta deriva é pecaminoso e imoral. Ressaltou também a religiosidade, muçulmana e cristã, que guiam os valores culturais e morais da sociedade de Gâmbia, destacando que o Alcorão e a Bíblia são os guias que compelem as leis do país a combaterem os gays, tais quais mosquitos da malária e que têm a capacidade de levar a humanidade à extinção (O GLOBO, 2014).

A justificativa religiosa também foi utilizada diversas vezes como em “Deus Ama, O Homem Mata”, escrita por Chris Claremont. Nessa história, o personagem reverendo William Stryker utiliza justificativas bíblicas para criar um grupo fanático em favor do ódio, perseguição e eliminação dos mutantes. Essa publicação trouxe uma das cenas mais populares dos quadrinhos, em que o líder religioso aponta para Kurt Wagner, conhecido como Noturno, e questiona a sua “humanidade” devido à sua aparência animalesca/demoníaca, apesar de ser um mutante devoto ao cristianismo (X-MEN, 2014).



**Ilustração 5 - O Reverendo Willyam Stryker questiona a natureza do personagem Noturno, em razão da sua aparência.**



FONTE: (X-MEN, 2014).

Kurt é um dos mutantes mais amáveis, pacíficos e generosos que existe na equipe de super-heróis, já salvou o mundo incontáveis vezes e é considerado a “alma” da equipe mutante. Mesmo assim, por sua aparência, é considerado pelos fanáticos religiosos como algo diabólico, a imagem do “demônio”, uma perversão aos padrões socialmente aceitáveis.

O padrão visual do personagem aparece na linha narrativa daquilo que as sociedades costumam construir como inimigos, como destinatários do preconceito e do ódio coletivos. É o que lembra Humberto Eco:

O inimigo deve ser feio, porque se identifica o belo com o bom (*kalokagathia*), e um dos caracteres fundamentais da beleza foi sempre aquele a que a Idade Média chamará depois *integritas* (isto é, o ter tudo quanto é requerido para ser um representante médio daquela espécie, pelo que, entre os humanos, serão feios aqueles a quem faltar um membro, um olho, os que tenham uma estatura inferior à média ou uma cor <<desumana>>). (ECO, 2021, pag. 15).

O eixo de identidade do inimigo para com as minorias sociais pode ser percebido por meio da inferiorização da população negra e indígena ou, também, de minorias sexuais, repetidamente acusadas de transgredirem padrões e comportamentos de vestimentas ou de imposição de ideologias de gênero. Nesse sentido, os discursos religiosos e insuflados com o sentimento de

655

moralismo social se inflam para apontar pré-conceitos de desvio da norma social, tal qual se faz ao preto força bruta ou ao nativo preguiçoso.

Retornando um pouco ao discurso do personagem religioso na história intitulada “Deus Ama, O Homem Mata”, traça-se uma analogia entre a narrativa fictícia e os discursos de mesma natureza na vida real. Isso pode ser percebido quanto ao tom que esses segmentos da sociedade, em geral marcados e balizados pela profunda intervenção religiosa e moralista, dirige-se principalmente às minorias sexuais.

Analisando os discursos nesse sentido, Marcelo Natividade e Leandro de Oliveira observaram que:

Existem diversas formas pelas quais pode ser construída, nesses discursos, a figura do homossexual como uma personagem “ameaçadora”, em que representações de pureza e impureza, definições culturais do que é “saudável” ou “normal” podem estar mais ou menos entrelaçadas com percepções da atuação política das minorias sexuais. Um dos estereótipos empregados nesses discursos para qualificar formas da diversidade sexual recorre à metáfora da *doença* para se referir às suas manifestações. Há artigos que distinguem comportamentos sexuais saudáveis e *naturais* de outros percebidos como patológicos, sugerindo pistas quanto à existência de uma vertente particular de tais discursos que configura uma espécie de *sexologia religiosa*. Esta demarcaria as práticas sexuais admitidas por Deus por meio da segmentação e da especificação de um domínio das práticas referidas como “anormais”, “anômalas”, “pervertidas”, “mórbidas”, “obscenas”, portanto, “antibíblicas” e “antinaturais”. Não se trata meramente de postular o sexo penetrativo vaginal como única prática aceitável, mas de colocar em discurso uma pluralidade de “pecados” que são, simultaneamente, distúrbios da sexualidade. Trata-se de um discurso religioso que promove uma classificação de formas da sexualidade, tentando o tempo todo enquadrá-las como *práticas* que o sujeito exerce – “incorporadas”, “encarnadas”, mas suscitados por fatores externos ao sujeito, como a criação em famílias desestruturadas e a influência de demônios. (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2009, p. 149-150).

A narrativa delineada pelos discursos religiosos atualmente contra as minorias sexuais e, historicamente, contra negros e indígenas, vide a consensualidade com as práticas escravagistas dos países cristãos, e contra mulheres, considerando a instauração da Santa Inquisição na Idade Média, emite reflexos diretamente com o local em que esses grupos são categorizados na sociedade. Ou seja, marginalizados e subjugados da posição de sujeitos de



direito, escanteados para fora das políticas públicas e dos segmentos de participação social, porquanto carregam consigo marcas de inferiorização e de perversão às regras e práticas normais e aceitáveis do convívio.

É nessa ordem que os mutantes do mundo fictício dos quadrinhos exprimem seu paralelo mais profundo com a realidade: a de segregação e de marcação das diferenças entre grupos sociais. Todavia, também se compelem a “[...] demonstrar preocupação para com o sujeito social inferiorizado, pensando-o de forma reversiva, potencializada, isto é, como simulacros reversos [...].” (MACIEL, 2019, p. 14).

A linha narrativa que permite identificar os mutantes no universo literário dos quadrinhos na mesma condição de marginalidade que as minorias sociais, tais quais negros, indígenas, mulheres e LGBTQIA+, é que os:

[...] mutantes são humanos com características genóticas (e fenotípicas) modificadas. Exatamente por isso, são encarados, pela sociedade estadunidense, como um projeto de ser humano degradado e doente e que carregam em seus corpos as marcas dessa degradação. (MACIEL, 2019, p. 5).

Essa marcação da diferença, do que qualifica os seres humanos “normais” dos degenerados e dos marginalizados, é a linha que conduz a narrativa mutantes contra humanos na história da equipe. No mundo real, é a teoria que legitima os discursos religiosos de perseguição e supressão do espaço político das minorias sociais, elencando os vícios e os valores que se entendem por subversivos.

Veja-se que na construção da identidade do inimigo social, aquele contra o qual a sociedade deve se unir para extirpar do seu seio, esse é o eixo fundamental da união política de seus indivíduos. Corresponde, basicamente, a ser eleito um bem comum a ser perquirido em conjunto.

Humberto Eco identifica elementos em comum na identificação dos inimigos da sociedade ao longo do tempo: o hebreu, para o cristão, é monstruoso e fétido, tal qual o Anticristo certamente o seria; a bruxa, no medievo, era devassa e aliada do demônio; dentre outros. Outro exemplo que calha observar

é a ideia do inimigo do povo na obra fictícia “1984”, de George Orwell, representada pelo personagem Emmanuel Goldstein: histórico, subversivo, desafiador, não conformado com a ordem política (ECO, 2021).

Quando os *homines superiores* são confrontados por cartazes com os dizeres “mutantes malignos”, na ilustração 03, está-se demonstrando o inconformismo da população com a conquista de espaço político e social de grupos marginalizados. Aqueles que assumem o papel de questionadores são frisados como subversivos e indisciplinados, desenquadrados das leis e ordens cogentes, esculpido pela leitura conservadora como inconformados com as relações e órgãos institucionais.

Na ilustração 05, no momento em que Jean Grey alerta os representantes internacionais presentes na conferência das Nações Unidas, a personagem relembra que mutantes também são sujeitos de direitos. Há um paralelo entre diversos regimentos e ordenamentos que continuam negando o espaço social de minorias sexuais, tais como mulheres e LGBTQIA+, como sujeitos de direito, os quais devem ter acesso a princípios básicos, como o direito à vida, à integridade física, à felicidade, etc.

Quando Noturno é questionado se é humano por causa de sua aparência, na ilustração 05, tem-se nitidamente que os *homines superiores* são relegados ao campo da marginalização, como sujeitos inferiores nas relações sociais. Essa é a manifestação do discurso religioso em relação às minorias sociais na vida real, enquanto concebem tais sujeitos como pecaminosos e atentados às normas de conduta humanas socialmente aceitáveis.

## CONCLUSÃO

Os “X-Men”, equipe de super-heróis fictícios publicados pela editora norte-americana Marvel Comics, estabelece um interessante paralelo midiático sobre o espaço e as lutas de minorias sociais no mundo real. Ambos, nesse sentido, são construídos como inimigos comuns da sociedade, pois representam quebra de padrões, valores e normas culturais e morais.

Em atenção aos objetivos que instruíram a construção do artigo, concebe-se a interpretação de que os *homines superiores* são narrados como sujeitos marginalizados e sobre os quais recai o julgamento público de subversivos, indisciplinados e ameaçadores, levando-os à imagem de inimigos da ordem, das leis e dos costumes. Nesse sentido, destacam-se os discursos públicos que assim os nomeiam.

Paralelamente, a mesma situação é vivenciada por minorias sociais. Estas são constantemente acusadas e perseguidas por estereótipos e preconceitos que tem por base a marcação e a definição de diferenças que separam “uns” dos “outros”, sendo que estas diferenças são o objeto que deve ser extirpado pelo bem da sociedade e pela manutenção dos valores sociais.

Por isso, respondendo à pergunta que instrui o artigo, “Em que medida os mutantes criados no mundo fictício da Marvel Comics representam minorias sociais, a partir da construção desses sujeitos como inimigos do padrão social e humano?”, responde-se que as histórias dos “X-Men” são importantes eixos literários para a compreensão desses grupos populacionais. Isso porque as construções narrativas delineadas permitem observar a estrutura social que é afeita às minorias sociais.

Significa dizer que os mutantes são, no mundo literário e fictício da Marvel Comics, minorias sociais, a par do mundo fantasioso, o que é comum das histórias em quadrinhos, que mesclam superpoderes, magia e ficção científica. Estes elementos, contudo, não excluem a narrativa basilar que instruiu a criação do grupo, ainda na década de 1960.

Isso porque suas histórias ainda são voltadas para a demonstração da segregação e da exclusão de diferenças, o que é tão marcante na conquista de espaços políticos e sociais pelas minorias sociais. Nesse sentido, percebe-se que ambos os grupos sofrem a estigmatização e a rejeição popular por suas características natas, padecendo de arcarem com a rotulação de inimigos dos valores e normas sociais e culturais, restando, portanto, marginalizados e discriminados socialmente.

## REFERÊNCIAS

**A HISTÓRIA DE RUBY BRIDGES.** Dir. Euzhan Palcy. Prod. Anne Hopkins. Walt Disney Company. 1998. Film.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **ANTRA representa o Brasil em audiência na CIDH sobre a situação das pessoas LGBTI.** 2019. Disponível em: < <https://antrabrasil.org/2019/11/21/antra-representa-o-brasil-em-audiencia-na-cidh/>>. Acesso em: 25 out. 2021.

CALÇADO, Diego. HUMBERTO, Márcio. **O Lado Sombrio do Arco Iris: a homofobia constitutiva na África.** 2018. Disponível em: < <https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2018/06/26/o-lado-sombrio-do-arco-iris-a-homofobia-constitutiva-na-africa/>>. Acesso em: 25 out. 2021.

CARMO, Gessica. **Homossexualidade na Diplomacia, ainda um tabu.** 2016. Disponível em: < <https://neai-unesp.org/homossexualidade-na-diplomacia-ainda-um-tabu-por-gessica-carmino/>>. Acesso em: 25 out. 2021.

**COLEÇÃO HISTÓRIA MARVEL: os X-Men.** São Paulo: Panini Books, n. 1. 2014.

DAUD, Anajara Carvalho Rabelo; DAUD, Samira dos Santos. A Atualidade da Teoria de Thomas Humphrey Marshall: efetividade da cidadania, políticas públicas e limites do controle judicial. **Revista de Direitos Sociais e Políticas Públicas**, v.2, n.1, 2016. Disponível em: < <https://www.indexlaw.org/index.php/revistadspp/article/view/551>>. Acesso em: 25 out. 2021.

ECO, Humberto. **Construir O Inimigo e Outros Escritos Ocasionalmente.** Rio de Janeiro: Record. 2021.

GALA, Irene Vida. **O Feminismo nas Relações Internacionais.** Centro Acadêmico de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo: São Paulo, 2020. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=EjiT3PdSJeQ>>. Acesso em: 25 out. 2021.

MACIEL, Rodrigo Lima. A Mutação como Metáfora para o Discurso da Diferença: representa es das práticas de racismo e de homofobia no universo literário dos X-Men. **Revista Internacional Interdisciplinar**, v.16, n.1, 2019. Disponível em: < <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6819902>>. Acesso em: 25 out. 2021.

MENDES, Perf rio. **Imunidade dos Familiares dos Agentes Diplom ticos: extensão e limites.** 2017. 103f. Disserta o (Mestrado em Direito Internacional e Relações Internacionais) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2017. Disponível em: < <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/39736>>. Acesso em: 25 out. 2021.

NATIVIDADE, Marcelo; OLIVEIRA, Leandro de. Sexualidades Ameaçadoras: religião e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n.2, 2009. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/32/447>>. Acesso em: 22 set. 2020.

**NOVOS X-MEN POR GRANT MORRISON: E de extinção.** São Paulo: Panini Books, n.1. 2021.

O GLOBO. **Presidente da Gâmbia chama gays de ‘vermes’ e promete combatê-los como o mosquito da malária.** 2014. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/presidente-da-gambia-chama-gays-de-vermes-promete-combate-los-como-mosquito-da-malaria-11648824>>. Acesso em: 25 out. 2021.

SILVA, Amaranta Vasconcelos. Marvel e os Direitos Humanos: histórias em quadrinhos, direitos sociais e cidadania. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DIREITO E LITERATURA, v.2, 2017. **Anais...** Disponível em: <<http://rdl.org.br/seer/index.php/anacidil/article/view/276>>. Acesso em: 25 out. 2021.

**UNCANNY X-MEN.** Marvel Comics, n. 1. 2018.

**X-MEN: Deus ama, o homem mata.** São Paulo: Panini Books. Edição Especial. 2014.

**X-MEN: Equipe Vermelha.** São Paulo: Panini Brasil, n. 2. 2019.

## OS IMPACTOS DO COVID-19 NA SAÚDE MENTAL DE ADOLESCENTES: ESTUDO DE CASO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA – RS

Antonia de Oliveira<sup>1</sup>  
Karla Flaviane Grams<sup>2</sup>  
Kelly Meinerz Gonçalves<sup>3</sup>

### RESUMO

Este artigo aborda qual é a relação entre o Covid-19 e o surgimento e/ou agravamento das doenças psíquicas em adolescentes visando a detecção primária de alguns indícios destes problemas de saúde. Primeiramente, é explicado e detalhado algumas definições sobre o vírus, como: nome científico, breve histórico de origem e dissipação do coronavírus (SARS-CoV-2) pelo mundo, Brasil e no município de Santa Rosa - RS. Logo após são apresentados: o que são doenças psíquicas, caracterizadas por uma alteração emocional, intelectual e/ou comportamental; seus principais sintomas e qual é o grupo de maior risco para desenvolvê-las. Posteriormente, são identificadas e destacadas quais as principais doenças psíquicas que podem surgir nos jovens e os efeitos e influências que o coronavírus teve, uma vez que a pandemia gerou muitos momentos de estresse e ansiedade, podendo ser percebido no fato de que 53% dos brasileiros declararam que seu bem-estar mental piorou muito no ano de 2020 (período durante a pandemia). Em seguida, esse dado nacional é confrontado com o público-alvo da pesquisa, sendo que atingiu cinquenta e seis adolescentes da Instituição pesquisada. Os resultados apontaram que 46,4% dos adolescentes pesquisados notaram modificações no comportamento de pessoas ao seu redor e 73,2% acreditam que estas alterações emocionais, comportamentais ocorreram devido à pandemia. Desta maneira, o artigo destaca a importância destas informações serem divulgadas, pois elas podem ser úteis na definição de estratégias para estabelecer ou melhorar a saúde mental dos adolescentes.

Palavras-chave: Covid-19 - Doenças Psíquicas - Adolescentes.

<sup>1</sup> Aluna do 1º Ano do Ensino Médio do Colégio Concórdia do município de Santa Rosa – RS. antoniaoliveira302005@gmail.com

<sup>2</sup> Aluna do 1º Ano do Ensino Médio do Colégio Concórdia do município de Santa Rosa – RS. karlaflavianegrams@gmail.com

<sup>3</sup> Mestra em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde. Orientadora. Professora de Química. Colégio Concórdia – Santa Rosa - RS. kelly.gonsalves@colégioconcordia.com



## INTRODUÇÃO

O período da adolescência é considerado um momento da vida das descobertas, interações pessoais e interpessoais, do contato físico, do estabelecimento das relações sociais, dos vínculos, da construção da ideologia. Desta maneira na adolescência tudo é sentido de uma forma diferente, de maneira mais intensa.

Desde março de 2020, quando as aulas foram suspensas por tempo indeterminado devido a quarentena ocasionada pela pandemia do Covid-19, observou-se a alteração da saúde mental da população, especialmente crianças e adolescentes. Devido ao isolamento social obrigatório, observou-se alterações no modo de agir, sentir e pensar, principalmente da população jovem.

Com a pandemia causada pelo coronavírus, esses jovens foram obrigados a ficar em casa, sem poder se encontrar com seus amigos e alguns familiares, muito menos frequentar locais públicos como: escola, igreja e festas. Deste modo, com menos interações pessoais e com o isolamento, surgiram pensamentos tristes, irritados, raivosos, carregados de mágoa. Esses pensamentos afetaram o comportamento de alguns adolescentes; aquele jovem que antes era extrovertido e alegre tornou-se desanimado, triste, pessimista e ansioso.

Há relatos que doenças psíquicas como: ansiedade, depressão, transtorno de déficit de atenção, transtorno obsessivo-compulsivo (pensamentos excessivos), se tornaram muito comuns entre adolescentes que estão vivendo este período de pandemia.

Desta maneira, a discussão deste assunto se faz pertinente, pois muitos adolescentes não buscam ajuda, acumulando o que estão sentindo, não sabendo com quem e como falar.

No ambiente escolar é possível detectar indícios dessas alterações psíquicas nas crianças e adolescentes afetados. Assim, foi desenvolvido um questionário que foi aplicado a adolescentes de treze anos até mais de dezoito anos de uma Instituição Particular de Ensino da cidade de Santa Rosa – RS,

visando identificar como a pandemia gerada pelo Covid-19 afetou ou não estes adolescentes.

Com a pesquisa teórica e os dados obtidos neste artigo espera-se a divulgação de mais informações sobre o assunto e seja possível a orientação e encaminhamento prévio de adolescentes a profissionais preparados para auxiliar neste processo de adaptação da vida frente à pandemia.

O artigo está organizado em uma parte introdutória realizando uma contextualização do tema. Em seguida, a parte do referencial bibliográfico. E por fim, a relação do aumento de doenças psíquicas em adolescentes durante a pandemia causada pelo Covid-19 entrelaçando junto aos dados levantados com a aplicação do questionário. Encerra-se o artigo com algumas conclusões abordando as opiniões dos autores.

## **1 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **1.1 COVID-19: DEFINIÇÕES E ASPECTOS HISTÓRICOS**

O termo Covid-19 é o nome que foi dado à doença causada pelo novo coronavírus, descoberto no final de dezembro de 2019. Segundo matéria publicada pelo programa Bem-Estar, no portal de notícias G1, em fevereiro de 2020 (GLOBO, 2020), o coronavírus é o nome de uma família de vírus que recebeu esta denominação por conta do formato do vírus que se assemelha à uma coroa. Este vírus é causador de infecções respiratórias e devido ao agravamento provocam outras enfermidades.

Conforme a mesma fonte, este vírus é comum e circula principalmente entre animais, como roedores e morcegos. Quando sua relação de coexistência é muito próxima e o vírus sofre mutações, pode também infectar humanos.

O coronavírus começou a circular na Ásia, inicialmente na China, no ano de 2019 e ganhou o nome provisório de 2019 n-Cov e posteriormente o oficial de SARS-CoV-2, uma sigla para o nome completo em inglês "*severe acute*

*respiratory syndrome coronavirus 2*" ("síndrome respiratória aguda grave coronavírus 2"). (BRASIL, 2021).

Complementando, o Ministério da Saúde (BRASIL, 2021) explica em seu site que o SARS-CoV-2 faz parte do subgênero *Sarbecovirus*, já sendo o sétimo coronavírus familiarizado pelos cientistas a infectar seres humanos.

O primeiro alerta para a doença foi emitido no último dia de dezembro de 2019, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), após autoridades chinesas notificarem casos de uma suposta pneumonia desconhecida em Wuhan, metrópole nacional com 11 milhões de habitantes (GLOBO, 2021).

Segundo a mesma matéria, as pessoas que tiveram alguma ligação com o mercado de peixes e frutos do mar em Wuhan foram as primeiras atingidas e afetadas. Motivo que despertou a suspeita de que a disseminação desta variação de coronavírus ocorreu entre animais marinhos e humanos. O mercado foi então fechado para limpeza e desinfecção.

Conforme a BBC (2021), após ter sua primeira morte registrada em nove de janeiro de 2020 na China, o coronavírus foi declarado uma emergência global e logo em seguida uma pandemia pela OMS.

À medida que o surto se espalhou para fora da China foi deixando crítico o sistema de saúde de outros continentes, como Europa e América, que registraram recordes ainda maiores do que o próprio país de origem do vírus (BBC, 2021).

Conforme o Ministério da Saúde (BRASIL, 2021), o Covid-19 chegou ao Brasil em janeiro de 2020. Porém, o primeiro caso de Covid-19 foi confirmado apenas no dia 26 de fevereiro de 2020, o paciente foi um homem que esteve viajando na Itália e foi contaminado, ele ganhou o título de "paciente zero" por ser o primeiro diagnosticado com coronavírus no Brasil. (PINHEIRO, 2021).

Quando a quarentena foi declarada, não se pensou que duraria muito tempo. Porém, em pleno fim de ano de 2021, ainda há quarentena ou restrições às atividades sociais. Atualmente temos mais de 600 mil mortes de Covid-19 registradas no Brasil (HOMERO, 2021).

No município de Santa Rosa-RS, o primeiro caso de Covid-19 confirmado foi na manhã do dia 27 de março de 2020. A Fundação Municipal de Saúde (FUMSSAR) do município realizou uma coletiva de imprensa e anunciou a confirmação do novo coronavírus (JORNAL NOROESTE, 2021).

## 1.2 DOENÇAS PSÍQUICAS: TERMOS, IDENTIFICAÇÃO E GRUPO DE RISCO

De acordo com o Dr. Gonzalo Ramirez (2021): transtornos mentais, também denominados de doenças psíquicas ou mentais, são uma alteração emocional, intelectual e/ou comportamental, que podem influenciar a pessoa diagnosticada, fazendo com que ela tenha alterações no modo com que interage nos meios sociais que pertence. Estas alterações nem sempre são notadas pelos amigos ou família, o que dificulta o processo de terapia e cura do paciente, pois nem sempre ele próprio tem a capacidade de se autodiagnosticar e, quando o consegue, tem inúmeras dificuldades em procurar ajuda terapêutica.

Levando em conta a realidade, esses transtornos serão cada vez mais frequentes, deste modo necessita-se observar, segundo dados da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), que 30% da população dos continentes americanos já teve ou ainda terá algum contato com qualquer transtorno mental (CUNHA, 2020).

Segundo Drummond, Radicchi e Gontijo (2014), o Brasil também apresenta índices de doenças psíquicas na população. Estes autores apontam que o Ministério da Saúde (BRASIL, 2021), calcula que 5 milhões de pessoas precisam de um cuidado recorrente com a saúde mental, sendo que os transtornos/doenças podem ser os mais variados possíveis.

### 1.2.1 Eventos Sobrenaturais ou Doenças Psíquicas

Na realidade, a primeira pessoa a considerar que problemas mentais não tinham relação com eventos sobrenaturais, como possessões demoníacas, foi o filósofo grego Hipócrates (460-380 a.C.). Naquela época, os tratamentos eram

feitos por meio de rituais tribais e outros métodos, agora totalmente desconsiderados. (OMS, 2018).

Séculos depois, com o maior crescimento do Cristianismo durante o Império Romano e a Idade Média, estes fenômenos foram considerados obras da ira divina, fazendo com que a população diagnosticada fosse chamada de pecadora. Até hoje é muito falado que pessoas doentes mentalmente estão afastadas de Deus, sendo que a cura, naquela época, em casos leves, seria a prática de orações e ajuda pastoral, e em casos graves, exorcismos e jejuns prolongados, ou até a cremação (OMS, 2018).

Os primeiros hospitais psiquiátricos foram construídos na Espanha, em 1410. Porém, não se restringiram somente a doentes mentais, mas neles se encontravam todas as pessoas que a sociedade queria "esconder", o que englobava pobres, delinquentes, prostitutas, presidiários e pessoas com transtornos psicológicos. (OMS, 2018).

Somente a partir da Revolução Francesa que esta parcela da população começou a ser humanizada e a receber ajuda. E a partir do século XX que se iniciou a criação de novos medicamentos e o surgimento de tratamentos para cada situação, ao mesmo tempo que a definição de doenças psíquicas e seus tipos e subtipos foi se aproximando dos atuais conceitos (OMS, 2018).

De acordo com o que explica Drummond, Radicchi e Gontijo (2014), apesar de afetar a vida da população nas mais variadas idades e condições, há alguns aspectos que podem influenciar no desenvolvimento de doenças psíquicas, até fazendo com que essa parcela tenha mais chances de desenvolver casos graves.

Este grupo com maior risco a desenvolver transtornos mentais é formado por “[...] egressos de hospitais psiquiátricos; população em situação de rua; tentativa de suicídio; pacientes atendidos nos CAPs” (Centros de Atenção Psicossocial). (DRUMMOND, RADICCHI, GONTIJO, 2014, p. 71). Novos estudos também sugerem que pessoas do sexo masculino também podem ser incluídos neste grupo, pois apresentaram índices mais graves de doenças psíquicas do que pessoas do sexo feminino.

Neste contexto, é fundamental identificar os sintomas que um possível portador pode ter, como também os fatores que influenciam o desenvolvimento dos transtornos mentais. O ser humano como um todo apresenta várias funções responsáveis do bom funcionamento corporal, e quando algo fora do normal acontece com a saúde, as causas destes problemas podem ser várias (BRASIL, 2003).

Essa mesma situação aparece quando se fala em fatores que influenciam um indivíduo a apresentar doenças mentais, pois estas apresentam multicausalidade, ou seja, existe mais de um fator que pode ser o responsável, sendo eles físicos ou biológicos; ambientais e emocionais (BRASIL, 2003), obrigando o terapeuta a ter uma visão mais ampla das causas.

Nesse sentido, a identificação da presença de determinada doença psíquica, por meio dos diagnósticos terapêuticos e da identificação dos sintomas se torna fundamental. Em uma sessão de terapia, o diagnóstico, fazendo parte do trabalho de cada médico especialista, se torna algo difícil quando se percebe as multicausalidades do paciente, tornando-se necessário o uso de ferramentas como: entrevistas, testes e questionários psicológicos e explorações neurofisiológicas, por neuroimagem (BRASIL, 2003).

Os sintomas, sendo os primeiros princípios do surgimento de transtornos mentais, quanto antes identificados, melhor e mais rápido será o tratamento. Por isso, é de extrema importância que a família, amigos ou pessoas próximas ao paciente se atentem a alterações na sensopercepção, que seriam as ilusões e alucinações; alterações no pensamento; linguagem; consciência; da atenção e da orientação; memória; afetividade; sono e movimento (BRASIL, 2003).

## **2 METODOLOGIA**

De início, após definidos o tema e os objetivos foram escolhidos procedimentos de uma leitura seletiva de diversos artigos de autores variados, com destaque para organizações e sites confiáveis como OMS, Globo e Hospital



Santa Mônica, que continham alguma relação com o assunto a ser abordado, retirando destas partes relevantes para, logo após, reuni-las e iniciar a escrita.

Esses artigos base para a escrita do trabalho foram pesquisados através de palavras-chave na plataforma online do Google durante os meses de março a junho de 2021.

Na parte inicial deste artigo foi realizado na forma de revisão bibliográfica, analisando artigos e materiais que contemplem o assunto doenças psíquicas durante a pandemia em adolescentes e reunindo informações, dados e citações que auxiliaram na construção.

Findando a parte de revisão bibliográfica partiu-se para a coleta de informações. Foi estabelecido o público-alvo, sendo os adolescentes de treze anos até mais de dezoito anos que estudam na Instituição de Ensino pesquisada. Segundo informações da Instituição são entorno de 155 adolescentes, porém, na data da aplicação do questionário cinquenta e seis jovens responderam, compreendendo turmas do 7º ao 3º ano do Ensino Básico.

Optou-se pela aplicação de um questionário, segundo metodologia do autor Chagas (2021). O questionário foi criado e aplicado através do recurso digital Google Forms. Foram elaboradas quinze questões, sendo a coleta anônima junto aos pesquisados. As perguntas escritas foram desenvolvidas através de todo embasamento teórico obtido na escrita do artigo e através das vivências das autoras durante à pandemia (duas autoras são adolescentes).

As quinze questões foram aplicadas através de *link* de acesso junto às turmas através do primeiro professor do período de aula do dia da pesquisa. Encerrando-se a pesquisa no fim da manhã de aula.

Após, os dados foram organizados, analisados e discutidos considerando todo embasamento teórico inicial realizado para escrita do artigo.

Por fim, fazendo o enquadramento da metodologia utilizada na escrita do artigo trata-se de uma pesquisa de natureza teórica, onde os dados coletados foram tratados de modo qualitativo visando atingir aos objetivos de descrição e explicação da relação do Covid-19 e o comportamento dos adolescentes durante a pandemia.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÕES: COVID-19 E DOENÇAS PSÍQUICAS EM ADOLESCENTES**

A pandemia do coronavírus surgiu, surpreendendo cientistas e mudando drasticamente rotinas das pessoas no mundo inteiro. Na tentativa de impedir o avanço do vírus, foram introduzidas medidas e protocolos de saúde, constando, entre eles, o distanciamento social e o fechamento de comércios, eventos e escolas (WHO, 2020), prejudicando muitas áreas, tanto políticas e econômicas como educacionais.

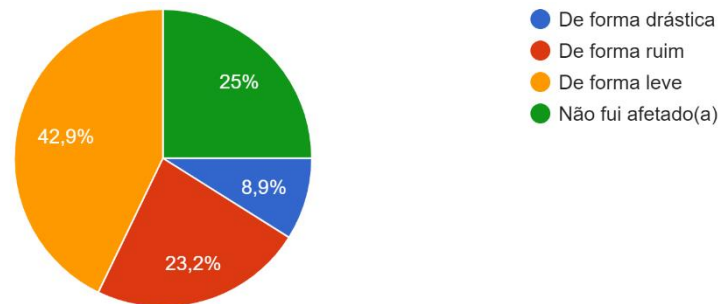
Considerando este contexto, foi questionado aos adolescentes pesquisados como receberam a notícia da chegada da pandemia e dos protocolos de segurança. Dos cinquenta e seis pesquisados 50% reagiram bem à notícia, esperando ser algo de curta duração.

Porém, em outubro de 2021, ainda vivemos a pandemia e suas restrições. Desta maneira, alguns adolescentes estão há tempo vivendo um período da vida incomum que não condiz com as necessidades fundamentais da adolescência, como a socialização. Para os jovens, permanecer em quarentena, sem nenhum contato com ninguém a não ser os próprios moradores da casa, pode ser extremamente prejudicial, tornando-os vulneráveis ao desenvolvimento de transtornos mentais.

Uma pesquisa realizada com a população brasileira revelou que 53% dos entrevistados declararam que seu bem-estar mental piorou muito no ano de 2020. Segundo esta pesquisa, encomendada pelo Fórum Econômico Mundial e cedida à BBC News Brasil (2021) essa porcentagem só é maior em outros quatro países: Hungria (56%), Chile (56%) e Turquia (61%). Em meio à devastação causada pelo Covid-19, muitas pessoas tiveram seu psicológico abalado.

Confrontando os dados da pesquisa cedida à BBC News Brasil com os dados desta pesquisa, a Figura 01 demonstra o quanto a pandemia afetou a saúde mental dos adolescentes pesquisados.

Figura 01: Como sua saúde mental foi afetada durante a pandemia?

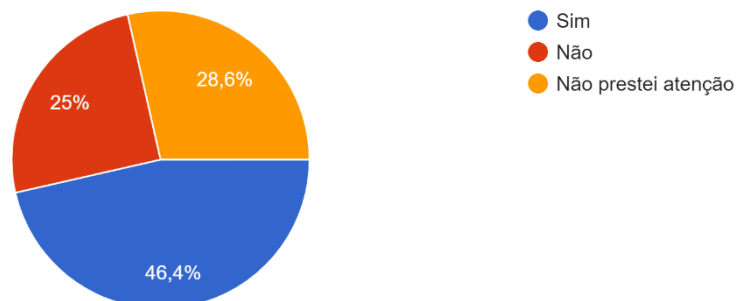


Fonte: produção dos pesquisadores.

Como pode-se perceber, os adolescentes entrevistados declararam ter sido afetados de maneira leve em sua saúde mental (42,9%), 25% alegaram que não tiveram sua saúde mental afetada e 23,2% que a pandemia afetou de maneira ruim. Desta maneira, os adolescentes apontaram sentir pouco efeito da pandemia em sua saúde mental contradizendo os dados nacionais.

Relacionado a este aspecto, os adolescentes responderam a outra pergunta que revelou dados mais condizentes com a pesquisa de nível nacional. Na Figura 02 estão expressos os dados sobre a observação dos adolescentes em relação a outras pessoas e sua saúde mental.

Figura 02: Você notou alguma mudança no comportamento de alguma pessoa próxima e que pode estar relacionada com as doenças psíquicas?



Fonte: produção dos pesquisadores.

Em relação às pessoas próximas, os adolescentes apontaram que 46,4% perceberam mudanças na sua saúde mental. Dados estes que condizem com a pesquisa nacional apresentada à BBC News Brasil.

Mediante essa percepção, o tema saúde mental deve ser discutido com maior ênfase, principalmente com os públicos que possuem problemas de expressar o que estão passando internamente.

Dentre as doenças psíquicas e observando o contexto mundial, percebe-se nos adolescentes o aumento do número de casos de transtornos mentais: transtorno de déficit de atenção e hiperatividade [TDAH]; transtorno de conduta e transtorno desafiador opositivo; transtornos relacionados ao estresse; transtorno obsessivo-compulsivo; transtornos de ansiedade; transtornos do humor e esquizofrenia. Sendo que metade destes mesmos transtornos começam ou já prevalecem no indivíduo quando ele chega aos 14 anos (HOSPITAL SANTA MÔNICA, 2019).

Mesmo tendo conhecimento de quais problemas mentais podem surgir, a população em geral, incluindo os adolescentes, têm dificuldades de identificar os sintomas e relacioná-los às doenças mentais, podendo dificultar o processo terapêutico de cura. Em resumo, a procura por ajuda é demorada (PEBMED, 2020).

Dessa maneira, foi perguntado aos adolescentes pesquisados se eles sabem o que são doenças psíquicas visando identificar o nível de conhecimento sobre o assunto. Os entrevistados apontaram ter conhecimento sobre doenças psíquicas (80,4%) e assim fez-se necessário uma pergunta complementar: se eles saberiam identificar os sinais de doenças psíquicas, sendo que 48,2% apontaram que talvez saberiam identificar.

Considerando essas informações, tornou-se necessário entender quais são estes sinais. Conforme o site do Hospital Santa Mônica (2020), são vários os sintomas e manifestações que o adolescente pode apresentar durante o surgimento das doenças psíquicas, sendo os principais: insônia; imaginação suicida; tristeza ou estar deprimido; isolamento de amigos e familiares; baixo

desempenho escolar de modo abrupto; irritabilidade e agressividade sem causa aparente; falta de motivação pela vida ou desinteresse pelo futuro.

O especialista Guilherme Polanczyk *apud* Gandra (2021) complementa falando sobre estes sintomas e a relação com o Covid-19:

A pandemia, e todo o contexto que a acompanha tem gerado situações de estresse em crianças, adolescentes e adultos. Como as crianças e os adolescentes correm poucos riscos de serem infectados pelo Covid-19 e como muitas vezes o sofrimento deles fica despercebido, eles tendem a ser mais negligenciados. (GANDRA, 2021, p. 65).

No contexto da quarentena, as crianças tendem a ver isso da forma como seus pais veem, ou seja, se os pais conseguem manter-se calmos isso vai de alguma forma refletir na criança. Já os adolescentes sentem saudades dos amigos de uma forma mais intensa, pois possuem capacidade de maior compreensão de uma forma autônoma, mesmo em alguns casos não sendo a forma mais correta (RAITH, 2020).

De modo geral, a visão da sociedade sobre os adolescentes é que estes são seres que não gostam de ficar em casa. Mediante isso e a realidade da pandemia, a questão “ficar em casa” é um problema para muitos jovens. Muitos ganharam responsabilidades que antes não tinham, como por exemplo: cuidar dos irmãos mais novos; fazer almoço; arrumar a casa; acumulando todas estas tarefas e mais as atividades da escola. Estes adolescentes estão extremamente sobrecarregados.

Com todas estas atividades, eles acabam por entrar em um estado de exaustão mental, desenvolvendo sintomas como estresse e irritabilidade, o que pode acarretar problemas com seus familiares e pode vir a causar o surgimento de um transtorno psíquico ou agravar um já existente (RAITH, 2020).

Corroborando com as informações citadas por Raith (2020), 73,2% dos adolescentes pesquisados disseram que a pandemia fez surgir ou agravar os transtornos mentais.

É sempre bom mostrar ao jovem que ele não está sozinho. A quarentena mudou a vida de todos de uma forma que alterou tudo o que tinham planejado.

É importante que os adolescentes possam contar com seus pais, familiares ou apoio especializado porque as doenças psíquicas afetam mais de 18% dos jovens no Brasil e apenas 9% procuram ajuda psiquiátrica (RAITH, 2020).

Assim perguntou-se aos pesquisados se eles procurariam ajuda ao perceber sinais de doenças psíquicas, sendo que 55,4% responderam que sim. Informação importante, pois contradiz a média nacional e demonstra a preocupação dos adolescentes com sua saúde.

Uma pesquisa da Organização Mundial da Saúde (OMS) (OPAS, 2021) afirmou que em jovens de 15 a 19 anos, o estado de saúde mental é responsável por 16% da carga global de doenças. Nessa idade ocorrem muitas mudanças na vida, corpo e mente que serão determinantes para a saúde mental nos demais ciclos da vida.

Para os adolescentes ser privado de fazer algo, é difícil, principalmente porque todo adolescente tem uma dificuldade absurda em aceitar a palavra “NÃO”. Infelizmente, a pandemia trouxe a quarentena e os efeitos colaterais de ficar tanto tempo em casa que afetam a saúde mental dos jovens.

Ter uma rotina traz segurança, encontrar os amigos é uma necessidade. Algumas alternativas em meio ao isolamento social e que podem amenizar a saudade é fazer ligações ou chamadas de vídeo; ouvir música; criar uma rotina de estudo, de lazer; auxiliar nos afazeres domésticos; e tem algo essencial e indispensável: falar o que está sentindo. Conversar de forma sincera e aberta com os familiares pode parecer difícil e complicado, porém, depois que a conversa se torna um hábito, é espontânea e agradável.

Durante o período da adolescência (dos 10 aos 19 anos) é inevitável e cientificamente comprovado que ocorre mais riscos para o surgimento de determinadas doenças psíquicas (OPAS, 2021). Sendo assim, o cuidado com sua saúde mental, ainda mais em período de pandemia, se torna de extrema necessidade. Fato este que 85,7% dos adolescentes pesquisados acreditam ser verdade e importante.

De acordo com Deus (2016) e Damacena (2018), algumas atitudes que os jovens podem ter na prevenção às doenças psíquicas, principalmente durante



a pandemia do coronavírus são: evitar o uso de álcool e drogas; ser sociável; cuidar do corpo; dormir bem; sair do sedentarismo e praticar exercícios físicos diários; relaxar; meditar e praticar a arteterapia.

## CONCLUSÃO

A sociedade antiga não aceitava pessoas com doenças mentais e psíquicas. Estas eram vistas como eventos sobrenaturais, possessões e faziam rituais para “curar” esses acontecimentos.

Esses métodos modificaram-se. Porém, infelizmente, o modo de pensar de algumas pessoas, mesmo em pleno século XXI, ainda é de marginalização frente às pessoas com doenças psíquicas, principalmente os adolescentes.

Quem entende um pouco do assunto sabe que a mente humana é um grande mistério. Devido à pandemia ter pensamentos leves e felizes torna-se difícil (46,4% dos entrevistados alegaram desânimo). Enfrenta-se, no atual contexto, uma série de restrições como o isolamento social e considerando os últimos 100 anos, a saúde física e mental nunca esteve tão ameaçada. O mundo exterior está afetando profundamente a todas as pessoas, especialmente crianças e adolescentes.

A adolescência é justamente a fase do desenvolvimento de conhecimentos, da maturidade dos sentimentos e da formação física do indivíduo. E justamente neste período (2019-2021), os jovens estão vivendo uma situação inédita: pandemia, saúde familiar, perdas, angústia, isolamento social, entre outros.

Este cenário epidêmico, tem mostrado a importância do abraço amigo, das pessoas próximas como os familiares e amigos. Os adolescentes estão sentindo muito, novas emoções e faltas, principalmente, apoio e pessoas preparadas para falar e garantir que não estão sozinhos.

Por meio das pesquisas realizadas no artigo, sabe-se que a melhora de doenças psíquicas se deve ao fato da pessoa estar disposta a buscar e aceitar ajuda, no momento que sentir-se confortável e conseguir falar abertamente sobre o que a aflige.

Este artigo também informa que outras pessoas também podem ouvir, prestar atenção nas palavras, ações, atitudes e comportamentos, principalmente, dos adolescentes. O artigo também sugere algumas atitudes que podem ser tomadas, nos momentos em que o adolescente estiver sozinho como: sentir-se bem com a própria companhia, aceitar sua doença psíquica e procurar ajuda e tratamento se necessário, entre outros pontos abordados.

Nesse artigo busca-se também orientar, caso conheça alguém que tenha doenças psíquicas ou talvez seja um adolescente com transtorno psíquico, as pessoas a fazer o isolamento físico (evitar dissipação do vírus), mas não o afastamento total de interações com pessoas que querem ajudar.

Antes da pandemia, o distanciamento dos adolescentes era normal, por conta da tecnologia (“imersos no celular”) com pouca interação com o mundo físico. Atualmente, os jovens perceberam que o contato físico faz falta, o olhar no rosto de alguém, ver o seu sorriso ou simplesmente abraçar.

Enfrentar essa realidade sem nenhum efeito colateral no estado mental é quase impossível, principalmente porque a geração atual de adolescentes é marginalizada pela sociedade, comparando a geração atual com a antiga dizendo que problemas como ansiedade e depressão não existiam no seu “tempo”. Essas doenças existiam, mas as pessoas com esses transtornos eram tratadas como loucas ou então não falavam sobre o que estava acontecendo por medo das outras pessoas a julgarem “fraca”.

Através da pesquisa realizada neste artigo percebe-se que essa geração de jovens está quebrando esse tabu; onde antes alguns enxergavam fraqueza por demonstrar os seus problemas psíquicos, hoje vê-se a coragem que foi e que é precisa para isso ser feito. Os adolescentes ficaram de fato mais corajosos, porque eles sabem que com uma pandemia em curso, uma quarentena sendo vivida, todos só querem cuidar da sua própria vida e saúde, então é necessário criar coragem e pedir por ajuda.

Finalmente, todas as informações do artigo auxiliaram a entender que quem precisa de ajuda sempre demonstra isso, de modo direto ou indiretamente. Há sinais e com a devida atenção consegue-se ver que tem algo diferente no

jovem. Psicólogos, psiquiatras, pais, irmãos e amigos, após terem o conhecimento de que alguém está sofrendo por conta de depressão, ansiedade ou qualquer outro transtorno psíquico, devem fazer o que podem para ajudar, disponibilizando tempo para o adolescente conseguir expressar seus sentimentos, dores, medos.

## REFERÊNCIAS

BBC. **Coronavírus Declarado Emergência de Saúde Global** pela OMS. BBC, portal eletrônico, 31 de janeiro de 2020, Seção Mundo. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-51318246>>. Acesso em: 04 abr. 2021.

BRASIL. **O que é Covid-19?** Ministério da Saúde, portal eletrônico, 08 de abril de 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>>. Acesso em: 12 abr. 2021.

DAMACENA, Janary. **Cinco Dicas para Te Ajudar a Ter mais Saúde Mental.** Ministério da Saúde, portal eletrônico, Seção Blog da Saúde, 06 de março de 2018. Disponível em: <<http://www.blog.saude.gov.br/index.php/promocao-da-saude/53239-cinco-dicas-para-te-ajudar-a-ter-mais-saude-mental>>. Acesso em: 29 abr. 2021.

DEUS, Persio Ribeiro Gomes de. **Doenças Psiquiátricas Podem Ser Prevenidas com Hábitos de Vida Saudáveis.** Minha Vida, portal eletrônico, Seção Bem Estar, 03 de outubro de 2016. Disponível em: <<https://www.minhavidacom.br/bem-estar/materias/17365-doencas-psiquiatricas-podem-ser-prevenidas-com-habitos-de-vida-saudaveis#:~:text=Algumas%20medidas%20efetivas%20que%20podem,ossos%20e%20descansam%20a%20mente>>. Acesso em: 29 abr. 2021.

DRUMMOND, Bruno Lopes da Costa; RADICCHI, Antônio Leite Alves; GONTIJO, Eliane Costa Dias. **Fatores Sociais Associados a Transtornos Mentais com Situações de Risco na Atenção Primária de Saúde.** Revista Brasileira Epidemiológica SUPPL, p. 68-80, 2014.

GANDRA, Alana. **Pandemia Afeta Saúde Mental de Crianças e Jovens, Dizem Psiquiatras** - reações e sintomas podem ser mais difíceis de serem detectados. Agência Brasil, portal eletrônico, 21 de março de 2021, Seção Notícias. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-03/pandemia-afeta-saude-mental-de-criancas-e-jovens-dizem-psiquiatras#:~:text=%E2%80%9CA%20pandemia%2C%20e%20todo%20o,negligenciados%E2%80%9D%2C%20disse%20o%20especialista.>>. Acesso em: 29 abr. 2021.

GLOBO. **O que é Coronavírus? G1**, portal eletrônico, 27 de fevereiro de 2020, Seção Bem Estar. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/02/27/o-que-e-o-coronavirus.ghhtml>>. Acesso em: 04 abr. 2021.

HOMERO, Valquíria. **Mortes por Data Real**: março tem pico de 2021 e deve virar o ápice da pandemia. Poder 360, portal eletrônico, 13 de março de 2021. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/coronavirus/mortes-por-data-real-marco-tem-pico-de-2021-e-deve- virar-o-apice-da-pandemia/>>. Acesso em: 12 abr. 2021.

HOSPITAL SANTA MÔNICA. **Transtornos Mentais na Adolescência**: metade das doenças começa aos 14 anos. Hospital Santa Mônica, portal eletrônico, 02 de setembro de 2019. Disponível em:

<<https://hospitalsantamonica.com.br/transtornos-mentais-na-adolescencia-metade-das-doencas-comeca-aos-14-anos>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

HOSPITAL SANTA MÔNICA. **Quais São os Principais Perigos à Saúde Mental dos Jovens na Atualidade?** Hospital Santa Mônica, portal eletrônico, 02 de março de 2020. Disponível em:

<<https://hospitalsantamonica.com.br/quais-sao-os-principais-perigos-a-saude-mental-dos-jovens-na-atualidade/>>. Acesso em: 29 abr. 2021.

JORNAL NOROESTE. **Santa Rosa Tem Caso Confirmado de Coronavírus**. Jornal Noroeste, portal eletrônico, 27 de março de 2020, Seção Saúde. Disponível em: <<https://jornalnoroeste.com.br/noticia/saude/santa-rosa-tem-caso-confirmado-de-coronavirus>>. Acesso em: 08 abr. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). Guia de estudos - saúde mental. **Fundação Torino Escola Internacional**, Belo Horizonte, p. 01-38, 2018. Disponível em: <<http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2019/01/Guia-de-Estudos-OMS-Sa%C3%BAde-Mental.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Saúde Mental dos Adolescentes**. OPAS, portal eletrônico. Disponível em:

<<https://www.paho.org/pt/topicos/saude-mental-dos-adolescentes#:~:text=Alguns%20adolescentes%20est%C3%A3o%20em%20maior,servi%C3%A7os%20e%20apoio%20de%20qualidade>>. Acesso em: 29 abr. 2021.

PEBMED. **Transtornos Relacionados ao Estresse**: como identificar possíveis casos durante a Covid-19? PEBMED, portal eletrônico, 15 de abril de 2020.

Disponível em: <<https://pebmed.com.br/transtornos-relacionados-ao-estresse-como-identificar-possiveis-casos-durante-a-covid-19/#:~:text=Alguns%20sintomas%20que%20comp%C3%B5em%20esse>>.

%2C%20dificuldade%20de%20concentra%C3%A7%C3%A3o%2C%20etc.>.  
Acesso em: 29 abr. 2021.

RAITH, Alexandre. **Saúde Mental dos Adolescentes Precisa de Atenção no Isolamento:** como cuidar. Uol, portal eletrônico, Seção Viva Bem. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2020/05/07/como-cuidar-da-saude-mental-do-adolescente-na-pandemia.amp.htm>>. Acesso em: 29 abr. 2021.

RAMIREZ, Gonzalo. **7 Transtornos Mentais Mais Comuns:** como identificar e tratar. Tua Saúde, portal eletrônico, fevereiro de 2021. Disponível em: <<https://www.tuasaude.com/transtornos-mentais/>>. Acesso em: 16 abr. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Conselhos sobre Doença Coronavírus (COVID-19) para o Público.** WHO, portal eletrônico, 09 de abril de 2021. Disponível em: <<https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/advice-for-public>>. Acesso em: 29 abr. 2021.